

ESTUDOS & ANÁLISES

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

6

PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL DA
PRODUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS E USO DO TEMPO

ANDRÉ SIMÕES
LEONARDO ÁTHIAS
LUANDA BOTELHO
ORGANIZADORES

 **IBGE**

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Esteves Pedro Colnago Júnior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant`Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Barbara Cobo Soares

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Análises
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 6

Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais

Grupos populacionais específicos e uso do tempo

André Simões
Leonardo Athias
Luanda Botelho

Organizadores

Rio de Janeiro
2018

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 2236-5265 **Estudos e análises**

Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série **Estudos e análises** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4451-9 (meio impresso)

© IBGE. 2018

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Renato J. Aguiar/Marcos Balster Fiore- Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração

Aline Carneiro Damacena - Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais : grupos populacionais específicos e uso do tempo / André Simões, Leonardo Athias, Luanda Botelho, organizadores. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018

352 p. – (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 2236-5265 ; n. 6)

Conteúdo parcial: Indicadores para ampliar e qualificar o desenvolvimento de crianças e adolescentes / Cíntia Simões Agostinho e Alessandra Maria Silva Pinto – Produção internacional e nacional de indicadores para a juventude : um enfoque sobre os jovens que não estão ocupados, não estudam nem estão em treinamento / Betina Fresneda e Luanda Botelho – Indicadores sobre idosos : desafios diante do envelhecimento populacional / Cíntia Simões Agostinho, Luanda Botelho e Pedro Moraes – Os Desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência : ontem, hoje e amanhã / Luanda Botelho e Karina Porciúncula - Investigação étnico-racial no Brasil : entre classificação e identificação / Leonardo Athias - Povos indígenas nas estatísticas oficiais : identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira / Leandro Okamoto, Marta Antunes e Fernando Damasco - Abordagem de gênero nas estatísticas sociais / Barbara Cobo, Caroline Santos e Cíntia Simões Agostinho - Estatísticas de uso do tempo: classificações e experiências no Brasil e no mundo / Caroline Santos e André Simões.

ISBN 978-85-240-4451-9

1. Indicadores sociais – Avaliação. 2 Crianças – Condições sociais. 3. Crianças – Condições econômicas. 4. Jovens. 5. Idosos. 6. Deficientes. 7. Índios da América do Sul – Brasil. 8. Envelhecimento da população – Brasil. 9. Administração do tempo. I. Simões, André. II. Athias, Leonardo. III. Botelho, Luanda. IV. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais IV. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2018-04

CDU 311.141:308(81)
DEM

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação

Introdução

Indicadores para ampliar e qualificar o desenvolvimento de crianças e adolescentes

Cíntia Simões Agostinho

Alessandra Maria Silva Pinto

Produção internacional e nacional de indicadores para a juventude: um enfoque sobre os jovens que não estão ocupados, não estudam, nem estão em treinamento

Betina Fresneda

Luanda Botelho

Indicadores sobre idosos: desafios diante do envelhecimento populacional

Cíntia Simões Agostinho

Luanda Botelho

Pedro Moraes

Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência - ontem, hoje e amanhã

Luanda Botelho

Karina Porciúncula

Investigação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação

Leonardo Athias

Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira

Leandro Okamoto

Marta Antunes

Fernando Damasco

Abordagem de gênero nas estatísticas sociais

Barbara Cobo

Caroline Santos

Cíntia Simões Agostinho

Estatísticas de uso do tempo: classificações e experiências no Brasil e no mundo

Caroline Santos

André Simões

Sobre os autores

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Com a presente publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE oferece aos leitores uma sistematização da produção de indicadores sociais sobre crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, cor ou raça, povos indígenas, gênero e uso do tempo. O trabalho foi desenvolvido pela Gerência de Indicadores Sociais, com participação da Gerência de Estudos e Análises Demográficas – ambas pertencentes à Coordenação de População e Indicadores Sociais –, e da Gerência Técnica do Censo Demográfico.

Trata-se de uma publicação de natureza metodológica, com enfoque em questões conceituais pertinentes à construção de indicadores, recomendações internacionais, experiência dos institutos nacionais de estatística de outros países e organismos internacionais, além da própria experiência do IBGE. A escolha dos temas desta publicação está em compasso com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Instituto e com os compromissos assumidos junto à Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), na coordenação do processo de construção de indicadores voltados ao monitoramento da Agenda 2030 no Brasil. Espera-se, então, aprofundar a compreensão da trajetória da produção de indicadores sociais sobre grupos populacionais e uso do tempo, criando meios para enfrentar os desafios que se colocam no presente, além de contribuir com o aprimoramento das investigações no futuro.

Claudio Dutra Crespo
Diretor de Pesquisas

Introdução

Data de 1872 o primeiro recenseamento da população brasileira. Desde então, a antiga Diretoria-Geral de Estatística e, posteriormente, o IBGE coletaram em todos os censos demográficos informações sociodemográficas da população. No entanto, a formulação de análises mais aprofundadas sobre as características e as condições de vida de grupos populacionais específicos são trabalhos que ganharam corpo a partir dos anos 1970, quando o movimento de indicadores sociais que despontava internacionalmente materializou-se na criação do Grupo Projeto de Indicadores Sociais no IBGE¹. Desde então, pesquisas e estudos que contemplam crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, população preta ou parda e população indígena estão na pauta da Diretoria de Pesquisas do Instituto, em especial da Gerência de Indicadores Sociais e suas publicações, como o presente volume, *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo, a Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, o estudo Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*, entre outras.

Embora apresentem demandas comuns ao restante da população, relacionadas na maior parte das vezes com a efetivação de direitos sociais básicos, esses grupos específicos, como o próprio nome indica, possuem particularidades que os colocam como objeto de políticas públicas distintas. Tratam-se de grupos vulneráveis, que, conforme amplamente atestado por estudos acadêmicos e pelas estatísticas oficiais, estão mais expostos a diferentes formas de discriminação, violência e ao impacto de

¹ A esse respeito, consultar: SIMÕES, A.; ALKMIM, A. C.; SANTOS, C. Passado, presente e futuro da produção e análise dos indicadores sociais pelo IBGE. In: INDICADORES sociais: passado, presente e futuro. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, pag.17-27. (Documentos para disseminação. Memória institucional, 21). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

crises econômicas. A redução das desigualdades sociais historicamente enraizadas em nosso País requer, portanto, o atendimento das demandas e garantia de direitos para crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, pretos, pardos e indígenas.

No âmbito internacional, é igualmente reconhecida a necessidade de assegurar proteção especial aos direitos desses grupos populacionais, razão pela qual foram aprovados pelas Nações Unidas documentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas (1991) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Na mesma direção, também foram aprovados planos com metas específicas para esses grupos, como a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança e seu respectivo Plano de Ação (1990), a Plataforma de Ação de Pequim (1995), o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (2002) e o Plano de Ação Global da Organização Mundial da Saúde - OMS sobre Deficiência (2014), que demandam dos órgãos de estatísticas a produção de indicadores para o acompanhamento dessas metas.

Da mesma forma, esses grupos populacionais figuram como público-alvo na Agenda 2030² e no Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento³. A Agenda 2030, agregando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, tem como diretriz “que ninguém seja deixado para trás”. Assim, para revelar desigualdades que poderiam ficar mascaradas por uma melhora geral nos indicadores de monitoramento das metas da Agenda, prevê desagregações por grupos populacionais específicos. O Consenso de Montevidéu, no âmbito da América Latina e do Caribe, possui capítulos sobre medidas prioritárias inteiramente dedicadas a crianças e adolescentes, jovens, idosos, gênero, povos indígenas e afrodescendentes.

Como coordenador das instituições produtoras de indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 e ponto focal do Brasil na organização dos trabalhos pertinentes ao Consenso de Montevidéu, o IBGE tem realizado diversas atividades para embasar as discussões necessárias a esses dois processos. Nesse contexto, publicou, inicialmente, o volume *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais* (SIMÕES; FRESNEDA, 2016), que se debruçou sobre a produção de indicadores de educação, trabalho, habitação, famílias, padrão de vida e distribuição de renda, e traz, na presente publicação, indicadores sobre crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, cor ou raça, população indígena, gênero e uso do tempo. A temática do uso do tempo, cabe ressaltar, é de grande valia para as análises sobre desigualdades sociais, em especial para as questões de gênero.

Para todos esses temas, serão abordadas as questões conceituais mais relevantes para a construção de indicadores, recomendações internacionais, experiência dos institutos nacionais de estatística de outros países e organismos internacionais, além da própria experiência do IBGE, em consonância com esse arcabouço teórico e prático da produção de indicadores. Espera-se, além de apresentar o estado da arte da produção de indicadores sobre os temas selecionados, identificar lacunas a serem supridas e apontar os possíveis próximos passos para o trabalho de retratar o Brasil, em compasso com as agendas internacionais.

² A Agenda 2030, anteriormente denominada Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, corresponde a conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>.

³ Documento resultante da Conferencia Regional Sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, realizada em Montevidéu, em agosto de 2013. Para informações mais detalhadas, consultar: <<https://www.cepal.org/es/eventos/primer-reunion-la-conferencia-regional-poblacion-desarrollo-uruguay-2013>>.

Indicadores para ampliar e qualificar o desenvolvimento de crianças e adolescentes

Cíntia Simões Agostinho*
Alessandra Maria Silva Pinto**

Introdução

De acordo com as projeções populacionais, realizadas pelas Nações Unidas (WORLD..., 2017), estimou-se que, em 2015, havia 2,5 bilhões de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade, correspondendo a 34,2% da população mundial. Em 2015, nas regiões mais desenvolvidas¹ cerca de 1 a cada 5 (21,9%) pessoas estavam nesta faixa de idade; enquanto nas regiões menos desenvolvidas correspondia a 36,7% da população, em 2015. Em 2030² estima-se que praticamente 9 em cada 10 (89,8%) crianças e adolescentes viveriam em regiões menos desenvolvidas. No Brasil, a proporção de crianças e adolescentes nesta faixa etária também foi significativa, de 31,0%, em 2015.

Quando a população tem por característica altas taxas de mortalidade e fecundidade, a estrutura etária é jovem, ou seja, tem proporção e também volume elevado de crianças em comparação a outros grupos etários. Nesta situação, o grande quantitativo de crianças na sociedade precisa ser considerado no desenho das políticas públicas normalmente associadas a este público, como educação, saúde e proteção. A transição demográfica, marcada pela queda das taxas de mortalidade e de fecundidade na população, faz com que o foco de programas sociais passe do volume populacional para sua estrutura etária, que tende a ficar envelhecida. Apesar da desaceleração no aumento deste público, seu volume permanece expressivo e o grupo formado por crianças e adolescentes tem importância crescente no contexto das políticas públicas.

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

¹ As regiões mais desenvolvidas compreendiam Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão; as menos desenvolvidas compreendiam todas as regiões da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe mais Melanésia, Micronésia e Polinésia (WORLD..., 2017).

² Estimativa da variante média (WORLD..., 2017).

O desenvolvimento e o bem-estar de crianças e adolescentes estão associados a uma melhora geral nas condições de vida da população. Um exemplo disso é quando se observa um aumento da sobrevivência de crianças, que reflete diretamente na expectativa de vida ao nascer, sendo este um indicador associado ao desenvolvimento de uma sociedade. A educação e o aprendizado obtidos pelas crianças e adolescentes na escola, a exposição a fatores de proteção de saúde, assim como o convívio no ambiente familiar são fatores fundamentais na formação de seus anos futuros, influenciando também as condições futuras de saúde e produtividade de toda a população.

A infância e a adolescência não são conceitos absolutos definidos pela variável idade, pelo contrário, são conceitos percebidos de diferentes formas ao longo do tempo e também variam de acordo com a sociedade e a cultura (JAMES; PROUT, 1997). A infância e a adolescência são estágios que tem mais significado do que meramente serem fases entre o nascimento e a idade adulta. A evolução e as diferentes abordagens sobre o conceito de criança, infância, adolescente e adolescência foram colocadas em diferentes trabalhos (ARIÈS, 1981; JAMES; PROUT, 1997; HEYWOOD, 2004; SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010; THE STATE..., 2011; MORRISON, 2012) e não foi escopo deste capítulo. Apesar da infância e da adolescência serem fases do ciclo de vida, em que cada indivíduo passa por mudanças biológicas, psicológicas e sociais, é importante ressaltar que, atualmente, muitos países identificam estas fases da vida humana pelo critério da idade da pessoa, principalmente ao se tratar de estatísticas oficiais e indicadores.

Entre os instrumentos internacionais que dispõem sobre as condições de vida e o bem-estar específico das crianças, visando proporcionar proteção especial a este grupo, destaca-se a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em 20.11.1989. Nela foi definido que criança era a pessoa com menos de 18 anos de idade. A Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO), agência da ONU, adota o critério de idade proposto naquela Convenção para definir criança e na definição de adolescente considera as pessoas de 10 a 19 anos de idade (HEALTH..., 2014). Embora o termo adolescente não seja mencionado em convenções internacionais, eles têm os direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 10.12.1948, e em outros acordos e tratados de direitos humanos. A maioria dos adolescentes, aqueles de 10 a 17 anos de idade, também está coberta pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Assim, com base no critério idade, grande parte dos adolescentes está incluída na definição de criança adotada pela referida Convenção. Além disso, esta sobreposição de idades na definição de crianças e adolescentes estende-se também ao se analisar o conceito de jovens, uma vez que na Assembleia Geral da ONU, de 18.11.1985, a juventude foi definida como o grupo de pessoas entre 15 e 24 anos de idade.

Em âmbito nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, de 13.07.1990) é o instrumento específico para garantia dos direitos desse público (BRASIL, 1990b). O Estatuto completou 25 anos em 2015 e foi inspirado pela Convenção sobre os Direitos da Criança. A legislação brasileira anterior a ele – Decreto n. 17.943A, de 12.10.1927, que consolidou as leis de assistência e proteção a menores até então existentes para constituir o Código de Menores, e a Lei n. 6.697, de 10.10.1979, que o revogou (BRASIL, 1927, 1979) – previa a assistência, a proteção e a vigilância a menores de 18 anos que se encontravam em situação irregular, ou seja, não dispunha

sobre políticas sociais, mas sobre políticas assistenciais. O ECA, por sua vez, tem uma abordagem mais abrangente e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo-lhes gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. A efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade (BRASIL, 1990b). O ECA define como criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990b). Também em âmbito nacional, o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, de 05.08.2013), por sua vez define como jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade (BRASIL, 2013), havendo novamente uma justaposição da idade como critério de definição de adolescente e jovem.

Considerando a variação na definição de crianças, adolescentes e jovens, com base no critério de idade, neste capítulo o foco será em indicadores para crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade, principalmente, por tratar de uma revisão de indicadores construídos considerando tanto o panorama internacional (conceito de criança da Convenção sobre os Direitos da Criança e conceito de adolescente da OMS) quanto a realidade nacional (definição de criança e adolescente do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

Recomendações internacionais

No levantamento bibliográfico das recomendações internacionais sobre indicadores para crianças e adolescentes, notou-se que o arcabouço conceitual de definição de indicadores para medir o bem-estar e o desenvolvimento deste público estava associado à legislação e aos acordos internacionais existentes. Desta forma, buscou-se nesta seção identificar os organismos, acordos e declarações internacionais associados ao direito e às condições de vida de crianças e adolescentes.

No início do Século XX, começa a haver uma preocupação com a proteção das crianças na área de saúde, social e judicial. O direito das crianças foi reconhecido, após a Primeira Guerra Mundial, na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1924, adotada pela Liga das Nações³. Este é um documento histórico⁴ que reconhece a necessidade de direitos específicos para as crianças e a responsabilidade dos adultos para com elas. No documento as necessidades fundamentais da criança, foram colocadas em cinco pontos: (1) preocupação com seu desenvolvimento; (2) alimentação, saúde, igualdade, abrigo⁵; (3) prioridade em épocas de dificuldade; (4) possibilidade do trabalho infantil é colocada ao afirmar que a criança devia estar em posição de ganhar o sustento, mas devia ser protegida da exploração; (5) e que seu talento devia ser dedicado ao serviço dos semelhantes (LEAGUE OF NATIONS, 1924).

³ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada após a Primeira Guerra Mundial com objetivo de mediar disputas internacionais (THE LEAGUE, 2017).

⁴ Para informações mais detalhadas sobre a evolução das normas internacionais sobre os direitos da criança, consultar: <<https://www.unicef.org/rightsite/sowc/pdfs/panels/SOWC%20all%20panels.pdf>>. Nos preâmbulos da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, e da Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, reconhece-se que foi enunciada na Declaração de Genebra, de 1924, a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial.

⁵ No texto original da Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, tem-se: “a criança que está com fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser cuidada; a criança que está para trás deve ser ajudada; a criança delinvente deve ser recuperada; o órfão deve ser abrigado e socorrido” (tradução nossa). Ou seja, neste ponto a garantia não é colocada para todas as crianças, somente para aquelas em condições de desvantagem.

As primeiras convenções elaboradas pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), após a Primeira Guerra Mundial, tinham o objetivo de proteger os trabalhadores infantis. Entre elas, constavam a Convenção n. 6 da OIT, de 1919, sobre trabalho noturno dos menores na indústria, que proíbe o trabalho noturno de pessoas menores de 16 anos em qualquer empresa industrial, e menores de 18 anos em empresas industriais especificadas na legislação; e a Convenção n. 10 da OIT, de 1921, sobre a idade mínima na agricultura⁶.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas passaram a existir oficialmente em 24.10.1945⁷ e, em 10.12.1948, foi adotada pela Assembleia Geral a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesta Declaração há menção a infância no Art. 25, assegurando que “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (NAÇÕES UNIDAS, 1998). O processo de reconhecimento dos direitos específicos da criança seguiu com a Declaração dos Direitos da Criança, proclamada e adotada na Assembleia Geral da ONU, de 20.11.1959, sendo colocado em seu preâmbulo que “a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento” (NAÇÕES UNIDAS, 2017). Além disso, esta Declaração enunciou 10 princípios sobre direito à universalidade dos direitos, proteção especial, saúde, alimentação, moradia, educação, cuidado e proteção contra negligência, crueldade, exploração ou tráfico. Este foi um instrumento que considerou o avanço dos direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ampliando a proteção às crianças em relação ao colocado na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança. Deve-se mencionar também que nem na Declaração de Genebra, de 1924, nem na Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, havia definição específica de criança, nem diferenciação em relação ao adolescente.

O reconhecimento internacional dos direitos da criança foi consolidado com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 20.11.1989, que entrou em vigor em 02.09.1990 e foi ratificada por 196 países⁸, inclusive o Brasil, por meio do Decreto n. 99.710, de 21.11.1990 (BRASIL, 1990a). Neste documento consta a definição de criança, no artigo 1, que é “todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes” (BRASIL, 1990a; NAÇÕES UNIDAS, 2017), e a este público são garantidos direitos humanos em âmbito civil, político, econômico, social e cultural. A Convenção consta de 54 artigos que podem ser organizados em quatro partes: princípios orientadores, direitos à sobrevivência e ao desenvolvimento, direitos de proteção e direitos de participação⁹. Entre os princípios orientadores estão a não discriminação, adesão ao interesse da criança, direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento, assim como direito a participar, representando os requisitos para que todos os direitos sejam realizados. O direito a sobrevivência e ao desenvolvimento incluiu direito a alimentos adequados, abrigo, água limpa, educação formal, cuidados

⁶ Para informações mais detalhadas sobre convenções e recomendações sobre o trabalho infantil emanadas da OIT, consultar: <<http://www.ilo.org/ipec/facts/ILOconventionsonchildlabour/lang--en/index.htm>>.

⁷ A ONU é um organismo internacional para manter a paz e a segurança mundial. Para informações mais detalhadas sobre o seu histórico e objetivos, consultar: <<http://www.un.org/en/about-un/index.html>> ou <<https://nacoesunidas.org/>>.

⁸ Para informações atualizadas sobre o tema, consultar: <https://treaties.un.org/pages/viewdetails.aspx?src=treaty&mtdsg_no=iv-11&chapter=4&lang=en>.

⁹ Para informações mais detalhadas a respeito da Convenção sobre os Direitos da Criança, consultar: <<https://www.unicef.org/crc/>>.

de saúde primários, lazer e recreação, atividades culturais e informações sobre seus direitos. No direito à proteção incluiu-se proteção de todas as formas de abuso, negligência, exploração e crueldade infantil, abarcando também o direito à proteção especial em tempos de guerra e proteção contra abusos no sistema de justiça criminal. Os direitos de participação incluíam o direito de expressar opiniões e ser ouvido, o direito à informação e liberdade de associação, entendendo-se que a garantia destes direitos à medida que as crianças amadurecem ajudam na realização de todos os seus direitos e as preparam para um papel ativo na sociedade.

Na legislação internacional consultada, notou-se que, para o grupo formado por crianças e adolescentes, a abordagem é transversal a diferentes temáticas como saúde, educação, proteção social, cultura, lazer, trabalho, desenvolvimento, entre outros. Desta forma, ao analisar os acordos e declarações internacionais mais relevantes, associados ao direito e ao bem-estar das crianças e adolescentes, buscou-se fazer a sistematização tanto dos temas abordados para mensurar o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, quanto os indicadores utilizados.

Um marco referencial de indicadores voltados para crianças foi acordado na Cúpula Mundial para a Criança (World Summit for Children), realizada em New York, em 30.09.1990, com a assinatura da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança, bem como do seu Plano de Ação¹⁰, compreendendo um conjunto de metas e objetivos para o ano 2000 de desenvolvimento humano voltado para a criança. No Plano de Ação colocou-se que as crianças de hoje seriam os cidadãos de amanhã e, por esse motivo, a sobrevivência, proteção e desenvolvimento deste grupo eram condições para o futuro progresso da humanidade. O documento contou com metas principais para a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção da criança, colocadas em sete objetivos: a) entre 1990 e o ano 2000, redução de $\frac{1}{3}$ nas taxas de mortalidade infantil e de menores de cinco anos, ou a um nível entre 50 a 70 por 1000 nascidos vivos, o que representar maior redução; b) entre 1990 e o ano 2000, redução de 50% nas taxas de mortalidade materna; c) entre 1990 e o ano 2000, redução de 50% nas taxas de desnutrição grave e moderada entre os menores de cinco anos; d) acesso universal à água limpa e ao saneamento básico; e) até o ano 2000, acesso universal à educação básica e conclusão da educação de primeiro grau de pelo menos 80% das crianças em idade escolar; f) redução de 50%, no mínimo, na taxa de analfabetismo entre os adultos com relação a 1990, com ênfase na alfabetização das mulheres; e g) melhoria na proteção às crianças que vivem em circunstâncias especialmente difíceis, principalmente em situação de conflito armado. Além destes sete objetivos principais, o documento contou com metas de apoio ou setoriais englobando as áreas de saúde e formação da mulher, de nutrição, de saúde infantil, de água e saneamento, de educação básica e de crianças em circunstâncias difíceis. Os 27 objetivos do Plano de Ação constituíram uma mistura de indicadores de condições de saúde e educação básica, de ações de acesso a serviços e de resultados. Um avanço importante associado ao acompanhamento do Plano de Ação foi o trabalho gerado na mensuração de indicadores, uma vez que a definição de objetivos mensuráveis passa a demandar um esforço de implementação de sistemas de coleta e monitoramento de dados (PROGRESS..., 2001; WETHE CHILDREN..., 2001). É importante dizer que no relatório *We the children: meeting the promises of the World Summit for Children*, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's

¹⁰ Para informações mais detalhadas sobre o evento e os documentos resultantes, consultar: <<https://www.unicef.org/wsc/>>.

Fund - UNICEF)¹¹, destacou-se que a situação dos adolescentes atraiu atenção na década de 1990, considerando-se esta a “fase em que se desenvolve um sentido definitivo de si mesmo, que ocorre à medida que o adolescente adquire valores sociais, assume compromissos cívicos e torna-se cada vez mais ciente de questões de sexualidade e fecundidade” (WE THE CHILDREN..., 2001, p. 47, tradução nossa).

Outro marco nos indicadores associados a crianças e adolescentes foi a Declaração do Milênio, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 08.09.2000, com o apoio de 191 estados-membros, que resultou nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM¹², sendo o progresso medido a partir do ano-base de 1990. Os oito ODM eram acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a Aids, a malária e outras doenças; garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; e estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Para cada objetivo havia metas e indicadores específicos estabelecidos num projeto de desenvolvimento até 2015. Os dados para os indicadores de monitoramento dos ODM mostraram progressos significativos para crianças e adolescentes em áreas como sobrevivência infantil, nutrição, transmissão de HIV, nível de escolaridade, saúde materno-infantil, entre outras. Entretanto, segundo o Unicef, indicadores a nível global, e mesmo para países, não mostravam as desigualdades regionais e subnacionais (UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND, 2013; BEYOND AVERAGES..., 2015).

Visando dar prosseguimento ao avanço, mensurado por meio dos indicadores, que foi alcançado com os ODM entre 1990 e 2015, um novo arcabouço tem sido construído em prol do desenvolvimento global, segundo as Nações Unidas (THE MILLENNIUM..., 2015). Na nova agenda, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, buscou-se equilibrar as três áreas (econômica, social e ambiental) do desenvolvimento sustentável. Além disso, ampliou-se para 17 a quantidade de objetivos, estabelecendo um marco de desenvolvimento entre 2015 e 2030, com 169 metas e 230 indicadores, ainda em fase de discussão¹³. Uma característica dos indicadores propostos é que muitos deles envolvem um aprofundamento sobre o tema analisado, inclusive gerando a necessidade de mais dados, informações, ou mesmo desenvolvimento de metodologia, para sua mensuração. Um exemplo é o indicador 4.2.1, que trata da proporção de crianças menores de 5 anos de idade que está com desenvolvimento adequado na saúde, no aprendizado e no bem-estar psicossocial. Ou seja, trata-se de um indicador sobre o desenvolvimento na primeira infância, que abrange diferentes aspectos (saúde, aprendizado, bem-estar psicossocial), além da definição do que seria o adequado para o desenvolvimento. Outra característica marcante deste novo arcabouço é a presença de desagregações para os indicadores propostos, como sexo, grupos de idade, local de residência, entre outros.

Diferentes documentos vêm sendo preparados associando objetivos, metas e indicadores dos ODS ao bem-estar e ao direito das crianças, conforme United Nations Children’s Fund (2014, 2015, 2016). Em United Nations Children’s Fund (2017), publicação

¹¹ O UNICEF, originalmente denominado United Nations International Children’s Emergency Fund, foi criado em Assembleia Geral da ONU, em 11.12.1946, com o objetivo de suprir necessidades emergenciais no pós-guerra, provendo alimentos, remédios e vestuário para crianças na Europa e China (UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND, 1980).

¹² Para informações mais detalhadas sobre os objetivos, metas e indicadores dos ODM, consultar: <<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/default.aspx>> e <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>.

¹³ Para informações mais detalhadas sobre os objetivos, metas e indicadores dos ODS, consultar: <<https://sustainabledevelopment.un.org/>> e <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>>.

mais recente, foram destacados 14 objetivos, 36 metas e 50 indicadores prioritários que estão relacionados com a criança na Agenda 2030 dos ODS. A lista destes objetivos, metas e indicadores apontados como prioritários pelo Unicef é apresentada no Anexo 1. Em United Nations Children's Fund (2016), foi apresentada uma visão mais abrangente dos objetivos e metas globais de desenvolvimento sustentável, que verificou, para cada um destes, a relação com os artigos da Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e mapeou como cada artigo da Convenção está relacionado com os ODS. Um exemplo deste trabalho foi o mapeamento do Art. 1 da Convenção, que define como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, em que identificou-se um objetivo (Objetivo 5) e 18 metas dos ODS que referem-se explicitamente às crianças (Metas 1.2, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2, 4.5, 4.a, 5.1, 5.2, 5.3, 5.c, 6.2, 8.7, 11.2, 11.7 e 16.2).

Além disso, o Unicef tem publicação regular, desde a década de 1980, que trata de diferentes indicadores relacionados ao bem-estar das crianças no mundo. Em sua primeira edição, *The state of the world's children 1980-81*, entre os temas tratados destacou-se pobreza, inequidade internacional, assim como saúde, nutrição e educação, designados como os três pilares do desenvolvimento humano (THE STATE..., 1981). Os dados apresentados não foram sistematizados em tabelas. Em sua versão mais recente, *The state of the world's children 2016*, apresentou capítulos sobre saúde, educação, pobreza e equidade e os indicadores foram agrupados em 14 tabelas em temas variados, sendo apresentados resultados para diversos países (THE STATE..., 2016). A lista de indicadores nela apresentados foi organizada em 14 temas e encontra-se no Anexo 2¹⁴. Além dos temas abordados desde o início da publicação que foram sistematizados em seis tabelas (saúde, nutrição, educação, indicadores básicos, indicadores demográficos e indicadores econômicos), ao longo do tempo outros assuntos/tabelas passaram a compor a publicação: mulheres (1988); taxa de progresso nos indicadores (desde 1990, como contribuição específica para os preparativos da World Summit for Children); HIV/Aids (desde 2003, associado à Meta 6 dos ODM); proteção infantil (desde 2004); adolescentes (desde 2011, sendo esta temática o foco da publicação de 2011); desigualdades por local de residência e por rendimento domiciliar (desde 2011, para acompanhar o progresso no desenvolvimento humano); e desenvolvimento na primeira infância (desde 2013). Desta forma, pode-se notar como a compreensão sobre o desenvolvimento e bem-estar humano, especialmente da criança, expandiu-se da perspectiva dos indicadores econômicos para uma abordagem multifacetada.

O Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento é um acordo entre governos e propôs uma agenda regional para América Latina e Caribe, associando população e desenvolvimento e buscando reforçar a implementação do Programa de Ação do Cairo para o período após 2014¹⁵. Neste documento é reconhecido que crianças, adolescentes e jovens são sujeitos de direitos e atores do desenvolvimento, sendo definidas 11 medidas prioritárias para este público. No informe de avanço do grupo de trabalho, que contém orientações para a implementação das medidas prioritárias que constam no Consenso de Montevidéu, foram sugeridos indicadores para acompanhar

¹⁴ No rodapé de cada tabela temática disponível na publicação *The state of the world's children 2016* constam informações sobre a fonte de dados utilizada e a descrição de cada indicador.

¹⁵ O documento resulta da Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, realizada em Montevidéu, em agosto de 2013. Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/21835>>.

as metas prioritárias¹⁶. Nesta proposta de indicadores considerou-se a sinergia com os indicadores dos ODS, sendo propostos 16 indicadores de monitoramento sobre direitos, necessidades, responsabilidades e demandas de crianças, adolescentes e jovens. Para este público específico procurou-se identificar indicadores associados a crianças, adolescentes e jovens presentes nos ODS (como mortalidade, trabalho infantil, educação, fecundidade adolescente), e também acrescentar temas pouco tratados ou ausentes na Agenda 2030, como aqueles vinculados à participação social; à educação integral para sexualidade, saúde sexual e reprodutiva; e aos direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes e jovens.

Além dos organismos, acordos e declarações internacionais que tratam do direito e bem-estar das crianças e adolescentes abordando diversos temas, também estão disponíveis publicações que tratam de temas específicos de forma mais aprofundada¹⁷. Na proposta de indicadores na área de educação, tem-se, em Unesco Institute for Statistics (2009), um guia técnico de construção de 44 indicadores, alguns dos quais abrangem o grupo de crianças e adolescentes; em Unesco Institute for Statistics (2015), 43 indicadores temáticos sugeridos pelo grupo técnico consultivo para medir o progresso pelos ODS, ampliando a proposta de indicadores na área de educação e constituindo o Quadro de Ação para Educação 2030; e em United Nations Children's Fund (2009), preparado em parceria com o Better Care Network - BCN, 15 indicadores para medir especificamente o cuidado formal de crianças.

Na área da saúde, (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015) colocou objetivos para melhoria da saúde de crianças, adolescentes e mulheres seguindo três eixos: sobrevivência (acabar com mortes evitáveis), prosperidade (garantir saúde e bem-estar) e transformação (expandir ambientes favoráveis), tendo sido propostos 16 indicadores alinhados com os ODS e outros indicadores adicionais para acompanhar esta estratégia global (UNITED NATIONS, 2016a). Houve também iniciativa para definir uma lista de indicadores básicos para mensurar e acompanhar a saúde do adolescente, conforme objetivos de Technical Consultation on Indicators of Adolescent Health (2014), sendo os indicadores separados em dimensões: estado de saúde, fatores de risco, cobertura do serviço e sistema de saúde; e muitos deles incluídos na lista de referência global de 100 indicadores básicos de saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015).

Quando o tema é trabalho, o grupo das crianças e dos adolescentes demanda indicadores e abordagens diferenciadas na análise. A OIT tem um Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (International Programme on the Elimination of Child Labour - IPEC), criado em 1992¹⁸. Os indicadores sobre trabalho infantil normalmente abrangem as pessoas de 5 a 17 anos de idade, mas é importante dizer que os países têm legislações que permitem o trabalho a partir de diferentes idades. De toda forma, é essencial mencionar que o termo trabalho infantil deve ser entendido como o trabalho que priva a criança de sua infância, seu potencial, sua dignidade e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental (INTERNACIONAL LABOUR CONFERENCE, 1973, 1999). As informações e indicadores de trabalho para

¹⁶ O documento resulta da Terceira Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, realizada em Santiago de Chile, em agosto de 2016. Para informações mais detalhadas, consultar: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40468/S1600732_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

¹⁷ Além das publicações mencionadas, há diferentes documentos do Unicef relacionados ao desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes. Nesse sentido, sugere-se consultar: <<https://www.unicef.org/publications/>> e <<https://www.unicef-irc.org/publications/>>.

¹⁸ Para informações mais detalhadas sobre o programa e seus indicadores, consultar: <<http://www.ilo.org/ipec/lang--en/index.htm>>.

os adolescentes, ao se considerar o grupo de pessoas de 10 a 19 anos de idade, correspondem em parte a aspectos do trabalho infantil (5 a 13 ou 17 anos de idade) e outra parte a aspectos do trabalho de jovens (15 a 24 ou 29 anos de idade). O interesse na dinâmica do mercado de trabalho dos jovens é crescente, sendo que, além dos indicadores clássicos de mercado de trabalho, o grupo daqueles que não trabalham, não estudam e não estão em treinamento tem tido grande destaque¹⁹.

A pobreza é um tema essencial e recorrente ao se analisar o bem-estar de crianças e adolescentes. Indicadores de pobreza e extrema pobreza mostram que este público é bastante presente em condições mais vulneráveis, conforme aponta o UNICEF (ENDING..., 2016; THE STATE..., 2016), inclusive em países desenvolvidos em período de recessão econômica (CHILDREN..., 2014). A relação entre pobreza multidimensional e infância é abordada em CHILD... (2007) em que foram propostas seis dimensões (bem-estar material, saúde e segurança, educação, família e relacionamento, comportamentos e riscos, bem-estar subjetivo), cada uma com diferentes indicadores, para medir o bem-estar da criança e do adolescente em países desenvolvidos.

A revisão de informações e indicadores propostos por órgãos, acordos e legislações internacionais sobre o direito e o bem-estar de crianças e adolescentes buscou apontar tanto a evolução e ampliação de indicadores e de temáticas associadas a este público, assim como a preocupação crescente e a vulnerabilidade, ainda acentuada, no grupo de crianças e adolescentes.

Experiências internacionais

As informações levantadas de experiências internacionais foram separadas em dois conjuntos: pesquisas voltadas para crianças e/ou adolescentes e publicações ou relatórios temáticos dos países com foco em indicadores para este mesmo público. Entre as pesquisas voltadas para crianças e/ou adolescentes destacam-se nesta seção aquelas que foram aplicadas em diferentes países, tendo metodologia e indicadores em comum: Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (Multiple Indicator Cluster Surveys - MICS); Pesquisas de Demografia e Saúde (Demographic and Health Surveys - DHS); Pesquisa Global de Saúde do Escolar (Global School-Based Student Health Survey - GSHS); e Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar (Health Behaviour in School-Aged Children - HBSC). No levantamento dos países com relatório ou publicações voltadas especificamente para crianças e adolescentes foram considerados Estados Unidos, Austrália, Irlanda e Colômbia.

As Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (Multiple Indicator Cluster Surveys - MICS²⁰) são importante fonte de informações para a situação das crianças e das mulheres. Estas pesquisas domiciliares, elaboradas e apoiadas pelo UNICEF, foram realizadas em mais de 100 países no mundo e contou com seis rodadas com metodologias diferentes, desde o ano de 1995. Essas pesquisas, desde o início, foram importante fonte de dados para monitorar os indicadores dos ODM e, de acordo com a metodologia mais recente de coleta, seguirão como fonte relevante de dados para medir os indicadores dos ODS.

¹⁹ Para informações mais detalhadas sobre o mercado de trabalho de jovens e indicadores deste tema, consultar: <<http://ilo.org/global/topics/youth-employment/lang-en/index.htm>>.

²⁰ Para informações mais detalhadas sobre tais pesquisas, consultar: <<http://mics.unicef.org/>>.

Na primeira rodada do questionário das MICS, de 1995, o questionário foi desenhado para coletar e medir indicadores na área de imunização, deficiência de vitamina A, deficiência de iodo, diarreia (tratamento de reidratação oral), subnutrição, educação básica (ensino primário) e saneamento e água adequados. O histórico dos questionários desta pesquisa acompanhou os acordos e declarações internacionais. Desta forma, a primeira rodada da pesquisa, entre anos de 1993 e 1998, contemplou indicadores associados à Cúpula Mundial para a Criança, de 1990; na segunda rodada, de 1999 a 2003, além dos indicadores associados àquela Cúpula, foram acrescentados indicadores sobre direito das crianças (registro de nascimento, arranjo familiar, orfandade e trabalho infantil), sobre gestão integrada de doenças infantis, e de monitoramento de HIV/Aids; a terceira rodada, que foi de 2005 a 2009/10, abarcou indicadores relativos à Cúpula Mundial para a Criança, aos ODM e ao seu Plano de Ação; na quarta rodada, de 2009/10 a 2012/13, a gama de indicadores e temas foi ampliada contemplando diferentes indicadores dos ODM, assim como ocorrido na quinta rodada, de 2012/13 a 2016/17, que abrangeu 12 áreas temáticas (mortalidade, nutrição, saúde infantil, água e saneamento, saúde reprodutiva, desenvolvimento na primeira infância, alfabetização e educação, proteção infantil, comportamento sexual e HIV/Aids, acesso a meios de comunicação de massa e uso de tecnologia da informação e comunicação, bem-estar subjetivo, uso de tabaco e álcool).

Em sua fase atual, a partir de 2017, os questionários da pesquisa foram separados em oito módulos (questionário do domicílio, questionário individual para mulheres de 15 a 49 anos de idade, questionário individual para homens de 15 a 49 anos de idade, questionário para criança de 5 a 17 anos de idade, questionário para criança com menos de 5 anos de idade, questionário de qualidade da água, questionário de coleta de dados por GPS e questionário de registro de vacinação para unidade de saúde) e abrangem temas diversos cobrindo indicadores associados diretamente ao desenvolvimento e bem-estar da criança e do adolescente. De acordo com a lista de 50 indicadores prioritários associados com a criança na Agenda 2030, identificados em United Nations Children's Fund (2017a)²¹, 24 indicadores poderiam ser mensurados pelo instrumento de coleta da sexta rodada das Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, conforme United Nations Children's Fund (2017b)²².

Nas Pesquisas de Demografia e Saúde (Demographic and Health Surveys - DHS²³) as crianças são também objeto de análise. Essas pesquisas domiciliares foram conduzidas em diferentes países, sendo que os questionários aplicados foram separados em sete fases diferentes que ocorrem desde 1984. Em grande parte das pesquisas realizadas, além do questionário do domicílio é identificada uma pessoa para responder o questionário individual, que varia pelo sexo do respondente. Para responder o questionário individual são elegíveis, dentro do domicílio, as mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos de idade) ou os homens (15 a 49, 15 a 54 ou 15 a 59 anos de idade, dependendo do país). O questionário individual da mulher tem ênfase na área de saúde com informações sobre fecundidade, mortalidade, planejamento familiar, casamento, saúde reprodutiva, saúde da criança, nutrição e HIV/Aids. Neste tipo de pesquisa, os tópicos específicos voltados para crianças eram saúde da criança

²¹ A lista desses objetivos, metas e indicadores é apresentada no Anexo 1.

²² Indicadores associados à criança e ao adolescente, identificados em United Nations Children's Fund (2017a), que podem ser monitorados pelas Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos: 1.2.2, 1.3.1, 1.4.1, 2.2.1, 2.2.2, 3.1.1, 3.1.2, 3.2.1, 3.2.2, 3.7.1, 3.7.2, 4.1.1, 4.2.1, 4.2.2, 4.5.1, 5.3.1, 5.3.2, 6.1.1, 6.2.1, 7.1.2, 8.7.1, 16.2.1, 16.9.1, 17.18.1, conforme United Nations Children's Fund (2017b).

²³ Para informações mais detalhadas sobre as pesquisas, consultar: <<http://dhsprogram.com/>>.

(vacina, tratamento de doenças na infância, cuidado com recém-nascido), mortalidade infantil e na infância, nutrição (práticas de amamentação, suplementação de vitaminas, antropometria, anemia), além de saúde materna (pré-natal e parto) e mortalidade materna. Pelos temas abordados, pode-se observar que essas pesquisas também proporcionam indicadores de acompanhamento dos ODM e ODS, especialmente na área da saúde.

O estudo transnacional denominado Pesquisa Global de Saúde do Escolar (Global School-Based Student Health Survey - GSHS²⁴) é um sistema de inquéritos nacionais desenvolvido pela OMS e realizado em ambiente escolar com estudantes de 13 a 17 anos de idade para monitoramento de fatores comportamentais de risco e proteção à saúde. A metodologia prevê a utilização de questionário autoaplicável, ou seja, preenchido pelo próprio escolar, onde são reproduzidos quesitos de, ao menos, seis dos 10 módulos temáticos que compõem o questionário básico da GSHS. Estes abordam tabagismo, sedentarismo, alimentação inadequada, consumo de álcool, experimentação e consumo de drogas, saúde sexual e reprodutiva, violência, segurança e acidentes, hábitos de higiene, saúde mental e fatores de proteção na escola e em casa.

O inquérito transnacional sobre Comportamento de Saúde em Crianças em Idade Escolar (Health Behaviour in School-Aged Children - HBSC²⁵), desenvolvido pelo Escritório Regional para a Europa da OMS, é aplicado em países da Europa e da América do Norte. Nesta pesquisa o público são os escolares de 11, 13 e 15 anos de idade sendo abordados temas como saúde, bem-estar, ambiente social e comportamentos de saúde, visando compreender a saúde do adolescente em seu contexto social (onde vive, na escola, na família e com amigos) (GROWING..., 2016).

Passando das pesquisas voltadas para crianças e adolescentes para as experiências dos países, verificou-se que no caso dos Estados Unidos, a página do U.S. Census Bureau tinha tópico sobre “famílias e arranjos de vida”, sendo identificados indicadores e informações relacionados às crianças nos subtópicos “crianças”, “cuidado de crianças” e “avós e netos”. As informações sobre crianças foram encontradas, principalmente, de forma transversal nos tópicos (população, educação, saúde, família e arranjos de vida, rendimento e pobreza) associados às diferentes pesquisas conduzidas pelo instituto. Uma das publicações específicas sobre crianças (LAUGHLIN, 2014) apresentou diversos indicadores para tratar de aspectos do bem-estar de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade. As informações eram provenientes das entrevistas realizadas na Survey of Income and Program Participation - SIPP, realizada pelo U.S. Census Bureau, referente ao último trimestre de 2011, que dispunha de módulo sobre bem-estar infantil. Na publicação buscou-se analisar a relação entre os arranjos de vida das crianças e adolescentes e os indicadores de bem-estar selecionados, e também entre os últimos e as transições econômicas ou domiciliares. Os aspectos do bem-estar das crianças e adolescentes considerados foram: tipo de interação diária entre criança e pais (frequência de prática de leitura pelo progenitor para filho, de refeição compartilhada entre filho e pais e a existência de regras de uso de TV na família), perfil escolar das crianças de 6 a 17 anos de idade (atividades adicionais, repetência, suspensão), experiência de educação infantil²⁶. Outro

²⁴ Para informações mais detalhadas sobre o estudo, consultar: <<http://www.who.int/chp/gshs/en/>>.

²⁵ Para informações mais detalhadas sobre o inquérito, consultar: <<http://www.hbsc.org/>>.

²⁶ Tabelas adicionais sobre este módulo estão disponíveis em: <<https://www.census.gov/data/tables/2008/demo/2011-childs-day.html>>.

tema abordado foi o arranjo familiar das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, em que se destacou a relação entre arranjo de vida e raça/origem da criança, com informações também da SIPP (KREIDER; ELLIS, 2011).

O sistema americano de vigilância de comportamentos de riscos em adolescentes (Youth Risk Behavior Surveillance System - YRBSS²⁷) é conduzido pelos Centros de Controle de Doenças e Prevenção (Centers for Disease Control and Prevention - CDC) e estabelecido desde 1991. Esse sistema monitora um conjunto de comportamentos de risco em adolescentes e jovens estudantes do 9º ao 12º ano: acidentes e violência não intencionais; infecção por HIV, outras doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada; uso de tabaco, álcool e outras drogas; hábitos alimentares não saudáveis; sedentarismo. Adicionalmente, são acompanhadas a prevalência de obesidade e asma na população-alvo. Os dados são obtidos a partir de inquéritos bienais de base nacional, estadual, territorial (U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, 2013).

A publicação *America's children: key national indicators of well-being*, elaborada pelo Federal Interagency Forum on Child and Family Statistics²⁸, desde 1997, nos Estados Unidos, tem uma perspectiva multitemática sobre o bem-estar das crianças, sendo desenhada para complementar outros relatórios mais especializados ou técnicos produzidos pelas várias agências que compõem o Fórum (AMERICA'S..., 2016). Na seleção dos indicadores considerou-se a facilidade de compreensão, qualidade da fonte de dados, equilíbrio entre as diferentes áreas, regularidade de disponibilidade e representatividade de grande segmento da população (AMERICA'S..., 2015). No documento os indicadores foram separados em sete domínios: família e ambiente social, circunstâncias econômicas, cuidado de saúde, ambiente físico e segurança, comportamento, educação e saúde. Grande parte dos indicadores foi apresentada para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade; alguns eram específicos para adolescentes de 12 a 17 anos de idade (vítimas de crimes violentos graves, adolescentes com ao menos um episódio depressivo maior), outros eram para adolescentes de 15 a 19 anos de idade (mortes relacionadas a veículo motorizado, adolescentes que não estudavam e não trabalhavam). Nesta publicação não houve menção aos indicadores dos ODS, apesar de ter indicadores em temas relacionados (taxa de fecundidade de adolescentes, taxa de relato de maus tratos de crianças, pobreza na infância, cobertura de plano de saúde, imunização, qualidade do ar, qualidade da água de beber, mortalidade por acidente de trânsito, proficiência em matemática e leitura, baixo peso ao nascer, obesidade). Outra iniciativa nacional de sistematizar indicadores para crianças, adolescentes e jovens é realizada por The Annie E. Casey Foundation, por meio de publicação e sistema online²⁹. No sistema *online* são disponibilizados indicadores na área de demografia, bem-estar econômico, educação, família e comunidade, saúde, segurança e comportamentos de risco, por estado norte-americano.

Na Austrália, na página do Australian Bureau of Statistics - ABS, também não foram identificados dados ou relatório recentes com foco nas crianças ou adolescentes. Informações sobre este público são encontradas em outros temas específicos, como "população"; "saúde"; "trabalho"; "educação"; entre outros. É importante mencionar que houve uma publicação direcionada às crianças em 1999, sobre estatísticas sociais

²⁷ Para informações mais detalhadas sobre o sistema, consultar: <<https://www.cdc.gov/healthyyouth/data/yrbs/>>.

²⁸ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<https://www.childstats.gov/>>.

²⁹ Disponível em: <<http://datacenter.kidscount.org/>>.

de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, tratando dos temas população, ambiente econômico, ambiente físico, saúde e educação (TREWIN, 1999). Houve publicação mais recente sobre a saúde de crianças de 0 a 14 anos de idade na Austrália, para o período 2004-05, utilizando como principal fonte de dados sua respectiva Pesquisa Nacional de Saúde (National Health Survey - NHS) (HEALTH..., 2007).

Na publicação *Mapping of children and youth indicator reporting frameworks*, organizada pelo Australian Institute of Health and Welfare - AIHW, foi feita uma sistematização de acordos e sistemas que eram relevantes para crianças e/ou jovens de 0 a 24 anos de idade, considerando seis sistemas nacionais de indicadores, quatro acordos nacionais e cinco acordos nacionais de parceira (AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE, 2014). Os indicadores dos sistemas e acordos foram organizados em seis domínios amplos: saúde e bem-estar; comportamentos de saúde e fatores de risco; aprendizagem e desenvolvimento, e transição para o emprego; fatores familiares, comunitários e socioeconômicos; proteção e segurança; e performance do sistema (de saúde, de educação, de assistência social). Com isso, buscou-se diferenciar áreas temáticas críticas, com indicadores relevantes presentes em mais de um sistema ou acordo, daquelas que eram exclusivas de um determinado sistema ou acordo. Os indicadores foram separados em cada um dos seis domínios amplos, dentro de 77 subtópicos. No mapeamento é interessante destacar o subtópico mais comum em cada um dos seis domínios: a mortalidade foi tópico mais comum no domínio saúde e bem-estar; baixo peso, sobrepeso e obesidade no tema comportamentos de saúde e fatores de risco; frequência à escola foi o mais abordado em aprendizagem, desenvolvimento, e transição para o emprego; no domínio fatores familiares, comunitários e socioeconômicos foram comuns os tópicos situação econômica familiar e redes sociais; abrigo e habitação, e abuso e negligência foram tópicos principais na área de proteção e segurança; e imunização e cuidado pré-natal como tópicos principais no domínio sobre performance do sistema (AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE, 2014). É importante mencionar que, de alguma forma, todos esses tópicos e dimensões são também abordados nos ODS.

Na Irlanda, o Central Statistics Office - CSO também não divulga informações ou relatórios sobre crianças e adolescentes de forma integrada; as informações estão disponíveis em tópicos associados ao público (educação, saúde, população, condições sociais, entre outros). O Department of Children and Youth Affairs compila dados, provenientes de diferentes fontes, sobre bem-estar de crianças na publicação *State of the nation's children: Ireland*, elaborada bienalmente desde 2006 (STATE..., 2006). A última edição da publicação (STATE..., 2016) contou com diversos indicadores para crianças de 0 a 17 anos de idade e foi organizado em quatro partes temáticas: sociodemografia, relacionamento das crianças, resultados (na educação; na saúde; no comportamento, socialização e emocional) e apoio formal e informal. Na seleção de indicadores considerou-se o bem-estar infantil sob diferentes dimensões da vida das crianças, destacando a importância das relações infantis e dos apoios formais e informais, mas também buscou-se identificar um número pequeno de indicadores para acompanhamento, visando facilidade de compreensão e maior aceitação no campo político. No documento foram incluídos 48 indicadores relativos à vida das crianças (STATE..., 2016).

Na Colômbia, a publicação *Proceso de rendición pública de cuentas sobre la gestión para la garantía de los derechos de la infancia, la adolescencia y la juventud*:

indicadores sociales y gasto público social, elaborada pela Estratégia Hechos y Derechos, que engloba diferentes órgãos governamentais e organismos internacionais, destinou-se a tratar do seguimento e avanço na garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens (ESTRATEGIA HECHOS Y DERECHOS, 2011). Foram priorizados 65 indicadores sociais e 14 indicadores financeiros. Os indicadores sociais, por sua vez, foram separados em quatro amplas categorias: existência, desenvolvimento, cidadania e proteção. Todos estes indicadores foram classificados em relação ao ciclo de vida: primeira infância, infância, adolescência e juventude. Parte significativa dos indicadores sociais referia-se à primeira infância (50 indicadores nas áreas de mortalidade, nutrição, imunização, educação, entre outras) e 36 indicadores eram voltados ao público formado pelos adolescentes. Os indicadores financeiros correspondiam principalmente em mensurar a participação de setores (primeira infância, infância, adolescência, saúde, educação, habitação, saneamento, lazer, cultura, esporte) relacionados ao público em questão no total do gasto público social. Para cada um dos indicadores selecionados foi feita uma ficha técnica e a associação com qual aspecto do direito/política estaria monitorando (ESTRATEGIA HECHOS Y DERECHOS, 2011). A publicação tratou de indicar áreas estratégicas que deveriam ser priorizadas para o avanço da garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, e, apesar de indicar na ficha técnica dos indicadores as possíveis fontes de dados, não foram apresentados dados ou foi feita análise sobre bem-estar deste público.

No levantamento das experiências internacionais pode-se verificar que normalmente os institutos nacionais de estatística não fazem publicação mais específica sobre o grupo de crianças e/ou adolescentes, mas foi encontrada informação de resultados de pesquisas associada ao grupo. As publicações com informações voltadas a este público, nos países analisados, foram sistematizadas por organismos de governo, tratando o bem-estar de crianças e adolescentes de forma abrangente, abordando diversas áreas e disponibilizando diferentes indicadores para monitorar seu desenvolvimento. Pode-se destacar alguns indicadores comuns nas experiências levantadas: na área de saúde, indicadores associados à saúde materna e infantil, imunização, mortes evitáveis, mortalidade de adolescentes, comportamentos de risco ou de proteção de adolescentes, fecundidade adolescente, entre outros), educação (frequência a escola, proficiência), nutrição (baixo peso, sobrepeso, obesidade), pobreza, proteção social (trabalho infantil). Alguns indicadores foram menos frequentes ou presentes em pesquisas específicas, como desenvolvimento na primeira infância, agressão infantil, e questões sobre saúde sexual e reprodutiva. Também foram encontrados indicadores relacionados a aspectos normativos e orçamentários, que foram menos frequentes.

Principais indicadores produzidos com as bases de dados do IBGE

As informações e os indicadores sobre crianças e adolescentes produzidos com as bases de dados do IBGE podem ser organizados entre as publicações voltadas especificamente para este público; as pesquisas que tratam deste público num contexto mais amplo e as pesquisas direcionadas para crianças e/ou adolescentes.

Nas publicações voltadas para crianças e adolescentes destaca-se o convênio firmado entre o IBGE e o UNICEF, com o intuito de divulgar a situação das crianças,

adolescentes e mães. Em comemoração ao Ano Internacional da Criança, 1979, foi lançada a obra *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*, cuja última edição ocorreu em 1990. Com diferentes formatos e temas variáveis, a publicação objetivou divulgar, de forma sistemática e sistematizada, informações sobre a situação da criança e do adolescente buscando subsidiar a formulação de políticas e ações governamentais voltadas a este público.

A primeira divulgação (PERFIL..., 1979) foi composta somente por tabelas nas seguintes temáticas: situação econômica do Brasil, aspectos demográficos, educação, emprego (de pessoas de 10 anos ou mais de idade), saúde e nutrição, moradia e condições ambientais. Nota-se que os temas tratados nesta publicação são semelhantes à publicação inicial do UNICEF sobre crianças (THE STATE..., 1981). A segunda divulgação (PERFIL..., 1982b) tratou das características sócio-demográficas (fecundidade e mortalidade); famílias; trabalho e rendimento; e educação comparando dados do Censo Demográfico 1970 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1977. A terceira divulgação (PERFIL..., 1982a) concentrou-se nos aspectos nutricionais provenientes do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, trazendo análise sobre a avaliação antropométrica de crianças de 1 a 5 anos de idade e adequação da dieta nas famílias com crianças de 1 a 5 anos de idade, destacando a relação com fatores socioeconômicos. A saúde foi tema principal da quarta divulgação (PERFIL..., 1984), com informações da PNAD 1981, da Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária - AMS 1980 e do Ministério da Saúde. Além de indicadores sobre população, foram divulgadas informações nos temas de oferta e utilização dos serviços de saúde, atenção materno-infantil, aleitamento materno, percepção de morbidade e cobertura na vacinação. Na quinta divulgação (PERFIL..., 1986), os indicadores e a análise concentraram-se na queda da mortalidade infantil e sua relação com aspectos socioeconômicos, políticas de saúde e saneamento. A fecundidade foi tema da sexta divulgação (PERFIL..., 1988b), com indicadores de fecundidade por grupos de idade e também sobre utilização de métodos contraceptivos, informação proveniente da Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar - PNSMIPF e da PNAD, ambas de 1986. A sétima divulgação (PERFIL..., 1988a) tratou da situação socioeconômica de crianças e adolescentes com indicadores sobre condição na família, escolaridade, inserção no mundo do trabalho e participação no orçamento familiar utilizando dados da PNAD da década de 1980. A mortalidade infantil novamente foi tema da oitava divulgação (PERFIL..., 1989), com indicadores por causas de morte e sobre gasto com saúde nos anos 80. A última divulgação de tais indicadores (PERFIL..., 1990) consistiu no acompanhamento da situação socioeconômica de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade.

Dando sequência ao objetivo de construir um sistema contínuo de informações básicas sobre crianças e adolescentes, foi criado, em 1989, o periódico *Crianças e Adolescentes: Indicadores Sociais*, no escopo da cooperação técnica entre o IBGE e o UNICEF, tendo sua última edição ocorrido em 1999. Seus fascículos trouxeram informações sobre crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, para o período de 1987 a 1997, sendo os dados provenientes principalmente da PNAD e do Censo Demográfico 1991. Os temas abordados foram família e rendimento, saúde e saneamento, educação, trabalho. A divulgação das informações foi feita por meio de um boletim com os principais indicadores da situação socioeconômica e demográfica das crianças e adolescentes, assim como pela disponibilidade de um conjunto de tabelas que faziam parte do sistema.

A publicação *Síntese de indicadores sociais*, iniciada em 1999 pelo IBGE, que faz uma análise das condições de vida da população brasileira, também abordou o público de crianças e adolescentes, trazendo indicadores relacionados a seus aspectos demográficos, família e rendimento, saúde e saneamento, educação, trabalho e trabalho infantil, com dados principalmente da PNAD; trazendo pontualmente informações complementares sobre segurança alimentar, fatores de proteção e de risco na saúde do escolar, e de outras fontes de dados externas, como o Ministério da Saúde³⁰.

Dadas a transversalidade e a abrangência temática na mensuração do bem-estar de crianças e adolescentes e considerando que o percurso de uma política pública contempla sua definição no arcabouço legal, institucionalização nas esferas de gestão e os resultados de sua implementação na população-alvo, buscou-se identificar nas pesquisas produzidas pelo IBGE aquelas que possibilitem a mensuração, por meio de indicadores, das etapas supracitadas associadas ao público formado por crianças e adolescentes.

Nesse contexto, dados provenientes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC podem subsidiar a produção de indicadores do processo de institucionalização de políticas públicas relacionadas a crianças e adolescentes nas esferas municipal e estadual, respectivamente. A MUNIC é um levantamento censitário de periodicidade anual, realizado desde 1999, que investiga, nos municípios brasileiros, aspectos da gestão pública municipal relacionados a estrutura e grau de institucionalização das políticas públicas (PERFIL..., 2016). Constam, desde 2001, quesitos relativos à criação e estrutura de funcionamento de conselhos tutelares e conselhos de direitos da criança e adolescente, além de articulações institucionais na forma de consórcios públicos relacionados, convênios entre entes públicos, entre outros. Os dados permitem traçar o perfil das instâncias de participação direta da sociedade civil na gestão da política³¹. A partir de 2005, os quesitos investigados passam a incluir também questões relacionadas à existência de centros de atendimento para adolescentes em conflito com a lei, delegacias de proteção à criança e adolescente, juizados de criança e adolescente, atividades em casas-abrigo para esse público e centros de juventude no âmbito de políticas de assistência social, direitos humanos e gestão de políticas de gênero. No bloco sobre educação são investigadas ações relacionadas a matrículas de crianças na escola, redução de evasão escolar, cursos de educação profissional e projetos de promoção de educação não sexista, entre outros. Finalmente, as ações relacionadas à redução do sub-registro civil de nascimentos estão contempladas na parte sobre saúde e direitos humanos³².

Nesta pesquisa existe a possibilidade de explorar mais detidamente, possivelmente em suplementos, temas associados ao acompanhamento de políticas voltadas para crianças e adolescentes, ampliando as informações além dos quesitos relativos à infraestrutura existente de Conselhos Tutelares, centros de atendimento, juizado, entre outros. Ademais, aspectos do capítulo sobre direitos, necessidades, responsabilidades e demandas de crianças, adolescentes e jovens que constam

³⁰ A partir de 2007, a publicação passou a se denominar *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*.

³¹ Quesitos contemplados nas edições de 2001, 2002, 2005, 2006, 2011, 2013 e 2014. Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>.

³² Quesitos contemplados nas edições de 2005, 2006, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014. Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>.

no Consenso de Montevideu podem ser abordados nesta pesquisa, como aqueles associados ao tema instâncias governamentais que contam com mecanismo de participação de adolescentes e jovens; ou a presença de centros de saúde ou espaços amigáveis para adolescentes, embora tais indicadores ainda precisam de definição de metodologia para que a coleta de informações seja sistematizada.

Acompanhando a trajetória da M_{UNIC}, a ESTADIC foi planejada como levantamento censitário, de periodicidade anual, para investigação da estrutura da gestão estadual de políticas públicas. A ESTADIC foi realizada, pela primeira vez, em 2012 (PERFIL..., 2013). Entre 2012 e 2014 a pesquisa investigou igualmente a existência de estrutura de participação da sociedade civil e de financiamento das ações relativas a crianças e adolescentes, concretizadas respectivamente em Conselhos e Fundos Estaduais da Criança e Adolescentes. Adicionalmente, foram investigados alguns equipamentos públicos para prestação de serviços, exclusivamente no âmbito dos Suplementos de Assistência Social, levados a campo em 2012 e 2014.

A Pesquisa Estatísticas do Registro Civil é um levantamento censitário de registros administrativos de nascidos vivos, casamentos, óbitos, óbitos fetais e divórcios obtidos junto aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Varas Cíveis e de Família e tabelionatos de notas, contando com periodicidade anual e disponibilização de dados para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Os dados de nascidos vivos, óbitos, óbitos fetais e casamentos são coletados desde 1974 e as dissoluções de casamentos (divórcios) passaram a ser contempladas a partir de 1984. No que se refere ao grupo populacional objeto deste capítulo, esse levantamento fornece dados para produção de indicadores de nascimentos, mortalidade por sexo e grupos de idade, mortalidade infantil e seus componentes (neonatal precoce e tardio), mortalidade na infância, fecundidade em adolescentes do sexo feminino por grupos de idade (menores de 15 anos e 15 a 19 anos) e casamentos (ESTATÍSTICAS..., 2016). Considerando os indicadores apontados como prioritários para crianças em United Nations Children's Fund (2017a), esta é uma pesquisa que pode subsidiar o monitoramento dos ODS com informações associadas à cobertura do registro de nascimentos (indicador 16.9.1 e 17.19.2); fecundidade adolescente (indicador 3.7.2) e características associadas ao casamento civil antes dos 15 e dos 18 anos de idade. Cabe destacar que eventuais ajustes metodológicos podem ser necessários para produção de indicadores utilizando esta fonte de dados, uma vez que pode haver subnotificação nos registros de óbitos e de nascimentos. Outra limitação desta fonte é que as causas de morte não são captadas neste levantamento, não permitindo análises para esta variável, embora esta análise seja possível com o Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD era uma pesquisa de propósitos múltiplos que investigou, de 1967 a 2015, características socioeconômicas e demográficas da população. Nesta pesquisa alguns temas eram abordados de forma sistemática, como características gerais da população (idade, sexo, condição na unidade domiciliar, cor ou raça), educação (frequência à escola, escolaridade alcançada), trabalho e rendimento (para pessoas de 10 anos ou mais de idade) e habitação (acesso a serviços de saneamento, posse de bens). Outros aspectos tiveram periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade (permanente a partir de 1992), nupcialidade (permanente a partir de 2011), saúde (suplemento em 1981, 1998, 2003, 2008 e 2013), trabalho infantil (para pessoas de 5 a 9 anos de idade, tema

permanente a partir de 1998) e outros temas incluídos de acordo com as necessidades de informação (PESQUISA..., 2016b). Além destes temas, que também permitem gerar indicadores específicos para crianças e adolescentes, os tópicos tratados em suplementos na PNAD, a partir do ano 2000, relacionados diretamente a este público foram: em 2001, trabalho infantil; em 2004, aspectos complementares de educação e acesso a transferências de renda de programas sociais, e segurança alimentar (também em 2009 e 2013, medida por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA); em 2006, aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil, e acesso a transferências de renda de programas sociais; em 2014, educação e qualificação profissional (pessoas de 15 anos ou mais de idade); e em 2015, prática de esporte e atividade física (pessoas de 15 anos ou mais de idade) e aspectos de cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade (com nove quesitos, relacionados ao local em que a criança ficava, no período da manhã e da tarde)³³. Desta forma, a PNAD foi fonte importante de informações e indicadores associados ao bem-estar de crianças e adolescentes, tendo sido fundamental a inclusão de módulos para investigar temas específicos de interesse deste público.

O IBGE promoveu uma reformulação de suas pesquisas por amostra de domicílios, substituindo a PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, e implementando o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, do qual a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua é parte fundamental. A PNAD Contínua disponibiliza informações sobre trabalho, seguindo recomendações internacionais vigentes no momento da concepção da pesquisa, com periodicidade que permite a análise conjuntural do tema³⁴. Esta pesquisa foi implantada em todo o Território Nacional a partir de janeiro de 2012 e disponibiliza informações de trabalho para pessoas de 14 anos ou mais de idade, além de contar com questionário básico sobre características gerais de todos moradores e de educação para moradores de 5 anos ou mais de idade. É um levantamento amplo e profundo no tema trabalho e rendimentos, com informações sobre subocupação, produção para o próprio consumo, construção para o próprio uso, trabalho voluntário, cuidado de pessoas e afazeres domésticos para pessoas de 14 anos ou mais de idade. Dentre os indicadores considerados prioritários para crianças em United Nations Children's Fund (2017a), a PNAD Contínua tem grande potencial de gerar informações para monitoramento dos ODS, especialmente com desagregações, nos temas pobreza (indicadores 1.1.1, 1.2.1, 1.2.2); cobertura de sistema de proteção social (indicador 1.3.1); frequência à escola, por nível de ensino, de pessoas de 5 anos ou mais de idade (indicadores 4.1.1a, 4.1.1b, 4.2.2, 4.5.1)³⁵; tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidado (5.4.1); taxa de crescimento do rendimento per capita entre 4 décimos inferiores da distribuição de rendimento da população (10.1.1). Outros temas, como acesso a serviços básicos (1.4.1); serviço de água potável administrado seguramente (6.1.1); serviço de esgotamento sanitário administrado seguramente (6.2.1); utilização primária em combustíveis e tecnologia limpos (7.1.2); população urbana vivendo em favelas, assentamentos informais ou moradias inadequadas (11.1.1) demandariam módulo

³³ Para informações mais detalhadas sobre os aspectos abordados na PNAD e seus suplementos temáticos, consultar a página da pesquisa no portal do IBGE: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>.

³⁴ Para informações mais detalhadas sobre a PNAD Contínua, consultar a página da pesquisa no portal do IBGE: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>>.

³⁵ Para informações mais detalhadas sobre indicadores de educação nos ODS, consultar: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

específico associado à moradia e voltado para captação dos indicadores de acordo com metodologia específica dos ODS; assim como módulo sobre trabalho infantil (8.7.1) para menores de 14 anos de idade, uma vez que não é captada informação sobre ocupação ou trabalho para este grupo etário no questionário básico da PNAD Contínua³⁶. Além disso, bases de dados e indicadores adicionais associados à educação podem ser obtidos nos registros do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, com informações da educação básica sobre matrícula inicial e situação do aluno³⁷. O INEP conta também com um Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB para mensurar a qualidade do ensino produzindo informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática³⁸. Uma fonte externa de dados sobre proteção social e pobreza é o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, sendo o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais³⁹.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF é um inquérito amostral planejado para atender prioritariamente à atualização das estruturas de consumo dos Índices de Preços ao Consumidor - IPCs, produzidos pelo IBGE, contando com quatro edições realizadas entre as décadas de 1980 e 2010. Além da mensuração e atualização das estruturas de consumo, gastos, rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, a POF possibilita traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. Com os dados antropométricos de peso e altura, da edição 2008-2009, foi possível produzir indicadores do estado nutricional de crianças e adolescentes para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Outrossim, as informações sobre consumo alimentar dentro e fora do domicílio, desagregadas inclusive em grupos de nutrientes, para adolescentes com idades a partir de 10 anos, permitem refinar o diagnóstico nutricional desse grupo para Brasil e Grandes Regiões (PESQUISA..., 2010; 2011).

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE foram planejadas no âmbito das ações de monitoramento dos fatores de risco previstas no *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022* (BRASIL, 2011). Nesse contexto, constituem fonte de informação para subsidiar a formulação de políticas públicas de promoção, vigilância e atenção à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS.

Fruto da ampliação do tema saúde nas pesquisas domiciliares, a PNS é um inquérito amostral, com planejamento de periodicidade quinquenal e população de estudo constituída por moradores adultos (18 anos ou mais de idade) de domicílios particulares brasileiros. Abarcando temas já contemplados nos Suplementos de Saúde da PNAD 1998, 2003 e 2008, a primeira edição da PNS, realizada em 2013, foi estruturada em três eixos temáticos principais, a saber: desempenho do sistema de saúde, condições de saúde da população e vigilância de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e fatores de risco. Adicionalmente, foram realizadas medidas

³⁶ Informações sobre trabalho infantil, educação e características gerais dos domicílios, da PNAD Contínua, referentes a 2016, foram divulgadas em 2017.

³⁷ Para informações mais detalhadas sobre o Censo Escolar, consultar: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>.

³⁸ Para informações mais detalhadas sobre o SAEB, consultar: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>>.

³⁹ Para informações mais detalhadas sobre o Cadastro Único, consultar: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>>.

antropométricas (peso, altura e circunferência da cintura) e aferição da pressão arterial dos informantes.

Dados associados às crianças estavam presentes em três blocos temáticos: saúde de menores de dois anos, saúde da mulher, e atendimento ao pré-natal. O módulo sobre crianças com menos de dois anos contou com informações sobre acompanhamento da criança pelo serviço de saúde, amamentação e introdução a alimentos. O bloco sobre saúde da mulher, centrado no conceito de saúde integral, contemplou quesitos sobre história reprodutiva, exames preventivos, aborto espontâneo, planejamento familiar e contracepção. O acompanhamento do pré-natal foi direcionado às mulheres que tiveram parto nos 24 meses anteriores à pesquisa, com quesitos sobre quantidade de consultas, exames realizados e assistência ao último parto (PESQUISA..., 2015).

Atualmente há proposta de um sistema integrado de pesquisas domiciliares de saúde visando a distribuição coerente de temáticas e de grupos populacionais trabalhados. Neste contexto, os indicadores a seguir, considerados prioritários para crianças e adolescentes em United Nations Children's Fund (2017a), poderiam ser incorporados ao sistema de pesquisas de saúde, visando acompanhar os ODS nesta temática: estado nutricional das crianças e adolescentes (indicadores 2.2.1 e 2.2.2); mortalidade materna (indicador 3.1.1); nascimentos com atendimento de saúde especializado (3.1.2); mulheres de 15 a 49 anos de idade com necessidade por planejamento familiar atendida com métodos modernos (3.7.1); cobertura de serviços de saúde essenciais (3.8.1); mulheres de 15 anos ou mais de idade, alguma vez casadas, que sofreram violência física, sexual ou psicológica por parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses (5.2.1); mulheres de 15 anos ou mais de idade que sofreram violência sexual por pessoa, exceto parceiro íntimo atual, nos últimos 12 meses (5.2.2); mulheres de 20 a 24 anos de idade casadas ou em união antes de 15 anos ou antes de 18 anos (5.3.1); mulheres de 15 a 49 anos de idade que tomam decisão própria sobre relação sexual, uso de contraceptivos e saúde reprodutiva (5.6.1); jovens mulheres e homens de 18 a 29 anos de idade que sofreram violência sexual aos 18 anos (16.2.3). Considerando a diversidade de indicadores demandados no monitoramento dos ODS na área de saúde, e associados a ela, é essencial fazer o planejamento sobre qual pesquisa seria ideal para contemplar cada um dos indicadores e com qual periodicidade seria coletado, para não haver sobreposição de esforços e recursos. É importante mencionar que o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Informática do SUS - DATASUS, disponibiliza diferentes bases de dados que permitem o monitoramento de indicadores nesta área, como o Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, o Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações - SI-PNI, entre outras, relacionadas ao público de crianças e adolescentes⁴⁰.

A PeNSE é uma pesquisa amostral cujo público-alvo são especificamente os adolescentes regularmente matriculados e frequentando escolas em território brasileiro. Sua concepção baseia-se em três pressupostos: maior exposição de adolescentes a fatores de risco como resultado da aquisição de independência e experimentação de novos comportamentos; caráter cumulativo de comportamentos saudáveis e de risco ao longo da vida; e influência da escola na formação do indivíduo. Assim, a OMS recomenda a realização de inquéritos escolares voltada aos

⁴⁰ Para informações mais detalhadas sobre essas bases de dados, consultar a página do Ministério da Saúde (<http://portalsaude.saude.gov.br/>) ou do DATASUS (<http://datasus.saude.gov.br/>).

adolescentes para monitoramento de fatores de risco e proteção à saúde desse grupo populacional (BRASIL, 2011; ADOLESCENTS..., 2014; GROWING..., 2016). Atualmente estão disponíveis dados provenientes de três edições, realizadas em 2009, 2012 e 2015. Os resultados da PeNSE 2015 são oriundos de dois planos amostrais distintos que contemplaram, respectivamente, alunos do 9º ano do ensino fundamental e estudantes de 13 a 17 anos de idade frequentando ensino médio ou fundamental. Essa estratégia foi adotada para manutenção da comparabilidade com edições anteriores da pesquisa, cujos informantes eram alunos do 9º ano, e para possibilitar análises internacionais de indicadores por grupos de idades. A pesquisa utilizou questionário eletrônico autoaplicável, ou seja, o registro de respostas aos quesitos foi feito diretamente pelo aluno, sem necessidade de interferência do entrevistador. Essa metodologia facilita a abordagem de temas sensíveis como consumo de álcool, drogas e vida sexual, garantindo privacidade dos estudantes. Adicionalmente, foram investigados temas relativos ao ambiente escolar, em questionário aplicado ao diretor ou responsável pela escola, com o objetivo de propiciar uma avaliação mais abrangente da realidade da população-alvo (PESQUISA..., 2016a).

A PeNSE disponibiliza indicadores para escolares regularmente matriculados e frequentando escola das redes pública ou privada, em Território Nacional, sobre aspectos socioeconômicos, contexto familiar, hábitos alimentares, prática de atividade física, consumo de cigarro, álcool e outras drogas, comportamento sexual, violência (contempladas as práticas de *bullying* e a relação sexual forçada), segurança e acidentes, hábitos de higiene pessoal, saúde bucal, saúde mental e uso de serviços de saúde. Em relação ao ambiente escolar foram contemplados temas relacionados a infraestrutura de saneamento básico, alimentação, acessibilidade, prática de esportes, segurança, normas internas de organização e políticas implementadas em escolas frequentadas pelo público-alvo da pesquisa. Cabe destacar ainda a ampliação da abrangência geográfica dos resultados para alunos de 9º ano que, em 2015, contemplou Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais. Para estudantes de 13 a 17 anos foram disponibilizados resultados para Brasil e Grandes Regiões (PESQUISA..., 2016b). O questionário da escola da PeNSE permitiria obter registros sobre a institucionalização de políticas de contexto escolar, contemplando diversos temas propostos no âmbito do Consenso de Montevideu, associados à educação para sexualidade, que envolve informação e conhecimento sobre temas sexuais e reprodutivos adequados para as respectivas idades; e também monitorar indicadores dos ODS considerados prioritários para crianças e adolescentes em United Nations Children's Fund (2017a), como o indicador de escolas por tipo de infraestrutura (4.a.1) e aspectos do indicador 12.8.1 sobre o alcance em que (i) educação em cidadania global e (ii) educação para o desenvolvimento sustentável (incluindo a educação sobre mudanças climáticas) são incorporadas em (a) políticas educacionais nacionais; (b) currículos; (c) formação de professores; e (d) avaliação do aluno (12.8.1).

A perspectiva de associação de dados das diversas pesquisas do IBGE para a construção de indicadores de políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes requer avaliação integrada de conteúdos temáticos contemplados e das desagregações geográficas dos resultados desses levantamentos. Considerando as informações atualmente disponíveis sobre o tema, é razoável supor recortes para Grandes Regiões e Unidades da Federação (PeNSE, PNS, POF e PNAD Contínua) e Municípios das Capitais (PeNSE). É importante enfatizar que para muitos dos indicadores dos ODS há recomendação de desagregações, como sexo, cor ou raça,

grupos de idade, situação do domicílio, nível de rendimento, entre outros. Entretanto é necessário avaliar, em cada pesquisa amostral, a capacidade de estimar com precisão os indicadores considerando as desagregações possíveis. No que tange aos conteúdos temáticos de cada pesquisa, notou-se que há necessidade de planejamento sistêmico para incorporação de quesitos em pesquisas futuras, considerando a demanda por indicadores que avaliem políticas numa perspectiva integrada e também que monitorem os acordos internacionais. Dada a limitação de recursos para abranger tantas temáticas e indicadores, é importante verificar em que medida os indicadores gerados para acompanhar demandas nacionais estão alinhados com metodologia e indicadores de monitoramento dos ODS e outros acordos.

Temas relevantes não abarcados pelas pesquisas do IBGE

Conforme descrito na seção anterior, nas pesquisas do IBGE muitas temáticas são abordadas, permitindo que indicadores específicos ou relacionados a crianças e adolescentes possam ser gerados e analisados com dados já coletados nestas pesquisas. Além disso, as pesquisas contam com diversificados instrumentos de coleta e unidades de enumeração, como domicílios, registros administrativos ou estabelecimentos, que permitiriam abordar novos aspectos associados ao bem-estar de crianças e adolescentes, com ajustes ou inserção de módulos temáticos.

Nesta seção buscou-se analisar dois indicadores específicos para crianças e/ou adolescentes, dentre aqueles considerados prioritários em United Nations Children's Fund (2017a) para este público nos ODS, mas não são captados nas pesquisas realizadas pelo IBGE atualmente. O primeiro indicador está no Objetivo 4, sobre educação de qualidade, e refere-se ao desenvolvimento na primeira infância, medido pela proporção de crianças com menos de 5 anos de idade com desenvolvimento adequado na saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo (indicador 4.2.1). Pelo próprio enunciado nota-se que este é um indicador multidimensional, que considera numa mesma medida diferentes componentes (saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial) do desenvolvimento da criança. O Banco Mundial (World Bank) defende que os primeiros anos de vida são uma grande oportunidade para enfrentar as desigualdades, uma vez que o benefício potencial do apoio ao desenvolvimento na primeira infância reflete-se no desenvolvimento saudável, na maior capacidade de aprendizado na escola e no aumento de produtividade na vida adulta⁴¹. A percepção da importância do desenvolvimento da criança nesses primeiros anos de vida também é corroborada nas publicações do UNICEF (THE STATE..., 2013). Por esse motivo, o Banco Mundial e o UNICEF apoiam programas de desenvolvimento na primeira infância, especialmente voltados para crianças em famílias de baixo rendimento domiciliar, visando incentivar seu desenvolvimento cognitivo, linguístico e socioemocional. Entretanto, a forma de mensuração do desenvolvimento na primeira infância ainda está em construção, uma vez que o conhecimento sobre o tema e as evidências sobre o que funciona em diferentes contextos geográficos, socioculturais e econômicos ainda estão surgindo.

⁴¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar a página do Banco Mundial referente ao desenvolvimento na primeira infância: <<http://www.worldbank.org/en/topic/earlychildhooddevelopment>>.

Especificamente para o caso da mensuração de indicadores de monitoramento dos ODS, o Grupo Interinstitucional de Especialistas em Indicadores dos ODS (Inter-agency Expert Group on SDG Indicators - IAEG-SDGs) é responsável por discutir o conjunto dos indicadores dos ODS. Este grupo utilizou uma classificação em três níveis, buscando avaliar o grau em que cada indicador era conceitualmente claro, que a metodologia estava estabelecida e os padrões disponíveis e que os dados eram regularmente produzidos pelos países⁴². O indicador sobre o desenvolvimento na primeira infância (indicador 4.2.1), na avaliação da classificação mais recente disponível⁴³, foi considerado como de nível III (*tier III*), ou seja, não havia metodologia ou padrões internacionalmente estabelecidos para mensuração do indicador.

O UNICEF, por meio das Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, tem desenvolvido instrumento para mensurar o desenvolvimento na primeira infância. Essas pesquisas tem sido conduzidas em mais de 100 países de renda baixa e média, desde 1993. Os indicadores inicialmente designados para estimar a qualidade do ambiente familiar da criança e o cuidado e a educação na primeira infância foram introduzidos na terceira rodada desta pesquisa, implementada a partir de 2005/06, em dois módulos diferentes (“registro de nascimento e aprendizado infantil”, módulo permanente, e “desenvolvimento infantil”, como módulo opcional). Um módulo específico sobre desenvolvimento na primeira infância, foi aplicado na quarta e quinta rodadas desta pesquisa, contando com 17 quesitos, na seguinte forma (tradução nossa):

01. Quantos livros infantis ou livros de figura “nome da criança” tem?
02. Quais coisas que “nome da criança” brinca quando está em casa (opção sim ou não, para cada item):
 - a) Brinquedos feitos em casa (como bonecas, carros ou outros brinquedos feitos em casa)?
 - b) Brinquedos de loja ou industrializados?
 - c) Objetos da casa (como potes) ou encontrados fora da casa (como folhas, pedras, gravetos)?
03. Algumas vezes adultos que cuidam de crianças precisam sair da casa para fazer compras, lavar roupas ou por outras razões e precisam deixar a criança em casa. Em quantos dias na semana passada “nome da criança”:
 - a) Ficou sozinha por mais de uma hora?
 - b) Ficou sob cuidados de outra criança, ou seja, alguém com menos de 10 anos de idade por mais de uma hora?
04. Filtro para crianças de 3 a 4 anos (perguntas 05 a 17).
05. Criança frequenta programa de educação para primeira infância ou de aprendizagem organizada (inclui jardim de infância e cuidado da criança comunitário)?
06. Qual número de horas nos últimos 7 dias (no aprendizado)?

⁴² Para informações mais detalhadas sobre o Grupo Interinstitucional de Especialistas em Indicadores dos ODS e a classificação desses indicadores, consultar a página da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) sobre o tema: <<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/>>.

⁴³ A classificação mais recente disponível refere-se à atualização de 20.04.2017. Para informações mais detalhadas sobre esta classificação (Tier Classification for Global SDG Indicators) e suas versões mais recentes, consultar a página da Comissão de Estatística das Nações Unidas sobre o tema: <<https://unstats.un.org/sdgs/iaeg-sdgs/tier-classification/>>.

07. Nos últimos três dias, algum membro do domicílio de 15 anos ou mais participou de alguma das atividades com “nome da criança”? (Para cada atividade listada, marcar quem participou de atividade com a criança, se mãe, pai, outros, nenhum - admite múltipla marcação)

- a) Leu livros com “nome da criança” ou olhou livros de figuras com “nome da criança”?
- b) Contou histórias para “nome da criança”?
- c) Cantou canções para “nome da criança” ou cantou com “nome da criança”?
- d) Levou “nome da criança” para passear fora de casa, em jardim ou parque?
- e) Brincou com “nome da criança”?
- f) Passou tempo nomeando, contando ou desenhando coisas com “nome da criança”?

Perguntas sobre saúde e desenvolvimento da criança (perguntas 08 a 17):

- 08. “Nome da criança” pode identificar ou nomear ao menos dez letras do alfabeto?
- 09. “Nome da criança” pode ler ao menos quatro palavras simples, populares?
- 10. “Nome da criança” sabe o nome e reconhece o símbolo de todos números de 1 a 10?
- 11. “Nome da criança” pega um objeto pequeno com dois dedos, como um graveto ou uma pedra do chão?
- 12. “Nome da criança” às vezes se sente muito doente para brincar?
- 13. “Nome da criança” segue instruções simples sobre como fazer algo corretamente?
- 14. Quando é dado algo para fazer, “nome da criança” consegue fazer de forma independente?
- 15. “Nome da criança” se relaciona bem com outras crianças?
- 16. “Nome da criança” chuta, morde ou bate em outras crianças ou adultos?
- 17. “Nome da criança” se distrai facilmente?

Na rodada atual da pesquisa foram mantidos 15 quesitos neste módulo e os outros dois quesitos (quesitos 5 e 6, acima), associados à frequência à educação voltada para primeira infância, passaram para o novo módulo sobre histórico de menores de 5 anos (*under-five background*).

Na edição *The state of the world's children 2013: children with disabilities*, pela primeira vez nesta publicação do UNICEF, indicadores sobre o desenvolvimento na primeira infância foram sistematizados para alguns países, provenientes principalmente das Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos. As principais definições de indicadores nela adotados foram:

- Frequência à educação voltada para primeira infância

Porcentagem de crianças de 36 a 59 meses de idade que frequentam programa de educação voltado para primeira infância.

- Apoio no aprendizado

Porcentagem de crianças de 36 a 59 meses de idade com quem adulto participou de quatro ou mais atividades para promover aprendizagem ou apoio escolar (das seis atividades mencionadas, referentes ao quesito 7), nos últimos três dias.

Porcentagem de crianças de 36 a 59 meses de idade cujo pai participou de uma ou mais atividades para promover a aprendizagem ou apoio escolar (das seis atividades mencionadas, referentes ao quesito 7), nos últimos três dias.

- Materiais de aprendizagem

Porcentagem de crianças de 0 a 59 meses de idade que têm três ou mais livros infantis no domicílio.

Porcentagem de crianças de 0 a 59 meses de idade com dois ou mais objetos da casa que servem de brinquedo, brinquedos feitos em casa ou brinquedos de loja.

- Cuidados inadequados

Porcentagem de crianças de 0 a 59 meses de idade deixadas sozinhas ou sob cuidados de outra criança com menos de 10 anos de idade, por mais de uma hora, pelo menos uma vez na semana passada.

Na edição mais recente, *The state of the world's children 2016: a fair chance for every child*, estes mesmos indicadores foram apresentados, não tendo sido sistematizada informação relativa às perguntas sobre saúde e desenvolvimento da criança (quesitos 8 a 17, mencionados anteriormente), ou sobre o índice de desenvolvimento na primeira infância⁴⁴, que integraria quatro domínios (abordados nos quesitos 8 a 17): desenvolvimento no aprendizado, na alfabetização e conhecimento de números, físico e social/emocional.

Em publicação sobre o avanço do debate metodológico dos indicadores classificados como nível III pelo IAEG-SDGs (UNITED NATIONS, 2017) considerou-se que o índice de desenvolvimento na primeira infância desenvolvido pelo Unicef fosse uma das medidas preferenciais para monitorar o indicador 4.2.1 dos ODS, uma vez que existiam dados comparáveis deste indicador para praticamente 60 países de renda baixa e média. Entretanto, pontuou-se também a importância de promover a revisão metodológica deste indicador, para alinhar ao que está proposto no indicador 4.2.1, visando incluir a componente saúde e também ampliando o grupo etário. Além disso, reconheceu-se a necessidade de aplicar o índice de desenvolvimento na primeira infância proposto a países desenvolvidos e verificar como se dará a aplicação do módulo em outro tipo de pesquisa domiciliar.

Outra questão a se considerar é que na descrição do método computacional para mensuração deste indicador, disponível nos metadados da Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division)⁴⁵, deve-se considerar como numerador as crianças com menos de 5 anos de idade com desenvolvimento adequado na saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, ou seja, deve ser um indicador que considere essas componentes de forma integrada. Como apontado anteriormente, as informações sobre o módulo de desenvolvimento na primeira infância tem sido apresentadas separadas para as diferentes componentes, e não como um índice único (THE STATE..., 2013, 2016).

É importante complementar que na revisão de literatura internacional foi identificado um módulo específico sobre bem-estar das crianças e adolescentes, aplicado na Pesquisa de Rendimento e Participação em Programas (Survey of Income and Program Participation), do U.S. Census Bureau, que apresentou componentes semelhantes com o índice de desenvolvimento na primeira infância do UNICEF. Os aspectos do bem-estar das

⁴⁴ Para informações mais detalhadas sobre o monitoramento do desenvolvimento na primeira infância, segundo o UNICEF, consultar: <https://www.unicef.org/earlychildhood/index_69846.html>.

⁴⁵ Para informações mais detalhadas sobre os metadados dos indicadores, consultar: <<https://unstats.un.org/sdgs/metadata/>>.

crianças e adolescentes investigados naquela pesquisa foram: tipo de interação diária entre criança e progenitor (frequência de prática de leitura pelo progenitor para filho, de refeição compartilhada entre filho e progenitor e a existência de regras de uso de TV na família), perfil escolar para crianças de 6 a 17 anos de idade (atividades adicionais, repetência, suspensão), experiência de educação infantil.

O segundo indicador não captado atualmente nas pesquisas realizadas pelo IBGE está no Objetivo 16, sobre paz e justiça, e trata da disciplina violenta, mensurada pela proporção de crianças de 1 a 17 anos de idade que experimentaram qualquer punição física e/ou agressão psicológica por parte do cuidador, no mês passado (indicador 16.2.1). Na classificação proposta pelo IAEG-SDGs, sobre a clareza do indicador, disponibilidade de metodologia e dados produzidos, este indicador passou de nível III (novembro de 2016) para nível II (março de 2017). Dessa forma, o indicador foi considerado conceitualmente claro, com metodologia estabelecida, mas os dados não seriam produzidos regularmente pelos países.

Novamente o UNICEF foi o órgão que desenvolveu uma proposta de metodologia para mensurar este indicador, uma vez que não havia outro indicador acordado internacionalmente para medir violência contra crianças⁴⁶. Outras iniciativas isoladas para produzir indicadores sobre violência contra a criança acabam não permitindo comparações consistentes entre países, limitando tanto a capacidade de monitorar quanto a possibilidade de relacionar a violência com outras características, dificultando a definição de políticas, programas e serviços que busquem o enfrentamento desta questão na sociedade.

O módulo proposto pelo UNICEF para mensuração da disciplina infantil (relativa ao indicador 16.2.1) tem sido aplicado nas Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, desde a terceira rodada (iniciada em 2005). Nesta rodada o módulo sobre disciplina infantil foi opcional, tendo como foco a violência contra crianças e adolescentes de 2 a 14 anos de idade. Na quarta e quinta rodadas iniciadas em 2010 e 2013, respectivamente, o módulo entrou como parte do questionário do domicílio. Na rodada atual da pesquisa, iniciada em 2017, o módulo está previsto no questionário específico de crianças de 0 a 4 anos de idade e no módulo direcionado a pessoas de 5 a 17 anos, sendo restrita a resposta deste tópico a criança ou adolescente de 1 a 14 anos de idade. O módulo sobre disciplina infantil contou com perguntas sobre métodos utilizados para ensinar o comportamento correto ou para resolver problema de comportamento da criança, no mês passado, com os seguintes subquestos que deviam ser respondidos por adulto, informando se o próprio respondente ou outro adulto no domicílio aplicaram o método em questão (opção de resposta sim ou não) (tradução nossa):

[A] Tirou algum privilégio, proibiu algo que “nome da criança” gosta ou não permitiu que ela saísse da casa.

[B] Explicou à “nome da criança” por que seu comportamento estava errado.

[C] Sacudiu “nome da criança”.

[D] Gritou ou esbravejou com “nome da criança”.

[E] Deu a “nome da criança” outra coisa para fazer.

⁴⁶ Para informações sobre o desenvolvimento do indicador, consultar: CHILD disciplinary practices at home: evidence from a range of low - and middle - income countries. New York: Unicef, 2010. 102 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/Child_Disciplinary_Practices_at_Home.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

[F] Deu uma surra, bateu ou deu tapa na parte inferior do corpo de “nome da criança” com a palma da mão.

[G] Bateu na parte inferior ou em outro lugar do corpo de “nome da criança” com algo como um cinto, uma escova para cabelo, uma vara ou outro objeto duro.

[H] Chamou “nome da criança” de burra, estúpida, preguiçosa ou outro nome como esse.

[I] Bateu ou deu tapa no rosto, cabeça ou orelhas de “nome da criança”.

[J] Bateu ou deu tapa na mão, no braço ou na perna de “nome da criança”.

[K] Bateu repetidas vezes atingindo “nome da criança” tão forte quanto podia.

Além destes quesitos, o adulto também deveria responder se acreditava que, para criar ou educar uma criança adequadamente, a criança precisa ser punida fisicamente.

Pode-se notar que, assim como a mensuração de formas de violência contra a mulher, a abordagem para estimativa da violência contra a criança é feita por meio de diferentes perguntas, geralmente ordenadas das formas mais brandas ou sutis para as mais severas ou evidentes.

Na publicação *The state of the world's children*, desde 2008, a informação sobre este módulo é sistematizada no indicador “percentual de crianças de 2 a 14 anos de idade que experimentou alguma disciplina violenta (agressão psicológica e/ou punição física)”. Nos metadados deste indicador a definição para agressão psicológica (afirmar ter praticado métodos D ou H da lista mencionada anteriormente) e punição física (afirmar ter praticado métodos C ou F ou G ou I ou J ou K, da lista mencionada anteriormente) foi colocada de forma direta no conceito deste indicador. É interessante observar as diferenças neste indicador entre os países que contam com esta informação. A proporção de crianças de 2 a 14 anos de idade que experimentou alguma forma de disciplina violenta variou de 43% na Sérvia a 94% em Gana, no período de referência 2010-2015 (THE STATE..., 2016). Os resultados disponíveis para alguns países da América Latina também mostraram variação neste indicador: 36% em Cuba, 46% em Costa Rica, 55% no Uruguai, 72% na Argentina, entre outros. O diferencial por sexo da criança para este mesmo indicador foi mais expressivo em Uganda (68% para meninos e 55% para meninas) e Costa Rica (52% para meninos e 39% para meninas). Além disso, foram apresentados resultados para agressão física severa (métodos I ou K, da lista mencionada anteriormente) e para disciplina não violenta (métodos A ou B ou E, da lista mencionada anteriormente) (CHILD..., 2010).

Este indicador vem sendo coletado por institutos oficiais de estatística de cerca de 70 países, principalmente aqueles de média e baixa renda (UNITED NATIONS, 2016b). O módulo sobre disciplina infantil também foi conduzido na Pesquisa de Demografia e Saúde e em outros tipos de pesquisas domiciliares, não sendo limitado somente às Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos. Entretanto, tem sido um módulo voltado para crianças e adolescentes de 1 a 14 anos de idade (na quinta e sexta rodadas), enquanto no enunciado do indicador nos ODS o público abrangido seriam aqueles de 1 a 17 anos de idade. A captação das formas de disciplina infantil por meio de perguntas variadas permite uma mensuração mais objetiva e detalhada, por não ser afetada por diferenças de interpretação por parte do entrevistado, em relação à mensuração feita por meio de poucas perguntas diretas sobre forma de violência específica, cuja resposta depende da percepção de violência do entrevistado.

Os indicadores de desenvolvimento na primeira infância (4.2.1) e de disciplina violenta (16.2.1) foram apontados, entre outros, como prioritários em United Nations

Children's Fund (2017a) para o público das crianças e adolescentes. Entretanto, nenhum deles é captado ou existe indicador semelhante nas pesquisas atualmente realizadas pelo IBGE. Desta forma, torna-se importante avaliar a possibilidade de inclusão destas temáticas em algum dos levantamentos feitos pelo IBGE. Contudo, conforme descrito nesta seção, ainda há questões metodológicas a serem definidas para o indicador sobre desenvolvimento na primeira infância (4.2.1), enquanto para o indicador sobre disciplina violenta (16.2.1) a avaliação é que a metodologia de mensuração já estaria definida.

Considerações finais

Os indicadores sobre o bem-estar de crianças e adolescentes têm sido pautados principalmente por órgãos, acordos e legislações internacionais, conforme apontado na revisão das recomendações internacionais. O reconhecimento internacional dos direitos da criança foi consolidado na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, sendo seguido por três marcos de referência de indicadores associados a este grupo: Cúpula Mundial para a Criança, de 1990; Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de 2000; e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de 2015. Os primeiros acordos internacionais eram mais focados em aumentar a sobrevivência e promover o desenvolvimento básico deste público e, com o avanço alcançado nestas questões primordiais, passam a enfatizar um desenvolvimento mais qualificado e integrado em diferentes áreas, inclusive incorporando a pauta ambiental a muitos indicadores. A ampliação de indicadores e de temáticas de acompanhamento do desenvolvimento de crianças e adolescentes tem promovido também uma visibilidade maior deste grupo.

Apesar da maior visibilidade, no levantamento das experiências internacionais, pode-se verificar que normalmente os institutos nacionais de estatística não consolidavam publicação multitemática e abrangente sobre o grupo de crianças e/ou adolescentes. O aumento na complexidade dos indicadores que medem o desenvolvimento envolve também um processo mais integrado de coleta, sistematização e análise dessas informações.

Num contexto em que os recursos são limitados frente a crescente demanda por informações sobre as condições de vida da população, aponta-se para necessidade premente de otimização dos recursos empregados na produção de dados. Na prática, cresce a demanda em prol da integração das fontes de dados disponíveis, associando registros administrativos a inquéritos populacionais.

Nessa perspectiva, os dados atualmente produzidos pelo IBGE têm o potencial de mensurar variadas dimensões das políticas e dos direitos relacionados ao bem-estar de crianças e adolescentes, com periodicidade regular e desagregação que pode atingir Unidades da Federação e segundo algumas características populacionais. Todavia é necessário um esforço de sistematização dos quesitos e do conteúdo das pesquisas de forma sistêmica, que seja capaz de fornecer informações de forma integrada, uma vez que o grupo de crianças e adolescentes é público transversal a diferentes temáticas. Entretanto, os dados produzidos pelo IBGE não cobrem todos os indicadores e as temáticas propostos, demandando também coordenação nacional entre as instituições produtoras de informação. Neste sentido, cabe mencionar ainda que a realização da 3a Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais - Infoplan, promovida pelo IBGE em dezembro

de 2016, sinalizou para o estabelecimento destas parcerias visando a construção de sistemas de produção de informação que associam diferentes fontes de informações.

No contexto mundial a sistematização destes indicadores também demanda coordenação internacional, uma vez que para garantir a harmonização de metodologias dos indicadores é preciso estabelecer um acordo entre as agências internacionais e entre os países ou órgãos produtores da informação a nível nacional.

Referências

ADOLESCENTS' health-related behaviours. In: HEALTH for the world's adolescents: a second chance in the second decade. Geneva: World Health Organization - WHO, 2014. Seção 4. Disponível em: <<http://apps.who.int/adolescent/second-decade/section4>>. Acesso em: jan. 2018.

AMERICA'S children: key national indicators of well-being 2015. Washington, DC: Federal Interagency Forum on Child and Family Statistics, 2015. 200 p. Disponível em: <<https://www.childstats.gov/pubs/>>. Acesso em: jan. 2018.

AMERICA'S children in brief: key national indicators of well-being 2016. Washington, DC: Federal Interagency Forum on Child and Family Statistics, 2016. 55 p. Disponível em: <<https://www.childstats.gov/pubs/>>. Acesso em: jan. 2018.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 196 p. Tradução de: L'enfant et la vie familiale sous l'ancien regime.

AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE. *Mapping of children and youth indicator reporting frameworks*. Canberra: AIHW, 2014. 77 p. Disponível em: <<https://www.aihw.gov.au/getmedia/876df6f3-1c6b-463c-920c-22b784980bfa/16339.pdf.aspx?inline=true>>. Acesso em: jan. 2018.

BEYOND averages: learning from the MDGs. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2015. 65 p. (Progress for children, n. 11). Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/index_82231.html>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional n. 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, ano 147, n. 133, 14 jul. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, p. 476-524, 1928. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 223, 22 nov. 1990a. Seção 1, p. 22256-22261. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 112, n. 194, 11 out. 1979. Seção 1, p. 14945-14954. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990b. Seção 1, p. 13563-13577. Retificada no Diário, 27 set. 1990, p. 18551. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022*. Brasília, DF, 2011. 154 p. (Série B. Textos básicos de saúde). Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CHILD disciplinary practices at home: evidence from a range of low - and middle - income countries. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2010. 102 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/Child_Disciplinary_Practices_at_Home.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CHILD poverty in perspective: an overview of child well-being in rich countries. Florence: Unicef Office of Research - Innocenti, 2007. 48 p. (Innocenti report card, 7). Disponível em: <<https://www.unicef-irc.org/publications/445/>>. Acesso em: jan. 2018.

CHILDREN of the recession: the impact of the economic crisis on child well-being in rich countries. Florence: Unicef Office of Research - Innocenti, 2014. 48 p. (Innocenti report card, 12). Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/index_76438.html>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 2013, Montevideo. *Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2013. 38 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/eventos/primer-reunion-la-conferencia-regional-poblacion-desarrollo-uruguay-2013>>. Acesso em: jan. 2018.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1-6, 1989-1999. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7128>>. Acesso em: jan. 2018.

ENDING extreme poverty: a focus on children. New York: United Nations Children's Fund - Unicef; Washington, DC: World Bank Group, 2016. 7 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/index_92826.html>. Acesso em: jan. 2018.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL 2015. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?&t=publicacoes>>. Acesso em: 2018.

ESTRATEGIA HECHOSY DERECHOS. *Proceso de rendición pública de cuentas sobre la gestión para la garantía de los derechos de la infancia, la adolescencia y la juventud: indicadores sociales y gasto público social*. Bogotá, DC, 2011. 134 p. Disponível em: <<http://www.unicef.org.co/sites/default/files/informes/GUIA-INDICADORES.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

GROWING up unequal: gender and socioeconomic differences in young people's health and well-being: health behaviour in school-aged children (HBSC) study: international report from the 2013/2014 survey. Copenhagen: World Health Organization - WHO, Regional Office for Europe, 2016. 276 p. (Health policy for children and adolescents, n. 7). Disponível em: <<http://www.euro.who.int/en/health-topics/Life-stages/child-and-adolescent-health/health-behaviour-in-school-aged-children-hbsc/growing-up-unequal.-hbsc-2016-study-20132014-survey>>. Acesso em: jan. 2018.

HEALTH for the world's adolescents: a second chance in the second decade. Geneva: World Health Organization - WHO, 2014. Disponível em: <<http://apps.who.int/adolescent/second-decade/>>. Acesso em: jan. 2018.

HEALTH of children in Australia: a snapshot, 2004-05. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2007. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lokup/4829.0.55.001Main+Features12004-05?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2018.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004. 248 p. Tradução de: A history of childhood: children and childhood in the west from medieval to modern times.

INFORME de avance del grupo de trabajo ad hoc encargado de elaborar una propuesta de indicadores para el seguimiento regional del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2016. 48 p. Documento apresentado na Tercera Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, realizada em Santiago de Chile, out. 2016. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/3m/es/documentos>>. Acesso em: jan. 2018.

INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 58., 1973, Geneva. *Minimum age convention, 1973*. Geneva: International Labour Organization - ILO, 1973. Convenção C138, sobre a idade mínima de admissão ao emprego, adotada em 26 de junho de 1973. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12000:::NO:::>>. Acesso em: jan. 2018.

INTERNATIONAL LABOUR CONFERENCE, 87., 1999, Geneva. *Worst forms of child labour convention, 1999*. Geneva: International Labour Organization - ILO, 1999. Convenção C182, sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, adotada em 17 de junho de 1999. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12000:::NO:::>>. Acesso em: jan. 2018.

JAMES, A. PROUT, A. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: _____. *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. 2nd ed. London: Routledge Falmer, 1997. p. 7-33.

KREIDER, R. M.; ELLIS, R. *Living arrangements of children 2009*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2011. 25 p. (Household economic studies, P70-126). Disponível em: <<https://www.census.gov/library/publications/time-series/p70.All.html>>. Acesso em: jan. 2018.

LAUGHLIN, L. *A child's day: living arrangements, nativity and family transitions 2011: selected indicators of child well-being*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2014. 20 p. (Household economic studies, P70-139). Disponível em: <<https://www.census.gov/library/publications/time-series/p70.All.html>>. Acesso em: jan. 2018.

LEAGUE OF NATIONS. General Assembly. Geneva declaration of the rights of the child. In: UNITED NATIONS. *UN documents: gathering a body of global agreements*. New York, [2017]. 1 p. Endossada pela Assembleia Geral da Liga das Nações, Genebra, em 26 de setembro de 1924, a partir de documento originalmente adotado pela Assembleia Geral da International Save the Children Union, em 23 de fevereiro de 1923. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/gdrc1924.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

THE LEAGUE of nations, 1920. Washington, DC: U.S. Department of State, Office of the Historian, [2017]. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1914-1920/league>>. Acesso em: jan. 2018.

THE MILLENNIUM development goals report 2015. New York: United Nations, 2015. 72 p. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: jan. 2018.

MORRISON, H. (Ed.). *The global history of childhood reader*. London: Routledge, 2012. 478 p. (Routledge readers in history).

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Convenção sobre os direitos da criança*. Brasília, DF: Unicef Brasil, [2017]. Adotada pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Declaração dos direitos da criança*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias, [2017]. Adotada pela Resolução 1386 (XIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 20 de novembro de 1959. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirCrian.html>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. [6] p. Adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. 49 p. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 266 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protexao-social/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=18174&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos municípios brasileiros 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 61 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protacao-social/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=18174&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1979. 233 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82747.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: a situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1988a. 63 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv19628.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: aspectos nutricionais 1974-1975. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1982a. 267 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv11707.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1986. 92 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82866.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas 1970-1977. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1982b. 424 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82774.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: mortalidade infantil e saúde na década de 80. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1989. 129 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21069.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981, 1983, 1986. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1988b. 503 p. v. 1: Brasil e Grandes Regiões. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282750>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1987. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, 1990. 2 v. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282752>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil: situação de saúde 1981. Rio de Janeiro: IBGE em convênio com o United Nations Children's Fund - Unicef, com a cooperação técnica da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, 1984. 264 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv16172.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 150 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9051&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA de orçamentos familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 127 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9058&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: ciclos de vida: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 92 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 181 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde do escolar 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. 132 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?edicao=9135&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. 108 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/habitacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=9129&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PROGRESS since the World Summit for Children: a statistical review. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2001. 32 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/pub_wethechildren_stats_en.pdf>. Acesso em: 2018.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF: Universidade de Brasília - UnB, Instituto de Psicologia, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000200004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (Org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 184 p. Acompanha 1 CD-ROM. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 398 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 12). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=17068&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

STATE of the nation's children: Ireland 2006. Dublin: Office of the Minister for Children, 2006. 294 p. Disponível em: <<https://www.dcy.gov.ie/viewdoc.asp?fn=%2Fdocuments%2FResearch%2F20170221StateoftheNationsChildrenReports.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

STATE of the nation's children: Ireland 2016. Dublin: Department of Children and Youth Affairs, 2016. 239 p. Disponível em: <<https://www.dcy.gov.ie/viewdoc.asp?fn=%2Fdocuments%2FResearch%2F20170221StateoftheNationsChildrenReports.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

THE STATE of the world's children 1980-81. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 1981. 19 p. Disponível em: <<https://www.unicef.org/sowc>>. Acesso em: jan. 2018.

THE STATE of the world's children 2011: adolescence: an age of opportunity. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2011. 138 p. Disponível em: <<https://www.unicef.org/sowc>>. Acesso em: jan. 2018.

THE STATE of the world's children 2013: children with disabilities. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2013. 154 p. Disponível em: <<https://www.unicef.org/sowc>>. Acesso em: jan. 2018.

THE STATE of the world's children 2016: a fair chance for every child. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2016. 172 p. Disponível em: <<https://www.unicef.org/sowc>>. Acesso em: jan. 2018.

TECHNICAL CONSULTATION ON INDICATORS OF ADOLESCENT HEALTH, 2014, Geneva. *Proceedings...* Geneva: World Health Organization - WHO, 2014. 57 p. Disponível em: <http://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/adolescent-health-technical-consultation/en/>. Acesso em: jan. 2018.

TREWIN, D. *Children, Australia: a social report*. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 1999. 135 p. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/4119.0Main+Features11999?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2018.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. *Education indicators: technical guidelines*. Paris: UIS, 2009. 50 p. Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/education-indicators-technical-guidelines-en_0.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Thematic indicators to monitor the education 2030 agenda: technical advisory group proposal*. Paris: UIS, 2015. 20 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002351/235172e.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Every Woman Every Child. *Indicator and monitoring framework for the global strategy for women's, children's and adolescents' health (2016-2030)*. New York, 2016a. 34 p. Disponível em: <<http://www.who.int/life-course/about/coia/indicator-and-monitoring-framework/en/>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *The global strategy for women's, children's and adolescents' health (2016-2030): survive, thrive and transform*. New York, 2015. 103 p. Disponível em: <<http://www.who.int/life-course/publications/global-strategy-2016-2030/en/>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Statistical Commission. *Work plans for tier III indicators*. New York, 2016b. 238 p. Compilado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas a partir de questionário enviado às entidades internacionais e regionais responsáveis pela compilação dos dados globais. Apresentado como documento de referência no Fourth Meeting of the Inter-Agency and Expert Group on the Sustainable Development Goal Indicators - IAEG-SDGs, realizado em Genebra, em novembro de 2016. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/files/meetings/iaeg-sdgs-meeting-04/Tier%20III%20Work%20Plans%2011.11.2016.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Work plans for tier III indicators*. New York, 2017. 239 p. Preparado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas a partir de informações fornecidas pelas entidades internacionais e regionais responsáveis pela compilação dos dados globais. Apresentado na 48ª sessão da Comissão de Estatística, Nova Iorque, em 3 de março de 2017. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/files/meetings/iaeg-sdgs-meeting-05/TierIII_Work_Plans_03_03_2017.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. *A post-2015 world fit for children: a review of the Open Working Group Report on Sustainable Development Goals from a Child Right Perspective*. New York: Unicef, [2014]. 16 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/agenda2030/files/Post_2015_OWG_review_CR_FINAL.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *A post-2015 world fit for children: issue brief: monitoring, follow up and review of the SDGs*. New York: Unicef, 2015. 2 p. Disponível em: <<https://www.unicef.org/agenda2030/files/FollowUpReview.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *A post-2015 world fit for children: Unicef key messages on the post-2015 development agenda*. New York: Unicef, 2013. 13 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/agenda2030/files/Post_2015_Key_Messages_V07.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Is every child counted?: status of data for children in the SDGs*. New York: Unicef, 2017a. 97 p. Disponível em: <<https://data.unicef.org/resources/every-child-counted-status-data-children-sdgs/>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Manual for the measurement of indicators for children in formal care*. New York: Unicef: Better Care Network - BCN, 2009. 66 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/Formal_Care20Guide20FINAL.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Mapping the global goals for sustainable development and the convention on the rights of the child*. New York: Unicef, [2016]. 124 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/agenda2030/files/SDG-CRC_mapping_FINAL.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *MICS6 tools*. New York: Unicef, 2017b. Disponível em: <<http://mics.unicef.org/tools?round=mics6>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *UNICEF report 1980*. New York: Unicef, 1980. 57 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/about/history/index_annualreports.html>. Acesso em: jan. 2018.

U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. Centers for Disease Control and Prevention. *Methodology of the youth risk behavior surveillance system 2013*. Atlanta, 2013. 20 p. (Morbidity and mortality weekly report. Recommendations and reports, v. 62, n. 1). Disponível em: <<https://www.cdc.gov/mmwr/pdf/rr/rr6201.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

WETHE CHILDREN: meeting the promises of the World Summit for Children. New York: United Nations Children's Fund - Unicef, 2001, 102 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/pub_sgreport_adapted_en.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global reference list of 100 core health indicators*. Geneva: WHO, 2015. 134 p. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/indicators/2015/en/>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD population prospects: the 2017 revision: key findings and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2017. 46 p. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/>>. Acesso em: jan. 2018.

**Anexo 1 - Objetivos, metas e indicadores relacionados com a criança na
Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,
de acordo com United Nations Children's Fund (2017a)**

(continua)

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.

1.1.1 Crianças que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.2.1 Crianças que vivem abaixo da linha de pobreza nacional

1.2.2 Crianças em situação de pobreza multidimensional

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.3.1 Crianças cobertas pela proteção social

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.4.1 Acesso aos serviços básicos

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.2.1 Crianças com baixa altura para idade

2.2.2 Crianças com baixo peso por altura / crianças com alto peso por altura

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 000 nascidos vivos

3.1.1 Mortalidade materna

3.1.2 Atendimento de parto qualificado

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nascidos vivos

3.2.1 Mortalidade de menores de 5 anos

3.2.2 Mortalidade neonatal

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.3.1 Novas infecções por HIV em crianças

3.3.2 Incidência da tuberculose em crianças

3.3.3 Incidência de malária em crianças

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.4.2 Suicídio em adolescentes

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.6.1 Mortes de crianças por acidentes rodoviários

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.7.1 Planejamento familiar

3.7.2 Taxa de fecundidade na adolescência

3.8 Attingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.8.1 Cobertura de saúde universal

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.9.1 Mortes atribuídas à poluição do ar

3.9.2 Mortes atribuídas a água, saneamento ou higiene inadequados

**Anexo 1 - Objetivos, metas e indicadores relacionados com a criança na
Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,
de acordo com United Nations Children's Fund (2017a)**

(continuação)

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes:

4.1.1 Proficiência mínima em leitura e matemática

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.2.1 Desenvolvimento da primeira infância

4.2.2 Participação ensino pré-primário

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.5.1 Paridade na educação

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática:

4.6.1 Alfabetização de jovens

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.a.1 Água, saneamento ou higiene adequados nas escolas

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.2.1 Violência do parceiro íntimo

5.2.2 Violência sexual contra meninas

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.3.1 Casamento infantil

5.3.2 Mutilação genital feminina

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.4.1 Trabalho doméstico e de cuidado não remunerados

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.6.1 Decisões informadas sobre saúde reprodutiva

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos:

6.1.1 Água potável gerida com segurança

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.2.1 Saneamento e higiene geridos com segurança

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.1.2 Dependência primária de combustíveis limpos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas:

8.7.1 Trabalho infantil

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].

8.b.1 Despesas com proteção social e emprego

**Anexo 1 - Objetivos, metas e indicadores relacionados com a criança na
Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,
de acordo com United Nations Children's Fund (2017a)**

(conclusão)

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.1.1. Crescimento da renda per capita entre os 40% com menor rendimento

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.1.1 População vivendo em favelas

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.8.1 Países que integram a educação para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.1.1 Países com estratégia nacional e local de redução de riscos de desastres

13.1.2 População afetada por desastres

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.1.1 Homicídios infantis

16.1.2 Morte em conflito

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.2.1 Castigo por cuidadores

16.2.3 Violência sexual contra crianças

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.9.1 Registro de nascimento

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.18.1 Indicadores desagregados de ODS a nível nacional

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

17.19.1 Países com registro de nascimentos e mortes

Fontes: 1. United Nations Children's Fund. Is every child counted? Status of data for children in the SDGs. New York: Unicef, 2017a. Disponível em: <<https://data.unicef.org/resources/every-child-counted-status-data-children-sdgs/>>. Acesso em: jan. 2018. 2. Nações Unidas. Assembleia Geral. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Para os indicadores, foram utilizadas versões abreviadas dos indicadores oficiais dos ODS para facilitar a apresentação, conforme também adotado em United Nations Children's Fund (2017a), com tradução nossa.

2. Para os objetivos e metas, considerou-se Nações Unidas (2015).

Anexo 2 - Indicadores presentes em *The state of the world's children 2016 : a fair chance for every child* (2016), do UNICEF, por tema

(continua)

1 - Indicadores básicos

Taxa de mortalidade em menores de 5 anos de idade
 Taxa de mortalidade em menores de 5 anos de idade, por sexo
 Taxa de mortalidade infantil
 Taxa de mortalidade infantil
 População total (mil)
 Número anual de nascimentos (mil)
 Número anual de mortes de menores de 5 anos de idade (mil)
 Rendimento nacional bruto (GNI) *per capita* (US\$)
 Esperança de vida ao nascer (em anos)
 Taxa de alfabetização total (%)
 Taxa de escolarização líquida ensino primário (%)

2 - Nutrição

Baixo peso ao nascer (%)
 Amamentação de iniciação precoce (%)
 Amamentação exclusiva de crianças de 0 a 5 meses de idade (%)
 Introdução de alimentação sólida, semi-sólida ou leve para crianças de 6 a 8 meses de idade (%)
 Dieta mínima aceitável para crianças de 6 a 23 meses de idade (%)
 Amamentação de criança de 20 a 23 meses de idade (%)
 Baixo peso-idade de crianças de 0 a 59 meses de idade (%)
 Baixa altura-idade de crianças de 0 a 59 meses de idade (%)
 Baixa peso-altura de crianças de 0 a 59 meses de idade (%)
 Alto peso-altura de crianças de 0 a 59 meses de idade (%)
 Cobertura completa de suplementação de vitamina A (%)
 Consumo adequado de sal iodado (%)

3 - Saúde

População com acesso a fonte de água potável adequada (%)
 População com acesso a esgotamento sanitário adequado (%)
 Cobertura imunização BCG em nascidos vivos (%) bacille Calmette-Guérin (tuberculose)
 Cobertura imunização DTP1 em crianças sobreviventes (%) 1ª dose difteria-coqueluche-tétano
 Cobertura imunização DTP3 em crianças sobreviventes (%) 3ª dose difteria-coqueluche-tétano
 Cobertura imunização Polio3 em crianças sobreviventes (%) 3 doses polio
 Cobertura imunização MCV1 em crianças sobreviventes (%) 1ª dose sarampo
 Cobertura imunização HepB3 em crianças sobreviventes (%) 3 doses hepatite B
 Cobertura imunização Hib3 em crianças sobreviventes (%) 3 doses haemophilus influenza tipo B
 Cobertura imunização rotavírus em crianças sobreviventes (%) última dose rotavírus
 Cobertura imunização PCV3 em crianças sobreviventes (%) 3 doses pneumocócica conjugada
 Cobertura imunização tétano em nascidos vivos (%)
 Crianças (<5 anos) com sintoma de pneumonia recebendo cuidado (%)
 Crianças (<5 anos) com sintoma de pneumonia recebendo tratamento antibiótico (%)
 Crianças (<5 anos) com diarreia recebendo tratamento sais de reidratação oral (%)
 Crianças (<5 anos) com febre recebendo tratamento anti-malária (%)
 Crianças (<5 anos) que dormem sob mosquiteira tratada com inseticida (%)
 Domicílios com ao menos uma mosquiteira tratada com inseticida (%)

4 - HIV/Aids

Prevalência HIV em adultos (15-49 anos) (%)
 Pessoas de todas idades vivendo com HIV (mil)
 Mulheres (15 anos ou mais) vivendo com HIV (mil) - Transmissão mãe para filho
 Crianças (0 a 14 anos) vivendo com HIV (mil) - Infecção pediátrica
 Prevalência HIV entre jovens, por sexo (%) - Prevenção jovens (15-24 anos)
 Conhecimento HIV entre jovens, por sexo (%) - Prevenção jovens (15-24 anos)
 Uso camisinha entre jovens com múltiplos parceiros, por sexo (%) - Prevenção jovens (15-24 anos)
 Jovens (15 a 24 anos) que foram testados para HIV, nos últimos 12 meses, que receberam resultado (%) - Teste HIV
 Crianças (0 a 17 anos) órfãs por AIDS (Mil) - Órfãos
 Crianças (0 a 17 anos) órfãs por todas causas (Mil) - Órfãos
 Proporção frequência escola de órfãos (10 a 14 anos) (%) - Órfãos

Anexo 2 - Indicadores presentes em *The state of the world's children 2016 : a fair chance for every child* (2016), do UNICEF, por tema

(continuação)

5 - Educação

Taxa de alfabetização de jovens (15 a 24 anos) (%)
Número de pessoas usuárias de telefone celular (por 100)
Número de pessoas usuárias de internet (por 100)
Participação ensino pré-primário - Taxa bruta de matrícula, por sexo (%)
Participação ensino primário - Taxa bruta de matrícula, por sexo (%)
Participação ensino primário - Taxa líquida de matrícula, por sexo (%)
Participação ensino primário - Taxa líquida de frequência, por sexo (%)
Participação ensino primário - Crianças em idade escolar fora da ensino primário (% e absoluto)
Participação ensino primário - Taxa de conclusão ensino primário (dados administrativos e pesquisa amostral)
Participação ensino secundário - Taxa líquida de matrícula, por sexo (%)
Participação ensino secundário - Taxa líquida de frequência, por sexo (%)

6 - Indicadores demográficos

População total (mil)
População menos de 18 anos de idade (mil)
População menos de 5 anos de idade (mil)
Taxa de crescimento anual da população (%)
Taxa bruta de mortalidade (por 1000)
Taxa bruta de nascimento (por 1000)
Esperança de vida ao nascer (em anos)
Taxa de fecundidade total
População em área urbana (%)
Taxa de crescimento anual média da população em área urbana (%)

7 - Indicadores econômicos

Rendimento nacional bruto *per capita* (US\$ e PPP US\$)
Taxa anual de crescimento do rendimento nacional bruto *per capita* (%)
Taxa de inflação média anual (%)
População abaixo linha de pobreza internacional de US\$1,90 ao dia (%)
Pobreza monetária nacional (definida pelo governo nacional) de crianças (0 a 17 anos) (%)
Gasto público com saúde como proporção do rendimento nacional bruto (%)
Gasto público com educação como proporção do rendimento nacional bruto (%)
Gasto público militar como proporção do rendimento nacional bruto (%)
Entrada líquida de assistência pública ao desenvolvimento (ODA) (em milhões)
Entrada da assistência pública ao desenvolvimento como proporção do rendimento nacional bruto (%)

8 - Mulheres

Esperança de vida ao nascer: mulheres/homens (%)
Taxa de alfabetização adulta: mulheres/homens (%)
Taxa de matrícula: mulheres/homens (%) - Ensino primário
Taxa de matrícula: mulheres/homens (%) - Ensino secundário
Taxa de conclusão ensino primário: mulheres/homens (%)
Prevalência contraceptiva (%)
Pré-natal (%) - Ao menos uma visita
Pré-natal (%) - Ao menos quatro visitas
Parto (%) - Atendimento qualificado no parto
Parto (%) - Parto institucionalizado
Parto (%) - Cesárea
Razão de mortalidade materna - Declarada
Razão de mortalidade materna - Ajustada
Razão de mortalidade materna - Risco de morte materna na vida (1 em)

Anexo 2 - Indicadores presentes em *The state of the world's children 2016 : a fair chance for every child* (2016), do UNICEF, por tema

(conclusão)

9 - Proteção infantil

Trabalho infantil, por sexo (5 a 14 anos de idade) (%)
 Casamento infantil: Casado aos 15 anos de idade (%)
 Casamento infantil: Casado aos 18 anos de idade (%)
 Cobertura do registro de nascimento (%)
 Mutilação genital feminina (%): Prevalência em mulheres
 Mutilação genital feminina (%): Prevalência em meninas
 Mutilação genital feminina (%): Apoio à prática
 Justificativa para bater na esposa, por sexo (%) (15 a 49 anos de idade)
 Disciplina violenta (agressão psicológica e/ou castigo físico), por sexo (%) (2 a 14 anos de idade)

10 - Taxa de progresso

Ranking taxa de mortalidade em menores de 5 anos de idade
 Taxa de mortalidade em menores de 5 anos de idade, diferentes anos
 Taxa anual de redução na taxa de mortalidade em menores de 5 anos de idade, diferentes anos (%)
 Redução na taxa de mortalidade em menores de 5 anos de idade, desde 1990 (%)
 Taxa média de crescimento anual do produto interno bruto *per capita* (%)
 Taxa de fecundidade total, diferentes anos
 Taxa anual de redução na taxa de fecundidade total, diferentes anos (%)

11 - Adolescentes

População adolescente 10 a 19 anos de idade (mil)
 População adolescente 10 a 19 anos de idade, na população total (%)
 Adolescentes casados ou em união (15 a 19 anos) (%)
 Mulheres que tiveram filhos antes dos 18 anos (20 a 24 anos) (%)
 Taxa de fecundidade adolescente (15 a 19 anos) (nascimentos por mil)
 Justificativa para bater na esposa entre adolescentes, por sexo (%) (15 a 19 anos)
 Uso de meios comunicação de massa entre adolescentes (15 a 19 anos) (%)
 Taxa bruta de matrícula ensino secundário (lower secondary) (%)
 Taxa bruta de matrícula ensino secundário (upper secondary) (%)
 Conhecimento HIV entre adolescentes, por sexo (%) (15-19 anos)

12 - Desigualdades por local de residência

Registro de nascimentos, por local de residência (%)
 Atendimento qualificado no parto, por local de residência (%)
 Baixa altura-idade de crianças de 0 a 59 meses de idade, por local de residência (%)
 Crianças (<5 anos) com diarreia recebendo tratamento sais de reidratação oral, por local de residência (%)
 Taxa líquida de frequência, por local de residência (%)
 Conhecimento HIV entre jovens (15-24 anos) mulheres, por local de residência (%)
 Uso esgotamento sanitário adequado, por local de residência (%)

13 - Desigualdades por rendimento domiciliar

Registro de nascimentos, por rendimento domiciliar (%)
 Atendimento qualificado no parto, por rendimento domiciliar (%)
 Baixa altura-idade de crianças de 0 a 59 meses de idade, por rendimento domiciliar (%)
 Crianças (<5 anos) com diarreia recebendo tratamento sais de reidratação oral, por rendimento domiciliar (%)
 Taxa líquida de frequência, por rendimento domiciliar (%)
 Conhecimento HIV entre jovens (15-24 anos) mulheres, por rendimento domiciliar (%)
 Conhecimento HIV entre jovens (15-24 anos) homens, por rendimento domiciliar (%)

14 - Desenvolvimento na primeira infância

Frequência na educação infantil, por sexo e rendimento domiciliar (%) (36-59 meses)
 Suporte adulto no aprendizado, por sexo e rendimento domiciliar (%) (36-59 meses)
 Suporte paterno no aprendizado (%) (36-59 meses)
 Material de aprendizado em casa (0-59 meses): livros, por rendimento domiciliar (%)
 Material de aprendizado em casa (0-59 meses): brinquedos, por rendimento domiciliar (%)
 Crianças (0-59 meses) em cuidado inadequado, por sexo e rendimento domiciliar (%)

Fonte: The state of the world's children 2016: a fair chance for every child. New York: United Nations Children's Fund - UNICEF, 2016. Disponível em: <<https://www.unicef.org/sowc>>. Acesso em: jan. 2018

Nota: Tradução nossa.

Produção internacional e nacional de indicadores para a juventude: um enfoque sobre os jovens que não estão ocupados, não estudam, nem estão em treinamento

Betina Fresneda*
Luanda Botelho**

Introdução

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) define juventude como um período de transição entre a dependência na infância para a independência na vida adulta, associada à consciência da interdependência entre os membros da comunidade¹. Uma vez que o conceito de juventude é fluido em relação à sua delimitação etária, para efeitos de consistência estatística, a UNESCO adota a faixa etária de 15 a 24 anos de idade para classificar a população jovem. Esse mesmo recorte etário é adotado pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO)² como delimitação do grupo jovem. No Brasil, porém, o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852, de 05.08.2013) estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos para efeitos dessa lei, que dispõe sobre os direitos dos jovens e os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Considerando essa faixa etária, a Política Nacional de Juventude classifica os jovens em três grupos: de 15 a 17 anos de idade, denominados jovens-adolescentes; de 18 a 24 anos de idade, como jovens-jovens; e de 25 a 29 anos de idade, como jovens adultos³.

Há uma extensa discussão em torno do conceito de juventude e da definição do grupo etário classificado como jovem. Sem pretender aprofundar esse debate teórico, considera-se importante apresentar de forma introdutória as questões centrais que envolvem esse tema e sua relação com as políticas públicas e a construção de indicadores sociais.

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

¹ Para informações mais detalhadas sobre o conceito emanado da UNESCO, consultar: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition/>>.

² Para informações mais detalhadas sobre o o conceito emanado da OMS, cono consultar: <<http://apps.who.int/adolescent/second-decade/section2/page1/recognizing-adolescence.html>>.

³ Os jovens de 15 a 18 anos também estão incluídos na política da criança e do adolescente em vigor. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>.

A marca da juventude moderna é o prolongamento do tempo de maturação ou preparação proporcionado pela massificação escolar antes da distribuição dos jovens nos diferentes papéis sociais (GALLAND, 2007). Contudo, essa categoria é incapaz de abarcar a diversidade de experiências, mesmo em um contexto de aumento do período de escolarização, dado que as desigualdades são determinantes sobre qual tipo de “juventude” será vivida (BOURDIEU; PASSERON, 1975). Dubet (1996) caracteriza os argumentos que norteiam esse debate como sendo de dupla natureza: por um lado, existiriam as experiências históricas e culturais comuns a cada nova geração, ou seja, uma cultura juvenil compartilhada que agregaria um grupo etário em torno de tipos de música, estilos e valores distintos daqueles da geração anterior. Por outro, haveria heterogeneidade nas experiências juvenis, pautadas pelas desigualdades sociais. Essa dualidade é responsável pela fluidez teórica que envolve o conceito de juventude e é a razão pela qual a palavra juventude vem sendo utilizada no plural em estudos atuais sobre o tema. A elaboração de políticas públicas e a construção de indicadores sobre aspectos tipicamente relacionados à juventude, como transição da escola para o trabalho e formação de uma nova família, devem, portanto, levar em conta as desigualdades que influenciam a situação juvenil.

Um dos temas que ganhou destaque em estudos recentes sobre juventude é a persistência de níveis elevados de desemprego entre os jovens, agravada pela crise econômica e financeira mundial que teve início em 2008. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Cooperation and Development - OECD) chama atenção para a volatilidade desproporcional do emprego juvenil na medida em que, entre 2007 e 2015, o nível de emprego dos jovens de 15 a 29 anos de idade caiu 8%, enquanto o nível de emprego total apresentou uma pequena recuperação nos países da OCDE. Entretanto, esse fenômeno não é recente, pois a maior dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho está relacionada à deterioração das condições de trabalho desde os anos 1980. Essa situação fez com que o período de transição da escola para o trabalho ficasse cada vez mais longo e heterogêneo. A saída da escola não representa mais o ingresso em um emprego de período integral, mas apenas uma de muitas combinações entre trabalho e estudo ao longo da vida (EDUCATION..., 2011). Como consequência, ocorreu o surgimento do que alguns pesquisadores têm chamado de *training state*, isto é, a proliferação de políticas de treinamento para o trabalho, como uma das formas encontradas pelos governos nacionais para lidar com o desemprego juvenil desde a década de 1980 (MIZEN, 2004).

No caso brasileiro, país que se destaca pelas desigualdades sociais e pelo atraso escolar, a maior parte dos jovens não pôde usufruir um período de moratória do trabalho seguido pelo ingresso em um emprego de tempo integral, diferentemente do padrão europeu no pós-guerra (CARDOSO, 2008). Segundo dados da publicação *Education at a glance 2016: OECD indicators*, apenas 16% das pessoas de 25 a 34 anos de idade não possuíam ensino médio completo nos países da OCDE (EDUCATION..., 2016), enquanto no Brasil esse percentual era mais do que o dobro (38%). Em 2015, o total de 48,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade correspondia a 23,6% da população brasileira. Nesse mesmo ano, dos 9,8 milhões de desocupados no País, quase 42,0% eram jovens de 16 a 24 anos de idade. Além disso, eles estavam empregados em maior proporção nos trabalhos informais, recebendo em média menos do que os adultos. Uma proporção significativa dos jovens brasileiros não estudava nem trabalhava (22,5%) na semana de referência, dos quais quase $\frac{2}{3}$ sequer procuravam emprego⁴.

⁴ Para os dados brasileiros, consultar: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>.

O aumento da parcela dos jovens que não estudam nem trabalham passou a ser um dos temas de destaque para a elaboração de políticas públicas para a juventude por estar relacionado ao aumento do desemprego juvenil e às mudanças no padrão de transição da escola para o trabalho. A necessidade de se elaborar um diagnóstico para melhor compreender os obstáculos que mantêm os jovens fora do mercado de trabalho e da escola levou à demanda cada vez maior por informações e, conseqüentemente, por estatísticas oficiais. Em certo sentido, a produção de informações para esse grupo passou a ser impulsionada por perguntas como: *Qual é a parcela que abandonou precocemente a escola ou que não possui as habilidades mínimas de leitura, escrita e matemática para ser considerada uma pessoa funcionalmente alfabetizada? Até que ponto desvantagens familiares e desigualdades de gênero aumentam o risco de os jovens estarem nessa situação? Quais são as conseqüências de se permanecer por um período mais longo sem estudar nem trabalhar durante a juventude?*

A elaboração de políticas públicas para a juventude relacionadas ao período de transição da escola para o trabalho depende do acesso a uma série de informações, desde o perfil dos jovens, as características do emprego juvenil, o impacto da qualificação técnica, profissionalizante ou vocacional, até os determinantes do acesso à educação, na medida em que o baixo nível educacional continua sendo o principal fator de risco para o futuro dos jovens. Assim, a partir dos anos 2000, o indicador “proporção de jovens que não trabalham, não estudam, nem estão em treinamento” (*neither in employment nor in education or training*, ou NEET na sigla em inglês)⁵, também conhecido como “nem-nem”, ganhou destaque por abordar algumas dessas dimensões. É importante ressaltar que as definições de quais atividades são consideradas trabalho de acordo com as recomendações internacionais sofreram alterações que justificam a atualização do indicador para “proporção de jovens que não estão ocupados, não estudam, nem estão em treinamento”, conforme o título desse capítulo. Os limites do conceito de trabalho adotado para a construção do indicador de jovens “nem-nem” serão apresentados no decorrer do texto, reconhecendo a necessidade de melhor especificação dessa nomenclatura.

Com o objetivo de compreender a produção de dados oficiais e indicadores que tratem dessas questões, o presente capítulo pretende abordar recomendações, agendas e experiências internacionais sobre a produção de indicadores para a juventude em transição, em especial para os jovens que não estudam nem trabalham. Em seguida, privilegiando esse foco temático, mas mencionando também outras iniciativas de investigação que permitem traçar um quadro mais geral da vulnerabilidade juvenil brasileira, será apresentada a produção de indicadores para a juventude do IBGE por meio de suas pesquisas. Finalmente, a conclusão resume as principais reflexões do capítulo.

Recomendações internacionais sobre indicadores de transição juvenil e agendas de desenvolvimento

Com o aumento do desemprego juvenil nos países europeus a partir da década de 1980, a produção de indicadores para a juventude passou a incorporar, além dos indicadores tradicionais de trabalho e educação⁶, como taxa de desemprego e

⁵ A esse respeito, consultar: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_229374.pdf>.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre recomendações internacionais para os indicadores de trabalho e educação, consultar: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>.

frequência escolar, informações que permitissem identificar transições problemáticas da escola para o trabalho. Atualmente, há indicadores amplamente disseminados que fazem parte das agendas internacionais de monitoramento que levam em conta riscos característicos dessa etapa crucial na vida dos jovens. A categoria dos jovens que não trabalham, não estudam, nem estão em treinamento, denominada “nem-nem” (*neither in employment nor in education or training*, ou NEET na sigla em inglês), passou a ser utilizada pelos organismos internacionais como um dos principais indicadores para retratar a vulnerabilidade dos jovens no período de transição. Pretende-se, portanto, apresentar as recomendações internacionais para a construção desse indicador, exclusivamente relacionado ao grupo jovem, e discutir a importância de indicadores complementares e de desagregações para um diagnóstico mais preciso da vulnerabilidade juvenil. Além disso, será evidenciado como as agendas internacionais para a juventude priorizam esse aspecto da transição juvenil.

A classificação dos jovens na categoria “nem-nem” surgiu na Inglaterra no final dos anos 1980, quando os jovens com idade abaixo de 18 anos se tornaram inelegíveis ao seguro-desemprego (FURLONG, 2006). Nesse sentido, optou-se por criar uma categoria capaz de abarcar jovens elegíveis a políticas sociais focalizadas que não dependesse apenas da situação de desemprego.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), a proporção de jovens “nem-nem” deve ser calculada a partir da soma dos jovens desocupados que não estudam nem estão em treinamento com os jovens economicamente inativos que não estudam nem estão em treinamento, dividida pelo total da população jovem. A metodologia para a construção do indicador encontra-se detalhada no documento *Decent work indicators: guidelines for producers and users of statistical and legal framework indicators*: ILO manual: second version (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2013).

Para a identificação do jovem que não estuda, a OIT recomenda como parâmetros as definições de educação formal e não formal da Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education - ISCED). Assim, o jovem estudante pode estar inserido tanto na educação formal – educação institucionalizada, intencional e planejada por instituições públicas ou privadas reconhecidas e que, em sua totalidade, constituem o sistema formal de educação de um país –, quanto na educação não formal – também é institucionalizada, intencional e planejada por um provedor educacional, porém, define-se como um acréscimo, uma alternativa e/ou um complemento à educação formal no processo de aprendizagem dos indivíduos ao longo da vida. O jovem que não estuda, portanto, não está inserido na educação formal nem na não formal.

Já o treinamento, para fins de construção do indicador conforme as orientações da OIT, refere-se a uma aprendizagem não acadêmica em que os jovens adquirem competências específicas para o desempenho de uma determinada ocupação – qualificação profissional – ou habilidades destinadas a empregos de nível intermediário, especialmente em funções técnicas – cursos técnicos de nível médio. A cobertura do treinamento técnico e profissional deve incluir apenas programas no âmbito de escolas técnicas ou de formação profissional, excluindo-se, pois, cursos oferecidos diretamente por empregadores (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2013).

Os dois grupos de jovens “nem-nem” – desocupados e economicamente inativos – apresentam perfis bastante distintos, dependendo de características como sexo, faixa etária e nível socioeconômico. Segundo as definições da 19ª Conferência Internacional de

Estadísticos del Trabajo - CIET, realizada em Genebra, em 2013⁷, os jovens desocupados são aqueles que não tem trabalho, mas estão disponíveis para trabalhar e tomam medidas efetivas para conseguir trabalho em períodos de referência especificados. Fazem parte dos economicamente inativos os jovens que não estão ocupados nem desocupados. São os jovens que não tem trabalho e não procuram trabalho e os jovens que não tem trabalho, procuram trabalho, mas não estão disponíveis para começar a trabalhar no período de referência. Em outras palavras, estão fora da força de trabalho.

A 19ª CIET também promoveu mudanças no conceito de trabalho, incluindo em seu escopo o trabalho na produção de bens e serviços para o autoconsumo, inclusive afazeres domésticos e cuidados, estágio não remunerado, trabalho voluntário, entre outras atividades. Porém, a definição de “nem-nem” considera como trabalho apenas as atividades pertencentes à categoria “trabalho na ocupação”; isto é, aquelas que compreendem trabalhos realizados para terceiros em troca de remuneração ou benefícios. Considerando, então, que um jovem pode estar trabalhando fora da ocupação, uma nomenclatura mais adequada para descrever os jovens “nem-nem” seria “não estão ocupados, não estudam, nem estão em treinamento”.

Um dos motivos para a falta de iniciativa na busca por trabalho é o desalento com o mercado de trabalho, que pode surgir nas seguintes situações: o jovem não sabe onde procurar trabalho; não consegue relacionar suas habilidades pessoais com um emprego; buscas anteriores por emprego não deram resultado; o jovem tem a impressão de ser muito jovem para trabalhar ou de que não há empregos na região (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2013). Contudo, não se pode assumir que a maioria dos jovens fora da força de trabalho gostaria de ter um trabalho e poderia começar a trabalhar, mas havia desistido da procura. Com efeito, parcela significativa dos jovens fora da força de trabalho é composta por mulheres dedicadas a afazeres domésticos e cuidados, logo, indisponíveis para o mercado de trabalho e para os estudos. Há ainda os jovens com deficiência ou problemas de saúde que enfrentam outras dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Essas situações de inatividade juvenil, que não estão explícitas no percentual médio de jovens “nem-nem”, requerem políticas públicas específicas.

Outra dimensão relevante para investigar as características dos jovens “nem-nem” é o grupo etário ao qual o jovem pertence. Por exemplo, países com taxas elevadas de jovens “nem-nem” de 15 a 17 anos evidenciam sistemas educacionais incapazes de manter o jovem na escola até o final do ensino secundário. O tempo de permanência do jovem na condição de “nem-nem” também é um indicador importante de vulnerabilidade de acordo com diversos estudos (FURLONG, 2006). Igualmente, as características da família de origem do jovem “nem-nem” fora da força de trabalho, como ocupação dos pais e renda familiar, são essenciais para mapear outras situações de inatividade que não representam necessariamente uma desvantagem ou vulnerabilidade, como, por exemplo, a decisão de investir em talentos artísticos ou de passar um período viajando.

Em suma, os jovens “nem-nem” fazem parte de uma categoria ampla, que abarca uma série de condições distintas, reveladas por meio de desagregações. Logo, há vantagens e desvantagens quando se utiliza a proporção de “nem-nem” como indicador de vulnerabilidade juvenil. Por um lado, o indicador, quando desagregado, permite chamar atenção às jovens mães e àqueles com deficiência ou problemas de saúde, que permaneceriam invisíveis sob o rótulo de economicamente inativos,

⁷ Para informações mais detalhadas sobre as resoluções da 19ª CIET, consultar: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf>.

especialmente quando a taxa de desemprego juvenil é baixa. Por outro, o indicador não coloca luz sobre o aspecto da precariedade do emprego que afeta os jovens, principalmente os trabalhadores mais pobres, desprovidos de proteção social e sobrerrepresentados em formas mais inseguras de trabalho (FURLONG; KELLY, 2005). Portanto, indicadores sobre a qualidade do trabalho, como o nível de informalidade, rendimento médio mensal e o percentual de trabalhadores com horas excessivas de trabalho semanal, tornam-se imprescindíveis para elaborar um diagnóstico completo da transição da escola para o trabalho, capaz de orientar políticas públicas.

As diretrizes internacionais para a mensuração do trabalho decente foram definidas na 18ª CIET, realizada em 2008. Foi elaborado um arcabouço conceitual (*framework on the measurement of decent work*⁸) formado por 10 dimensões que comporiam o trabalho decente: oportunidades de emprego; rendimentos adequados e trabalho produtivo; jornada de trabalho decente; conciliação entre o trabalho, vida pessoal e familiar; abolição de certos tipos de trabalho; estabilidade e segurança no trabalho; igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego; ambiente de trabalho seguro; seguridade social; diálogo social; e representação de trabalhadores e empregadores (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2013). Cada dimensão conta com conceitos e metodologias internacionalmente definidas para seus respectivos indicadores, fugindo ao escopo desse estudo apresentá-las detalhadamente.

Além da dimensão do acesso ao trabalho decente, a publicação *Society at a glance 2016: OECD social indicators*⁹, da OCDE, ressalta a importância do monitoramento da taxa de abandono escolar precoce (*rates of early school leavers*), calculada dividindo-se o total de jovens de determinada faixa etária que não havia concluído o ensino médio pelo total de jovens dessa faixa etária. Foi verificada maior vulnerabilidade dos jovens que não concluíram o ensino médio com relação ao acesso às oportunidades de qualificação adicional e de emprego estável em diversos países (FROM EDUCATION..., 2005). Eles vivenciam maiores chances de desemprego, especialmente os de longo prazo ou em períodos recorrentes. Também sofrem com empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração. O acréscimo da experiência no mercado de trabalho não compensa suas baixas qualificações iniciais, gerando efeitos negativos de longo prazo. Por esses motivos, os jovens que abandonaram a escola sem completar o ensino médio se tornaram o problema mais grave a ser enfrentado pela política educacional desses países. Esse indicador também foi adotado pela União Europeia em seu plano de desenvolvimento "Europa 2020"¹⁰.

Tendo em vista o contexto generalizado de preocupação com as consequências do desemprego juvenil, que estimulou diversos estudos sobre a transição da escola para o trabalho, não é de se surpreender que a agenda internacional para a juventude também esteja voltada para essas questões. Isso pode ser verificado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS¹¹, que substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM¹² até 2030. Além das desagregações por idade

⁸ Para informações mais detalhadas sobre indicadores de trabalho decente, consultar: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_229374.pdf>.

⁹ Para informações mais detalhadas sobre a publicação, consultar: <http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance_19991290>.

¹⁰ Para informações mais detalhadas sobre o plano de desenvolvimento europeu, consultar: <<http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/COMPLETE%20EN%20BARROSO%20%20%20007%20-%20Europe%202020%20-%20EN%20version.pdf>>.

¹¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<https://sustainabledevelopment.un.org/topics/education>>.

¹² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/sdgoverview/mdg_goals.html>.

que perpassam a maioria dos 17 ODS, dois objetivos concentram metas diretamente associadas ao grupo jovem, o ODS 4 de educação e o ODS 8 de trabalho. Os jovens são explicitamente mencionados em sete metas desses dois objetivos, mas apenas a Meta 8.6, relacionada aos “nem-nem”, é exclusivamente voltada para os jovens, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Objetivos associados à juventude nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	
Metas	Indicadores
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	4.1.1 Proporção de crianças e jovens: (a) no nível "grades 2/3"; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e (c) no final dos anos finais do ensino fundamental com proficiência mínima em (i) leitura (ii) matemática, por sexo
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	4.3.1 Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal e treinamento nos últimos 12 meses, por sexo
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	4.4.1 Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologia da informação e comunicação, por tipo de habilidades.
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática	4.6.1 Proporção da população em determinada faixa etária com proficiência funcional mínima em (a) alfabetização e (b) matemática, por sexo.
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos	
8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor	8.5.1 Rendimento médio do trabalho por hora de homens e mulheres, por ocupação, idade e pessoas com deficiência 8.5.2 Taxa de desemprego por sexo, idade e pessoas com deficiência
8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação	8.6.1 Proporção de jovens (de 15 a 24 anos) sem emprego, educação ou formação
8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]	8.b.1 Total dos gastos públicos com programas de proteção social e emprego como proporção do orçamento nacional e do PIB

Fonte: As Autoras

Também o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento – resultado da Conferencia Regional Sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, realizada em Montevidéu, em agosto de 2013 – firmou uma agenda que tem os jovens como parte importante de seu público-alvo. Reconhece-se a sua importância como sujeitos de direito e o seu papel central para o desenvolvimento sustentável em seus pilares econômico, social e ambiental. Segundo o Consenso de Montevidéu, garantir direitos e atender as demandas da juventude, fase em que se definem os eixos da vida adulta, significa promover uma vida adulta sã, com boa formação educacional, socialmente integrada e culturalmente engajada com a igualdade e a sustentabilidade.

O Consenso de Montevidéu organiza-se em nove capítulos e, em pelo menos três deles, os jovens estão no centro das atenções: acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva; igualdade de gênero; e direitos, necessidades, responsabilidades e demandas de crianças, adolescentes e jovens. Nesse último, aparecem as medidas prioritárias diretamente relacionadas a educação e trabalho da juventude. O *Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*¹³ recomenda a produção de indicadores para essas medidas conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Medidas prioritárias e indicadores de monitoramento para educação e trabalho dos jovens no Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento

(continua)

Medida Prioritária	Indicadores recomendados
Medida prioritária 7: Garantir a crianças, adolescentes e jovens, sem nenhum tipo de discriminação, as oportunidades para terem uma vida livre de pobreza e violência, a proteção e o exercício de direitos humanos, a disponibilidade de opções, e o acesso à saúde, educação e proteção social	
Medida prioritária 9: Investir na juventude através de políticas públicas específicas e condições diferenciadas de acesso, especialmente na educação pública, universal, laica, intercultural, livre de discriminação, gratuita e de qualidade, para garantir que seja uma etapa da vida plena e satisfatória, que lhes permita construir a si mesmos como pessoas autônomas, responsáveis e solidárias, capazes de enfrentar criativamente os desafios do século XXI	1. Porcentagem da população escolar que estuda em estabelecimentos educacionais que oferecem uma formação laica, intercultural, livre de discriminação gratuita e de qualidade
	2. Investimento por estudante e por nível educacional, segundo tipo de educação (pública e privada, pelo menos)
	3. Qualidade da educação segundo nível e tipo de educação (pública e privada, pelo menos)
Medida prioritária 10: Promover e investir em políticas de trabalho e emprego e programas especiais de formação para a juventude que potencializem a capacidade e iniciativa coletivas e individuais, e possibilitem a conciliação entre os estudos e a atividade laboral, sem precarização do trabalho e garantindo igualdade de oportunidades e tratamento	1. Taxa de desemprego juvenil por grupo de idade (de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos)
	2. Porcentagem de emprego decente entre os jovens empregados
	3. Porcentagem de jovens que não estudam, não estão em treinamento e não trabalham
	4. Porcentagem de jovens que não estudam, não estão em treinamento, não trabalham e que se dedicam ao trabalho não remunerado
	5. Porcentagem de jovens sobrequalificados, em termos de educação, para as atividades laborais que desempenham

¹³ Para informações mais detalhadas sobre os temas contemplados no Consenso de Montevidéu, em especial suas medidas prioritárias e indicadores, consultar: <<https://crpd.cepal.org/2/es.html>>.

Quadro 2 - Medidas prioritárias e indicadores de monitoramento para educação e trabalho dos jovens no Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento

(conclusão)

Medida Prioritária	Indicadores recomendados
Medida prioritária 13: Por em prática ou fortalecer políticas e programas para evitar a evasão escolar das adolescentes grávidas e das mães jovens	1. Quantidade de leis, políticas e normas discriminatórias sobre as estudantes grávidas ou mães
	2. Quantidade de normas que favoreçam a inclusão de estudantes grávidas ou mães
	3. Porcentagem de escolas que possuem programas especiais de compatibilização de maternidade com assistência ao sistema educacional
	4. Porcentagem de adolescentes ou jovens grávidas ou mães que acessam a educação que requerem
Medida prioritária 17: Garantir também dados estatísticos confiáveis, desagregados por sexo, idade, condição migratória, raça, etnia, variações culturais e localização geográfica em matéria de educação, saúde, em particular saúde sexual e reprodutiva, emprego e participação de adolescentes e jovens	1. Existência de estatísticas vitais, pesquisas, censos e outros registros relevantes que proporcionem informação adequada, oportuna e desagregada para todas as fases de desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens
	2. Existência de políticas e programas em que se use regular e sistematicamente a informação sobre infância, adolescência e juventude
	3. Porcentagem da população, das organizações da sociedade civil e da Academia que expressa satisfação com a disponibilidade de informação sobre infância, adolescência e juventude

Fonte: As Autoras

Experiências internacionais na produção de indicadores de transição da escola para o trabalho

Os sistemas nacionais de estatística investigam questões relacionadas à juventude a partir de diversas fontes de informação oficiais, provenientes tanto de registros administrativos, quanto de pesquisas domiciliares. Dados sobre temas comumente investigados, como educação, trabalho, saúde, violência, comportamento de risco, práticas culturais, dentre outros, costumam ser divulgados levando em conta o recorte etário específico utilizado para delimitar o grupo jovem. Por sua vez, pesquisas sobre o tema da transição da escola para o trabalho são elaboradas exclusivamente para os jovens e contam frequentemente com pesquisas longitudinais, que acompanham coortes de estudantes até seu ingresso no mercado de trabalho. Optou-se por apresentar algumas pesquisas que investigam a situação dos jovens na transição da escola para o trabalho elaboradas pelos sistemas nacionais de estatística, do qual fazem parte os institutos de estatística e órgãos de produção de informações oficiais, como os ministérios. Serão apresentados os casos do Canadá, Reino Unido, México e Uruguai, seja pela reconhecida relevância do instituto de estatística, seja pela existência de pesquisas oficiais abrangentes sobre esse tema.

Canadá

O Instituto de Estatística do Canadá (Statistics Canada - StatCan) realiza uma série de pesquisas relacionadas à juventude na etapa de transição da escola para o trabalho. A principal delas é pesquisa longitudinal dos jovens em transição (Youth in Transition Survey - YITS¹⁴). Essa pesquisa foi desenhada para examinar transições na vida dos jovens, particularmente entre educação, treinamento e trabalho, investigando as experiências educacionais e laborais, aspirações e expectativas, acompanhando duas coortes de jovens a cada dois anos (uma com jovens de 15 anos e outra com jovens entre 18 a 20 anos de idade em 1999) (YOUTH..., [2017]). Informações são usadas para entender como os jovens tomam as decisões mais cruciais no momento em que ingressam na vida adulta, a partir de perguntas como: o principal motivo para não estudar e não trabalhar; o nível educacional mais elevado que acredita que vai concluir, tendo em vista sua situação atual; o nível que gostaria de concluir; quais motivos impedem que conclua o nível desejado; o emprego que gostaria de ter aos 30 anos; como avalia as chances de conseguir esse emprego; e o nível educacional que considera necessário para alcançar esse emprego.

Além disso, o StatCan desenvolveu um projeto que utiliza paralelamente os dados da YITS e do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (Programme for International Student Assessment - PISA), possibilitando a comparação entre a evolução da situação do jovem com os resultados da avaliação proporcionados pelo PISA. O projeto PISA/YITS¹⁵ acompanhou jovens de 15 anos que participaram do YITS e do PISA em 2000, sendo que uma subamostra dessa coorte foi submetida a uma reavaliação de suas habilidades de leitura em 2009. Dois questionários¹⁶, um para os alunos e outro para os pais, foram elaborados para incluir quesitos não cobertos pelo PISA. No questionário dos alunos, os itens reúnem informações sobre risco de abandono escolar, percurso acadêmico, carga de trabalho, participação em programas de preparação para o trabalho, participação na força de trabalho e obstáculos para seguir estudando (experiências estressantes, dedicação aos estudos, aspirações de carreira, influências formativas iniciais, comportamento desviante, relações familiares, condições de vida e de aprendizagem e outras variáveis de origem). O questionário respondido pelos pais foi usado para coletar informações sobre as famílias dos jovens de forma a obter dados mais confiáveis sobre o status socioeconômico.

O StatCan realizou recentemente uma pesquisa longitudinal piloto sobre os resultados alcançados no mercado de trabalho pelos jovens que concluíram o ensino superior (Labour Market Outcomes of Graduates from Universities in the Maritime Provinces¹⁷). Essa pesquisa combina registros administrativos provenientes de dados censitários dos estudantes em cursos pós-secundários (Postsecondary Student Information System - PSIS¹⁸) com dados do imposto de renda para examinar a situação de seis coortes de jovens que se graduaram no ensino superior, incluindo mestrado e

¹⁴ Para informações mais detalhadas sobre a Youth in Transition Survey - YITS, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4435>>.

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre o projeto PISA/YITS, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=5059>>.

¹⁶ Para informações mais detalhadas sobre os questionários aplicados aos alunos e aos pais, consultar, respectivamente: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/5059_Q10_V1-eng.pdf> e <http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/5059_Q12_V1-eng.pdf>.

¹⁷ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa Labour Market Outcomes of Graduates from Universities in the Maritime Provinces, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/75-006-x/2017001/article/14798-eng.pdf>>.

¹⁸ Para informações mais detalhadas sobre o Postsecondary Student Information System - PSIS, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=5017>>.

doutorado, entre 2006 e 2011. Há informações disponíveis por sexo, área de formação, acesso a programas de assistência social, ocupação, salário, presença de contribuição sindical e previdência privada. Os resultados mostram que 95% dos graduados tiveram acesso a um emprego formal em até um ano após a conclusão do curso. Os graduados nos anos posteriores à crise econômica de 2008 ganhavam 8% menos do que aqueles que terminaram o curso nos anos anteriores à crise e não havia sinais de recuperação. Complementarmente, a pesquisa nacional sobre concluintes do ensino pós-secundário (National Graduates Survey - NGS¹⁹) avalia as experiências laborais dos concluintes de universidades públicas, programas vocacionais e instituições de ensino superior comunitárias (*community colleges*).

Além das pesquisas longitudinais, informações sobre a situação dos jovens, como as frequências ao ensino secundário e pós-secundário, são calculadas a partir de dados da pesquisa mensal de emprego (Labour Force Survey - LFS²⁰), incluindo taxas de desemprego e rendimentos por nível educacional. Finalmente, essa mesma pesquisa informa sobre o nível educacional, status ocupacional, além de informações sobre os jovens que conciliam estudo e trabalho e aqueles que não estudam nem trabalham.

Reino Unido

O Ministério da Educação do Reino Unido (UK Department for Education) realiza o estudo longitudinal voltado para os jovens (Youth Cohort Study - YCS)²¹. Treze coortes de jovens dos 13 aos 19 anos foram investigadas desde 1985, quando ocorreu a primeira rodada da pesquisa YCS. Desde então, suas informações vêm sendo utilizadas para conhecer as trajetórias dos jovens da escola para o trabalho e como suas vidas se desenvolvem ao longo do tempo, possibilitando a intervenção do Ministério da Educação em pontos apropriados desses percursos de forma a melhorar os resultados educacionais e ocupacionais dos jovens ingleses. A partir de 2004, as informações dessa pesquisa foram complementadas pelos dados de outro estudo longitudinal para jovens (Longitudinal Study of Young People in England - LSYPE), que reúne informações de diversos registros administrativos, incluindo uma pesquisa anual com os jovens e seus pais.

O uso conjunto dessas duas pesquisas longitudinais durou sete anos, acompanhando anualmente uma amostra de 3 300 jovens com 13 anos de idade em 2004 até completarem 19 anos de idade em 2010²². Os resultados foram divulgados em quatro publicações, apresentando informações sobre mudanças das atividades principais dos jovens ao longo dos anos em relação aos seguintes aspectos: educação (característica daqueles que ingressaram diretamente no ensino superior: educação dos pais, área de estudo e tipo de instituição); treinamento (característica dos aprendizes); trabalho (idade que ingressou no mercado de trabalho, tipo de trabalho

¹⁹ Para informações mais detalhadas sobre a National Graduates Survey - NGS, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/eng/survey/business/5012>>.

²⁰ Para informações mais detalhadas sobre a Labour Force Survey - LFS, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/eng/survey/household/3701>>.

²¹ Para informações mais detalhadas sobre o Youth Cohort Study - YCS, consultar: <<https://www.gov.uk/government/statistics/youth-cohort-study-and-longitudinal-study-of-young-people-in-england-the-activities-and-experiences-of-19-year-olds-2010>>.

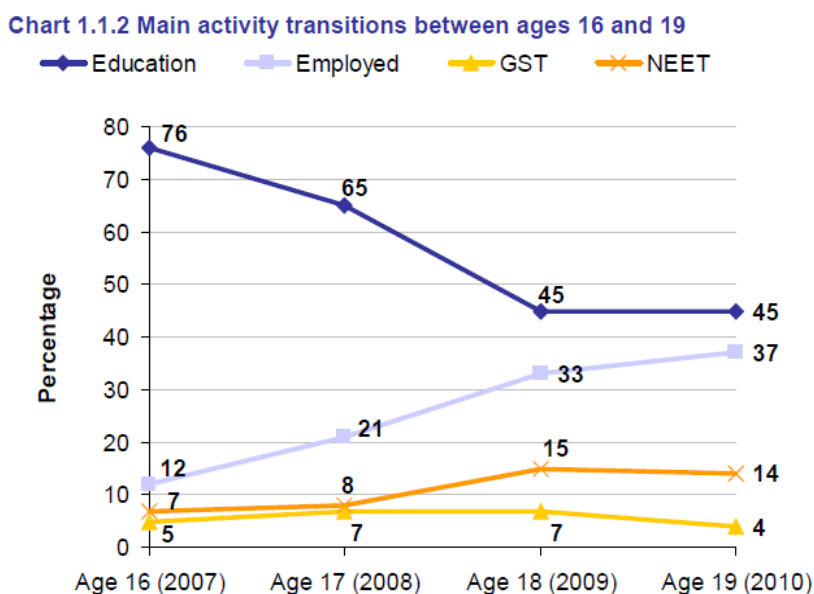
²² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/219058/b01-2011v2.pdf>.

por status ocupacional dos pais); benefícios (características dos jovens recebendo benefícios governamentais); não estuda nem trabalha (16 a 19 anos); comportamento e relacionamentos (atividade sexual, métodos contraceptivos, atividades de cuidado, consumo de drogas e álcool); engajamento cívico (trabalho voluntário, participação política, opinião e valores); e satisfação de vida.

Conforme esperado, a Figura 1 (Chart 1.1.2) evidencia que, na medida em que a coorte jovem envelhece, diminui a proporção daqueles que apenas estudavam e aumenta a proporção dos jovens que apenas trabalhavam. A comparação com a coorte pesquisada anteriormente evidencia que houve aumento de 40% para 45% dos jovens de 19 anos de idade que estudavam. Não há diferença significativa entre a proporção de homens e mulheres “nem-nem” (NEET), ainda que essa proporção aumente significativamente para as idades mais elevadas, Figura 2 (Chart 4.1.7). Por sua vez, o percentual de jovens engajados em programas de aprendizagem é maior para as faixas etárias intermediárias (Government Supported Training - GST).

A desigualdade de gênero fica evidente na distribuição percentual dos motivos pelos quais homens e mulheres se tornam “nem-nem”. Enquanto 40% das jovens de 19 anos “nem-nem” estavam ocupadas com afazeres domésticos e cuidados (*looking after family/home full time*), apenas 3% dos homens estavam nessa situação. Por sua vez, 80% dos jovens “nem-nem” dessa idade procuravam emprego (*looking for work*), sendo que metade das jovens estava fazendo o mesmo. Novamente, fica claro o papel da maternidade como principal determinante para a condição de “nem-nem” entre as jovens, pois a maioria (69%) das que tiveram filho aos 19 anos ou em idades anteriores eram “nem-nem”, comparada com o total de 15% de mulheres na condição de “nem-nem”. Esse percentual é de 36% para os jovens pais de 19 anos de idade enquanto o percentual de homens dessa idade “nem-nem” é de 14%.

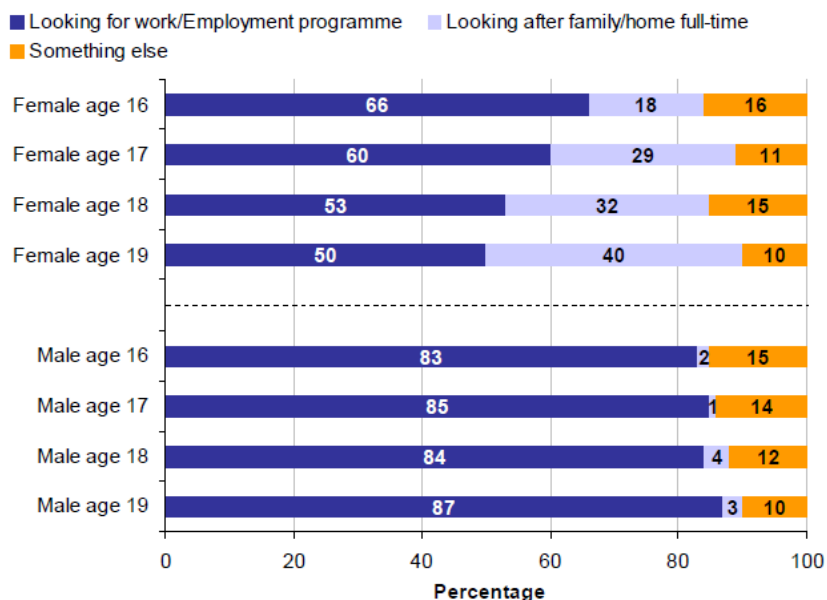
Figura 1- Principais atividades dos jovens de 16 a 19 anos de idade no período de transição



Source: LSYPE Waves 4, 5, 6 & 7 and YCS Cohort 13 Sweeps 1, 2, 3 & 4

Figura 2 - Atividades dos jovens que não estão ocupados, não estudam nem estão em treinamento por idade e sexo

Chart 4.1.7 Activities of young people who were NEET at time of interview, by age and gender



Percentages exclude young people NEET who were waiting for a course or job to start

Source: LSYPE Waves 4, 5, 6 & 7 and YCS Cohort 13, Sweeps 1, 2, 3 & 4

México

O Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI) do México não realiza pesquisas longitudinais específicas sobre o período de transição juvenil, mas incluiu recentemente na Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE)²³ um módulo sobre educação, capacitação e emprego (Módulo Educación, Capacitación y Empleo 2009)²⁴. Essa pesquisa privilegia investigar a educação enquanto mediadora do trabalho e aborda questões interessantes sobre abandono escolar, qualificação para o trabalho e transição da escola para o trabalho, incluindo quesitos como: idade na qual parou de estudar; motivos do abandono escolar; idade em que começou a trabalhar, se o nível educacional está de acordo com o emprego atual e um bloco sobre capacitação para o trabalho. A partir dos resultados, o INEGI elabora a publicação *Panorámica de la población joven por condición de actividad*²⁵, disponibilizando um conjunto de tabelas que tratam da situação de atividade dos jovens, incluindo informações sobre frequência à escola, desagregadas por sexo, para três faixas etárias (15 a 24, 15 a 17, e 18 a 24 anos de idade).

²³ Para informações mais detalhadas sobre a Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE, consultar: <<http://www.beta.inegi.org.mx/proyectos/enchogares/regulares/enoe/>>.

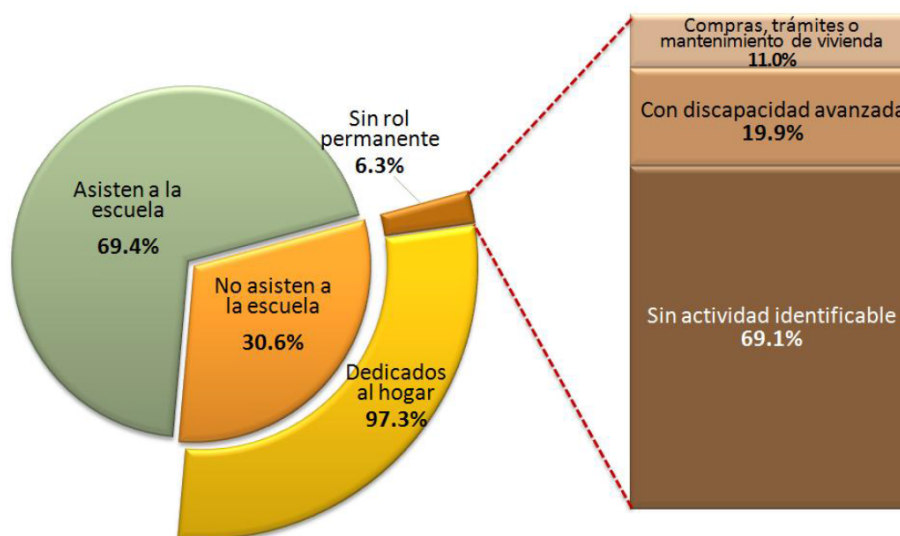
²⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.beta.inegi.org.mx/proyectos/enchogares/modulos/enece/2009/default.html>>.

²⁵ Para informações mais detalhadas sobre a publicação, consultar: <http://www.inegi.org.mx/inegi/contenidos/investigacion/experimentales/pob_joven/presentacion.aspx>.

Os resultados de 2013 mostram que 97,3% dos jovens que não estudavam nem trabalhavam se dedicavam a atividades domésticas no México, Figura 3 (“Gráfica 10”). Logo, não é surpreendente que 89,2% desses “nem-nem” sejam mulheres e que a maioria delas (90,5%) não tenha disponibilidade ou interesse em se inserir no mercado de trabalho.

Figura 3 - População economicamente inativa de 15 a 24 anos de idade, segundo frequência escolar e o tipo de atividade realizada

Gráfica 10. Población no económicamente activa de 15 a 24 años, según su asistencia escolar y el tipo de actividad realizada



Fuente: INEGI. Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), II trimestre de 2013.

Uruguai

O Instituto Nacional de Estatística (Instituto Nacional de Estadística - INE)²⁶ do Uruguai, assim como o INEGI, não realiza pesquisas longitudinais voltadas para a transição na juventude, mas possui uma pesquisa específica para jovens: a Pesquisa Nacional de Adolescência e Juventude (Encuesta Nacional de la Adolescencia y Juventud - ENAJ)²⁷. Essa pesquisa tem como objetivo investigar a condição de vida dos adolescentes e jovens de 12 a 29 anos de idade, abrangendo os seguintes temas: composição domiciliar; educação; formação em outras áreas (informática, arte ou música, idiomas e capacitação para o trabalho); migração; trabalho; opiniões; participação em associações; saúde; consumo de cigarro, álcool e outras drogas; relações afetivas e sexualidade; conflitos com a lei e vitimização; tempo livre; atividade física e cuidados.

Em relação à transição da escola para o trabalho, a pesquisa investiga detalhadamente aspectos relevantes da condição juvenil em relação a essas duas dimensões. O bloco de educação do questionário²⁸ conta com diversos quesitos que contribuem para compreender a situação educacional desses jovens, em especial o abandono escolar. Investiga-se, por exemplo: se o entrevistado repetiu algum ano de

²⁶ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/educacion>>.

²⁷ Para informações mais detalhadas sobre a Encuesta Nacional de la Adolescencia y Juventud - ENAJ, consultar: <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/encuesta-nacional-de-la-adolescencia-y-juventud-enaj>>.

²⁸ Para informações mais detalhadas sobre o questionário da ENAJ, consultar: <http://www.ine.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=e4927a4d-399f-420c-adf5-ee44fe7f50bf&groupId=10181>.

cada etapa da educação básica; quais foram os motivos para a repetição e, dentre os motivos listados, qual seria o principal; a idade com que abandonou a escola; em qual período do ano letivo estava quando abandonou a escola; quais foram os motivos do abandono e qual deles foi o principal; com qual intensidade a família influenciou na decisão de abandonar a escola; se havia intenção em retomar os estudos e o porquê. O bloco de trabalho proporciona uma série de quesitos sobre o primeiro emprego, como: a idade em que começou a trabalhar; como conseguiu o primeiro emprego; características do primeiro emprego; principais razões para trabalhar; caso tivesse oportunidade, se deixaria de trabalhar e voltaria a estudar; principais razões para não conseguir trabalho. Os resultados da pesquisa foram divulgados na publicação *Tercera encuesta nacional de adolescencia y juventud 2013*²⁹.

Além dessa pesquisa, o INE acrescentou perguntas específicas para os jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham na pesquisa domiciliar contínua Encuesta Continua de Hogares³⁰. A partir dessas perguntas, foi criada uma tipologia para os jovens “nem-nem” com três categorias: (i) jovens que não estudam nem trabalham, mas procuram emprego de forma ativa; (ii) jovens que não estudam nem trabalham e são responsáveis pelos afazeres domésticos; e (iii) jovens que não estudam nem trabalham e não procuram emprego de forma ativa nem são responsáveis pelos afazeres domésticos. O objetivo dessa classificação é evidenciar, por meio de desagregações, que a inatividade juvenil está mais relacionada aos afazeres domésticos e que o desalento é residual entre os “nem-nem” uruguaios³¹.

Observou-se que independentemente do tipo de pesquisa que os países recorrem para conhecer a situação juvenil, tanto pesquisas longitudinais quanto pesquisas domiciliares e registros administrativos buscam conhecer o padrão de transição da escola para o trabalho em termos do tipo de participação no mercado de trabalho e frequência escolar, evidenciando as complexas relações entre as escolhas juvenis e seus determinantes estruturais de classe social, gênero, cor ou raça e idade.

A construção de indicadores sobre os jovens “nem-nem” com as bases de dados das pesquisas domiciliares do IBGE

Até 2015, a principal fonte de informações sobre a juventude em transição da escola para o trabalho, no âmbito do IBGE, era a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. De periodicidade anual, a PNAD coletava uma série de informações sobre educação e mercado de trabalho e, possibilitando a desagregação de dados por idade, propiciava a construção de indicadores para o grupo dos jovens³². Por meio dos dados da PNAD, a proporção dos jovens “nem-nem” era calculada a partir da soma dos jovens desocupados que não estudavam com os jovens economicamente inativos

²⁹ Para informações mais detalhadas sobre a publicação, consultar: <http://www.ine.gub.uy/web/guest/encuesta-nacional-de-la-adolescencia-y-juventud-enaj-/-/asset_publisher/8nW0ZKdgKuqR/content/tercera-encuesta-nacional-de-adolescencia-y-juventud-2013/maximized?_101_INSTANCE_8nW0ZKdgKuqR_redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fencuesta-nacional-de-la-adolescencia-y-juventud-enaj->>.

³⁰ Para informações mais detalhadas sobre a Encuesta Continua de Hogares, consultar: <<http://www.ine.gub.uy/encuesta-continua-de-hogares->>>.

³¹ Para informações mais detalhadas sobre a publicação, consultar: <http://www.inju.gub.uy/innovaportal/file/21241/1/mtss_-_nini_aportes_para_una_nueva_mirada_web-2.pdf->>.

³² As metodologias utilizadas pelo IBGE na construção dos indicadores educacionais e de trabalho, as duas principais dimensões da transição juvenil, foram apresentadas no volume anterior, *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*, divulgado pelo IBGE em 2016, não sendo objeto deste estudo retomá-las. Para informações mais detalhadas sobre a publicação, consultar: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf->>>.

que não estudavam, dividida pelo total da população jovem, isto é, das pessoas de 15 a 29 anos de idade. Assim, é preciso esclarecer as definições de não estudante, de desocupado e de economicamente inativo no contexto da PNAD, particularmente em sua última edição, do ano 2015.

Foi considerado não estudante aquele que respondeu “não” à questão *frequenta escola ou creche?* Por frequência escolar, entendeu-se a frequência a creche, curso pré-escolar (maternal, jardim de infância etc.), curso regular que conduza à conclusão de um nível de ensino (fundamental, médio ou superior de graduação), curso de educação de jovens e adultos ou supletivo, do ensino fundamental ou médio, ministrado em escola, curso de alfabetização de jovens e adultos, curso pré-vestibular e curso de mestrado ou doutorado. Cabe ressaltar que cursar qualquer nível de ensino na modalidade de educação a distância (EAD), desde que ministrada por estabelecimento credenciado pelo Ministério da Educação para tal, também configurava frequência escolar³³. Por outro lado, não era considerado frequência escolar estar matriculado na educação de jovens e adultos ou supletivo, por meio de rádio, televisão ou correspondência, em cursos de extensão cultural (idiomas, dança etc.), em cursos sequenciais de graduação e em pós-graduação *lato sensu*.

A esta altura, uma observação muito importante a ser feita, considerando que o indicador da proporção dos jovens “nem-nem” deveria representar a população jovem que não trabalha, não estuda e não está em treinamento, aponta para a não captação de dados sobre treinamento pela PNAD. Estavam fora do escopo de investigação regular da PNAD os cursos de qualificação profissional e os cursos técnicos subsequentes ao nível médio, modalidades que fazem parte da ISCED³⁴. O treinamento é internacionalmente reconhecido como importante alternativa à formação acadêmica tradicional, pois possibilita preparar o jovem para o mercado de trabalho de forma mais direcionada ao desenvolvimento de habilidades requeridas pelos empregadores (SOCIETY..., 2016).

Para a identificação do desocupado e do economicamente inativo, a PNAD 2015 aplicou cinco questões: 1. *Trabalhou na semana de 20 a 26 de setembro de 2015?* 2. *Na semana de 20 a 26 de setembro de 2015, tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a) por motivo de férias, licença, falta voluntária, greve, suspensão temporária de contrato de trabalho, doença, más condições do tempo ou por outra razão?* 3. *Na semana de 20 a 26 de setembro de 2015, exerceu tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio?* 4. *Na semana de 20 a 26 de setembro de 2015, exerceu tarefas em construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção destinadas ao próprio uso das pessoas moradoras no domicílio?* 5. *Tomou alguma providência³⁵ para conseguir trabalho na semana de 20 a 26 de setembro de 2015?* O jovem classificado como desocupado respondeu “não” às quatro primeiras questões, mas “sim” à quinta, enquanto o jovem economicamente inativo respondeu negativamente aos cinco quesitos. Em suma, o jovem não estudante e não ocupado que procurou trabalho no período de referência era classificado como desocupado e o jovem não estudante e

³³ Para uma sistematização detalhada de como outras pesquisas domiciliares do IBGE, como o Censo Demográfico e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, investigam a frequência escolar, consultar: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>.

³⁴ Os três segmentos da educação profissional (qualificação profissional, técnico de nível médio e graduação tecnológica) foram objetos dos suplementos da PNAD realizada em 2007 e 2014 e poderiam ser fonte de informação para um aprimoramento da categoria dos jovens “nem-nem” nessas pesquisas.

³⁵ São exemplos de providência para conseguir trabalho: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio.

não ocupado que não procurou trabalho, como economicamente inativo. A PNAD não investigava a dimensão da disponibilidade para o trabalho nem os motivos da não procura por trabalho.

Tendo em vista a importância do conceito de trabalho para a captação da ocupação, cumpre destacar que se considerou trabalho a ocupação remunerada na produção de bens ou serviços e no serviço doméstico; a ocupação não remunerada na produção de bens ou serviços desenvolvida durante pelo menos uma hora por semana; ou a ocupação na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso desenvolvida durante pelo menos uma hora por semana. Observe-se que estavam englobadas na definição de pessoa ocupada aquelas que trabalhavam sem remuneração em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário. Por outro lado, não eram consideradas ocupadas as pessoas que realizavam apenas afazeres domésticos, entendidos como as tarefas não econômicas³⁶ realizadas no domicílio da residência.

Além da situação de desocupação e inatividade, os dados obtidos pela PNAD propiciam a análise do grupo dos jovens “nem-nem” não só por aspectos recomendados pela OIT, como grupo etário, escolaridade e sexo, como por outras características interessantes para a interpretação da realidade brasileira, como cor ou raça, situação do domicílio (rural ou urbano), grandes regiões e unidade da federação. Assim, por meio da PNAD 2015³⁷, constatou-se, por exemplo, que os jovens inativos eram maioria dos “nem-nem” (63,8%) e que essa situação de inatividade era mais marcante entre os jovens residentes nos domicílios rurais do que nos urbanos. De fato, enquanto 13,4% dos jovens residentes em domicílios urbanos não estudavam, não trabalhavam nem procuravam trabalho na semana de referência, este percentual era de 20,1% entre os jovens residentes em domicílios rurais.

Outra constatação que decorre da PNAD 2015 é a influência da evasão escolar precoce na composição do grupo dos jovens “nem-nem”. Os jovens que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência possuíam, em média, menos anos de estudo (8,9) do que os jovens que só estudavam (9,0), só trabalhavam (10,0) ou estudavam e trabalhavam (10,6). Tal resultado foi obtido apesar de o grupo dos jovens que não estudavam e não trabalhavam ser composto por um percentual menor de jovens de 15 a 17 anos (9,7%) do que o grupo dos que só estudavam (62,6%) e dos que estudavam e trabalhavam (26,7%). Os jovens “nem-nem” também apresentaram o maior percentual de indivíduos que tinham como nível de instrução mais elevado alcançado o ensino fundamental incompleto ou equivalente (26,7%).

A partir da desagregação dos dados por sexo e das informações sobre presença de filhos (nascidos vivos) das mulheres e afazeres domésticos, a PNAD possibilitava, ainda, a análise de como as questões de gênero impactam essa fase de transição da escola para o trabalho. Veja-se que, em 2015, enquanto 15,4% dos jovens homens não estudavam nem trabalhavam na semana de referência, o patamar de jovens mulheres na mesma situação era de 29,8%. Entre as mulheres jovens “nem-nem”, 54,1% tiveram pelo menos um filho até a data da pesquisa, um percentual que era de 33,6% para as mulheres jovens em geral. Além disso, 91,6% das mulheres jovens “nem-nem” cuidavam de afazeres domésticos na semana de referência durante, em

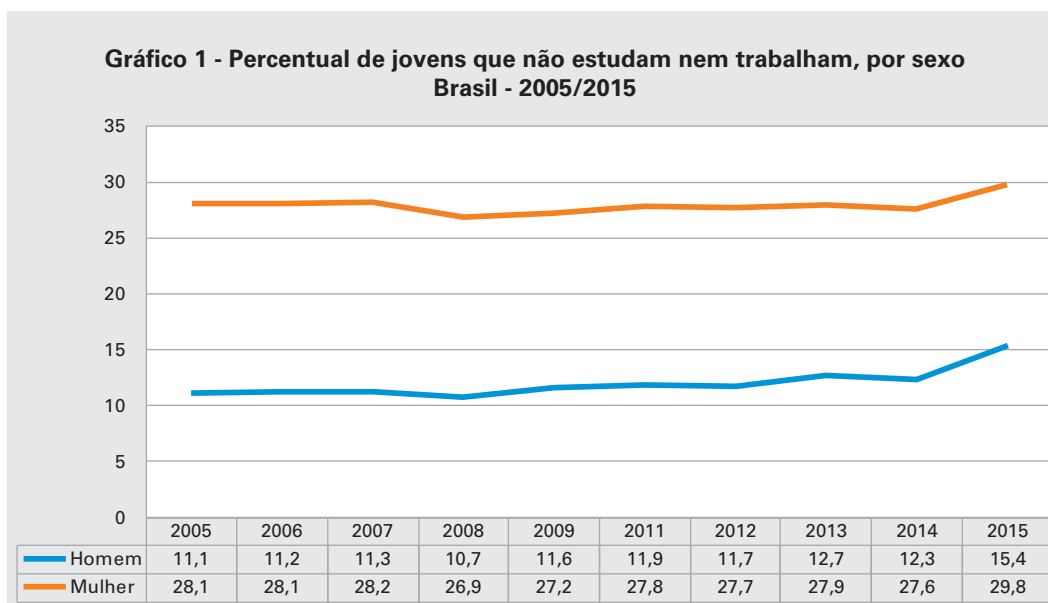
média, 26,3 horas semanais. Com relação aos homens jovens “nem-nem”, observou-

³⁶ Tarefas relacionadas à limpeza, cozinha, cuidados de crianças e idosos, gestão de empregados domésticos, entre outras.

³⁷ Para essas e outras informações provenientes da PNAD 2015, consultar a publicação: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>.

se que 47,4% cuidavam de afazeres domésticos por, em média, 10,9 horas semanais. Corrobora-se, assim, a hipótese de que questões culturais e práticas discriminatórias de gênero excluem as mulheres do mercado de trabalho e da escola, o que as levam a se dedicar a afazeres domésticos e cuidados (WHAT..., 2015). A trajetória do percentual de jovens “nem-nem”, desagregado por sexo, pode ser observada no Gráfico 1.

A PNAD anual foi paulatinamente substituída pela Pesquisa Nacional por



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015.

Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, de periodicidade trimestral, implantada em todo o Território Nacional a partir de 2012, mas que só começou a ser divulgada em 2014 e, após um breve período de suspensão da divulgação, em 2015. Veja-se, então, como a PNAD Contínua possibilita a construção de indicadores sobre os jovens “nem-nem”, uma vez que houve alterações nos quesitos e definições para a captação da frequência escolar e da desocupação e inatividade.

Com efeito, deixou de ser considerado como frequência à escola estar cursando o pré-vestibular. Em outras palavras, o jovem matriculado apenas em curso preparatório para o vestibular, que integrava o grupo dos estudantes na PNAD, compõe o dos não estudantes na PNAD Contínua. Com relação ao trabalho, as alterações foram motivadas pelas recomendações da 19ª CIET. Desse modo, trabalho, para fins da caracterização da ocupação na PNAD Contínua, engloba apenas a atividade remunerada na produção de bens ou serviços e a atividade, sem remuneração, na produção de bens e serviços, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio. Atividades não remuneradas na produção de bens e serviços destinados somente ao uso ou consumo das pessoas moradoras do domicílio, trabalho voluntário e estágio ou aprendizagem não remunerados configuram trabalho, mas não ocupação. Assim, a realização de afazeres domésticos permanece fora do escopo da definição de ocupação. Tal metodologia reforça a necessidade de suplantarmos a descrição tradicional dos jovens “nem-nem” como jovens que não estudam nem trabalham, por uma descrição que enfatize que esses jovens não frequentam a escola nem trabalham em uma ocupação.

Desse modo, para encontrar o jovem desocupado e o jovem fora da força de trabalho, constam as seguintes questões no questionário atual da PNAD Contínua: 1. *Na semana de referência, trabalhou ou estagiou, durante pelo menos 1 hora, em alguma atividade remunerada em dinheiro?* 2. *Na semana de referência, trabalhou ou estagiou, durante pelo menos 1 hora, em alguma atividade remunerada em produtos, mercadorias, moradia, alimentação, experiência profissional etc.?* 3. *Apesar do que acaba de dizer, na semana de referência, fez algum bico ou trabalhou em alguma atividade ocasional remunerada durante pelo menos 1 hora?* 4. *Na semana de referência, ajudou durante pelo menos 1 hora, sem receber pagamento, no trabalho remunerado de algum morador do domicílio?* 5. *Na semana de referência, tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado?* 6. *No período de referência de 30 dias, tomou alguma providência para conseguir trabalho, seja um emprego ou um negócio próprio?* 7. *Se tivesse conseguido um trabalho poderia ter começado a trabalhar na semana de referência?*

O jovem desocupado deve responder “não” às cinco primeiras questões, mas “sim” à sexta e à sétima, enquanto o jovem fora da força de trabalho deve responder negativamente às seis primeiras questões ou responder negativamente às cinco primeiras questões e à sétima³⁸. Dessa forma, a PNAD Contínua possibilita a inclusão da dimensão da disponibilidade para o trabalho para a configuração dos dois distintos grupos de jovens “nem-nem”.

Note-se que, apesar de não serem considerados para a caracterização da ocupação, a produção para o próprio consumo, a construção para o próprio uso e o trabalho voluntário são objetos de investigação da PNAD Contínua. Ao lado dos afazeres domésticos – que já eram investigados pela PNAD e na PNAD Contínua aparecem em duas categorias, “cuidado de pessoas” e “afazeres domésticos” –, tais atividades contribuem para a compreensão de como o jovem “nem-nem” usa o seu tempo ao longo da semana.

Além dessas mudanças, a PNAD Contínua trouxe novos quesitos para a investigação sobre as pessoas não ocupadas que propiciam uma análise mais completa do grupo dos jovens “nem-nem”. A respeito dos “nem-nem” fora da força de trabalho, os novos quesitos introduzidos pela PNAD Contínua adicionam elementos que têm o potencial de aprofundar a análise da perspectiva de gênero. A resposta “tinha que cuidar de filho(s), de outro(s) dependente(s) ou dos afazeres domésticos” aparece tanto na questão que indaga sobre o principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho, quanto no que questiona sobre o principal motivo para não querer ou não poder trabalhar. Tais quesitos agregam ainda outras dimensões para a análise da situação da inatividade da juventude, abrindo espaço para a exploração de temas como saúde, deficiência e desalento quanto ao mercado de trabalho.

Por último, mas não menos importante, vale mencionar que a PNAD Contínua conta com suplemento anual de educação, cuja primeira edição foi a campo em 2016 e os resultados foram divulgados em 2017. Nesse suplemento são investigados cursos

³⁸ Existem algumas exceções a essa forma de classificação dos jovens em desocupados e fora da força de trabalho. Por exemplo, consideram-se como desocupados os jovens não ocupados que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar a realizar após a semana de referência. Por se tratarem de situações excepcionais, remetemos à leitura das notas metodológicas da PNAD Contínua: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>.

que não compõem o objeto do questionário trimestral da pesquisa, como os pré-vestibulares, cursos técnicos subsequentes ao nível médio e cursos de qualificação profissional por não serem incluídos nas opções de frequência à escola. Dessa forma, é possível construir indicadores sobre os jovens que não estudam e não estão ocupados, considerando como não-estudantes os jovens que não frequentam a escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

Outras pesquisas do IBGE que contribuem para a ampliação do conhecimento sobre os jovens e sobre a transição da escola para o trabalho

O IBGE, por meio do Censo Demográfico, da PNAD, da PNAD Contínua e de uma série de outros trabalhos³⁹ produz informações demográficas e sociais que propiciam o retrato da população brasileira. Utilizando o recorte etário sobre os resultados desses levantamentos, é possível, portanto, traçar uma avaliação geral das condições de vida dos jovens, para além da educação e do trabalho, abarcando uma ampla gama de questões como fecundidade, migração, mortalidade, habitação, saúde, violência e rendimentos, por exemplo. Assim, torna-se, exequível, ainda, o estabelecimento de comparações entre o grupo dos jovens e a população em geral e dentro do próprio grupo.

Embora não constitua uma fonte primária de dados, a publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* é uma importante referência de consulta sobre o grupo dos jovens e essas comparações. Ela tem como proposta analisar “indicadores que sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do País, a partir de temas de relevância para a construção de um quadro abrangente e integrado, considerando as distintas dimensões que envolvem a elaboração de um sistema de indicadores sociais” (SÍNTESE..., 2016) e que tem o recorte etário como um dos eixos dessa análise.

Em suas edições divulgadas em 2015 e 2016, a Síntese abordou indicadores relacionados com direitos previstos no Estatuto da Juventude e nas metas dos ODS⁴⁰. Assim, recorrendo à Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, a Síntese apontou, por exemplo, a evolução na proporção de municípios que contavam com conselhos de juventude, uma das dimensões do direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil. Saúde e violência contra os jovens também foram referenciadas na publicação, sorvendo dados das Tábuas de Mortalidade, Projeções da População e da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, do IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde. Foram apresentados, então, indicadores como probabilidade de morte dos jovens, taxa de homicídios por arma de fogo por 100 mil jovens e proporção de jovens que sofreram alguma violência ou agressão em um dado período de referência.

Com esse escopo, a partir dos resultados da PNAD, as edições de 2015 e 2016 da Síntese também aprofundaram a análise sobre educação e trabalho dos jovens, temáticas de destaque tanto no Estatuto, quanto nos ODS. Em 2016, a publicação deu ênfase à série histórica dos dados entre 2005 e 2015, apresentando a evolução

³⁹ Para informações mais detalhadas sobre os trabalhos do IBGE citados nesta seção, consultar o portal do Instituto: <<https://www.ibge.gov.br/home/>>.

⁴⁰ Para uma visão das metas dos ODS, remete-se ao tópico **Recomendações internacionais sobre indicadores de transição juvenil e agendas de desenvolvimento**.

da frequência escolar e do percentual dos jovens que se dedicavam exclusivamente aos estudos. Trouxe ainda indicadores relativos ao trabalho decente, como nível de ocupação, distribuição percentual de jovens ocupados por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos e número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal. Além disso, a análise sobre os jovens que não estudavam e não trabalhavam⁴¹ enfocou a influência da evasão escolar precoce e as questões de gênero.

Na edição de 2017, a Síntese apresentou análise para a juventude como seção de um capítulo sobre mercado de trabalho. Nesse contexto, a atenção recaiu sobre indicadores de mercado de trabalho, abordando-se especialmente eixos que caracterizam o trabalho decente: oportunidades de trabalho; igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho; proteção social; jornada de trabalho e rendimento adequado e trabalho produtivo. Além disso, foram analisados indicadores sobre os jovens que não estudam nem estão ocupados, seguindo, pela primeira vez, a metodologia de construção dessa categoria proporcionada pela investigação do questionário trimestral da PNAD Contínua.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE é a única pesquisa não domiciliar do IBGE voltada para uma faixa etária jovem. Essa pesquisa investiga prioritariamente a intensidade e tipos de fatores de risco aos quais os estudantes da educação básica estão expostos e de que forma o ambiente escolar contribui para a proteção da saúde física e psicológica desses alunos.

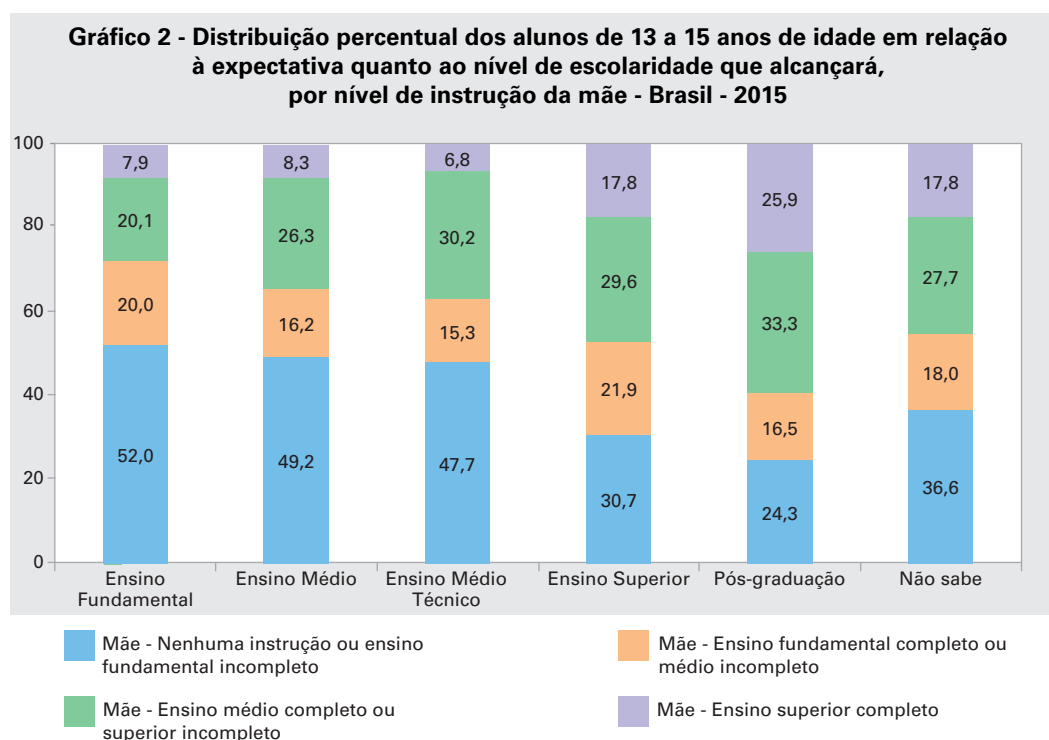
A última edição da PeNSE foi realizada em 2015 e contou com duas amostras de alunos com representatividade nacional: aqueles que frequentavam o 9º ano do ensino fundamental, mantendo comparáveis as amostras de edições anteriores, e, complementarmente, uma amostra daqueles alunos que tinham de 13 a 17 anos de idade, com base nos dados do Censo Escolar 2013. A pesquisa adota uma metodologia apropriada para coleta de informações sensíveis aos jovens, pois dispensa a necessidade de um entrevistador, permitindo que os alunos respondam diretamente a um questionário eletrônico em um *smartphone*. Além do perfil socioeconômico dos alunos, a PeNSE conta com diversos blocos que abarcam temas como: hábitos alimentares; prática de atividade física; experimentação e consumo de cigarro, álcool e outras drogas; saúde sexual e reprodutiva; violência, segurança e acidentes; utilização de serviços de saúde, entre outros aspectos.

Em 2015, a PeNSE acrescentou um quesito sobre o grau de escolaridade que o estudante pretende alcançar. Esse tema é relevante, pois diversas pesquisas relacionam as expectativas educacionais dos estudantes aos resultados educacionais e às escolhas ocupacionais futuras (SEWELL; HALLER; OHLENDORF, 1970; DUNCAN; FEATHERMAN; DUNCAN, 1972;). Entender o impacto da classe social de origem nessas escolhas é uma forma de conhecer o processo pelo qual as desigualdades sociais se reproduzem no momento imediatamente anterior à transição para a vida adulta.

A PeNSE 2015 investigou as expectativas educacionais dos alunos por meio da seguinte pergunta: *Qual o grau mais elevado de escolaridade que você pretende concluir?* Em média, a maioria dos alunos de 13 a 15 anos de idade (52,8%) e de 16 e 17 anos de idade (68,0%) afirmou que o grau de escolaridade mais elevado que pretendia concluir é o ensino superior ou a pós-graduação. Contudo, esse otimismo não se distribuiu igualmente quando avaliamos as respostas por nível de escolaridade da mãe. Nesse caso, foi possível observar que a maioria dos estudantes que pretendiam

⁴¹ Indicadores sobre os jovens “nem-nem” construídos conforme a metodologia descrita no tópico anterior para os dados obtidos pela PNAD.

concluir apenas o ensino fundamental tinha mãe com perfil educacional mais baixo, isto é, mães sem nenhuma instrução ou ensino fundamental incompleto, tanto para a faixa etária de 13 a 15 anos (52,0%) quanto de 16 e 17 anos (62,1%). Por sua vez, o perfil dos estudantes que pretendiam concluir pós-graduação apresentou um nível educacional materno mais elevado, reduzindo significativamente a proporção de alunos com mães sem nenhuma instrução ou ensino fundamental incompleto e aumentando a proporção de alunos com mães que possuíam o ensino superior completo. Esses dados mostram indícios da dificuldade de o sistema de ensino brasileiro suplantar a relação entre as características familiares herdadas pelos estudantes e suas expectativas educacionais, ou seja, de romper com o determinismo intergeracional das desigualdades educacionais que se refletem nas escolhas ocupacionais.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015.

Conclusão

O período durante o qual o jovem sai da escola e ingressa no mercado de trabalho é considerado decisivo no ciclo de vida dos indivíduos, representando o início do processo de autonomização que culmina na assunção plena dos papéis sociais de adulto. Para a sociedade, a transição pode significar mudança ou continuidade da divisão social do trabalho e da estratificação social.

A partir desse breve estudo sobre a produção internacional e nacional de indicadores para a juventude em transição da escola para o trabalho, espera-se ter contribuído para a sistematização de informações necessárias a um diagnóstico mais preciso da vulnerabilidade dos jovens em transição, essencial para elaboração de políticas públicas voltadas a esse grupo. Em especial, procurou-se detalhar os potenciais e limites do principal indicador adotado para retratar os riscos característicos dessa etapa na vida dos jovens: a proporção de jovens “nem-nem” e a necessidade de melhor especificação desse termo, especialmente no que diz respeito às definições de trabalho.

Para tanto, foram apresentadas recomendações internacionais, agendas e experiências internacionais, além da produção de informações do IBGE voltada tanto para a construção de indicadores sobre os jovens “nem-nem” quanto para a compreensão mais ampla da vulnerabilidade juvenil, ressaltando a importância de desagregações, seja por sexo, faixa etária e/ou nível socioeconômico. Além disso, evidenciou-se a necessidade de informações complementares ao indicador da proporção de jovens “nem-nem” para a compreensão dos aspectos principais que levam a transições problemáticas como o abandono escolar precoce e a inserção precária no mercado de trabalho. As informações oriundas de estudos longitudinais, por exemplo, seriam extremamente relevantes e ricas nesse contexto.

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 238 p. (Educação em questão). Tradução de: La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582008000300002&nrm=iso&lng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2., 2015, Ciudad de México. *Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2015. 145 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/2/es.html>>. Acesso em: jan. 2018.

DUBET, F. Des jeunesses et des sociologies: le cas français. *Sociologie et sociétés*, Montréal: Université de Montréal, v. 28, n. 1, p. 23-25, printemps 1996. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/1996-v28-n1-socsoc82/001202ar/>>. Acesso em: jan. 2018.

DUNCAN, O. D.; FEATHERMAN, D. L.; DUNCAN, B. *Socioeconomic background and achievement*. New York: Seminar Press, 1972. 284 p. (Studies in population).

EDUCATION at a glance 2011: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2011. 493 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance_19991487>. Acesso em: jan. 2018.

EDUCATION at a glance 2016: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2016. 505 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance_19991487>. Acesso em: jan. 2018.

FROM EDUCATION to work: a difficult transition for young adults with low levels of education. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2005. 116 p. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9105011e.pdf?expires=1510242582&id=id&accname=guest&checksum=50027D0FEAB5355EF026D41C819A05FE>>. Acesso em: jan. 2018.

FURLONG, A. Not a very NEET solution: representing problematic labour market transitions among early school-leavers. *Work, Employment and Society*, London: British Sociological Association - BSA, v. 20, n. 3, p. 553-569, Sept. 2006.

FURLONG, A.; KELLY, P. The brazilianisation of youth transitions in Australia and the UK? *Australian Journal of Social Issues*, Redfern: Australian Council of Social Service - ACOSS, v. 40, n. 2, p. 207-225, Winter 2005. Disponível em: <<http://dro.deakin.edu.au/eserv/DU:30035179/kelly-brazilianisationofyouth-2005.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

GALLAND, O. *Sociologie de la jeunesse*. 4e ed. Paris: Armand Colin, 2007. 247 p. (Collection U. Sociologie).

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Decent work indicators: guidelines for producers and users of statistical and legal framework indicators: ILO manual: second version*. Geneva, ILO, 2013. 257 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_229374.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

MIZEN, P. *The changing state of youth*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004. 209 p.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 53 p. Instrumento de coleta da pesquisa. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc3631.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2015: manual de entrevista: corpo básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 287 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5087.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: manual de entrevista. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 173 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2688.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

SEWELL, W. H.; HALLER, A. O.; OHLENDORF, G. W. The educational and early occupational status attainment process: replication and revision. *American Sociological Review*, Washington, DC: American Sociological Association - ASA, v. 35, n. 6, p. 1014-1027, Dec. 1970. Disponível em: <<http://www.vanneman.umd.edu/socy789b/sewellho70.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (Org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 180 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

SOCIETY at a glance 2016: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2016. 135 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance_19991290>. Acesso em: jan. 2018.

WHAT does NEETs mean and why is the concept so easily misinterpreted? Geneva: International Labour Office - ILO, 2015. 13 p. (Technical brief, n. 1). Elaborado no âmbito do projeto Work4Youth (W4Y), uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho - OIT e a Fundação MasterCard. Disponível em: <<http://www.ilo.org/employment/areas/youth-employment/work-for-youth/publications/technical-briefs/lang--en/index.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

YOUTH in transition survey. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, [2017]. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=4435>>. Acesso em: jan. 2018.

Indicadores sobre idosos: desafios diante do envelhecimento populacional

Cíntia SimõesAgostinho*
Luanda Botelho**
Pedro Moraes***

Introdução

O processo de envelhecimento individual pode ser abordado de forma multidimensional, considerando aspectos associados a processos biológicos, ao surgimento de doenças crônicas, à perda de capacidade física e/ou mental, a mudanças nos papéis sociais, entre outros (CAMARANO, 2004; AGEING..., 2012; CONFERENCIA REGIONAL INTERGUBERNAMENTAL SOBRE ENVEJECIMIENTO Y DERECHOS DE LAS PERSONAS MAYORES EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2017). Ainda que esses aspectos apontem para o envelhecimento de uma pessoa, a definição de quando o processo se inicia é complexa e pode ser afetada por diferenças nas condições sociais, econômicas ou culturais. Entretanto, para definir quem é idoso o critério da idade tem sido amplamente utilizado por institutos oficiais de estatística e outros organismos.

A recomendação da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) para países em desenvolvimento (HEALTH..., 2002) define idosa a pessoa de 60 anos ou mais de idade; considerando também que muitos países desenvolvidos utilizam a idade de 65 como limite etário inferior para caracterizar os idosos. No Brasil, o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei n. 10.741, de 01.10.2003, é o instrumento “destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003), sendo que o IBGE adota esta definição em diferentes publicações para definir a população idosa.

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

*** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

O envelhecimento individual é um processo irreversível, tendo seu “início” com o nascimento de cada pessoa (AGEING..., 2012). A diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas, associada à melhoria da nutrição, saneamento, avanços médicos, cuidados de saúde, educação e bem-estar econômico, está relacionada com o aumento da longevidade humana, promovendo ganhos na expectativa de vida¹.

O envelhecimento populacional, diferente do envelhecimento individual, consiste no aumento da proporção de idosos na população total. Este fenômeno é decorrente principalmente da diminuição da fecundidade, que tem como efeito uma mudança na estrutura etária populacional marcada por queda da proporção de crianças e jovens e consequente aumento da participação de adultos e idosos na população total.

O envelhecimento da população vem ocorrendo em todo o mundo (WORLD..., 2017). Na revisão de projeção da população, realizada em 2017 pela Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), estimou-se que haveria 962 milhões de idosos de 60 anos ou mais de idade no mundo em 2017², correspondendo a 12,7% da população mundial. Em 2017, considerando as regiões mais desenvolvidas³, cerca de 1 a cada 4 pessoas (24,6%) tinha 60 anos ou mais de idade na população, sendo que nas regiões menos desenvolvidas este percentual foi de 10,4%. Em valores absolutos, 310 milhões de idosos viviam nas regiões mais desenvolvidas, ou 32,2% do total de idosos no mundo, enquanto 652 milhões viviam nas regiões menos desenvolvidas (cerca de 2/3 do total de idosos no mundo). A taxa de crescimento da população de 60 anos ou mais é mais elevada que para os outros grupos etários, e estima-se que, em 2050, haveria 427 milhões de idosos nas regiões mais desenvolvidas e 1,7 bilhão nas regiões menos desenvolvidas. Nas próximas décadas o aumento da população idosa é quase inevitável, dado o tamanho das coortes nascidas nas décadas recentes (WORLD..., 2017). No Brasil a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total foi de 4,9%, em 1950, e mais que dobra em 2010 (10,0% correspondendo a 19,7 milhões de idosos). De acordo com a projeção, os idosos seriam cerca de 20,0% da população total em 2033, correspondendo a 46 milhões de pessoas neste grupo etário (WORLD..., 2017).

O envelhecimento populacional é um processo que vem sendo experimentado de forma rápida no Brasil, e em grande parte dos países do mundo, por isso é importante destacar desafios e potencialidades que surgem neste cenário: permanência/inserção de idosos na força de trabalho, questões associadas à previdência social, à saúde, à assistência social, ao cuidado e à integração social dos idosos. Desta forma, o envelhecimento populacional tem efeitos sociais e econômicos em âmbito individual, familiar e na sociedade. O Estatuto do Idoso garante aos idosos de 60 anos ou mais de idade a efetivação do direito à liberdade, à dignidade e ao respeito; à saúde; à educação, cultura, esporte e lazer; à profissionalização e trabalho; à previdência social; à vida; à alimentação, à assistência social; à habitação; e ao transporte (BRASIL, 2003). O Estatuto do Idoso foi precedido pela Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei n. 8.842, de 04.01.1994, que tinha “por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso,

¹ A diminuição do número de mortes entre cada idade exata está associada com o fenômeno conhecido como compressão da mortalidade, que consiste em um aumento da concentração da idade à morte e também a uma “retangularização” da curva de sobrevivência (WILMOTH; HORIUCHI, 1999).

² Estimativas apresentadas para a variante média (WORLD..., 2017).

³ Regiões mais desenvolvidas compreendiam Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão. Regiões menos desenvolvidas compreendiam todas as regiões da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe mais Melanésia, Micronésia e Polinésia (WORLD..., 2017).

criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994). Neste instrumento também foi criado o Conselho Nacional do Idoso.

Considerando que o envelhecimento populacional tende a se intensificar nos próximos anos, além de abordar a exclusão e a vulnerabilidade das pessoas idosas, é essencial avançar no reconhecimento deste grupo como potenciais agentes ativos de desenvolvimento social para que seja alcançado desenvolvimento inclusivo e sustentável (DUGAROVA, 2017). Entre as áreas em que os idosos contribuem estão o cuidado com familiares e trabalho voluntário, especialmente para as idosas, apoio financeiro a membros da família, importância como eleitores no processo de tomada de decisão (AGEING..., 2012).

Recomendações internacionais

As recomendações internacionais sobre idosos e envelhecimento populacional estão concentradas em instrumentos internacionais acordados na Assembleia Mundial sobre Envelhecimento e em suas revisões, que trataram principalmente dos direitos deste público, e no manual de estatísticas sobre envelhecimento, proposto pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2016).

Nos antecedentes da Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (First World Assembly on Ageing), ocorrida em Viena, em 1982, foram identificados diferentes documentos que já trataram especificamente dos direitos dos idosos⁴. Esses documentos demonstravam preocupação na área da proteção social deste público e também de outros temas como habitação, alimentação, saúde física, cuidado e saúde moral, lazer, trabalho, estabilidade, respeito e não discriminação (WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 1982).

O Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 37/51, de 03.12.1982, foi o primeiro instrumento internacional sobre envelhecimento, sendo fundamental para promoção de políticas e programas associadas ao envelhecimento. O propósito do encontro foi “lançar um programa de ação internacional destinado a garantir a segurança econômica e social das pessoas idosas, assim como as oportunidades de contribuição do desenvolvimento nacional” e também que “as sociedades respondessem mais plenamente às implicações do envelhecimento da população e às necessidades específicas das pessoas idosas” (WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 1982). No documento foram apresentados indicadores para pessoas de 60 anos ou mais de idade para ilustrar o avanço do envelhecimento populacional, apesar de não ser mencionada diretamente a definição de quem eram as pessoas idosas. No que se refere às informações para este público foi pontuada a importância de que governos e organizações desenvolvessem dados mais específicos do que “sessenta e mais”, abrangendo outras classificações de idade, econômica, social, funcional, entre outras (WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 1982).

⁴ Alguns dos documentos históricos mencionados foram: a Resolução 213 (III), de 04.12.1948, proposta na 3ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que tratava de um projeto de declaração sobre os direitos dos idosos; na Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social (Resolução 2542, de 11.12.1969), que apontou a segurança social e os serviços de assistência social para idosos como um objetivo principal; e a Resolução 3137, de 14.12.1973, que tratou da “Questão sobre pessoas idosas”, entre outros aspectos. Para informações mais detalhadas, consultar o documento *Report of the world assembly on ageing* (WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 1982).

No Plano de Ação de Viena havia 62 recomendações, sendo 51 direcionadas às sete áreas consideradas prioritárias para os idosos (sendo elas: saúde e nutrição, proteção dos consumidores idosos, habitação e ambiente, família, bem-estar social, segurança de rendimento e emprego, e educação) e outras 11 associadas à promoção de políticas e programas (coleta e análise de dados, treinamento e educação, e pesquisa). Desta forma, este Plano concentrou-se em duas facetas do envelhecimento da população: humanitária (respondendo às necessidades específicas de idosos) e macroeconômicas ou demográficas (implicações do envelhecimento da população nas políticas socioeconômicas) – sendo esta última concentrada em assegurar que as pessoas idosas não se tornassem um grupo que concentrasse os gastos nacionais (UNITED NATIONS, 2008). Além disso, o Plano de Viena estava focado nas políticas em países desenvolvidos visando uma orientação para o bem-estar, dada a situação demográfica e a abordagem da política social na época. De acordo, ainda, com as Nações Unidas, a implementação do Plano foi desigual, especialmente nos países em desenvolvimento com altas taxas de pobreza e recursos limitados.

Os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas (United Nations Principles for Older Persons), estabelecidos na Resolução 46/91, de 16.12.1991, teve como lema “adicionar vida aos anos que foram adicionados à vida”, encorajando governos nacionais a incorporar em seus programas os princípios da independência, participação, cuidado, auto-realização e dignidade de idosos (UNITED NATIONS, 1991).

A Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em Madri, em 2002, adotou a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento. Apesar de não haver definição do termo idoso, foram apresentados indicadores para pessoas de 60 anos ou mais de idade para caracterizar o avanço do envelhecimento populacional. O Plano de Ação de Madri refletiu as mudanças que ocorreram ao longo de vinte anos na situação das pessoas idosas no mundo e representou uma evolução na abordagem da política social, do envelhecimento das sociedades e das pessoas idosas. No contexto de desenvolvimento desta Assembleia, o envelhecimento populacional tornou-se muito mais evidente nos países em desenvolvimento, ocorrendo em velocidade maior do que a experimentada pelos países desenvolvidos, além de constarem novas abordagens para política de desenvolvimento e transformações no cenário econômico e social provocando necessidade de mudanças nas políticas. Este Plano contou com três eixos de orientação prioritária: pessoas idosas e desenvolvimento; promoção da saúde e bem-estar na velhice; e criação de ambiente propício e favorável. Cada um destes eixos contou com diferentes temas, objetivos e medidas, sendo estes listados no Quadro 1. Cabe destacar que neste Plano de Ação o foco passou para a perspectiva do desenvolvimento, em que os idosos são percebidos como agentes, em vez de objetos da mudança, reconhecendo-os como contribuintes, não apenas como beneficiários, do desenvolvimento econômico e social (WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 2002).

Quadro 1 - Objetivos do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, segundo orientação prioritária e temas

(continua)

Temas	Objetivos
Orientação prioritária I: Pessoas idosas e o desenvolvimento	
1 - Participação ativa na sociedade e no desenvolvimento	Objetivo 1: Reconhecimento da contribuição social, cultural, econômica e política das pessoas idosas.
	Objetivo 2: Participação de idosos nos processos de tomada de decisões em todos os níveis.
2 - Emprego e envelhecimento da força de trabalho	Objetivo 1: Oferecer oportunidades de emprego a todas as pessoas idosas que desejem trabalhar.
3 - Desenvolvimento rural, migração e urbanização	Objetivo 1: Melhoria das condições de vida e da infra-estrutura das zonas rurais.
	Objetivo 2: Diminuição da marginalização de pessoas idosas nas zonas rurais.
	Objetivo 3: Integração dos migrantes de idade avançada em suas novas comunidades.
4- Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação	Objetivo 1: Igualdade de oportunidades durante toda a vida em matéria de educação permanente, capacitação e reabilitação, assim como de orientação profissional e acesso a serviços de inserção no trabalho.
	Objetivo 2: Plena utilização das possibilidades e dos conhecimentos de pessoas de todas as idades, reconhecendo os benefícios frutos de uma experiência adquirida com a idade.
5- Solidariedade intergeracional	Objetivo 1: Fortalecer a solidariedade mediante a equidade e a reciprocidade entre as gerações.
6- Erradicação da pobreza	Objetivo 1: Redução da pobreza entre as pessoas idosas.
7- Garantia de rendimentos, proteção social e prevenção da pobreza	Objetivo 1: Realização de programas que permitam a todos os trabalhadores terem uma proteção social / seguridade social básica que compreenda, quando for o caso, pensões, seguro invalidez e assistência à saúde.
	Objetivo 2: Renda mínima suficiente para idosos, com especial atenção aos grupos em situação social e econômica desvantajosa.
8- Situações de emergência	Objetivo 1: Igualdade de acesso de pessoas idosas à alimentação, à moradia, à assistência médica e a outros serviços durante e depois de desastres naturais e outras situações de calamidade pública.
	Objetivo 2: Possibilitar que as pessoas idosas contribuam mais para restabelecimento e a reconstrução das comunidades e do contexto social depois das situações de emergência.
Orientação prioritária II: Promoção da saúde e bem-estar na velhice	
1- Promoção da saúde e do bem-estar durante toda a vida	Objetivo 1: Redução dos efeitos acumulativos dos fatores que aumentam o risco de sofrer doenças e, em consequência, a possível dependência na velhice.
	Objetivo 2: Elaboração de políticas para prevenir a falta de saúde entre as pessoas idosas.
	Objetivo 3: Acesso de todos os idosos à alimentação e a uma nutrição adequada.
2- Acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde	Objetivo 1: Eliminação das desigualdades sociais e econômicas por razões de idade ou sexo ou por outros motivos, inclusive as barreiras linguísticas, a fim de garantir que os idosos tenham um acesso universal e em condições de igualdade à assistência à saúde.
	Objetivo 2: Desenvolvimento e fortalecimento dos serviços de assistência à saúde para atender às necessidades de idosos e promover sua inclusão no processo.
	Objetivo 3: Instituir um atendimento contínuo à saúde para atender às necessidades de idosos.
	Objetivo 4: Participação de idosos no desenvolvimento e fortalecimento dos serviços de atenção primária de saúde e atendimento a longo prazo.

Quadro 1 - Objetivos do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, segundo orientação prioritária e temas

(conclusão)

Temas	Objetivos
Orientação prioritária II: Promoção da saúde e bem-estar na velhice	
3- Os idosos e a AIDS	<p>Objetivo 1: Melhorar a avaliação dos efeitos da AIDS sobre a saúde dos idosos, tanto para os infectados como para os idosos que cuidam de familiares infectados ou sobreviventes.</p> <p>Objetivo 2: Dar informação adequada, capacitar para a prestação de cuidados e proporcionar assistência médica e apoio social a idosos infectados pela AIDS e a quem lhes dão assistência.</p> <p>Objetivo 3: Fortalecimento e reconhecimento da contribuição de idosos para desenvolvimento quando cuidam de crianças com enfermidades crônicas, inclusive a AIDS, e quando substituem aos pais.</p>
4- Capacitação de prestadores de serviços de saúde e de profissionais de saúde	Objetivo 1: Melhorar a informação e a capacitação de profissionais de saúde e de serviços sociais quanto às necessidades de idosos.
5- Necessidades relacionadas com a saúde mental de idosos	Objetivo 1: Desenvolvimento de amplos serviços de assistência à saúde mental que compreendam desde a prevenção de uma intervenção oportuna à prestação de serviços para o tratamento e gestão dos problemas de saúde mental de idosos.
6- Idosos e incapacidades	Objetivo 1: Manutenção de máxima capacidade funcional durante toda a vida e promoção da plena participação dos idosos portadores de incapacidades.
Orientação prioritária III: Criação de ambiente propício e favorável	
1- Moradia e condições de vida	<p>Objetivo 1: Promover o envelhecimento na comunidade em que se viveu, levando devidamente em conta as preferências pessoais e as possibilidades no tocante à moradia acessível para idosos.</p> <p>Objetivo 2: Melhoria do projeto ambiental e da moradia para promover a independência de idosos considerando suas necessidades, particularmente dos que apresentam incapacidades.</p> <p>Objetivo 3: Melhorar a disponibilidade de transporte acessível e economicamente viável, para os idosos.</p>
2- Assistência e apoio às pessoas que prestam assistência	<p>Objetivo 1: Oferecer assistência e serviços contínuos, de diversas fontes, a idosos e às pessoas que prestam assistência.</p> <p>Objetivo 2: Apoio à função assistencial que desempenham pessoas idosas, principalmente mulheres idosas.</p>
3- Abandono, maus-tratos e violência	<p>Objetivo 1: Eliminação de todas as formas de abandono, abuso e violência contra idosos.</p> <p>Objetivo 2: Criação de serviços de apoio para atender aos casos de abuso e maus-tratos a idosos.</p>
4- Imagens do envelhecimento	Objetivo 1: Maior reconhecimento público da autoridade, sabedoria, produtividade e outras contribuições importantes dos idosos.

Fontes: 1. WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 2., 2002, Madrid. *Report on second world assembly on ageing*. New York: United Nations, 2002. 73 p. Disponível em: <<http://www.un.org/swaa2002/documents.htm>>. Acesso em: jan. 2018. 2. PLANO de ação internacional para o envelhecimento. Tradução de Arlene Santos. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2003. 86 p. Este Plano foi resultado da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada em Madri, em 2002. Tradução de: Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el Envejecimiento, 2002. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

Para auxiliar governos nacionais em relação ao Plano de Ação de Madri foram feitos manuais com orientações sobre a implementação e desenvolvimento de programas e políticas voltadas aos idosos (UNITED NATIONS, 2006, 2008a). O relatório da primeira revisão e avaliação deste Plano⁵, da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, realizada em fevereiro de 2008, destacou os seguintes desafios e oportunidades associadas ao envelhecimento: segurança de renda e pensão, solidariedade intergeracional e provisão de cuidados, desenvolvimento de recursos humanos no cuidado da saúde, avanço da pesquisa sobre envelhecimento para a política de ação, e ambientes amigáveis aos idosos (UNITED NATIONS, 2008b).

Em encontro, de dezembro de 2010, com especialistas do Fundo de População das Nações Unidas, em cooperação com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e a OMS, sobre a coleta de dados para monitorar o Plano de Ação de Madri (segunda revisão e avaliação) foi acordado um conjunto mínimo de indicadores sobre envelhecimento que foi sugerido aos países para elaboração de relatório sobre o progresso nesta área. Os indicadores sugeridos neste encontro foram agrupados segundo as três orientações prioritárias do Plano de Ação de Madri (pessoas idosas e desenvolvimento; promoção da saúde e bem-estar na velhice; e criação de ambiente propício e favorável), sendo diferenciados em indicadores de resultado e instrumentais, além de contar com indicadores demográficos básicos. Os indicadores de cada uma das orientações prioritárias foram listados no Quadro 2.

De acordo com a versão preliminar do documento sobre a terceira revisão e avaliação do Plano de Madri (AGEING..., 2017) a recomendação é que, na sessão a ser conduzida em 2018, seja dado foco à “construção de complementaridades e sinergias, além de superar as lacunas entre o Plano de Ação de Madri e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em particular em termos de estruturas e relatórios”.

A agenda dos ODS⁶ foi desenvolvida buscando dar seguimento ao avanço conquistado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM⁷. Na nova agenda buscou-se equilibrar as três áreas (econômica, social e ambiental) do desenvolvimento sustentável, estabelecendo um marco para o período de 2015 a 2030, e contando com 17 objetivos e 169 metas. Apesar da relevância do envelhecimento populacional, nos ODS há menção direta aos idosos em apenas 3 metas (Metas 2.2, 11.2 e 11.7). Entretanto, é importante salientar que o lema adotado pela agenda é de que “ninguém seja deixado para trás”; além do enunciado de diferentes objetivos (1, 3, 4, 5, 6, 7, 8) apontarem que o desenvolvimento deve ser direcionado a todos.

⁵ Para informações adicionais sobre as revisões ocorridas no Plano de Ação de Madri, consultar: <<https://www.un.org/development/desa/ageing/madrid-plan-of-action-and-its-implementation.html>>.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre os ODS, consultar: <<https://sustainabledevelopment.un.org/>>.

⁷ Para informações mais detalhadas sobre os objetivos, metas e indicadores dos ODM, consultar: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>.

**Quadro 2 - Indicadores do conjunto mínimo de acompanhamento do Plano de Ação
Envelhecimento, segundo orientação prioritária**

(continua)

Indicadores demográficos básicos

1. Número e proporção de idosos de 60 anos ou mais de idade na população por idade e sexo
2. Proporção de pessoas idosas que vivem em áreas urbanas, por idade e sexo
3. Taxa de crescimento populacional de idosos por idade
4. Proporção de pessoas idosas vivendo sozinhas por idade e sexo
5. Proporção de pessoas idosas por tipo de arranjo de vida por idade e sexo
6. Proporção de pessoas idosas que são migrantes por tipo de migração (nacional, internacional) por idade e sexo

Orientação prioritária I: Pessoas idosas e desenvolvimento

Indicadores de resultados

1. Proporção da população que vive abaixo da linha nacional de pobreza por sexo (15 a 59 anos e 60 anos ou mais)
2. Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza internacional (US \$ 1,25 / dia) por sexo (15 a 59 anos e 60 anos ou mais)
3. Taxa de alfabetização, por idade e sexo, comparada com a taxa de alfabetização de adultos de 25 a 59 anos
4. Nível de escolaridade alcançado de idosos, desagregado por idade e sexo, comparado com nível de escolaridade alcançado de adultos de 25 a 59 anos
5. Proporção de pessoas idosas abrangidas por algum tipo de programa de segurança da renda da velhice (contributivo ou não contributivo) por idade e sexo e situação de pobreza
6. Participação na força de trabalho de idosos, desagregada por idade e sexo
7. Taxa de desemprego das pessoas idosas comparada com a de pessoas com menos de 60 anos de idade
8. Proporção de pessoas idosas que prestam e recebem apoio (por exemplo, monetário, cuidados, etc.) para membros mais jovens da família/vizinhos por idade e sexo
9. Proporção de pessoas idosas que vivem em domicílios com acesso a telefone, celular, ou computador pessoal, por idade e sexo
10. Proporção de pessoas idosas que declararam ter votado nas últimas eleições comparada com a proporção para a população total

Indicadores instrumentais

11. Inclusão de necessidades específicas de idosos em todas as fases (prevenção, assistência e reconstrução) de programas humanitários e de assistência em caso de catástrofe
12. Número de organizações de pessoas idosas a nível nacional com representação nos processos governamentais de formulação de políticas
13. Inclusão de questões relacionadas com as três áreas prioritárias do Plano de Madri (desenvolvimento, saúde e ambientes propício) em planos de desenvolvimento nacionais e setoriais, incluindo estratégias de redução da pobreza;
14. Existência de idade de aposentadoria prevista em lei
15. Existência de pensão universal
16. Existência de políticas que facilitam o emprego de pessoas idosas (sem discriminação por idade, incentivos fiscais especiais para o emprego de idosos, etc.)

Orientação prioritária II: Promoção da saúde e bem-estar na velhice

Indicadores de resultados

1. Expectativa de vida: a) ao nascimento b) aos 60 anos c) aos 80 anos desagregados por sexo
2. Expectativa de vida saudável: a) ao nascimento b) aos 60 anos c) aos 80 anos, desagregados por sexo
3. Taxa de mortalidade de pessoas idosas por doenças não transmissíveis por idade e sexo
4. Taxa de mortalidade de pessoas idosas por causas externas (homicídio, suicídio, acidentes) por idade e sexo
5. Proporção de pessoas idosas abrangidas por plano de saúde
6. Proporção de pessoas idosas que relatam satisfação na qualidade de vida e com sua saúde, por idade e sexo e comparada com a população total

**Quadro 2 - Indicadores do conjunto mínimo de acompanhamento do Plano de Ação
Envelhecimento, segundo orientação prioritária**

(conclusão)

Orientação prioritária II: Promoção da saúde e bem-estar na velhice

Indicadores de resultados

7. Taxa de incapacidade por idade e sexo comparada com a taxa de incapacidade para pessoas de 15 a 59 anos de idade
8. Prevalência de fatores de risco em pessoas idosas (tabagismo, inatividade física, sobrepeso/obesidade, abuso de álcool, etc.), desagregada por idade e sexo
9. Prevalência do HIV entre idosos, desagregada por idade e sexo e comparada com a população total
10. Prevalência de problemas de saúde mental em pessoas idosas por diagnóstico e idade e sexo
11. Proporção de pessoas idosas que informam ter informação sobre vários aspectos do HIV / AIDS e comparado com a população total

Orientação prioritária II: Promoção da saúde e bem-estar na velhice

Indicadores instrumentais

12. Número e proporção de médicos com formação especializada em cuidados geriátricos ou cuidados de saúde de pessoas idosas
13. Número e proporção de profissionais de saúde primários (enfermeiros, fisioterapeutas, profissionais de saúde distritais, técnicos de laboratório, assistentes sociais, etc.) com formação geriátrica
14. Inclusão de dados sobre pessoas idosas em estatísticas nacionais de HIV / AIDS (tanto infectadas quanto cuidadoras)
15. Plano nacional de saúde aborda as necessidades específicas das pessoas idosas:
16. Plano nacional da pessoa com deficiência aborda as necessidades específicas das pessoas idosas:
17. Número e proporção de estabelecimentos de saúde público / privado com cuidados geriátricos
18. Existência de serviços de cuidados de saúde primários especificamente concebidos para idosos
19. Existência de diretrizes e normas de prestação de cuidados de saúde e serviços de reabilitação para pessoas idosas
20. Disponibilidade de programas de treinamento em cuidados e cuidados médicos para cuidadores idosos de pacientes com HIV / AIDS

Orientação prioritária III: Criação de ambiente propício e favorável

Indicadores de resultados

1. Proporção de pessoas idosas que vivem em domicílios com água potável, saneamento melhorado e acesso à eletricidade, desagregada por idade e sexo
2. Proporção de pessoas idosas que vivem por conta própria e que necessitam de assistência com as atividades diárias e recebem apoio por idade e sexo
3. Proporção de pessoas idosas que relatam negligência, abuso ou violência por idade e sexo
4. Incidência de relato de negligência, abuso ou violência de pessoas idosas por idade e sexo
5. Proporção de pessoas idosas que relatam discriminação / perda de respeito devido à idade, por idade e sexo

Indicadores instrumentais

6. Existência de uma política nacional para tornar o transporte acessível a pessoas idosas
7. Existência de legislação nacional para combater o abuso das pessoas idosas
8. Existência de programas nacionais de combate ao abuso das pessoas idosas

Fonte: AGEING in the twenty-first century: a celebration and a challenge. New York: United Nations Population Fund UNFPA; London: HelpAge International, 2012. 190 p. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/publications/ageing-twenty-first-century>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Tradução nossa.

2. Pessoas idosas referem-se a pessoas de 60 anos ou mais. A desagregação por idade refere-se a grupos etários de cinco anos.

A agenda regional para América Latina e Caribe sobre população e desenvolvimento definida no Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, de agosto de 2013, buscou reforçar o Programa de Ação do Cairo, para o período após 2014⁸. Neste documento considerou-se que as pessoas idosas são sujeitos de direitos que contribuem e desempenham papel ativo no desenvolvimento, sendo definidas 15 medidas prioritárias para este público (CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2013). No informe de avanço do grupo de trabalho, que contém orientações para a implementação das medidas prioritárias que constam no Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, foram sugeridos sete indicadores para acompanhamento das medidas (INFORME..., 2016), reunidos em um capítulo específico, que trata de envelhecimento, proteção social e desafios socioeconômicos. No documento foram propostos três indicadores de resultados (C.2, C.4 e C.6), associados com cobertura de sistema de proteção social e com a violência contra idosos; além de um indicador estrutural sobre proteção de direitos humanos dos idosos (C.1) e dois indicadores qualitativos e descritivos (C.3 e C.5).

Quadro 3 - Indicadores de acompanhamento regional do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, tema envelhecimento, proteção social e desafios socioeconômicos

<p>C.1 Ratificação por parte do país da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos de Idosos (indicador 20.3 do Guia operacional).</p> <p>C.2 Porcentagem dos trabalhadores ocupados que contribuem para o sistema de seguridade social, por sexo e grupos de idade.</p> <p>C.3 Existência de políticas, planos e programas públicos que consideram o impacto da evolução da estrutura por idades no médio e longo prazo (indicador 19.1 do Guia operacional).</p> <p>C.4 Proporção da população coberta por níveis mínimos ou sistemas de proteção e assistência social, desagregada por sexo, diferenciando entre crianças, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, mulheres grávidas, recém nascidos, vítimas de acidentes de trabalho e pobres e grupos vulneráveis.</p> <p>C.5 Porcentagem de centros de atenção primária de saúde que incluíram o cuidado paliativo como prestação básica (indicador 29.2 do Guia operacional).</p> <p>C.6 Porcentagem de pessoas idosas vítimas de violência nos 12 meses anteriores que notificaram as autoridades competentes ou outros mecanismos de resolução de conflitos reconhecidos oficialmente.</p> <p>C.7 Porcentagem de instituições governamentais que implementaram procedimentos e protocolos de atenção preferencial para as pessoas idosas.</p>

Fonte: INFORME de avance del grupo de trabajo ad hoc encargado de elaborar una propuesta de indicadores para el seguimiento regional del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2016. 48 p. Documento presentado na Tercera Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, realizada em Santiago de Chile, out. 2016. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/3m/es/documentos>>. Acesso em: jan. 2018

Nota: Tradução nossa.

Em 2016, a UNECE elaborou o documento *Recommendations on ageing-related statistics: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics*, com recomendações sobre estatísticas relacionadas ao envelhecimento, visando que institutos de estatística melhorassem a disponibilidade, acessibilidade e comparabilidade de dados estatísticos para apoiar políticas de envelhecimento (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2016). Nessas recomendações os indicadores propostos foram organizados em 5 temas principais⁹: medidas demográficas sobre

⁸ Para informações mais detalhadas sobre a Conferencia Regional Sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, realizada em Montevidéu, em agosto de 2013, consultar: <<https://www.cepal.org/es/eventos/primera-reunion-la-conferencia-regional-poblacion-desarrollo-uruguay-2013>>. Para informações mais detalhadas sobre a Conferencia Internacional sobre População e Desenvolvimento, consultar: <<http://www.unfpa.org/icpd>>.

⁹ Os temas abordados estão associados aos quatro objetivos de políticas sobre o envelhecimento, acordados na UNECE Ministerial Conference on Ageing, realizada em Vienna, em 2012: incentivar uma vida de trabalho mais longa e manter a capacidade de trabalhar; promover a participação, a não discriminação e a inclusão social das pessoas idosas; promover e salvaguardar a dignidade, a saúde e a independência das pessoas idosas; e manter e melhorar a solidariedade intergeracional.

envelhecimento (Quadro 4); vida de trabalho mais longa (Quadro 5); inclusão social e bem-estar subjetivo (Quadro 6); saúde e independência de idosos (Quadro 7); e solidariedade intergeracional (Quadro 8). Foram incluídos outros dois capítulos: um específico sobre população institucionalizada, dada sua relevância quando se trata de estatísticas sobre envelhecimento, e outro sobre disseminação e comunicação associadas às estatísticas de envelhecimento. Pode-se notar que todos indicadores demográficos sugeridos apresentaram uma definição internacional acordada, mas alguns deles não eram produzidos regularmente pelos países (nível 2). Por outro lado, com relação a praticamente todos os indicadores recomendados no tema solidariedade intergeracional os padrões internacionais ainda precisavam ser desenvolvidos, não sendo produzidos regularmente pelos países (nível 3).

Quadro 4 - Domínios, tópicos e indicadores sugeridos pela UNECE sobre envelhecimento, no tema medidas demográficas

Domínio	Tópico	Indicador	Nível (1)
	Estimativas e projeções de população	Número e porcentagem, observados e projetados, da população entre 55-59, ..., 80-84, 85 ou mais anos de idade	1
	Idade média, observada e projetada	Idade média da população total	1
		Idade média daqueles de 65 ou mais anos	1
	Razões de sexo, observadas e projetadas	Razão de mulheres para homens com idades entre 55, 65, 75 e 85 ou mais anos	2
	Índices demográficos, observados e projetados	(0 a 24 e 65+) ÷ (25 a 64)	2
		(65+) ÷ (25 a 64)	2
		(0 a 14 e 65+) ÷ (15 a 64)	2
		(65+) ÷ (15 a 64)	2
		(85+) ÷ (65+)	2
	Razão de suporte econômico, observada	Razão do número de pessoas que não trabalham para aqueles que trabalham (independentemente da idade)	1
	Expectativa de vida	Expectativa de vida ao nascer e aos 55, 65, 75 e 85 anos	1
	Expectativa de vida à idade de aposentadoria		2
	Taxas de sobrevivência, observadas e projetadas	Taxas de sobrevivência aos 65 e 85 anos e de 65 a 85 anos	2
	Medidas prospectivas de envelhecimento, observadas e projetadas	Idade em que a expectativa de vida cai para 15 anos	2
		Proporção da população com expectativa de vida restante de 15 anos ou menos	2
	Diversidade	País de nascimento da população entre 55-59 anos, ..., 80-84, 85 ou mais anos	1
	Distribuição urbana / rural	Distribuição urbana / rural da população entre 55-59 anos, ..., 80-84, 85 ou mais anos	1
	Arranjos de vida	Arranjos de vida da população entre 55-59 anos, ..., 80-84, 85 ou mais anos	1

Fonte: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Recommendations on ageing-related statistics: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics*. Geneva: Unece, 2016. 91 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=44983>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Tradução nossa.

2. Nível 1 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada e são produzidos regularmente por países; nível 2 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada, mas ainda não são produzidos regularmente por países; e nível 3 - indicadores para os quais os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos e que não são produzidos regularmente pelos países.

3. Os indicadores sugeridos não tinham classificação de nível ou eram provenientes de módulos de pesquisas sem periodicidade regular.

Quadro 5 - Domínios, tópicos e indicadores sugeridos pela UNECE sobre envelhecimento, no tema vida de trabalho mais longa

Domínio	Tópico	Indicador	Nível (1)
Estilo de vida saudável			
	Estilo de vida saudável	Ver indicadores do tema saúde e independência	
Ambiente de trabalho saudável			
	Condições de trabalho saudáveis	Proporção de pessoas ocupadas que trabalham durante horas não-sociais, por atividade econômica	1
		Proporção de pessoas ocupadas trabalhando horas excessivas	1
	Balanço da vida profissional e familiar (2)		
Participação no mercado de trabalho em idade mais avançada			
	Participação no mercado de trabalho		
		Participação no mercado de trabalho (taxa de atividade)	1
		Nível de ocupação	1
		Taxa de desemprego	1
		Desemprego de longa duração (taxa e incidência)	1
		Ocupação por tipo de atividade econômica	1
		Ocupação por tipo de ocupação	1
		Duração da vida profissional	1
	Arranjos flexíveis de trabalho		
		Ocupação com jornada de trabalho parcial	1
	Transição flexível para aposentadoria (2)		
	Discriminação no mercado de trabalho (2)		
		Participação de pessoas ocupadas que, de acordo com sua própria percepção, foram vítimas de discriminação no trabalho	3
	Incentivos para trabalhar mais tempo (2)		
	Reformas de pensões e idade legal de aposentadoria		
		Idade legal de aposentadoria	3
	Participação na aprendizagem ao longo da vida (incluindo formação profissional)		
		Aprendizagem ao longo da vida: aqueles envolvidos em treinamento	1
	Nível educacional		
		Percentual de pessoas idosas com ensino secundário ou superior	1

Fonte: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Recommendations on ageing-related statistics*: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics. Geneva: Unece, 2016. 91 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=44983>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Tradução nossa.

2. Nível 1 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada e são produzidos regularmente por países; nível 2 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada, mas ainda não são produzidos regularmente por países; e nível 3 - indicadores para os quais os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos e que não são produzidos regularmente pelos países.

3. Os indicadores sugeridos não tinham classificação de nível ou eram provenientes de módulos de pesquisas sem periodicidade regular.

Quadro 6 - Domínios, tópicos e indicadores sugeridos pela UNECE sobre envelhecimento, no tema inclusão social e bem-estar subjetivo de idosos

Domínio	Tópico	Indicador	Nível (1)
Segurança financeira em idade avançada			
		Distribuição da população por idade e por posse da habitação	1
		Percentagem do custo de habitação em relação a renda disponível	2
		Renda disponível média por faixa etária	2
		Composição da renda por quintis de renda	2
		Renda disponível relativa	2
		Razão de participação no quintil de renda S80/S20, por faixa etária	2
		Taxa de risco de pobreza	2
		Taxa de privação material	2
		Taxa líquida de substituição, por nível de rendimento	3
		Despesas com pensões	2
Inclusão / exclusão social			
		Conexão social	3
		Disponibilidade de transporte	3
		Segurança física (preocupação com segurança)	3
		Discriminação	3
		Abuso e negligência dos idosos	3
		Maior privação de habitação de pessoas idosas	2
		Proporção que acessa regularmente a Internet	2
		Atividades de lazer	3
		Participação em atividades de reunião de sindicato, partido político ou grupo de ação política	1
		Vida independente (vivendo sozinho ou em casal)	1
		Porcentagem vivendo em domicílio de uma única pessoa	1
Bem-estar subjetivo			
		Níveis de ansiedade	3
		Bem-estar mental	3
		Quanto a vida vale a pena	3
		Porcentagem que está muito satisfeito com a vida	2
		Porcentagem que está muito satisfeito com a vida, por limitação de saúde	3

Fonte: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Recommendations on ageing-related statistics*: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics. Geneva: Unece, 2016. 91 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=44983>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Tradução nossa.

2. Nível 1 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada e são produzidos regularmente por países; nível 2 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada, mas ainda não são produzidos regularmente por países; e nível 3 - indicadores para os quais os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos e que não são produzidos regularmente pelos países.

3. Os indicadores sugeridos não tinham classificação de nível ou eram provenientes de módulos de pesquisas sem periodicidade regular.

Quadro 7 - Domínios, tópicos e indicadores sugeridos pela UNECE sobre envelhecimento, no tema saúde e independência de idosos

(continua)

Domínio	Tópico	Indicador	Nível (1)
Estado de saúde			
	Bem-estar físico		
		Estado de saúde auto-declarado	1
		Esperança de vida ajustada para a saúde, ao nascimento, aos 55 e aos 65 anos	1
		Anos de vida com deficiência, por causa	1
		Anos de vida perdidos por causa	1
	Bem-estar mental		
		Bem-estar mental	3
		Angústia psicológica nas últimas quatro semanas	1
		Níveis de ansiedade	3
	Bem-estar emocional		
		Porcentagem que está muito satisfeito com a vida, por limitação de saúde	2
	Bem-estar social		
		Ver indicadores do tema inclusão social e bem-estar subjetivo de idosos	
Riscos à saúde e comportamentos de saúde			
	Estilo de vida saudável		
		Frequência do consumo de frutas	3
		Frequência do consumo de vegetais	3
		Frequência do consumo de álcool prejudicial à saúde (compulsão pela bebida)	1
		Porcentagem da população que fuma diariamente	1
		Porcentagem da população que realiza pelo menos 30 minutos de atividade física	2
		Porcentagem da população com excesso de peso com base no índice de massa	1
	Condições de trabalho saudáveis		
		Ver indicadores do tema vida de trabalho mais longa	
Riscos à saúde e comportamentos de saúde			
	Balanco da vida profissional e familiar		
		Ver indicadores do tema vida de trabalho mais longa	
Doença e deficiência			
	Condições crônicas de saúde		
		Pessoas com doença crônica ou problema de saúde	1
	Cognição		
		Demência / Alzheimer	2
	Funcionamento independente		
		Atividades instrumentais da vida diária	1
		Limitações funcionais e atividades da vida diária	1
Necessidades de saúde e assistência social e acesso a serviços			
	Cuidados de saúde preventivos		
		Porcentagem de pessoas que relatam dificuldades com o acesso aos serviços de cuidados primários de saúde	1
	Tratamentos curativos e medicamentos e dispositivos médicos		
		Uso de medicamentos prescritos (também inclui equipamentos e dispositivos de cuidados de saúde)	2
	Acesso a cuidados contínuos, especialmente cuidados de longa duração		
		Porcentagem da população que recebe cuidados institucionais	1
		Físico	3
		Psicológico	3
	Necessidade não atendida de cuidados		
		Porcentagem que relata necessidade não atendida de exame ou tratamento médico e	1
	Cuidado paliativo		
		Cuidado paliativo	2
		Social	3

Quadro 7 - Domínios, tópicos e indicadores sugeridos pela UNECE sobre envelhecimento, no tema saúde e independência de idosos

(conclusão)

Domínio	Tópico	Indicador	Nível (1)
Vida independente	Independência residencial	Vivendo em domicílio próprio	1
	Arquitetura acessível	Nenhum indicador proposto nestas Recomendações	3
	Bens e serviços adequados à idade	Nenhum indicador proposto nestas Recomendações	3
	Recebimento de cuidados formais	Nenhum indicador proposto nestas Recomendações	3
	Recebimento de cuidados informais	Nenhum indicador proposto nestas Recomendações	3
	Características e necessidades dos cuidadores	Nenhum indicador proposto nestas Recomendações	3
	Disponibilidade de transporte	Disponibilidade de transporte	3

Fonte: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Recommendations on ageing-related statistics*: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics. Geneva: Unece, 2016. 91 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=44983>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Tradução nossa.

2. Nível 1 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada e são produzidos regularmente por países; nível 2 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada, mas ainda não são produzidos regularmente por países; e nível 3 - indicadores para os quais os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos e que não são produzidos regularmente pelos países.

3. Os indicadores sugeridos não tinham classificação de nível ou eram provenientes de módulos de pesquisas sem periodicidade regular.

Quadro 8 - Domínios, tópicos e indicadores sugeridos pela UNECE sobre envelhecimento, no tema solidariedade intergeracional

Domínio	Tópico	Indicador	Nível (1)
Transferência intergeracional de conhecimento	Diálogo e aprendizado intergeracional	Porcentagem de pessoas idosas que participaram de programas organizados de orientação ou treinamento para passar experiência e conhecimento para trabalhadores mais jovens	3
Contribuições não remuneradas de idosos	Prestação de cuidados informais	Porcentagem da população que realiza cuidado não remunerado aos próprios filhos ou netos	3
		Porcentagem da população que oferece realiza cuidado não remunerado a adultos mais velhos	3
	Trabalho voluntário	Porcentagem da população que é voluntária	3
		Tempo gasto em atividades não remuneradas fora do próprio domicílio	3
		Participação em trabalho voluntário nos últimos 12 meses	3
Relações intergeracionais	Corresidência intergeracional	Arranjos de vida	2
	Transferências intergeracionais	Transferências intergeracionais fornecidas (financeiras e não financeiras)	3

Fonte: UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Recommendations on ageing-related statistics*: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics. Geneva: Unece, 2016. 91 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=44983>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: 1. Tradução nossa.

2. Nível 1 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada e são produzidos regularmente por países; nível 2 - os indicadores são conceitualmente claros, com uma definição internacional acordada, mas ainda não são produzidos regularmente por países; e nível 3 - indicadores para os quais os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos e que não são produzidos regularmente pelos países.

Uma vez que os países em desenvolvimento passam por rápido envelhecimento populacional (WORLD..., 2017) e que indicadores em diferentes áreas já foram consolidados para acompanhar a evolução dos idosos, seria relevante que os países produzissem indicadores de forma sistemática para mapear limitações e potencialidades associadas a este processo.

Experiências internacionais

O envelhecimento populacional é uma realidade de países em desenvolvimento como o Brasil. Assim como em países desenvolvidos, que passaram por um processo de transição demográfica ao longo do Século XX, já convivendo, portanto, com um percentual elevado de idosos, o Brasil precisa adequar suas políticas públicas voltadas a grupos populacionais específicos. Nesta seção será elucidada a forma que países selecionados (Canadá e Argentina) e organismos internacionais abordam o tema por meio de seus institutos oficiais de estatística. Serão listadas as principais publicações relacionadas à temática dos idosos, quais indicadores são produzidos e as fontes relevantes.

Canadá

O Instituto de Estatística do Canadá (Statistics Canada - StatCan) conduz a Canadian Community Health Survey - CCHS para coleta de informações relacionadas ao estado da saúde, à utilização de cuidados de saúde e a determinantes de saúde. A pesquisa abrange toda a população, sendo utilizada como fonte de informações para os idosos. Ela foi realizada bianualmente entre 2001 e 2007 e desde então passou a ser anual, com a última edição publicada em 2016, usando o ano de 2015 como referência¹⁰.

Já o Canadian Community Health Survey - Healthy Aging¹¹, um suplemento especial da CCHS, foi realizado uma única vez, durante um período de doze meses entre os anos de 2008 e 2009. A amostra foi dividida em seis períodos não sobrepostos de coleta. O foco da pesquisa foram pessoas com mais de 45 anos de idade e sua proposta foi coletar novas informações sobre os determinantes de um envelhecimento saudável, que são de cunho multidisciplinar, contendo fatores sociais, econômicos e de saúde. Foram coletadas informações antropométricas; sobre estado de saúde, sono e condições crônicas; aspectos da rotina do entrevistado (Health Utility Index - HUI); dores e desconfortos; grau de satisfação com a vida (Satisfaction With Life Scale - SLS); cognição, atividades físicas e domiciliares; nutrição e hábitos alimentares; saúde bucal; uso de medicamentos e de suplementos alimentares; uso de tabaco e álcool; mudanças de hábito para melhorar a saúde; quedas; capacidade de realizar atividades básicas (atividades rotineiras como alimentar-se, tomar banho, vestir-se) e instrumentais (atividades mais complexas, como manusear dinheiro, fazer compras, cozinhar, usar o telefone); uso de assistência médica; disponibilidade de assistência social; apoio social; interação social, oferta, acesso e gastos com cuidados; depressão e solidão; e meios de transporte. Os últimos módulos da pesquisa investigaram a força de trabalho, razões para aposentadoria, planejamento para aposentadoria, habitação

¹⁰ Com a mudança da periodicidade, também se reduziu a amostra de 130 000 para 65 000 entrevistados. Para informações mais detalhadas sobre a Canadian Community Health Survey - CCHS, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3226>>.

¹¹ Para informações mais detalhadas sobre a Canadian Community Health Survey - Healthy Aging, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=5146>>.

própria, rendimentos e características sociodemográficas. Com isso buscou-se melhor entendimento do processo de envelhecimento, de como o estilo de vida afeta a saúde, e estabelecer relações entre envelhecimento saudável e variáveis econômicas, geográficas, sociais e demográficas.

A publicação *Women in Canada: a gender-based statistical report*, outro trabalho do StatCan, divulgada sem frequência definida, trata das condições de vida das mulheres, e possui o capítulo Senior Women (MILAN; VÉZINA, 2011), voltado para mulheres acima de 65 anos de idade. Em duas edições o tema das mulheres idosas foi abordado, sendo a mais recente de 2016¹². Foram utilizados dados do Census of Population 2011, da National Household Survey - NHS 2011, além de outras pesquisas.

O estudo destacou maior participação do grupo de mulheres de 65 anos de idade ou mais no total da população e explorou indicadores demográficos, como longevidade e diversidade étnica; indicadores de habitação, como mulheres idosas morando sozinhas e idosas em habitações coletivas; indicadores de trabalho, como idosas que já trabalharam em troca de salário, proporção da renda do trabalho neste grupo etário (em contraponto a participação na renda de transferências governamentais) e trabalho voluntário; indicadores de qualidade de vida, como interações sociais e uso da Internet e redes sociais; indicadores de saúde, como hábitos alimentares, tabagismo, prática de atividades físicas, doenças crônicas (pressão alta, diabetes, etc) e deficiências; indicadores de independência como necessidade de auxílio, relação com o cuidador primário e ajuda com atividades domésticas; por fim indicadores de mortalidade entre idosas, como a proporção de mortes de idosos em relação ao total de mortes na população e, por fim, causas da morte.

A publicação *Diversity of grandparents living with their grandchildren* (MILAN; LAFLAMME; WONG, 2015) é um estudo do Statcan, sem regularidade periódica, realizado uma única vez no ano de 2015. Foram utilizados dados do Census of Population 2011 e da General Social Survey - GSS 2011. Foram analisados no estudo os arranjos domiciliares de avôs e/ou avós acima de 45 anos de idade morando com seus netos. O interesse nesse grupo justifica-se porque, além de a população estar envelhecendo, as pessoas estão tendo filhos mais velhos e possuem maior expectativa de vida. Como resultado, aumenta-se o intervalo de idade entre as gerações e também o período de convivência entre elas. Portanto, compreender os novos arranjos domiciliares e analisar suas diversidades entre os grupos étnico culturais é importante no planejamento de assistência e cuidados, bem como no planejamento financeiro. Esse grupo alvo foi separado em duas categorias: a) não havia uma geração intermediária co-residindo (*skip-generation households*); e b) havia uma geração intermediária co-residindo no domicílio (*multigenerational household*). Esta última apresentava as sub-categorias: moram com um casal, com um pai/mãe solteiro, ou com outra geração intermediária. Os indicadores apresentaram a relação entre estas duas categorias e cada grupo de análise (sexo, idade, estado matrimonial, províncias, identidade aborígine, status de imigração, língua falada em casa e religião).

O Statcan produziu com base nos dados do censo demográfico realizado em 2016 a publicação *A portrait of the population aged 85 and older in 2016 in Canada*, com os principais indicadores demográficos para a população de 85 anos de idade ou mais. Grupo este que está crescendo rapidamente nos últimos anos e deve manter

¹² Para informações mais detalhadas sobre o documento *Women in Canada: a gender-based statistical report*, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/89-503-x/2015001/article/14316-eng.htm>>.

esta tendência nos próximos anos. Os indicadores apresentados são o número de pessoas, observadas e projetadas, acima de 85 anos; proporção da população acima de 85 anos em relação a população acima de 65 anos; população acima de 85 anos residindo em domicílios coletivos por grupo de idade (desagregado também por tipo de domicílio coletivo).

Vale mencionar também que o censo demográfico é fonte para a produção de diversos indicadores desagregados por grupos de idade, podendo assim ser utilizado para indicadores relacionados à estrutura etária (pirâmide etária, razão de dependência, taxa de mortalidade, taxa de fecundidade, expectativa de vida, dentre outros). No caso canadense o censo populacional é realizado de cinco em cinco anos, sendo o mais recente em 2016¹³.

Argentina

A Encuesta Nacional sobre Calidad de Vida de Adultos Mayores - ENCaViAM é uma pesquisa conduzida pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, voltada exclusivamente para o público idoso. Contudo, procura ir além dos tópicos mais comuns investigados em levantamentos sobre idosos - dimensões socioeconômicas e de saúde - e abordar temas como o desenvolvimento de atividades cotidianas, participação na vida social e cultural da comunidade e uso do tempo livre. A pesquisa¹⁴ foi realizada uma única vez em 2012 e no mesmo ano foram publicados os resultados. A publicação apresentou indicadores para a população de 60 anos ou mais (ENCUESTA..., 2014) e também foram utilizados dados do Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010.

A ENCaViAM apresentou indicadores demográficos, como participação da população idosa no total da população, desagregada por idade, sexo e províncias; temas domiciliares, como o nível educacional, situação conjugal, chefes de domicílio, habitantes no domicílio (composição dos moradores) e situação em relação a posse do domicílio; indicadores de saúde como autoavaliação do estado de saúde, autoavaliação da memória, uso de medicamentos (se utilizou os medicamentos receitados ou não, e o motivo de não usar), ocorrência de quedas, depressão, deficiências (auditiva e visual), dependência para atividades básicas e instrumentais, e frequência de saídas de casa; indicadores sobre sexualidade, relacionamentos e hábitos; indicadores de interação social e uso do tempo como a autopercepção sobre o tratamento recebido em diferentes ambientes, o uso de tecnologias (caixa automático de banco e telefone celular) e o motivo de não usarem, o nível de satisfação com a vida como um todo, uso do tempo livre por tipo de atividade, frequência de atividade física, serviços voluntários e outros tipos de atividades; por fim, indicadores relacionados às redes de apoio, como cuidados oferecidos a crianças (do entorno familiar) ou a doentes sem nenhuma forma de pagamento; tipo de ajuda recebida de pessoas de fora de seu domicílio; relação com pessoas de fora do domicílio que prestam ajuda.

¹³ Para informações mais detalhadas sobre o Census Profile, 2016 Census, consultar: <<http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/dp-pd/prof/index.cfm?Lang=E>>.

¹⁴ A amostra para a ENCaViAM surgiu a partir de uma subamostra da Encuesta Anual de Hogares Urbanos - EAHU, para que se pudesse conciliar o uso das duas pesquisas.

O INDEC realiza o Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas e permite as desagregações dos dados para o grupo dos idosos, a partir dos quais produz indicadores relacionados à estrutura etária da população. Na Argentina o censo populacional é realizado decenalmente, sendo o último realizado em 2010¹⁵.

EUROSTAT

Para os países europeus, o EUROSTAT, que é o instituto de estatística da União Europeia, tem uma publicação específica relacionada aos idosos, além de uma série de indicadores relacionados a este grupo em outras publicações.

Active ageing and solidarity between generations: a statistical portrait of the European Union 2012 é uma publicação voltada para os idosos, lançada pelo EUROSTAT em 2012, ano considerado pela União Europeia como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (*European Year for Active Ageing and Solidarity between Generations*¹⁶). Foi publicada esta única vez e utilizou fontes diversas de dados, mas especialmente a base de dados do EUROSTAT e pesquisas do Flash Eurobarometer¹⁷.

No primeiro capítulo da publicação foram apresentados indicadores demográficos básicos, como proporção de idosos na população e expectativa de vida. O capítulo 2 abordou os indicadores do mercado de trabalho, com indicadores de desemprego por faixa etária, horas trabalhadas, acidentes, dentre outros. O capítulo seguinte tratou da transição para aposentadoria e alguns dos indicadores foram: idade de aposentadoria, pensões, gastos governamentais e planejamento após aposentadoria (pretensões, investimentos, moradia, outro trabalho).

O capítulo 4 tratou de bem-estar, saúde e serviços de saúde, e alguns indicadores foram: percepção em relação ao futuro, nível de felicidade e satisfação, tabagismo, prática de atividade física, número de clínicos e médicos, frequência de consultas, uso de hospitais e gastos com sistema de saúde. O próximo tema tratou das condições de habitação e consumo e apresentou indicadores como número de pessoas no mesmo domicílio, posse do domicílio, percepção sobre produtos voltados para idosos e privações ou carências. Por fim, o capítulo 6 abordou a participação dos idosos na sociedade e os indicadores usados foram grau de interação com outras gerações, participação em atividades e grupos (religiosos, culturais, esportivos, políticos, etc), encontros com amigos e familiares, trabalho voluntário, uso da internet e representação no Parlamento.

Além das duas principais fontes de dados mencionadas (EUROSTAT e Flash Eurobarometer), foram utilizadas também as projeções da European Commission¹⁸, a European Quality of Life Survey - EQLS, conduzida pelo Eurofound¹⁹, e a European Social Survey - ESS²⁰.

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre o Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010, consultar: <http://www.indec.gob.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=135>.

¹⁶ O ano de 2012 foi visto tanto como uma oportunidade, quanto como um desafio para uma sociedade europeia envelhecida. Nesse contexto, ocorreu a Decisão n. 940/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, em 14.09.2011, que instituiu o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações. Também em 2012 celebrou-se os 10 anos do Plano de Ação Internacional de Madrid para o Envelhecimento.

¹⁷ São entrevistas temáticas realizadas por telefone para atender demandas específicas da Comissão Europeia. Para informações mais detalhadas sobre o Flash Eurobarometer, consultar: <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/flash_arch_en.htm>.

¹⁸ A European Commission corresponde ao poder Executivo da União Europeia, visando promover seus interesses gerais.

¹⁹ O Eurofound é a agência da União Europeia para melhoria das condições de vida e de trabalho. A European Quality of Life Survey - EQLS é conduzida a cada quatro anos nos países-membros para examinar a qualidade de vida de seus cidadãos.

²⁰ A European Social Survey - ESS é uma pesquisa bianual conduzida por acadêmicos e mede condutas, comportamentos e crenças (convicções) das populações em mais de 30 países.

Já na publicação *People in the EU: who are we and how do we live?* foram utilizados dados do Census Hub²¹ e do EUROSTAT. Ela teve uma única edição lançada em 2015, na qual havia um capítulo específico sobre idosos. Alguns indicadores apresentados foram: número de idosos morando sozinhos, indicadores de anos de vida saudável, razão de dependência de idosos, parcela de idosos que se mudaram, idosos economicamente ativos, turismo de idosos, uso da internet, dentre outros.

Com o objetivo de monitorar a agenda Europe 2020 Strategy²², o EUROSTAT possui como fonte de informações de renda e condições de habitação a European Union Statistics on Income and Living Conditions - EU-SILC, onde compila dados monetários e não monetários sobre aspectos objetivos e subjetivos tanto das pessoas, como dos domicílios.

A EU-SILC abrange toda a população e além das informações para cada país da União Europeia, os dados permitem a desagregação para o grupo de 65 anos de idade ou mais nos seguintes tópicos: renda, pobreza, exclusão social, habitação e domicílios, mercado de trabalho, educação e saúde. Alguns exemplos de indicadores produzidos são: taxa de privação material, taxa de adensamento excessivo, ônus excessivo com gastos domiciliares, diversos indicadores de risco de pobreza (taxa de pessoas em risco de pobreza antes de transferências sociais, taxa de risco persistente de pobreza), renda mediana, desigualdade de renda, dentre outros²³.

Organismos internacionais

Fomentar o estado de saúde adequado para pessoas de idade avançada é um ponto central como resposta ao envelhecimento populacional. Desta maneira, estereótipos negativos e barreiras reduzem o potencial de contribuição deste grupo e aumentam os custos gerados pela mudança na estrutura etária da população. Fundada em 1948, a OMS tem como função a direção e coordenação da saúde internacional no âmbito do sistema das Nações Unidas, portanto é responsável pelo envelhecimento saudável da população mundial, dentre outras atribuições.

O envelhecimento populacional é indissociável dos objetivos da agenda de saúde, especialmente, cobertura universal, doenças crônicas não transmissíveis e deficiências. Portanto, sem a devida atenção ao grupo dos idosos, esses objetivos seriam inatingíveis. Uma das grandes dificuldades advém da grande diversidade dos estados funcionais e de saúde dentro do grupo de idosos, por isso as recomendações internacionais apontam para a necessidade de desagregar as informações em mais categorias e menores intervalos nas coortes de idade, conforme mencionado no tópico **Recomendações internacionais**.

A publicação *World report on ageing and health*, produzida pela OMS, abordou o assunto dando mais atenção a recomendações de políticas a serem adotadas pelos países e observações sobre mudanças e peculiaridades deste grupo etário, do que propriamente na produção de indicadores. A publicação utilizou dados de

²¹ O Census Hub é uma ferramenta criada pelo European Statistical System - ESS que possui bases de dados dos censos populacionais e domiciliares dos países da Europa e as estruturou para que permita a comparabilidade entre países. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/population-and-housing-census/census-data/2011-census>>.

²² A Europe 2020 Strategy é uma agenda da União Europeia para crescimento e empregos para a década atual. Possui metas a serem atingidas em cinco temas: emprego, pesquisa e desenvolvimento (P&D), mudança climática e energia, educação, e pobreza e exclusão social.

²³ Para apresentação, definição e conceituação dos indicadores da pesquisa, consultar: <<http://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/overview>>.

estudos realizados em diferentes países e que elaboraram indicadores que não eram usualmente produzidos pelos institutos oficiais de estatística.

Entre estes indicadores estavam o intervalo de capacidade física entre os mais e os menos capacitados de acordo com a idade, a expectativa de vida em comparação com a expectativa de vida livre de deficiência de acordo com o nível de renda, peso dos gastos com saúde para os quintis de renda, percentual da renda total captada pelos idosos, participação dos idosos no crescimento do consumo, período transcorrido/esperado (de acordo com as projeções para o ano de 2050) para que a percentagem da população idosa (60 anos de idade ou mais) passe de 10% para 20%, força do aperto de mão – um forte preditor de mortalidade²⁴ -, o indicador Gait – mede o tempo necessário para se percorrer determinada distância -, frequência de atividades sexuais, dificuldades e disfunções sexuais, número de anos perdidos devido a deficiências e a condições associadas com deficiências, número de anos perdido devido à mortalidade segundo as maiores causas de mortes, prevalência de abusos a idosos por tipo (físico, sexual, psicológico, financeiro ou negligência), percentual de respondentes que utilizaram serviços de saúde de acordo com a classificação *inpatient* (procedimento requer admissão hospitalar) e *outpatient* (o tratamento não precisa de admissão hospitalar), motivos para idosos (60 anos de idade ou mais) não acessarem serviços de saúde, fonte do pagamento para o tratamento para pessoas acima de 50 anos, visitas de profissionais de saúde, número de visitas a departamentos de emergência, admissões hospitalares e tempo de permanência.

Os indicadores apresentados acima foram produzidos a partir de diversas fontes (diferentes dos institutos oficiais de estatística), em geral, para uma determinada região ou conjunto de países e, portanto, não possuem cobertura global.

Outra publicação da OMS voltada para o grupo de idosos é *Good health adds life to years: global brief for world health day 2012*. A publicação, lançada em 2012, utilizou os dados de censos dos países e bases de dados internacionais para a produção dos indicadores. O primeiro capítulo relatou aspectos demográficos e produziu indicadores como a estrutura etária da população, percentual da população acima de 60 anos e tempo necessário para a população acima de 65 anos passar de 7% para 14% do total da população. Já o segundo capítulo tratou da epidemiologia do envelhecimento, e apresentou indicadores como expectativa de vida ao nascer e aos 60 anos, anos de vida perdidos em razão de mortes prematuras (desagregados pelas principais causas de mortes), anos de vida perdidos em razão de deficiências (também desagregados pelo tipo de deficiência), prevalência de hipertensão e percentual de efetivamente tratados (para pessoas acima de 50 anos).

Como organismo internacional responsável pela promoção do progresso social, a ONU também trata da temática de idosos por meio de sua Divisão de População. Ela produziu em 2015 a quinta edição²⁵ do relatório *World population ageing*, que oferece uma descrição das tendências globais e características socioeconômicas e de saúde relacionadas ao envelhecimento. Para esta publicação os dados foram desagregados

²⁴ De acordo com o estudo *Handgrip strength and cause-specific and total mortality in older disabled women: exploring the mechanism* (RANTANEN, 2003).

²⁵ A primeira edição foi lançada em 2002, ano da Second World Assembly on Ageing. A presente edição atualizou as versões de 2007, 2009 e 2013.

nos seguintes grupos de países: por regiões²⁶, pelo nível de desenvolvimento²⁷ e/ou por faixa de renda²⁸. As fontes de informação utilizadas são da Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO), da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), da Divisão de População da ONU (United Nations Population Division - UNPD) e da National Transfer Accounts - NTA. Considerou-se pessoas acima de 60 anos como idosos.

O capítulo que tratou das tendências populacionais produziu os seguintes indicadores: população acima de 60 e de 80 anos por grupos de países; proporção de pessoas acima de 60 e de 80 anos no total da população; proporção de cada sexo e dos grupos de idade em relação ao total de idosos; razões de sexo entre os idosos; mudança percentual na população idosa entre os anos 2000 e 2015 por área urbana e rural; composição da população projetada por grupo de idade; razão de dependência.

O capítulo seguinte apresentou outros indicadores demográficos: média da mudança percentual na população acima de 60 anos; taxa de fecundidade entre 1950 e 1955; percentual dos nascidos entre 1950 e 1955 que sobreviveram até os 60 anos; taxa média anual de mudança das populações acima de 60 e de 80 anos; expectativa de vida; contribuição do declínio da mortalidade em diferentes idades para o aumento da expectativa de vida; contribuição do aumento da longevidade para o aumento da expectativa de vida; probabilidade de sobreviver até os 60 e 80 anos por sexo e coortes de ano de nascimento; causas de mortes por sexo; estrutura etária da população; e distribuição dos países por política de imigração.

Na sequência foram apresentados os indicadores socioeconômicos: taxa de pobreza de idosos em relação a taxa de pobreza do total da população; nível de consumo per capita de idosos em comparação com o nível de consumo do grupo entre 30 e 49 anos; composição do consumo de idosos (público e privado); participação de pessoas acima de 65 anos na força de trabalho; distribuição dos países segundo a idade para aposentadoria por sexo; gastos com pensões como percentual do Produto Interno Bruto - PIB; expectativa de vida ao nascer e expectativa de vida saudável; mudanças na população idosa e deficiências relacionadas a doenças não transmissíveis entre 2000 e 2012; e, por fim, as principais causas de deficiências.

Observou-se que as pesquisas e/ou publicações internacionais, ao abordarem o tema idosos, enfocam assuntos como saúde, grau de dependência e necessidade de cuidados, aspectos socioeconômicos, demográficos e de interação social. O mercado de trabalho e a transição para a aposentadoria também são tópicos relevantes. Tendo em mente a maneira como os países, por meio de seus institutos oficiais de estatística, abordam a temática dos idosos na produção de indicadores, na próxima seção será exposto o trabalho do IBGE em relação a este grupo populacional.

²⁶ África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania.

²⁷ As regiões menos desenvolvidas inclui os países da África, Ásia (excluindo o Japão), América Latina e Caribe, e Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia). Os países mais desenvolvidos são todos os outros (incluindo os três que foram excluídos das regiões menos desenvolvidas).

²⁸ Classificados em função da Renda Nacional Bruta em: alta renda, renda média alta, renda média baixa ou baixa renda. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o Anexo 2 da publicação *World population ageing 2015*, em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/ageing/WPA2015.shtml>>.

A produção de indicadores sobre envelhecimento e a população idosa pelo IBGE

O fenômeno do envelhecimento é amplamente investigado e estudado pelo IBGE, tanto pela perspectiva populacional, quanto pela individual. Não há, contudo, uma pesquisa exclusivamente direcionada à produção de informações sobre o tema, mas uma série de trabalhos que propiciam a construção de indicadores sobre o envelhecimento e as características da população idosa, bem como publicações que aprofundam a análise desses indicadores.

Com relação ao diagnóstico do envelhecimento populacional, isto é, do aumento da proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total, merecem destaque o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (até 2015), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (a partir de 2012), as Projeções da População, e as Tábuas de Mortalidade.

O Censo Demográfico (com periodicidade, em regra, decenal), a PNAD (anual) e a PNAD Contínua (trimestral) investigam a composição dos domicílios brasileiros e as características de seus moradores, o tamanho da população e sua distribuição segundo uma série de aspectos, como sexo, cor ou raça, situação do domicílio e grupos de idade. O Censo Demográfico e a PNAD anual apresentam também resultados sobre as componentes demográficas – fecundidade, mortalidade²⁹ e migração. Com esse escopo, desde 1872, ano do primeiro censo populacional no País³⁰, a Diretoria-Geral de Estatística e, posteriormente, o IBGE retratam o quadro demográfico brasileiro e as transformações em sua estrutura etária.

A edição mais recente do Censo Demográfico, em 2010, contou com uma série de produtos que apresentam e analisam o envelhecimento populacional. O *Atlas do censo demográfico 2010* traz um mapa do “índice de envelhecimento”, que representa o número de pessoas de 65 anos ou mais de idade para cada 100 pessoas de idade entre 0 e 14 anos, e outro da “razão de dependência”. A “razão de dependência” é calculada pelo quociente entre as pessoas economicamente dependentes e aquelas potencialmente ativas. No cálculo da “razão de dependência total” foram consideradas economicamente dependentes as pessoas com 0 a 14 anos e as com 60 anos ou mais de idade, no da “razão de dependência de jovens” apenas o primeiro grupo e no da “razão de dependência de idosos” apenas o segundo. Em todos os casos, foram consideradas potencialmente ativas as pessoas de 15 a 59 anos de idade.

Frise-se que uma importante vantagem do censo demográfico em comparação com as pesquisas domiciliares amostrais reside nas possibilidades mais amplas de desagregação de dados sem perda de precisão. Assim, quanto ao aspecto espacial, é possível obter informações sobre as questões investigadas no questionário do universo do censo para municípios e até setores censitários. Nessa seara, a publicação *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*, também produto do Censo 2010, apresentou a proporção de idosos que residem em áreas urbanas, nas capitais das Unidades da Federação e em municípios da região semiárida,

²⁹ A mortalidade não é investigada pelas pesquisas domiciliares amostrais. “O Censo Demográfico 2010 inovou ao introduzir no conjunto universo a investigação sobre a ocorrência de óbitos de pessoas que haviam residido com moradores do domicílio, indagação que já havia sido feita no Censo Demográfico 1980, contudo somente no Questionário da Amostra. Em 2010, a pergunta teve como objetivo permitir a comparação com as informações oriundas da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, e para contribuir na construção de tábuas de mortalidade desagregadas por situação do domicílio, entre outras variáveis de natureza demográfica e socioeconômica” (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012).

³⁰ A população brasileira foi recenseada em 1872, 1890, 1900 e 1920 pela Diretoria-Geral de Estatística; e, em 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, pelo IBGE.

bem como a proporção de idosos nos municípios. A publicação divulgou também a “razão de sexo” – calculada pelo quociente entre o número de pessoas do sexo masculino por 100 pessoas do sexo feminino – por grupos etários, identificando maior concentração de mulheres nas idades mais avançadas (INDICADORES..., 2011).

Além do diagnóstico do envelhecimento populacional pelo Censo Demográfico, o IBGE, por meio das Projeções da População, cuja última edição responde pelo período de 2000 a 2060 para o Brasil e de 2000 a 2030 para as Unidades da Federação, aponta para o fenômeno como um processo que se aprofundará ao longo desse período. As projeções populacionais são construídas a partir dos dados sobre fecundidade, mortalidade e migração provenientes dos censos demográficos, das pesquisas domiciliares amostrais e dos registros administrativos de nascimento e de óbitos. As projeções populacionais oferecem resultados por grupos etários quinquenais, por sexo e permitem a obtenção das estimativas municipais da população. Atualmente, em função do fenômeno do envelhecimento, o grupo etário final aberto é o de pessoas com 90 anos ou mais de idade. O cálculo de indicadores sociodemográficos e econômicos nos períodos intercensitários ganha precisão ao se alimentar das Projeções da População.

As Tábuas de Mortalidade são outro instrumento que contribuem para o conhecimento do envelhecimento populacional, inclusive por subsidiarem a elaboração das projeções de população. Elas são divulgadas em duas versões: Tábuas Abreviadas de Mortalidade e Tábuas Completas de Mortalidade.

As Tábuas Abreviadas de Mortalidade, publicadas mais recentemente com o ano de 2010 como referência, derivam diretamente dos resultados obtidos pelo Censo Demográfico, no que tange à mortalidade infantil, e dos dados sobre óbitos da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde. As Tábuas Abreviadas de Mortalidade não apenas jogam luz nos níveis e padrões de mortalidade da população brasileira, como também apresentam informações como esperança de vida ao nascer, probabilidades de morte por sexo, estimativas de mortalidade infantil e de mortalidade na infância³¹, para o Brasil, as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

Já as Tábuas Completas de Mortalidade, publicadas anualmente, em observância ao Decreto n. 3.266, de 29.11.1999, atualizam as Tábuas Abreviadas de Mortalidade com projeções de mortalidade, permitindo a análise da evolução da mortalidade no Brasil, com desagregações até o nível das Unidades da Federação. As Tábuas Completas de Mortalidade, por trazerem informações como probabilidade de morte entre duas idades exatas e expectativa de vida para cada idade até 80 anos, para a população e por sexo, são utilizadas no cálculo do fator previdenciário aplicado às aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social³². A Tabela 1 mostra a Tábua Completa de Mortalidade a partir de 60 anos idade para ambos os sexos em 2015.

³¹ A mortalidade infantil se refere ao período de 0 a 1 ano de idade, enquanto a mortalidade na infância contempla a faixa de 0 a 5 anos de idade.

³² Em algumas decisões, o Poder Judiciário também recorre às Tábuas Completas de Mortalidade para o cálculo de indenizações decorrentes de condenações em processos judiciais. Veja-se exemplo em: RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Indenização por dano moral e material*: Apelação Cível n. 0236053-76.2009.8.19.0001. Apelantes: Município do Rio de Janeiro, Ana Célia da Silva dos Santos e Alexandre da Silva dos Santos. Apelados: os mesmos. Relator: Desembargador Pedro Freire Raguene. Razões dos apelados pela advogada Renata Fernanda Pinheiro da Cruz. Rio de Janeiro, 2015. 10 p. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004865F13D605CAA58C8D219D27065392A2C5042F450904>>. Acesso em: jan. 2018.

Tabela 1 - Tábua completa de mortalidade dos idosos de ambos os sexos - Brasil - 2015

Idades Exatas (X)	Probabilidades de Morte entre Duas Idades Exatas Q (X, N) (Por Mil)	Óbitos D (X, N)	I (X)	L (X, N)	T(X)	Expectativa de Vida à Idade X E(X)
60	10,902	917	84130	83671	1 860 224	22,1
61	11,709	974	83212	82725	1 776 553	21,3
62	12,612	1037	82238	81720	1 693 828	20,6
63	13,627	1107	81201	80648	1 612 108	19,9
64	14,759	1182	80094	79503	1 531 461	19,1
65	15,983	1261	78912	78282	1 451 957	18,4
66	17,314	1344	77651	76979	1 373 676	17,7
67	18,806	1435	76307	75589	1 296 697	17,0
68	20,488	1534	74872	74105	1 221 108	16,3
69	22,356	1640	73338	72518	1 147 003	15,6
70	24,368	1747	71698	70824	1 074 485	15,0
71	26,534	1856	69951	69023	1 003 661	14,3
72	28,918	1969	68095	67110	934 638	13,7
73	31,554	2086	66126	65082	867 528	13,1
74	34,443	2206	64039	62936	802 446	12,5
75	37,549	2322	61833	60673	739 509	12,0
76	40,885	2433	59512	58295	678 837	11,4
77	44,529	2542	57079	55808	620 542	10,9
78	48,526	2646	54537	53214	564 734	10,4
79	52,894	2745	51890	50518	511 520	9,9
80 ou mais	1000,000	49146	49146	461002	461 002	9,4

Notas:

N = 1

Q(X, N) = Probabilidades de morte entre as idades exatas X e X+N.

I(X) = Número de sobreviventes à idade exata X.

D(X, N) = Número de óbitos ocorridos entre as idades X e X+N.

L(X, N) = Número de pessoas-anos vividos entre as idades X e X+N.

T(X) = Número de pessoas-anos vividos a partir da idade X.

E(X) = Expectativa de vida à idade X.

O envelhecimento populacional demanda a produção de informações que orientem o planejamento de políticas públicas relacionadas à inserção e à permanência dos idosos no mercado de trabalho, à previdência e à assistência social, à saúde, aos cuidados e à integração social dos idosos. No Brasil, segundo o Estatuto do Idoso, as pessoas com 60 anos ou mais de idade são destinatárias de outros direitos como educação, habitação, alimentação, transporte e acesso à cultura, lazer e esporte. Aprofundar o conhecimento sobre essas e outras dimensões da vida dos idosos, em especial sobre nutrição, cuidados de saúde, avanços médicos, saneamento, educação e bem-estar econômico permite traçar também um panorama dos fatores que contribuem para o envelhecimento individual.

As principais fontes de informação no âmbito do IBGE sobre mercado de trabalho são o Censo Demográfico e a PNAD Contínua³³. Porém, tendo em vista que os censos

³³ Anteriormente, a PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME também constituíam importante fonte de informação sobre mercado de trabalho, mas foram encerradas, em 2015 e 2016, respectivamente.

são conduzidos decenalmente, apenas a PNAD Contínua propicia o monitoramento conjuntural do mercado de trabalho. Conforme as diretrizes do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, os idosos devem ser reconhecidos como agentes efetivos do desenvolvimento econômico e social, o que reforça a importância da análise da participação dos idosos no mercado de trabalho. Nesse sentido, a partir das bases da PNAD Contínua, é possível, aplicando o recorte etário, construir indicadores como população economicamente ativa, emprego, subemprego, ganhos médios, média de horas trabalhadas, estrutura e distribuição salarial para as pessoas com 60 anos ou mais de idade³⁴. Além disso, é possível identificar os idosos que estão fora da força de trabalho³⁵ por motivos relacionados à idade e os que já estão aposentados.

Tanto o Censo Demográfico, quanto a PNAD Contínua, por serem investigações que abarcam uma ampla diversidade de assuntos, propiciam traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos idosos no mercado de trabalho e fora dele, aposentados ou não. Com efeito, os indicadores de trabalho podem ser cruzados com informações sobre características do domicílio, acesso a serviços de saneamento básico, educação, rendimento domiciliar e arranjos familiares, por exemplo. A respeito da composição dos domicílios e dos arranjos familiares, achados recentes apontam para uma correlação positiva entre a proporção de idosos e a proporção de unidades domésticas unipessoais e para o crescimento das famílias com avós e netos (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012).

Além dos trabalhos realizados pelo IBGE, merecem destaque a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ambos do Ministério do Trabalho³⁶. RAIS e CAGED subsidiam a produção de indicadores como saldo de movimentações de empregados formais, distribuição de vínculos formais de trabalho por grupo de atividades econômicas, remuneração média, taxa de sindicalização e taxa de aposentadoria por acidente de trabalho, que permitem o desenho de um panorama mais detalhado do mercado de trabalho com recorte etário. Informações específicas sobre os benefícios previdenciários concedidos à população idosa podem ser obtidas por meio das bases de dados e publicações da Previdência Social, com foco no tipo, na quantidade e nos valores dos benefícios e, além da idade, no sexo e clientela (urbana/rural) dos segurados³⁷.

Sobre o tema da saúde dos idosos, o trabalho do IBGE de maior vulto é a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, realizada em 2013³⁸ e cuja segunda edição será levada a campo em 2018. A pesquisa contou com um módulo específico sobre a saúde das pessoas com 60 anos ou mais de idade, com foco em limitações funcionais e no acesso a serviços de saúde, em especial a cobertura de mamografia para as mulheres³⁹, e a vacinação contra a gripe e o atendimento para catarata.

³⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o capítulo **Indicadores de trabalho** da publicação *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais* (SIMÕES; FRESNEDA, 2016): <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>.

³⁵ Os idosos que estão fora da força de trabalho são aqueles que, além de não estarem ocupados, não tomaram providência para conseguir trabalho e/ou não poderiam começar a trabalhar na semana de referência.

³⁶ Para informações mais detalhadas sobre os sistemas administrativos do Ministério do Trabalho, consultar: <<http://pdet.mte.gov.br/>>.

³⁷ Para informações mais detalhadas sobre as estatísticas da Previdência Social, consultar: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>.

³⁸ Antes da primeira edição da PNS, a PNAD investigou o tema saúde em suplementos especiais (1981, 1998, 2003 e 2008), mas não houve questões que abordassem especificamente a saúde dos idosos. É possível, porém, desagregar as informações coletadas pela PNAD por grupos etários, sendo um dos recortes possíveis a população com 60 anos ou mais de idade.

³⁹ No caso da cobertura de mamografia para as mulheres, o grupo etário investigado foi ampliado para 50 anos ou mais de idade.

Com relação às limitações funcionais, perguntou-se aos idosos o grau de dificuldade que tinham para realizar sozinho atividades de vida diária – comer, tomar banho, ir ao banheiro, se vestir, andar em casa, deitar ou levantar da cama, sentar ou levantar da cadeira – e atividades instrumentais de vida diária – fazer compras, administrar finanças, tomar remédios e sair de casa. Com as informações obtidas, foram construídos os indicadores “proporção de pessoas com limitação funcional para realizar atividade de vida diária” e “proporção de pessoas com limitação funcional para realizar atividade instrumental de vida diária”, considerando como pessoa com limitação funcional quem respondeu “não consegue” ou “tem muita dificuldade” a pelo menos uma questão sobre atividade de vida diária ou atividade instrumental de vida diária, respectivamente.

No contexto das limitações funcionais, a PNS endereçou também a questão dos cuidados, perguntando aos idosos se recebiam a ajuda da qual necessitavam para a realização daquelas atividades e de quem recebiam essa ajuda. A pesquisa tratou ainda da autonomia e da independência dos idosos por meio de sua inserção social, perguntando sobre sua participação em atividades sociais organizadas, como clubes, grupos comunitários ou religiosos, centros de convivência, entre outros⁴⁰.

O Ministério da Saúde é outro importante produtor de estatísticas sobre saúde dos idosos. O já mencionado SIM é o sistema de informações de saúde mais antigo do Brasil, implantado em 1975. A porta de entrada no SIM são as declarações de óbito, distribuídas e coletadas das unidades notificadoras – estabelecimentos de saúde, institutos médicos legais, serviços de verificação de óbitos e cartórios de registro civil – pelas secretarias municipais de saúde, responsáveis também por um primeiro processamento dos dados. As secretarias estaduais de saúde, por sua vez, consolidam os dados remetidos pelos municípios e enviam-nos para a Secretaria de Vigilância à Saúde, do Ministério da Saúde, atribuída da gestão do sistema nacional. O SIM permite obter uma ampla diversidade de informações sobre a mortalidade dos idosos, a partir do cruzamento da idade com características como sexo, cor ou raça, escolaridade, estado civil, local de ocorrência e causa da morte (segundo a Classificação Internacional de Doenças - CID.10).

O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS fornece ainda estatísticas sobre imunizações, vigilância alimentar e nutricional e casos de doenças, dentre as quais AIDS, hanseníase, tuberculose, hipertensão, diabetes, câncer de colo do útero e de mama. Merecem menção também as estatísticas sobre beneficiários da saúde suplementar produzidas no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS⁴¹. Todas essas informações são passíveis de enfoque nos idosos a partir das desagregações por idade. Porém, vale ressaltar que, como todas as estatísticas provenientes de registros administrativos, alcançam apenas a população usuária dos serviços de saúde.

⁴⁰ Em parceria com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, na 16ª e na 17ª edição do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP, ambas em 2005, foram conduzidas investigações sobre a população idosa. Na primeira oportunidade, foram levantadas informações sobre a capacidade funcional dos idosos e o tipo de auxílio necessário e ofertado para o desempenho das atividades diárias; e, na segunda, informações sobre a participação e a valorização do idoso. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-cdhp>>.

⁴¹ Para informações mais detalhadas sobre as estatísticas produzidas no escopo do Ministério da Saúde, consultar: <<http://datasus.saude.gov.br/>>.

A assistência social também é objeto das pesquisas do IBGE. Há duas frentes principais de investigação: na seara da rede privada, a Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos - PEAS e, na seara da administração pública, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, em conjunto com a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC.

A PEAS, em suas duas edições, de 2006 e 2013⁴², identificou as entidades de assistência social privadas que atendiam pessoas com 60 anos ou mais de idade, permitindo apontar como elas se distribuíam entre as Unidades da Federação. Além disso, em 2006, a PEAS perguntou como as entidades se definiam e “asilo” – atendimento em regime de internato ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social – foi a quarta resposta mais recorrente (AS ENTIDADES..., 2007). Já a segunda edição da pesquisa perguntou sobre o tipo de serviço desempenhado pelas entidades, identificando aquelas que tinham os idosos como público-alvo específico, ou seja, que prestavam os serviços de proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias ou de proteção básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

A MUNIC e a ESTADIC investigam a prestação de serviços de assistência social no plano das administrações públicas municipais e estaduais, pois são pesquisas que tem como objetivo a coleta e a análise de informações sobre a estrutura e o funcionamento das instituições dos municípios e estados brasileiros, respectivamente. A MUNIC contou com um Suplemento de Assistência Social nos anos de 2013, 2009 e 2005, enquanto a ESTADIC no ano de 2012, e ambas as pesquisas frequentemente investigam informações gerais sobre o setor em seu questionário básico. Dentre outros aspectos, as pesquisas já apuraram a oferta de serviços de assistência social para os idosos em cinco modalidades: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos; serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; serviço especializado para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; serviço de acolhimento institucional para idosos; e serviço de acolhimento em república para idosos (PERFIL..., 2013a, 2013b).

Além da assistência social, MUNIC e ESTADIC, em suas diversas edições⁴³, investigaram a presença e o funcionamento de órgãos, políticas e serviços públicos nos municípios e estados atuantes em relação aos idosos. Por meio dessas pesquisas pode-se, então, verificar a instituição, a composição e a atividade de conselhos municipais e estaduais de direitos dos idosos; a existência de isenção nas tarifas dos ônibus municipais para as pessoas com 60 anos ou mais de idade; a execução de programas ou ações de geração de trabalho e renda para idosos; a presença de delegacia, centros integrados de prevenção à violência, núcleo na defensoria pública e juizado especial direcionados especificamente ao atendimento e à proteção do idoso; se o órgão gestor municipal dos direitos humanos era responsável por executar programas e ações para idosos e se existia no município política ou programa específico para esse grupo etário; e, ainda, se o órgão gestor da política de gênero executava políticas específicas para as mulheres idosas.

⁴² A segunda edição da PEAS realizou-se em duas etapas: a primeira contou com informações referentes a 2013 e divulgação de resultados em 2014; a segunda, com informações coletadas entre 2014 e 2015 e divulgação de resultados em 2015.

⁴³ A primeira edição da MUNIC foi realizada em 1999, e a primeira edição da ESTADIC, em 2012.

Embora não constitua uma fonte primária de informações, a publicação *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* também é uma importante referência da produção de indicadores sociais sobre idosos. Trata-se de uma publicação cuja proposta é apresentar análises mais aprofundadas sobre os resultados das pesquisas do IBGE, especialmente os censos demográficos e as pesquisas domiciliares, em cotejo com dados de outras fontes, como registros administrativos de órgãos governamentais. Assim, tendo como um de seus eixos de análise o recorte de grupos etários, a Síntese apresenta características sociodemográficas e condições de vida dos idosos. Esse trabalho de conjugar e direcionar uma vasta gama de fontes para o tema dos idosos fornece um olhar sobre a heterogeneidade dessa população. Assim, além de comparações entre os idosos e a população em geral, são traçadas comparações dentro do grupo das pessoas com 60 anos ou mais de idade, em função de aspectos como sexo, cor ou raça, situação do domicílio, deficiência, entre outros.

A análise sobre os idosos já apareceu nas diversas edições da Síntese, tanto como capítulo próprio, intitulado “Idosos”, como em seção nos capítulos “Aspectos Demográficos”, “Grupos Sociodemográficos” e “Grupos Populacionais Específicos”, quanto ao longo do texto de outros capítulos. Desse modo, a Síntese serve como fonte de consulta para diversos indicadores como os que foram divulgados na edição de 2016: nível de ocupação dos idosos; média de anos de estudo; idade de ingresso no mercado de trabalho; proporção de idosos residentes em domicílios com rampa para cadeirantes, calçadas, pavimentação e arborização no entorno; proporção de idosos que procuraram atendimento de saúde e conseguiram atendimento na primeira vez que procuraram; proporção de idosos que conseguiram obter todos os medicamentos receitados no último serviço de saúde; proporção de idosos que já se sentiram discriminados no serviço de saúde.

A série do IBGE Estudos e Análises dedicou um de seus cinco volumes já publicados ao tema do envelhecimento. Intitulada *Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população* (SIMÕES, 2016), a obra apresenta abordagens sobre a transição da fecundidade e analisa o caso brasileiro com foco na evolução da fecundidade e seus impactos – e da mortalidade – na dinâmica da população, inclusive recorrendo à comparação com a experiência de países desenvolvidos. Reflete ainda sobre possíveis relações entre transformações socioeconômicas observadas e a execução de políticas públicas com a trajetória demográfica brasileira no Século XX, em especial o crescimento populacional, a urbanização e as transformações na estrutura etária. O diagnóstico do envelhecimento é acompanhado ainda de uma reflexão sobre suas implicações nas políticas públicas, em especial as da área da saúde.

Diante de todo o exposto, em que pese o IBGE não conduzir pesquisa exclusiva sobre o envelhecimento e a população idosa, é possível afirmar que o conjunto dos trabalhos do Instituto permite em alguma medida atender às agendas internacionais que contemplam os idosos, em especial ao Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento no que tange aos indicadores do conjunto mínimo de acompanhamento do Plano.

Considerações finais: temas relevantes não aprofundados pelo IBGE

Entre os conjuntos de indicadores apresentados no tópico **Recomendações internacionais**, o arcabouço sugerido sobre estatísticas relacionadas ao envelhecimento no manual da UNECE *Recommendations on ageing-related statistics: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics* (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2016) apresentou uma estrutura de domínios, tópicos e indicadores mais abrangente que os demais – indicadores mínimos do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento. Por tal motivo, mesmo que no manual da UNECE alguns tópicos não tenham indicadores propostos e que certos indicadores sugeridos não tenham metodologia desenvolvida, este conjunto de indicadores foi considerado nesta seção para destacar temas relevantes associados ao envelhecimento que não foram abordados ou aprofundados nas pesquisas e publicações do IBGE.

No tema aspectos demográficos, os indicadores recomendados podem ser produzidos e sistematizados tendo como fonte de dados as projeções populacionais, as tábuas de mortalidade observadas e projetadas, assim como pesquisas domiciliares com quesitos sobre diversidade, distribuição urbana/rural e arranjos de vida. É importante estar atento ao grau de desagregação dos indicadores: no conjunto mínimo de indicadores de acompanhamento do Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento, a desagregação recomendada foi por sexo e grupos de idade de cinco anos, não sendo definido o intervalo etário aberto; o manual da UNECE, por sua vez, sugere desagregação por sexo e grupos etários de cinco anos, começando aos 55 anos até 85 anos de idade. É reconhecido que, em algumas pesquisas e para alguns indicadores, questões relacionadas à amostragem, não resposta ou pequeno número de casos podem tornar impossível a produção de estatísticas para grupos etários de cinco anos. Neste caso, os indicadores devem estar disponíveis para grupos etários de 10 anos, no mínimo, segundo o manual da UNECE. Desta forma, apesar da tendência ao aumento do volume e proporção de idosos na população, é preciso avaliar a confiabilidade dos dados quando se desagrega este público, por sexo e grupos de idade, nas diferentes variáveis e indicadores de interesse.

Para o tema vida de trabalho mais longa, não foram sugeridos, no manual da UNECE, indicadores relacionados aos seguintes tópicos: equilíbrio entre vida profissional e familiar, transição flexível para aposentadoria e incentivos a trabalhar mais tempo⁴⁴. Estes tópicos são fundamentais quando se considera a relação entre pessoas idosas e desenvolvimento, eixo considerado prioritário na Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em que se considera que os idosos sejam agentes da mudança, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, não havia metodologia desenvolvida para o indicador associado à discriminação no mercado de trabalho, embora essa questão tenha sido investigada na publicação *Active ageing*

⁴⁴ Apesar de não haver indicadores sugeridos sobre transição flexível para aposentadoria no manual da UNECE, levantou-se, no tópico **Experiências internacionais**, que Argentina, Canadá e União Europeia possuem indicadores relacionados a este tema. Algumas questões a serem investigadas, mas que não possuem metodologia internacional definida, estão relacionadas aos motivos para aposentadoria e planejamentos futuros. Para informações mais detalhadas, consultar o referido tópico.

and solidarity between generations: a statistical portrait of the European Union 2012, do EUROSTAT. Como mencionado na seção anterior, que tratou da produção de indicadores sobre envelhecimento e a população idosa pelo IBGE, a PNAD Contínua é uma pesquisa que contempla diversos indicadores colocados neste tema, apesar de haver lacunas nos temas sobre transição flexível para aposentadoria e incentivos a trabalhar mais tempo.

Nos domínios do tema inclusão social e bem-estar subjetivo dos idosos, o que trata da segurança financeira é o que teria maior disponibilidade de dados no País, apesar de a informação não ser sistematizada e divulgada regularmente para este público. O domínio que trata da inclusão e exclusão social tem poucos indicadores com metodologia disponível (acesso à Internet, vida independente, unidade doméstica unipessoal e participação em atividades de reunião de sindicato, partido político ou grupo político), sendo que o indicador sobre participação em atividades políticas não é coletado de forma regular nas pesquisas do IBGE. A realização de pesquisa sobre uso do tempo seria importante para suprir informações sobre atividades de lazer, assim como sobre conciliação entre vida familiar e profissional, disponibilidade de transporte, realização de atividades com outros moradores do domicílio e com pessoas de fora do domicílio, atividades de socialização, entre outros temas. Com relação ao domínio bem-estar subjetivo seria necessário acordar a metodologia de construção dos indicadores. Apesar de muitos indicadores e tópicos estarem colocados como nível 3⁴⁵ no manual da UNECE, já existem iniciativas que abordam o tema, como apontado no tópico **Experiências internacionais**⁴⁶, mas não há uma sistematização da metodologia a ser adotada para estes indicadores.

O tema saúde e independência de idosos é bastante abrangente, com cinco domínios. No domínio sobre estado de saúde, mesmo dispondo de informações sobre estado de saúde auto-declarado, morbidade crônica e limitações nas atividades, o IBGE não sistematizou o indicador sobre esperança de vida saudável⁴⁷ do tópico sobre bem-estar físico. Quando se consideram os indicadores sobre bem-estar mental, emocional ou social, nota-se ou a limitação de metodologia consolidada para estimativa destes ou que os indicadores não estão disponíveis nas pesquisas realizadas pelo IBGE. Os temas associados aos domínios riscos e comportamentos de saúde, doença e deficiência, necessidades de saúde e assistência social e acesso a serviços foram de alguma forma contemplados na PNS, conduzida pelo IBGE⁴⁸. Ainda assim, seria necessário analisar a metodologia e metadados para verificar se é possível promover a comparabilidade internacional destes indicadores. No domínio sobre vida independente, os tópicos

⁴⁵ Indicadores para os quais os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos e que não são produzidos regularmente pelos países.

⁴⁶ A EU-SILC, do EUROSTAT, abordou alguns dos temas do domínio inclusão social e bem-estar subjetivo dos idosos, especialmente aqueles relacionados à segurança financeira. Este assunto também foi explorado em *Active ageing and solidarity between generations: a statistical portrait of the European Union 2012*, que investigou outros temas como: grau de felicidade, indicador de segurança (quão seguro se sente andando sozinho no escuro), discriminação, atividades de lazer, e acesso à Internet. A ENCaViAM, do INDEC, investigou discriminação em diferentes ambientes, atividades de lazer, satisfação com a vida, dentre outros. E o suplemento Canadian Community Health Survey - Healthy Aging, do Statcan, também apresentou indicadores relacionados ao bem-estar e participação social (atividades de lazer e disponibilidade de transporte, dentre outros). Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o tópico **Experiências internacionais**.

⁴⁷ Tradução do inglês *healthy life years*, corresponde ao número de anos esperado que uma pessoa deve viver em condições saudáveis. Para informações detalhadas sobre o indicador esperança de vida saudável, do EUROSTAT, consultar: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Healthy_life_years_statistics#Data_sources_and_availability>.

⁴⁸ Para informações detalhadas sobre quesitos e temas abordados na Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, consultar o tópico **A produção de indicadores sobre envelhecimento e a população idosa pelo IBGE**.

propostos – especialmente associados a acessibilidade, a cuidados formais e informais e a cuidadores – não tiveram indicadores sugeridos, com exceção da independência residencial. Desta forma, apesar da relevância dos tópicos sobre vida independente dos idosos, o avanço ainda é limitado na proposição, definição e estimativa de indicadores para medir essas necessidades. Alguns esforços na produção de tais indicadores foram do Statcan (Suplemento Healthy Aging), investigando o uso de medicamentos e, mesmo não possuindo metodologia internacional definida, o acesso a cuidados físico, emocional ou mental e social; além de elementos sob cognição e independência residencial, dentre outros. Da mesma maneira, a ENCaViAM explora o indicador de recebimento de cuidados informais por tipo de ajuda recebida e relação com o cuidador.

Os indicadores sobre solidariedade intergeracional que foram recomendados estão classificados entre aqueles em que os padrões internacionais ainda precisam ser desenvolvidos. A solidariedade intergeracional pode ser entendida como a coesão social entre pessoas e grupos pertencentes a diferentes coortes, ligados por uma compreensão compartilhada e mutuamente aceita das obrigações e das expectativas de diferentes gerações, tanto as já nascidas como as que ainda vão nascer (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2016). Este é um conceito complexo e mutável e, depende de uma combinação de fatores culturais, institucionais, econômicos e sociais, que variam ao longo do tempo e do espaço. É importante mencionar que, apesar do tema solidariedade intergeracional estar longe do foco da PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, existem quesitos sobre outras formas de trabalho nesta pesquisa, entre elas o cuidado de moradores do domicílio ou de parentes em outro domicílio e o trabalho voluntário, que podem ser mais explorados como uma aproximação deste tema na perspectiva do envelhecimento populacional. Além disso, mesmo não possuindo metodologia internacional definida, algumas iniciativas sobre este tópico já foram mencionadas no tópico **Experiências internacionais**⁴⁹.

Observou-se que ainda há muito espaço para evolução, tanto em definições metodológicas quanto no levantamento de dados, acerca da produção de indicadores sobre a população idosa, em especial em temas relacionados a interação social entre diferentes gerações, independência dos idosos e bem-estar. Ademais, verificou-se que, em geral, países mais desenvolvidos vivenciam a transição demográfica de uma maneira mais gradual, enquanto países subdesenvolvidos e em desenvolvimento estão passando por essa experiência de forma mais acelerada. Esse fator, como demonstrado por alguns indicadores analisados, merece atenção especial, pois pessoas mais pobres sentem os impactos do envelhecimento de forma mais profunda. Desta forma, é essencial monitorar indicadores de envelhecimento nas diferentes perspectivas temáticas, uma vez que o processo de envelhecimento no Brasil, e em muitos outros países, é um processo que ficará ainda mais forte e com potencial para afetar a sociedade nas áreas social e econômica.

⁴⁹ A ENCaViAM produziu indicador da frequência de trabalho voluntário e prestação de cuidados informais (cuidado não remunerado de crianças ou adultos). Dentre os arranjos domiciliares, existe um estudo do Statcan, Diversity of grandparents living with their grandchildren (MILAN; LAFLAMME; WONG, 2015) que aborda exclusivamente esse tema. Produzida pelo EUROSTAT, a publicação *Active ageing and solidarity between generations* abordou questões sobre inclusão e interação com outras gerações, porém com a opinião dos entrevistados acerca destas questões, e não propriamente com a produção do indicador recomendado. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o tópico **Experiências internacionais**.

Referências

ACTIVE ageing and solidarity between generations: a statistical portrait of the European Union 2012. Luxembourg: European Union, 2011. 141 p. (Statistical books). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5740649/KS-EP-11-001-EN.PDF/1f0b25f8-3c86-4f40-9376-c737b54c5fcf>>. Acesso em: jan. 2018.

AGEING in the Escwa region: third review and appraisal of the Madrid international plan of action on ageing 2017. Beirute: United Nations Economic and Social Commission for Western Asia - UN-Escwa, 2017. 58 p. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/ageing/wp-content/uploads/sites/24/2017/02/escwa-mipaa-report2017.pdf>>. Acesso em: jan. 2018 .

AGEING in the twenty-first century: a celebration and a challenge. New York: United Nations Population Fund -UNFPA; London: HelpAge International, 2012. 190 p. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/publications/ageing-twenty-first-century>>. Acesso em: jan. 2018.

ATLAS do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 156 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/atlas/tematicos/16361-atlas-do-censo-demografico.html?&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 132, n. 3, 5 jan. 1994. Seção 1, p. 77-79. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 140, n. 192, 3 out. 2003. Seção 1, p. 1-6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: jan. 2018.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2004. 594 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CANADIAN community health survey - CCHS: healthy aging questionnaire. Ottawa: Statistics Canada, 2010. 208 p. Disponível em: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p3Instr.pl?Function=getInstrumentList&Item_Id=53430&UL=1V>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 197 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/2098-np-censo-demografico/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=14881&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL INTERGUBERNAMENTAL SOBRE ENVEJECIMIENTO Y DERECHOS DE LAS PERSONAS MAYORES EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 4., 2017, Asunción. *Derechos de las personas mayores: retos para la interdependencia y autonomía*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2017. 173 p. Disponível em: <<https://conferenciaenvejecimiento.cepal.org/4/es/documentos/derechos-personas-mayores-retos-la-interdependencia-autonomia>>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 2013, Montevideo. *Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2013. 38 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/eventos/primer-reunion-la-conferencia-regional-poblacion-desarrollo-uruguay-2013>>. Acesso em: jan. 2018.

DISABILITY, ageing and carers, Australia: summary of findings, 2015. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2016. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Latestproducts/4430.0Main%20Features12015?opendocument&tabname=Summary&prodno=4430.0&issue=2015&num=&view=>>. Acesso em: jan. 2018.

DUGAROVA, E. *Ageing, older persons and the 2030 agenda for sustainable development*. Supervisão de Rosemary Kalapurakal, com participações e contribuições de Pedro Conceição e outros. New York: United Nations Development Programme - UNDP; London: HelpAge International; Washington, DC: AARP Real Possibilities, 2017. 26 p. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/ageing--older-persons-and-the-2030-agenda-for-sustainable-development.html>>. Acesso em: jan. 2018.

ENCUESTA nacional sobre calidad de vida de adultos mayores 2012 - ENCaViAM: principales resultados. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - Indec, 2014. 70 p. (Serie estudios Indec, n. 46). Disponível em: <<http://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/sociedad/encaviam.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

AS ENTIDADES de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 112 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9021-as-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=10580&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

AS ENTIDADES de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2013: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 71 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9021-as-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=10579&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

GOOD health adds life to years: global brief for world health day 2012. Geneva: World Health Organization - WHO, 2012. 26 p. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/publications/whd2012_global_brief/en/>. Acesso em: jan. 2018.

INDICADORES sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 149 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 28). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9758&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

INFORME de avance del grupo de trabajo ad hoc encargado de elaborar una propuesta de indicadores para el seguimiento regional del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2016. 48 p. Documento apresentado na Tercera Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, realizada em Santiago de Chile, out. 2016. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/3mes/documentos>>. Acesso em: jan. 2018.

MILAN, A.; LAFLAMME, N.; WONG, I. *Diversity of grandparents living with their grandchildren*. Ottawa: Statistics Canada, 2015. 17 p. (Insights on Canadian society). Disponível em: <<http://www.publications.gc.ca/site/eng/9.802642/publication.html>>. Acesso em: jan. 2018.

MILAN, A.; VÉZINA, M. Senior women. In: *WOMEN in Canada: a gender-based statistical report*. 6th ed. Ottawa: Statistics Canada, 2011. p. 319-353. Disponível em: <<https://www.statcan.gc.ca/pub/89-503-x/89-503-x2010001-eng.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

PEOPLE in the EU: who are we and how do we live?. Luxembourg: European Union, 2015. 175 p. (Statistical books). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/7089681/KS-04-15-567-EN-N.pdf/8b2459fe-0e4e-4bb7-bca7-7522999c3bfd>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. 264 p. Acima do título: Pesquisa de informações básicas estaduais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protecao-social/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=18174&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos municípios brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 283 p. Acima do título: Pesquisa de informações básicas municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/financas-publicas/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=18195&t=destaques>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 88 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol3/default.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: questionário dos moradores do domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, [2013]. 52 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2962.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PLANO de ação internacional para o envelhecimento. Tradução de Arlene Santos. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, 2003. 86 p. Este Plano foi o resultado da II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada em Madri, em 2002. Tradução de: *Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el Envejecimiento*, 2002. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

A PORTRAIT of the population aged 85 and older in 2016 in Canada: census of population, 2016. Ottawa: Statistics Canada, 2010. 10 p. (Census in brief). Disponível em: <<http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/as-sa/98-200-x/2016004/98-200-x2016004-eng.cfm>>. Acesso em: jan. 2018.

RANTANEN, T. et al. Handgrip strength and cause-specific and total mortality in older disabled women: exploring the mechanism. *Journal of the American Geriatrics Society*, New York: American Geriatrics Society - AGS, v. 51, n. 5, p. 636-641, May 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Indenização por dano moral e material*: Apelação Cível n. 0236053-76.2009.8.19.0001. Apelantes: Município do Rio de Janeiro, Ana Célia da Silva dos Santos e Alexandre da Silva dos Santos. Apelados: os mesmos. Relator: Desembargador Pedro Freire Raguenet. Razões dos apelados pela advogada

Renata Fernanda Pinheiro da Cruz. Rio de Janeiro, 2015. 10 p. Disponível em: <<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004865F13D605CAA58C8D219D27065392A2C5042F450904>>. Acesso em: jan. 2018.

SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (Org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 184 p. Acompanha 1 CD-ROM. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SIMÕES, C. C. da S. *Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 113 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 4). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 139 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

TÁBUA completa de mortalidade para o Brasil 2015: breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 23 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?edicao=9176&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: jan. 2018.

TÁBUAS abreviadas de mortalidade por sexo e idade 2010: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 114 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9125-tabuas-abreviadas-de-mortalidade.html?&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Guidelines for review and appraisal of the Madrid international plan of action on ageing: bottom-up participatory approach. New York, 2006. 96 p. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/ageing/publications/2015/08/guidelines-for-review-and-appraisal-of-the-mipaa-bottom-up-participatory-approach/>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *The Madrid international plan of action on ageing: guiding framework and toolkit for practitioners and policy makers*. New York, 2008a. 69 p. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/ageing/madrid-plan-of-action-and-its-implementation/technical-cooperation-mipaa.html>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. *First review and appraisal of the Madrid international plan of action on ageing: preliminary assessment*. New York, 2008b. 18 p. Relatório apresentado na 46ª sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social das Nações Unidas, Nova Iorque, em 6-15 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/ageing/first-review-and-appraisal.html>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Implementation of the international plan of action on ageing and related activities*. New York, 1991. Adotada pela Resolução 46/91 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1991. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/46/a46r091.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Recommendations on ageing-related statistics: prepared by the Task Force on Ageing-related Statistics*. Geneva: Unece, 2016. 91 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/index.php?id=44983>>. Acesso em: jan. 2018.

WILMOTH, J. R.; HORIUCHI, S. Rectangularization revisited: variability of age at death within human populations. *Demography*, Silver Spring: Population Association of America - PAA; New York: Springer, v. 36, n. 4, p. 475-495, Nov. 1999. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/12697545_Rectangularization_Revisited_Variability_of_Age_at_Death_within_Human_Populations>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 1., 1982, Vienna. *Report of the world assembly on ageing*. New York: United Nations, 1982. 101 p. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/ageing/documents/Resources/VIPEE-English.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD ASSEMBLY ON AGEING, 2., 2002, Madrid. *Report on second world assembly on ageing*. New York: United Nations, 2002. 73 p. Disponível em: <<http://www.un.org/swaa2002/documents.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Proposed working definition of an older person in Africa for the MDS project*. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>> Acesso em: jan. 2018.

WORLD population ageing 2015. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2015a. 149 p. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/ageing/WPA2015.shtml>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD population prospects: the 2017 revision: key findings and advance tables. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2017. 46 p. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD report on ageing and health. Geneva: World Health Organization - WHO, 2015b. 246 p. Disponível em: <<http://www.who.int/ageing/publications/world-report-2015/en/>>. Acesso em: jan. 2018.

Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência - ontem, hoje e amanhã

Luanda Botelho*
Karina Porciúncula**

Introdução

A produção de indicadores sobre pessoa com deficiência figura nas resoluções dos organismos internacionais de estatística desde o Século XIX. No entanto, ainda hoje se travam discussões sobre quem é pessoa com deficiência e como mensurar a deficiência para fins estatísticos, tamanha a complexidade da questão. Uma complexidade que transcende o campo estatístico, pois reflete o modo como a sociedade se relaciona com as pessoas com deficiência, o que se materializa também em como são denominadas¹, no tratamento dispensado pela legislação e pelas políticas públicas e até na forma como são retratadas pelas artes (BARROS, 2015). Assim, a sociedade evolui e com ela evolui também a produção de informações.

A História de civilizações europeias mostra-nos que, na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram submetidas ao abandono e até ao sacrifício. A Lei das XII Tábuas, importante fonte de Direito Romano, por exemplo, autorizava o pai a matar os filhos “disformes” (*deformitatem* – Tábua IV, número II). Durante a Idade Média, a expansão do Cristianismo difundiu a crença de que as pessoas com deficiência também eram filhas de Deus, abrindo espaço para a doutrina da caridade, que levou à criação dos primeiros asilos para esses indivíduos. De todo modo, as ideias religiosas do castigo, do milagre, da purificação e da redenção cercavam as pessoas com deficiência, sujeitando-as à exclusão e à morte para a limpeza dos pecados (GUGEL, 2007). Na Bíblia, encontram-se referências a pessoas com “defeito” e “deformidade” (Levítico 21).

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Estagiária da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

¹ Ao longo do texto, apresentam-se as nomenclaturas utilizadas, em diferentes momentos da História, em leis, classificações e instrumentos de pesquisa, inclusive citando os termos na língua original. Porém, quando o próprio texto fizer referência à temática, aos indicadores e ao indivíduo “pessoa com deficiência”, prefere-se recorrer apenas a essa expressão consolidada nos documentos contemporâneos.

Alguns eventos históricos contribuíram para criar um cenário favorável para uma nova forma de enxergar as pessoas com deficiência. Ao período renascentista atribuiu-se a ascensão de uma filosofia humanista que enfatizava a dignidade do homem e realizações científicas, particularmente no campo da anatomia e da medicina (BURNS; LERNER; MEACHAM, 2005). O Iluminismo, caracterizado por uma profunda convicção na razão humana e em seus poderes, pela valorização do homem enquanto sujeito e dono de seu destino, influenciou eventos como a Revolução Francesa, culminando na primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789 (FORTES, 1993). A Declaração, embora não contemplasse as pessoas com deficiência diretamente, representou um importante marco na consagração dos direitos humanos, que vieram a proteger esse grupo em momento posterior. Por esse caminho, foi surgindo uma nova ótica sobre a deficiência, encarada como um fenômeno biomédico, tratável. Despontaram, nesse cenário, hospitais com tratamentos mais humanizados para pessoas com doenças mentais, técnicas de ensino e códigos para a comunicação para as pessoas surdas e cegas e uma série de instrumentos de apoio motor, como cadeiras de rodas e próteses (GUGEL, 2007).

Embora sejam consideráveis os avanços na relação da sociedade com as pessoas com deficiência ao longo da História, também é verdade que se adentrou o Século XX com uma visão pejorativa da deficiência ainda bastante arraigada. Se por um lado o modelo biomédico afastou a pessoa com deficiência das concepções religiosas, por outro, “o corpo deficiente passou a ser catalogado como uma variação indesejada e patológica do corpo considerado normal” (SANTOS, 2010, p. 118). Não à toa, importantes instrumentos normativos da primeira metade do século faziam referência tão somente à segurança social das pessoas com deficiência, sem cogitá-las como indivíduos aptos a estudar, trabalhar e exercer efetivamente a sua cidadania. É o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU em 1948, e, entre nós, da Constituição Federal de 1934, de 1937 e de 1946, em que constavam apenas o amparo aos “desvalidos” e aposentadoria por “invalidez”.

Foi na segunda metade do Século XX, em especial após a II Guerra Mundial e ao longo da Guerra do Vietnã, que os olhos da sociedade internacional se voltaram, não só para o tratamento, mas para a reabilitação e a integração social das pessoas com deficiência. Afinal, eram então heróis de guerra que exigiam direitos básicos de suas pátrias (BONFIM, 2010). Nesse contexto, as pessoas com deficiência apareceram como sujeitos de direitos na Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental (Declaration on the Rights of Mentally Retarded Persons), de 1971, e na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Declaration on the Rights of Disabled Persons), de 1975, ambas proclamadas pela Assembleia Geral da ONU. As Convenções contemplaram, além de tratamento médico e psicológico adequados, o respeito e a proteção contra qualquer tratamento discriminatório, os direitos civis e políticos concedidos aos demais cidadãos, a participação social, educação e trabalho, entre outros direitos.

Nesse passo, a ONU declarou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (International Year of Disabled Persons) e lançou, no ano seguinte, o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (World Programme of Action concerning Disabled Persons), que trouxe metas concretas para a Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes (United Nations Decade of Disabled Persons),

1983-1992. O Programa reconheceu a importância das estatísticas sobre pessoa com deficiência para o planejamento, implantação e monitoramento de políticas com esse público-alvo, convocando a Divisão de Estatísticas da ONU (United Nations Statistics Division - UNSD), agências especializadas e comissões regionais a prepararem manuais técnicos com recomendações para a produção dessas estatísticas e a cooperarem especialmente com os países em desenvolvimento para a consolidação de um sistema de coleta de dados sobre deficiências. Respondendo a essas demandas, a ONU desenvolveu relatórios e outros instrumentos com vistas a orientar a produção nacional de estatísticas sobre pessoa com deficiência e a propiciar a comparabilidade internacional das informações. Desde então, a temática vem recebendo maior atenção dos institutos oficiais de estatística em todos os continentes.

O foco do presente capítulo recai sobre a produção de estatísticas sobre pessoa com deficiência, em especial sobre a construção de indicadores que objetivam identificar deficiências, mas sem esquecer a influência da evolução social sobre essa construção. Nessa seara, procuramos apontar, primeiramente, os principais marcos da definição e da classificação da pessoa com deficiência a partir da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Em seguida, elencamos as mais relevantes recomendações internacionais para a construção de indicadores e experiências atuais de outros países neste campo. Já a experiência do Brasil, especificamente o trabalho realizado pelo IBGE, também é apresentada, contemplando uma perspectiva histórica. Por fim, pretendemos apontar perspectivas que despontam para uma produção mais ampla de indicadores sobre pessoa com deficiência.

A definição e a classificação da pessoa com deficiência – da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aos dias atuais

O modelo biomédico da pessoa com deficiência

A relação da sociedade com as pessoas com deficiência evoluiu ao longo do tempo e com ela a forma como esses indivíduos são definidos e classificados para as mais diversas finalidades. Ultrapassadas as explicações religiosas, urge compreender o modelo biomédico que passou a nortear a concepção da pessoa com deficiência. Segundo esse modelo, fatores genéticos, embriológicos, doenças, acidentes e o envelhecimento resultam em impedimentos físicos, mentais e sensoriais, que devem ser medicamente tratados ou curados e, não sendo possível, educados para o convívio em sociedade. Por essa linha de raciocínio:

Um corpo com impedimentos deve ser objeto de intervenção dos saberes biomédicos. Os impedimentos são classificados pela ordem médica, que descreve as lesões e as doenças como desvantagens naturais e indesejadas. Práticas de reabilitação ou curativas são oferecidas e até mesmo impostas aos corpos, com o intuito de reverter ou atenuar os sinais da anormalidade. Quanto mais fiel o simulacro da normalidade, maior o sucesso da medicalização dos impedimentos. Na ausência de possibilidades biomédicas, as práticas educacionais compõem outro universo de docilização dos corpos: a controvérsia sobre práticas oralistas ou manualistas para crianças surdas é um exemplo de como diferentes narrativas disputam a resposta sobre como os surdos devem habitar sociedades não bilíngues (BARBOSA, DINIZ, SANTOS, 2010, p. 101-102).

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975, avançou ao situar a questão da pessoa com deficiência no âmbito dos direitos humanos. Assim, elencou como direitos desses indivíduos não apenas aqueles relacionados à saúde, previdência e assistência social, mas também direitos civis, políticos e sociais que as posicionavam, pelo menos em tese, como sujeitos ativos e aptos a integrar e participar da vida em sociedade. Porém, a influência do modelo biomédico ainda se fez clara na forma como a Declaração definiu as pessoas com deficiência: “a expressão ‘pessoa deficiente’ designa qualquer pessoa incapaz de satisfazer por si própria, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida normal individual e/ou social, em resultado de deficiência congênita ou não, nas suas faculdades físicas ou mentais” (NAÇÕES UNIDAS, 2004). A própria denominação “pessoa deficiente” (*disabled person*) já denotava que a deficiência constituía a essência do indivíduo e que essa essência o incapacitaria para uma vida dita normal.

Importante marco do modelo biomédico, a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens - CIDID (International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps - ICIDH) foi desenvolvida ao longo da década de 1970 e publicada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization-WHO) em 1980. A CIDID surgiu como uma ferramenta para a classificação de consequências de doenças, lesões e outras desordens e das implicações dessas consequências na vida das pessoas. Por meio da CIDID, consolidaram-se três dimensões na abordagem da deficiência: deficiências (*impairments*), incapacidades (*disabilities*) e desvantagens (*handicaps*). A Classificação estabelece uma relação de causalidade entre deficiências – decorrentes de doenças, lesões e outras desordens – e as incapacidades, entre as incapacidades e as desvantagens e, ainda, entre as deficiências e as desvantagens, sem o intermédio de uma incapacidade. Essas três dimensões encontram-se definidas no Quadro 1.

Quadro 1 - As três dimensões da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens – CIDID

Deficiência (*impairment*) é qualquer perda ou anormalidade de estruturas ou funções psicológicas ou anatômicas;

Incapacidade (*disability*) é qualquer restrição ou falta de capacidade, decorrente de um impedimento, para realizar uma atividade de maneira considerada normal para um ser humano;

Desvantagem (*handicap*) para um determinado indivíduo resulta de uma deficiência ou uma incapacidade, limitando ou impedindo o preenchimento de um papel considerado normal para aquele indivíduo (dependendo da idade, sexo e fatores sociais e culturais).

Fonte: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Guidelines and principles for the development of disability statistics*. New York, 2001. 182 p. (Statistics on special population groups. Series Y, n. 10). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesY/SeriesY_10e.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: Tradução nossa.

A esta altura, cabe destacar um importante problema nas investigações sobre as pessoas com deficiência no Brasil, constituído pelas limitações na tradução oficial de documentos médicos e jurídicos. Ora, o termo “deficiência” aparece como tradução de *disability* na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, mas como tradução de *impairment* na CIDID, enquanto “incapacidade” como tradução de *disability* na CIDID. Para tentar elucidar a diferença entre *impairments* e *disabilities*, muitos estudiosos especialistas no tema, como Barbosa, Diniz e Santos (2010), passaram a utilizar a expressão “impedimentos” na tradução de *impairments*, contudo, não apenas o linguajar comum, como também pesquisas sobre pessoas com deficiência padecem de falta de clareza com relação ao uso dos diferentes termos. De todo modo, seja como sinônimo de impedimento, seja como sinônimo de incapacidade, a deficiência, no modelo biomédico, era vista como decorrente de características intrínsecas aos indivíduos.

Com o passar do tempo, a CIDID, além de uma ferramenta clínica, tornou-se importante instrumento de política social e estatístico, orientando a coleta e o registro de dados sobre pessoa com deficiência. O Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, de 1982, apropriou-se dos conceitos da CIDID, associando a cada um deles um de seus principais objetivos. Assim, a prevenção direcionaria medidas para evitar a ocorrência das deficiências (ou impedimentos, como preferem os especialistas) e que uma deficiência/impedimento existente pudesse gerar sequelas físicas, psicológicas ou sociais. A reabilitação seria voltada a reduzir incapacidades da pessoa com deficiências/impedimentos, compensando uma perda ou limitação funcional por meio de instrumentos de auxílio, por exemplo. Por fim, a equalização de oportunidades deveria reduzir as desvantagens, promovendo a acessibilidade e o acesso à habitação, transporte, educação, trabalho e outros meios sociais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 introduziu a expressão “portadores de deficiência”, que remetia à deficiência como um atributo desses indivíduos. Gestada em um cenário de ampla participação da sociedade civil, que levou o texto constitucional a contemplar interesses dos mais diversos setores (VIANNA, 2008), consagrou no plano normativo a integração social da pessoa com deficiência, abarcando muitos direitos para além dos decorrentes da seguridade social já previstos nas constituições anteriores. Com efeito, a Constituição de 1988 proibiu qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão ao trabalho; previu a reserva de vagas em cargos e empregos públicos; elencou como dever do Estado a oferta de atendimento educacional especializado; e determinou que a lei dispusesse sobre acessibilidade nos equipamentos urbanísticos e no transporte público. O texto constitucional não trouxe, entretanto, uma definição das pessoas com deficiência.

A Lei n. 7.853, de 24.10.1989, estabeleceu normas gerais que visavam assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, mas ficou pendente de regulamentação até 20.12.1999, quando o Decreto n. 3.298, que dispôs sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trouxe uma definição. A redação atualizada do Decreto n. 3.298, de 1999, com as alterações do Decreto n. 5.296, de 02.12.2004, é marcada pela concepção biomédica da pessoa com deficiência, em especial pelas dimensões da CIDID, como se vê no Quadro 2.

Quadro 2 - Definições de deficiência na redação atualizada do Decreto n. 3.298, de 20.12.1999

Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1 000HZ, 2 000Hz e 3 000Hz.

Deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Fonte: As Autoras.

Nota: Informações extraídas do Decreto n. 3.298, de 20.12.1999, com atualizações do Decreto n. 5.296, de 02.12.2004.

O texto do Decreto n. 3.298, de 20.12.1999, utiliza, portanto, a palavra “deficiência” no sentido de impedimento e associa deficiências/impedimentos corporais de ordem física, auditiva, visual e mental a incapacidades e desvantagens. Outro problema no uso dos termos no campo semântico da deficiência refere-se à distinção entre funções mentais e funções intelectuais. Tal como no Decreto, em alguns estudos populacionais elas também aparecem como sinônimos. Porém, com a leitura da CID-10 e da classificação que a sucedeu – e será contextualizada na sequência deste capítulo –, é possível concluir que funções intelectuais são espécie do gênero funções mentais, que abarcam também, por exemplo, funções emocionais, do sono e de memória.

Modelo social da pessoa com deficiência e avaliação biopsicossocial

Apesar de toda essa influência do modelo biomédico em instrumentos normativos inclusive do Século XXI, uma nova concepção da pessoa com deficiência vinha se delineando desde a década de 1970. O chamado modelo social, impulsionado por reivindicações dos movimentos sociais e pela emergência de estudos sobre deficiência, passou a questionar a relação causal afirmada pelo modelo biomédico entre os impedimentos corporais e as incapacidades e desvantagens experimentadas pelas pessoas com deficiência. Esse novo modelo jogou luz nas barreiras nos mais diversos contextos como as principais responsáveis por impor restrições de participação a esses indivíduos.

Uma das correntes de pensamento que mais contribuiu para o deslocamento dessa responsabilidade do corpo do indivíduo para as estruturas sociais foi o materialismo histórico, em sua crítica aos pilares do capitalismo, como a produtividade. Já o pensamento culturalista, reforçado pelos estudos de gênero, antirracistas e do envelhecimento populacional, agregou ao modelo social o enfrentamento à oposição entre corpos normais e corpos patológicos que norteava o modelo biomédico. Nesse sentido, os impedimentos deixam de ser descritos com carga negativa, revestindo-se de uma significação mais neutra, e, conseqüentemente, corpos com impedimentos passam a representar apenas uma das múltiplas possibilidades de caracterização do ser humano, “uma condição de existência para quem experimentar os benefícios do progresso tecnológico e envelhecer” (BARBOSA, DINIZ, SANTOS, 2010, p. 109). Afastando-se a noção de impedimento da anormalidade e do estado patológico, a medicalização perde o caráter de resposta única ou principal para a pessoa com impedimentos. Reconhece-se o seu potencial de gerar bem-estar, mas a sua insuficiência para gerar inclusão e igualdade. O modelo social:

Buscou descrever o corpo com impedimentos como uma expressão da diversidade humana a ser protegida e valorizada. Assim como raça, sexo, orientação sexual, e idade, deficiência passou a ser também um demarcador corporal de desigualdade, opressão e discriminação, resultando em situações que devem ser combatidas e eliminadas em contextos de promoção da justiça social (SANTOS, 2010, p.117).

Ora, se os impedimentos deixam de ser apontados como causa direta de incapacidades e desvantagens, a deficiência não poderia resultar apenas de características individuais, mas sim de uma interação dessas características com barreiras ambientais e pessoais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convention on the Rights of Persons with Disabilities), adotada pela ONU em 2006, além de consagrar a nomenclatura “pessoa com deficiência”, passou a defini-la conjugando a presença simultânea de impedimentos e barreiras para o surgimento da deficiência: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009). Nessa tradução dada pelo Decreto n. 6.949, de 25.08.2009, para a Convenção, o termo *impairment* aparece como “impedimento” e *disability* como “deficiência”.

A Convenção ampliou o rol de direitos e proteções direcionados à pessoa com deficiência, tomando como princípios a escolha e a independência, a não discriminação, a inclusão, o respeito, a igualdade de oportunidades, inclusive entre homens e mulheres, e a acessibilidade. Dedicou ainda disposições especiais às crianças e aos idosos, o que se torna particularmente importante ante o fenômeno do envelhecimento da população mundial (HE; GOODKIND; KOWAL, 2016).

As críticas ao modelo biomédico já haviam se refletido também na CID, na medida em que a Classificação referendava a relação de causalidade entre impedimentos e incapacidades e desvantagens, sem se reportar ao papel das barreiras na configuração da deficiência (HISTORY..., 2002). Após sete anos de discussões, revisões e testes, a OMS aprovou, em 2001, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (International Classification of Functioning, Disability and Health - ICF), que apresentou um novo arranjo para a mensuração da saúde e das deficiências. A principal marca desse novo arranjo está na inclusão dos fatores ambientais. Assim, a CIF agregou ao paradigma biomédico o paradigma social, propondo uma abordagem biopsicossocial da pessoa com deficiência – que se refletiu na definição da Convenção –, por meio dos componentes funções do corpo (*body functions*), estruturas do corpo (*body structures*), atividade (*activity*), participação (*participation*) e fatores ambientais (*environmental factors*), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Definições da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF

Funções do corpo (*body functions*) são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos, incluindo as funções psicológicas.

Estruturas do corpo (*body structures*) são as partes estruturais ou anatômicas do corpo, tais como órgãos, membros e seus componentes classificados de acordo com os sistemas orgânicos.

Deficiências (*impairments*) são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda.

Atividade (*activity*) é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo.

Participação (*participation*) é o envolvimento de um indivíduo numa situação da vida real.

Limitações da atividade (*activity limitations*) são dificuldades que um indivíduo pode ter na execução das atividades. Substituiu a dimensão da incapacidade da CID-10.

Restrições na participação (*participation restrictions*) são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real. Substituiu a dimensão da desvantagem da CID-10.

Fatores ambientais (*environmental factors*) constituem o ambiente físico, social e atitudinal em que as pessoas vivem e conduzem sua vida.

Funcionalidade (*functioning*) é um termo genérico (guarda-chuva) para as funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação. Ele indica os aspectos positivos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os seus fatores contextuais (ambientais e pessoais).

Incapacidade (*disability*) é um termo genérico (guarda-chuva) para deficiências, limitações da atividade e restrições na participação. Ele indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os seus fatores contextuais (ambientais e pessoais).

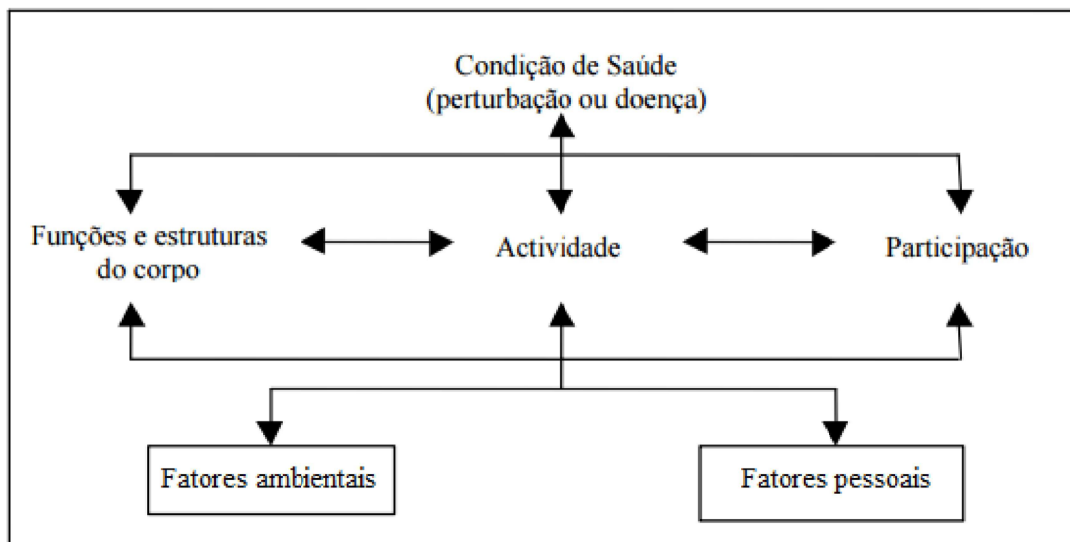
Fonte: As Autoras. Dados extraídos de: CLASSIFICAÇÃO internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Tradução e revisão de Amélia Leitão. Lisboa: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2004. 237 p. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

Todos esses componentes da CIF interagem e exercem influência entre si, conforme a Figura 1. Vale destacar que, embora não estejam codificados na CIF, fatores pessoais, como sexo, idade, estilo de vida, diferentes maneiras de enfrentar problemas, nível de instrução, profissão, experiências anteriores, entre outras, também participam dessa interação. Já as condições de saúde – doenças, perturbações, lesões, entre outras – estão classificadas na Classificação Internacional de Doenças, 10ª revisão (CID-10)². A incapacidade (*disability*) surge como um

² “Nas classificações internacionais da OMS, os estados de saúde (doenças, perturbações, lesões, etc.) são classificados principalmente na CID-10 (abreviatura da Classificação Internacional de Doenças, Décima Revisão), que fornece uma estrutura de base etiológica. A funcionalidade e a incapacidade associados aos estados de saúde são classificados na CIF. Portanto, a CID-10 e a CIF são complementares, e os utilizadores são estimulados a usar em conjunto esses dois membros da família de classificações internacionais da OMS. A CID-10 proporciona um “diagnóstico” de doenças, perturbações ou outras condições de saúde, que é complementado pelas informações adicionais fornecidas pela CIF sobre funcionalidade. Em conjunto, as informações sobre o diagnóstico e sobre a funcionalidade, dão uma imagem mais ampla e mais significativa da saúde das pessoas ou da população, que pode ser utilizada em tomadas de decisão” (CLASSIFICAÇÃO..., 2004).

resultado negativo dessas interações, enquanto a funcionalidade (*functioning*) como um resultado positivo, o que também diferencia a CIF da CID-10, que não propiciava a descrição de experiências positivas.

Figura 1 - Interações entre os componentes da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF



Fonte: CLASSIFICAÇÃO internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Tradução e revisão de Amélia Leitão. Lisboa: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2004. 237 p. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

Como se viu no Quadro 3, no âmbito da CIF, diferentemente das opções feitas com relação à Convenção, o termo *impairment* foi traduzido como “deficiência” e o termo *disability* como “incapacidade”, o que não está em consonância com o modelo social da deficiência, na medida em que a deficiência não estaria no corpo, mas sim na interação de um corpo com impedimentos com fatores ambientais e pessoais desfavoráveis, produzindo limitação da atividade e/ou restrições na participação. Por essa razão, muitos estudiosos preferem o termo impedimento para fazer referência a problemas nas funções e estruturas do corpo, acompanhando a tradução oficial da Convenção. Contudo, observa-se que, tanto no linguajar leigo, quanto em pesquisas sobre a temática, a expressão “pessoa com deficiência” é utilizada tanto para identificar uma pessoa com impedimentos, quanto para identificar uma pessoa que experimente limitações da atividade e/ou restrições na participação. “Deficiência” e “incapacidade” aparecem, então, como sinônimos, como termos guarda-chuva para descrever todas as três dimensões de problemas nos componentes da CIF. Portanto, em que pese a consagração do modelo social na definição de pessoa com deficiência na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, há que se atentar para as diversas dimensões do fenômeno, bem como para tais diferenças de concepção e terminologia ao analisar resultados de pesquisas que busquem identificar pessoas com deficiência.

A operacionalização da CIF

O primeiro nível de classificação da CIF está dividido em quatro grupos, codificando seus componentes segundo os domínios definidos, conforme o Quadro 4

Quadro 4 - Primeiro nível de classificação dos componentes da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF

Funções do corpo	Estruturas do corpo	Atividades e participação	Fatores ambientais
1. Funções mentais 2. Funções sensoriais e de dor 3. Funções da voz e da fala 4. Funções do aparelho cardiovascular dos sistemas hematológico e imunológico e do aparelho respiratório 5. Funções do aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino 6. Funções genitourinárias e reprodutivas 7. Funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas com o movimento 8. Funções da pele e estruturas relacionadas	1. Estruturas do sistema nervoso 2. Olho, ouvido e estruturas relacionadas 3. Estruturas relacionadas com a voz e a fala 4. Estruturas do aparelho cardiovascular, do sistema imunológico e do aparelho respiratório 5. Estruturas relacionadas com o aparelho digestivo e com os sistemas metabólico e endócrino 6. Estruturas relacionadas com os aparelhos genitourinário e reprodutivo 7. Estruturas relacionadas com o movimento 8. Pele e estruturas relacionadas	1. Aprendizagem e aplicação do conhecimento 2. Tarefas e exigências gerais 3. Comunicação 4. Mobilidade 5. Autocuidados 6. Vida doméstica 7. Interações e relacionamentos interpessoais 8. Áreas principais da vida 9. Vida Comunitária social e cívica	1. Produtos e tecnologia 2. Ambiente natural e mudanças ambientais feitas pelo homem 3. Apoio e relacionamentos 4. Atitudes 5. Serviços sistemas e políticas

Fonte: CLASSIFICAÇÃO internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Tradução e revisão de Amélia Leitão. Lisboa: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2004. 237 p. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: jan. 2018

Na avaliação de um indivíduo com base na CIF, os domínios das funções e estruturas do corpo, atividades e participação e fatores ambientais podem ser quantificados segundo uma escala que permite apontar a existência de um problema (impedimento, limitação, restrição ou barreira). Um item recebe o número 0 quando não houver qualquer problema; 1 quando houver um problema leve; 2 um problema médio; 3 um problema grave; 4 um problema completo/total; 8 quando não se pode especificar; e 9 quando não for aplicável. É importante ressaltar que a CIF propõe identificar tanto problemas de longo prazo ou permanentes – essenciais na identificação da pessoa com deficiência segundo a definição da Convenção –, quanto os de curto prazo ou passageiros.

Os domínios de atividades e participação recebem ainda qualificadores de desempenho (*performance*) e capacidade (*capacity*). O qualificador de desempenho descreve o que o indivíduo faz em seu ambiente de vida habitual, incluídos todos os fatores ambientais – facilitadores ou barreiras – com os quais costume viver as situações reais. O qualificador de capacidade descreve a aptidão de um indivíduo para realizar uma ação em um ambiente padronizado, de modo a permitir comparações entre os indivíduos, inclusive internacionalmente. Esse ambiente padronizado deve, pois, neutralizar o impacto dos diferentes fatores ambientais sobre a capacidade dos indivíduos. As diferenças observadas entre desempenho e capacidade podem orientar alterações nos ambientes de modo a potencializar o desempenho dos indivíduos. Na Figura 2, tem-se uma visão geral da CIF.

Figura 2 - Visão geral da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF

Componentes	Parte 1: Funcionalidade e Incapacidade		Parte 2: Factores Contextuais	
	Funções e Estruturas do Corpo	Actividades e Participação	Factores Ambientais	Factores Pessoais
Domínios	Funções do Corpo Estruturas do Corpo	Áreas Vitais (tarefas, acções)	Influências externas sobre a funcionalidade e a incapacidade	Influências internas sobre a funcionalidade e a incapacidade
Constructos	Mudança nas funções do corpo (fisiológicas) Mudança nas estruturas do corpo (anatômicas)	Capacidade Execução de tarefas num ambiente padrão Desempenho/Execução de tarefas no ambiente habitual	Impacto facilitador ou limitador das características do mundo físico, social e atitudinal	Impacto dos atributos de uma pessoa
Aspectos positivos	Integridade funcional e estrutural	Actividades Participação	Facilitadores	Não aplicável
	Funcionalidade			
Aspectos negativos	Deficiência	Limitação da actividade Restrição da participação	Barreiras	Não aplicável
	Incapacidade			

Fonte: CLASSIFICAÇÃO internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Tradução e revisão de Amélia Leitão. Lisboa: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2004. 237 p. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/cif_port_%202004.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

O Brasil passou a adotar a CIF como base para a concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC à pessoa com deficiência a partir de 2007, por determinação do Decreto n. 6.214, de 26.09.2007, que também introduziu a expressão “pessoa com deficiência” no ordenamento jurídico pátrio. Por outro lado, o mesmo decreto definia a pessoa com deficiência segundo o modelo biomédico – “aquela cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho” –, e determinava que faria jus ao benefício apenas a que comprovasse ser “incapaz para vida independente e para o trabalho”. Tais passagens só vieram a ser harmonizadas com a concepção biopsicossocial alguns anos depois, com o Decreto n. 7.617, de 17.11.2011, que incorporou a definição da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e exigiu a comprovação, para os fins do BPC, da “existência de impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, obstruam sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelecido com a Lei n. 13.146, de 06.07.2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, não apenas reiterou a definição da pessoa com deficiência da Convenção, como também determinou que toda avaliação da deficiência, quando necessária, tivesse abordagem biopsicossocial. Segundo o Estatuto, essa avaliação deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerar os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação. Embora o Estatuto não mencione expressamente a CIF, resta nítida sua marca sobre o texto legal, ficando aberta a porta para a adoção da CIF por outras políticas públicas no País.

Em que pese toda essa influência da CIF nas definições da pessoa com deficiência, com impacto na legislação e no desenho de políticas públicas; tal como sua antecessora, ela não está imune a críticas. Aponta-se que:

A CIF não propõe desenvolver adequadamente como devem ser os instrumentos para mensurar as dimensões sociais e culturais da deficiência, o que favorece as avaliações centradas na pessoa em vez de nas circunstâncias da inclusão social e política. Em segundo lugar, como o indivíduo é o ponto de partida para a análise das funções e atividades corporais, o que se alia ao fato de que o conceito de participação é pouco desenvolvido pela CIF, a deficiência corre o risco de não ultrapassar a compreensão como resultado de circunstâncias pessoais e de problemas individuais de saúde (SANTOS, 2010, p. 128-129).

A pauta do desenvolvimento de instrumentos para a mensuração de deficiências segundo a definição e a classificação biopsicossocial assentadas em documentos normativos internacionais e brasileiros é particularmente cara ao campo da estatística. A construção de indicadores a partir dessa mensuração é essencial para o monitoramento da garantia dos direitos com os quais os Estados se comprometeram, como os previstos na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre outras agendas internacionais. Os principais instrumentos para a mensuração de deficiências existentes serão analisados no tópico **Recomendações internacionais para a produção de indicadores sobre a pessoa com deficiência**.

Recomendações internacionais para a produção de indicadores sobre a pessoa com deficiência

Breve panorama das recomendações anteriores à CIF

Registros dos congressos internacionais de estatística, ainda no Século XIX, mostram que recomendava-se que os censos populacionais perquirissem o número de “cegos”, “surdos” e “idiotas” presentes nos domicílios, bem como reconheçam a importância de estatísticas sobre “enfermos” (*infirmos*), pessoas que, segundo documentos desses congressos, representavam um peso sobre a riqueza de um país e uma perda para a produtividade da força de trabalho (BROWN, 1858). São achados que não chegam a surpreender, considerando a concepção das pessoas com deficiência que se tinha à época, associadas a corpos anormais, patológicos e inadequados para habitar plenamente em sociedade.

Seguindo essas recomendações, muitos países de fato levantam, desde o Século XIX, informações sobre pessoas com deficiência. Apesar disso, os indicadores de número e proporção de pessoas com deficiência em uma população ainda são objeto de calorosos debates em âmbito internacional, justamente pela evolução da abordagem da pessoa com deficiência e das dificuldades em mensurar a deficiência em consonância com cada abordagem. Sem a construção desses indicadores básicos tampouco se constroem indicadores para acompanhar aspectos da vida, como educação e trabalho, desse grupo populacional.

Eis a importância do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e da Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes para o campo da estatística: neste período, a UNSD sistematizou uma ampla base de dados e publicou dois relatórios com recomendações para a coleta e o uso de informações sobre pessoa com deficiência. O primeiro deles, *Development of statistics of disabled persons: case studies*, analisa

a extensão e a confiabilidade das estatísticas já anteriormente produzidas em cinco países – Egito, Iraque Jordânia, Líbano e Síria – e reflete sobre como aprimorar a coleta e o uso dessas estatísticas, inclusive para a aplicação das técnicas desenvolvidas em outros países (DEVELOPMENT..., 1986). O segundo, *Development of statistical concepts and methods on disability for household surveys*, além de uma discussão conceitual, traz orientações metodológicas para a coleta de dados sobre pessoas com deficiência por meio de pesquisas domiciliares (UNITED NATIONS, 1988).

Também em 1988, a ONU finalizou a United Nations Disability Statistics Database - DISTAT, uma base de dados digital que continha estatísticas sobre pessoas com deficiência, provenientes de censos populacionais, pesquisas nacionais domiciliares, e registros administrativos de 55 países³. A partir dessas informações, foi lançado, em 1990, o primeiro compêndio internacional de estatísticas de pessoa com deficiência, o *Disability statistics compendium*, que apresentou não apenas a proporção de pessoas com deficiência em cada país, mas também indicadores sobre idade, sexo, estado civil, nível educacional, trabalho, causas da deficiência, instrumentos de auxílio utilizados e características do domicílio da pessoa com deficiência (DISABILITY..., 1990). Ressalte-se que, como nem todos os países investigam a mesma dimensão do fenômeno deficiência, há que se tomar comparações entre os resultados divulgados no *Compendium* com a devida cautela.

O fim da Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes não significou o ocaso das discussões sobre a produção de informações sobre esse público. Ao contrário, em 1993, com a aprovação pela Assembleia Geral da ONU das Regras para a Equalização de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência (Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities), manteve-se acesa a questão da inclusão da pessoa com deficiência em uma perspectiva de direitos humanos e latente a necessidade de informações para o monitoramento da implantação das regras aprovadas. Tratava-se de um documento (UNITED NATIONS, c2007) com 22 regras que resumiam o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, contemplando desde a conscientização social sobre os direitos, necessidades e potenciais das pessoas com deficiência, passando por assistência médica, reabilitação e serviços e dispositivos de auxílio, e abrangendo acessibilidade, educação, trabalho, seguridade social, vida familiar, cultura, lazer, esportes e religião.

Eram, então, crescentes as demandas por orientações metodológicas para a produção de indicadores sobre pessoas com deficiência e que favorecessem a comparação internacional das estatísticas, o que levou à publicação do *Manual for the development of statistical information for disability programmes and policies* (UNITED NATIONS, 1996) e à inclusão do tema no relatório *Principles and recommendations for population and housing censuses, Revision 1* (UNITED NATIONS, 1997). O Manual foi desenvolvido especialmente para atender gestores que fizessem uso de estatísticas para a implantação, monitoramento e avaliação de programas para as pessoas com deficiência, buscando responder às questões mais comuns aos usuários desse tipo de conteúdo, enquanto o relatório foi desenvolvido para os institutos nacionais de estatística, com um caráter mais técnico e metodológico.

³ Atualmente, a Distat está no âmbito do United Nations Disability Statistics Programme, da UNSD, e abrange uma gama maior de países. Para informações mais detalhadas, consultar: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/disability/disab2.asp>>.

Assim, o Manual apresenta conceitos básicos dos estudos da deficiência e analisa as possíveis fontes de informações. No que tange aos conceitos, o Manual é marcado pela influência da CID¹⁰ e do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, encorajando os países que incluísssem a temática em censos e pesquisas a trabalharem com as definições de impedimentos, incapacidades e desvantagens e a referenciá-los aos objetivos da prevenção, reabilitação e equalização de oportunidades. Com relação às fontes das informações, descreve vantagens e desvantagens de investigar a temática com recurso a registros administrativos, censos populacionais e pesquisas amostrais, bem como à combinação de censo e pesquisa por meio de triagens (*screening*). O Manual apresenta também uma série de exemplos de como os mais diferentes países utilizavam cada uma dessas fontes de informações.

Na medida em que a maior parte dos países não realizavam pesquisas nacionais específicas sobre pessoa com deficiência, o documento *Principles and recommendations for population and housing censuses, Revision 1*, buscou apresentar a melhor estratégia de investigação das deficiências nos censos, fornecendo diretrizes para a coleta, a compilação e a disseminação das informações. Levando em consideração a restrição de espaço para a investigação em um censo populacional, ante a diversidade de temáticas que costumam ser contempladas, o relatório recomenda que o foco deva recair em apenas uma das dimensões da CID¹⁰⁴, a da incapacidade. Justifica tal recomendação apontando que uma abordagem centrada no impedimento poderia subestimar a população com deficiência, pois os entrevistados tenderiam a considerar apenas impedimentos severos. Além disso, o relatório afirma que alguns aspectos das desvantagens poderiam ser derivados das informações sobre incapacidades, comparando-se características, como frequência escolar, nível educacional e ocupação das pessoas que respondem ter incapacidades com as pessoas que respondem não ter. Por fim, sustenta que uma abordagem focalizada nas incapacidades seria mais facilmente compreendida pelos entrevistados e mais relevante para o planejamento de programas de reabilitação e políticas de equalização de oportunidades para pessoas com deficiência.

Em que pese essas duas publicações terem sido editadas antes da existência da CIF⁵, muitas de suas recomendações seguem pertinentes e a ampla gama de exemplos apresentada também merece atenção. Alertavam, por exemplo, para o risco de questões sem especificação da deficiência subestimarem o número de pessoas nessa condição, risco que também era apontado quanto à derivação dos dados sobre deficiência de questões indagando a causa de não trabalhar ou não frequentar a escola. Já se refletia também sobre a importância do desenvolvimento de questões para a investigação da deficiência entre crianças e idosos. As publicações recomendavam a consulta a organizações de pessoas com deficiência para a definição das prioridades a respeito da necessidade de dados e em termos de divulgação de resultado. E, por último, mas não menos importante, sugeriam que, não havendo espaço para a investigação no questionário básico do universo censo, que o tema, ante a sua importância, fosse incluído em um questionário estendido amostral e, quando possível, analisado em pesquisas e estudos posteriores.

⁴ As dimensões da CID¹⁰ encontram-se definidas no Quadro 1.

⁵ O documento *Principles and recommendations for population and housing censuses* passou por duas revisões após a edição da CIF, em 2008 e 2015, tendo sido em grande medida adequado às suas definições e estando em consonância com as recomendações do Grupo de Washington, analisadas em seguida.

O documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics*

Ainda no cenário da crescente demanda por estatísticas sobre pessoa com deficiência e de preocupação com a comparabilidade internacional dessas estatísticas, o primeiro instrumento de recomendações da ONU a considerar a existência da CIF foi o *Guidelines and principles for the development of disability statistics*, de 2001. Entretanto, o próprio documento, apesar de apresentar a evolução na concepção da pessoa com deficiência a partir da CID-D e da CIF e de tentar incorporar na medida do possível os novos conceitos introduzidos pela última, reconhece não ter refletido suficientemente sobre os métodos necessários para a implantação da CIF nos sistemas nacionais de estatísticas. Feita essa ressalva, é preciso reconhecer o mérito da publicação como um guia estruturado e detalhado para a produção de estatísticas sobre deficiência. Parte de um panorama das recomendações internacionais, classificações e fontes de dados existentes, passa pela organização da coleta de dados, o que envolve o planejamento de atividades preparatórias, a formulação das questões para identificar a pessoa com deficiência e o desenho das operações, apresenta metodologias específicas para censos e pesquisas e chega, inclusive, às tarefas envolvidas na disseminação dos resultados. Considerando, contudo, que o objetivo principal deste capítulo é tratar da construção dos indicadores sobre pessoa com deficiência, será dado destaque ao desenho da investigação para a mensuração da deficiência.

Com relação à investigação por meio dos censos demográficos⁶, o documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics* atenta para uma série de aspectos relevantes na elaboração do questionário, para além das questões voltadas para a mensuração das deficiências. Há que se ter em mente o material necessário à coleta, o treinamento dos entrevistadores e o tamanho do questionário como um todo, considerando a importância da cooperação dos entrevistados para a qualidade da informação obtida. Uma forma de não sobrecarregar as entrevistas seria aplicar dois questionários, um direcionado a toda a população e outro restrito a uma amostra, refletindo-se sobre o conteúdo que deve constar em cada um deles.

Tratando do desenho das questões, a publicação alerta que o recurso a uma questão genérica, mesmo que sucedida por uma questão sobre os tipos de deficiência, não é adequado, pois tenderia a excluir da investigação pessoas com deficiência leves e moderadas ou mesmo as pessoas com deficiência mental, crianças e idosos. Perguntar, por exemplo, se alguém no domicílio é pessoa com deficiência ou tem alguma deficiência deve ser evitado em razão das diferentes compreensões sobre o termo “deficiência”. A orientação geral consiste, portanto, em utilizar questões que abordem diferentes categorias da CIF, o que poderia, inclusive, contribuir para os entrevistados identificarem se possuem alguma deficiência.

Em geral as informações coletadas dos censos direcionam-se à análise socioeconômica das pessoas com deficiência, mas o documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics* indica a possibilidade de obter informações sobre impedimentos em funções e estruturas do corpo e suas causas para orientar programas de prevenção e reabilitação, bem como informações sobre participação que permitam comparar a participação de indivíduos com e sem deficiência e identificar fatores que representem barreiras e facilitadores. Nesses casos, o uso do questionário estendido para uma amostra, seria o instrumento mais adequado.

⁶ A DISTAT apontava à época que o número de países investigando o tema nos censos aumentou de 19, na rodada de 1970, para 45, na de 1980, chegando a 80 na rodada de 1990.

O documento traz ainda recomendações gerais para o uso de um censo populacional como triagem (*screening*) para uma pesquisa nacional sobre deficiência. Como o espaço para a investigação do tema pessoa com deficiência em um censo é mais restrito que em uma pesquisa específica sobre o tema e como uma pesquisa amostral perderia em precisão, tendo em vista que nem todo domicílio conta com um morador com deficiência, a ideia da triagem é aplicar a todos os indivíduos recenseados perguntas que teriam o condão de orientar a construção da amostra de uma posterior pesquisa amostral domiciliar. As perguntas de triagem devem ser inclusivas o suficiente para identificar pessoas com deficiências leves e moderadas, além das severas. Perguntas posteriores, no âmbito da pesquisa específica, fariam a distinção entre esses graus de deficiências.

Outra forma de desenhar uma pesquisa nacional sobre deficiência seria preparando uma amostra de domicílios e fazendo a triagem para deficiência em todos os domicílios. Identificando-se uma pessoa com deficiência durante o processo, uma entrevista detalhada seria conduzida. Uma amostra menor de pessoas que triaram negativo também deveria ser selecionada para testar a validade das respostas da triagem. A vantagem de uma pesquisa específica sobre deficiência seria a flexibilidade em termos do tamanho do questionário e profundidade das entrevistas, permitindo a coleta detalhada de informações sobre pessoas com deficiência, suas famílias e os ambientes que experimentam, como casa, escola e trabalho. Seria importante incluir também questões aplicadas no censo e em outras pesquisas domiciliares para comparar as informações sobre as pessoas com deficiência e a população geral.

Por outro lado, segundo o documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics*, por motivo de custos, abordar o tema em um módulo de uma pesquisa nacional mais ampla é uma alternativa mais factível para a maioria dos países. No caso de pesquisas contínuas, a inserção desse módulo seria uma oportunidade bastante adequada para monitorar a equalização de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência.

Em todos esses cenários, o questionário da pesquisa deve ser pensado como um todo em termos de fluxo, filtros, tamanho e questões de checagem, tanto para fins de treinamento, quanto de colaboração dos entrevistados. Outra orientação geral consiste em formular questões claras, sem ambiguidades, concisas, mas ao mesmo tempo completas, diminuindo a necessidade de explicações adicionais por parte do entrevistador. Além disso, é importante atentar para a ordem em que aparecem questões mais sensíveis – como incontinência, sexualidade –, para não despertar relutância no entrevistado.

Na medida em que pesquisas específicas proporcionam uma investigação mais profunda da deficiência, o documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics* aponta para a possibilidade de se abordar diretamente os componentes da CIF nos questionários, observando-se as especificidades e objetivos de cada país. Ele indica também a possibilidade de investigar a deficiência entre crianças e idosos, trazendo recomendações gerais e exemplos de aplicação em países para ambos os grupos. Com relação aos idosos, a principal recomendação aponta para o uso de questões sobre atividades diárias, cuja performance é necessária para o autocuidado e a vida independente. Adicionalmente, podem ser acrescentadas questões que enderecem potencial declínio cognitivo, abordando atividades relacionadas a

conversar, pensar, resolver problemas, realizar tarefas de rotina, tomar decisões e prestar atenção. No que tange a crianças, considerando que abaixo de certa idade é esperado que não consigam realizar certas atividades, apresenta-se como opção a exclusão das crianças com menos de 5 anos da pesquisa ou o desenvolvimento de um bloco de questões específicas.

Pesquisas específicas sobre deficiência seriam o espaço mais adequado também para a mensuração da funcionalidade mental e temas complementares como causas e duração da deficiência, uso de instrumentos de auxílio, acesso a serviços e outros fatores ambientais. A respeito da mensuração da funcionalidade mental, em especial dos aspectos psicológico e cognitivo, o documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics* reporta a instrumentos desenvolvidos pela OMS e pelo Statistics Netherlands, instituto oficial de estatística dos Países Baixos. Sobre os demais temas, além de apresentar exemplos e sugestões de questões, a publicação aborda as possibilidades e os limites do recurso a registros administrativos, visto que fornecem dados sobre os usuários de serviços, mas, obviamente, não captam informações sobre indivíduos que não os utilizam, independentemente de necessitarem ou não.

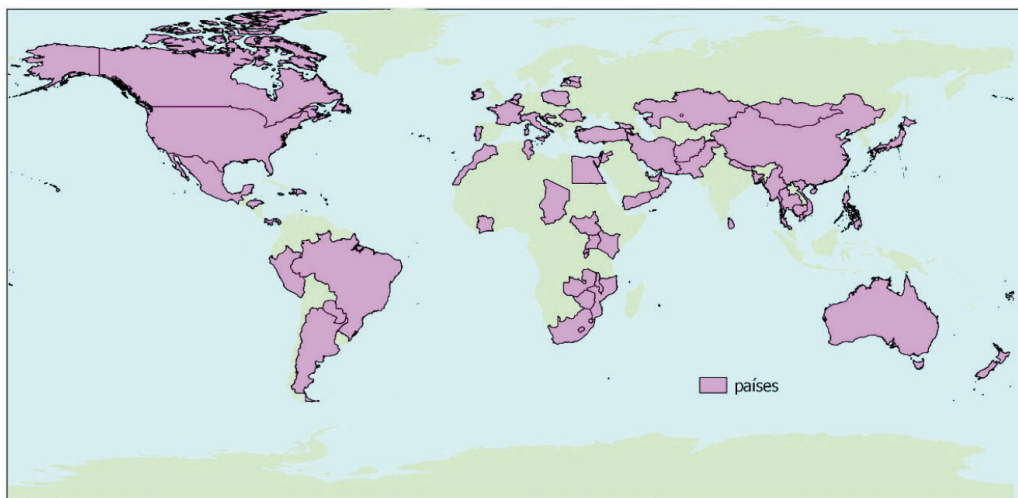
Apesar de fornecer um material rico em orientações e exemplos reais sobre a investigação da pessoa com deficiência, o documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics* não consolida um conjunto de questões a serem aplicadas, seja nos censos demográficos, seja em pesquisas, nem propõe uma metodologia para a construção de indicador para quantificar pessoas com deficiência. Essas lacunas vem a ser preenchidas a partir da criação do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics).

Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência

Tendo-se como horizonte a comparabilidade internacional das estatísticas sobre pessoas com deficiência, foi fundado, no âmbito da Comissão de Estatística da ONU, o Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics). O grupo tem como missão a promoção e a coordenação da cooperação internacional no campo das estatísticas de saúde, em especial no desenvolvimento de ferramentas para investigação em censos e pesquisas amostrais. Busca uma cooperação inclusiva no que tange a participação de institutos nacionais de estatística de todos os continentes, organizações de pessoas com deficiência, entre outras organizações internacionais.

As principais ferramentas já desenvolvidas pelo Grupo de Washington consistem em três conjuntos de questões desenhadas para identificar pessoas com deficiência: um conjunto curto de questões sobre deficiência (*short set of disability questions*), aprovado em 2006; um conjunto estendido de questões sobre funcionalidade (*extended set of questions on functioning*), aprovado em 2010; e um terceiro conjunto sobre funcionalidade infantil (*child functioning*), aprovado em 2016. O conjunto curto de questões do Grupo de Washington é, atualmente, o instrumento de coleta de dados sobre pessoas com deficiência em estudos populacionais mais difundido internacionalmente, tendo sido reportada a sua utilização, ainda que com adaptações, em censos ou pesquisas em cerca de 70 países no mundo, como se pode observar na Figura 3.

Figura 3 - Países que utilizaram o conjunto curto de questões do Grupo de Washington em censos ou pesquisas nacionais para mensuração da deficiência



Fonte: As Autoras. Dados extraídos de: WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, c2017. Disponível em: <<http://www.washingtongroup-disability.com/>>. Acesso em: jan. 2018.

O conjunto curto foi formulado para ser usado em censos e pesquisas que tratem de uma maior amplitude de temáticas e disponham, conseqüentemente, de espaço mais restrito para as questões sobre deficiência. Ele se concentra em seis domínios funcionais essenciais – enxergar, ouvir, andar, cognição, autocuidado e comunicação – e se propõe a identificar, entre a população em geral, pessoas sujeitas a um maior risco de sofrerem restrições de participação. Seguindo as recomendações do Grupo de Washington, a investigação com o recurso ao conjunto curto de questões deve ser introduzida por uma frase inicial, contém uma questão correspondente a cada um dos seis domínios selecionados e as respostas aparecem em uma escala que vai de “nenhuma dificuldade” até “não consegue de modo algum”. Diferentemente da escala de mensuração dos componentes da CIF, são apenas quatro possibilidades de resposta, iguais para todos os domínios, conforme o Quadro 5⁷.

Quadro 5 - Conjunto curto de questões do Grupo de Washington

<p>The next questions ask about difficulties you may have doing certain activities because of a HEALTH PROBLEM.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Do you have difficulty seeing, even if wearing glasses? 2. Do you have difficulty hearing, even if using a hearing aid? 3. Do you have difficulty walking or climbing steps? 4. Do you have difficulty remembering or concentrating? 5. Do you have difficulty (with self-care such as) washing all over or dressing? 6. Using your usual (customary) language, do you have difficulty communicating, for example understanding or being understood? <ol style="list-style-type: none"> a. No – no difficulty b. Yes – some difficulty c. Yes – a lot of difficulty d. Cannot do at all
--

Fonte: WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. *The Washington Group short set of questions on disability*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, 2016. 2 p. Disponível em: <<http://www.washingtongroup-disability.com/wp-content/uploads/2016/01/The-Washington-Group-Short-Set-of-Questions-on-Disability.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

⁷ O Grupo de Washington recomenda a pesquisadores que desejem trabalhar com as questões do conjunto que recorram à tradução dada pelos institutos oficiais de estatística. Contudo, como o IBGE não utilizou todas as questões do conjunto no Censo 2010 e optou por uma tradução não literal das questões, conforme o Quadro 9, optamos por deixar as questões no original em inglês.

A partir da aplicação do conjunto curto de perguntas desenvolvido pelo Grupo de Washington, é possível construir o indicador “proporção de pessoas com deficiência em uma população” – calculado pela divisão do número de indivíduos identificados como pessoa com deficiência pelo total da população – de pelo menos quatro maneiras, conforme disposto no documento *The measurement of disability recommendations for the 2010 round of censuses* (WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS, 2010).

1. Contabilizando no numerador do indicador os indivíduos que responderem ter pelo menos alguma dificuldade em uma ou mais questões;
2. Contabilizando no numerador do indicador os indivíduos que responderem ter pelo menos muita dificuldade em uma ou mais questões;
3. Contabilizando no numerador do indicador apenas os indivíduos que responderem não conseguir de modo algum em uma ou mais questões;
4. Contabilizando no numerador do indicador os indivíduos que responderem ter pelo menos muita dificuldade em uma ou mais questões ou pelo menos alguma dificuldade em no mínimo duas questões.

No entanto, o próprio Grupo de Washington recomendou para a rodada dos censos de 2010 a aplicação de linha de corte para a construção do indicador da segunda maneira, isto é, considerando como pessoa com deficiência os indivíduos que responderam ter “muita dificuldade” ou “não consegue de modo algum” realizar pelo menos uma das atividades investigadas.

A ideia é que essas questões que investigam a presença de dificuldades sejam combinadas com perguntas sobre ocupação e nível educacional, permitindo a desagregação por deficiência. Reconhecendo-se, contudo, que o conjunto curto de questões tem potencial para identificar pessoas com deficiência, mas não capta todas as dimensões do fenômeno (fatores ambientais, por exemplo), foi desenvolvido também um conjunto de questões estendido, a ser utilizado quando informações mais detalhadas sobre deficiência se fizerem necessárias.

O conjunto estendido de questões sobre funcionalidade, além de abordar uma gama mais vasta de domínios – visão, audição, locomoção, cognição, ansiedade e depressão, dor, fadiga, comunicação e funcionamento dos membros superiores –, aplica mais de uma questão para cada domínio e endereça aspectos como uso de instrumentos de auxílio e outros fatores ambientais que possam influenciar a realização de atividades e a participação dos indivíduos. Em especial quanto ao domínio da locomoção, permite-se distinguir, em alguma medida, entre desempenho e capacidade⁸ – analogamente à quantificação dos componentes da CIF –, ao se investigar a realização de atividades considerando e desconsiderando elementos facilitadores à disposição dos indivíduos⁹.

Desenvolvido em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF), o conjunto de questões sobre funcionalidade infantil contou com a consultoria de pediatras, fonoaudiólogos e psicólogos especializados em desenvolvimento. Há, na realidade, dois conjuntos: um destinado a crianças de 2 a 4 anos e outro, de 5 a 17 anos de idade, ambos direcionando maior foco para os domínios mais afetados em crianças, como o intelectual, o afetivo e o comportamental. As perguntas foram desenhadas de modo a captar atividades próprias da idade, estimulando a comparação com as crianças da mesma coorte – “em comparação com crianças da mesma

⁸ Para uma visão geral da CIF, consultar a Figura 2.

⁹ Para conhecer todas as perguntas do conjunto estendido, consultar: <http://www.washingtongroup-disability.com/wp-content/uploads/2016/01/WG_Extended_Question_Set_on_Functioning.pdf>.

idade...” (*compared with children of the same age...*) – e levando em consideração que seriam respondidas por um adulto responsável pelo cuidado daquele indivíduo¹⁰.

É possível que novos conjuntos de questões sejam lançados pelo Grupo de Washington nos próximos anos. No âmbito do Grupo de Washington, existem atualmente grupos de trabalho sobre funcionalidade psicossocial (denominado grupo de trabalho sobre saúde mental até 2016), educação inclusiva, trabalho e participação cívica, estando em pauta o desenvolvimento e o teste de módulos sobre esses temas.

Model Disability Survey - MDS

A partir da publicação da CIF, a OMS desenvolveu uma série de ferramentas para a operacionalização da Classificação, dentre as quais o ICF Core Sets in Clinical Practice e o ICF Checklist possuem finalidade primordialmente clínica, enquanto a Escala de Avaliação de Incapacidades (WHO Disability Assessment Schedule - WHODAS 2.0) e a Model Disability Survey - MDS têm o condão de instrumentalizar também estudos populacionais. No ICF Core Sets in Clinical Practice, formulado em parceria com o ICF Research Branch, foi selecionado um núcleo de domínios da CIF mais afetados por determinadas condições de saúde, com vistas a facilitar a avaliação clínica da funcionalidade de pacientes com tais condições (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012). Não constitui, portanto, uma ferramenta adequada para avaliação da funcionalidade da população em geral, tampouco para estimar a prevalência de pessoas com deficiência. Já o ICF Checklist traz uma lista resumida das principais categorias da CIF para que se avalie a funcionalidade e a incapacidade de qualquer indivíduo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2003). Seu formato, contudo, exatamente como uma lista de itens, é mais apropriado como um instrumento para profissionais de saúde ou assistência social do que para estudos populacionais.

Para fins estatísticos, a WHODAS 2.0 (ÜSTÜN et al., 2010) teria como vantagem sobre os Core Sets e o Checklist, além do formato de questionário de pesquisa, a possibilidade de avaliar a funcionalidade e a incapacidade da população em geral, tendo, então, potencial para identificar as pessoas com deficiência, independentemente de suas condições de saúde. Por outro lado, a WHODAS 2.0 concentra-se sobre apenas seis domínios de atividade e participação – compreensão e comunicação, locomoção, autocuidados, relações interpessoais, atividades cotidianas e participação na sociedade¹¹ –, não proporcionando uma abordagem completa dos componentes da CIF. Não obstante, a WHODAS 2.0 foi utilizada em uma série de estudos populacionais, dentre os quais se destaca a World Health Survey - WHS¹², que foi conduzida pela OMS em parceria com 70 países, dentre eles o Brasil¹³, entre 2002 e 2004. Teve como principal objetivo produzir informações sobre os sistemas de saúde e a saúde da população adulta. A partir dos dados obtidos, foram estimadas prevalências de pessoas com deficiência na população dos países investigados.

Em 2011, a OMS, em parceria com o Banco Mundial, publicou um relatório mundial sobre deficiência, o *World report on disability*, atendendo a uma resolução sobre deficiência, inclusão, gestão e reabilitação da Assembleia Mundial de Saúde. No Relatório foram divulgadas prevalências nacionais de pessoas com deficiência. Foram

¹⁰ Para conhecer todas as perguntas dos conjuntos de questões sobre crianças, acessar: <<http://www.washingtongroup-disability.com/washington-group-question-sets/child-disability/>>.

¹¹ Apropriados pelas orientações do documento *Guidelines and principles for the development of disability statistics*.

¹² Para informações mais detalhadas sobre a metodologia e os resultados da WHS, consultar: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/en/>>.

¹³ Para informações mais detalhadas sobre a seleção da amostra e os resultados do Brasil, consultar: <<http://www.who.int/healthinfo/survey/whsbra-brazil.pdf>>.

observadas significativas diferenças, não apenas entre os países, como também entre os resultados provenientes de diferentes fontes – a WHS, censos demográficos e pesquisas amostrais – para um mesmo país, o que pode ser atribuído tanto às metodologias de coleta e de construção de indicadores das fontes, quanto às dimensões do fenômeno deficiência investigadas.

Com a finalidade de contribuir, então, com o incremento da disponibilidade e da qualidade das estatísticas sobre deficiência, o Relatório assentou um conjunto de recomendações. Para o aprimoramento das estatísticas nacionais, recomendou, entre outras iniciativas, a abordagem de funcionalidade, em vez dos impedimentos corporais, para melhor captar os graus de deficiência. Nesse sentido, sugeriu, como primeiro passo, a utilização, pelos censos populacionais, da metodologia do Grupo de Washington. Além dos censos e das pesquisas, recomendou o recurso a registros administrativos, para o acesso a informações sobre usuários, em especial pessoas com deficiência, tipos, oferta e custos de serviços, e, onde possível, a estudos longitudinais. O estudo de coortes de pessoas e os ambientes em que vivem ao longo do tempo propicia conhecimento sobre o que acontece com esses indivíduos e seus domicílios depois que surge a deficiência, como sua situação é impactada por políticas públicas, a relação entre deficiência e pobreza e como programas de prevenção e intervenções ambientais devem ser implantadas.

A observação da CIF para harmonizar a abordagem das mais diversas fontes de informações, em especial com a adoção de suas definições e garantindo que todos os seus componentes sejam contemplados nas investigações, é recomendada tanto para a evolução dos sistemas nacionais, quanto para fins de comparabilidade internacional. Os metadados das prevalências nacionais de deficiência também devem ser padronizados, definindo as medidas da deficiência, os propósitos da mensuração, as dimensões da deficiência abrangidas e a eventual linha de corte aplicada na identificação da pessoa com deficiência. Recomendou-se ainda o desenvolvimento de instrumentos de coleta uniformizados e testados em diferentes países, possibilitando sua aplicação em censos, pesquisas e registros administrativos.

Nesse contexto, a OMS e o Banco Mundial desenvolveram a Model Disability Survey - MDS, com vistas a satisfazer essa necessidade por uma metodologia de coleta padrão e a produção de estatísticas para o monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Por meio da MDS, seus criadores esperam não apenas conseguir identificar os grupos de pessoas com deficiências leves, moderadas e severas e as barreiras, necessidades e desigualdades relacionadas a esses níveis de deficiência, como também estimar a distribuição da funcionalidade da população em geral.

A MDS foi elaborada a partir da revisão de 179 pesquisas nacionais de deficiência e saúde realizadas após a publicação da CIF e tomando a própria CIF como seu marco teórico. Desse modo, a MDS foi desenhada para endereçar condições de saúde, impedimentos em funções e estruturas do corpo, limitações nas atividades, restrições de participação e fatores ambientais. Incorporando todos os componentes da CIF em seu arcabouço, a MDS propõe-se a constituir um instrumento de avaliação da deficiência mais completo que a WHODAS 2.0.

A MDS é composta por dois questionários¹⁴. O primeiro é o questionário do domicílio, a ser respondido por pessoa responsável pelo domicílio e que, além de contabilizar os moradores e perquirir características sociodemográficas básicas, como sexo e idade, de cada um, investiga se algum morador necessita de cuidados

¹⁴ Para conhecer as questões e as instruções de preenchimento desses questionários, consultar: <<http://www.who.int/disabilities/data/model-disability-survey4.pdf?ua=1>>.

ou assistência por motivo de saúde. O segundo é um questionário individual e deve ser respondido por um morador selecionado com 18 anos de idade ou mais. Esse questionário conta com três módulos que sempre devem constar na pesquisa e que tratam de fatores ambientais, com destaque para assistência e instrumentos de auxílio (Módulo 3000), atividades e participação pela ótica do desempenho, (Módulo 4000), atividades e participação pela ótica da capacidade, impedimentos em funções e estruturas do corpo e condições de saúde (Módulo 5000). No Módulo 5000 foram incorporadas as questões da versão curta do Grupo de Washington para proporcionar comparabilidade com os censos demográficos. São previstos também cinco módulos adicionais para uma caracterização mais completa dos indivíduos, abordando características sócio-demográficas (Módulo 1000), trabalho (Módulo 2000), respostas do sistema de saúde às necessidades dos indivíduos (Módulo 6000), bem-estar (Módulo 7000) e empoderamento (Módulo 8000), facultada a sua aplicação segundo as especificidades e as pesquisas existentes em cada país¹⁵.

Outra importante marca da MDS está em seu enfoque na deficiência como um fenômeno universal. Um fenômeno caracterizado por um contínuo em que todas as pessoas da população podem ser alocadas, visto que parte de “nenhuma deficiência” e chega até “altos níveis de deficiência”. Para a construção desse contínuo, utiliza-se uma escala métrica para classificar os indivíduos de acordo com os níveis de dificuldades apresentados nas perguntas sobre capacidade e desempenho, constantes dos Módulos 5000 e 4000 do questionário individual. Ao final da pesquisa, todos os indivíduos devem receber um escore, o que propicia tanto uma análise da funcionalidade da população em geral, quanto a prevalência de pessoas com deficiência na população, a partir de uma linha de corte previamente determinada de acordo com os objetivos do levantamento de informações.

Entre 2013 e 2015, a MDS foi submetida a testes cognitivos, no Camboja, na China, nos Estados Unidos, em Maláui, no Nepal e no Reino Unido, e a estudos piloto, no Camboja, em Maláui, em Omã e no Paquistão. Além disso, foi implantada como pesquisa regional em um distrito de Camarões (2016) e como pesquisa nacional no Chile (2015), no Sri Lanka (2015) e nas Filipinas (2016/2017).

Experiências internacionais

Austrália

A produção de estatísticas sobre pessoa com deficiência do Australian Bureau of Statistics - ABS merece destaque tanto pela variedade de fontes de dados utilizadas e a amplitude dos aspectos investigados, quanto pela recente experiência utilizando a metodologia do Grupo de Washington. Pelo menos desde 1911, o ABS produz estatísticas sobre o tema.

A principal fonte de dados sobre pessoa com deficiência do país é a Survey of Disability, Ageing and Carers - SDAC¹⁶, cuja última edição foi a campo em 2015. Foi a oitava oportunidade – sendo as anteriores em 1981, 1988, 1993, 1998, 2003, 2009, 2012 – em que o ABS realizou uma pesquisa nacional para mensurar a prevalência de deficiência no país. No entanto, a SDAC tem objetivos mais amplos, buscando traçar o perfil

¹⁵ Uma versão breve da MDS vem sendo construída pela OMS para ser aplicada como módulo em pesquisas nacionais e contém apenas os três módulos principais da versão longa.

¹⁶ Para informações mais detalhadas sobre a Survey of Disability, Ageing and Carers - SDAC, consultar: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/4430.0.10.001Main+Features12015?OpenDocument>>.

demográfico e socioeconômico não só das pessoas com deficiência, mas também dos idosos, das pessoas com problema de saúde permanente e dos moradores responsáveis pelos cuidados das pessoas daqueles três grupos. Investiga ainda a necessidade de assistência por motivo de saúde. Em 2015, a amostra da pesquisa contou com 33 374 domicílios, entre particulares e coletivos e 75 211 respectivos moradores.

Para identificar os domicílios onde residiam pessoas com deficiência foram aplicadas perguntas de triagem a um adulto responsável pelo domicílio. O questionário da pesquisa, em seu Módulo 2, traz perguntas que envolvem uma ampla gama de dimensões da deficiência, como impedimentos em funções e estruturas do corpo e limitações de atividade e participação. Se por esse lado o Módulo 2 incorpora as concepções da CIF, por outro, as possibilidades de resposta não são apresentadas em escala, constando como opções apenas “sim” e “não”.

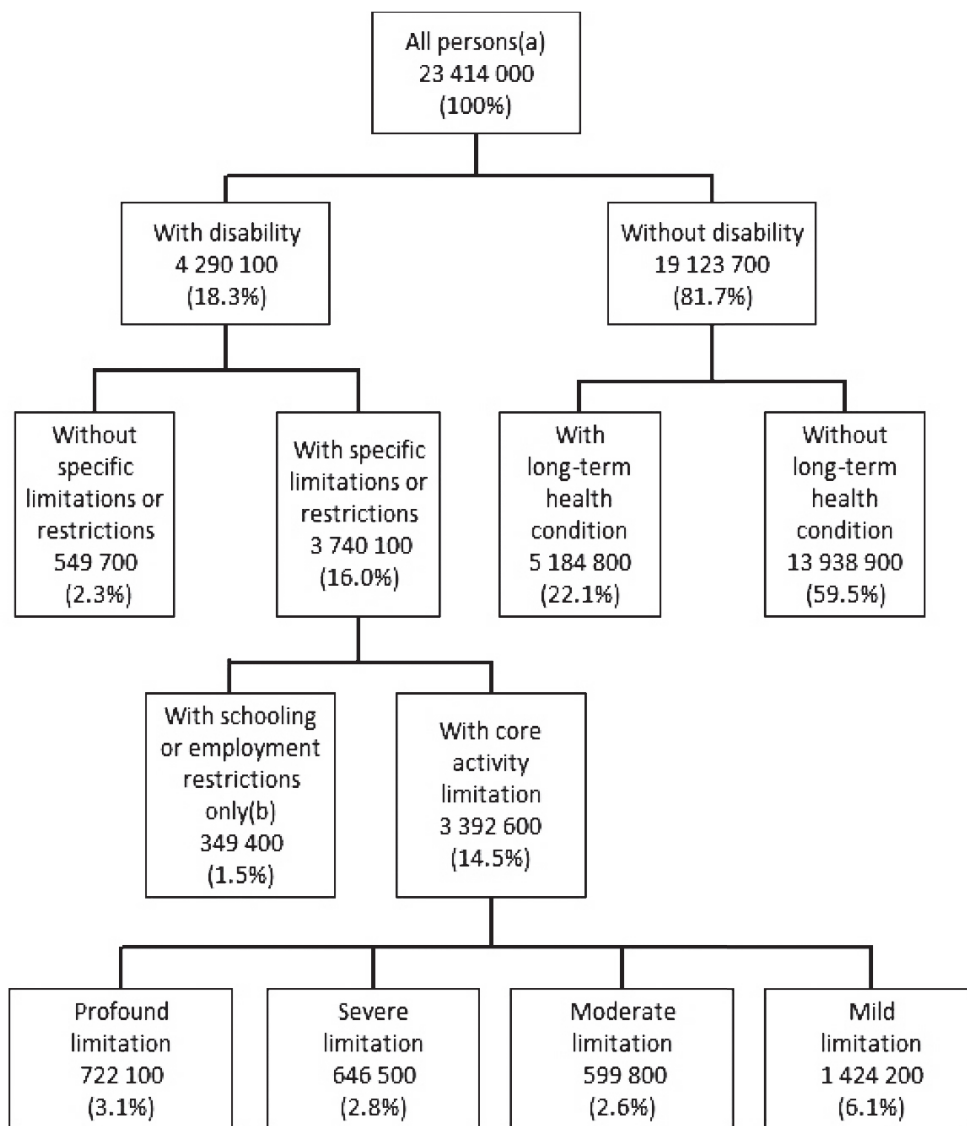
Para os indivíduos identificados como “pessoa com deficiência” pergunta-se, preferencialmente por entrevista pessoal, sobre cuidado e assistência necessária e recebida para locomoção, autocuidados, comunicação, tarefas cognitivas e emocionais, cuidados com a saúde, afazeres domésticos, manutenção da casa, preparação de alimentos, escrita e leitura e transporte. Indaga-se também sobre a utilização de aparelhos e equipamentos de auxílio, oferta de serviços e qualidade dos serviços recebidos, em especial a participação no National Disability Insurance Scheme - NDIS, programa nacional de seguro para pessoas com deficiência –, acesso e barreiras ao serviço de saúde, uso da Internet, restrições nos ambientes escolar e de trabalho, participação social e comunitária, sensação de insegurança, acessibilidade e discriminação.

Há, pois, uma vasta gama de indicadores que podem ser produzidos a partir dos dados da SDAC. Na Figura 4, podemos ver a população australiana; o número e a proporção de pessoas com deficiência e sem deficiência; dentre as pessoas com deficiência, o número e a proporção das que tem e das que não tem limitações ou restrições específicas; dentre as que tem limitações ou restrições específicas, o número e a proporção das que tem limitações em atividades básicas. Na última linha do organograma apresentado na Figura 4, há a classificação da deficiência segundo o grau de limitações em atividades básicas vivenciado pelos indivíduos, conforme as descrições em seguida.

- Pessoa com limitação profunda (*profound limitation*): não consegue ou sempre necessita de assistência para realizar uma atividade básica (mobilidade, cuidados pessoais e comunicação);
- Pessoa com limitação severa (*severe limitation*): necessita às vezes de assistência para realizar uma atividade básica ou tem dificuldade de entender ou ser entendido por familiares ou amigos ou se comunica mais facilmente por linguagem de sinais ou outra forma de comunicação não oral;
- Pessoa com limitação moderada (*moderate limitation*): não necessita de assistência, mas tem dificuldade para realizar uma atividade básica;
- Pessoa com limitação leve (*mild limitation*): usa aparelho ou instrumento de auxílio ou tem uma ou mais das seguintes limitações: não consegue andar facilmente 200 metros, não consegue subir ou descer escadas sem corrimão, não consegue se curvar facilmente para pegar um objeto do chão, não consegue usar transporte público, consegue usar transporte pública, mas carece de auxílio ou supervisão, não carece de auxílio nem supervisão, mas usa o transporte público com dificuldade.

Figura 4 - População por deficiência e características selecionadas, segundo a Survey of Disability, Ageing and Carers - SDAC 2015

Conceptual Framework: All persons, by disability status, 2015



Note:

- estimates have been rounded to the nearest one hundred persons
- due to rounding the sum of sub-totals may not equal totals
- derived from Table 3.1

(a) For more information on the terms used, refer to the Glossary and appendices associated with this publication.

(b) Excludes people with disability who have both a core activity limitation and a schooling or employment restriction.

Source: ABS Survey of Disability, Ageing and Carers, Australia: Summary of Findings - 2015

Fonte: Australian Bureau of Statistics.

Tendo como horizonte a comparabilidade internacional da prevalência da pessoa com deficiência na população, o ABS aplicou, pela primeira vez em 2016 a Supplementary Disability Survey - SDS, pesquisa direcionada a uma subamostra da SDAC, selecionada a partir dos domicílios cujos responsáveis se voluntariaram a participar da SDS. A SDS¹⁷ é composta unicamente pelas questões do conjunto curto de questões do Grupo de Washington, sem qualquer alteração na redação, na ordem das perguntas nem nas opções de resposta. A entrevista é feita com o responsável pelo domicílio, por telefone, e investiga somente as pessoas com 5 anos de idade ou mais.

O censo demográfico australiano¹⁸ começou a investigar a temática em 2006, incluindo questões sobre a necessidade de assistência em atividades básicas (*core activity need for assistance*), que se mantiveram inalteradas em 2011 e 2016. A partir de perguntas sobre a necessidade de assistência para a realização de atividades de autocuidados, mobilidade e comunicação e sobre a razão pela qual os entrevistados precisavam dessa ajuda, classifica como “pessoa que necessita de assistência com atividade básica” aquelas que respondem afirmativamente com relação a uma ou mais dessas atividades e apontem como razão uma deficiência, problema de saúde permanente ou idade avançada. Este indicador, segundo o ABS, é representativo das pessoas com deficiência severa e profunda.

Tendo em vista as diferenças nas dimensões da deficiência investigadas, nas metodologias de coleta das fontes de dados do ABS e de cálculo da proporção de pessoas com deficiência na população australiana, não se poderia esperar equivalência nos resultados obtidos. A SDAC 2015 encontrou uma proporção de 18,3% de pessoas com deficiência, sendo 5,9% a proporção de pessoas com deficiência severa ou profunda na população. Na SDS 2016, que construiu o indicador conforme as recomendações do Grupo de Washington sobre a linha de corte e considerando apenas as pessoas com 18 anos ou mais de idade, a proporção de pessoas com deficiência chegou a 6,7%.

Canadá

O Canadá é outro país com vasta experiência na produção de estatísticas sobre deficiência. O Statistics Canada - StatCan já realizou diversas pesquisas abordando desde a prevalência das pessoas com deficiência na população, suas características sociodemográficas, condições de saúde, limitações em atividades e participação, até as instituições de assistência e os custos dos serviços necessários às pessoas com deficiência. São exemplos desses trabalhos a National Population Health Survey - NPHS, a Health and Activity Limitation Survey - HALS, a Participation and Activity Limitation Survey - PALS, a Long-term Care Facilities Survey - LTCFS e a Price Survey of Assistive Devices for Persons with Disabilities. Atualmente, o StatCan investiga o tema pessoa com deficiência por meio de seu censo demográfico – no questionário estendido aplicado a uma amostra – e da Canadian Survey on Disability - CSD, sendo que o censo serve como triagem para a construção da amostra da CSD.

O questionário do censo demográfico do Canadá de 2016¹⁹ inspirou-se nas perguntas do conjunto curto de questões do Grupo de Washington, mas modificou a sua redação. Ampliou o escopo de algumas perguntas, abordando o uso das mãos e dos dedos, outras

¹⁷ Para informações mais detalhadas sobre a Supplementary Disability Survey - SDS, consultar: <<http://www.abs.gov.au/ausstats%5Cabs@.nsf/0/2403CDF924A0CD71CA257FE100139B23?OpenDocument>>.

¹⁸ Para informações mais detalhadas sobre o censo demográfico da Austrália, consultar: <<http://www.abs.gov.au/websitedbs/D3310114.nsf/Home/Census?OpenDocument&ref=topBar>>.

¹⁹ Para informações mais detalhadas sobre o censo demográfico do Canadá, consultar: <<http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2016/dp-pd/index-eng.cfm>>.

atividades físicas e aprendizado. Excluiu dos domínios investigados os autocuidados e a comunicação e acrescentou a saúde mental e problemas de saúde permanentes. Alterou, ainda, essencialmente a mensuração da deficiência, pois as possibilidades de resposta às questões não referenciaram graus de dificuldade (nenhuma, alguma, muita e não consegue), mas trataram da frequência em que as dificuldades se apresentam (não tem, às vezes, frequentemente, sempre), como se pode observar na Figura 5.

Figura 5 - Questões no questionário da amostra do 2016 Census do Canadá

ACTIVITIES OF DAILY LIVING		
The following question is about difficulties a person may have doing certain activities. Only difficulties or long-term conditions that have lasted or are expected to last for six months or more should be considered.		
11 Does this person have any: a) difficulty seeing (even when wearing glasses or contact lenses)? b) difficulty hearing (even when using a hearing aid)? c) difficulty walking, using stairs, using his/her hands or fingers or doing other physical activities? d) difficulty learning, remembering or concentrating? e) emotional, psychological or mental health conditions (e.g., anxiety, depression, bipolar disorder, substance abuse, anorexia, etc.)? f) other health problem or long-term condition that has lasted or is expected to last for six months or more ? Exclude: any health problems previously reported above.	FOR INFORMATION ONLY	
	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always
	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always
	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always
	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always
	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always
	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always	<input type="radio"/> No <input type="radio"/> Often <input type="radio"/> Sometimes <input type="radio"/> Always

Fonte: Statistics Canada.

A CSD²⁰, que em 2017 leva a campo a sua segunda edição, tem como população-alvo os moradores de domicílios particulares com 15 anos ou mais de idade que responderam ter dificuldade às vezes, frequentemente ou sempre em alguma das questões da Figura 5²¹. As mesmas perguntas aplicadas no censo aparecem logo no início do questionário da CSD. Elas são aplicadas também a uma amostra extra de pessoas que responderam não ter dificuldades no censo, para fins de teste dessas questões para falsos negativos, o que se justifica principalmente por ter sido a primeira

²⁰ Para informações mais detalhadas sobre a Canadian Survey on Disability - CSD, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/eng/survey/household/3251>>.

²¹ Anteriormente, as pesquisas Participation and Activity Limitation Survey - PALS e Health and Activity Limitation Survey - HALS foram aplicadas no período pós-censitário, com amostras construídas com base no censo.

oportunidade em que tais perguntas apareceram no censo canadense²². Para identificar as pessoas com deficiência, a CSD aplica diversas questões além das previstas no censo e aproxima-se mais do racional da CIF, recorrendo, nas perguntas sobre funções do corpo e atividades, a uma escala de nível de dificuldade e distinguindo, nas perguntas sobre atividades, entre capacidade e desempenho.

Tratando-se de uma pesquisa específica sobre pessoa com deficiência, a CSD consegue abarcar uma série de dimensões da deficiência e aspectos das condições de vida dos indivíduos. Além das questões que identificam as pessoas com deficiência, investiga as condições de saúde, idade em que a deficiência se manifestou, uso de recursos de auxílio e medicamentos, ajuda recebida, serviços de saúde, acessibilidade em serviços governamentais, uso da Internet, educação, trabalho, previdência social e rendimentos.

Com os resultados da primeira edição da CSD, em 2012, o indicador sobre o grau de severidade da deficiência não derivou diretamente das respostas às questões sobre deficiências individualmente consideradas. Para cada um dos 10 tipos de deficiência investigados foi atribuído um escore, utilizando-se uma escala de escores que considerou tanto a frequência com que as atividades dos indivíduos eram limitadas pela deficiência, quanto o nível de dificuldade para sua realização. Cada informante recebeu, então, um escore global de severidade, derivado de todos os tipos possíveis de deficiência conjuntamente. Para tornar os resultados inteligíveis os escores foram organizados em quatro classes de severidade: leve, moderada, severa e muito severa. À época, receberam destaque na divulgação de resultados as informações sobre alguns tipos de deficiência e deficiência entre as mulheres.

América Latina e Caribe

A produção de estatísticas sobre pessoa com deficiência na América Latina e no Caribe é marcada, como se observou no Cartograma 1, por considerável adesão às recomendações do Grupo de Washington. Argentina (2010), Aruba (2010), Brasil (2010), Honduras (2013), Jamaica (2011), México (2010), Panamá (2010), Paraguai (2012), Peru (2007) e República Dominicana (2010) utilizaram o conjunto curto de questões do Grupo de Washington – ainda que com variações – em seus censos populacionais; Honduras, México, Panamá, Peru e República Dominicana em pesquisas nacionais ou módulos sobre deficiência.

No entanto, pode-se observar que, na rodada dos censos de 2010²³, apesar do recurso às questões do Grupo de Washington, alguns países ainda mantiveram a tendência de considerar apenas a presença ou ausência de deficiência (em seu sentido guarda-chuva, abarcando impedimentos e limitações de atividades e participação), sem a utilização de uma escala para mensurar os graus de dificuldade nos domínios abarcados pelas perguntas. Argentina, Honduras, México, Panamá e República Dominicana, por exemplo, fizeram essa opção. Com relação a Honduras e México, constata-se, ainda, influência do modelo biomédico da deficiência, na medida em que fenômenos

²² No censo canadense de 2011, o bloco sobre atividades diárias conteve apenas duas questões: *Does this person have any difficulty hearing, seeing, communicating, walking, climbing stairs, bending, learning or doing any similar activities? e Does a physical condition or mental condition or health problem reduce the amount or the kind of activity this person can do?* A segunda desmembrava-se para abordar o ambiente residencial, escolar e de trabalho e outras atividades, como transporte e lazer.

²³ Para informações mais detalhadas sobre os questionários dos censos demográficos dos países latino-americanos, consultar: <<https://observatoriocensal.org/biblioteca-2/cuestionarios/>>.

individuais aparecem como causas diretas das deficiências (*discapacidad*), afastando a concepção da deficiência como um produto resultante também dos fatores ambientais. Um trecho do questionário do censo do México pode ser visto na Figura 6.

Figura 6 - Questões no questionário do Censo de Población y Vivienda 2010 do México

10. DISCAPACIDAD		11. CAUSA DE LA DISCAPACIDAD	
En su vida diaria, ¿(NOMBRE) tiene dificultad al realizar las siguientes actividades:		¿(NOMBRE) tiene dificultad para	
<small>LEA TODAS LAS OPCIONES Y CIRCULE LAS RESPUESTAS AFIRMATIVAS</small>		<small>PARA CADA OPCIÓN CIRCULADA EN LA PREGUNTA 10 LEA LAS OPCIONES Y ANOTE SÓLO UN CÓDIGO DE CAUSA</small>	
	<small>CÓDIGO DE CAUSA</small>		
caminar, moverse, subir o bajar?..... 10	<input type="checkbox"/>	porque nació así?..... 1	
ver, aun usando lentes?..... 11	<input type="checkbox"/>	por una enfermedad?..... 2	
hablar, comunicarse o conversar? 12	<input type="checkbox"/>	por un accidente? 3	
oír, aun usando aparato auditivo?..... 13	<input type="checkbox"/>	por edad avanzada?..... 4	
vestirse, bañarse o comer?..... 14	<input type="checkbox"/>	por otra causa?..... 5	
poner atención o aprender cosas sencillas?..... 15	<input type="checkbox"/>		
¿Tiene alguna limitación mental?..... 16	<input type="checkbox"/>		
Entonces, ¿no tiene dificultad física o mental? 17	<input type="checkbox"/>		
	<small>PASE A 12</small>		

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.

Em 2015, porém, na Encuesta Nacional de los Hogares - ENH²⁴, que contou com um módulo sobre saúde, o Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, do México, incorporou o uso de escala para mensurar a dificuldade de realização das funções e atividades investigadas, conforme recomendado pelo Grupo de Washington. Além disso, as questões contemplaram atividades da CIF em níveis mais detalhados da classificação, perguntando sobre a dificuldade de andar diferentes distâncias e de ouvir uma conversa, por exemplo. Investigou-se ainda o uso de recursos de auxílio, inclusive a ajuda de terceiros. Essas questões para a identificação de deficiências da ENH foram aplicadas a pessoas com 3 anos de idade ou mais.

O Chile destaca-se entre os países que ainda não incorporaram as recomendações do Grupo de Washington às suas investigações sobre deficiência, por ter sido o país pioneiro na implantação da MDS, aplicando-a como pesquisa nacional – II Estudio Nacional de la Discapacidad - II ENDISC – em 2015. De fato, a II ENDISC²⁵ utilizou como base de seu questionário os Módulos 3000, 4000 e 5000 da MDS, contando com perguntas sobre fatores ambientais, atividades e participação pela ótica do desempenho e da capacidade, impedimentos em funções e estruturas do corpo e condições de saúde. Um bloco de perguntas foi direcionado a pessoas de 18 anos ou mais de idade, que deveriam, sempre que capazes, respondê-lo pessoalmente, e outro a pessoas de 2 a 17 anos, que poderiam ser representadas por um adulto responsável.

Para a identificação das pessoas com deficiência, a II ENDISC também seguiu a metodologia desenvolvida para a MDS. Assim, a partir das respostas obtidas, os níveis estimados de capacidade e desempenho das pessoas foram transformados linearmente em escalas de 0 (menor nível de dificuldade) a 100 (maior nível de dificuldade). Contudo,

²⁴ Para informações mais detalhadas sobre a Encuesta Nacional de los Hogares - ENH, consultar: <<http://www.beta.inegi.org.mx/proyectos/enchogares/regulares/enh/2016/default.html>>.

²⁵ Para informações mais detalhadas sobre o II Estudio Nacional de la Discapacidad - II ENDISC, consultar: <http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/endisc/docs/Libro_Resultados_II_Estudio_Nacional_de_la_Discapacidad.pdf>.

se todas as pessoas recebem um escore e se todos esses escores são maiores do que 0, isso não significa que todas elas serão consideradas pessoas com deficiência. Aplica-se uma linha de corte, calculada a partir da média da pontuação obtida, na escala métrica gerada, pelas pessoas que declararam ter dificuldade severa ou extrema em algum dos seguintes domínios: mobilidade, autocuidados, dor, cognição, relações interpessoais, visão, sono e energia e emoção. A aplicação dessa metodologia permite distinguir entre pessoas com menores níveis de dificuldade em capacidade (*dificuldade en capacidad*) e/ou desempenho (*dificuldade en desempeño*) das pessoas com deficiência (*situación de discapacidad*), como se observa na Figura 7.

Figura 7 - Tabelas sobre níveis de dificuldade em capacidade e desempenho e proporção de pessoas com deficiência, segundo a severidade da deficiência no II Estudio Nacional de la Discapacidad - II ENDISC

Tabla 1: Capacidad según niveles de dificultad

Nivel de Dificultad en Capacidad	N	%
Ninguna	1.062.351	8,15
Leve	6.533.675	50,15
Moderada	2.825.212	21,69
Severa	2.606.914	20,01
Total	13.028.152	100

Tabla 2: Desempeño predictivo según niveles de dificultad

Nivel de Dificultad en Desempeño	N	%
Ninguna	4.791.520	36,78
Leve	4.387.041	33,67
Moderada	2.765.288	21,23
Severa	1.084.303	8,32
Total	13.028.152	100

Tabla 3: Situación de Discapacidad según niveles de severidad

Situación de Discapacidad según nivel de severidad	N	%
Personas sin situación de Discapacidad	10.421.238	79,99
Personas en situación de Discapacidad Leve a Moderada	1.523.949	11,7
Personas en situación de Discapacidad Severa	1.082.965	8,31
Total	13.028.152	100

Fonte: ESTUDIO nacional de la discapacidad 2015. Santiago de Chile: Servicio Nacional de la Discapacidad - SENADIS, 2016. 267 p. Disponível em: <http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/endisc/docs/Libro_Resultados_II_Estudio_Nacional_de_la_Discapacidad.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

Essa breve análise da produção de estatísticas sobre pessoas com deficiência pelos países selecionados mostra que, apesar dos esforços empreendidos por organismos internacionais no sentido de harmonizar indicadores e favorecer a comparabilidade de resultados, ainda há que se ter cautela ao comparar a prevalência de pessoas com deficiência nos diferentes países. O conjunto curto de questões do Grupo de Washington é atualmente o principal instrumento utilizado pelos institutos oficiais de estatísticas, porém com as adaptações que entendem pertinentes para a sua realidade nacional.

A trajetória da abordagem da pessoa com deficiência pelo IBGE

Do Recenseamento Geral do Império, em 1872, ao Censo Demográfico 1940

O levantamento de informações oficiais sobre o tema pessoa com deficiência no Brasil precede a fundação do IBGE. Criada em 14 de janeiro de 1871, a Directoria Geral de Estatística foi atribuída da direção dos trabalhos de recenseamento da população do Império e, posteriormente, dos Estados Unidos do Brasil²⁶. Nesse contexto, realizou os censos demográficos de 1872, 1890, 1900 e 1920. Todos eles coletaram informações sobre pessoa com deficiência, conforme as concepções do final do Século XIX e início do Século XX. Atendeu-se, assim, a resolução do primeiro congresso internacional de estatística, reunido em Bruxelas em 1853, que apontou a importância da inclusão dentre os assuntos de um censo populacional das “doenças e enfermidades aparentes”, orientação reafirmada pelos congressos internacionais seguintes, também reunidos em solo europeu (RECENSEAMENTO..., 1923).

Um traço comum a todos esses censos foi a utilização do termo “defeito physico” e a aplicação de questões restritas ao registro da existência dos ditos defeitos. O preenchimento dos questionários e, conseqüentemente das informações sobre os defeitos, era atribuição do chefe de família, no caso de domicílios particulares, e, além dele, de outros assinalados nas instruções respectivas, nos domicílios coletivos²⁷. Por outro lado, tais censos distinguiram-se pela relação de defeitos que buscavam investigar. Passou-se de um rol mais amplo, em 1872, que abarcava “surdo-mudos”, “cegos”, “tortos”, “aleijados”, “dementes” e “alienados”, até um mais restrito, em 1920, que incluía apenas “surdo-mudos” e “cegos”.

A inclusão do tema no Censo realizado em 1872 foi determinada pelo Decreto n. 4.856, de 30.12.1871, que trouxe o regulamento para a execução do recenseamento. Foram recenseados 10.112.061 habitantes. A lista de família era distribuída pelos agentes censitários nos domicílios e nelas deveriam ser declaradas as informações do chefe de família, da mulher, dos filhos, dos outros parentes moradores do domicílio, criados, escravos, agregados e hóspedes que pernoveram no domicílio na noite de referência (RECENSEAMENTO..., 1872). É interessante observar que, enquanto o Decreto n. 4.856 falava em “enfermidades”, a lista de família abarcava-as no quesito “condições especiais e observações” e, na divulgação de resultados, apresentou-se a seção “quadro geral da população considerada em relação aos defeitos physicos”. Nessa seção, as informações coletadas foram desagregadas pelo estado de livres ou escravos, sexo, tipo de defeito, segundo província, paróquia e município neutro²⁸ (RECENSEAMENTO..., [1874]).

No Censo realizado em 1890, foram aplicados três questionários: um boletim de informações individuais, um boletim de informações quanto ao indivíduo

²⁶ A Directoria Geral de Estatística foi criada pelo Decreto n. 4.676, de 14.01.1871, suprimida por determinação da Lei n. 2.940, de 31.10. 1879, e reorganizada pelo Decreto n. 113-D, de 02.01.1890.

²⁷ Consideravam-se domicílios coletivos, dentre outros, presídios, colégios internos, hospitais e hospedarias.

²⁸ Divisões administrativas do Brasil Imperial.

na família e um boletim de informações quanto ao indivíduo na sociedade. No boletim de informações individuais havia uma questão para o registro de “defeitos físicos” de todos os indivíduos e no boletim de informações quanto ao indivíduo na família, uma questão para o registro de “defeitos físicos” dos filhos. Conforme as instruções quanto ao modo de responder às questões, bastava assinalar “sim” na coluna correspondente ao defeito apresentado pelo indivíduo. O rol de defeitos previsto no censo realizado em 1872 foi alterado, acrescentando-se “surdo”, retirando-se “tortos” e “alienados” e substituindo-se “demente” por “idiota” (INSTRUÇÕES..., 1890).

Em 1900, as informações sobre pessoa com deficiência constavam apenas do boletim individual, uma vez que a carta de família foi reduzida a registrar nomes e relação com o chefe do domicílio. A orientação constante do próprio boletim era o preenchimento da questão “defeito físico” mencionando apenas se o indivíduo era “cego”, “surdo-mudo” ou “idiota” (RECENSEAMENTO..., 1900). Segundo as instruções para a apuração dos dados, o recenseamento completo de cada município compreenderia dentre seus resultados o quadro “população segundo a filiação, defeitos físicos e lugar da residência, por sexo e em relação às nacionalidades brasileira, estrangeira e ignorada” (INSTRUÇÕES..., 1907).

Na contramão do que dispunham as recomendações internacionais mais atuais no período, o censo realizado em 1920 excluiu “idiota” das informações coletadas, indagando apenas se os indivíduos eram cegos e/ou surdo-mudos. Segundo a Diretoria Geral de Estatística, seguia-se a mesma prática de países como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Itália, Bélgica, Holanda, Suécia, Estados Unidos e Argentina, “entendendo, como Lavasseur, que aos asylos de alienados compete o inquerito sobre as varias especies de demencia, por serem muito mais precisas as informações desses estabelecimentos de assistencia” (RECENSEAMENTO..., 1923).

O primeiro censo demográfico realizado pelo IBGE, em 1940, também investigou apenas a presença de “surdo-mudez” e a “cegueira”. Além do termo “defeito físico”, aparecem no material de divulgação de resultados as expressões “enfermidades” e “estados patológicos”. A principal novidade na seara da deficiência introduzida pelo Censo Demográfico 1940 foi indagar sobre a origem da “cegueira”, se era “de nascença”, “por doença” ou “por acidente”. Assim, os indivíduos que tiveram resposta afirmativa para pelo menos uma daquelas características foram classificados em “cegos” – divididos em “nascido cego”, “cego por doença”, “cego por acidente” e “cego com a origem do defeito não declarada” – “surdos-mudos” e “surdos-mudos cegos”. O censo demográfico de 1940 foi a última oportunidade em que o IBGE aplicou as questões sobre deficiência ao universo da população recenseada e também em que as respostas sobre o tema deveriam ser escritas nos questionários por um representante do domicílio e não por um agente de coleta.

No Quadro 6, temos um comparativo das questões sobre pessoa com deficiência do Recenseamento Geral do Império em 1872 ao Censo Demográfico de 1940, na forma como apareceram em seus questionários de coleta, bem como as instruções para seu preenchimento.

Quadro 6 - Questões e instruções sobre pessoa com deficiência nos questionários do Censo Demográfico no período de 1872 a 1940

Ano do Censo	Questões sobre pessoa com deficiência	Instruções para o preenchimento das questões
1872	Condições especiais	A respeito dos hospedes e transeuntes deve-se declarar o logar de seu domicílio, e dos ausentes o logar em que se acham, sendo sabido. Si algumas das pessoas da relação forem surdo-mudos, cegos, tortos, aleijados, dementes, alienados, isto será aqui declarado. A respeito das crianças de 6 a 15 anos deve-se declarar si frequentam a escola
1890	XI – Defeito physico Cego / Surdo-mudo / Surdo / Idiota / Aleijado	Sem instruções no questionário
1900	Defeito physico	Mencionar sómente si é cego, surdo-mudo ou idiota
1920	8. É cego? É surdo-mudo?	Escrever – cego – como afirmação do primeiro caso; escrever – surdo-mudo – como afirmação do segundo caso; escrever – não – nos casos contrários
1940	É surdo-mudo? É cego: De nascença? Por doença? Por acidente?	Se o recenseado for surdo-mudo, declarar êsse defeito, Se for cego, informar se o e de nascença ou se ficou cego por causa superveniente, especificando essa causa. A resposta sera, portanto, "nascido cego", "cego par doença", "cego por acidente", ou a palavra "Não" na linha do queslto, quando se tratar de pessoa que não seja cega ou surdo-muda

Fonte: As Autoras.

Nota: Informações extraídas dos respectivos questionários.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1981 e o Censo Demográfico 1991

Após um longo período sem abarcar o tema pessoa com deficiência em suas pesquisas²⁹, o IBGE retoma as investigações sobre o assunto na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1981, inserido em um suplemento específico sobre saúde, e no Censo Demográfico 1991. O Censo Demográfico 1991 foi o primeiro após a Lei n. 7.853, de 24.10.1989, que determinou a inclusão da temática nos censos demográficos com o objetivo de manter atualizado o conhecimento do número de pessoas com deficiência no País.

²⁹ "O campo de investigação do Censo Demográfico 1950 sofreu considerável redução em confronto com o de 1940. O número de quesitos baixou de 45 para 25, com a eliminação das perguntas referentes à cegueira, surdo-mudez, naturalidade dos pais do recenseado, data da fixação de residência no País, dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, sindicalização, propriedade de imóveis, previdência social e seguros privados. Excluíram-se, ainda, dos boletins as indagações que visavam conhecer a idade do recenseado na data de nascimento do primeiro filho; o número de pessoas que falavam corretamente o Português; o de pessoas que recebiam instrução, a espécie, o grau dessa instrução e o local onde era ministrada; o de pessoas que se habilitaram em alguma arte ou ofício; e a espécie de remuneração na ocupação principal ou suplementar" (INTRODUÇÃO..., 2003.)

Diferentemente dos recenseamentos populacionais realizados no final do Século XIX e na primeira metade do Século XX, deixou-se de aplicar os quesitos sobre deficiência a toda a população brasileira. Afinal, a PNAD é uma pesquisa amostral e o Censo Demográfico 1991 – bem como os de 2000 e 2010 – adotou dois questionários, um aplicado ao universo da população e outro a uma amostra, sendo que os quesitos sobre pessoa com deficiência constam desde então no questionário da amostra.

Na PNAD 1981, o questionário sobre mão de obra (PESQUISA..., [1981b]), aplicado para captar características dos domicílios e seus moradores, contou com questões para a triagem dos indivíduos que seriam investigados pelo Suplemento de Saúde. Especificamente o bloco D, “Deficientes”, só foi aplicado a quem teve “sim” como resposta à questão *Alguém que more aqui apresenta cegueira, surdez, mudez, retardamento ou doença mental, falta ou paralisia de alguma parte do corpo?* Segundo as instruções do manual de coleta, o informante seria preferencialmente a pessoa pesquisada – exceto as crianças –, mas era permitido coletar as respostas também de outra pessoa com conhecimento das características dos demais moradores.

Foi a primeira vez em que não se utilizou o termo “defeito” nos materiais de pesquisa, aparecendo, além de “deficientes” e “deficiência”, “enfermidades” e “estados patológicos”. Interessante observar que, ao mesmo tempo, a PNAD 1981 inovou ao trazer questões relativas à assistência, obtendo informações com potencial para contribuir com a construção de políticas públicas setoriais. A esse respeito, perguntou: *1. Por causa deste problema está ligado a alguma associação ou instituição de assistência? 2. Recebe alguma assistência especial em decorrência do problema? 3. Que tipo de assistência recebe?*

Caso houvesse resposta afirmativa à primeira ou à segunda pergunta, aplicava-se a terceira, que apresentava como respostas “assistência médica”, “tratamento de reabilitação”, “programa de habilitação profissional” e “outro” (PESQUISA..., [1981c]).

No Censo Demográfico 1991, a investigação voltou a se restringir à existência dos “tipos de deficiência”. Comparando-se as instruções para o entrevistador de 1981 e para o recenseador de 1991, constantes do Quadro 7, embora praticamente os mesmos tipos de deficiências aparecessem em ambos os questionários, as definições das deficiências divergiam. Assim, um mesmo indivíduo cujas características tivessem se mantido constantes entre 1981 e 1991 poderia responder afirmativamente ao quesito sobre uma determinada deficiência na PNAD e negativamente no censo. Exemplificando, veja-se que, no quesito sobre retardamento ou doença mental da PNAD 1981, incluíam-se os casos de paranoias e esquizofrenias, enquanto os mesmos estavam expressamente excluídos do quesito sobre deficiência mental do Censo 1991. Em “falta de algum membro ou parte dele” em 1981, incluíam-se as pessoas sem todos os dedos da mão, o dedo polegar e/ou o indicador, mas em 1991 a falta de dedos não deveria ser considerada como “falta de um dos membros superiores ou parte deles” (PESQUISA..., 1981a e X RECENSEAMENTO..., 1991).

Veja-se também que, a descrição da cegueira e da surdez, em 1981, embora tenha incluído incapacidade de ver e incapacidade de ouvir, não se cogitou a existência de limitações que não implicassem incapacidade absoluta, mas algum grau de dificuldade. Já em 1991, constou na instrução “pessoa totalmente cega” e “pessoa totalmente surda”, excluindo-se expressamente a pessoa que enxergava ou ouvia com dificuldade. Esse é um fator que aproxima tanto a PNAD 1981, quanto o Censo Demográfico 1991 dos censos demográficos de 1872 a 1940. Outro é essa indagação restrita à existência de determinadas características dos indivíduos. É interessante notar que, apesar da existência da CID-10 desde 1980, apenas a dimensão dos impedimentos continuava sendo abordada. Assim, foi enquadrada como “deficiente” em ambos os levantamentos qualquer pessoa com resposta afirmativa para um desses impedimentos.

Quadro 7 - Instruções sobre tipos de deficiência nos manuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1981 e do Censo Demográfico 1991

Tipo de deficiência	Pnad 1981	Censo 1991
Cegueira	Para a pessoa que apresentar incapacidade de ver (cegueira dos dois olhos) ocasionada por problemas de visão ou ausência dos globos oculares	Para a pessoa que é totalmente cega desde o nascimento ou que tenha perdido a visão posteriormente por doença ou acidente. Não considerar cega a pessoa que enxerga com dificuldade
Surdez	Para a pessoa que apresentar incapacidade de ouvir (surdez dos dois ouvidos)	Para a pessoa que é totalmente surda desde o nascimento (surdo-mudez) ou que tenha perdido a audição posteriormente por doença ou acidente. Não considerar surda a pessoa que ouve com dificuldade
Surdo-mudez	Para a pessoa que apresentar incapacidade absoluta, geralmente congênita, de ouvir e que teve como consequência a incapacidade de falar. Incluir neste item o surdo-mudo readaptado (que aprendeu a falar)	Não contém essa categoria
Retardamento ou doença mental (Pnad 1981) / deficiência mental (Censo 1991)	Para a pessoa que apresentar problemas de retardamento do desenvolvimento mental e motor, como, por exemplo, a idiotia e o mongolismo. Incluir neste item os casos "percebidos" pela família como sendo de atraso no desenvolvimento mental, ou referidos como excepcionais, ainda que não tenha havido diagnóstico médico. Incluir, também, neste item os casos de loucura ainda que sem diagnóstico médico, paranoias, esquizofrenias, etc	Para a pessoa com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não considerar como tal as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental: neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos
Falta de algum membro ou parte dele	Para a pessoa que, por acidente ou má formação congênita, não tem um ou vários dos membros, ou parte deles como, por exemplo, a mão inteira, todos os dedos da mão, o dedo polegar e/ou indicador, o pé. Neste item devem ser incluídas somente as deficiências que provocam dificuldades funcionais de maior gravidade	Falta de um dos membros superiores ou parte deles: para a pessoa que não tem um dos membros superiores, ou ambos, desde o nascimento ou por posterior amputação devido à doença ou acidente. Considerar como falta de um membro superior a perda de braço, antebraço ou mão. Não considerar como tal a falta de dedos
		Falta de um dos membros inferiores ou parte deles: para a pessoa que não tem um dos membros superiores, ou ambos, desde o nascimento ou por posterior amputação devido à doença ou acidente. Considerar como falta de um membro inferior a perda de toda a perna, parte da perna ou pé. Não considerar como tal a falta de dedos dos pés
Paralisia total ou das duas pernas	Para a pessoa tetraplégica (paralítica dos quatro membros) ou para a pessoa paraplégica (paralítica das duas pernas)	Paralisia total: para a pessoa tetraplégica, ou seja, com os membros superiores (braços) e inferiores (pernas) paralisados
		Paralisia das pernas: para a pessoa paraplégica, ou seja, pessoa com os membros inferiores paralisados
Paralisia de um dos lados	Para a pessoa que tem um lado totalmente paralisado (1 braço e 1 perna) ou para a pessoa que tenha paralisia total de apenas um membro (1 braço ou 1 perna)	Para a pessoa hemiplégica, ou seja, pessoa que tem um dos lados paralisado ou com deficiência motora, decorrente de lesão do sistema nervoso
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	Para a pessoa que não se enquadrar em nenhuma das situações anteriores e sofrer algum outro tipo de deficiência ou incapacidade permanente, como, por exemplo, falta de uma orelha sem implicar surdez, falta de um dedo, que não seja o polegar e/ou indicador, etc.	Não contém essa categoria
Mais de uma	Não contém essa categoria	Para a pessoa portadora de mais de uma das deficiências enumeradas
Nenhuma das enumeradas	Não contém essa categoria	Para a pessoa que não tem nenhuma das deficiências enumeradas anteriormente ou para aquela que não é deficiente

Fonte: As Autoras.

Nota: Informações extraídas dos respectivos instrumentos de coleta.

Suplementos de Saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e o Censo Demográfico 2000 e 2010

As edições da PNAD 1998, 2003 e 2008 trouxeram novamente suplementos dedicados à saúde, mas com um bloco de questões sobre características de mobilidade física dos moradores de 14 anos ou mais de idade. Nessas oportunidades, investigaram os graus de dificuldade, decorrentes de problemas de saúde, com que uma pessoa a partir de 14 anos de idade realizava atividades e tarefas cotidianas, como alimentar-se, tomar banho, ir ao banheiro, correr, levantar objetos pesados, praticar esportes, realizar trabalhos pesados, empurrar uma mesa, realizar consertos domésticos, subir uma ladeira ou escada, abaixar-se, ajoelhar-se, curvar-se, andar mais de um quilômetro e cerca de 100 metros³⁰. Para todos os quesitos, as respostas possíveis eram: “não consegue”; “tem grande dificuldade”; “tem pequena dificuldade”; “não tem dificuldade”. Foi a primeira pesquisa em que o IBGE utilizou uma escala progressiva para mensurar funções, conforme as recomendações internacionais mais modernas para a produção de estatísticas sobre pessoa com deficiência, muito embora não tivesse como escopo construir – nem de fato construiu – indicadores sobre pessoas com deficiência a partir das informações coletadas.

Tanto o censo realizado em 2000 quanto o de 2010 trabalharam com um questionário básico, direcionado a todos os domicílios, e com um questionário estendido, aplicado a uma amostra de domicílios selecionados. A temática da pessoa com deficiência em ambos os recenseamentos constou no questionário da amostra e não havia nenhum óbice a que um único informante respondesse por todos os moradores do domicílio. O Censo Demográfico 2010 inovou ao permitir o preenchimento do questionário pela Internet, buscando alcançar informantes que não estivessem disponíveis por ocasião da visita do recenseador³¹.

O Censo Demográfico 2000 incorporou nas pesquisas brasileiras aspectos da investigação sobre pessoa com deficiência recomendados pelo *Manual for the development of statistical information for disability programmes and policies*, das Nações Unidas. A formulação dos quesitos foi fruto de parceria entre o IBGE e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, do Ministério de Justiça. As questões podem ser classificadas segundo as definições da CID³² em: questões sobre desvantagem (4.10), questões sobre deficiências/impedimentos (4.14) e questões sobre incapacidades (4.11 a 4.13). A questão 4.10 estabelece uma relação de causalidade entre a desvantagem (limitação para trabalhar, ir a escola, brincar etc.) e uma “deficiência mental”; a questão 4.14 investigou a existência de impedimentos físicos e as questões 4.11 a 4.13 investigaram incapacidades físicas, auditivos e visuais, como podemos observar das questões extraídas do questionário de coleta e das descrições constantes do manual do recenseador do Censo 2000, organizadas no Quadro 8.

³⁰ No suplemento de 2008, perguntou-se ainda se o indivíduo tinha dificuldades para fazer compras de alimentos, roupas e medicamentos sem ajuda.

³¹ A coleta pela Internet teve, contudo, pequena cobertura: 43 687 dos 58 051 449 domicílios recenseados, representando 0,1%.

³² As definições da CID podem ser revisitadas no Quadro 1.

Quadro 8 - Questões e instruções sobre pessoa com deficiência nos instrumentos de coleta do Censo Demográfico 2000

Perguntas	Respostas	Instruções
4.10 - Tem alguma deficiência mental permanente que limite as suas atividades habituais? (Como trabalhar, ir a escola, brincar, etc.)	1 – Sim	Se confirmada a existência de deficiência mental permanente, exclusive doença mental, que impeça a pessoa de exercer suas atividades de rotina, tais como: trabalhar, ir a escola, brincar, cuidar dos afazeres domésticos, etc.
	2 – Não	Não considerar como deficiência mental as perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose
4.11- Como avalia a sua capacidade de enxergar? (Se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)	1 – Incapaz	Para a pessoa que se declare totalmente cega
	2 – Grande dificuldade permanente	Para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de cantata
	3 – Alguma dificuldade permanente	Para a pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato
	4 – Nenhuma dificuldade	Para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade para enxergar, ainda que isto exija o uso de óculos ou lentes de contato
4.12 - Como avalia a sua capacidade de ouvir? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)	1 – Incapaz	Para a pessoa que se declare totalmente surda
	2 – Grande dificuldade permanente	Para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo
	3 – Alguma dificuldade permanente	Para a pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo
	4 – Nenhuma dificuldade	Para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo
4.13 - Como avalia a sua capacidade de caminhar/ subir escadas? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)	1 – Incapaz	Para a pessoa que se declare incapaz de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, por deficiência motora
	2 – Grande dificuldade permanente	Para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas permanente sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar
	3 – Alguma dificuldade permanente	Para a pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas permanente sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar
	4 – Nenhuma dificuldade	Para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade de caminhar ou subir escada sem ajuda ainda que isto exija o uso de prótese ou aparelho auxiliar. Considerar neste item as crianças que, por sua pouca idade, apresentam pouca ou nenhuma capacidade de caminhar
4.14 - Tem alguma das seguintes deficiências?	Paralisia permanente total	Para a pessoa que se declare tetraplégica ou quadriplégica, ou seja, possui paralisia dos quatro membros
	Paralisia permanente das pernas	Para a pessoa que se declare paraplégica
	Paralisia permanente de um dos lados do corpo	Para a pessoa que se declare hemiplégica
	Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar	Considere também a perda de parte de um braço ou uma perna
	Nenhuma das enumeradas	Para a pessoa que não possui nenhuma das deficiências enumeradas

Fonte: As Autoras.

Nota: Informações extraídas dos respectivos instrumentos de coleta.

A partir das respostas obtidas, calculou-se a “proporção de pessoas portadoras de deficiência” na população, englobando como pessoa com deficiência todas as que responderam “sim” à questão 4.10, as que responderam “incapaz”, “grande dificuldade permanente” ou “alguma dificuldade permanente” às questões 4.11, 4.12 e 4.13 e as que responderam ter algum dos impedimentos enumerados na 4.14. Na desagregação da informação por tipos de deficiência, além das deficiências mental, visual e auditiva – associadas às questões 4.10, 4.11 e 4.12, respectivamente – foram desagregadas como tipos distintos de deficiência a motora e a física, a primeira derivada da questão 4.13 e a segunda da 4.14 (CENSO DEMOGRÁFICO 2000, 2003).

Foram apresentadas, ainda, estrutura etária, distribuição geográfica, por situação do domicílio, por sexo e por cor ou raça, taxa de alfabetização, frequência escolar, nível de instrução, taxas de atividade e ocupação, distribuição por seção de atividade e grupos de ocupação no trabalho principal e por classes de rendimento dos trabalhos das pessoas com deficiência, propiciando a comparação com as pessoas não identificadas como portadoras de deficiência e a população em geral. Por fim, construiu-se o indicador “esperança de vida livre de incapacidade”, indicador derivado das informações sobre mortalidade e sobre as deficiências e que permite a distinção entre o número de anos de vida livre de qualquer deficiência e o número de anos de vida com pelo menos uma deficiência, segundo a concepção do Censo 2000 (CENSO DEMOGRÁFICO 2000, 2003).

A investigação do tema pessoa com deficiência no Censo 2010 foi construída a partir de estudos conjuntos entre o IBGE e institutos de estatística de outros países do Mercosul³³, que avaliaram as perguntas para mensuração da deficiência recomendadas pelo Grupo de Washington. Nesse passo, foram elaboradas perguntas voltadas para identificar graus de dificuldade em domínios funcionais centrais para a participação do indivíduo na vida em sociedade. Apenas à deficiência mental não se concedeu tal abordagem, como podemos observar no Quadro 9. Em grande medida, as demais perguntas se assemelham às questões do conjunto curto do Grupo de Washington, porém, com relação à dificuldade de caminhar ou subir escadas, inclui dispositivos de auxílio no ambiente padrão no qual os indivíduos são avaliados.

Na construção dos indicadores sobre pessoa com deficiência – pela primeira vez com essa denominação – foram identificadas como pessoas com deficiência todas as que responderam ter pelo menos “alguma dificuldade” em uma das questões 16.4 (deficiência visual), 16.5 (deficiência auditiva) e 16.6 (deficiência motora) e as que responderam “sim” à 16.7 (deficiência mental ou intelectual). Foram divulgadas, ainda, a distribuição espacial, estrutura por idade, sexo e cor ou raça, taxa de alfabetização, frequência escolar, nível de instrução e características do trabalho das pessoas com deficiência (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012).

³³ “Esses estudos se dividiram em um Teste Cognitivo e uma Prova-piloto Conjunta. Os testes cognitivos são projetados para verificar a qualidade de uma ou mais perguntas sobre um tema específico, investigando se o informante entende uma determinada pergunta. Já as provas-piloto conjuntas têm como objetivo principal verificar se as perguntas formuladas são interpretadas de forma consistente nos diferentes países participantes do MERCOSUL, de forma a fornecer dados comparáveis para esses países” (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012).

Quadro 9 - Questões e instruções sobre pessoa com deficiência nos instrumentos de coleta do Censo Demográfico 2010

Perguntas	Respostas	Instruções
6.14 – Tem dificuldade permanente de enxergar? (Se utiliza óculos ou lente de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)	1 – Sim, não consegue de modo algum	Para a pessoa que se declare totalmente incapaz de enxergar
	2 – Sim, grande dificuldade	Para a pessoa que se declare com grande dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato
	3 – Sim, alguma dificuldade	Para a pessoa que se declare com alguma dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato
	4 – Não, nenhuma dificuldade	Para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade para enxergar, ainda que precise usar óculos ou lentes de contato
6.15 – Tem dificuldade permanente de ouvir? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)	1 – Sim, não consegue de modo algum	Para a pessoa que se declare totalmente incapaz de ouvir
	2 – Sim, grande dificuldade	Para a pessoa que se declare com grande dificuldade para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo
	3 – Sim, alguma dificuldade	Para a pessoa que se declare com alguma dificuldade para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo
	4 – Não, nenhuma dificuldade	Para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade para ouvir, ainda que precise usar aparelho auditivo
6.16 – Tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)	1 – Sim, não consegue de modo algum	Para a pessoa que se declare incapaz de caminhar ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa por deficiência motora
	2 – Sim, grande dificuldade	Para a pessoa que se declare com grande dificuldade de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar
	3 – Sim, alguma dificuldade	Para a pessoa que se declare com alguma dificuldade de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar
	4 – Não, nenhuma dificuldade	Para a pessoa que se declare sem nenhuma dificuldade de caminhar ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, ainda que precise usar prótese ou aparelho auxiliar. Incluir as crianças que ainda não aprenderam a andar e não possuem qualquer dificuldade motora
6.17 – Tem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir a escola, brincar, etc.	1 – Sim	Quando for declarada a existência de deficiência mental permanente que dificulte a realização de atividades diárias
	2 – Não	Mesmo quando a pessoa possuir perturbações ou doenças mentais, tais como: autismo, neurose, esquizofrenia e psicose

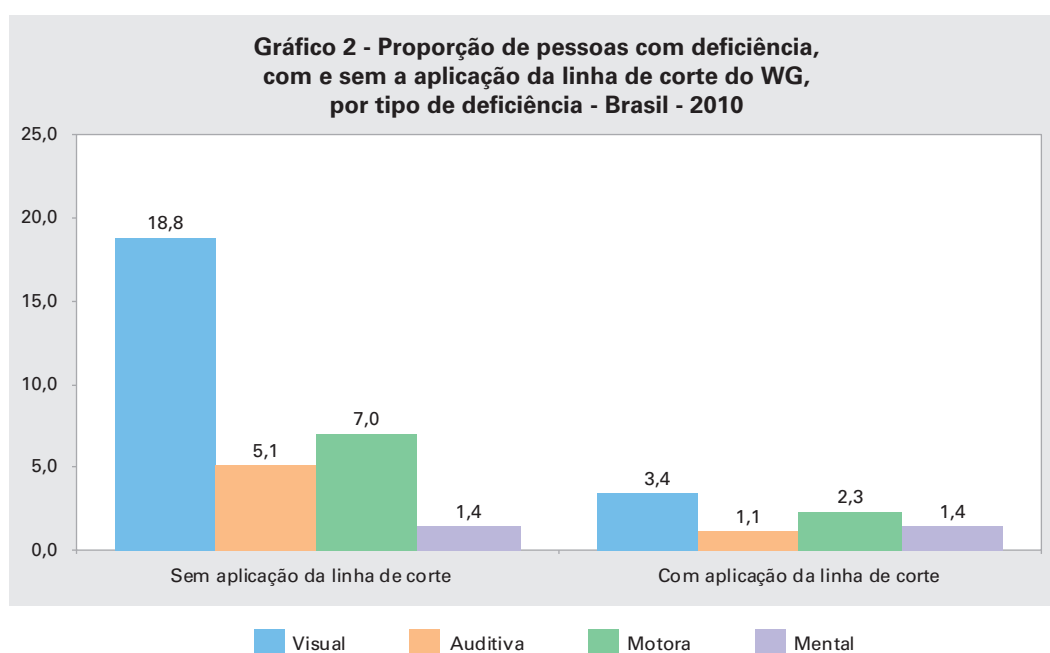
Fonte: As Autoras.

Nota: Informações extraídas dos respectivos instrumentos de coleta.

Com o aprofundamento das reflexões no seio do Grupo de Washington, o IBGE construiu novos indicadores para pessoa com deficiência com base nos dados do Censo 2010, aplicando a linha de corte recomendada pelo Grupo (divulgação por meio de seminário público e nota técnica – no prelo). Assim, a proporção de pessoas com deficiência na população passa a ter em seu numerador apenas as pessoas que responderam ter “muita dificuldade” ou “não consegue de modo algum”, além das que responderam “sim” à questão sobre deficiência mental. Vejamos no Gráfico 1 como ficou o indicador pessoa com deficiência após a aplicação da linha de corte e, no Gráfico 2, a desagregação por tipo de deficiência.



Fonte: elaboração própria, com os dados do Censo Demográfico 2010, IBGE.



Fonte: elaboração própria, com os dados do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Por último, mas não menos importante, vale ressaltar que a construção de indicadores sobre pessoas com deficiência com aplicação de linha de corte não chega a ser inédita. Já havia sido utilizada para identificar “pessoas com deficiência severa” em outras publicações do IBGE com resultados do Censo 2010 (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012; ESTATÍSTICAS..., 2014). Para a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2012, p. 8) as pessoas com deficiência severa devem constituir o “foco primário das políticas públicas” de seu setor de atuação.

Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013

A Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013³⁴, concebida pelo IBGE, em parceria com o Ministério da Saúde, merece menção à parte pois adotou um modelo híbrido de questionário para abordar o tema pessoa com deficiência em um módulo específico. Foram investigadas as deficiências intelectual, física, auditiva e visual e a sequência de perguntas para cada um dos tipos de deficiência era iniciada pela pergunta *tem deficiência (tipo de deficiência)?*, que tinha como respostas possíveis “sim” ou “não”. Deixou-se, pois, em grande medida, a cargo do respondente a definição do que seria uma deficiência e, conseqüentemente, a identificação da pessoa com deficiência. Para os moradores com resposta afirmativa para essa pergunta sobre a existência de determinada deficiência, perguntou-se, ainda, se haviam nascido com a respectiva deficiência ou se fora adquirida por doença ou acidente e com que idade. Na sequência, indagou-se se a deficiência intelectual estava associada a alguma síndrome ou transtorno de desenvolvimento, qual a deficiência física, qual a deficiência auditiva e qual a deficiência visual. Considera-se pois, deficiência como sinônimo de impedimento, semelhante ao que foi feito na PNAD 1981 e no Censo Demográfico 1991.

Por outro lado, utilizou-se uma escala progressiva para a mensuração de limitações na realização de atividades habituais decorrentes dos referidos tipos de deficiência, inclusive da deficiência intelectual. A esse respeito, perguntou-se: *Em geral, em que grau a deficiência (tipo de deficiência) limita as atividades habituais de _____?* As possibilidades de resposta para essas perguntas eram “não limita”, “um pouco”, “moderadamente”, “intensamente”, “muito intensamente/não consegue”. Também se arguiu, em relação a todos os tipos de deficiência, se o indivíduo frequentava algum serviço de reabilitação e, especificamente sobre a deficiência visual, se fazia uso de algum dispositivo de auxílio para auxiliar na locomoção, como bengala articulada e cão-guia. Entende-se que a investigação buscou identificar pessoas com deficiência, mas também teve a preocupação de contribuir com o planejamento da demanda de serviços de saúde.

Apesar da utilização da primeira pergunta com resposta “sim” ou “não”, a identificação como pessoa com deficiência só resultou diretamente da resposta “sim” para a deficiência intelectual e para a deficiência física. No caso da deficiência auditiva, só foram consideradas como pessoa com deficiência aquelas que, além de “sim”, responderam ter surdez nos dois ouvidos, surdez em um ouvido e audição reduzida no outro ou audição reduzida em ambos os ouvidos. No caso da deficiência visual, foram consideradas para fins da construção dos indicadores sobre pessoa com deficiência as que responderam “sim” e cegueira em ambos os olhos, cegueira de um olho e visão reduzida do outro, cegueira de um olho e visão normal do outro ou baixa visão de ambos os olhos, conforme o Quadro 10.

³⁴ A PNS foi a campo pela primeira vez em 2013, substituindo os Suplementos de Saúde aplicados em várias edições da PNAD. A complexidade das necessidades do levantamento mais recente demandou uma pesquisa específica. A próxima PNS está prevista para ir a campo em 2018.

Quadro 10 - Tipos de deficiência e graus em que a deficiência limita as atividades habituais nos instrumentos de coleta da PNS 2013

Tipos de deficiência	Síndromes ou transtornos de desenvolvimento / tipo de deficiência física, auditiva ou visual	Graus em que a deficiência limita as atividades habituais
Deficiência intelectual	<ol style="list-style-type: none"> 1. Síndrome de down 2. Autismo 3. Paralisia cerebral 4. Outra síndrome 	
Deficiência física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Paralisia permanente em um dos lados do corpo 2. Paralisia permanente das pernas e dos braços 3. Paralisia permanente das pernas 4. Paralisia permanente de uma das pernas 5. Amputação ou ausência de perna 6. Amputação ou ausência de braço 7. Amputação ou ausência de mão 8. Amputação ou ausência de pé 9. Deformidade congênita ou adquirida em um ou mais membros 10. Deficiência motora em decorrência de poliomielite ou paralisia infantil 11. Ostomia (adaptação de bolsa de fezes e/ou urina) 12. Nanismo 13. Outra (Especifique) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não limita - Para a pessoa que consegue realizar suas atividades sem esforço. 2. Um pouco - Para a pessoa que normalmente, por problema de saúde, só consegue realizar algumas das atividades à custa de algum esforço. Inclua neste código a pessoa que consegue realizar estas atividades, mas em pelo menos uma delas, tem pequena dificuldade de realizar. 3. Moderadamente - Para a pessoa que normalmente, por problema de saúde, só consegue realizar algumas das atividades à custa de um esforço mediano. 4. Intensamente - Para a pessoa que normalmente, por problema de saúde, só consegue realizar algumas das atividades citadas à custa de muito esforço.
Deficiência auditiva	<ol style="list-style-type: none"> 1. Surdez dos dois ouvidos 2. Surdez de um ouvido e audição reduzida do outro 3. Surdez de um ouvido e audição normal do outro 4. Audição reduzida de ambos os ouvidos 5. Audição reduzida em um dos ouvidos 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Muito intensamente/Não consegue - Para a pessoa que normalmente, por problema de saúde, não consegue ou tem muita dificuldade realizar suas atividade habituais.
Deficiência visual	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cegueira de ambos os olhos 2. Cegueira de um olho e visão reduzida do outro 3. Cegueira de um olho e visão normal do outro 4. Baixa visão de ambos os olhos 5. Baixa visão em um dos olhos 	

Fonte: As Autoras.

Nota: Informações extraídas dos respectivos instrumentos de coleta.

Em que pese não terem sido utilizadas para a construção de indicadores sobre pessoas com deficiência, questões sobre funcionalidade, capacidade e fatores ambientais foram alocadas em outros dois módulos do questionário da PNS. No módulo “Saúde dos indivíduos com 60 anos ou mais e cobertura de mamografia entre mulheres de 50 anos ou mais”, perguntou-se, sobre a população idosa, o grau de dificuldade que tinham para realizar uma série de atividades sem auxílio de terceiros, como comer, tomar banho, andar em casa, fazer compras, ir ao médico, entre outras, bem como se tinham ajuda e quem prestava essa ajuda para a realização dessas atividades. No módulo “Percepção do estado de saúde”, aplicado a um morador selecionado por domicílio, investigou-se o uso de aparelhos auditivos e recursos de auxílio para locomoção e para enxergar. Na sequência, indagou-se sobre o grau de dificuldade que as pessoas tinham para ouvir, se locomover, ver de longe e ver de perto, mesmo utilizando os instrumentos de auxílio, caso necessários. As respostas possíveis eram “nenhum”, “leve”, “médio”, “intenso”, “não consegue”.

Considerações sobre os resultados do Censo Demográfico 2010 e da PNS 2013

A proporção de pessoas com deficiência na população do Brasil era de 23,9%, segundo a primeira divulgação de resultados do Censo 2010 (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012), e foi estimada em 6,2% pela PNS 2013 (PESQUISA..., 2015). Ante as diferenças nas prevalências, não raramente foi questionado qual delas seria válida. A resposta adequada a esses questionamentos é que ambas são válidas, pois investigam diferentes dimensões do fenômeno deficiência. Enquanto a PNS mensurou a deficiência por meio de impedimentos, o Censo 2010, inspirado no conjunto curto de questões do Grupo de Washington, mensurou incapacidades, em seu sentido amplo, que pode refletir problemas nas funções, estruturas do corpo e atividades. Apenas a questão sobre deficiência mental fugiu a esse padrão no Censo 2010 – vale lembrar que o Grupo de Washington ainda não dispõe de um conjunto de questões consolidado sobre saúde mental.

Para realizar levantamentos sobre deficiências, há que se ter em mente o uso que se quer fazer das informações obtidas. O Grupo de Washington, por exemplo, aponta três propósitos básicos para a produção de informações sobre pessoas com deficiência: monitorar o nível de funcionalidade de uma população, avaliar a equalização de oportunidades e planejar programas e serviços. Na análise de resultados, em especial na construção de indicadores sobre deficiência, é fundamental compreender que concepção de deficiência inspirou o levantamento e como se quer distinguir a pessoa com deficiência da sem deficiência e entre os níveis de severidade das deficiências.

Com esse espírito, o IBGE aplicou a linha de corte aos resultados do Censo 2010, jogando-se luz nos 6,7% da população com muita dificuldade ou que não conseguem de modo algum realizar funções e atividades básicas. Esses 6,7% estão em situação de maior risco quanto a restrições de participação do que o restante da população com níveis mais leves de diversidade funcional. O fato de se ter chegado a uma prevalência tão próxima da encontrada na PNS pode significar que as pessoas com impedimentos acabam por experimentar também incapacidades em decorrência de fatores ambientais desfavoráveis que encontram no País.

Outras informações sobre o tema

Além de todo o trabalho de mensuração da pessoa com deficiência, o IBGE realiza uma série de pesquisas que produzem estatísticas com potencial para contribuir com o planejamento de políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência.

O próprio Censo Demográfico apresentou informações sobre acessibilidade em 2010, em um bloco intitulado “Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios”. Coletou informações sobre as faces de quadra de 222 541 setores censitários urbanos³⁵, identificando um total de 60 505 664 endereços de uso residencial e não residencial. Assim, foi investigado, dentre outros aspectos urbanísticos, se na calçada da face da quadra havia rampa para cadeirantes, definida como “rebaixamento da calçada ou meio-fio/guia, geralmente nas proximidades das esquinas, destinado especificamente para dar acesso a pessoas que utilizam cadeira de rodas. Não foram consideradas rampas para acesso de veículos” (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012b).

³⁵ “Devido à necessidade de coletar informações por face de quadra, assim como as dificuldades logísticas e o alto custo, foram excluídos da pré-coleta os setores onde não se dispunha de um arruamento regular. Assim sendo, tanto os setores rurais como aqueles urbanos de aglomerado subnormal (assentamentos informais), que não dispunham de quadras e faces identificáveis, não foram objeto da pré-coleta” (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012b).

Destacam-se também a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, que tem por escopo levantar informações detalhadas sobre a estrutura e o funcionamento das instituições municipais e estaduais. Desde 2012, ano da primeira edição da ESTADIC, ambas as pesquisas investigaram a existência de instrumentos relacionados com políticas públicas para a pessoa com deficiência. A ESTADIC, em 2012, e a MUNIC, em 2013, levaram a campo um Suplemento de Assistência Social que apurou a execução, no âmbito das administrações públicas municipais e estaduais, de serviços de assistência social para pessoas com deficiência em três modalidades: serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; serviço especializado para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; e serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência (PERFIL..., 2013a; PERFIL..., 2014b). Em 2012, ambas as pesquisas perquiriram a existência e a atividade dos conselhos municipais e estaduais de direitos da pessoa com deficiência, perquirição que se repetiu em 2014 (PERFIL..., 2015). Um aspecto da gestão pública que foi objeto apenas da ESTADIC, em 2012 e 2013, o da inclusão produtiva, também contemplou a temática da pessoa com deficiência. Com efeito, focalizou-se o desenvolvimento de ações de inclusão produtiva direcionadas às pessoas com deficiência nos estados, bem como os estados que tinham como parceiros para a execução de tais ações instituições relacionadas à pessoa com deficiência (PERFIL..., 2013a; PERFIL..., 2014a). Já a MUNIC contou em 2013 com um bloco sobre política de gênero, que abordou a execução de políticas para mulheres com deficiência pelo órgão gestor da política de gênero municipal (PERFIL..., 2014b). Em 2014, a MUNIC e a ESTADIC investigaram a existência de legislação para a pessoa com deficiência, de políticas públicas específicas desenvolvidas pelo órgão gestor de direitos humanos e de acessibilidade na sede das prefeituras e governos estaduais. Na seara das políticas de acessibilidade, verificaram, ainda, os tipos de políticas implantadas, como inclusão escolar e melhoria de acessibilidade nos espaços públicos (PERFIL..., 2015). Em 2016³⁶, as duas pesquisas coletaram informações apenas de estruturas e políticas relacionadas ao esporte, mas perguntaram sobre a execução de ações, projetos ou programas na área do esporte escolar, do esporte de rendimento e do esporte de lazer, que tinham as pessoas com deficiência como público-alvo (PERFIL..., 2017).

A assistência social também foi objeto de estudo da Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos - PEAS, em suas duas edições, de 2006 e 2013³⁷. Contudo, enquanto a MUNIC e a ESTADIC investigam a execução de serviços de assistência social no âmbito da administração pública, o foco da PEAS recai sobre a rede privada de atendimento socioassistencial no País. Assim, foram identificadas nas duas edições da PEAS as entidades que tinham a pessoa com deficiência como destinatárias do atendimento e as que ofereciam condições de acessibilidade. Na primeira edição, perguntou-se, ainda, como as entidades se definiam e uma das respostas possíveis era “centro de atendimento à pessoa com deficiência” (AS ENTIDADES..., 2007). Já na segunda edição, perguntou-se especificamente sobre o tipo de serviço prestado, como a proteção especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e a proteção básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (AS ENTIDADES..., 2014).

³⁶ Em 2015, a ESTADIC não foi realizada, e a MUNIC não investigou aspectos relacionados com as pessoas com deficiência.

³⁷ A segunda edição da PEAS realizou-se em duas etapas: a primeira contou com informações referentes a 2013 e divulgação de resultados em 2014, enquanto a segunda, com informações coletadas entre 2014 e 2015 e divulgação de resultados em 2015.

Considerações finais: perspectivas e desafios

Os próximos passos na produção de indicadores sobre pessoa com deficiência pelo IBGE são a Pesquisa Nacional de Saúde 2018 – novamente realizada em parceria com o Ministério da Saúde – e o Censo Demográfico 2020, o que garantirá a continuidade de um trabalho que começou a ser realizado de maneira mais regular a partir da década de 1980. Discute-se, ainda, a possibilidade de introdução de quesitos para a identificação das pessoas com deficiência na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o que supriria especialmente a lacuna de informações conjunturais sobre as características do trabalho desse grupo populacional.

As especificidades da mensuração da deficiência seguem no centro das reflexões do Instituto e de seus interlocutores, que levam em consideração todos os debates metodológicos travados internacionalmente, em consonância com o arcabouço de definições da CIF. Nesse sentido, estão sendo planejados importantes aprimoramentos nos instrumentos de coleta da PNS 2018 e do Censo 2020.

Coloca-se no horizonte dos trabalhos do IBGE, além da missão de retratar o Brasil para o conhecimento de sua realidade e o exercício da cidadania, o compromisso com as agendas internacionais de desenvolvimento. Tanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em âmbito mundial, quanto o Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, no âmbito da América Latina, contemplam as pessoas com deficiência em diversas de suas metas e medidas prioritárias, respectivamente, e recomendam a produção de indicadores para o monitoramento dessas metas e medidas.

Além dessas agendas de desenvolvimento, merece menção o Plano de Ação Global sobre Deficiência 2014-2021 da OMS (WHO Global Disability Action Plan 2014-2021). O Plano traça três objetivos principais para o período; são eles a remoção de barreiras e o incremento do acesso a serviços e programas de saúde; a ampliação e o fortalecimento dos serviços de reabilitação, tecnologia assistida, assistência social e reintegração comunitária; e a expansão da produção de dados sobre deficiência e serviços relacionados – uma produção atenta à comparabilidade internacional. Para o alcance desses objetivos são recomendadas ações e medidas a serem tomadas por cada ator envolvido, entre estados-membros, o secretariado da OMS e organizações nacionais e internacionais, e, para o monitoramento dessas ações, uma série de indicadores. A lista dos indicadores internacionais propostos sobre o tema consta no quadro a seguir:

Nesse cenário, a identificação da pessoa com deficiência aparece como componente para a construção de diversos indicadores, não apenas nos campos classicamente associados à pessoa com deficiência, como saúde, proteção social e acessibilidade, mas também relativos à educação, trabalho, rendimentos, vitimização e participação política. Coloca-se, pois, como um grande desafio aos institutos de estatística do mundo inteiro a produção de uma gama mais ampla de informações sobre as pessoas com deficiência, subsidiando o planejamento e o monitoramento de políticas públicas de inclusão social, direcionadas ao almejado desenvolvimento sustentável.

Quadro 11 - Indicadores sobre pessoa com deficiência propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, pelo Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento e pelo Plano de Ação Global sobre Deficiência

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<p>1.3.1 - Proporção da população coberta por sistemas/pisos de proteção social, por sexo, distinguindo crianças, pessoas desempregadas, idosos, pessoas com deficiência, grávidas, recém-nascidos, vítimas de acidente de trabalho e pobres e vulneráveis cobertura previdenciária, que moram sozinhas) que são beneficiárias de políticas e programas públicos destinados a melhorar sua autonomia e qualidade de vida</p> <p>4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 20% mais pobres/20% mais ricos, entre outros como status de deficiência, populações indígenas e atingidas por conflitos, quando houver dados disponíveis) para todos os indicadores educacionais que possam ser desagregados</p> <p>8.5.1 - Rendimento médio por hora de mulheres e homens empregados, por tipo de ocupação, idade e pessoas com deficiência</p> <p>8.5.2 - Taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência</p> <p>10.2.1 - Proporção de pessoas vivendo com menos de 50% do salário médio, por idade, sexo, e pessoas com deficiência</p> <p>11.2.1 - Proporção da população com acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência</p> <p>11.7.1 - Porção média da área construída das cidades que são espaço aberto para uso público de todos e de pessoas segundo o sexo, idade e deficiência</p> <p>16.7.1 - Proporção de posições (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislatura nacional e locais, serviço público e Judiciário) comparada à distribuição nacional</p> <p>16.7.2 - Proporção da população que acredita que o processo decisório é inclusivo e responsivo, por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais</p>
Consenso de Montevideu
<p>20.1 - Porcentagem de pessoas idosas em diferentes situações de vulnerabilidade (com deficiência, carentes de recursos econômicos e/ou cobertura previdenciária, que moram sozinhas) que são beneficiárias de políticas e programas públicos destinados a melhorar sua autonomia e qualidade de vida</p> <p>35.7. Porcentagem de mulheres que tomam decisões sobre sua saúde sexual e reprodutiva e seus direitos reprodutivos por idade, localização geográfica, nível socioeconômico, grau de deficiência (condición de discapacidad) e etnia</p> <p>37.1 - Disponibilidade de uma rede de serviços que assegure a atenção a saúdes sexual e reprodutiva segundo as diversidades cultural e sexual, o ciclo da vida e as condições específicas de saúde ou deficiência, a residência em zonas remotas ou o fato de estar em situações de emergência.</p> <p>37.2 - Número de políticas públicas que asseguram o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva segundo as diversidades cultural e sexual, o ciclo da vida e as condições específicas de saúde ou deficiência, a residência em zonas remotas ou o fato de estar em situações de emergência</p> <p>37.4 - Porcentagem da população que tem acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva ideais (oportunos), de qualidade e de acordo com suas condições específicas, em particular, sua idade e sexo, e também com outras características como a orientação sexual, o grau de deficiência, a localização geográfica e o pertencimento étnico</p> <p>57.5 - Número de políticas que contemplem medidas de atenção especial a mulheres em situação de risco, como idosas, grávidas, com deficiência, pertencentes a grupos culturalmente diversos, trabalhadoras sexuais, que vivem com HIV/AIDS, lésbicas, bissexuais, transsexuais, afrodescendentes, indígenas, migrantes, que residem em zonas de fronteira, solicitantes de asilo e vítimas de tráfico de pessoas</p>
Plano de Ação Global sobre Deficiência
<p>1.1 - Porcentagem de países que possuem políticas nacionais de saúde que mencionem explicitamente que pessoas com deficiência tem o direito de desfrutar do mais alto padrão de saúde</p> <p>1.2 - Porcentagem de países que proibem planos de saúde de discriminação contra deficiências pré existentes</p> <p>1.3 - Proporção de pessoas com deficiência que tem a acesso aos serviços de saúde de que precisam</p> <p>1.4 - Porcentagem de domicílios com pessoas com deficiência que tem gastos catastróficos para acessar serviços de saúde</p> <p>2.1 - Porcentagem de países que tem políticas nacionais de habilitação, reabilitação e serviços ou programas comunitários relacionados as pessoas com deficiências</p> <p>2.2 - Número de graduados em instituições educacionais a cada 10000 pessoas – por nível de educação.</p> <p>2.3 - Proporção da população coberta por serviços de reabilitação ou comunitária ou outro.</p> <p>2.4 - Proporção de pessoas com deficiência que recebem a tecnologia auxiliar de que precisam (por exemplo, aparelhos auditivos, óculos, próteses e/ou órteses)</p> <p>3.1 - Porcentagem de países que coletam informações abrangentes sobre deficiências</p> <p>3.2 - Porcentagem de países que tem concessões de pesquisa para coletar dados sobre deficiência</p>

Fontes: 1. CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2., 2015, Ciudad de México. Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2015. 145 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/2/es.html>>. Acesso em: jan. 2018. 2. WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO global disability action plan 2014-2021: better health for all people of disability. Geneva: WHO, c2015. 25 p. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/199544/1/9789241509619_eng.pdf?ua=1>. Acesso em: jan. 2018. 3. UNITED NATIONS. General Assembly. Global indicator framework for the sustainable development goals and targets of the 2030 agenda for sustainable development. In: _____. Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 agenda for sustainable development. New York, 2017. Adotada pela Resolução 71/313 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 6 de julho de 2017. Anexo. Disponível em: <http://ggim.un.org/meetings/2017-4th_Mtg_IAEG-SDG-NY/documents/A_RES_71_313.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: Tradução nossa.

Referências

X RECENSEAMENTO geral do Brasil: censo demográfico 1991: manual do recenseador - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 97 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc157.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

X RECENSEAMENTO geral do Brasil: censo demográfico 1991: questionário da amostra - CD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. [6] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc167.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

AS ENTIDADES de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 112 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9021-as-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=10580&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

AS ENTIDADES de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2013: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 71 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9021-as-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=10579&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

AS ENTIDADES de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2014-2015: unidades de prestação de serviços socioassistenciais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 58 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9021-as-entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=9022&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

BARBOSA, L.; DINIZ, D.; SANTOS, W. Deficiência, direitos humanos e justiça. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. da Universidade de Brasília - UnB, 2010. p. 97-115.

BARROS, A. S. S. e. Quarenta anos retratando a deficiência: enquadres e enfoques da literatura infantojuvenil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped, v. 20, n. 60, p. 167-193, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0167.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BONFIM, S. M. M. Atuação parlamentar sobre a deficiência: uma análise de projetos de lei do período de 2003 a 2008. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. da Universidade de Brasília - UnB, 2010. p. 257-283.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Suplemento n. 136, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 76, n. 257, 10 nov. 1937. Seção 1, p. 22359-22368. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 214, 19 set. 1946. Seção 1,

p. 13059-13073. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 113-D, de 2 de janeiro de 1890. Restaura e reorganiza a Directoria Geral de Estatística, creada pelo art. 2o da Lei n. 1829, de 9 de setembro de 1870, e manda proceder ao segundo recenseamento da população dos Estados Unidos do Brazil. *Coleção de leis da República 1889-2000*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, n. 1, p. 2, 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-113-d-2-janeiro-1890-507418-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 137, n. 243-E, 21 dez. 1999. Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 4.676, de 14 de janeiro de 1871. Crêa na Côrte do Imperio uma Directoria Geral de Estatística, em virtude da autorização concedida pelo art. 2o da Lei n. 1829, de 9 de setembro de 1870, e manda executar o respectivo regulamento. *Coleção de leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, pt. 2, p. 35-47, 1871. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf28.pdf#page=5>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 4.856, de 30 de dezembro de 1871. Manda proceder, em execução do art.1o da Lei n. 1829, de 9 de setembro de 1870, ao primeiro recenseamento da população do Imperio. *Coleção de leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, pt. 2, p. 786-787, 1871. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf105.pdf#page=6>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n. 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, ano 144, n. 188, 28 set. 2007. Seção 1, p. 16-19. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, ano 146, n. 163, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3-9. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879. Fixa a despesa e orça a receita geral do Imperio para os exercicios de 1879-1880 e 1880-1881, e dá outras providências. *Coleção de leis do Império do Brasil 1879*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, pt. 1, p. 104-121, 1879. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/>>

colecões/legislacao/legimpcd-06/leis%201879%20(969p)/leis1879_1010.pdf#page=12>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 127, n. 204, 25 out. 1979. Seção 1, p. 19209. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7853-24-outubro-1989-365493-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 152, n. 127, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2-11. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Cartilha do censo 2010: pessoas com deficiência*. Brasília, DF, 2012. 32 p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BROWN, S. Report on the International Statistical Congress, held at Vienna, September, 1857. *Journal of the Statistical Society of London*, London: Wiley: Royal Statistical Society, v. 21, n. 1, p. 1-17, Mar. 1858. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2338209>>. Acesso em: jan. 2018.

BURNS, E. M.; LERNER, R. E.; MEACHAM, S. *História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais*. Tradução de Donaldson M. Garshagen. 43. ed. São Paulo: Globo, 2005. 2 v. Tradução de: *Western civilizations: their history and their culture*.

CANADIAN survey on disabilities. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, 2017. Disponível em: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3251>>. Acesso em: jan. 2018.

CARTA de família: será colectada em 1 de janeiro de 1901. [Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1900]. Instrumento de coleta B. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0919.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 1940: recenseamento geral de 1 de setembro de 1940: boletim de família - CD 1.01. Rio de Janeiro: IBGE, [1940a]. [6] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0011.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 1940: recenseamento geral de 1 de setembro de 1940: boletim individual - CD 1. 03. Rio de Janeiro: IBGE, [1940b]. [4] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc13.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 2000: manual do recenseador - CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. 149 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc187.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 2000: questionário da amostra - CD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. 32 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2394.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 2010: manual do recenseador - CD 1.9. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. 168 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 2010: questionário da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. [10] p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2584.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 1940. População e habitação. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Características gerais da população e instrução: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, 1996. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/77/cd_1991_n1_populacao_instrucao_br.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Características gerais da população: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/default_entorno.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

CENSUS of population and housing. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2016. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/websitedbs/censushome.nsf/home/2016>>. Acesso em: jan. 2018.

CLASSIFICAÇÃO internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Tradução e revisão de Amélia Leitão. Lisboa: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2004. 237 p. Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2., 2015, Ciudad de México. *Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2015. 145 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/2/es.html>>. Acesso em: jan. 2018.

DEVELOPMENT of statistics of disabled persons: case studies. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1986. 205 p. (Statistics on special populations groups. Series Y, n. 2). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesy/Seriesy_2E.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

DISABILITY statistics compendium. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1990. 350 p. (Statistics on special population groups. Series Y, n. 4). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesy/seriesy_4e.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

ESTATÍSTICAS de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 160 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 33). Acima do título: Sistema nacional de informações de gênero. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

ESTUDIO nacional de la discapacidad 2015. Santiago de Chile: Servicio Nacional de la Discapacidad - SENADIS, 2016. 267 p. Disponível em: <http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/endisc/docs/Libro_Resultados_II_Estudio_Nacional_de_la_Discapacidad.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

FORTES, L. R. S. *O iluminismo e os reis filósofos*. [Caricaturas de Emilio Damiani]. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 92 p. (Tudo é história; 22).

GUGEL, M. A. *Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos: administração direta e indireta*. 2 ed. rev. Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiânia - UCG, 2007. 355 p.

HE, W.; GOODKIND, D.; KOWAL, P. *An aging world 2015*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2016. 165 p. (International population reports, P95/16-1). Disponível em: <<https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2016/demo/p95-16-1.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

HISTORY of the international classification of functioning, disability and health (ICF). Canberra: Australian Institute of Health and Welfare - AIHW, 2002. 4 p. (Disability data briefing, n. 21). Disponível em: <<https://www.aihw.gov.au/reports/disability/history-of-the-international-classification-of-fun/contents/table-of-contents>>. Acesso em: jan. 2018.

INSTRUÇÕES para o segundo recenseamento da população da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1890. 26 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13638.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

INSTRUÇÕES para o serviço de recenseamento de 1900 em sua phase final. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1907. 7 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0002.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

INTRODUÇÃO. In: METODOLOGIA do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série relatórios metodológicos, v. 25) Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

MODEL disability survey. Geneva: World Health Organization - WHO; Washington, DC: World Bank, [2013-2015]. Disponível em: <<http://www.who.int/disabilities/data/model-disability-survey4.pdf?ua=1>>. Acesso em: jan. 2018.

MODELOS para a collecta e apuração do censo demographico: recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1920. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc344.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2004]. [2] p. Adotada pela Resolução 3447 (XXX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 9 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Assembleia Geral. *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Lisboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado - GDDC, [2004]. Adotada pela Resolução 3447 (XXX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 9 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. 264 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=18174&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados brasileiros 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. 182 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=18187&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros: esporte 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 73 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 122 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=16771&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos municípios brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 283 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2012/munic2012.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos municípios brasileiros 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b . 280 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=18190&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: ciclos de vida: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 88 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol3/default.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: manual de entrevista. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. 285 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2963.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: questionário dos moradores do domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, [2013b]. 52 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2962.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: manual do entrevistador: tema: saúde - PNAD 3.04. Rio de Janeiro: IBGE, 1981a. 42 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0300.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: questionário de mão-de-obra - PNAD 1.01. Rio de Janeiro: IBGE, [1981b]. [2] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0295.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: questionário de saúde - PNAD 1.02. Rio de Janeiro: IBGE, [1981c]. [2] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0297.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO da população da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890: boletim de informações individuais. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1890. [4] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0913.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO da população da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890: boletim de informações quanto ao individuo na família. [3] p. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1890. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc914.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO de 31 de dezembro de 1900: C boletim individual. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1900. [2] p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc916.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO do Brazil: realizado em 1 de setembro de 1920: população. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1928. v. 4, pt. 3. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6464.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO do Brazil: realizado em 1 de setembro de 1920: população do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1923. v. 2, pt. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, [1874?]. v. 1. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO geral do Imperio em 1872: lista de familia. [Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística do Império], 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1101.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RELATÓRIO mundial sobre a deficiência. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. 333 p. Tradução de: World report on disability. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020_por.pdf?ua=1>. Acesso em: jan. 2018.

SANTOS, W. Deficiência, desigualdade e assistência social: o Brasil e o debate internacional. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília, DF: Letras Livres: Ed. da Universidade de Brasília - UnB, 2010. p. 117-141.

SUPPLEMENTARY disability survey. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2016. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats%5Cabs@.nsf/0/2403CDF924A0CD71CA257FE100139B23?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2018.

SURVEY of disability, ageing and carers: first results Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2015. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/4430.0.10.001Main+Features12015?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Department for Economic and Social Information and Policy Analysis. *Manual for the development of statistical information for disability programmes and policies*. New York, 1996. 155 p. Incorpora correções. (Statistics on special population groups. Series Y, n. 8). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesY/SeriesY_8E.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *Guidelines and principles for the development of disability statistics*. New York, 2001. 182 p. (Statistics on special population groups. Series Y, n. 10). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesY/SeriesY_10e.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *The international year of disabled persons 1981*. New York, c2003-2004. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/enable/disiydp.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *Principles and recommendations for population and housing censuses*. Rev. 1. New York, 1997. 274 p. (Statistical Papers. Series M, n. 67/rev. 1). Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/publications/catalogue?selectID=127>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *United Nations decade of disabled persons 1983-1992*. New York, c2003-2004. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/enable/disunddp.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of International Economic and Social Affairs. *Development of statistical concepts and methods on disability for household surveys*. New York, 1988. 81 p. (Studies in methods. Series F, n. 38). Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_38E.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. *Declaration on the rights of mentally retarded persons*. New York, 1971. Adotada pela Resolução 2856 (XXVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 20 de dezembro de 1971. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RightsOfMentallyRetardedPersons.aspx>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. *Standard rules on the equalization of opportunities for persons with disabilities*. New York, c2007. Adotadas pela Resolução 48/96 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/socdev/enable/dissre00.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. Global indicator framework for the sustainable development goals and targets of the 2030 agenda for sustainable development. In: _____. *Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 agenda for sustainable development*. New York, 2017a. Adotada pela Resolução 71/313 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 6 de julho de 2017. Anexo. Disponível em: <http://ggim.un.org/meetings/2017-4th_Mtg_IAEG-SDG-NY/documents/A_RES_71_313.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. *Universal declaration of human rights*. New York, [2017b]. Adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a3r217a.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. *World programme of action concerning disabled persons*. New York, [2017c]. 82 p. Adotado pela Resolução 37/52 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 3 de dezembro de 1982. Disponível em: <<https://archive.org/details/worldprogrammeof00unit>>. Acesso em: jan. 2018.

ÜSTÜN, TB et. al. (Ed.). *Measuring health and disability: manual for WHO disability assessment schedule - WHODAS 2.0*. Geneva: World Health Organization - WHO, 2010. 152 p. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43974/1/9789241547598_eng.pdf?ua=1&ua=1>. Acesso em: jan. 2018.

VIANNA, L. W. O terceiro poder na carta de 1988 e a tradição republicana: mudança e conservação. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2008. p. 91-109. (Estudos brasileiros, 42).

WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. *Child functioning*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, c2017. Disponível em: <<http://www.washingtongroup-disability.com/washington-group-question-sets/child-disability/>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Extended question set on functioning: version 9*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, 2011. 11 p. Disponível em: <http://www.washingtongroup-disability.com/wp-content/uploads/2016/01/WG_Extended_Question_Set_on_Functioning.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *The measurement of disability recommendations for the 2010 round of censuses*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, [2010]. 6 p. Disponível em: <http://www.washingtongroup-disability.com/wp-content/uploads/2016/02/recommendations_for_disability_measurement-1.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *The Washington Group short set of questions on disability*. Hyattsville: National Center for Health Statistics - NCHS, 2016. [2] p. Disponível em: <<http://www.washingtongroup-disability.com/wp-content/uploads/2016/01/The-Washington-Group-Short-Set-of-Questions-on-Disability.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *ICF checklist: version 2.1a: clinician form for international classification of functioning, disability and health*. Geneva: WHO, 2003. 15 p. Disponível em: <<http://www.who.int/classifications/icf/icfchecklist.pdf?ua=1>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *ICF core sets in clinical practice*. Geneva: WHO, 2012. Ferramenta elaborada em parceria com ICF Research Branch. Disponível em: <<http://www.icf-core-sets.org/>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease*. Geneva: WHO, 1980. 205 p. Disponível: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/41003/1/9241541261_eng.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Model disability survey: providing evidence for accountability and decision-making*. Geneva: WHO, [2013-2015]. [2] p. Acesso em: <http://www.who.int/disabilities/data/mds_v4.pdf?ua=1>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *WHO global disability action plan 2014-2021: better health for all people of disability*. Geneva: WHO, c2015. 25 p. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/199544/1/9789241509619_eng.pdf?ua=1>. Acesso em: jan. 2018.

Investigação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação

Leonardo Athias*

Introdução

O contato entre povos diferentes acompanha a história da humanidade e se intensificou na era das navegações. Com isso, o olhar científico foi levado ao esforço de classificação do “outro”. E, com esse intuito, uma série de critérios é usada, como sintetiza o manual sobre censos demográficos *Principles and recommendations for population and housing censuses: the 2020 round*, das Nações Unidas (United Nations), em sua Revisão 3. A etnicidade¹ [*ethnicity*] pode ser medida usando uma grande variedade de conceitos, incluindo ancestralidade étnica ou origem, identidade étnica, origens culturais, nacionalidade, raça, cor, situação de minoria, tribo, língua, religião e várias combinações desses conceitos (UNITED NATIONS, 2015, p. 219-220, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, o esforço para classificar conviveu e ainda convive com hierarquizações, pseudociência e abusos. A isso se soma a desconfiança histórica quanto à classificação/repartição das pessoas, em contextos de construção de uma identidade nacional. Há também ambiguidades na identificação étnico-racial e instrumentalização das classificações, tanto para fins de segregação, quanto para proteção de grupos marginalizados e sua integração na sociedade. A identificação étnico-racial é uma interação social e socialmente construída, está carregada de subjetividade, pois é uma maneira de se perceber e perceber os outros. Trata-se, finalmente, de

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE. O autor deseja agradecer à grande ajuda dos colegas e ex-colegas que leram este trabalho e deram sugestões: André Simões, Barbara Cobo, Marta Azevedo e José Luis Petruccelli. Erros e omissões permanecem de inteira responsabilidade do autor.

¹ Etnicidade pode ser entendida, na atualidade, como pertencimento a grupo/coletividade diferenciada por costumes, língua falada, religião, fenótipo (aparência) etc. "Em sua forma inglesa, as primeiras utilizações comprovadas do termo nas ciências sociais remontam à década de 1940. Em suas primeiras acepções, a etnicidade designa simplesmente a pertença a um grupo outro que não anglo-americano (o único grupo branco a não ter uma 'origem nacional')" (POUTIGNAT; STREIFF-FÉNART, 2011, p. 22-23).

um fenômeno que é influenciado por diversos fatores, uns ligados à história individual, outros ao contexto da classificação.

À diferença da maioria dos países na América Latina, a investigação étnico-racial no Brasil, definida atualmente como “cor ou raça”, tem uma longa tradição, iniciando-se com o primeiro Censo Demográfico², realizado em 1872. Ainda sob o regime de escravidão, diferenciava a população em livre e escrava e usava termos recorrentes à época: branco, preto, pardo e caboclo (população indígena). Essa investigação foi objeto de aprimoramentos e segue controversa, devido à multidimensionalidade da identificação étnico-racial, ao método de investigação, às categorias usadas (que são necessariamente simplificações), além dos resultados serem insumos para diversos usos. Na sequência, o presente capítulo aborda (1) recomendações e algumas experiências internacionais quanto à investigação de características étnicas/raciais/culturais; (2) a experiência brasileira em censos e pesquisas do IBGE; (3) elementos de discussão a respeito de vários aspectos dessa investigação; e, finalmente, (4) as necessidades impostas ao Brasil por compromissos internacionais firmados e oportunidades de aprimoramento.

Recomendações e experiências internacionais

Como foi dito, há grande diversidade na investigação de etnicidade no mundo, o que inclui língua, costumes, origem nacional, origem regional, religião, raça, cor e combinações³. Essa multidimensionalidade permite descrever populações e minorias, o que está de acordo com os esforços de garantia dos direitos humanos de todos⁴. Dependendo do país, então, a investigação da diversidade “étnico cultural” pode ter diferentes características. Segundo o supracitado manual das Nações Unidas, atenção deve ser dada a essa investigação, evitando estereótipos, ao mesmo tempo em que “dados sobre tais características étnico culturais da população ganham relevância em contextos de migração, integração e políticas para minorias” (UNITED NATIONS, 2015, p. 218, tradução nossa).

Na sequência serão abordadas algumas experiências de investigação de etnicidade em países com características próximas do Brasil, que contam com formação multiétnica (europeia, africana, indígena etc.), além da preocupação com grupos autóctones que mantêm características culturais diferenciadas. Primeiramente, será abordada a investigação na América Latina e Caribe, para em seguida explorar Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

² Criada em 14 de janeiro de 1871 pelo Decreto n. 4.676 e reorganizada em 02 de janeiro de 1890 pelo Decreto n. 113-D, a Diretoria Geral de Estatística - DGE, órgão do então Ministério de Negócios, foi atribuída a direção dos trabalhos de recenseamento da população do Império e, posteriormente, dos Estados Unidos do Brasil. O IBGE foi fundado em 1936, dando continuidade aos trabalhos da DGE. Para a presente análise, considera-se que DGE e IBGE são a mesma coisa. Vale esclarecer também que todos os censos mencionados aqui são demográficos.

³ A publicação *Demographic yearbook*, divulgada anualmente pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD), compila informações demográficas desde 1948, coletadas de institutos de estatística. Existe uma seção direcionada a grupos étnicos e/ou nacionais (National and/or ethnic group), cuja existência atesta uma grande diversidade na investigação. Desde 1995, esses dados também estão disponíveis na Internet no endereço: <<http://data.un.org/Data.aspx?d=POP&f=tableCode:26>>.

⁴ O último tópico deste capítulo aborda conferências internacionais recentes relacionadas ao tema.

América Latina e Caribe

A investigação étnico-racial na América Latina e Caribe (ALC) evoluiu no tempo e se intensificou em censos demográficos recentes. Nessa região, à exceção de Brasil e Cuba, tal exame esteve historicamente direcionado a povos indígenas:

A mudança mais significativa está em que [os povos indígenas] eram “objetos” de políticas e se assumia que estes grupos podiam ser identificados – de forma indireta – a partir de seus traços externos ou culturais manifestos, em particular, pelo idioma indígena [...] Atualmente, há consenso internacional que a forma que se deve coletar essa informação é mediante uma pergunta direta de autorreconhecimento, o que é congruente com o fato que os povos indígenas constituem sujeitos de direito (CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA, 2009, p. 3, tradução nossa)⁵.

Na rodada de censos de 2000, segundo Petrucelli (2012, p. 285), 23 países da região ALC⁶ incluíram a investigação de “identidade étnico-racial”⁷. Dentre estes, somente Cuba não buscou capturar informação sobre população indígena, com uma pergunta sobre “cor da pele” de resposta única, tendo três opções de resposta: negro, branco, mestiço ou mulato.

Nessa mesma rodada, segundo mapeamento de Del Popolo e Schkolnik (2013), nove países incluíram uma pergunta que permitiu a identificação de afrodescendentes: Brasil⁸, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Nesses países, as perguntas estavam direcionadas, de forma geral, ao pertencimento “étnico-racial”, fundamentado no fenótipo (aparência). Há diferenças em relação à investigação de populações indígenas, pois afrodescendentes tiveram maior integração cultural na maior parte dos países. Em apenas poucos casos houve manutenção de identidades de povo (culturais e/ou de origem/regionais), como o caso dos Raizales e Palenqueros na Colômbia, Yungas na Bolívia e Garífuna em Honduras, Guatemala e Nicarágua (CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA, 2009, p. 6; PETRUCCELLI, 2012, p. 280-281).

Já na rodada de 2010, Cuba manteve seu modo de investigação, dois países investigaram unicamente povos indígenas (Chile e México⁹), enquanto 15 perguntaram sobre afrodescendentes e indígenas, o que significou uma maior disponibilidade de informação na região, conforme descrito no Quadro 1. Muitos países mudaram a ou as perguntas de pertencimento étnico em relação à rodada de 2000, ao mesmo tempo em que as formulações variaram entre os países, o que tem impacto nas

⁵ O capítulo **Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira**, desta publicação, traz outros detalhes sobre a investigação na América Latina, com destaque para a investigação no Paraguai.

⁶ A estes, somam-se Estados Unidos e Canadá, totalizando 25 países nas Américas.

⁷ Nos censos da rodada de 2000, houve combinação de perguntas e autoidentificação com atribuição de identificação pelos entrevistadores a partir de línguas faladas (PETRUCCELLI, 2012, p. 278).

⁸ Ao longo do texto será discutida a ambiguidade na identificação de afrodescendentes a partir da pergunta de cor ou raça, somando a população classificada como preta ou parda.

⁹ Mesmo se não contou com a identificação de afrodescendentes no último censo, esse país incluiu uma pergunta sobre “afro-mexicanos” na pesquisa intercensitária de 2015: *¿De acuerdo con su cultura, historia y tradiciones, (NOMBRE) se considera negra(o), es decir, afromexicana(o) o afrodescendiente?* e opções de resposta: *sí, sí en parte, no, no sabe*. Para informações mais detalhadas, consultar: <http://www.beta.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/enchogares/especiales/intercensal/2015/doc/eic2015_cuestionario.pdf>.

estimativas e comparações¹⁰. Mais perguntas sobre etnia (*pueblos*) e idioma das populações indígenas foram incluídas, o que é um grande avanço na disponibilidade de informações¹¹ e seria tributário de pressões de grupos afrodescendentes, indígenas, organismos internacionais e a Academia.

Quadro 1 - Perguntas sobre cor ou raça e língua indígena nos censos das rodadas de 2000 e 2010 - América Latina e Caribe

Grupos étnicos que se identifican	Ronda de censos de 2000			Ronda de censos de 2010		
	Países y años censales	Preguntas sobre autoidentificación	Preguntas sobre idioma	Países y años censales	Preguntas sobre autoidentificación	Preguntas sobre idioma
Pueblos indígenas	Argentina, 2001	Sí ^a	No	Chile, 2012	Sí (pueblos)	Sí
	Bolivia (Estado Plurinacional de), 2001	Sí (pueblos)	Sí	México, 2010	Sí	Sí
	Chile, 2002	Sí (pueblos)	No			
	Guatemala, 2002	Sí (pueblos)	Sí			
	México, 2000	Sí	Sí			
	Panamá, 2000	Sí (pueblos)	No			
	Paraguay, 2002	Sí (pueblos)	Sí ^b			
	Perú, 2007	No	Sí			
	Venezuela (República Bolivariana de), 2001	Sí (pueblos)	Sí			
Afrodescendientes	Cuba, 2002	Sí ^c		Cuba, 2012	Sí	
Pueblos indígenas y afrodescendientes	Brasil, 2000	Sí	No	Argentina, 2010	Sí (pueblos)	No
	Colombia, 2005	Sí (pueblos)	Sí	Bolivia (Estado Plurinacional de), 2012	Sí (pueblos)	Sí
	Costa Rica, 2000 ^d	Sí	No	Brasil, 2010	Sí (pueblos)	Sí
	Ecuador, 2001	Sí (pueblos)	Sí	Costa Rica, 2011	Sí (pueblos)	Sí
	El Salvador, 2007	Sí	No	Ecuador, 2010	Sí (pueblos)	Sí
	Honduras, 2001	Sí (pueblos)	No	Guatemala, 2014 ^e	Sí (pueblos)	Sí
	Nicaragua, 2005	Sí (pueblos)	Sí	Honduras, 2013 ^e	Sí (pueblos)	No
				Panamá, 2010	Sí (pueblos)	No
				Paraguay, 2012	Sí (pueblos)	Sí ^b
				Uruguay, 2011	Sí	No
				Venezuela (República Bolivariana de), 2011	Sí (pueblos)	Sí
				Colombia ^f	Está previsto	No determinado
				El Salvador ^f	Está previsto	No determinado
				Nicaragua ^f	Está previsto	No determinado
			Perú ^f	Está previsto	No determinado	

^a Solamente se identificó si había alguna persona indígena en el hogar.

^b Idioma más frecuentemente hablado en el hogar.

^c La identificación la realizó el encuestador.

^d Se aplicó un cuestionario en territorios indígenas que incluía la identificación de los pueblos y el idioma.

^e Cuestionarios preliminares.

^f Se prevé la incorporación de ambos grupos étnicos.

Fonte: DEL POPOLO, F.; SCHKOLNIK, S. Pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos en el derecho a la información. Notas de Población, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, ano 40, n. 97, p. 214, 2013. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35946/np97205247_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2018.

Um exemplo interessante é o Uruguai. Este país investigou pela primeira vez em censos a pertença étnica em 2011 com duas perguntas. A primeira tinha resposta única com o enunciado *Acredita ter ascendência...* e opções de resposta: *1. Afro ou negra?*; *2. Asiática ou amarela*; *3. Branca*; *4. Indígena*; *5. Outra (especificar)*. Em seguida foi perguntado, caso a pessoa tenha indicado mais de uma “ascendência”, qual a principal. Além do avanço no esforço de visibilizar populações afrodescendentes e indígenas, Del Popolo e Schkolnik (2013, p. 240, tradução nossa) alertam para “necessidade de estabelecer consensos políticos, pois a quantidade de pessoas e o peso relativo dos povos indígenas e afrodescendentes se reduzem à metade quando se utiliza a ascendência principal como critério de quantificação”¹².

¹⁰ Segundo Del Popolo e Schkolnik (2013, p. 225), “estas diferencias se derivan de la forma en que se ubicó la pregunta en el cuestionario (a nivel de hogar con filtro o en el cuestionario individual), cómo se redactó la pregunta (directamente o con cláusula introductoria), los términos que se utilizaron (‘¿Pertenece?’, ‘¿Se considera?’, ‘¿Es?’, ‘¿Desciende?’), la denominación que se da a los pueblos (pueblo, grupo, cultura, etnia, raza) y la cobertura de la pregunta o la edad a partir de la cual se formula (0, 3, 5 o 14 años)”.

¹¹ Segundo mapeamento dos questionários dos censos na região pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal), nos anos 1980 apenas quatro países captaram informação sobre população indígena e dois países sobre afrodescendentes; em 1990, seis países incluíram perguntas somente para indígenas, um país para afrodescendentes, e um país para os dois (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013, p. 212).

¹² No Censo Demográfico 2011 do Uruguai, “acredita ter ascendência” afrodescendente (7,8%), indígena (4,9%) e “ascendência principal” afrodescendente (4,6%) e indígena (2,4%) (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013, p. 240, tradução nossa).

Estados Unidos

A população dos Estados Unidos foi enumerada por raça desde 1790 de forma regular nos censos decenais e essa informação era usada para determinar a representação parlamentar (CAMPBELL; JUNG, 2005; PETRUCCELLI, 2007). As categorias foram mudando no tempo, influenciadas pelos contingentes migratórios¹³ e pelas ideias vigentes em diferentes épocas. Incluíram-se categorias tais como a de *mulatto*¹⁴ em 1850 (e até 1920), além de outras categorias de “miscigenação”¹⁵, *quarterons*, *octoroons*, em razão de doutrinas “racialistas” do Século XIX. No período de 1930 a 1960 estava vigente a regra de “uma gota de sangue”, para classificar as pessoas como negras¹⁶. Em 1960 passa a valer, em contraste, a autoidentificação, visando o aspecto subjetivo da declaração (PETRUCCELLI, 2007).

Em 1977, o Office of Management and Budget - OMB, ligado à presidência dos Estados Unidos, define categorias de raça para propósitos estatísticos e para uso das administrações federais¹⁷, defendendo que “raça e etnia” não devem ser entendidas como sendo de natureza “científica ou antropológica”, nem como “determinantes para inclusão em programas”, mas para fins de classificação estatística. Em compasso com movimentos para maior transparência e inclusão de atores sociais nessas decisões, foram feitas consultas nos anos 1980 e 1990. Em 1994 foi criado um comitê para revisar a diretiva, quando foram feitos diversos testes-piloto e se chegou a uma estrutura para o questionário do Censo 2000 com mudanças significativas, levando em conta a necessidade de dar conta de grupos com múltipla história racial (PETRUCCELLI, 2012, p. 278).

Em 2000, e igualmente em 2010, com pequenas mudanças (HUMES; JONES; RAMIREZ, 2011), os questionários contaram então com duas perguntas, uma indagando “origem étnica” de forma binária, a pessoa sendo “*Spanish/Hispanic/Latino*” ou não (resposta única) e outra sobre “raça”, permitindo uma ou mais marcações¹⁸. O OMB (em 1997) definiu hispânico ou latino como “pessoa de origem cubana, mexicana, porto-riquenha, sul ou centro-americana, ou outra cultura ou origem espanhola, independente da raça” (GRIECO; CASSIDY, 2001). Na amostra do Censo 2000, houve também investigação sobre “ancestralidade ou origem étnica”, local de nascimento, cidadania e línguas faladas, já em 2010, não houve questionário da amostra, com tal conteúdo sendo abordado na pesquisa American Community Survey - ACS¹⁹. Ademais, em preparação ao Censo 2020 e visando “diminuir a não resposta e aumentar confiabilidade” da investigação de raça e origem étnica, o Census Bureau (órgão oficial de estatísticas estadunidense) fez um grande estudo com 87 grupos focais e 15 variantes do questionário testadas em 2010 (COMPTON et al., 2013). O Quadro 2 detalha as questões aplicadas em 2000 e 2010.

¹³ Desde 1870, os censos começaram a incluir categorias como chinesa e indiana e, a partir de 1910, abriu-se espaço para especificar outras origens, quando já se podia identificar a população de origem latino-americana (NOBLES, 2000 apud PETRUCCELLI, 2007, p. 88).

¹⁴ O termo *mulatto* tem origem histórica na Península Ibérica (Século XVI) como resultado da descendência de brancos e negros africanos. A etimologia revela origem pejorativa com referência a mulas (resultado do cruzamento entre subespécies de cavalos/égua com jumentos/jumentas). Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://www.etymonline.com/index.php?term=mulatto>>.

¹⁵ O termo miscigenação é criticado porque remeteria a uma ideia de raça pura, que seria então misturada a outra(s). Para informações mais detalhadas, consultar: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Miscegenation>> e Pascoe (1996).

¹⁶ Regra social e legal aplicada em muitos estados dos Estados Unidos até os anos 1960 que considerava negra toda pessoa que tivesse um ancestral originário da África Subsaariana, independente da aparência do descendente.

¹⁷ Para informações mais detalhadas, consultar: <<https://wonder.cdc.gov/wonder/help/populations/bridged-race/directive15.html>>.

¹⁸ Em 2000, 97,6% responderam apenas uma raça, em 2010, 97,1% (HUMES; JONES; RAMIREZ, 2011).

¹⁹ Para informações mais detalhadas, consultar: <<https://www2.census.gov/programs-surveys/acs/methodology/questionnaires/2017/quest17.pdf>>.

→ NOTE: Please answer BOTH Question 5 about Hispanic origin and Question 6 about race. For this census, Hispanic origins are not races.

5. Is this person of Hispanic, Latino, or Spanish origin?

No, not of Hispanic, Latino, or Spanish origin
 Yes, Mexican, Mexican Am., Chicano
 Yes, Puerto Rican
 Yes, Cuban
 Yes, another Hispanic, Latino, or Spanish origin — *Print origin, for example, Argentinean, Colombian, Dominican, Nicaraguan, Salvadoran, Spaniard, and so on.*

6. What is this person's race? Mark one or more boxes.

White
 Black, African Am., or Negro
 American Indian or Alaska Native — *Print name of enrolled or principal tribe.*
 Asian Indian Japanese Native Hawaiian
 Chinese Korean Guamanian or Chamorro
 Filipino Vietnamese Samoan
 Other Asian — *Print race, for example, Hmong, Laotian, Thai, Pakistani, Cambodian, and so on.* Other Pacific Islander — *Print race, for example, Fijian, Tongan, and so on.*
 Some other race — *Print race.*

Canadá

O Canadá se inscreve numa longa tradição de mapeamento das características étnico-raciais de seus habitantes, pois

[...] desde o Ato da América do Norte Britânica de 1867, o povoamento do Canadá se inscreve na multidimensionalidade, não desprovida de conflitos, entre os aportes desiguais das populações autóctones, dos “peuples fondateurs” ou “founding races” e da imigração “allogène”, indicando, dessa maneira, origens geográficas outras que francesa ou britânica (Simon, 1997). Assim o levantamento da origem étnica dos habitantes pelo duplo cruzamento entre lugar de nascimento ou nacionalidade e raça, por um lado e língua materna ou falada, por outro, ocupa um lugar preeminente nos recenseamentos canadenses desde 1871 (PETRUCCELLI, 2007, p. 100).

Essa lógica se reflete na Lei Canadense de Multiculturalismo (Canadian Multiculturalism Act), de 1985, a qual se baseia em pressupostos da Constituição canadense e visa “preservar e aprimorar o multiculturalismo”, com uma série de medidas para garantir a integração de minorias, inclusive com produção de estatísticas sobre essa multidimensionalidade; esforço no qual os censos se inserem²⁰.

²⁰ Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/C-18.7/page-1.html>>.

Os questionários dos Censos 2006 e 2016 incluíram uma bateria de perguntas detalhadas sob o capítulo “informação sociocultural²¹”, indagando sobre: local de nascimento, cidadania, *status* de residência (permanente ou temporária, ano de chegada), uso das línguas oficiais, quer dizer, inglês e francês, além de outras, língua(s) mais usada(s) em casa, língua materna, “origem étnica ou cultural dos ancestrais [*ancestors*]”; se a pessoa é aborígine (índio norte-americano, métis ou esquimó/inuíte), se a pessoa é membro de grupo indígena organizado [*First Nation/Indian band*] ou indígena registrado sob o estatuto dos indígenas canadenses – *Indian Act*²².

Em ambos os questionários, em relação ao que se chamou de “raça” nos censos estadunidenses, havia uma pergunta de resposta múltipla introduzida pelo enunciado: “essa pessoa é...”; quer dizer, permitindo o entendimento multidimensional do pertencimento étnico. Havia instrução para a pessoa marcar “x” uma ou mais vezes ou especificar outra(s) resposta(s). As opções oferecidas eram: branco [*white*]; chinês, asiático do Sul (por exemplo, indiano, paquistanês, cingalês etc.); negro [*black*]; filipino; latino-americano; asiático do Sudeste (por exemplo, vietnamita, cambojano, malásio, laociano etc.); árabe; asiático do Oeste (por exemplo, iraniano, afegão etc.); coreano; japonês; outro (com espaço para escrever tantas opções quanto aplicável). Além das opções de resposta, a pergunta veio acompanhada de uma explicação para o informante: “essa informação é coletada para apoiar programas que promovem oportunidades iguais para todos compartilharem a vida social, cultural e econômica do Canadá”. Os censos canadenses, como os de muitos países, utilizam vários métodos de coleta. Em 2016, incluiu o autopreenchimento por correio, Internet, entrevistas face a face e por telefone.

Reino Unido

O Reino Unido investiga nacionalidade desde 1841, primeiramente orientada a pessoas originárias da Escócia e da Irlanda e, com a descolonização da segunda metade do Século XX, houve crescente chegada de pessoas de diferentes países, sobretudo ex-colônias. Debates a respeito da investigação sobre etnicidade e raça permearam os anos 1970. O Office of Population Censuses and Surveys - OPCS (atual Office for National Statistics - ONS) fez testes-piloto e não recomendou a inclusão da pergunta no Censo 1981, havendo depois uma maior aceitação (anos 1980) da pertença a grupo minoritário na investigação censitária. Além do ideário de unidade nacional e a sombra da Segunda Guerra, que ainda influencia em tempos atuais decisões a respeito da (não) investigação étnico-racial na Europa²³, teria havido aceitação prática das “diferenças visíveis, notadamente cor da pele, que faz com que [grupos minoritários] continuem recebendo tratamento diferenciado e desvantagens sociais” (PETRUCCELLI, 2007, p. 105-106).

²¹ O Censo 2016 reinsere o questionário da amostra, que tinha sido suprimido no Censo 2011, quando não houve investigação de etnicidade. A seção sobre pertencimento étnico é muito volumosa para reproduzir aqui. Para informações mais detalhadas, consultar: <http://www23.statcan.gc.ca/imdb-bmdi/instrument/3901_Q2_V3-eng.pdf> e <<http://www12.statcan.gc.ca/nhs-enm/2016/ref/questionnaires/questions-eng.cfm>>.

²² O capítulo **Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira**, desta publicação, traz informações mais detalhadas sobre a investigação sobre indígenas no Canadá.

²³ Um caso exemplar é a França. “No contexto francês, o uso de eufemismos ou a rejeição ao uso de termos de identificação étnicos, pode representar uma outra forma de ocultação de relações de poder. O modelo de integração dominante impõe uma invisibilidade nominal, uma negação da alteridade às ‘minorias étnicas’ nacionais. O cientista social, no intuito de um melhor conhecimento das relações inter-étnicas no seio da sociedade receptora, se vê defrontado com o problema de definir categorias que possam conduzir a uma identificação depreciativa dos grupos de estudo. E isto se torna particularmente sensível no caso da produção de estatísticas administrativas ou censitárias” (PETRUCCELLI, 2007, p. 100).

O Censo Demográfico 1991 introduziu pela primeira vez uma questão sobre pertença étnica²⁴, com uma resposta única, em acordo com estudos dos anos 1980 que mostraram que as pessoas de múltipla pertença tenderiam a se identificar prioritariamente com um grupo (normalmente o do pai). Levando em conta que se trata de um fenômeno dinâmico na sociedade e a partir de testes-piloto, a investigação subsequente sobre o tema levou a incluir uma categoria de pertença “mista” (GREAT BRITAIN, 2003). Os questionários dos censos de 2001 e 2011 contiveram então uma pergunta intitulada *Qual seu grupo étnico?*. A pessoa deveria escolher uma seção e marcar uma única das opções apresentadas (detalhando a origem [*background*], se “outro”). Houve pequenas modificações entre os dois censos²⁵ e, em 2011, utilizaram-se as seguintes opções de resposta²⁶ (cuja formatação está mostrada no Quadro 3, em conjunto com as perguntas aplicadas em 2001):

- A Branco [*white*] (opções: inglês/galês/escocês/irlandês do Norte/britânico, irlandês, cigano ou viajante irlandês [*Irish Traveller*], outro - detalhar);
- B Misto/Múltiplos grupos étnicos (opções: branco e negro [*black*] caribenho, branco e negro africano, branco e asiático, outro - detalhar);
- C Asiático/Asiático Britânico (opções: indiano, paquistanês, bangladechiano, chinês, outro - detalhar);
- D Negro/Africano/Origem caribenha [*Caribbean background*] (opções: caribenho, africano, outra origem negra - detalhar); e
- E Outro grupo étnico (opções: árabe, outro - detalhar).

²⁴ Segundo uma comunicação do órgão de estatística britânica, também serviu “para permitir a organizações privadas e públicas monitorar políticas de iguais oportunidades/antidiscriminação e planejar para o futuro através de alocação de recursos e provisão de serviços” (ETHNICITY..., 2012, p. 2, tradução nossa).

²⁵ Em relação à nacionalidade, em 2001, foi perguntado o país de nascimento, já em 2011, foi feita uma pergunta com possibilidade de respostas múltiplas *Como você descreveria sua identidade nacional?*, assim como foi investigada a língua materna e uma autoavaliação da fluência em inglês. Essas mudanças foram resultado de muitos estudos, incluindo uma consulta a cerca de 300 especialistas e representantes de grupos comunitários e de interesse [*stakeholders consultation*] (2011 CENSUS, 2007).

²⁶ Para informações mais detalhadas sobre os questionários de 2001 e 2011, consultar: <<https://www.ons.gov.uk/census/2001censusandearlier/aboutcensus2001/census2001forms>> e <<https://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/census/2011/the-2011-census/2011-census-questionnaire-content/2011-census-questionnaire-for-england.pdf>>.

Quadro 3 - Perguntas de “grupo étnico” – censos do Reino Unido - 2001/2011

Censo 2001	Censo 2011
<p>What is your ethnic group? Choose ONE section from A to E, then ✓ the appropriate box to indicate your cultural background.</p> <p>A White</p> <p><input type="checkbox"/> British <input type="checkbox"/> Irish</p> <p><input type="checkbox"/> Any other White background, please write in</p> <p><input type="text"/></p> <p><input type="text"/></p> <p>B Mixed</p> <p><input type="checkbox"/> White and Black Caribbean</p> <p><input type="checkbox"/> White and Black African</p> <p><input type="checkbox"/> White and Asian</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Mixed background, please write in</p> <p><input type="text"/></p> <p><input type="text"/></p> <p>C Asian or Asian British</p> <p><input type="checkbox"/> Indian <input type="checkbox"/> Pakistani</p> <p><input type="checkbox"/> Bangladeshi</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Asian background, please write in</p> <p><input type="text"/></p> <p><input type="text"/></p> <p>D Black or Black British</p> <p><input type="checkbox"/> Caribbean <input type="checkbox"/> African</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Black background, please write in</p> <p><input type="text"/></p> <p><input type="text"/></p> <p>E Chinese or other ethnic group</p> <p><input type="checkbox"/> Chinese</p> <p><input type="checkbox"/> Any other, please write in</p> <p><input type="text"/></p> <p><input type="text"/></p>	<p>16 What is your ethnic group? ➔ Choose one section from A to E, then tick one box to best describe your ethnic group or background</p> <p>A White</p> <p><input type="checkbox"/> English/Welsh/Scottish/Northern Irish/British</p> <p><input type="checkbox"/> Irish</p> <p><input type="checkbox"/> Gypsy or Irish Traveller</p> <p><input type="checkbox"/> Any other White background, write in</p> <p><input type="text"/></p> <p>B Mixed/multiple ethnic groups</p> <p><input type="checkbox"/> White and Black Caribbean</p> <p><input type="checkbox"/> White and Black African</p> <p><input type="checkbox"/> White and Asian</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Mixed/multiple ethnic background, write in</p> <p><input type="text"/></p> <p>C Asian/Asian British</p> <p><input type="checkbox"/> Indian</p> <p><input type="checkbox"/> Pakistani</p> <p><input type="checkbox"/> Bangladeshi</p> <p><input type="checkbox"/> Chinese</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Asian background, write in</p> <p><input type="text"/></p> <p>D Black/African/Caribbean/Black British</p> <p><input type="checkbox"/> African</p> <p><input type="checkbox"/> Caribbean</p> <p><input type="checkbox"/> Any other Black/African/Caribbean background, write in</p> <p><input type="text"/></p> <p>E Other ethnic group</p> <p><input type="checkbox"/> Arab</p> <p><input type="checkbox"/> Any other ethnic group, write in</p> <p><input type="text"/></p>
<p>Fonte: Office for National Statistics - ONS.</p>	

A investigação étnico-racial pelo IBGE

Este tópico se articula em torno de informações sobre os Censos Demográficos, para em seguida trazer elementos sobre outras pesquisas do IBGE relevantes para aproximar a questão racial no Brasil.

Censos Demográficos

O primeiro Recenseamento do Brasil, em 1872, veio na sequência da Guerra do Paraguai (1864-1870), cujo “término expôs as fragilidades do país quanto ao controle sobre a organização do território nacional e suas fronteiras. Diante das pesadas baixas, a carência de estatísticas, já reclamada por numerosos setores do governo, ganhava contornos dramáticos” (CAMARGO, 2010, p. 213).

Estatística é a ciência do Estado e cujas escolhas estão ligadas ao esforço de controle/descrição da população, necessidades governamentais²⁷ e também são tributárias do momento histórico e ideológico. Nesse censo, foi investigada a condição (livre e escravo) e a “côr”²⁸ (RECENSEAMENTO..., 1872), com as categorias “preta”, “parda”, “branca” e “cabloca” (em alusão aos índios), como descritas no Quadro 4.

Quadro 4 - Categorias raciais nos Censos Demográficos - Brasil - 1872/2010

1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2010
População livre (define sua cor)								
Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta
Parda	Mestiça		Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
Cabloca	Cabloca							
		Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela
		(outras respostas foram codificadas como de cor parda)				Índigena	Índigena	Índigena (se indígena: Etnia e língua falada)
População escrava								

Fonte: CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 15. Apresenta resultados da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - Pcerp. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

²⁷ Por exemplo, quanto à investigação de “côr” em 1872, além da necessidade de mapear a população brasileira, deveria avaliar os efeitos da Lei do Ventre Livre, de 28.09.1871 (CAMARGO, 2010, p. 217).

²⁸ Note-se que, mesmo se aparece nos questionários de 1872 e 1890 o quesito “côr”, os resultados aparecem tabulados e as instruções estavam referidas à “raça” (RECENSEAMENTO..., 1874; INSTRUÇÕES..., 1890).

Em 1890, substituiu-se a categoria “parda” por “mestiça”²⁹. Nos Censos 1900 e 1920 não foi coletada a informação, e não houve operações censitárias em 1910 e 1930. A partir do Censo 1940, as categorias utilizadas para a classificação “compreendem: branco, preto e amarelo, esta última para dar conta da imigração japonesa ocorrida fundamentalmente entre 1908 e 1930” (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 14), outras respostas foram marcadas em 1940 com um traço, sendo codificadas após o campo como cor parda³⁰. As investigações de 1950 e 1960 permanecem similares³¹, sendo que se inclui a categoria parda no questionário. Em 1970, “côr” não fez parte do recenseamento. Em 1980 volta a ser perguntada, agora no questionário da amostra do censo³². Em 1991, foi introduzida a categoria “indígena” no questionário e o quesito passa a se chamar cor ou raça. Tais categorias permanecem nas investigações subsequentes (e demais pesquisas domiciliares do IBGE), além de, crescentemente, estarem se tornando padrão em pesquisas e registros administrativos de outros produtores oficiais de informação. Em 2010, “cor ou raça” volta a figurar no questionário básico (quer dizer, perguntado em todos os domicílios, o que não ocorria desde 1960) e, caso a pessoa se autoidentificasse como indígena, responderia sobre etnia e língua falada³³, em compasso com a evolução observada nos censos da América Latina.

Cabe assinalar também que houve modificações nas instruções para captação do quesito nas pesquisas domiciliares do IBGE pelos agentes de coleta. A principal mudança ocorreu na instrução para as pessoas que se classificam como pardas, retirando em 2010 conceitos obsoletos ou ambíguos. A instrução muda de “Pessoa que se declarar mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça” para “Parda - pessoa que se declarar como parda”. As demais categorias tiveram as seguintes instruções no Censo Demográfico 2010: Branca - para a pessoa que se declarar branca; Preta - para a pessoa que se declarar preta; Amarela - para a pessoa que se declarar de cor amarela (de origem japonesa, chinesa, coreana etc.); Indígena - para a pessoa que se declarar indígena ou índia, com o esclarecimento que “esta classificação se aplica tanto aos indígenas que vivem em terras indígenas como aos que vivem fora delas” (CENSO..., 2009, p. 152).

Em termos quantitativos, os recenseamentos mostram diferentes fenômenos que marcam a história brasileira, como o incentivo à imigração branca europeia, japonesa, sem contar diferentes dinâmicas demográficas e reclassificações relacionadas a cada grupo de cor ou raça (NOBLES, 2000 apud SILVA; PAIXÃO, 2014). Também se deve lembrar que “raça” e “cor” são construções sociais e resultado da identificação de si e do outro.

²⁹ Segundo Camargo (2010, p. 234), “Note-se que a mestiçagem foi promovida aqui à condição de categoria, assumindo claramente o sentido atribuído pelo branqueamento, qual seja o de diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento desta população”.

³⁰ Em 1940, mas também em 1950, foi investigada a língua falada para dar conta da existência de outras origens, além da japonesa. Isso permitiu também identificar povos indígenas (ver capítulo **Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira**, desta publicação).

³¹ Em complemento, e considerando a dificuldade de recensear situações muito distintas, em 1960, foi usada a categoria “índia” para pessoas que vivam em aldeamentos ou postos indígenas, as demais que se declarassem “índias” deveriam ser classificadas como pardas (SILVA et al., 2017).

³² Os censos demográficos brasileiros, desde 1960, têm dois tipos de questionários aplicados nos domicílios. Há um questionário com poucas perguntas (chamado de básico, ou do universo), que todos os domicílios respondem, mas também um questionário mais detalhado (da amostra), aplicado em cerca de 10% dos domicílios. Neste caso, obtêm-se respostas para as perguntas básicas, mas também tema adicionais, como ocupação, curso superior, deficiência, estado conjugal etc.

³³ Ademais, caso a pessoa morasse em terra indígena e se identificasse com outra cor ou raça fora “indígena”, foi perguntado se a pessoa “se considerava indígena”. Em caso afirmativo, foram perguntadas etnia e língua falada.

Os resultados contendo 138 anos de recenseamentos (Tabela 1) mostram um crescimento da população classificada como branca até 1940, depois contínuo declínio (com aumento entre 1991 e 2000), movimento simétrico à população parda, que aumenta no longo prazo. A população classificada como preta decresce até 1991, aumentando nas últimas medidas, o que está em compasso com outras pesquisas e poderia se explicar por diferenciais de fecundidade e, sobretudo, pela valorização da negritude³⁴ (PAIXÃO, GIACCHERINO, 2011; OSORIO, 2013; MIRANDA, 2015).

Tabela 1 - Distribuição percentual da população residente por cor ou raça nos Censos Demográficos - Brasil -1872/2010

Ano	Cor ou raça (%)					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorada
1872 (1)	38,1	19,7	-	38,3	3,9	-
1890 (2)	44,0	14,6	-	32,4	9,0	-
1900 (3)	-	-	-	-	-	-
1920 (3)	-	-	-	-	-	-
1940	63,5	14,6	0,6	21,2	-	0,1
1950	61,7	11,0	0,6	26,5	-	0,2
1960	61,0	8,7	0,7	29,5	-	0,1
1970 (3)	-	-	-	-	-	-
1980	54,2	5,9	0,6	38,8	-	0,4
1991	51,6	5,0	0,4	42,4	0,2	0,4
2000	53,4	6,1	0,5	38,9	0,4	0,7
2010	47,7	7,6	1,1	43,1	0,4	0,0

Fonte: PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada*: estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Laboratório de Políticas Públicas - LPP: DP&A, 2007. p. 83. (Políticas da cor). Adaptado.

Notas: (1) em vez de indígena, foi utilizado "caboclo".

(2) Em vez de "parda", foi utilizado "mestiça" e, em vez de indígena, "cabocla".

(3) Não foi levantada informação de cor ou raça.

Finalmente, similar aos exemplos internacionais citados, que combinam diversas dimensões às vezes na mesma pergunta (por exemplo, "raça" nos Estados Unidos inclui opções de origem, nacionalidade e cor) ou em diversas perguntas (como no bloco de "informação sociocultural" nos censos canadenses), os censos demográficos no Brasil investigam regularmente migração interna e internacional³⁵ e religião, que não são objetos de detalhamento aqui. Movimentos migratórios recentes concernem, sobretudo, pessoas originárias da América do Sul, Central, Europa e Oriente Médio. Ademais, em compasso com orientações e compromissos internacionais, o IBGE tem estudado formas de investigar outros povos e comunidades tradicionais além dos povos indígenas, como é o caso da população quilombola³⁶.

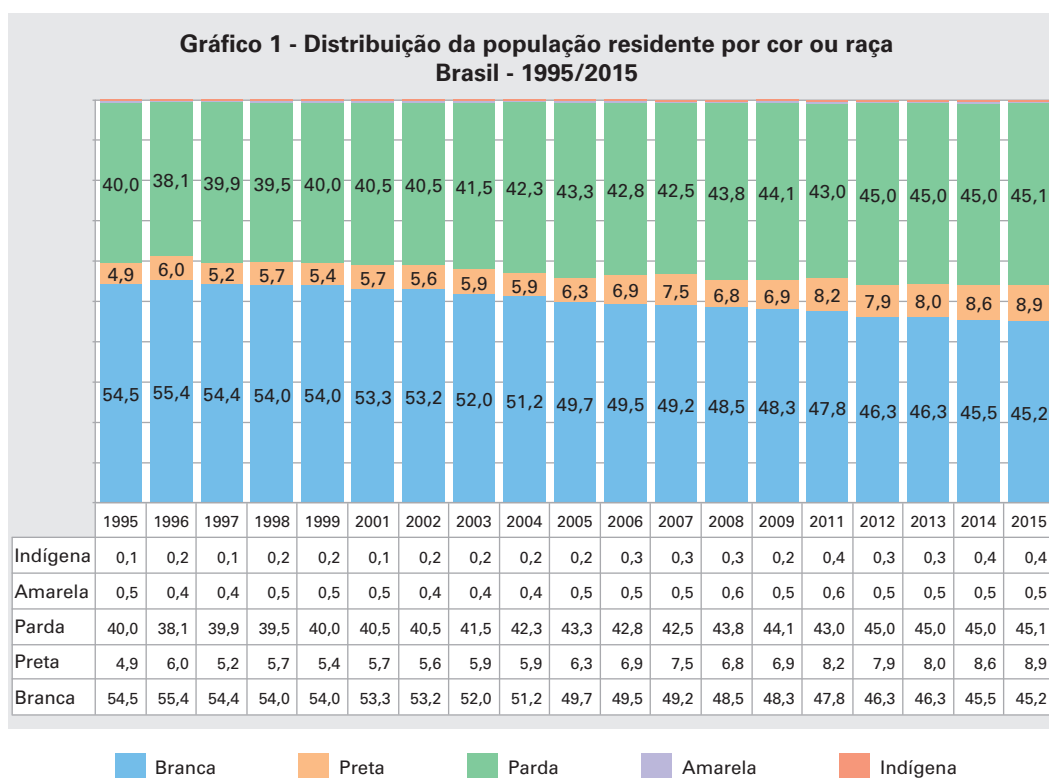
³⁴ "Se, por um lado, a sociedade brasileira foi marcada por um ideal de branqueamento que influenciou o pertencimento racial em favor de um embranqueamento populacional, por outro lado, constatou-se o desenvolvimento, ao menos nos últimos 20 anos, de um processo de valorização da ascendência negra [preta ou parda], refletido no crescimento relativo de 31% nas auto-declarações desta população, em 2010" (DESENVOLVIMENTO..., 2017, p. 10).

³⁵ O Censo Demográfico 2010 contou 161 250 brasileiros naturalizados e 431 319 estrangeiros, respectivamente 0,08% e 0,23% do total de 190 755 799 pessoas recenseadas (CENSO DEMOGRÁFICO, 2012b, p. 253).

³⁶ Para informações mais detalhadas, consultar o capítulo **Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira**, desta publicação.

Outras pesquisas

Além dos Censos, a investigação de cor ou raça aparece de forma consistente nas pesquisas domiciliares do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a Pesquisa Mensal de Emprego - PME e a Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, desde os anos 1980³⁷. O Gráfico 1 mostra dados da PNAD nos últimos 20 anos (descontinuada em 2015). Esses resultados, que não contam com precisão amostral suficiente para detalhar com confiabilidade as populações indígena e amarela, mostram o crescimento das populações preta e parda no período. A PNAD e demais pesquisas domiciliares do IBGE foram historicamente fontes privilegiadas para estudos de desigualdades raciais, com destaque para as populações classificadas como pretas ou pardas³⁸ em indicadores de educação e renda, na mobilidade social, no acesso a serviços de saúde, saneamento básico, segurança alimentar etc. (HASENBALG, 1988; PASTORE; SILVA, 2000; RETRATO..., 2011; SÍNTESE..., 2016).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005.

Notas: (1) Exclusive pessoas sem declaração de cor ou raça.

(2) Dados de 1995 a 2003 não incluem a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

³⁷ Em uma avaliação de fontes de dados do IBGE e outras instituições, Paixão e Giaccherino (2011, p. 15) adicionam à lista a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição - PNSN 1988/1989, em convênio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV 1996/1997, em convênio com o Banco Mundial, e a Pesquisa Economia Informal Urbana - Ecinf 1997 e 2003. Ver também Petrucelli (2007).

³⁸ A população indígena também tem condições socioeconômicas desvantajosas em relação a brancos e amarelos, mas costumam ser caracterizadas somente com dados dos Censos Demográficos a partir de 1991.

O IBGE buscou historicamente fazer investigações específicas sobre o tema cor ou raça, visando aprimorar sua produção estatística. Fez um teste na PNAD em 1976, com uma pergunta aberta de autoclassificação, seguida da pergunta com quatro categorias aplicada em censos anteriores (branca, preta, parda, amarela). Da mesma forma, em preparação ao Censo Demográfico 2000, fez um teste na PME de julho de 1998, com perguntas (aberta e fechada). Nessa pesquisa, indagou também sobre a origem do entrevistado. Mais recentemente, em 2008, fez uma pesquisa-estudo em seis unidades da federação³⁹, a Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População - PCERP abordou diversos temas relacionados à classificação e culminou em duas publicações (CARACTERÍSTICAS..., 2011; PETRUCCELLI; SABOIA, 2013). Alguns elementos dessa pesquisa, assim como de um teste-piloto em preparação para o Censo Demográfico 2020, aplicado em 2016 (SILVA et al., 2017), serão trazidos no próximo tópico, com a discussão da investigação de cor ou raça pelo IBGE.

Com a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD⁴⁰, desde 2007, houve padronização das pesquisas no IBGE quanto ao quesito e instruções em acordo com o Censo Demográfico 2010. Nesse sistema de pesquisa constam a PNAD Contínua (trimestral, iniciada em 2012) e a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, coletada nacionalmente em 2013 e que se repete em 2018, além da POF 2017-2018 (em campo no momento da conclusão desse texto). Ademais, outras pesquisas do IBGE fornecem informação direta ou correlata: a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE coletou informações com estudantes do 9º ano nos Municípios das Capitais do País (2009) e nacionalmente (2012 e 2015). Essa pesquisa coletou informações sobre alunos, com autopreenchimento em um dispositivo móvel de coleta (DMC), inclusive a cor ou raça autodeclarada. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic é uma pesquisa de estabelecimento que recolhe, desde 1999, informação sobre estruturas, políticas, legislações e características dos municípios, com questionários aplicados nas prefeituras. Entre os temas, constam a existência de políticas de promoção da igualdade racial, concursos públicos com reserva de vagas etc.; a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadiv, iniciada em 2012, concerne às mesmas temáticas da Munic, investigando o poder executivo das Unidades da Federação.

Elementos de discussão sobre a investigação de cor ou raça no Brasil

A discussão a respeito da classificação étnico-racial da população brasileira tem muitas vertentes e é de difícil sistematização, pois há variadas questões imbricadas, como o método de coleta de dados e as categorias de classificação, por exemplo. Os debates incluem questões técnicas, sobre os propósitos da investigação, até a negação da sua pertinência por alguns. Há embates que se valem de dados oficiais e não oficiais, com diferentes perspectivas epistemológicas (escolas de pesquisa), muitas vezes relacionando a realidade brasileira à dos Estados Unidos.

³⁹ "A pesquisa foi realizada em uma Unidade da Federação selecionada em cada Grande Região, abrangendo os Estados do Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal. Essa escolha foi baseada em critérios de representação étnico-racial e, também, em fatores logístico e operacional, que favoreceriam naquele momento a implementação da pesquisa de campo em determinada unidade" (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 13).

⁴⁰ Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>>.

Como dito, a produção de estatísticas oficiais é tanto tributária de escolhas de cunho científico, quanto operacional, visa atender aos objetivos das administrações públicas e é inserida historicamente. Pode-se constatar, dessa forma, variação no tempo das necessidades de investigação, o que coexiste com a tensão entre a manutenção de séries históricas e adaptação, dialogando com a preocupação em formular perguntas compreensíveis e que deem conta da diversidade brasileira. O entendimento do que e como se deve investigar, assim como as instrumentações dos resultados obtidos variam no tempo e no espaço, situação que não concerne unicamente cor ou raça, mas os indicadores sociais como um todo⁴¹ (JANNUZZI, 2001; UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON THE SCOPE AND CONTENTS OF SOCIAL STATISTICS, 2008).

A sequência deste tópico, sem almejar exaustividade, busca colocar em perspectiva uma série de aspectos da investigação étnico-racial brasileira, organizada a partir de indagações que se pode fazer a respeito dessa aproximação da realidade social. As perguntas abordadas são: Por que e para que se investigam as características étnico-raciais da população?; O que significa “raça”?; O que significa “cor”?; Quais são os métodos de investigação em censos e pesquisas do IBGE?; O que se pode dizer sobre os sistemas de classificação utilizados no Brasil?; Quais são as principais discussões a respeito das categorias utilizadas para capturar a identificação étnico-racial?; A formulação e a apresentação da pergunta de cor ou raça influenciam na captação?; Quais são os métodos e categorias usados em outras fontes oficiais?; e Quais são as instrumentações das estatísticas de cor ou raça para reivindicações sociais e formulação de políticas?

Por que e para que se investigam as características étnico-raciais da população?

Como apontado no início desse texto, os países podem incluir nas suas estatísticas sociais a classificação da população por pertença étnica⁴². Nem sempre de fácil abordagem, multidimensional, subjetiva e variável no tempo, essa pertença serve, em tempos recentes, para a construção de indicadores sociais. Tal classificação permite a identificação de quantitativos e localização geográfica de grupos específicos, além de desagregar indicadores por tais grupos. Em muitos contextos é o resultado de um embate para dar “visibilidade estatística” aos grupos étnico-raciais destituídos de direitos (PAIXÃO; GIACCHERINO, 2011, p. 2).

Para a formulação dos instrumentos de investigação étnico-racial coexistem e competem objetivos que estão relacionados aos diversos usos dos resultados dessa investigação (“para quê”). Como objetivos/usos, podem-se elencar: a identificação de desigualdades (raciais), opondo grupos privilegiados e destituídos (de recursos, de direitos, discriminados e discriminadores etc.); a identificação de minorias que necessitam de políticas específicas, inclusive sob orientação de compromissos internacionais de direitos humanos; a identificação de pertencimento de grupo que

⁴¹ Além de “cor ou raça”, o que se entende por “gênero” ou “deficiência”, por exemplo, como indicadores ou como desagregações de outros indicadores, pode ser disputado.

⁴² Ou, em alguns casos, por falta de estatísticas oficiais, a Academia e/ou a sociedade civil buscam produzir indicadores para visibilizar recortes da população e populações deslocadas (GOAL..., 2015). Tal produção coexiste com riscos para populações perseguidas, em países com histórico de guerras com motivação ou justificativa étnica. Tais populações sob risco podem inclusive “reivindicar o direito de ser esquecidas”; nesses contextos, há recomendações internacionais para se buscar dados confiáveis/desagregações, após consulta com tais populações, mas incluindo cautela com os possíveis (maus) usos das informações coletadas (UNITED NATIONS, 2013, p. 7; REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2015).

relevar da identidade étnica e subjetividade (respeitando o princípio da autoidentificação); identificação de grupos geneticamente próximos para orientar pesquisas médicas e farmacológicas etc. Esses diferentes usos influenciam as críticas aos métodos de investigação escolhidos e sugestões de aprimoramento (NASCIMENTO; FONSECA, 2013; OSORIO, 2013 ver também WEISS; FULLERTON, 2005; LEITE et al., 2011).

Em complemento, muitos países subscreveram a uma série de compromissos para produção de informação sobre minorias (étnicas, religiosas, linguísticas etc.), como no Plano de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata de Durban (2001) e na atual agenda internacional de desenvolvimento portando sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS⁴³, também conhecida como Agenda 2030.

O que significa “raça”?

Raça é um termo que tem sua primeira origem mapeada no Século XVI, do italiano *razza*, com cognatos em espanhol (*raza*), francês (*race*), inglês (*race*) e português, significando linhagem, origem, descendência. O termo, aplicado a humanos, tem então um uso originário essencialista (quer dizer, raça ligada à ascendência e imutável). Tal visão aproximava humanos de animais, para os quais raça designa uma subdivisão abaixo de subespécie. O termo raça seria, aliás, pouco usado na biologia não humana (TEMPLETON, 2013).

A distância fenotípica entre grupamentos humanos levou a esforços mais ou menos científicos (na Biologia e na Antropologia) para entender até que ponto esses seres humanos eram da mesma “raça”. Visões essencialistas e construtivistas (quer dizer, raça existe por que é uma construção social) são disputadas nos últimos três séculos (WEISS; FULLERTON, 2005; MORNING, 2007).

Estudos recentes (com informação genética) têm mostrado origens misturadas dentro de grupos classificados como raças distintas, por exemplo, brancos e negros no Brasil (MOURA et al., 2015). “Os humanos têm muita diversidade genética, mas a maior parte dessa diversidade reflete singularidade, não raça”, o que não impede que “raça [seja] mediada pela distribuição da variação genética, mas não determinada por isso” (TEMPLETON, 2013, p. 8, tradução nossa). Os estudiosos Weiss e Fullerton, por exemplo, refutam os esforços da Academia em buscar, sem chegar a conclusões definitivas, se raça é real, social ou biológica, concluindo que “raça é uma construção conceitual com elementos históricos, biológicos e antropológicos” (WEISS; FULLERTON, 2005, p. 169, tradução nossa).

Para a produção em institutos de estatística, na atualidade, prevalece a visão sociológica construtivista em que “raça” (entendida de forma ampla, como pertença étnico-cultural, multidimensional e subjetiva) é um conceito que merece ser evidenciado por indicadores de pertença a grupos, uma vez que tem efeitos concretos na sociedade.

Não importa o quanto os porta-vozes da ciência repitam a irrelevância ou a inexistência das raças, pois, enquanto as pessoas continuarem a usá-las para embasar suas ações com consequências efetivas materializadas em desigualdade racial, as raças permanecem relevantes para a Sociologia como construção sócio-histórica para organizar a percepção e a hierarquização da diversidade dos seres humanos (OSORIO, 2013, p. 85).

⁴³ Para informações mais detalhadas, consultar: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

Algo que confunde o entendimento do interesse na caracterização étnico-racial é porque "as raças humanas suscitaram um interesse científico e popular fora de toda proporção com a importância científica delas, que é puramente taxonômica" (PETERS, 1986, p. 9, tradução nossa). Historicamente, raça e racismo estiveram interligados, mesmo antes da ciência do Século XIX.

Para entender o conceito de raça pode-se remontar à presença de mouros e judeus na Península Ibérica. Havendo racismo ante os convertidos e seus descendentes, portadores de "sangue impuro": O conceito de "raça" muda no tempo, pois o

[...] racismo tradicional se faz com base em fundamentos teológicos e na corrente monogenista da Igreja, enquanto para o racismo moderno a base é o cientificismo, cujas teorias alimentam a corrente poligenista (Carneiro, 2005). É necessário reconhecer, assim, que o racismo preexiste a qualquer tomada de posição científica sobre as raças humanas (Darlu, 1992). Os irlandeses, por exemplo, também eram considerados pela Inglaterra, desde o Século XV, como selvagens, impossíveis de serem civilizados (Smedley, 2007) (PETRUCCELLI, 2013b, p. 18).

No Brasil, desde o início da coleta de informação racial, a investigação está relacionada à pertença a origens ancestrais, africana, europeia, autóctone (indígena) e asiática, sendo operacionalizada pela marca mais visível, a "cor", detalhada no próximo tópico.

Devido a se ter um histórico de mistura (assimétrica⁴⁴) de raças no Brasil, disputa-se a capacidade das pessoas se identificarem, o que se aproxima da assertiva "somos todos mestiços"⁴⁵. Ademais, influências weberianas, marxistas e pós-marxistas no pensamento social no Século XX também levaram a privilegiar diferenças de classe para explicar as desigualdades sociais, minimizando a relevância da pertença racial. Em contraste, houve movimento contrário a partir de constatações com testes formais que, controlando por classe ou origem social, mostraram a relevância da pertença racial para explicar desigualdades sociais nas Américas de 50 anos para cá (HASENBALG, 1985; PASTORE; SILVA, 2000; FILGUEIRA, 2001; PETTIT; WESTERN, 2004; TELLES; FLORES; URREA-GIRALDO, 2015).

Em diálogo com esses questionamentos, a PCERP 2008 trouxe como pergunta *Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?*, sendo que 96% dos entrevistados responderam "sim". Igualmente, perguntou-se (ao início da pesquisa) se a vida das pessoas no Brasil seria influenciada pela cor ou raça, obtendo-se 63,7% de respostas positivas (CARACTERÍSTICAS..., 2011).

Da mesma forma, há indagações se, no "continuum de cor" que se tem no Brasil, haveria infinitas respostas possíveis para a pergunta sobre cor ou raça, impossibilitando a classificação. Nos testes aplicados pelo IBGE, em 1976, 1998 e 2008, houve sim um grande número de termos fornecidos em resposta às perguntas abertas, respectivamente 136, 143 e cerca de 80 termos. No entanto, grande parte

⁴⁴ A própria obra de Freyre (2003, p. 456), criticada por fundamentar o "mito da democracia racial", manifesta a posição das mulheres escravas: "O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. Femeeiro. Deflorador de mocinhas. E que não tardasse em empenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos".

⁴⁵ Segundo Petrucelli (2007, p. 116), "a ideologia da mestiçagem 'ideologia assimilacionista chamada comumente de branqueamento pela elite após 1890' (Skidmore, 1991:7), se desenvolve a partir dos anos de 1930 como resposta às doutrinas racistas e eugenistas, do Século XIX [...] Na visão romântica da época, o 'somos todos mestiços' seria a palavra de ordem que superaria as clivagens raciais da nacionalidade [...]. Mas a realidade se mostrou outra. A suposta igualdade mestiça, escamoteava o dominante preconceito racial [...]. Se nos debates sobre cidadania, em outras regiões, a questão da diversidade é enfrentada no sentido do direto à diferença, 'no Brasil ainda encontram resistências ancoradas na todo-poderosa crença que a mestiçagem teria dado certo e que a democracia cultural (racial) seria realidade' (Arantes, 1999:140)".

desses termos apareceu apenas uma vez e, em todas as investigações, mais de 90% das respostas se restringiram às categorias atualmente utilizadas pelo IBGE e mais duas importantes: “morena” e “negra”⁴⁶.

O que significa “cor”?

Pode-se buscar capturar a identificação étnico-racial segundo diferentes critérios, os principais remontam à origem geográfica de nascimento ou ascendência, por um lado, e a aparência, por outro. No caso da primeira, viu-se a presença das categorias “chinesa” ou “árabe” nos questionários dos Estados Unidos e do Reino Unido como “raças” ou “grupos étnicos”, respectivamente. Afrodescendente é uma categoria passível de ser utilizada com esse critério. A identificação com povos autóctones (indígenas) também remete ao pertencimento ancestral. De outra forma, branca e preta seriam cores. Em termos de investigação, a já citada Cuba, onde não haveria população autóctone, levou ao extremo essa abordagem, perguntando em seus censos *Qual a cor da sua pele?*

Segundo alguns autores, a investigação étnico-racial no Brasil, fundamentada na cor estaria adaptada ao tipo de preconceito existente aqui, que seria “de marca”, tal como descrito por Nogueira (1985), diferenciando do tipo de preconceito “de origem”, vigente nos Estados Unidos.

Onde predomina o preconceito racial de marca, a origem não importa, apenas quantos traços, ou marcas, do fenótipo do grupo discriminado tem a vítima potencial. A principal marca é a cor da pele, mas outras, como o cabelo, também são importantes. O preconceito racial de marca não exclui completamente, mas desabona suas vítimas. Portar os traços do grupo discriminado constitui inferioridade, e faz com que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação aos demais. Todavia, a posse de outras características positivamente valoradas, como educação, poder político, projeção social e posse de riquezas, podem compensar, ao menos parcialmente, as marcas (OSORIO, 2013, p. 87).

Existe, inclusive, a hipótese da “pigmentocracia” que postula a importância da cor da pele para as hierarquias sociais. Em 1944, o antropólogo chileno Alejandro Lipschutz desenvolveu a ideia que a América Latina seria uma “pigmentocracia”, pois as hierarquias sociais da região seriam baseadas na cor da pele. Dados oficiais e não oficiais disponíveis nos últimos anos na região têm mostrado de forma geral piores indicadores sociais para grupos identificados com cor da pele mais escura, controlando por classe social, local de moradia etc. (HARRIS, 2008; TELLES, 2014; TELLES; FLORES; URREA-GIRALDO, 2015).

Finalmente, devido a como o termo “raça” ficou conotado em razão dos usos por regimes totalitários no Século XX, “cor” poderia ser interpretada como um eufemismo (ou metonímia).

A “cor” como um discurso ambíguo, tornou-se fundamental para o sistema classificatório racial ibgeano, desde a década de 1930, pois permitiu que o conceito de raça fosse atualizado a partir de um significado teórico e retórico enrijecido de cultura. Tanto Araujo (1987) quanto Nascimento (2005) expõem que a “cor” foi e continua sendo utilizada como uma metáfora para se referir à dimensão de origem da população, seja ela racial, cultural ou étnica (NASCIMENTO; FONSECA, 2013, p. 52).

⁴⁶ Em 1998, sete categorias acumulam 97% das respostas e 10 delas alcançam uma cobertura de 99% (PETRUCCELLI, 2007, p. 126). Em 2008, 95,4% das respostas concentraram sete categorias: branca (49,0%), morena (21,7%), parda (13,6%), negra (7,8%), preta (1,4%), amarela (1,5%) e indígena (0,4%) (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 42).

Seria, então, um termo de melhor aceitação geral para a caracterização étnico-racial. Como dito, a investigação étnico-racial sofre a tendência à essencialização dos resultados, sendo que as categorias usadas deveriam ser entendidas como abstrações, assim como seria o caso com “cores políticas” (vermelho ou verde, por exemplo). Branca, preta ou amarela não deveriam ser entendidas de forma razoável como “cores de pele saudável” (PETRUCCELLI, 2007), uma vez que a identificação étnico-racial é uma interação social. Nos censos brasileiros, a investigação chamava-se “côr” até 1980 e passa a se chamar “cor ou raça” pelo IBGE em 1991, quando a categoria indígena é incluída no quesito.

Quais são os métodos de investigação em censos e pesquisas do IBGE?

O IBGE faz a investigação de cor ou raça, desde 1991, a partir de uma pergunta de resposta única com cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. As opções aparecem nessa ordem para o entrevistador ou a entrevistadora⁴⁷.

A instrução que constou no manual do recenseador para o Censo Demográfico 2010 foi a seguinte: “Leia as opções de cor ou raça para a pessoa e registre aquela que for a declarada. Caso a declaração não corresponda a uma das alternativas enunciadas no quesito, releia as opções para que a pessoa se classifique na que julgar mais adequada. Em nenhum momento, você deve influenciar a resposta do entrevistado” (CENSO..., 2009, p. 152).

As pesquisas domiciliares coletam informações sobre as pessoas e os domicílios em uma interação face a face com o informante e as respostas são marcadas pelo entrevistador em um dispositivo móvel de coleta (principal método desde 2008). O informante classifica-se (“autoclassificação”) e classifica outros moradores que não estejam no domicílio, menores ou incapazes (“heteroclassificação”)⁴⁸, dessa forma, trata-se de uma combinação de auto e heteroclassificação, sem contar que há desconfiança que, apesar da instrução explícita para os entrevistadores completarem o quesito a partir das respostas das pessoas, muitos não fariam a pergunta, quer dizer, eles próprios preencheriam com sua percepção, pois poderiam considerar a resposta evidente, socialmente incômoda ou buscariam “oferecer respostas rápidas às perguntas que eles acham menos críticas” para apressar as entrevistas (TELLES, 2012, p. 73; ver também MUNIZ, 2012).

⁴⁷ Além da coleta face a face, no Censo Demográfico 2010, foi possível ao recenseado responder o questionário pela Internet, permanecendo com pequena cobertura: 43 687 dos 58 051 449 domicílios recenseados, representando 0,1%.

⁴⁸ A partir de 1950 aparece no manual de coleta que a cor deveria ser autodeclarada pelo informante. Antes disso há ambiguidade quanto ao preenchimento, alguns especialistas entendendo que sempre houve busca pela declaração por parte do informante, enquanto que para outros ela começa em 1950 (ver, por um lado, PETRUCCELLI, 2007, por outro, PIZA; ROSEMBERG, 1998-1999; SILVA; PAIXÃO, 2014). Em 1940 havia a seguinte instrução impressa no questionário: “este boletim deve ser preenchido e assinado pelo Chefe da Família ou por quem as suas vèzes fizer e supletivamente pelo Agente recenseador sempre que não houver no domicílio pessoa que possa escrever as declarações”, ao mesmo tempo, consta de uma publicação de resultados (CENSO..., 1950, p. xiv-xv) que: “no Censo de 1940, a classificação segundo a cor resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acôrdo com a seguinte forma de declaração preceituada na instrução: ‘Responda-se preta, branca, amarela, sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta’”.

A autoidentificação está fundamentada em um preceito de direitos humanos e não se imagina uma mudança desse método pelo IBGE. Dito isso, há uma série de estudos que utiliza a heteroclassificação pelo entrevistador com pesquisas privadas (OSORIO, 2003, p. 12-17; ver também BASTOS et al., 2008; MUNIZ, 2012; TELLES, 2012). O IBGE testou a heteroclassificação em 2008 na PCERP, cujos resultados estão descritos nas duas publicações relacionadas a essa pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011; PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

A defesa da heteroclassificação se dá pela ideia que, com entrevistadores treinados, as respostas seriam menos variáveis/enviesadas por questões situacionais e, dessa forma, poderiam mostrar de forma mais fidedigna as desigualdades, seguindo a hipótese que “o dinheiro embranquece” (SILVA, 1994; BASTOS et al., 2008; TELLES, 2012; SILVA; PAIXÃO, 2014).

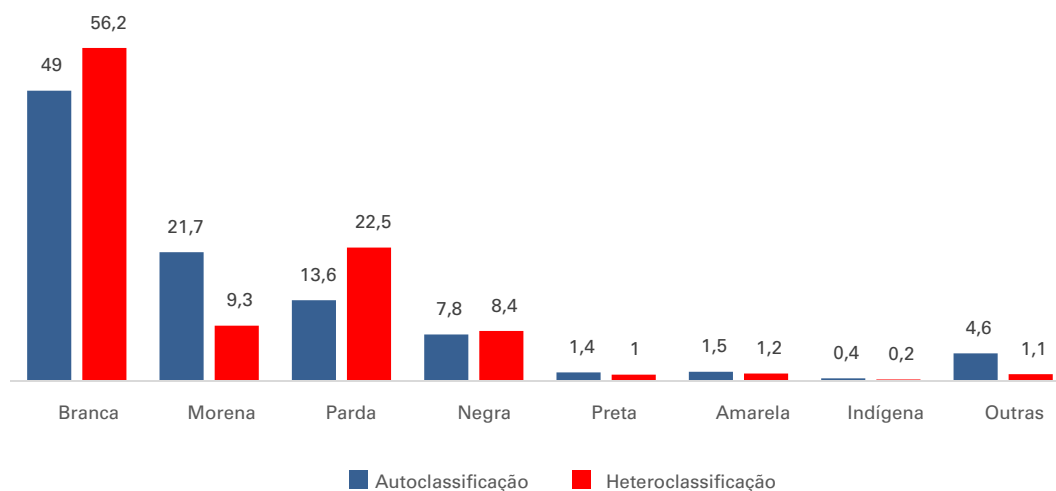
Embora existam recomendações internacionais no sentido de se adotar sempre a autoatribuição em pesquisas ou registros que captam a raça ou a etnia, ou outras características correlatas à identidade dos indivíduos, há uma extensa discussão sobre se este método de identificação seria adequado ao Brasil. Antes da adoção das políticas voltadas para pretos e pardos, como a reserva de vagas em universidades, a grande questão colocada à identificação por autoatribuição era a variação socioeconômica da cor, pois a literatura disponível sobre o assunto é unânime em afirmar que a ascensão social pode embranquecer, havendo vários registros do fenômeno (OSORIO, 2013, p. 92-93).

A crítica da heteroclassificação está em que a diferença seria de pouca monta em relação à autoclassificação, ademais, não haveria resultados inequívocos que mostrassem ausência ou menor viés no preenchimento pelo entrevistador. Optar pela heteroclassificação seria então uma “escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação ou a do observador externo” (OSORIO, 2003, p. 13).

A PCERP foi coletada com um informante de 15 anos ou mais de idade (selecionado, de forma a representar fidedignamente essa população), que respondeu por si, sendo então 100% autoclassificação. Ao mesmo tempo, foi pedido ao entrevistador para classificar essa pessoa segundo seus próprios critérios. Nessa pesquisa, entrevistado e entrevistador classificaram com uma questão aberta, podendo-se interpretar que as respostas são globalmente convergentes, com um viés de embranquecimento por parte dos entrevistadores. Há destaque para uma preferência por “morena” pelos entrevistados, ante “parda” pelos entrevistadores, o que se pode entender por ser esta a categoria oficial no IBGE e já aplicada há mais de um século. Em complemento, os entrevistadores evitam uma série de outras respostas dadas pelos entrevistados, muitas delas variantes para cor ou raça “branca”, como “clara”, “alemã” ou “italiana”. Finalmente, tanto uns como outros preferem “negra” a “preta” (Gráfico 2).

A atribuição de cor ou raça pela própria pessoa e pelo entrevistador são os principais métodos de coleta discutidos na literatura, podendo ser citados também estudos fundamentados na avaliação de fotos ou material genético (ROSEMBERG, 2004; LEITE et al., 2011; CAMPOS, 2015; MOURA et al., 2015).

Gráfico 2 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a forma de classificação de cor ou raça - 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População 2008.

Notas: (1) Foram agregadas as 7 categorias mais frequentes de cor ou raça declarada de forma espontânea.

(2) Resultados referentes à soma da população de Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso e Distrito Federal.

Além da identificação por cor ou raça, em preparação para o Censo Demográfico 2000, o IBGE testou a pertença étnico-racial com um quesito sobre origem (na PME de julho de 1998, aplicada em seis Regiões Metropolitanas). Foi utilizada a pergunta *Quais as origens que o(a) Sr.(a) considera ter?*, sem fornecer indicação ao entrevistado do que se buscava com a pergunta. O resultado foi que “ $\frac{3}{4}$ da população se orientasse para a dimensão da identidade nacional, concentrando-se na categoria brasileira como resposta [...] 11% deram também uma segunda resposta” (PETRUCCELLI, 2007, p. 44). Após estudo dos dados, foi decidido pela Comissão do Censo Demográfico 2000 manter unicamente a pergunta de cor ou raça. Osorio (2013, p. 89) comenta sobre essa decisão: “a irrelevância da definição por origem estava plenamente de acordo com o predomínio do preconceito de marca, essencialmente estético, reforçando a pertinência da identificação da raça pela cor”.

Na PCERP, também foi testada a origem, pergunta precedida por outra *Você é brasileiro?*, para “melhor estabelecer o objetivo da pergunta seguinte sobre origem familiar” (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 28). 99,6% dos entrevistados se disseram brasileiros e, quanto às origens, as mais frequentes foram: europeia (43,5%), indígena (21,4%) e africana (11,8%), enquanto 31,3% declararam não saber. A aproximação das características étnico-raciais por origem se mostrou, novamente, menos adaptada à realidade brasileira, tendo alto nível de não resposta. Concernente à classificação étnico-racial pela investigação de cor ou raça, as categorias e os possíveis sistemas de classificação podem ser discutidos, o que será feito na sequência.

O que se pode dizer sobre os sistemas de classificação utilizados no Brasil?

Abordando os sistemas de classificação, Telles (2012) identifica que, no Brasil, coexistiriam três principais:

- O primeiro sistema é o do IBGE, consolidado em sua longa tradição de censos e pesquisas domiciliares, apoiado (desde 1991) em cinco categorias;
- Em segundo lugar, vem o sistema que as pessoas usam para se identificar na vida corrente. Valem-se de termos que constam nas opções oferecidas pelo IBGE, mas também outros termos como “negra”, “morena” e “clara”, que aparecem quando se faz a pergunta de pertencimento de forma aberta; e
- Em terceiro lugar, há um sistema que ganhou força nas últimas décadas a partir de estudos sociológicos que avançaram a diferença “brancos/não brancos” para mostrar desigualdades raciais/sociais (Ver, por exemplo, HASENBALG, 1985; HASENBALG; SILVA, 1988; CARVALHO; NERI, 2000; PASTORE; SILVA, 2000). A prática mais recorrente é somar pessoas classificadas como pretos e pardos para formar uma categoria chamada de negros⁴⁹. Esse sistema também ganha força por pressão do Movimento Negro e se encontra validado em textos jornalísticos e de órgãos oficiais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ministérios, secretarias de governo e organismos internacionais (por exemplo, RETRATO..., 2011; BATISTA; WERNECK; LOPES, 2012; BRASIL, 2015; DESENVOLVIMENTO..., 2017). Tal sistema é, inclusive, erroneamente atribuído ao IBGE⁵⁰.

Esses três sistemas de classificação podem ser alvo de críticas. Quanto ao **primeiro sistema**, desde o Recenseamento de 1872, concede-se que as categorias utilizadas pelo IBGE “eram socialmente dominantes ao tempo do Império” (CAMARGO, 2010, p. 227), quer dizer, de uso corrente à época⁵¹, em contraste, as categorias teriam sido:

[...] construídas por atores situados no polo hegemônico do País, cuja percepção da miscigenação contemplava apenas sua realidade sociocultural. Decorre disso o fato das terminologias, que atendem o espectro branco-negro, serem mais tangíveis em comparação àquelas que contemplam os encontros interraciais entre brancos e indígenas e entre negros e indígenas, nas Regiões Norte e Centro-Oeste (NASCIMENTO; FONSECA, 2013, p. 53).

Além disso, o sistema do IBGE tem categorias que podem ser aprimoradas (ver próximo tópico) e inclui dois conceitos em uma mesma pergunta: cores (branca, preta, parda, amarela⁵²) e raça indígena (subentendida como pertencimento étnico/cultural/linguístico a um “povo”).

O sistema atual do IBGE daria conta da principal desigualdade racial no País, pois “embora o sistema brasileiro prefira os pardos aos pretos, a fronteira racial mais significativa é entre brancos e não brancos, já que o acesso à classe média é negado para ambos, pardos e pretos” (TELLES, 2012, p. 146). Ao mesmo tempo, não dá vazão a nuances da identificação (que pode ser múltipla) e poderia ser mais fino para orientar políticas, que devem abarcar a diversidade regional brasileira.

⁴⁹ Também pode haver a soma das categorias “negra” e “parda” em outras fontes externas ao IBGE, como no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por exemplo (SENKEVICS; MACHADO; OLIVEIRA, 2016).

⁵⁰ Essa constatação se dá a partir dos contatos recebidos pelos canais de comunicação do IBGE (telefone e Internet) e pelo portal da Lei de Acesso à Informação - LAI, do governo federal.

⁵¹ Segundo Osorio (2003, p. 20), “no Século XIX, o vocabulário étnico e racial era muito mais elaborado e diversificado do que o correntemente empregado [...] três [termos] se destacavam de forma inequívoca como os mais usados: preto, pardo e branco”.

⁵² Essa categoria sempre foi ambígua, pois se refere a uma origem, inicialmente migrantes e descendentes de japoneses.

O segundo sistema, das categorias de uso corrente pela população, inclui termos ambíguos e de difícil operacionalização, como a categoria “morena” e, para dar conta da diversidade da identificação, deveria ser coletada com uma pergunta aberta (o que é, pelo menos, extremamente custoso para uma operação que deseje produzir dados representativos para a totalidade do Brasil). Avançar na legitimação desse sistema, em oposição ao do IBGE, coloca em evidência quanto o objetivo de “classificar” (segundo objetivos estatais, para proteger minorias, mostrar desigualdades etc.) pode não coincidir com o objetivo de “identificar”, quer dizer, levar em conta como as pessoas se enxergam em toda sua diversidade.

O terceiro sistema, binário, simplifica a identificação das pessoas de cor parda, pois muitas delas não são afrodescendentes (sobretudo no Norte do País) e não se identificam com a negritude. Esse modelo, como dito, dominante na Sociologia, Movimento Negro e governo poderia ser então criticado como “sulista”, além de deixar em segundo plano outros grupos/pertenças étnico-raciais, subestimando a origem indígena e/ou estrangeira.

Se, por um lado, o próprio IBGE soma pretos e pardos em suas divulgações de dados de pesquisas amostrais (por exemplo, SÍNTESE..., 2016), o que segue a tradição das Ciências Sociais brasileiras e permite desagregações de dados que não seriam possíveis com razoável precisão estatística (em razão do menor quantitativo de pretos em relação a brancos e pardos), por outro lado, a proximidade entre pretos e pardos não é inequívoca. Há maior semelhança quanto a indicadores de educação, rendimentos e saneamento, mas ela é menor para muitos indicadores de saúde (PESQUISA..., 2014), segregação residencial (TELLES, 2012) e nupcialidade. No “mercado matrimonial”, pessoas pardas (sobretudo as mulheres) são consideradas mais próximas das brancas do que das pretas (RIBEIRO; SILVA, 2009; CENSO DEMOGRÁFICO, 2012b).

Quais são as principais discussões a respeito das categorias utilizadas para capturar a identificação étnico-racial?

Criar uma taxonomia, classificar, corresponde a uma maneira de simplificar a realidade, visando seu melhor entendimento. Classificar não é um esforço neutro, está inserido historicamente e pode alcançar de forma mais ou menos eficiente seus objetivos. Inclusive, é possível atingir melhor (ou apenas) uma parte dos objetivos, quando se têm vários, o que é o caso da classificação étnico-racial. Na sequência, são trazidos alguns elementos de reflexão sobre cada um dos principais termos (de classificação), iniciando pelos utilizados nos censos e pesquisas do IBGE.

Branca

Categoria de identificação que esteve presente desde o primeiro censo e concerniu à maioria da população no Brasil desde o início até recentemente. Com dados da PNAD, brancos tornaram-se menos de 50% da população em 2005 (Gráfico 1). É a única categoria que não se justifica por origem geográfica⁵³, ou é entendida como “ascendência europeia”. Como se trata de uma categoria de “cor”, não impediria que pessoas com qualquer origem, por exemplo, guarani (América do Sul), vietnamita

⁵³ Alguns censos latino-americanos, por exemplo Guatemala (2002) e Colômbia (2005), somente perguntaram se as pessoas tinham “origem étnica”, se eram afrodescendentes ou parte de povos indígenas, sem incluir outras opções (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013; TELLES; FLORES; URREA-GIRALDO, 2015).

(Sudeste Asiático) ou marroquina (África do Norte) identifiquem-se com ela. Finalmente, pelos múltiplos critérios utilizados pelas pessoas para se identificarem (segundo a PCERP, principalmente “cor da pele”, “origem familiar, antepassados” e “traços físicos”⁵⁴), a categoria pode incluir um entendimento que releve da aparência, da origem familiar/ancestral e diversos outros critérios de identificação.

Preta

Categoria utilizada para identificar a população afrodescendente, originalmente vinda como escrava para o Brasil. Remete à cor da pele. É categoria presente desde o primeiro recenseamento e cujo uso tem crescido. Foram 7,6% das pessoas classificadas nessa categoria no Censo Demográfico 2010 e 8,9% pela PNAD 2015 (Tabela 1 e Gráfico 1). Em perguntas abertas, no entanto, essa categoria tem menos respostas que a categoria “negra”. Da mesma forma, analistas ou divulgadores de dados de pesquisas sociais, pensando evitar preconceitos, às vezes substituem preta por negra, pois “preta é cor, negra é raça” (OSORIO, 2013, p. 96). Contatos através dos canais de comunicação do IBGE, assim como o Teste de Cor ou Raça de 2016, que teve elementos de observação etnográfica, mostraram reações contrárias a essa categoria (SILVA et al., 2017). Trata-se então de categoria disputada, mas não sem ambiguidades, pois há grupos de jovens paulistas que preferem se identificar como “pretos”, uma opção que remete a elementos culturais – Rap, Hip-hop, inclusive com a junção dos qualificativos preto, pobre e da periferia (KEHL, 1999; PEREIRA, 2010).

Parda

Categoria de uso corrente na segunda metade do Século XIX e também presente no primeiro censo. Foi inicialmente direcionada para descendentes de brancos e pretos, mas tornou-se progressivamente uma categoria mais abrangente, considerada inclusive por especialistas como “residual” (PIZA; ROSEMBERG, 1998-1999; PETRUCCELLI, 2007), abarcando a possível junção de várias origens, não somente dos “três grupos formadores”. Com dados da PNAD 2015, concerniu 45,1% da população, com forte variação regional, o maior valor foi encontrado em Amazonas, 73,3%, o mediano, em Pernambuco, 58,6%, e o menor, em Santa Catarina, 12,4%.

Trata-se de uma categoria naturalizada pelos usos oficiais (aparecendo com quantitativos não desprezíveis em perguntas abertas de identificação), mas que também é disputada por suas ambiguidades, inclusive na instrumentação em um grupo de cor ou raça “negra”. As seguintes informações da PCERP e do teste-piloto de cor ou raça feito pelo IBGE em 2016 ilustram diversidade na identificação, o que contraria a equivalência entre pretos e pardos.

A Tabela 2 mostra, com dados da PCERP, para as sete categorias mais frequentes de autodeclaração em quesito aberto, a identificação com sete “alternativas de

⁵⁴ A PCERP estudou as dimensões pelas quais “as pessoas, em geral, definem cor ou raça” e “definem a própria cor ou raça”, estando distribuídas em uma pergunta com até três respostas cujos resultados seguem em ordem de importância. *Em geral*: cor da pele (82,3%), traços físicos (57,7%), origem familiar, antepassados (47,6%), cultura, tradição (28,1%), origem socioeconômica ou de classe social (27,0%), opção política/ideológica (4,0%), outra (0,7%). *Própria cor ou raça*: cor da pele (73,8%), origem familiar, antepassados (61,6%), traços físicos (53,5%), cultura, tradição (24,9%), origem socioeconômica ou de classe social (13,5%), opção política/ideológica (2,9%), outra (1,0%) (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 44, 46).

identificação de cor ou raça”⁵⁵. Quanto aos autodeclarados de cor ou raça “parda”, 92,8% se identificaram com o termo “pardo” estimulado, 41,4% se identificaram com “branco”, 37,4% com “afrodescendente”, 36,1% com “negro” e 33,7% com “indígena”.

Tabela 2 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as alternativas de identificação de cor ou raça - 2008

Alternativas de identificação de cor ou raça	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)							
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Afrodescendente	12,5	27,5	37,4	72,8	51,1	12,2	29,9	27,8
Indígena	12,9	29,4	33,7	27,8	24,4	13,1	87,2	29,0
Amarelo	4,3	4,3	4,9	2,2	0,9	85,4	5,0	5,5
Negro	10,9	34,4	36,1	92,9	81,9	11,3	32,0	28,5
Branco	97,8	46,0	41,4	17,3	13,8	31,5	42,8	68,2
Preto	7,3	22,2	21,2	48,1	81,0	9,6	12,6	15,2
Pardo	21,6	63,2	92,8	38,7	36,1	24,2	63,5	39,8

Fonte: IBGE, Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População 2008.

Nota: Foram agregadas as 7 categorias mais frequentes de cor ou raça declarada de forma espontânea. Resultados referentes à soma da população de Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso e Distrito Federal. Fonte: IBGE, 2011, p. 54.

A PCERP investigou, ademais, alternativas de “origem familiar”. Ao se fazer o cruzamento com a cor ou raça declarada (Tabela 3), vê-se que pessoas autoidentificadas como pardas, em 35,7% não sabiam a própria origem familiar, 31,8% declararam origem indígena, 27,4% origem europeia, 18,6% origem africana, 6,8% outra origem.

Tabela 3 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação selecionadas e as alternativas de origem familiar - 2008

Alternativas da origem familiar	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)							
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Africana	5,7	11,0	18,6	39,5	31,3	2,4	17,1	13,4
Centro-americana	0,2	0,3	0,7	0,6	0,1	0,1	-	0,2
Europeia	63,8	21,2	27,4	18,1	15,9	14,2	22,8	58,1
Indígena	14,2	25,8	31,8	28,4	22,3	11,8	86,7	28,0
Judaica	0,7	0,6	0,5	0,2	-	0,5	-	0,6
Norte-americana	0,2	0,4	0,2	0,2	-	-	-	0,7
Oriente médio, síria, libanesa	1,4	0,6	0,5	0,3	0,1	0,4	-	1,1
Sudeste asiático	0,7	0,5	0,7	0,9	-	61,3	-	1,5
Sul-americana (exceto brasileira)	2,2	2,3	3,0	1,2	2,7	0,2	10,1	3,7
Outra	5,1	8,8	6,8	6,2	11,2	8,7	2,7	5,1
Não sabe	22,9	46,8	35,7	36,1	37,8	15,0	7,9	20,4

Fonte: IBGE, Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População 2008.

Nota: Foram agregadas as 7 categorias mais frequentes de cor ou raça declarada de forma espontânea. Resultados referentes à soma da população de Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso e Distrito Federal. Fonte: IBGE, 2011, p. 50.

⁵⁵ O texto do questionário na PCERP foi “dentro as seguintes alternativas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça: (assinale quantas opções desejar)”. Após a leitura de cada opção, a pessoa devia responder “sim” ou “não” (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 86).

Um teste-piloto em preparação para o Censo Demográfico 2020 foi aplicado em duas cidades do Estado do Rio de Janeiro (Petrópolis e Volta Redonda) no início de 2016. Nesse teste, muitas pessoas autodeclaradas pardas reagiram negativamente à leitura de definição equivalente à usada no Censo 2000 e na PNAD até 2014, sobretudo à menção à categoria “preta”: “considera-se como cor ou raça parda a miscigenação de branco com índio; de branco com preto; de preto com índio; ou de preto com pessoa de outra cor ou raça” (SILVA et al., 2017). Muitos dos pardos não se reconhecem com a negritude. Dito isso, essa ausência de identificação não impede que tenham piores indicadores sociais e possam ser discriminados.

Amarela

Categoria introduzida pelo Recenseamento de 1940 para dar conta da migração asiática, sobretudo japonesa. Nas orientações para os recenseadores em 2010 consta: “pessoa que se enquadrar como amarela (de origem japonesa, chinesa, coreana etc.)⁵⁶”. Trata-se de uma categoria de “cor”, mas espera uma resposta que associe amarelos a asiáticos (pela nacionalidade ou origem). Essa categoria foi construída historicamente em compasso com classificações/hierarquizações de grupos raciais, sendo considerada pejorativa nos países anglo-saxões⁵⁷. No Brasil, essa categoria representou, desde sua introdução em 1940, cerca de 0,5% da população, concentrada nos Estados de São Paulo e Paraná, locais de maior imigração japonesa. No Censo Demográfico 2010, houve, no entanto, um aumento expressivo (chegando a 1,1% da população e com um espalhamento no território incompatível com censos e pesquisas anteriores e posteriores), o que permanece sem explicação definitiva. Ao mesmo tempo, nas discussões internas ao IBGE e de analistas externos, destacou-se a existência de mudanças na coleta⁵⁸, o que teria levado a um valor atípico para uma categoria passível de mudanças bruscas, pois concerne menos de 1% da população⁵⁹.

Pode-se aventar também que a categoria “amarela” remeteria a uma definição sofisticada, necessitando operação de conhecimento histórico por parte dos informantes, tanto que respostas espontâneas sem intermediação têm níveis de resposta superiores aos encontrados nas pesquisas domiciliares do IBGE e outras instituições, provavelmente porque as pessoas utilizariam uma interpretação literal do termo. A PeNSE, por exemplo, respondida por escolares em um dispositivo móvel de coleta, teve 4,1% de respostas nessa categoria nas duas últimas edições (2012 e 2015). O teste-piloto aplicado pelo IBGE em 2016 em Petrópolis (RJ) e Volta Redonda (RJ) mostrou pessoas que tinham um entendimento de amarelo diferente do que consta na documentação do IBGE. As justificativas de resposta nesse teste revelaram que muitos entendiam a categoria como uma cor intermediária entre branca e parda (a justificativa mais recorrente, com 37,5% das respostas), seguida de “cor da pele”, com 21,4% das respostas, seguida da “institucionalidade”, quer dizer, a existência de algum documento oficial que os classificava como amarelos, 11,2%

⁵⁶ Algumas pesquisas, como o Censo Demográfico 2000 e as POFs 2002-2003 e 2008-2009 tiveram como orientação adicional esclarecer, quando necessário, que não se refere a pessoa que tenha pele amarelada por sofrer de moléstia como impaludismo, malária, amarelão etc.

⁵⁷ Para informações mais detalhadas, consultar: <https://en.wikipedia.org/wiki/Color_terminology_for_race> e Wu (2002).

⁵⁸ Cor ou raça foi coletada no questionário do universo, em vez de no questionário da amostra (em 2000, 1991 e 1980). Ademais, utilizou-se dispositivo de coleta, em vez de questionário em papel. Para informações mais detalhadas, consultar:

<<http://veja.abril.com.br/brasil/censo-2010-erra-ao-indicar-aumento-de-asiaticos-no-pais/>>.

⁵⁹ O Teste de Cor ou Raça feito pelo IBGE em 2016 mostrou, ademais, uma grande instabilidade na identificação com essa categoria (SILVA et al., 2017).

(SILVA et al., 2017). Trata-se de uma categoria com longo histórico, com pequenos efetivos no total, mas é problemática e merece mais testes para aprimoramento⁶⁰.

Indígena

A pertença aos povos autóctones do Brasil ou origem nesses povos (misturada ou não) foi pesquisada no primeiro e no segundo censo com a categoria “caboclo”, sendo depois desconsiderada até voltar à investigação no Censo Demográfico 1991. Seria a categoria de “raça”, no sentido de remeter a um pertencimento de grupo, cultural, com origens ancestrais identificáveis. A inclusão dessa categoria em censos e pesquisas é um avanço para visibilizar essa população, que tem situação social muito desfavorável (ver CENSO DEMOGRÁFICO, 2012a) e poucos indicadores disponíveis. A categoria é disputada porque índio/indígena é uma construção “de branco”, uma vez que moradores de terras indígenas podem se identificar com outros critérios (CAMPOS; CAMPOS; MONTE-MÓR, 2006). Da mesma forma, a pergunta de cor ou raça tenderia a subenumerar indígenas, como relatado a seguir:

A captação do indígena através do quesito sobre cor ou raça pode levar a possível subenumeração do número de indígenas no País. Vale lembrar que a categoria indígena não é propriamente cor ou raça, denominação mais afim às demais categorias (branco, preto, pardo e amarelo). Durante o processo de testes dos quesitos pertencentes aos questionários relativos ao Censo Demográfico 2010, alguns setores censitários correspondentes às terras indígenas foram selecionados nas provas piloto e no Censo Experimental para a aplicação do respectivo questionário, e uma constatação na avaliação foi a perda de declarações de indígenas no quesito sobre cor ou raça. Em muitas situações, pessoas de uma mesma família de indígenas se classificavam em diferentes categorias, relacionando, principalmente, com a cor da pele e, sendo assim, essas pessoas deixaram de responder aos quesitos referentes à etnia e à língua falada. De modo a contornar esse aspecto e minimizar a subenumeração, incluiu-se uma pergunta de controle dentro das terras indígenas para aquelas pessoas que no quesito sobre cor ou raça não se declarassem como indígenas (CENSO DEMOGRÁFICO, 2012a, p. 53).

A população indígena no Censo Demográfico 2010 representou 896 917 pessoas (0,4% do total), 517 383 em terras indígenas e 379 534 fora de terras indígenas. Dentro das terras, 78 954 não se declararam indígenas na pergunta com cinco categorias, sendo distribuídas dessa forma: pardas 67,5%, brancas 22,7%, pretas 8,2%, amarelas 1,6% (CENSO DEMOGRÁFICO, 2012a)⁶¹.

Abordar a pertença pela pergunta “se considera indígena” fez sentido na ótica da autoidentificação. Em observação de campo das pesquisas do IBGE, é possível constatar que, na interação com o entrevistador, muitas vezes a pessoa não espera a leitura de todas as categorias da pergunta de cor ou raça, escolhendo alguma antes de chegar à última lida, indígena. Quanto a essa categoria, vê-se, então, a necessidade de aprofundar os estudos para melhor captação.

Negra

Trata-se de categoria utilizada pela população, sociedade civil e governo de duas formas. Como dito, movimentos da sociedade civil, imprensa e governo tendem a construir essa categoria com a soma de pessoas classificadas como pretas ou pardas em pesquisas e registros que utilizam as categorias do IBGE, o que é

⁶⁰ O IBGE também investigou essa categoria no teste de captura de identificação étnica quilombola, aplicado em maio de 2017, e planeja continuar a investigar nas provas-piloto para o Censo Demográfico 2020.

⁶¹ Para informações mais detalhadas, consultar o capítulo **Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira**, desta publicação.

ambíguo. Ademais, algumas pesquisas oficiais e privadas, assim como muitos registros administrativos utilizam essa categoria em vez de “preta”. Nos testes feitos pelo IBGE com perguntas abertas, desconsiderando as diferenças de cobertura de cada pesquisa, houve crescimento nas respostas, passando de 0,1% em 1976, para 3,1% em 1998 e 7,8% em 2008 (PETRUCCELLI, 2007, p. 27; CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 41). Em 2008, foi visivelmente preferida à categoria preta tanto por entrevistados como por entrevistadores (Gráfico 2).

Afrodescendente

Essa categoria (assim como “afro-brasileiro”) ganha visibilidade em debates acadêmicos e provocados por movimentos sociais. Ao mesmo tempo, afrodescendente é “termo de significado por um lado ambíguo e por outro de difícil compreensão pela maioria das pessoas” (PETRUCCELLI, 2013, p. 35), podendo concernir pessoas que se identificam com a negritude até sua total negação, seguindo a máxima formulada a partir da leitura vulgar da antropologia, “todos viemos da África”. Essa categoria foi testada na PCERP como uma das alternativas de identificação (estimulada) de cor ou raça, sendo respondida por 25,1% da população (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 51). A Tabela 2 mostrou a escolha dessa alternativa de identificação por categorias de cor ou raça autodeclarada, sendo que 12,5% dos que se autoclassificaram como brancos se identificaram afrodescendentes. No último tópico do capítulo será abordada a classificação de afrodescendentes no Brasil como percebida pela literatura especializada sobre identificação étnico-racial na América Latina.

Morena

Categoria de uso corrente pela população e captura uma alta proporção das respostas em perguntas abertas. Como visto no Gráfico 2, concerniu 21,7% das respostas na PCERP, sendo a segunda maior categoria. De forma geral, é escolhida por pessoas de baixo *status* socioeconômico (TELLES, 2012; ATHIAS; MATOS, 2013). “Morena” é uma categoria pouco valorizada pelos estudiosos do tema devido à sua ambiguidade. Seria resultado da “‘produção’ de uma cor ‘média’, quase no sentido estatístico, nas suas múltiplas expressões nuançadas, que se corresponderia com uma teórica abolição dos opostos na liça” (PETRUCCELLI, 2007, p. 22). Segundo outro especialista, “morena é tanto uma categoria de negação da negritude quanto a que caracteriza o indivíduo branco bronzeado; há morenos que jamais serão objeto de discriminação racial e aqueles que provavelmente serão” (OSORIO, 2013, p. 95). Finalmente, a discussão quanto ao uso dessa categoria evidencia a oposição entre classificação e identificação.


A formulação e a apresentação da pergunta de cor ou raça influenciam na captação?

A maneira como uma pergunta é formulada em censos, pesquisas por amostragem (*surveys*) com a população, assim como em registros administrativos, tem efeito nos resultados obtidos. As categorias de resposta são um dos elementos da formulação, como já visto. O enunciado das perguntas, bem como as instruções para os entrevistadores, que podem “corrigir” respostas inapropriadas ou mesmo influenciar as respostas, também têm papel na entrevista, situação que pode ser qualificada como uma interação social, em que elementos cognitivos têm papel (SUDMAN; BRADBURN; SCHWARZ, 1996).

Por exemplo, em relação ao Censo 1940, houve aumento da população branca em relação a 1890, o que teria sido influenciado pela formatação do questionário, substituindo a categoria “parda” por “-”; segundo Nobles (2000). Essa estudiosa avançou que a decisão de excluir a categoria “mista” nesse censo veio da rejeição de ideias racistas, sobretudo que raças mistas seriam inferiores. Documentos oficiais avaliados por ela teriam mostrado uma nova concepção de raça, incluindo não somente fenótipo, mas também características culturais. Dessa forma, “pessoas bem-educadas e com boas maneiras de raça mista seriam consideradas brancas, mesmo se claramente com aparência de pardas” (NOBLES, 2000, p. 100 apud SILVA; PAIXÃO, 2014, p. 187; ver também PIZA; ROSEMBERG, 1998-1999). Em contraste com essa leitura, fica a dúvida se não haveria preconceito envolvido no embranquecimento de pessoas com cores intermediárias a partir de critérios socioeconômicos, em vez de “rejeição de ideias racistas”.

Ademais, há evidências em experiências e testes no Brasil e outros países que a compreensão e o sentido de pertencimento são mediatizados pelos termos usados, “ser”, “pertencer”, “se considerar”, “se identificar” captam de forma diferente o fenômeno (GREAT BRITAIN, 2003; COMPTON et al., 2013; DEL POPOLO, SCHKOLNIK, 2013; SILVA et al., 2017). O caso dos últimos censos da Costa Rica é emblemático. Foi perguntado, em 2000, se a pessoa pertencia à “cultura indígena”, enquanto que, em 2011, foi perguntado se a pessoa “se considerava indígena”. Quanto a afrodescendentes, em 2000, foram dadas duas opções combinadas na mesma pergunta de identificação (afro-costarriquenho ou negro), em 2011, foram usadas outras categorias mais abrangentes (negro/a, afrodescendente, mulato/a). Em ambos os casos, “as mudanças levaram a um significativo aumento da população enumerada [como indígena e afrodescendente], mesmo se outros fatores também podem ter influenciado, tal como uma maior consciência da identidade étnica” (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013, p. 227, tradução nossa). O Quadro 5 traz a apresentação das perguntas nos censos demográficos brasileiros de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Quadro 5 - Apresentação da pergunta sobre “cor” e “cor ou raça” em questionários e dispositivo móvel de coleta nos censos demográficos - 1980/2010



1980

9 Cor

2 Branca 4 Preta 6 Amarela 8 Parda

1991

09 Raça ou cor (amarela só para as pessoas de origem oriental)

1 Branca 2 Preta 3 Amarela 4 Parda 5 Indígena

2000

4.08 - A SUA COR OU RAÇA É:

1 - BRANCA 2 - PRETA 3 - AMARELA 4 - PARDA 5 - INDÍGENA

2010

censo2010 IBGE censo2010 IBGE censo2010 IBGE censo2010 IBGE censo2010 IBGE censo2010 IBGE

9 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MORADOR

05 A sua cor ou raça é:

04 - CC

Branca Preta Amarela Parda Indígena

07 Qual é a sua etnia ou o povo a que pertence?

04 - CC

1

RESULTADO DA BUSCA

JAMINAWA
JANOAMA
JANOMAMI
JAUALAPITI

IA

Q W E R T Y U I O P
A S D F G H J K L
Z X C V B N M limpa

OK C Cancela

08 Fala ou usa Língua Indígena?

04 - CC

1 - Sim 2 - Não

09 - Qual(is)? (especifique a(s) língua(s) indígena(s) - até dois registros)

1

2

10 Fala ou usa Português?

04 - CC

1 - Sim 2 - Não

Fonte: O Autor, a partir dos respectivos questionários censitários.

Em 1980 e 1991 não aparece pergunta formulada, enquanto que nos demais censos está impresso “A sua cor ou raça é:”. Somente no questionário de 1991 houve informação impressa sobre a categoria amarela ser direcionada a “origem oriental”. Não é possível atestar causalidade, mas essa informação no questionário coincide com uma diminuição no número absoluto de pessoas classificadas como amarelas em 1991. Amarelos representaram 663 309, 625 308 e 753 489 pessoas em 1980, 1991 e 2000, respectivamente.

A existência de quesito ou aceitação e processamento da “não resposta” também podem influenciar os resultados, sobretudo quanto a pequenas populações e/ou menores recortes geográficos. Nos censos brasileiros, nunca houve quesito direcionado à não resposta⁶² e ela esteve circunscrita a pequenos valores, em termos relativos, com o máximo histórico em 2000 para a pergunta de cor ou raça, com 0,7% da população recenseada (representando 1 150 948 pessoas), sendo praticamente zerada em 2010 (6 608 casos). Na PCERP, 4% declararam não saber a própria cor ou raça, o que não está sendo levado em conta na estruturação da pergunta e cria, então, risco de gerar respostas artificiais. Dito isso, cabe essencial atenção à formulação e apresentação da pergunta⁶³, o que merece testes detalhados, antes de qualquer modificação nos instrumentos de coleta.

Quais são os métodos e categorias usados em outras fontes oficiais?

Além do IBGE, outros órgãos oficiais produzem pesquisas e registros com a informação de cor ou raça. Nas últimas décadas houve crescente coleta, sistematização e divulgação dessa informação em fontes oficiais brasileiras, que mostram maior ou menor proximidade com a produção do IBGE. Maior padronização nos dados é, em princípio, desejável para permitir comparações e, no caso de registros, sempre um desafio, devido à diversidade brasileira, custos (de informática, de treinamento etc.) para mudar sistemas e devido ao fato que os registros são prioritariamente construídos para responder a necessidades de serviço e não para fins estatísticos. A heteroclassificação é o método de entrada mais comum na produção de registros e, dessa forma, o treinamento e a motivação dos agentes responsáveis pelo preenchimento das informações na ponta também permanece problemática, pois muitas vezes não estão informados ou convencidos da utilidade dos dados, o que atrapalha a geração de registros confiáveis e completos. Na sequência, serão trazidas algumas das principais fontes federais para estudos sociais dos grupos de cor ou raça.

Na **educação**, desde 1990, começa a ser coletada informação de cor ou raça. Nas fontes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, observam-se variações no uso de categorias, formulação das perguntas e método de coleta, que não se mostraram padronizados.

⁶² A PNAD também não contou com quesito direcionado à não resposta, mas na POF 2008-2009 havia, além dos cinco quesitos atuais, uma opção “não sabe” para a pergunta *A cor ou raça do(a) _____ é:*. Nessa pesquisa, a proporção de “não sabe” chegou a 0,3%.

⁶³ Outro tema relacionado à captação de populações nos censos da América Latina remete às diferenças entre fazer um censo de fato (pessoas contadas onde se encontram no momento do recenseamento, caso de Argentina, Bolívia, Equador e Panamá na rodada de 2010) e de direito (contadas no local de moradia habitual, demais países). Na primeira modalidade, pode haver distorção dos resultados em razão de migrações, por exemplo, de populações indígenas que se deslocam para colheitas etc. Nos censos de direito, há risco de viés na identificação, pois ela costuma ser dada por um informante nos domicílios particulares e coletivos. Pode, então, não coincidir com a identificação que o próprio membro do domicílio informaria (DEL POPOLO, SCHKOLNIK, 2013, p. 245).

Os questionários do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) começaram a coletar a informação de cor ou raça, no caso de alunos, em 1990, e a partir de 1999 entre professores e diretores das escolas avaliadas. Essa mesma questão esteve presente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde a sua origem, em 1998, por meio de questionário e, posteriormente, pelo formulário do sistema de inscrição. Em 1999, o Exame Nacional de Cursos (ENC ou Provão) também passou a coletar essa informação, dando início a uma tradição que foi continuada pelo seu sucessor, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Além desses levantamentos, os recenseamentos educacionais de responsabilidade do Inep também apreendem informações sobre cor ou raça desde a década passada: o Censo Escolar da Educação Básica passou a coletar esse dado desde 2005; e o Censo da Educação Superior, desde 2007 (SENKEVICS; MACHADO; OLIVEIRA, 2016, p. 7).

Quanto ao método de coleta, é compreensível que haja variações, pois cada esforço tem uma lógica e os informantes podem ser os diretores de escola, mas também professores e alunos, que respondem a formulários e questionários diretamente em papel ou pela Internet. As bases de dados do INEP continuam usando categorias como “negra” e “parda/mulata”. Em alguns casos há opções de não resposta (“não sei” e “não quero declarar”). Quanto à formulação da pergunta, há também variações, “cor ou raça” ou “como se considera”. Além de o INEP ter trabalhado para diminuir a não resposta, o que tem tido resultados, há tendência à aproximação com categorias do IBGE. O Quadro 6 traz a formulação mais recente das pesquisas segundo uma avaliação publicada em 2016.

Quadro 6 – Configuração dos itens de cor ou raça das últimas edições dos respectivos instrumentos do Inep

Saeb (estudantes)	Saeb (diretores e professores)	Enem	Enade	Censo Escolar (estudantes e docentes)	Censo da Educação Superior (estudantes e docentes)
2013	2013	2014	2014	2015	2014
Como você se considera?		Cor/Raça	Como você se considera?	Cor/Raça	Cor/Raça do [Aluno/Docente]
Branco(a)	Branco(a)	Branca	Branco(a)	Branca	Branca
Pardo(a)	Pardo(a)	Preta	Negro (a)	Preta	Preta
Preto(a)	Preto(a)	Parda	Pardo(a)/Mulato(a)	Parda	Parda
Amarelo(a)	Amarelo(a)	Amarela	Amarelo(a) (de origem oriental)	Amarela	Amarela
Indígena	Indígena	Indígena	Indígena ou de origem indígena	Indígena	Indígena
Não sei	Não quero declarar	Não declarado	–	Não declarada	Não dispõe da informação
–	Não sei	–	–		[Aluno/Docente] não quis declarar a cor/raça

Fonte: SENKEVICS, A. S.; MACHADO, T. de S.; OLIVEIRA, A. S. de. *A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2016. p. 41. (Série documental. Textos para discussão, n. 41). Disponível em: <http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/494022>. Acesso em: jan. 2018.

Na **saúde** também houve progressivo aumento da disponibilidade da desagregação dos dados por cor ou raça. Cresce o número de registros e pesquisas do Ministério da Saúde, assim como secretarias estaduais, que contam com a informação, além de haver maior padronização com pergunta e categorias usadas pelo IBGE. Por exemplo, a pesquisa amostral telefônica Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico - VIGITEL teve de 2006 a 2010 uma pergunta intitulada *A cor da sua pele é...* com categorias apresentando “uma grande peculiaridade [...] Branca; Negra; Parda ou Morena; Amarela (apenas ascendência oriental); Vermelha (confirmar ascendência indígena); Não sabe; Não quis informar” (PAIXÃO; GIACCHERINO, 2011, p. 23). Essa pesquisa modifica sua pergunta para coincidir com a feita pelo IBGE a partir de 2011.

Em relação ao método de coleta, há instruções para a própria pessoa, ou um familiar, sempre quando possível, informar cor ou raça nos sistemas, por exemplo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, o Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM e o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - SINASC. Esses sistemas utilizam as categorias do IBGE. Em complemento, houve uma portaria recente, n. 344, de 02.02.2017, instituindo que

a partir de agora todos os instrumentos de coleta de dados adotados pelos serviços públicos de saúde, como prontuários, formulários e cadastros, deverão trazer a informação sobre raça ou cor do usuário (paciente) [...] essa informação deverá ser coletada pelo profissional responsável pelo preenchimento, a partir da autodeclaração do usuário (paciente) [...] padroniza a coleta do dado sobre raça/cor nos sistemas de informação em saúde, que deverão seguir a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define cinco categorias autodeclaradas: branca, preta, amarela, parda e indígena (BRASIL, 2017)⁶⁴.

A informação sobre **trabalho** (formal) a partir de registros administrativos do Ministério do Trabalho compreende dois principais sistemas, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED e a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Neles, “a variável cor ou raça foi incluída em 1999, mediante a introdução de um campo denominado ‘Raça/Cor’” (PAIXÃO; GIACCHERINO, 2011, p. 24).

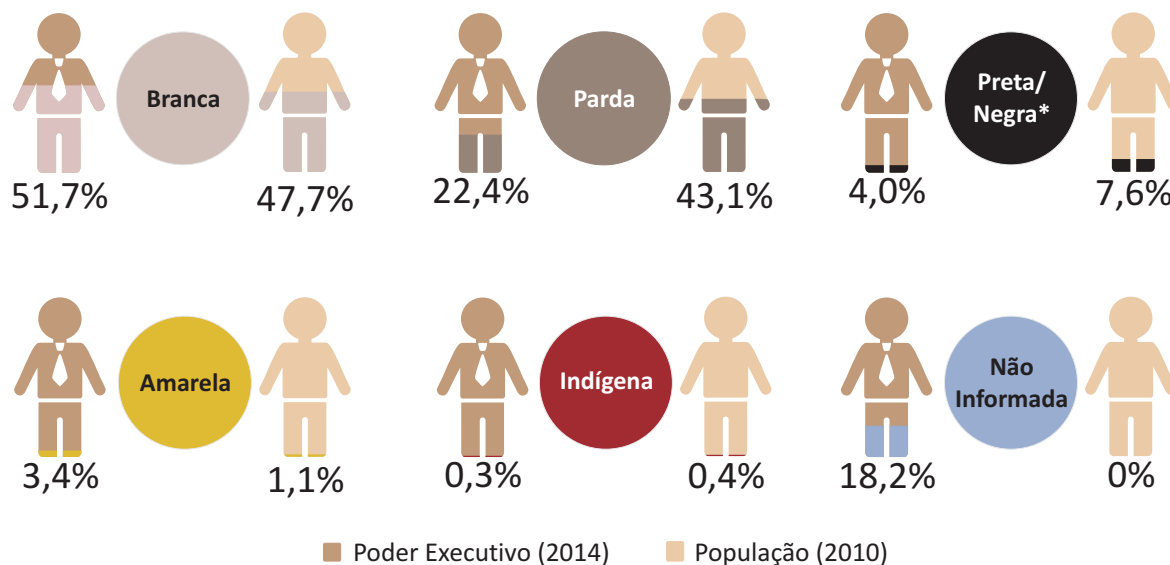
As categorias empregadas nos dois sistemas são as mesmas do IBGE. A subnotificação ainda subsiste como problema, tanto que a base de dados *Anuário Estatístico da RAIS* com dados de 1995 a 2015 não traz a consulta por cor ou raça⁶⁵. Além da não resposta, a heteroclassificação corresponde à prática, pois a informação é dada pelo empregador ou mesmo um contador externo à empresa, o que gera sérias dúvidas sobre a confiabilidade dos dados (PAIXÃO et al., 2012). Destaca-se também na RAIS que a maior parte da informação faltante vem de servidores públicos, o que pode ser exemplificado pela avaliação da “raça/cor” dos servidores públicos federais do setor executivo, vindo do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Um estudo recente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP mostrou 18,2% de não resposta (Gráfico 3), adicionando nos comentários que o sistema usa a “nomenclatura negra em vez de preta” e

a categoria “não informada” contida nesta e nas demais figuras deste *folder* corresponde àqueles servidores que optaram por não declarar ou que não foram questionados sobre sua raça/cor ao ingressarem no serviço público federal. A identificação da raça/cor é facultativa e exclusivamente baseada na autodeclaração do servidor (SERVIDORES..., 2015, p. 2).

⁶⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/27543-preenchimento-da-raca-cor-se-torna-obrigatorio-nos-sistemas-de-informacao-do-sus>>.

⁶⁵ Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://pdet.mte.gov.br/anuario-rais>>.

Gráfico 3 - Distribuição por raça/cor - Poder Executivo x população brasileira



Fontes: 1. SERVIDORES públicos federais: raça/cor 2014. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2015. p. 2. (ENAP estudos). Adaptado. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/images/150317_servidores_publicos_federais_raca_cor.pdf>. Acesso em: jan. 2018. 2. IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: com base em uma extração do SIAPE de junho/2014 e IBGE, Censo Demográfico 2010.

* O IBGE usa a nomenclatura "preta", enquanto o SIAPE usa a nomenclatura "negra"

Destaca-se finalmente, no âmbito da **assistência social**, o Cadastro Único, do Ministério de Desenvolvimento Social, que representa importante fonte de informação sobre a população de baixa renda.

Até o final de 2010, ou seja, até a versão 6 do banco, o enunciado da pergunta era "Raça/Cor". Contudo, na última reformulação do questionário, o quesito foi padronizado com a classificação do IBGE, passando a utilizar a expressão: "Cor ou Raça". Também as categorias utilizadas na resposta foram reformuladas e uniformizadas com as categorias adotadas pelo IBGE. No caso, o termo "Negra", em uso até a versão 6 do Cadastro, foi trocado por "Preta". Desta forma, as opções em vigor a partir do final de 2010 são: Branca; Preta; Amarela; Parda; Indígena (PAIXÃO; GIACCHERINO, 2011, p. 20).

Quais são as instrumentações das estatísticas de cor ou raça para reivindicações sociais e formulação de políticas?

A existência de estatísticas oficiais sobre cor ou raça no Brasil tem permitido estudos que evidenciam as condições de vida da população, com destaque para privação de direitos por parte de afrodescendentes e indígenas. Nesse sentido, o País se mostrou historicamente mais bem provido que outros países na América Latina. Inclusive, alguns analistas interpretam que a existência dessas análises permitiu uma maior mobilização social em prol de políticas de proteção e promoção da igualdade racial, consolidadas em leis e ações (TELLES; FLORES; URREA-GIRALDO, 2015; SILVA; PAIXÃO, 2014).

A Constituição Federal de 1988 já tinha sido um marco para balizar políticas, pois "reconheceu, de forma inédita, a incompatibilidade do racismo e do preconceito racial com os objetivos fundamentais da República" (JACCOUD, 2009, p. 15). Na Constituição

consta entre os fundamentos da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Art. 1º, inciso V).

As políticas implantadas desde a promulgação da Constituição Federal incluem a definição de crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei n. 7.716, de 05.01.1989), passando pelo reconhecimento do direito de propriedade para comunidades remanescentes de quilombos (Decreto n. 4.887, de 20.11.2003) e tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino médio (Lei n. 10.639, de 09.01.2003), até a instituição de estruturas para promoção da igualdade racial e ações afirmativas⁶⁶. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, com *status* de ministério, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR. Em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288, de 20.07.2010). Da mesma forma, já foram feitas três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR em 1999, 2009 e 2013.

Uma das faces mais conhecidas e também controversas dessas políticas é a reserva de vagas em universidades, mas também em concursos de admissão à carreira pública (HOFBAUER, 2006; JACCOUD, 2012; TELLES; PAIXÃO, 2013). Desde o início dos anos 2000, com uma diversidade de modalidades⁶⁷ e assimetricamente distribuídas por universidades e ministérios, essas políticas “de cotas” se fundamentaram nas categorias das pesquisas do IBGE: preta, parda e, em menor grau, indígena. O princípio da autoidentificação coexiste com comissões para atestar a veracidade das declarações de candidatos quanto ao pertencimento ao grupo de “negros” ou “indígenas”, prática iniciada pela Universidade de Brasília - UnB em 2004 (HOFBAUER, 2006, p. 21). Em 2012 e 2014, respectivamente, foram estabelecidas leis para universalizar a reserva de vagas em universidades e concursos públicos federais (Lei n. 12.711, de 29.08.2012, e Lei n. 12.990, de 09.06.2014). Em compasso com experiências internacionais, em tanto que políticas reparatórias, as duas políticas definem um prazo de aplicação, no caso brasileiro, 10 anos. A seguir alguns trechos dessas leis, com destaque para menções à classificação usada pelo IBGE.

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. [...]

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por **autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos,**

⁶⁶ Políticas de ação afirmativa, que podem ser de cunho público ou privado, visam corrigir desigualdades relacionadas a grupos que sofreram e/ou sofrem desvantagens em razão de discriminação. No caso do Brasil, está relacionada, sobretudo, a desigualdades raciais. Podem ter cunho reparatório e também se inserir numa visão multiculturalista da sociedade, que visa à diversidade de acesso, como é o caso do Canadá (SCHWARTZMAN; SILVA, 2012; TELLES; PAIXÃO, 2013). Para informações mais detalhadas, consultar também: <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>.

⁶⁷ Algumas universidades, inclusive, não reservaram vagas, mas davam vantagens nos vestibulares e Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, como era o caso de algumas faculdades da Universidade de São Paulo - USP e da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei n. 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012, grifo nosso).

Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014:

Art. 1º Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei.

§ 1º A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º A reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Art. 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a **candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (BRASIL, 2014, grifo nosso).

As diversas políticas, leis e comissões julgadoras têm sido consideradas juridicamente válidas pelo Superior Tribunal Federal - STF. A mais recente decisão concerniu à constitucionalidade da Lei n. 12.990, de 09.06.2014, aprovada por unanimidade pelo plenário do STF em 08.06.2017, acatando o argumento que a Constituição de 1988 estabelece que o Estado deve “promover” a igualdade.

Em oposição a algumas previsões, como dos antropólogos Fry e Maggie (2004) ou Da Matta (HOFBAUER, 2006), não parece ter havido acirramento das disputas raciais no Brasil, ao mesmo tempo em que existe a tendência de justificar as políticas/leis com argumentos socioeconômicos em vez de serem feitos discursos sobre diversidade racial⁶⁸ (SCHWARTZMAN; SILVA, 2012). Igualmente, as políticas estariam sendo progressivamente direcionadas para critérios socioeconômicos em vez de raciais (SILVA; PAIXÃO, 2014). Em todo caso, nos discursos e políticas, fica evidenciada a utilização da categoria “negros” como a soma de pretos e pardos com dados coletados nas pesquisas do IBGE.

⁶⁸ Alguns analistas entendem que a sociedade brasileira tem dificuldade em reconhecer a existência de discriminação e preconceito racial no País, em razão de nossa formação cultural em que a ideologia da mestiçagem/democracia racial é fortemente arraigada (HOFBAUER, 2006; TELLES, 2012). Soma-se a isso o fato que a forte segmentação racial socioeconômica (vertical) atestada nos estudos empíricos coexiste com grande proximidade cultural (horizontal) entre brancos e negros (SILVA, 2016). Os mecanismos de discriminação são generalizados, mas às vezes invisíveis, atingindo crianças (TRINDADE, 1994; TELLES, 2012; SCHUCMAN, 2014) e adultos, sendo bastante marcados em contextos profissionais (SILVA; REIS, 2011; ATHIAS; MATOS, 2013).

Perspectivas para a investigação do tema

Em tanto que perspectivas para o tema, vale discutir o conteúdo e possíveis estratégias para atingir os compromissos internacionais vigentes. Da mesma forma, o IBGE sempre busca aprimorar suas investigações, o que é colocado em perspectiva em conjunto com algumas considerações finais.

Compromissos internacionais assinados e a produção de estatísticas

As leis e compromissos internacionais podem formalizar situações já observadas na realidade, mas também fomentar práticas desejadas pela comunidade internacional. Compromissos de direitos humanos visando à não discriminação já foram estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pelas Nações Unidas (United Nations) em 1948. O Artigo 2 dessa Declaração explicita que todos podem invocar os direitos e liberdades da declaração, independente de distinções de raça, cor, religião etc. (NAÇÕES UNIDAS, 1998). Outras conferências e suas produções normativas buscaram garantir direitos numa perspectiva proativa por parte dos Estados, sobretudo quanto aos direitos econômicos e sociais, que deveriam ser igualmente garantidos a todos⁶⁹. Uma inflexão importante é atribuída, no entanto, à Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, da qual o Brasil é signatário⁷⁰. Lá constou explicitamente o incentivo a um papel proativo por parte dos Estados na produção de estatísticas fundamentadas no princípio da autoidentificação, assim como para adotarem políticas de desenvolvimento social baseadas nesses dados:

92. Insta os Estados a coletarem, compilarem, analisarem, disseminarem e a publicarem dados estatísticos confiáveis em níveis local e nacional e a tomarem todas as outras medidas necessárias para avaliarem periodicamente a situação de indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. [...]

176. Insta os Estados a adotarem e implementarem políticas de desenvolvimento social baseadas em dados estatísticos confiáveis e centrados na conquista, até o ano 2015, dos compromissos que vão ao encontro do que está estabelecido no parágrafo 36, do Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, ocorrida em Copenhague, em 1995, visando superar, significativamente, as diferenças existentes nas condições de vida enfrentadas pelas vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, p. 63, 89).

Há um grande número de compromissos relacionados às minorias e enumerá-los foge ao escopo da presente contribuição. Cabe assinalar, no entanto, que a produção de estatísticas desagregadas pelas características étnico-raciais da população está em acordo com os compromissos assinados pelo Brasil tanto na Agenda 2030, das Nações

⁶⁹ Pode-se citar o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16.12.1966 e promulgado pelo Brasil por meio do Decreto n. 591, de 06.07.1992, que traz o mesmo pressuposto de não discriminação (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

⁷⁰ Segundo Silva e Paixão (2014, p. 181), esse foi o momento em que o governo brasileiro reconheceu pela primeira a existência de racismo no País. A busca de protagonismo internacional teria, ademais, incentivado o governo brasileiro a executar ações em prol da igualdade racial.

Unidas, como na Agenda Regional de População e Desenvolvimento, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL). Em incentivo à produção de dados e luta contra exclusão social e discriminação, também se destaca a proclamação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) pelas Nações Unidas⁷¹.

A Agenda 2030, portando sobre o desenvolvimento sustentável, tem como pressuposto “que ninguém seja deixado para trás”. Numa ótica de respeito dos direitos humanos, as minorias devem ser protegidas e é importante sublinhar que não bastam melhorias na média de tal ou tal indicador, pois essas medidas podem estar mascarando situações precárias para grupos isolados geograficamente, discriminados etc. Nas 169 metas acordadas, constam explicitamente menções a desagregações por raça/etnia em duas delas, na 10.2, visando a empoderar e promover a inclusão social de todos, sem distinção, assim como na 17.18, para fortalecer a capacidade estatística com vistas a aumentar a disponibilidade de dados desagregados por “características relevantes em contextos nacionais”⁷². A meta 17.18 representa, ademais, um guia para desagregar indicadores, sempre que possível, nas diversas dimensões da agenda:

10.2. Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. [...]

17.18. Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

O Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento, aprovado na Primeira Conferência Regional de População e Desenvolvimento, em 12 a 15 de outubro de 2013, representa uma agenda para a América Latina e Caribe⁷³, culminando ademais em um *Guia Operacional*, que determinou medidas prioritárias, metas e indicadores para uma série de temas, tanto convergentes quanto complementares aos ODS. Há inclusive dois capítulos portando sobre povos indígenas e afrodescendentes que complementam o pressuposto que se deve visualizar a situação desses grupos “de forma transversal e integral em todas as medidas estabelecidas” (REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2015, p. 132, tradução nossa). As Medidas Prioritárias 90 e 98 tocam à produção estatística:

90. Garantizar el derecho a la comunicación e información de los pueblos indígenas, asegurando que las estadísticas nacionales respeten el principio de autoidentificación, así como la generación de conocimiento e información confiable y oportuna sobre los pueblos indígenas, a través de procesos participativos, atendiendo a sus requerimientos y a las recomendaciones internacionales relativas a estos asuntos. [...]

⁷¹ Para informações mais detalhadas, consultar: <<http://decada-afro-onu.org/>>.

⁷² O pertencimento racial é uma das desagregações essenciais para as diversas dimensões da Agenda 2030 no que concerne ao Brasil, como erradicação da pobreza, acesso a serviços básicos, educação, saúde, etc. Pode-se citar, ademais, que para o monitoramento brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM (2000-2015), já havia desagregação de indicadores por cor ou raça, quando possível (OBJETIVOS..., 2010).

⁷³ Essa agenda se apoia no arcabouço internacional de compromissos e planos de ação, como da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), sua prorrogação (Cairo após 2014), além do plano de ação conversar com as metas da Agenda 2030. A agenda regional é considerada, inclusive, mais progressista que a Agenda 2030, portando sobre alguns temas sensíveis, como saúde sexual e reprodutiva e desigualdade territorial, além de atenção a grupos populacionais: crianças, adolescentes, jovens, migrantes, idosos, afrodescendentes, povos indígenas (REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2013, 2015).

98. Generar conocimiento e información confiable y oportuna con perspectiva de género y desagregado por sexo, edad y condición socioeconómica, entre otras variables, sobre las poblaciones afrodescendientes, a través de procesos participativos, atendiendo los requerimientos y las recomendaciones internacionales relativas al asunto (REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2015, p. 138, 145).

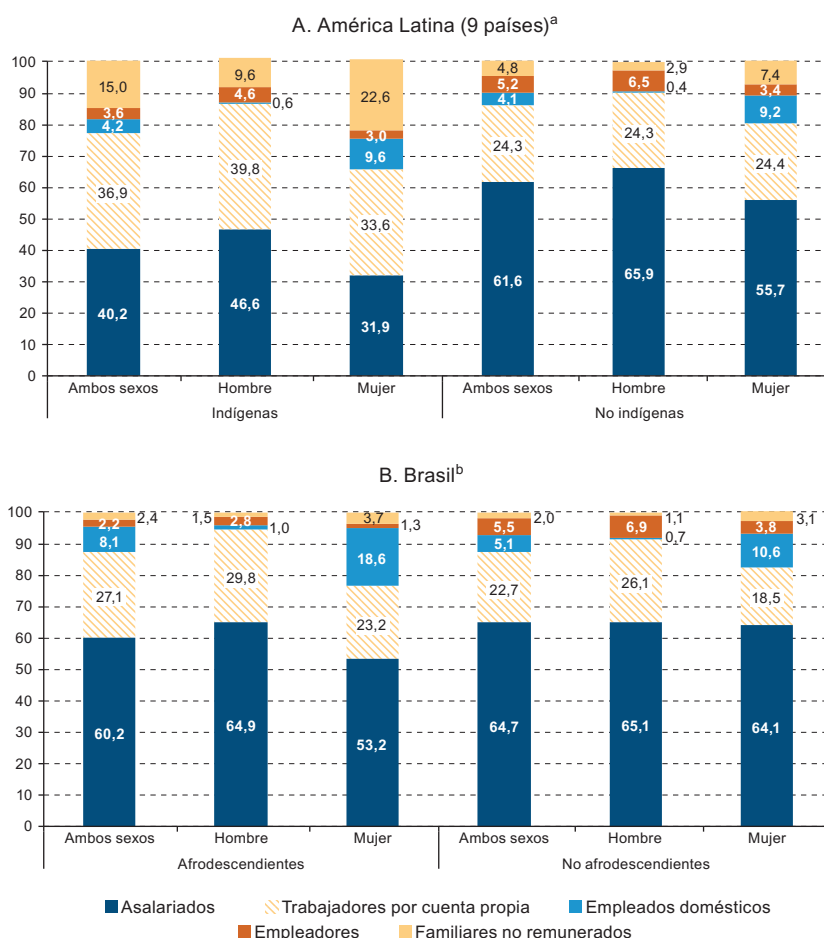
Em relação a essa agenda, além da necessidade de aumentar as fontes de dados desagregados para monitorar a garantia de direitos de afrodescendentes e indígenas em diversos campos, vale atenção à produção de dados segmentados em países que possuem categorias intermediárias, como “*mestiza*” (por exemplo, em Honduras e no Equador⁷⁴) e “*parda*” no Brasil.

A categoria “*parda*” já é retida há muito tempo em documentos oficiais brasileiros e regionais como 100% constituída de afrodescendentes, em conjunto com a população identificada como “*preta*” (CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA, 2009; DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013; REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2015). Dados extraídos do relatório *Panorama social de América Latina 2015* (PANORAMA..., 2016) exemplificam essa “*aproximação*” que, como foi dito, desconsidera a origem indígena de grande número de pardos. No Gráfico 4, Brasil e um conjunto de países são apresentados, sublinhando o menor acesso a “*ocupações valorizadas*” por mulheres, afrodescendentes (no Brasil - *sic*) e indígenas (em 9 países)⁷⁵. Os pequenos efetivos (menos de 1%) de indígenas identificados nas pesquisas amostrais brasileiras, como a PNAD, impossibilitariam tal análise para esse grupo.

⁷⁴ A partir de resultados de provas-piloto e censos, esse tipo de categoria teria se mostrado “*ambígua e confusa para o caso indígena*” (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013, p. 226, tradução nossa). No Equador, a ambiguidade somada a “*condições extremas de exclusão e marginalização social*” teria levado 72% da população a se identificar como “*mestiza*” em 2000, indicando subenumeração de indígenas e afrodescendentes (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013, p. 239, tradução nossa).

⁷⁵ Os países latino-americanos que investigam pertença a povos/grupos indígenas não o fazem de forma padronizada, o que sugere cautela em comparações, como alertam Del Popolo e Schkolnik (2013, p. 225-228).

Gráfico 4 - América Latina (8 países): categorias ocupacionais dos ocupados de 15 anos ou mais, segundo raça/etnia e sexo, totais nacionais - cerca de 2013



Fonte: PANORAMA social de América Latina 2015. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, c2016. p. 101. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/39965-panorama-social-america-latina-2015>>. Acesso em: jan. 2018.

Notas: com base em tabulações especiais a partir de pesquisas domiciliares nos respectivos países.

^a Média simples com base na informação de Bolívia, Brasil, Chile, Equador, México, Panamá, Peru, Paraguai e Uruguai. A população não indígena não inclui a população afrodescendente.

^b A população não afrodescendente não inclui a população indígena.

Considerações finais e possíveis aprimoramento da investigação

O presente texto trouxe até aqui uma série de informações sobre o estudo das características étnico-raciais no Brasil e alguns exemplos internacionais. Da mesma forma, sem pretender à exaustividade, abordou elementos de discussão sobre diversas vertentes dessa investigação que, no Brasil, articula-se em torno de dois conceitos principais, cor e raça. Os compromissos internacionais, assim como a utilização dos resultados da investigação para balizar reivindicações de igualdade racial e políticas, tais como as cotas em universidades e concursos para carreiras públicas, colocam em evidência a necessidade de estatísticas e registros adaptados a esses imperativos.

As experiências internacionais abordadas (América Latina, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido) mostraram esforços para dar conta da dinâmica social e mudanças foram feitas nos métodos de coleta em censos e pesquisas, após estudos detalhados e consultas com usuários, privilegiando as necessidades presentes ante a busca da manutenção de séries históricas.

O Canadá tem uma maior tradição de fazer um detalhado rol de perguntas nos censos demográficos (origens/raça, línguas faladas etc.), em compasso com seu posicionamento multiculturalista, sob uma rubrica chamada “informação sociocultural”. Estados Unidos e Reino Unido modificaram a investigação nas últimas décadas para identificar pertencas múltiplas, mesmo se as pessoas continuam, em grande medida, identificando-se com apenas uma “raça” ou “grupo étnico”. Nos Estados Unidos, além da “raça”, “origem étnica” é perguntada, identificando as pessoas de origem hispânica/latina. Em relação à divulgação dos dados, os órgãos de estatística publicam comparações, colocando em perspectiva as modificações na coleta da informação, quando houve (por exemplo, HUMES; JONES; RAMIREZ, 2011; CENSUS, 2012).

A rodada de censos de 2010 na América Latina mostrou mudanças em relação à rodada anterior. Houve busca de aprimoramento na investigação da pertença étnico-racial que, em muitos países, é bastante recente. Mesmo se quase todos os países agora investigam a pertença a “povos” indígenas e um crescente número, também afrodescendentes, subsiste uma grande diversidade regional quanto aos métodos de coleta. No caso do Brasil, a investigação de cor ou raça no Censo Demográfico 2010 foi feita no questionário do universo (enquanto esteve no questionário da amostra em 2000, 1991 e 1980) e foram estudadas etnias e línguas indígenas. Um caso interessante a citar foi o Uruguai, que coletou em seu Censo Demográfico 2011 a pertença múltipla e, em uma segunda pergunta, pediu aos informantes para identificar a principal “ascendência”. Reportar afrodescendentes ou indígenas com os resultados da primeira ou da segunda pergunta implica quantitativos diferentes, o que pode modificar o direcionamento de políticas; dessa forma, tal tipo de configuração necessita gerar consensos quanto aos usos.

Atendo-se à experiência brasileira, a longa tradição de investigação (desde o Recenseamento do Brasil, em 1872), em compasso com a disponibilidade de dados nos testes feitos pelo IBGE em 1976, 1998 e 2008, além de pesquisas de opinião desde os anos 1990, incentivou uma aprofundada discussão sobre os métodos de coleta e categorias aplicadas (que são, inequivocamente, simplificações/recortes da realidade). Em relação a outros países da América Latina, a disponibilidade de dados permitiu estudos que mostraram as diferenças entre os grupos de cor ou raça, sobretudo entre brancos, por um lado, e pretos ou pardos, por outro. Pessoas identificadas como amarelas e indígenas, historicamente concernindo cerca de 1% da população em censos e pesquisas domiciliares do IBGE, foram menos estudadas.

A literatura especializada discute a produção de estatísticas de cor ou raça pelo IBGE em várias frentes. Com vistas a trazer alguns elementos para a reflexão sobre possíveis aprimoramentos na investigação étnico-racial pelo IBGE⁷⁶, aqui serão exploradas a capacidade de bem contar e descrever os grupos de cor ou raça, a capacidade de mostrar fielmente as desigualdades raciais e dar conta da multidimensionalidade da pertença étnico racial.

⁷⁶ Isso está alinhado com o *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*, que, na dimensão “compromisso com a qualidade” tem como indicador que “deve-se promover e incentivar, sistematicamente, uma cultura de melhoria contínua da produção estatística do Instituto” (IBGE, 2013, p. 23).

Os grupos de cor ou raça são caracterizados pelo IBGE segundo as categorias utilizadas na pergunta de cor ou raça: branca, preta, amarela, parda e indígena (que aparecem nessa ordem para entrevistadores e entrevistados). Pode-se discutir, primeiramente, se estão sendo bem captadas as categorias minoritárias, amarela e indígena.

A **categoria “amarela”**, presente nos censos demográficos desde 1940, requer dos entrevistados uma identificação com a origem asiática, sendo que uma parte (não quantificada) da população desconhece essa relação. Os manuais para recenseadores/entrevistadores colocam que a categoria se refere a pessoas de “origem japonesa, chinesa, coreana etc.”; ao mesmo tempo a instrução diz que “em nenhum momento, você [recenseador] deve influenciar a resposta do entrevistado” (CENSO..., 2009, p. 152). Há aqui, então, uma situação ambígua, pois os entrevistadores vão se deparar com uma interpretação literal da categoria por uma parte dos entrevistados⁷⁷, quer dizer, cor da pele amarela, sem dever intervir. Será importante, então, investir em testes. Algumas opções a serem avaliadas poderiam ser: modificar a categoria, por exemplo, para “asiática ou amarela” (como no Uruguai); modificar a instrução; modificar o procedimento da pesquisa, com o entrevistado devendo confirmar sua escolha por “amarela”; após leitura da definição. Além dessas opções, após avaliação do teste de cor ou raça de 2016, os pesquisadores do IBGE responsáveis pelo estudo adicionaram a possibilidade de ser feita uma pergunta adicional para autodeclarados amarelos, confirmando a origem nos países constantes da definição. A partir desses resultados, seria possível então divulgar amarelos autodeclarados segundo a “ressignificação” da população quanto à essa categoria (fugindo da expectativa de origem, presente na documentação das pesquisas) e também os que se reconhecem com ancestralidade “japonesa, chinesa, coreana etc.” (SILVA et al., 2017).

A **categoria “indígena”**, presente nos censos demográficos e pesquisas domiciliares do IBGE desde 1991, é investigada em conjunto com definições de “cor”, figurando como a última categoria lida ao entrevistado, o que parece estar levando a subenumeração. Nas terras indígenas, o Censo Demográfico 2010 “recuperou” uma parte dos indígenas com a pergunta *Você se considera indígena?*. Fora de terras indígenas, não se sabe quantas pessoas não estão sendo contadas⁷⁸, o que desconsidera os compromissos internacionais citados.

Del Popolo e Schkolnik (2013, p. 228, tradução nossa) dão pistas para essa discussão:

em determinados casos é aconselhável aplicar perguntas separadas para indígenas e afrodescendentes, já que pode ser inapropriado continuar com a inclusão de categorias étnicas e raciais em uma mesma pergunta (em síntese, pode ocorrer que as pessoas afrodescendentes não se identifiquem com o conceito de povo nem os indígenas com raça ou cor da pele).

Além de continuar a investigar línguas e etnias nos censos, vale investir em mais testes, na atualização da malha territorial⁷⁹ e na comunicação sobre a pergunta de cor ou raça (com destaque para a dimensão “raça”, em tanto que pertença étnica), com vistas a uma melhor captação de indígenas, que estão, em muitos casos, em

⁷⁷ Na PeNSE, com 100% de autoidentificação, cerca de 4% dos escolares se autoidentificaram como amarelos, em 2012 e 2015. Cabe, ademais, o comentário que o não alinhamento da definição de amarelos tal como concebida pelo IBGE com outras administrações estaria levando a que pessoas sem origem no Sudeste e Leste Asiático sejam classificadas como amarelas em registros administrativos (da saúde e da educação, por exemplo), o que influenciaria a autoclassificação na categoria amarela em pesquisas.

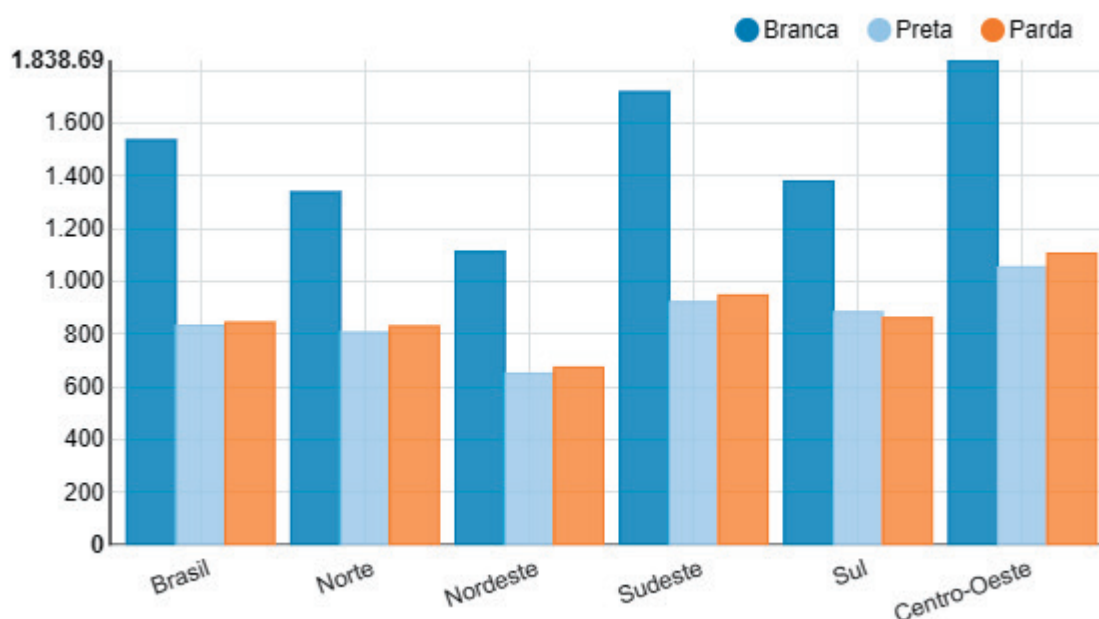
⁷⁸ Cabe, ademais, a discussão sobre quanto pesa uma visão estereotipada de indígenas para definir a captação de seu quantitativo, quer dizer, todos os indígenas estão em isolamento, “usam cocar” etc. Algumas pessoas podem, inclusive, não ter nascido indígenas, mas se tornado indígenas por laços de matrimônio ou adoção.

⁷⁹ Para informações mais detalhadas, consultar o capítulo **Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira**, desta publicação.

condições sociais precárias e se encontram invisibilizados ou subenumerados. Da mesma forma, será importante incluir representantes indígenas nas discussões.

Em relação às **desigualdades raciais**, elas estão visíveis nos indicadores, por exemplo, o Gráfico 5 explicita diferenciais de rendimento entre brancos, pretos e pardos, no Brasil e em cada Grande Região com dados do Censo Demográfico 2010.

Gráfico 5 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça - Grandes Regiões - 2010



Fonte: CENSO demográfico 2010. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2018]. Tab. 1381. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: jan. 2018.

Há visível proximidade entre pretos e pardos nesse caso, o que não concerne todo tipo de estatística, como as já citadas estatísticas de nupcialidade. Igualmente, há pesquisadores que aventam que a investigação pelo IBGE subestimaria de forma estrutural as diferenças entre brancos, pretos e pardos, estando pardos em uma situação intermediária, para indicadores de renda/trabalho, inclusive. Com base em dados não oficiais de 1995, Telles e Lim (1998) estudaram diferenças entre a autoclassificação e a classificação pelo entrevistador, chegando à conclusão que “estatísticas oficiais, na medida em que são baseadas na autoclassificação, tendem a inflar a renda dos pardos” (TELLES, 2012, p. 122). Da mesma forma, com a resignificação da negritude vista nas últimas décadas, sobretudo pessoas mais instruídas (e, conseqüentemente, com maior renda) em tons de pele intermediários estariam se reclassificando como pretas ou pardas, pois são mais escuras do que o seu grupo de referência, o que também faria com que a desigualdade racial total fosse subestimada (SILVA; PAIXÃO, 2014). Para esses pesquisadores, a classificação pelo entrevistador, idealmente valendo-se de critérios adicionais às categorias do IBGE, por exemplo, uma paleta de cor (em complemento com uma avaliação de tipos de cabelo), traria uma visão mais acurada da desigualdade⁸⁰.

⁸⁰ Esses estudos são interessantes, mas não colocam em perspectiva o efeito mecânico de testar mais categorias do que menos categorias em tanto que variáveis explicativas em modelos de regressão (ROYSTON; ALTMAN; SAUERBREI, 2006).

Em contraste, esses testes, aplicados recentemente em vários países da América Latina, mostraram melhores resultados em Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, México e Peru do que no Brasil (TELLES, 2014; TELLES; FLORES; URREA-GIRALDO, 2015), onde a classificação branca, preta, parda mostra desigualdades marcadas, com vantagem para o grupo de brancos (o Gráfico 5 é um bom exemplo). Ademais, não é razoável aplicar a classificação pelo entrevistador para contagem da população, pois deve-se seguir o princípio de direitos humanos do autoreconhecimento. Da mesma forma, as dificuldades em dar conta da diversidade regional brasileira e a simplicidade de uma classificação com três categorias principais é defensável.

O pesquisador Osorio considera o sistema de categorização atualmente praticado pelo IBGE como “globalmente adequado”⁸¹ e discute, reconhecendo a complexidade, as possíveis mudanças nas categorias, por exemplo, incluindo as categorias “morena” e “negra” na pergunta de resposta única atualmente empregada, com vistas a dar conta dos principais termos usados pela população. Segundo ele, a introdução da categoria “negra” não mudaria a principal linha, “entre brancos e não brancos”, estes últimos compostos por pretos, pardos (e negros), além de se estar empregando uma categoria preferida pela população em relação à categoria “preta”. Poderia, no entanto, ser fonte de “tensões na identificação dos beneficiários de políticas públicas”, isso porque “a classificação racial tem estado no centro de um debate político sobre as causas e as soluções do problema da desigualdade racial no Brasil, logo, alterações que [a forma de agregar os dados] venha a sofrer terão impactos nessa área” (OSORIO, 2013, p. 96). Já a categoria “morena”, com maior aceitação do que a categoria “parda” (nos dados da PCERP), traria instabilidade à classificação, pois é uma categoria ambígua e deslocaria a linha brancos/não brancos, além do que “há morenos que jamais serão objeto de discriminação racial e aqueles que provavelmente serão” (OSORIO, 2013, p. 97).

O objetivo de mostrar desigualdades em indicadores sociais parece estar globalmente bem atendido pelas três principais categorias, mesmo se pardos não separam afrodescendentes de indígenas que se declaram pardos, descendentes de indígenas ou outras origens, por exemplo, imigrantes internacionais, como os bolivianos (que permanecem, em grande parte, invisibilizados). Há, no entanto, expectativa que censos e pesquisas amostrais do IBGE, sem contar pesquisas e registros de outras fontes oficiais, possam dar visibilidade a grupos minoritários, permitindo identificar condições de vida e acesso a direitos, atendendo à Agenda 2030.

Quanto a outras perspectivas de investigação, alguns países têm trilhado o caminho da coleta da identificação étnico-racial com pertença múltipla, o que dá maior flexibilidade às identificações e estaria alinhado com os resultados da PCERP, que mostraram preferência por mais de uma escolha⁸² (Tabela 2). Estão também em compasso com a necessidade de dar conta de fluxos recentes de imigrantes e refugiados para o Brasil. Dito isso, em razão das instrumentações dos resultados atualmente gerados, em leis e políticas recentemente estabelecidas, talvez seja mais factível um teste em larga escala para inclusão de uma pergunta adicional para caracterizar melhor

⁸¹ Segundo Osorio (2013, p. 96), “obviamente, a classificação não é absolutamente precisa ou objetiva, e nem poderia ser, pois o fenômeno que pretende captar varia circunstancialmente. As categorias abrangentes e de fronteiras fluidas da classificação permitem lidar com essa imprecisão: embora não se possa, a partir dos resultados de seu emprego, saber exatamente qual é o fenótipo nacional ideal do pardo, ou do preto, ou do branco, sabe-se que identificou pessoas que se enquadram nessas categorias em seus contextos relacionais locais”.

⁸² Segundo Petruccelli (2013, p. 47), “a elevada opção pelas escolhas múltiplas [na PCERP] corrobora a ideia de que a exigência, nas pesquisas correntes, de escolher apenas um termo para se classificar em termos de cor ou raça simplifica a expressão da identificação étnico-racial, reduzindo a complexidade da questão”.

pardos, categoria considerada “residual” pelos especialistas. Em termos de direitos, tanto descendentes de indígenas quanto afrodescendentes classificados como pardos encontram-se em situação precária e já são objeto de políticas.

Esses possíveis caminhos para aprimoramento da investigação dialogam com os objetivos de mostrar as desigualdades raciais (efeitos da discriminação que atinge pretos, pardos e indígenas, mesmo se de forma assimétrica), mas também retratar de forma acurada a identidade racial, tudo isso merecendo discussão estruturada com especialistas e movimentos sociais, além de testes detalhados e abrangentes.

Referências

2011 CENSUS: ethnic group, national identity, religion and language consultation: summary report on responses to the 2011: census stakeholders consultation 2006/07. London: Office for National Statistics - ONS, 2007. 93 p. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/file?uri=/census/2011census/consultationsusersandlocalpartners/2011censusclosedconsultations/ethnicgroupnationalidentityreligionandlanguageconsultation/eicsummaryreportfull_tcm77-186492.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

2011 CENSUS: user guide: 2011-2001 census in England and Wales questionnaire comparability. London: Office for National Statistics - ONS, 2012. 54 p.

Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/census/2011/census-data/2011-census-user-guide/comparability-over-time/2011-2001-census-questionnaire-comparability.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

ATHIAS, L.; MATOS, G. Mobilidade social. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 160-192. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263405>>. Acesso em: jan. 2018.

AZEVEDO, V.; BOUILLON, C. P. *Social mobility in Latin America: a review of existing evidence*. Washington, DC: Inter-American Development Bank - IADB, 2009. 51 p. (Research Department. Working paper, 689). Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/1656/Social%20Mobility%20in%20Latin%20America%3a%20A%20Review%20of%20Existing%20Evidence.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: jan. 2018.

BASTOS, J. L. et al. Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Saúde Pública, v. 42, n. 2, p. 324-334, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000200019>. Acesso em: jan. 2018.

BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org.). *Saúde da população negra*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN, 2012. 372 p. (Negras e negros: pesquisas e debates). Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

BEHRMAN, J. R.; GAVIRIA, A.; SZÉKELY, M. *Intergenerational mobility in Latin America*. Washington, DC: Inter-American Development Bank - IADB, 2001. 38 p. (Research Department. Working paper, 452). Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/1351/Intergenerational%20Mobility%20in%20Latin%20America.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: jan. 2018.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENÉNDEZ, M. *Inequality of opportunity in Brazil*. 2007. 43 p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTDECINEQ/Resources/InequalityBrazil.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 151, n. 109, 10 jul. 2014. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 342, de 1º de fevereiro de 2017. Altera o Art. 4º da portaria n. 3.141/GM/MS, de 28 de dezembro de 2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 154, n. 24, 2 fev. 2017. Seção 1, p. 62. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/doc/Portaria344_2017_MS.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil sem miséria: caderno de resultados população negra: superação da pobreza da população negra: junho/2011 a abril/2015*. Brasília, DF, 2015. 28 p. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/cadernodegraficosbsm-4anos-negros26052015-pdf-pagespeed-ce-pf6_7djnk.pdf/view>. Acesso em: jan. 2018.

CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 53-66, set. 1994.

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=244323>>. Acesso em: jan. 2018.

CAMPBELL, G.; JUNG, K. *Historical census statistics on population totals by race, 1790 to 1990, and by hispanic origin, 1970 to 1990, for large cities and other urban places in the United States*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2005. (Population Division. Working paper, n. 76). Disponível em: <<https://www.census.gov/population/www/documentation/twps0076/twps0076.html>>. Acesso em: jan. 2018.

CAMPOS, L. A. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 58, n. 3, p. 689-719, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582015000300689&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

CAMPOS, M. B. de; CAMPOS, T. B. de; MONTE-MÓR, R. L. de M. A questão demográfica indígena: o caso dos Xacriabá, no norte de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2006. 16 p. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1539/1503>>. Acesso em: jan. 2018.

CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 99 p. Acompanha CD-ROM. Apresenta resultados da Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico-raciais-da-populacao.html?=&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

CARTMILL, M. The status of the race concept in physical anthropology. *American Anthropologist*, Arlington: American Anthropological Association - AAA, v. 100, n. 3, p. 651-660, Sept. 1998. Disponível em: <<http://pages.ucsd.edu/~jmoore/courses/anth42web/CartmillRaceConcept1998.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

CARVALHO, A. P. de; NERI, M. C. *Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, 2000. 62 p. (Ensaio econômico, n. 392). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/408/1238.pdf?sequence=2>>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 1940. População e habitação. In: RECENSEAMENTO geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Série nacional, v. 2. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=765>>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 2010. In: IBGE. *Sidra: sistema IBGE de recuperação automática*. Rio de Janeiro, [2018]. Tab. 1381. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO demográfico 2010: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 254 p. Censo experimental. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=52311>>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=798&view=detalhes>>. Acesso em: jan. 2018.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA. *Los censos 2010 y la inclusión de pueblos indígenas y poblaciones afrodescendientes: recomendaciones del Celade*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, Celade, 2009. 10 p. Trabalho apresentado no seminário "Seguimiento a los Avances de la Preparación de la Ronda de Censos 2010 en América Latina: taller del Grupo de Trabajo de la CEA/Cepal", na Conferencia Estadística de las Américas - CEA-Cepal, realizada em Santiago de Chile, 2009. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/0/37790/CELADE_recomendaciones_indigenas.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

COMPTON, E. et al. 2010 *census race and hispanic origin alternative questionnaire experiment: final report*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2013. 134 p. (2010 census planning memoranda series, n. 211, 2nd. reissue). Disponível em: <https://www.census.gov/2010census/pdf/2010_Census_Race_HO_AQE.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban, África do Sul. *Declaração e programa de ação*: adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2001. 101 p. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CONTAR con todos: caja de herramientas para la inclusión de pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Nueva York: Fondo de Población de las Naciones Unidas - UNFPA: Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia - Unicef, 2011. 5 módulos. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/1446-contar-todos-caja-herramientas-la-inclusion-pueblos-indigenas-afrodescendientes>>. Acesso em: jan. 2018.

COSTA, L. G. Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, v. 45, n. 1, p. 48-60, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93812719005>>. Acesso em: jan. 2018.

DEL POPOLO, F.; SCHKOLNIK, S. Pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos en el derecho a la información. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, ano 40, n. 97, p. 205-247, 2013. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35946/np97205247_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2018.

DESENVOLVIMENTO humano para além das médias. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - FJP, 2017. 127 p. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

ETHNICITY and national identity in England and Wales: 2011. London: Office for National Statistics - ONS, 2012. Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/culturalidentity/ethnicity/articles/ethnicityandnationalidentityinenglandandwales/2012-12-11>>. Acesso em: jan. 2018.

FAINELLO, C. et al. *Aspectos políticos na obra "casa grande e senzala"*. In: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, 2007, Cascavel; SEMANA DE EDUCAÇÃO, 19., 2007, Cascavel. Anais... Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, 2008. 15 p. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/Simp%C3%B3sio%20Academico%202007/Trabalhos%20Completos/Trabalhos/PDF/Casa%20Grande%20e%20Senzala.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

FILGUEIRA, C. *La actualidad de viejas temáticas: sobre los estudios de clase, estratificación y movilidad social en América Latina*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2001. 55 p. (Políticas sociales, 51). Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S0108617.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. Biobibliografia de Edson Nery da Fonseca. Notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. 719 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 1). Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/freire_gilberto_casa_grande_senzala.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

GOAL 16: the indicators we want: virtual network sourcebook on measuring peace, justice and effective institutions. New York: United Nation Development Programme - UNDP; Bonn: Federal Ministry for Economic Cooperation and Development, 2015. 100 p. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/Virtual%20Network%20on%20Goal%2016%20indicators%20-%20Indicators%20we%20want%20Report.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

GREAT BRITAIN. Office for National Statistics. *Ethnic group statistics: a guide for the collection and classification of ethnicity data*. London: ONS, 2003. 64 p. Disponível em: <<http://ons.gov.uk/ons/guide-method/measuring-equality/equality/ethnic-group-statistics/ethnic-group-statistics--a-guide-for-the-collection-and-classification-of-ethnicity-data.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

GRIECO, E. M.; CASSIDY, R. C. *Overview of race and hispanic origin 2000*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2001. 11 p. (Census 2000 brief). Disponível em <<https://www.census.gov/prod/2001pubs/c2kbr01-1.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - Feusp, v. 29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

HARRIS, T. Pigmentocracy In: NATIONAL HUMANITIES CENTER (U.S.). *Freedom's Story: teaching African American literature and history*. Research Triangle Park, [2008]. Disponível em: <<http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/freedom/1865-1917/essays/pigmentocracy.htm>>. Acesso em: jan. 2018.

HASENBALG, C. A. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1988. cap. 6, p. 164-182. (Grande Brasil: veredas, v. 7).

_____. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P. M. (Ed.). *Race, class, and power in Brazil*. Los Angeles: University of California - UCLA, Center for Afro-American Studies - CAAS, 1985. cap. 3, p. 25-41. (CAAS special publication series, v. 7).

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1988. 200 p. (Grande Brasil: veredas, v. 7).

HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - Cedec, v. 68, p. 9-56, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

HUMES, K. R.; JONES, N. A.; RAMIREZ, R. R. *Overview of race and hispanic origin*: 2010. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2011. 23 p. (2010 census briefs). Disponível em: <<https://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-02.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

HUNLEY, K. L.; HEALY, M. E.; LONG, J. C. The global pattern of gene identity variation reveals a history of long-range migrations, bottlenecks, and local mate exchange: implications for biological race. *American Journal of Physical Anthropology*, Ann Arbor: American Association of Physical Anthropologists - AAPA, v. 139, n. 1, p. 35-46, May 2009. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/62159/20932_ft.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2018.

IBGE. *Código de boas práticas das estatísticas do IBGE*. Rio de Janeiro, 2013. 46 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Informacoes_Gerais_e_Referencia/Codigo_de_Boas_Praticas_das_Estatisticas_do_IBGE.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

INSTRUÇÕES para o segundo recenseamento da população da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística - DGC, 1890. 30 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=51>>. Acesso em: jan. 2018.

JACCOUD, L. (Org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2009. 233 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5611>. Acesso em: jan. 2018.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos*. Campinas: Alínea, 2001. 141 p.

_____. *Mobilidade social no Brasil ao final do século XX: uma avaliação dos efeitos da reestruturação produtiva*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 37 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 17). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=24829>>. Acesso em: jan. 2018.

KEHL, M. R. Radicais, raciais, racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade, v. 13, n. 3, p. 95-106, jul./set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2018.

LEITE, T. K. M. et al. Genomic ancestry, self-reported "color" and quantitative measures of skin pigmentation in Brazilian admixed siblings. *PLOS One*, San Francisco: Public Library of Science - PLOS, v. 6, n. 11, Nov. 2011. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0027162>>. Acesso em: jan. 2018.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 67-80, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

MIRANDA, V. A resurgence of black identity in Brazil?: evidence from an analysis of recent censuses. *Demographic Research*, Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research, v. 32, p. 1603-1630, Jan./June 2015. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/volumes/vol32/59/>>. Acesso em: jan. 2018.

MORNING, A. Everyone knows it is a social construct: contemporary science and the nature of race. *Sociological Focus*, Oxfordshire: Taylor & Francis, v. 40, n. 4, p. 436-454, Nov. 2007.

MOURA, R. R. de et al. Meta-analysis of Brazilian genetic admixture and comparison with other Latin America countries. *American Journal of Human Biology*, Hoboken: Wiley, v. 27, n. 5, p. 674-680, Sept./Oct. 2015.

MUNIZ, J. O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 55, n. 1, p. 251-282, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100007>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. [6] p. Adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Assembleia Geral. *Pacto internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais*. Brasília, DF, [2018]. 10 p. Adotado pela Resolução 2200 (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. Adotada pela Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: jan. 2018.

NASCIMENTO, A. S.; FONSECA, D. J. Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 51-82. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263405>>. Acesso em: jan. 2018.

NOBLES, M. *Shades of citizenship: race and the census in modern politics*. 1st ed. Stanford: Stanford University Press, 2000. 256 p.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. Prefácio de Thales de Azevedo. 19. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1, Estudos brasileiros, v. 9).

OBJETIVOS de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília, DF: Presidência da República: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 182 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

OSORIO, R. G. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 83-99. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263405>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003. 50 p. (Texto para discussão, n. 966). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PAIXÃO, M. J. de P.; GIACCHERINO, I. R. Levantamento das fontes de dados estatísticos sobre a variável cor ou raça no Brasil contemporâneo: terminologias classificatórias, qualidade das bases de dados e implicações para as políticas públicas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2011. 37 p. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt30-12/1181-levantamento-das-fontes-de-dados-estatisticos-sobre-a-variavel-cor-ou-raca-no-brasil-contemporaneo-terminologias-classificatorias-qualidade-das-bases-de-dados-e-implicacoes-para-as-politicas-publicas/file>>. Acesso em: jan. 2018.

PAIXÃO, M. J. de P. et al. Investigação sobre qualidade da variável cor ou raça na RAIS através de um estudo comparativo com a PNAD do IBGE. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. *Papers...* São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2012. 27 p. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt30-2/8349-investigacao-sobre-qualidade-da-variavel-cor-ou-raca-na-rais-atraves-de-um-estudo-comparativo-com-a-pnad-do-ibge/file>>. Acesso em: jan. 2018.

PANORAMA social de América Latina 2015. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, c2016. 220 p. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/39965-panorama-social-america-latina-2015>>. Acesso em: jan. 2018.

PASCOE, P. Miscegenation law, court cases, and ideologies of “race” in twentieth-century America. *Journal of American History*, Oxford: Oxford University Press, v. 83, n. 1, p. 44-69, June 1996. Disponível em: <<https://sites.oxy.edu/ron/csp19/readings/miscegenationlaw-pascoe.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: EdUSP, 1979. 217 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1: estudos brasileiros, 1).

PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. 19. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 98 p.

PENNER, A. M.; SAPERSTEIN, A. How social status shapes race. *PNAS*, Washington, DC: National Academy of Sciences, v. 105, n. 50, Dec. 2008. p. 1628-1630. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/105/50/19628>>. Acesso em: jan. 2018.

PEREIRA, A. B. *A maior zoeira: experiências juvenis na periferia de São Paulo*. 2010. 262 p. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17112010-141417/pt-br.php>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, grandes regiões e unidades. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. 180 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9161&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

PETERS, G. *Racismes et races: histoire, science, pseudo-science et politique*. Lausanne: Éditions d'en bas, 1986. 135 p.

PETRUCCELLI, J. L. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. p. 31-50. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263405>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Laboratório de Políticas Públicas – LPP: DP&A, 2007. 156 p. (Políticas da cor).

_____. Ethnic/racial statistics: Brazil and an overview of the Americas. In: ANGOSTO FERRÁNDEZ, L. F.; KRADOLFER, S. (Ed.). *Everlasting countdowns: race, ethnicity and national censuses in Latin American states*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2012. p. 264-303.

_____. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. p. 13-29. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263405>>. Acesso em: jan. 2018.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 204 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263405>>. Acesso em: jan. 2018.

PETTIT, B.; WESTERN, B. Mass imprisonment and the life course: race and class inequality in U.S. incarceration. *American Sociological Review*, Washington, DC: American Sociological Association - ASA, v. 69, n. 2, p. 151-169, Apr. 2004. Disponível em: <<https://scholar.harvard.edu/files/brucewestern/files/pettitwestern04.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. *Revista USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, n. 40, p. 122-137, dez./fev. 1998-1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/viewFile/28427/30285>>. Acesso em: jan. 2018.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 22, 2014. Anexo estatístico. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=145>. Acesso em: jan. 2018.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FÉNART, J. Tradução Elcio Fernandes. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 250 p.

RANGEL B., M. *Inventario de la información estadística, indicadores y explotación de fuentes sobre etnia, raza y género en los países de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2012. 41 p. (Mujer y desarrollo, n. 114). Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5840/1/S1200061_es.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística - DGE, [1874?]. 12 v. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>>. Acesso em: jan. 2018.

RECENSEAMENTO geral do Imperio em 1872: lista de família. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística - DGE, 1872. 1 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=51101>>. Acesso em: jan. 2018.

RETRATO das desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. 39 p. Publicado em parceria com ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 2013, Montevideo. *Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Montevideo: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2013. 31 p. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/noticias/documentosdetrabajo/8/50708/2013-595-consenso_montevideo_pyd.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

REUNIÓN DE LA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2., 2015, Ciudad de México. *Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2015. 145 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38935/1/S1500860_es.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RIBEIRO, C. A. C. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 15, n. 44, p. 178-184, out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973-1996). In: PRÊMIO IPEA 40 anos: IPEA-Caixa 2005: monografias premiadas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. p. 79-129. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5541:premio-ipea-caixa-2005-monografias-premiadas&catid=303:2007&directory=1>. Acesso em: jan. 2018.

RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. do V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 52, n. 1, p. 7-51, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

ROSEMBERG, F. O branco no IBGE continua branco na ação afirmativa? *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados - IEA, v. 18, n. 50, p. 61-66, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

ROYSTON, P.; ALTMAN, D. G.; SAUERBREI, W. Dichotomizing continuous predictors in multiple regression: a bad idea. *Statistics in Medicine*, Hoboken: Wiley, v. 25, n. 1, Jan. 2006. p. 127-141. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d04d/a496ec5f80ed20919436801a2d623db12ece.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, 2014. 194 p.

SCHWARTZMAN, L. F.; SILVA, G. M. D. da. Unexpected narratives from multicultural policies: translations of affirmative action in Brazil. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, London: Routledge, v. 7, n. 1, p. 31-48, 2012.

SENKEVICS, A. S.; MACHADO, T. de S.; OLIVEIRA, A. S. de. *A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2016. 48 p. (Série documental. Textos para discussão, n. 41). Disponível em: <http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/494022>. Acesso em: jan. 2018.

SERVIDORES públicos federais: raça/cor 2014. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2015. 17 p. (ENAP estudos). Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/images//150317_servidores_publicos_federais_raca_cor.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

SÍNTESE de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: jan. 2018.

SILVA, G. et al. *Resultados do teste piloto de cor ou raça 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência Técnica do Censo Demográfico, [2017]. Trabalho não publicado.

SILVA, G. M. da. After racial democracy: contemporary puzzles in race relations in Brazil, Latin America and beyond from a boundaries perspective. *Current Sociology*, London: International Sociological Association - ISA, v. 64, n. 5, p. 794-812, Sept. 2016.

SILVA, G. M. da; PAIXÃO, M. Mixed and unequal: new perspectives on Brazilian ethnoracial relations. In: TELLES, E. E. (Ed.). *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press; Princeton: Project on Ethnicity and Race in Latin America - Perla, 2014. p. 172-217.

SILVA, G. M. da.; REIS, E. P. Perceptions of racial discrimination among black professionals in Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, Pittsburgh: Latin American Studies Association - LASA, v. 46, n. 2, p. 55-78, 2011.

SILVA, N. do V. Uma nota sobre raça social no Brasil. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 67-80, set. 1994.

SIMON, P. La statistique des origines: l'ethnicité et la "race" dans les recensements aux États-Unis, Canada et Grande-Bretagne. *Sociétés Contemporaines*, Lyon: Persée, n. 26, p. 11-44, avril 1997. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/socco_1150-1944_1997_num_26_1_1442>. Acesso em: jan. 2018.

SOUZA, P. F. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 25, n. 73, p. 77-100, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

SUDMAN, S.; BRADBURN, N. M.; SCHWARZ, N. *Thinking about answers: the application of cognitive processes to survey methodology*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1996. 304 p.

TAYLOR, C.; GORARD, S.; FITZ, J. A re-examination of segregation indices in terms of compositional invariance. *Social Research Update*, Guildford: University of Surrey, Department of Sociology, n. 30, Autumn 2000. Disponível em: <<http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU30.html>>. Acesso em: jan. 2018.

TELLES, E. E. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 21-51, set. 1994.

_____. (Ed.). *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press; Princeton: Project on Ethnicity and Race in Latin America - Perla, 2014. 297 p.

_____. *O significado da raça na sociedade brasileira*. Tradução: Ana Arruda Callado. 2012. 239 p. Tradução de: TELLES, E. E. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004. Disponível em: <<https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2014/07/livro-o-significado-da-raca-na-sociedade-brasileira2.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

TELLES, E. E.; FLORES, R. D.; URREA-GIRALDO, F. Pigmentocracies: educational inequality, skin color and census ethnoracial identification in eight Latin American countries. *Research in Social Stratification and Mobility*, Amsterdam: Elsevier, v. 40, p. 39-58, June 2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0276562415000177?via%3Dihub>>. Acesso em: jan. 2018.

TELLES, E. E.; LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. *Demography*, New York: Springer, v. 35, n. 4, p. 465-474, Nov. 1998. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b5a9/c483ece5c29df21f0c36d8e4e15edf86c05f.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

TELLES, E. E.; PAIXÃO, M. Affirmative action in Brazil. *LASA Forum*, Pittsburgh: Latin American Studies Association - LASA, v. 44, n. 2, p. 10-11, Spring 2013. Disponível em: <<https://lasa.international.pitt.edu/forum/past-issues/vol44-issue2.php>>. Acesso em: jan. 2018.

TEMPLETON, A. R. Biological races in humans. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Science*, Oxford: Elsevier, v. 44, n. 3, p. 262-271, Sept. 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3737365/>>. Acesso em: jan. 2018.

TESTE piloto cor ou raça: relatório preliminar. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

TORCHE, F. *Sociological and economic approaches to the intergenerational transmission of inequality in Latin America*. New York: United Nations Development Programme - UNDP, Regional Bureau for Latin America and the Caribbean - RBLAC, 2009. 39 p.

(Research for public policy. Human development, HD 9-2009). Disponível em: <http://ibrrarian.net/navon/paper/United_Nations_Development_Programme_Regional_Bur.pdf?paperid=16997954>. Acesso em: jan. 2018.

TRINDADE, A. L. da. *O racismo no cotidiano escolar*. 1994. 248 p. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getulio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8948/000304120.pdf?sequence>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. *Guidance note of the secretary-general: on racial discrimination and protection of minorities*. Genebra: United Nations, 2013. 21 p. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Minorities/GuidanceNoteRacialDiscriminationMinorities.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Statistical Commission. *Principles and recommendations for population and housing censuses: the 2020 round*. Rev. 3, draft. New York, 2015. 302 p. Item 3(b) da agenda provisória discutida na 46a sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, Nova Iorque, em 3-6 de março de 2015. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc15/BG-Censuses.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

UNITED NATIONS EXPERT GROUP MEETING ON THE SCOPE AND CONTENTS OF SOCIAL STATISTICS, 2008, New York. *Final report...* New York: United Nations Statistics Division - UNSD, 2008. 32 p. Item 3 (f) da agenda provisória discutida na 40a sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, Nova Iorque, em 24-27 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/doc09/BG-SocialStats-2.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

WEISS, K. M.; FULLERTON, S. M. Racing around, getting nowhere. *Evolutionary Anthropology*, New York: Wiley-Liss, v. 14, n. 4, p. 165-169, Sept./Oct. 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/evan.20079/full>>. Acesso em: jan. 2018.

WU, F. H. *Yellow: race in America beyond black and white*. New York: Basic Books, 2002. 400 p.

Povos indígenas nas estatísticas oficiais: identificação étnica, recomendações internacionais e a experiência brasileira

Leandro Okamoto*
Marta Antunes**
Fernando Damasco***

Introdução

O manual *Principles and recommendations for population and housing censuses: the 2020 round*, das Nações Unidas, em sua Revisão 3, apresenta a “etnicidade” como um entendimento compartilhado de origens históricas e territoriais (regionais ou nacionais) de um grupo étnico ou comunidade, assim como de características culturais particulares, tendo por pressuposto a multidimensionalidade do processo de pertencimento étnico (UNITED NATIONS, 2015, p. 220).

Uma visão construtivista da etnicidade, embasada por autores como Pollak (1989, 1990, 1992), Barth (2000a, 2000b, 2000c), Weber (2002) e Anderson (2008), atualizada e contextualizada para a discussão sobre povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais no Brasil (OLIVEIRA, 1988, 1999, 2002, 2004, ALMEIDA, 2002, 2008, PERES, 2003, 2013), aponta para a importância de pensar o grupo étnico como portador de uma *origem e destino comuns*, num sentido weberiano. A ideia de *origem comum* permite traçar uma rede de parentesco e/ou um vínculo territorial, num sentido de uma memória coletiva de existência de um grupo que se perpetua pela descendência e pela manutenção e atualização de *fluxos culturais* (BARTH, 2000a, 2000b, 2000c) mesmo em situação de contato interétnico, ou pelo vínculo com um território e com modos de fazer e viver compartilhados. Por *destino comum* entende-se a existência e o compartilhamento de um projeto

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

*** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas - Geografia da Diretoria de Geociências.

Nota: Os autores tiveram a colaboração de Barbara Fernandes da Silva, graduanda em Sociologia e estagiária da Diretoria de Pesquisas do IBGE, e de Gustavo Junger da Silva, doutorando em Geografia e Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

comum de futuro que orienta a organização sociopolítica do grupo e o sentimento de pertencimento comunitário. Esta visão reforça ainda a existência de um trabalho constante de manutenção de uma fronteira étnica (BARTH, 2000a, 2000b, 2000c) que permita a diferenciação entre os membros do grupo étnico e os “outros”, ou seja, uma constante construção de diferença pelos “do grupo” que reforça e seleciona seus sinais diacríticos e exalta os padrões valorativos compartilhados pelo grupo étnico. Fronteira essa que é também construída e reforçada pelos “outros” que se constroem como diferentes e por vezes como “não étnicos”.

No Brasil, pensar grupos étnicos implica em considerar a relação de seus membros com o Estado enquanto ente capaz de reconhecê-los como grupos e responsável pela mediação do seu acesso a direitos coletivos, como o território e políticas focalizadas, dimensão enfatizada por Oliveira (1988, 1999, 2002 e 2004), Almeida (2002 e 2008) e Peres (2003 e 2013).

A produção e divulgação de informações de qualidade sobre populações indígenas e outros povos e comunidades tradicionais são essenciais para garantir a elaboração e execução de políticas públicas adequadas às necessidades dessas populações. Mais que isso, essas ações fazem parte de uma agenda internacional da qual o Brasil faz parte.

Neste capítulo, estruturado em quatro seções, abordamos os critérios de identificação étnica de povos indígenas adotados em diferentes países, relacionando-os com as recomendações internacionais (seção 1), salientando duas experiências internacionais relevantes nesta temática (seção 2) e a experiência brasileira na identificação, localização e caracterização socioeconômica desse grupo populacional (seção 3). Encerramos o capítulo apresentando as perspectivas futuras no que concerne aos avanços esperados para ampliar a visibilidade dos povos indígenas, assim como de outros povos e comunidades tradicionais, em particular a população quilombola (seção 4), nas estatísticas oficiais brasileiras.

Recomendações internacionais

A produção e divulgação de estatísticas oficiais sobre população indígena é cercada de recomendações internacionais que visam não apenas a definição de indicadores comparáveis internacionalmente, mas também o desenvolvimento de metodologias para pesquisar essas populações e formas de garantir o envolvimento dos povos indígenas no processo de desenho da pesquisa e divulgação de resultados.

Nesse estudo, centramos a análise nas recomendações gerais sobre relação entre Estado e população indígena com base na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO)¹ e recomendações específicas relacionadas à produção e divulgação de estatísticas oficiais para esse grupo populacional, com particular atenção às recomendações para a Rodada 2020 do Censo Demográfico, ao Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento e à Agenda 2030.

A organização em movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais ao redor do mundo e a luta pelo seu reconhecimento enquanto diferentes, ainda que parte da sociedade nacional, levou a OIT a rever a antiga Convenção n. 107, embasada

¹ A Convenção n. 169 da OIT foi ratificada pelo Brasil em junho de 2002, pelo Poder Legislativo, e promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19.04.2004, com aplicação imediata no País desde sua promulgação (BRASIL, 2004).

na ideia de “aculturação” como processo de “integração na sociedade nacional”, e a elaborar a Convenção n. 169, que incorpora as ideias de autoidentificação e de grupo étnico, conceitos caros à discussão antropológica sobre etnicidade. Ao definir a autoidentificação como “critério fundamental” para determinar o pertencimento étnico e identitário desses povos e comunidades, a Convenção n. 169 da OIT dá uma importante diretriz para a investigação dessas populações, conforme explicitado em seu Art. 1º:

1. A presente convenção aplica-se:

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os **distingam** de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por **seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial**;

b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

3. A utilização do termo “povos” na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional (BRASIL, 2004, grifo nosso).

As recomendações das Nações Unidas para a Rodada 2020 dos Censos Demográficos (UNITED NATIONS, 2015) relativas à investigação das características sociodemográficas chamam a atenção para a importância da coleta de informações sobre etnia em países com diversidade étnico-cultural e políticas públicas direcionadas a esses grupos, como é o caso do Brasil. Ressalta-se o princípio da autodeclaração e a necessidade de se considerar a possibilidade de permitir múltiplas afiliações étnicas, dado o aumento de casamentos interétnicos em vários países do mundo.

As recomendações frisam a importância de evitar pré-codificação de grupos étnicos devido ao risco de perda de informação. Propõe-se, como alternativa, a combinação dessa pré-codificação com a indicação de opção extra, aberta, para captura de grupos étnicos ainda não codificados e classificados. Assim como ressalta a necessidade de explicar claramente à pessoa entrevistada o critério investigado de forma a garantir uma boa captação.

As recomendações para a Rodada 2020 reconhecem a diversidade de metodologias para enumeração da população indígena residente em um país, seja conjuntamente com toda a população em operações censitárias, como tem sido o caso brasileiro desde 1991, seja através da associação entre operações censitárias e pesquisas pós-censais amostrais (Canadá, Austrália e Argentina), ou através de um Censo Indígena (Paraguai). Reconhecem ainda a ampla diversidade desse grupo que denominamos de “povos indígenas”², e enfatizam a importância de temas como a relação dos mesmos com o território, sua condição de migrantes, a expulsão de alguns povos de seus territórios de origem e a presença de indígenas em áreas definidas como urbanas.

² No Brasil, além dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais vêm sendo pensados como grupos étnicos, possibilitando sua investigação ao recorrer a um ou mais critérios de etnicidade: origem étnica/ancestralidade ou identidade étnica indígena, quilombola, entre outras.

Independentemente do formato adotado por cada país, as Nações Unidas recomendam que os indígenas sejam envolvidos no desenho e na coleta do censo demográfico e/ou pesquisas amostrais que investiguem esse grupo populacional. No que se refere à coleta, ressalta-se a importância de usar as línguas locais e a alocação de pessoas indígenas nas operações de coleta para atuarem como guias, interpretes e/ou recenseadores/as e como instrutores dos não indígenas para atuação nas aldeias e Terras Indígenas. Com essas medidas, busca-se melhorar a qualidade dos dados coletados e torná-los mais relevantes para os povos indígenas. O Art. 13 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada pela Resolução 61/295, de 13.09.2007, obriga o Estado a tomar medidas que assegurem o direito dos povos indígenas de entenderem e serem entendidos em procedimentos administrativos, incluindo o uso de intérpretes ou outros meios considerados apropriados para garantir esse direito (UNITED NATIONS, 2008).

A 16ª edição do Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas produziu uma análise da Agenda 2030 e suas referências aos povos indígenas, das quais ressaltamos, as duas metas com referência específica aos indígenas: Meta 2.3³ e Meta 4.5⁴, que demandam dados desagregados de rendimento proveniente de atividade agropecuária de povos indígenas e de indicadores de educação; e a fala do Secretário Geral da ONU, ressaltando que a Agenda 2030 precisa garantir os direitos dos povos indígenas em todos os objetivos (UNITED NATIONS, 2017, p. 3). Além disso, o próprio texto da Agenda 2030 demanda a desagregação de dados pelos grupos que consideram mais vulneráveis:

As pessoas que estão vulneráveis devem ser empoderadas. Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, **povos indígenas**, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes [...] (NAÇÕES UNIDAS, 2015, par. 23, grifo nosso).

Entre os princípios que orientarão os processos de acompanhamento e avaliação da Agenda 2030 destacamos a declaração de que:

Eles vão ser rigorosos e baseados em evidências, informados por meio de avaliações e dados liderados pelo país, de alta qualidade, acessíveis, oportunos, confiáveis e desagregados por renda, sexo, idade, raça, **etnia**, status de migração, deficiência e localização geográfica, e outras características relevantes em contextos nacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2015, par. 74, alínea g, grifo nosso).

A Agenda 2030 prevê, inclusive, a capacitação para alcançar essa desagregação:

Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, **etnia**, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2015, Meta 17.18, grifo nosso).

³ Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, **povos indígenas**, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola (NAÇÕES UNIDAS, 2015, Meta 2.3, grifo nosso). Indicadores utilizados: 2.3.1 - *Volume of production per labour unit by classes of farming/pastoral/forestry enterprise size*; e 2.3.2 - *Average income of small-scale food producers, by sex and indigenous status* (grifo nosso).

⁴ Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, **povos indígenas** e as crianças em situação de vulnerabilidade (NAÇÕES UNIDAS, 2015, Meta 4.5, grifo nosso). Indicador utilizado: 4.5.1 - *Parity indices (female/male, rural/urban, bottom/top wealth quintile and others such as disability status, indigenous peoples and conflict-affected, as data become available) for all education indicators on this list that can be disaggregated* (grifo nosso).

O Consenso de Montevidéu faz menção explícita a povos e comunidades tradicionais, em particular aos povos indígenas, em várias medidas prioritárias (MPs), das quais destacamos:

- A MP 84 visa a promoção da utilização de análises sociodemográficas georreferenciadas, desagregadas por sexo, raça e etnia para melhorar o planejamento territorial e a gestão de risco ambiental;
- A MP 86 insta os Estados a considerarem as dinâmicas demográficas particulares dos povos indígenas no desenho das políticas públicas;
- A MP 87 tem como foco o direito à saúde de povos indígenas, com atenção particular aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como ao respeito pela medicina e práticas de saúde indígenas; e
- A MP 90 busca garantir o direito à comunicação e informação dos povos indígenas, assegurando que as estatísticas nacionais respeitem o princípio da autoidentificação e que complementem com informação sobre língua, assim como a geração de conhecimento e informação confiável e oportuna sobre os povos indígenas, através de processos participativos, atendendo a suas demandas e às recomendações internacionais relativas a esses assuntos, garantindo a participação dos povos indígenas na geração de informações e na avaliação das informações produzidas.

A exemplo da Agenda 2030, os indicadores de seguimento do Consenso de Montevidéu pressupõem a necessidade de produção, difusão e uso de estatísticas socioeconômicas e demográficas com desagregação por grupos populacionais, em particular povos indígenas e afrodescendentes (MP 04), sendo ainda essa desagregação reforçada em alguns temas específicos como acesso a políticas e programas públicos, erradicação da discriminação e violência, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, educação, igualdade de gênero, trabalho, entre outros. O Anexo I descreve outras MPs e indicadores propostos pelo Consenso de Montevidéu que mencionam os povos indígenas⁵.

Experiências internacionais

Os censos demográficos latino-americanos são reconhecidos pelo avanço alcançado, entre as rodadas de 1980 e de 2010, na inclusão de perguntas de autoidentificação para a enumeração de populações indígenas (DEL POPOLO; SCHKOLNIK, 2013; UNITED NATIONS, 2017). Com vistas a ampliar o conhecimento sobre as formas como grupos étnicos específicos são captados em diferentes partes do mundo, realizamos um mapeamento dos critérios de identificação dessas populações nos censos demográficos dos países da região e de outras partes do mundo que apresentem diversidade geográfica e sociocultural próximas à realidade brasileira ou que sejam referência na discussão sobre etnicidade.

Foram pesquisados os questionários dos censos demográficos⁶ dos seguintes países⁷: África do Sul (2011), Argentina (2010), Austrália (2011), Bangladesh (2011), Bolívia (2012), Canadá (2016), Chile (2012), Colômbia (2005), Costa Rica (2011), Cuba (2002), El Salvador (2007), Equador (2010), Estados Unidos (2010), Guatemala (2002), Honduras (2001),

⁵ Ressalta-se que no Consenso de Montevidéu existe um capítulo específico sobre os povos indígenas, assim como ocorre com as populações afrodescendentes, com metas e indicadores específicos para essas populações.

⁶ Esse mapeamento é parte do Plano de Trabalho 2016-2017 da estagiária Bárbara Fernandes da Silva, que está sob supervisão de Marta Antunes na Diretoria de Pesquisas do IBGE.

⁷ Alguns dos países investigados, apesar de não terem indígenas, apresentam grupos étnicos, cuja metodologia de identificação é semelhante e, portanto, de especial interesse para este trabalho.

Índia (2011), México (2010), Nicarágua (2005), Noruega (2001), Panamá (2010), Paraguai (2012), Peru (2007), Rússia (2010), Tailândia (2010), Uruguai (2011) e Venezuela (2011).

No caso da Noruega, assim como da Suécia, a população Sami⁸ não é pesquisada em operações estatísticas oficiais uma vez que a legislação desses países proíbe tal identificação com o intuito de evitar a discriminação. Madden e outros (2016, p. 38) alertam para o fato que, com isso, essa população carece de dados oficiais que embasem uma discussão sobre suas condições socioeconômicas. O Fórum Permanente de Assuntos Indígenas das Nações Unidas questiona a posição desses países e vem demandando que os mesmos passem a coletar essa informação (MADDEN et al., 2016, p. 40). Ademais, o Censo 2012 da Noruega foi totalmente baseado em registros administrativos.

Dos 27 países mapeados, 25 adotaram pelo menos um quesito que permitia a identificação étnica ou linguística da população indígena, conforme o **Quadro 1**.

Quadro 1 - Critérios de identificação étnica

Critérios de etnicidade	Países
Reconhecimento da identidade indígena em pergunta separada	Argentina, Austrália, Bangladesh, Canadá, Costa Rica, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Venezuela
Mix de critérios com identidade indígena	Brasil, Bolívia, EUA, Uruguai, Honduras, Equador, Índia
Origem afrodescendente (separada)	Argentina, El Salvador, Colômbia, Venezuela, Panamá
Origem (incluindo afro)	Costa Rica
Origem (sem afro)	Argentina, Austrália, Canadá, África do Sul, Bolívia
Origem (incluindo indígena)	Canadá
Grupos populacionais específicos	Colômbia (inclui <i>palenquero</i>), Bangladesh
Língua com línguas indígenas	Bangladesh, Brasil, Guatemala, Costa Rica, Colômbia, Chile, Equador, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Venezuela
Língua sem línguas indígenas	África do Sul (línguas tribais), Rússia (línguas nativas)
Língua com pelo menos uma opção aberta sem língua indígena entre as opções	Austrália, Bolívia, Canadá, El Salvador, Índia, Tailândia
Religião	Austrália, México, Brasil, Bangladesh, Chile, Índia, Nicarágua, Peru, Tailândia
Mix de critérios sem identidade indígena	África do Sul e Rússia
Cor de pele	Cuba

Fonte: Os Autores e colaboradores, a partir dos respectivos questionários censitários.

⁸ Os *Sami* compõem um grupo étnico nativo da Lapônia. Eles habitam parcelas dos territórios da Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia.

O critério de reconhecimento da identidade indígena em pergunta separada é aplicado no questionário básico de Bangladesh, enquanto Argentina, Austrália, Canadá, Colômbia e México aplicam essa questão no seu questionário de amostra. Países como Chile⁹, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Nicarágua, Venezuela e Panamá têm apenas questionário domiciliar em seus censos, aplicado em todo o universo da pesquisa. O Paraguai, por sua vez, aparece como um exemplo interessante na região ao optar por um censo específico para recensear os povos indígenas residentes no país, mas mantém a pergunta de reconhecimento étnico em seu questionário censitário para toda a população.

No censo brasileiro, os indígenas são identificados através do quesito de cor ou raça. No Censo Demográfico 1991 e 2000, esse quesito fazia parte do questionário ampliado, aplicado em uma amostra da população. A partir de 2010, passou a integrar o questionário básico, aplicado em todo universo da pesquisa, e é complementado por uma pergunta de cobertura, aplicada apenas à população residente em terras indígenas reconhecidas e homologadas. O quesito de cor ou raça inclui entre suas opções de resposta o pertencimento étnico (indígena), a origem geográfica¹⁰ (amarela) e dimensões fenotípicas e raciais (branca, preta e parda), ou seja, as opções de resposta permitem o acionamento de um conjunto de critérios de etnicidade não excludentes como cor e origem ou cor e etnia. O quesito de cobertura, por sua vez, tinha sua aplicação restrita às pessoas que, embora residentes em terras indígenas, não haviam assinalado a opção indígena no quesito de cor ou raça.

Outros países utilizam um *mix* de critérios de etnicidade em suas pesquisas censitárias, como Bolívia (indígena, afro e campesino); Estados Unidos (cor, raça, etnia e origem); Honduras (etnia indígena e afro); Rússia (lista de grupos, considerando pertencimento étnico e língua); e Índia (castas e tribos, vinculadas com religião).

Países que adotam essa estratégia costumam ter dificuldade em explicar claramente à pessoa entrevistada o critério investigado, como pudemos perceber, no caso brasileiro, com a aplicação de um teste piloto para o quesito de cor ou raça em 2016. Os resultados do Teste Piloto de Cor ou Raça explicitaram a compreensão, por parte significativa dos informantes selecionados na amostra do teste, de que a categoria amarela se refere a cor de pele e não a origem oriental (SILVA; ANTUNES, 2017; SILVA et al., [2017]). Outro ponto em prol desse argumento tem a ver com a dificuldade do quesito de cor ou raça em captar a totalidade das pessoas que se consideram indígenas, conforme sugerem os 8,8% da população indígena residente no Brasil (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012) identificada apenas através do quesito de cobertura (*se considera indígena?*).

Uma das recomendações para a Rodada Censitária de 2020, alinhada com a Agenda 2030 e com o Consenso de Montevidéu, é a ampliação da participação dos povos indígenas no desenho, coleta e divulgação das estatísticas oficiais sobre os mesmos. Del Popolo e Schkolnik (2013) ressaltam as experiências da Costa Rica, Chile e do Paraguai na última rodada censitária pelos seus processos de consulta no momento de formulação do questionário. No caso do Chile e do Paraguai, um

⁹ O Chile conta também com um questionário coletivo aplicável a todas as pessoas presentes no domicílio (coletivo) para a investigação dos povos indígenas.

¹⁰ A definição para a categoria amarela que consta dos manuais do IBGE apresenta variações entre as pesquisas, mas tem como seu núcleo comum a ideia de que a pessoa que se declara de cor ou raça amarela é aquela "com origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc". No Teste Piloto de Cor ou Raça realizado em 2016, identificamos que outros significados são atribuídos a essa categoria, em particular a ideia de uma cor de pele que se localiza entre a branca e a parda. (SILVA; ANTUNES, 2017; SILVA et al., [2017])

esforço de divulgação da operação censitária foi levado a cabo junto às principais organizações e lideranças indígenas. Outros exemplos de países que contaram com a participação de populações indígenas em seus censos incluem Austrália e Nova Zelândia (MADDEN et al., 2016), além de Canadá, Equador, Guatemala e Venezuela (DEL POPOLO e SCHKOLNIK, 2013; MADDEN et al., 2016), que instituíram espaços de consulta (comitês, unidades técnicas, comissões) com participação de indígenas e outros povos e comunidades tradicionais e de técnicos dos institutos nacionais de estatística.

Selecionamos duas experiências internacionais para análise pela sua contribuição na reflexão sobre o fornecimento de estatísticas e produtos cartográficos oficiais com enfoque em grupos étnicos a partir da experiência com povos indígenas: Paraguai e Canadá.

Escolhemos o Paraguai pelo fato de esse país ter realizado seu III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas. Trata-se de uma operação especial focalizada na prévia identificação de agrupamentos indígenas onde, durante todo o processo de planejamento, desenho, coleta, avaliação e divulgação dos dados, a Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos - DGEEC garante uma participação informada e esclarecida das lideranças indígenas, além da contratação de pessoas indígenas para a realização da operação censitária.

O Canadá foi selecionado pelo fato de ter uma pesquisa amostral desenhada especificamente para povos indígenas a partir do censo demográfico. Essa pesquisa, realizada pelo Statistics Canada - StatCan, se denomina Aboriginal Peoples Survey - APS e ocorre com intervalos de cinco anos, um ano após o censo demográfico desse país. Sua primeira edição ocorreu em 1991, sendo a segunda em 2001, data a partir da qual a pesquisa se torna quinzenal – ocorrendo em 2006, 2012 e 2017.

Paraguai

O Paraguai realizou seu primeiro censo indígena em 1981¹¹, denominado Censo y Estudio de Población Indígena del Paraguay (PUEBLOS..., 2003, BARRIOS, 2005), que foi realizado pelo Instituto Paraguayo del Indígena - INDI, contando com o apoio técnico da DGEEC. Barrios (2005) coloca que essa operação apresentou algumas limitações como ausência de aviso prévio às comunidades para que participassem do censo e problemas de cobertura de comunidades. Contudo, o mesmo autor valoriza o avanço que representou a existência de um dado sobre total de população indígena no país, que foi de 38 703 pessoas (1,3% da população total), dado que foi questionado pelas organizações indigenistas que estimavam cerca de 100 mil pessoas (PUEBLOS..., 2003, LOS PUEBLOS..., 2014).

Em 1992, indígenas e não indígenas foram recenseados na mesma operação censitária¹². Foram recenseados 49 487 indígenas (1,2% da população total), cinco famílias linguísticas e 17 etnias (BARRIOS, 2005, LOS PUEBLOS..., 2014).

Quando, em 1999, a DGEEC decide realizar um novo censo nacional indígena, opta por uma metodologia que separa o recenseamento da população indígena numa operação paralela ao recenseamento não indígena e com um questionário especialmente desenhado para, por um lado, permitir a comparabilidade com o censo não indígena e, por outro lado, permitir a adaptação de variáveis à realidade indígena.

¹¹ Trata-se de um censo de direito, que durou três meses e permitiu que o Paraguai apresentasse estatísticas sobre as etnias existentes em seu país.

¹² Censo de fato.

O II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, realizado em 2002, ocorreu num marco de incentivo à participação das organizações indígenas e dos órgãos públicos indigenistas em todo o processo de desenho do questionário. A identificação dos indígenas tinha como ponto central a localização geográfica de suas comunidades e era complementado por um quesito sobre língua e autoidentificação.

Nesse censo indígena foram recenseadas 89 169 pessoas indígenas (1,7% da população total do país), o que representa um crescimento de 3,9% em relação a 1981, taxa acima da verificada para a população total entre 1982 e 2002 que foi de 2,7% (PUEBLOS..., 2003). Foram identificados cinco grupos linguísticos e 20 povos. Foram utilizados dois questionários nesse censo, o geral para recenseamento de domicílios e moradores, e um segundo comunitário com 40 perguntas que investigou localização geográfica, dados da comunidade e dados da aldeia e que era aplicado às lideranças indígenas. Através do questionário comunitário se investigou a situação fundiária das comunidades indígenas, acesso à justiça, disponibilidade de serviços, entre outras variáveis.

Entre as dificuldades identificadas pela DGEEC em sua fase de avaliação do II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, são assinaladas dificuldades de acesso e cobertura de comunidades indígenas em algumas regiões do país, resistência cultural em algumas comunidades *Mbya*, incerteza financeira durante a operação e dificuldade de recensear povos que se encontram na “fronteira seca” entre Paraguai e Brasil.

O III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas ocorreu no marco do Censo Nacional de Población y Viviendas, realizado no país em 2012, que tinha um capítulo que investigava a existência de pessoas residentes no domicílio que se consideravam indígenas, coletando nome e etnia ou povo ao qual a pessoa pertencia. A DGEEC foi a instituição responsável por ambas as operações. O critério principal de captação de população indígena foi a autoidentificação. A população indígena residente no Paraguai é resultado da compilação desses dois censos e totaliza 117 150 indígenas (1,8% da população total do país) pertencentes a 19 povos e cinco grupos linguísticos¹³. O povo com maior população é o *Mbya Guarani*, com 20 546 pessoas (em 2002 foram recenseadas 14 324 pessoas desse povo), e o de menor população é o *Tomáráho*, com 152 pessoas (em 2002 foram recenseadas 103 pessoas desse povo).

O desenho da operação censitária contou com ampla consulta a lideranças indígenas, iniciada em 2010 e intensificada nos anos de 2011 e 2012. Entre os desafios enfrentados destacam-se a caracterização dos povos indígenas em situação de isolamento voluntário e indígenas fora das comunidades indígenas. Foram identificadas a localização geográfica e língua falada como critérios complementares de pertencimento étnico.

Foram utilizados dois instrumentos de coleta do censo indígena: um questionário geral, com perguntas do censo não indígena, aplicado ao/à chefe da família, com vistas à comparação entre indígenas e não indígenas, e; um questionário comunitário, respondido pelas lideranças indígenas, desenhado para captar dados da vida comunitária tais como personalidade jurídica, propriedade da terra, dificuldade de uso de recursos naturais, acesso a serviços de saúde e educação, atividades econômicas tradicionais, conhecimentos ancestrais sobre a manutenção da saúde e tratamento de doenças.

¹³ A população total de 117 150 indígenas corresponde à soma dos indígenas recenseados no marco da operação censitária especial realizada com os povos indígenas (113 254) àquelas pessoas que se declararam indígenas no censo nacional para os não indígenas, através do quesito de pertencimento étnico (3 896). A diminuição no número de povos de 20 para 19 deve-se à junção de duas denominações em um único povo: *Toba e Toba Maskoy*.

O Paraguai empreendeu uma série de atividades para garantir a efetiva participação dos povos indígenas nos processos de produção de informação estatística oficial, alinhando-se com os direitos internacionalmente reconhecidos dos povos indígenas e com as recomendações apresentadas no item anterior. Dentre essas atividades destacamos: a) a Prova Piloto conjunta realizada por Paraguai e Brasil em 2008; b) o processo de “anuncio y consentimiento” realizado em três departamentos paraguaios envolvendo lideranças indígenas, representantes de instituições públicas que trabalham com a questão indígena, sociedade civil e cooperação internacional; c) cinco encontros de “construcción participativa de los cuestionarios censales” envolvendo usuários de estatísticas além das lideranças indígenas, representantes de instituições públicas, sociedade civil e cooperação internacional; d) o georreferenciamento e atualização cartográfica das comunidades, aldeias, bairros e núcleos indígenas (2011-2012); e) a Prova Piloto realizada em 2011, que durou duas semanas, visitou 99 domicílios e entrevistou 400 pessoas em três comunidades indígenas; e f) o Censo experimental, ocorrido em 2012, que visitou duas comunidades indígenas, recenseando 620 domicílios e 3 100 pessoas.

A estratégia de participação das lideranças indígenas e suas comunidades no processo censal como um todo se embasou no respeito aos processos sócio-organizativos e culturais dessas comunidades. Utilizou-se a língua de cada povo para a comunicação em todas as etapas, privilegiando a oralidade, desde o anúncio até a construção participativa dos instrumentos de coleta e divulgação antes, durante e depois da operação censitária. Os indígenas também foram envolvidos na coleta. Foram 660 comunidades recenseadas por 1 667 indivíduos, dos quais 1 638 eram indígenas.

A avaliação do DGEEC é que o fato das comunidades indígenas terem selecionado os recenseadores e supervisores que atuaram no censo facilitou muito o trabalho de coleta e permitiu que o processo de coleta respeitasse o calendário comunitário. Além disso, um processo de monitoramento e avaliação constante permitiu que problemas fossem solucionados ainda durante a coleta pela equipe de supervisores.

As críticas ao processo incluem a necessidade de adaptação de algumas perguntas relacionadas com saúde e doença que entravam em choque com particularidades culturais dos povos investigados¹⁴. Um ponto negativo da logística foi o atraso do pagamento aos indígenas devido à mudança política ocorrida no país durante o ano do censo.

O processo de crítica e validação contou com uma equipe intercultural, e a divulgação dos dados foi acompanhada de uma divulgação cartográfica onde foi possível identificar espacialmente as comunidades indígenas por departamentos, além de uma lista de comunidades, aldeias, bairros e núcleos de famílias indígenas por departamento. Foi realizado, também, um recenseamento paralelo fora das comunidades indígenas – censo urbano – que abarcou núcleos de famílias indígenas dispersas nas áreas urbanas e contou com uma equipe técnica de cinco indígenas.

Esta pesquisa censitária especial para povos indígenas está alinhada com as recomendações internacionais e respeita a Convenção 169 da OIT, além de permitir a construção de vários indicadores relativos a fecundidade, educação, deficiência, características do domicílio, aspectos culturais e características econômicas atendendo parcialmente às Metas 2.3 e 4.5 da Agenda 2030 e aos indicadores das Medidas Prioritárias 77 (indicadores 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8), 87 (indicadores 1, 2 e 3) e 90, cujos indicadores são colhidos a partir das práticas dos próprios institutos de estatística.

¹⁴ A investigação de questões sobre saúde, como gravidez, gravidez precoce, nascidos vivos, cuidados pré-natais, entre outras, era vista por muitos indígenas como assuntos restritos à esfera da vida religiosa de seu povo.

Canadá

Segundo Smylie e Firestone (2015), a população indígena residente no Canadá vem crescendo de forma acelerada desde 2001, contando com 1,4 milhão de pessoas indígenas em 2011 (4,3% da população). O Ato de 1982 da Constituição canadense define que as “pessoas aborígenes” no Canadá se dividem em três grupos: *Indians*, *Inuit* e *Métis*, sendo que o termo “pessoas aborígenes” é utilizado comumente para denominar todas as pessoas indígenas e seus descendentes no Canadá. Os autores afirmam que na literatura acadêmica a categoria “aborígene” vem sendo substituída pela categoria “indígena” por a mesma denotar melhor uma relação, atual e histórica, com a terra e por se distanciar da dimensão administrativa-jurídica da categoria “aborígene”. A forma como as pessoas indígenas no Canadá se autoidentificam está relacionada com seu pertencimento a um grupo étnico específico como *Mi'kmaq*, *Cree*, *Innu*, *Ojibwa* ou aos termos *First Nations*, *Native*, *Indian*, *Inuit* ou *Métis*.

Os povos indígenas no Canadá estão organizados nacional, regional e localmente numa série de organizações indígenas¹⁵. Cinco organizações aborígenes nacionais congregam a representação indígena no nível nacional, são elas: a Assembly of First Nations - AFN, o Congress of Aboriginal Peoples - CAP, o Inuit Tapiriit Kanatami - ITK, o Métis National Council - MNC, e a Native Women's Association of Canada - NWAC. No nível regional e comunitário, os povos indígenas são representados por um conjunto complexo de organizações governamentais e de prestação de serviços indígenas, sendo que as *First Nations* são representadas por 617 comunidades denominadas pelo governo federal de *Indian Bands*, sendo que está em curso um processo de reivindicação de reconhecimento de outras comunidades de *First Nations*. Existem ainda organizações governamentais e de prestação de serviços para aborígenes em área urbana.

Segundo o StatCan¹⁶, as principais fontes de informação sobre população indígena são o censo populacional, a Aboriginal Peoples Survey - APS e a Aboriginal Children's Survey - ACS, que são complementadas por outras fontes de informação: o Labour Force Survey e o Canadian Community Health Survey, que incluem perguntas de pertencimento étnico; e por registros administrativos, que incluem dados da Justiça.

O censo populacional permite a comparação entre indígenas e não indígenas, além de permitir uma desagregação espacial até o nível das comunidades indígenas, incluindo as reservas e os assentamentos. As pesquisas APS e ACS, em 2006, se complementaram garantindo a cobertura de crianças até seis anos de idade (ACS), de 6 a 14 anos (suplemento da APS) e 15 anos ou mais de idade (APS). Em 2012 a faixa etária da APS se expandiu, incluindo crianças de 6 a 14 anos, sendo que em 2017 voltou a ser apenas para pessoas de 15 anos ou mais.

Smylie e Firestone (2015) apresentam um pequeno histórico da pesquisa censitária canadense no que concerne à identificação étnica de sua população. Segundo os autores, questões sobre etnicidade aborígene foram incluídas no primeiro censo nacional canadense de 1871 e permaneceram até 2006, tendo a pergunta de identificação étnica sido retirada no censo de 2011. A pergunta de etnicidade passou por alterações ao longo do tempo com o intuito de melhorar a captação de pessoas indígenas no Canadá: em 1981 foi permitida a declaração de múltiplas afiliações étnicas; em 1986 foi alterada a

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre tema, consultar Smylie e Firestone (2015, p. 4-5).

¹⁶ Para informações mais detalhadas sobre como o Statistics Canada identifica pessoas aborígenes, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/12-592-x/12-592-x2007001-eng.htm>>. Para informações sobre o censo populacional realizado pelo Instituto, consultar: <<http://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3901>>.

pergunta sobre origem étnica que, em 1981, era “*to which ethnic or cultural group did you or your ancestors belong on first coming to this continent?*” e passou a ser “*to which ethnic or cultural group(s) do you or did your ancestors belong?*”, permitindo a declaração de pertencimento identitário atual e não apenas origem indígena.

Entre 2001 e 2006, os autores identificaram um crescimento da declaração de indígenas no censo canadense, algo que atribuem a um aumento da autodeclaração e não a uma dinâmica demográfica. De notar que o censo populacional canadense é realizado a cada cinco anos.

A pesquisa censitária canadense é de responsabilidade do StatCan. Até o censo de 2006 existiam dois questionários, num modelo semelhante ao brasileiro, com taxas de resposta de 96,5% (básico) e 93,5% (amostra). Em 2011 o formulário da amostra, que era aplicado a 20% da população, foi substituído por uma pesquisa nacional domiciliar a National Household Survey - NHS, que teve uma taxa de resposta de 69,3%, o que trouxe sérias implicações de qualidade de dados e supressão de divulgação de resultados da pesquisa para alguns recortes geográficos. Smylie e Firestone (2015) denotam que a qualidade das informações recolhidas para a população indígena foi bastante prejudicada nessa pesquisa. Essa mudança impossibilitou a manutenção de uma série histórica de vários indicadores disponíveis no questionário de amostra, pela baixa taxa de resposta à pesquisa amostral, reduzindo a disponibilidade de estatísticas oficiais sobre indígenas no Canadá.

Smylie e Firestone (2015) analisam que essas limitações de identificação, localização e caracterização da população indígena residente no Canadá são parcialmente solucionadas com o desenvolvimento e implementação da APS, ocorrida em 1991, 2001, 2006, 2011 e 2016, embora ela exclua as *First Nations* residentes em reservas desde 2006. Outra pesquisa com desenho amostral específico para indígenas, a ACS, foi aplicada a cuidadores(as) de crianças aborígenes e excluíram as *First Nations* que residiam em reservas em 2006.

A participação de organizações e acadêmicos aborígenes no desenho e aplicação dessas pesquisas é valorizada por especialistas que, contudo, apontam a limitação da construção da amostra da pesquisa com base apenas no censo canadense. Segundo os mesmos, esse apresenta limitações de identificação da população indígena, principalmente nas áreas urbanas, por motivos diversos, como: indígenas sem residência (moradores de ruas); alta mobilidade; níveis educacionais mais baixos; pouca fluência em inglês ou francês ou; não participam do censo por questões pessoais ou políticas. Os problemas de amostragem foram acentuados na APS de 2011, considerando os problemas da pesquisa domiciliar que serviu de amostra, a NHS, e a ausência de pergunta de identificação étnica no censo de 2011.

O censo de 2016 do Canadá voltou a pesquisar o pertencimento étnico de sua população, utilizando perguntas de autoidentificação étnica, de origem e de língua falada, permitindo assim que a APS voltasse a retirar sua amostra dos resultados do censo. Este voltou a ter questionário básico (aplicado a 75% da população, com 97,4% de taxa de resposta) e amostra (restantes 25% da população, com 96,9% de taxa de resposta).

Interessante notar que o censo populacional tem seu questionário nas duas línguas oficiais, inglês e francês. Contudo, ele foi traduzido para 11 línguas aborígenes¹⁷,

¹⁷ Atikamekw, Denesuline (Chipewyan), Dogrib, Inuktitut (Nunavik), Inuktitut (Nunavut), Montagnais, Northern Quebec Cree, Oji-Cree, Ojibway, Plains Cree e Swampy Cree.

visando facilitar a compreensão dos respondentes indígenas. O questionário foi ainda traduzido para o árabe, chinês simplificado, chinês tradicional, coreano, persa (farsi), português, panjabi (punjabi), russo, espanhol, tamil e vietnamita. Além de possuir um formulário do questionário da amostra adaptado para ser aplicado em reservas indígenas e com uma questão adicional sobre habitação de *Indian Band*.

A estratégia de *marketing* do censo populacional dedicou-se também a pensar a população indígena com produtos adaptados culturalmente e respeitando a diversidade desses povos, visando ao engajamento dessa população no censo populacional, seja na sensibilização para que o censo fosse respondido, seja como trabalhadores no próprio censo. A coleta do censo populacional canadense é concentrada no mês de maio.

A APS¹⁸, detalhada na sequência, tem como objetivo fornecer informações sobre as condições socioeconômicas das pessoas de *First Nation* (que vivem fora de reservas), *Métis* e *Inuit*, com idade igual ou superior a 15 anos que residem no Canadá. A pesquisa é realizada no ano seguinte ao censo canadense. A APS 2017 representa o quinto ciclo da pesquisa e tem como enfoque especial a transferência de habilidades, formação prática, uso de tecnologia de informação, capacidade linguística aborígine e participação na economia canadense. A APS 2017 coletou informação detalhada e única sobre trabalho, educação e saúde, não disponíveis em outras fontes, cobrindo temas que o próprio censo 2016 não cobriu, tais como satisfação no trabalho, mais de um trabalho, último trabalho e vontade de mudar de trabalho para melhorar as oportunidades de carreira. Investiga ainda o pertencimento étnico, participação comunitária, segurança alimentar, acesso às políticas públicas específicas, necessidades básicas, situação de vulnerabilidade financeira, rendimento, mudança de local de residência, características e condições do domicílio, deficiência, entre outros.

O foco da APS é o de fornecer estatísticas oficiais que informem políticas e programas públicos voltados para a população indígena do Canadá e que visem melhorar suas condições de vida. O grupo populacional alvo da pesquisa é composto por pessoas de “identidade aborígine” e que haviam completado 15 anos de idade em 15 de janeiro de 2017, residindo em domicílios particulares, excluindo pessoas que residiam em reservas e assentamentos indígenas, assim como algumas comunidades de *First Nations* em Yukon e nos Northwest Territories.

O conceito “identidade aborígine” refere-se: a pessoas que declararam identificação com ao menos um grupo aborígine: *First Nations* (índios norte-americanos); *Métis* ou *Inuit*; aqueles que declararam ser *Status Indian* (“índios registrados ou índios de tratado”, como é definido pelo *Indian Act of Canada*), ou aqueles que declararam ser membros de uma *First Nation* ou *Indian Band*.

A amostra da APS foi selecionada a partir dos resultados do questionário básico do Censo de População de 2016, ou seja, foram identificadas as pessoas que responderam “sim” às questões de identidade da população (18¹⁹, 20²⁰ e 21²¹) ou que relataram ancestralidade aborígine na pergunta 17²². A amostra não se restringiu

¹⁸ As informações sobre a APS 2017 foram retiradas do portal do *Statistics Canada*.

¹⁹ A pergunta 18 é: “*Is this person an Aboriginal person, that is, First Nations (North American Indian), Métis or Inuk (Inuit)?*”, que significa: *Esta pessoa é aborígine, isto é, First Nations (Índio Norte Americano), Métis ou Inuk (Inuit)?*

²⁰ A pergunta 20 é: “*Is this person a Status Indian (Registered or Treaty Indian as defined by the Indian Act of Canada)?*”, que significa: *Esta pessoa é um Status Indian (Índio Registrado ou de Tratado tal como definido pelo Indian Act of Canada)?*

²¹ A pergunta 21 é: “*Is this person a member of a First Nation/Indian Band?*”, que significa: *Esta pessoa é um membro de uma First Nation/Indian Band?*

²² A pergunta 17 é: “*What were the ethnic or cultural origins of this person’s ancestors?*”, que significa: *Quais eram as origens étnicas ou culturais dos ancestrais desta pessoa?*

as perguntas de identidade devido ao problema de subnumeração²³ das mesmas, quando comparadas com a pergunta 17. Isso porque 1/3 das pessoas que se declaram de ancestralidade aborígene na questão 17 e não se declaram de identidade indígena nas 18, 20 e 21, tendem a se declarar aborígenes na APS.

Embora a APS 2017 tenha um foco temático, ela mantém diálogo com suas edições prévias e, através de um processo de consulta às organizações indígenas e à academia, o questionário foi revisado a partir da avaliação da APS 2012. A coleta é feita utilizando um similar do Personal Digital Assistant (PDA) utilizado pelo IBGE – Computer Assisted Interviewing (CAI) –, o que permitiu que fluxos mais complexos fossem inseridos no questionário da pesquisa, assim como um sistema de crítica durante a coleta.

Existem duas formas de coleta, por telefone ou pessoalmente. Ambas são realizadas num ambiente de entrevista assistida por computador. Testes qualitativos foram realizados pelo instituto de estatística com a participação de pessoas pertencentes a *First Nations, Métis e Inuit*, o que levou ao ajuste das palavras utilizadas nas perguntas e do fluxo do questionário, sem perder a comparabilidade com os conceitos utilizados em outras pesquisas.

A coleta da APS dura seis meses e é de adesão voluntária, sendo que, antes do início da coleta, cartas são enviadas para os informantes selecionados explicando os objetivos da pesquisa. Quando o instituto tem registro de número de telefone da pessoa selecionada, essa é a primeira forma de contato e esforços são feitos para que a entrevista seja realizada por esse meio. Na ausência de número de telefone ou em caso de recusa por telefone, uma pessoa é enviada para realização da entrevista pessoalmente. A língua oficial de realização do questionário é escolhida pelo informante, sendo que em regiões *Inuit* o questionário é oferecido em *Inuktitut e Inuinnaqtun*. O tempo máximo estimado de entrevista é de uma hora.

A APS, além de ter sido desenhada com participação de organizações indígenas e de ter sido traduzida para duas línguas indígenas, permite construir indicadores socioeconômicos muito relevantes para a temática indígena num amplo leque de temas considerados relevantes pelos representantes dos indígenas, atendendo ainda as recomendações internacionais de desagregação de dados para o monitoramento de algumas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1; 2 (Meta 2.3); 3; 4 (Meta 4.5); 5 (Meta 5.b); 8 (Meta 8.5); 10; e parcialmente a MP 77 (Indicadores 2 e 5) do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento, com uma regularidade de cinco anos entre cada pesquisa. Como o Canadá utiliza registros administrativos para complementar as informações coletadas via censo populacional e APS, é possível que outros indicadores da Agenda 2030 e do Consenso de Montevidéu sejam construídos.

A produção de estatísticas indígenas pelo IBGE

O Censo Demográfico é uma das principais fontes de informação sobre os povos indígenas disponíveis no País (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005; WONG, 2016). Ele fornece os totais que servem de denominadores para diversos indicadores (BASTOS et al., 2017), informa sobre a distribuição espacial dos indígenas no território segundo

²³ O StatCan admite que alguns fatores contribuem para a subnumeração deste grupo populacional: pessoas que estão ausentes no momento da coleta; acesso negado a reservas indígenas; interrupção da coleta em algumas reservas antes de sua finalização; não enumeração de pessoas indígenas que vivem em instituições (hospitais, lares, prisões, abrigos etc.); ou pessoas que residiam fora do Canadá no dia do censo.

distintos níveis de desagregação geográfica, além de possibilitar a caracterização sociodemográfica desse grupo populacional.

Além do Censo Demográfico, o IBGE realiza uma série de pesquisas amostrais com propósitos distintos. Algumas dessas pesquisas utilizam o quesito de cor ou raça e permitem, assim, a enumeração de indígenas. Avaliaremos, a seguir, as potencialidades e limitações das fontes de dados sobre indígenas produzidas pelo IBGE.

Os censos demográficos

No Brasil, a população indígena é identificada através do quesito de cor ou raça desde 1872 através das operações de recenseamento, antes mesmo da criação do IBGE, mas com mudanças na forma de investigação e interrupções ao longo do tempo. Não houve operações censitárias no País nos anos de 1880, 1910 e 1930. No Censo Demográfico 1900, 1920 e 1970, o quesito de cor ou raça não foi investigado (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

No quadro a seguir, sintetizamos as opções de categorias classificatórias do quesito de cor ou raça ao longo da história dos censos demográficos brasileiros:

Quadro 2 - Categorias de cor ou raça no Censo Demográfico - 1872/2010

1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2010
População Livre (define sua cor)								
Branca	Branca	Preta	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Parda	Preta	Branca	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta
Preta	Cabocla	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela
Cabocla	Mestiça		Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
(Raça indígena)				Índia		Índigena	Índigena	Índigena
		(Outras respostas foram codificadas como pardas)	(Existia instrução para o recenseador não usar categoria "morena" na resposta)	(Apenas para pessoas que vivam em aldeamentos ou postos indígenas, as demais que se declarassem índias deveriam ser classificadas como pardas)				(Se indígena: Etnia e língua falada)
População escrava Pretos(as) Pardos(as)								

Fonte: Petrucelli, J. L.; Saboia, A. L. (Org.). Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. d2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: jan. 2018. Adaptado e complementado pela consulta aos instrumentos de coleta e manuais de instrução dos recenseamentos ocorridos no período de 1872 a 2010.

O primeiro Censo Demográfico, realizado em 1872, distinguia a população “livre” (brancos, pardos, pretos e caboclos) da “escrava” (pretos e pardos), sendo que os primeiros eram autodeclarados e os últimos declarados por seus donos. Em 1890 ocorre a segunda operação censitária realizada no País e a primeira após a Proclamação da República. Ela se deu em um contexto fortemente marcado por doutrinas racistas e pela retórica da mestiçagem como processo de branqueamento e integração da população, materializado no questionário pela substituição da categoria “parda”, utilizada em 1872, pela opção “mestiça” (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

A introdução da opção “amarela” no quesito de cor ou raça e a investigação da língua falada no Censo Demográfico 1940 tinham por pano de fundo uma forte preocupação com a “unidade nacional”. O interesse pela identificação de “amarelos” visava monitorar a imigração de japoneses, enquanto a declaração da língua falada possibilitava a identificação de outras etnias.

A população indígena foi identificada pela opção “guarani ou qualquer outra língua aborígine” do quesito língua falada, uma vez que as alternativas disponíveis para a declaração da cor ou raça estavam restritas às opções “branca”, “preta” e “amarela”. Qualquer outra resposta era enquadrada como “parda” (OLIVEIRA, 1999; PETRUCCELLI, 2007; PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

No Censo Demográfico 1950, os indígenas foram identificados da mesma forma que na década anterior, ou seja, pela *língua* falada. A partir desse ano, as instruções para os recenseadores passaram a incluir o princípio da autodeclaração. A categoria “índia” foi introduzida no quesito de cor ou raça no Censo Demográfico 1960 para a captação de indígenas, porém apenas para sujeitos residentes em aldeamentos ou postos indígenas.

A opção “indígena” foi incluída no quesito de cor ou raça do questionário da amostra a partir do Censo Demográfico 1991, momento no qual essa parcela da população do País passou a ser sistematicamente investigada pelo IBGE com base na autoidentificação dos respondentes como “indígena”, atendendo, ao menos em parte, aos dispositivos legais e acordos internacionais vigentes²⁴.

A realização do Censo 1991 está vinculada ao contexto político do País, que três anos antes, tivera uma nova Constituição Federal promulgada. O texto constitucional inaugurava um novo momento das políticas indigenistas no Brasil no sentido de reconhecer os direitos desses povos em relação a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, conforme instituído no Art. 231 da Constituição Federal do Brasil de 1988. A partir de então, instaura-se um novo ordenamento jurídico em torno da demarcação de terras indígenas e, ao mesmo tempo, um aumento do interesse da sociedade civil em relação a esses dados.

Estes efeitos são imediatamente sentidos no planejamento da operação censitária de 1991. Nos anos imediatamente anteriores ao censo, o IBGE insere “aldeia indígena” como uma localidade oficial a ser considerada nos mapeamentos oficiais da instituição e a define como uma “localidade habitada por indígenas”²⁵. As aldeias, além de serem representadas nos mapas censitários do IBGE, são consideradas

²⁴ Embora a autodeclaração tenha sido adotada a partir do Censo 1950 para o quesito de cor ou raça, a sua aplicação sistemática na enumeração de indígenas em todo o Território Nacional iniciou-se apenas a partir do Censo 1991, quando a opção de resposta retorna ao questionário de amostra do Censo Demográfico.

²⁵ Conforme Resolução n. 007, de 04.01.1989, do Presidente do IBGE (IBGE, 1989).

como áreas de apuração, ou seja, os recenseadores passam a percorrer estas áreas na coleta de dados específicos (X RECENSEAMENTO..., 1989b). Além disso, é criada uma nova categoria de "setor censitário de aldeia indígena", que tem como critério definidor o patamar mínimo de 20 habitantes indígenas em uma ou mais moradias (X RECENSEAMENTO..., 1989a). Essa tipologia permite que estes setores tenham um tratamento diferenciado em relação aos demais setores na coleta de dados e, em grande medida, possibilita a aplicação do quesito de cor ou raça e dos demais quesitos destinados à investigação dos indígenas presentes no questionário. No Censo 1991, foram identificadas 277 aldeias, que foram tornadas setores censitários especiais, a serem visitadas por um recenseador devidamente preparado.

Apesar dos significativos avanços decorrentes da preocupação institucional com a questão indígena no recenseamento, a indisponibilidade de informações territoriais em escalas de detalhamento suficientes e as dificuldades de acesso a insumos cartográficos de referência – fotografias aéreas e imagens de satélite, principalmente – de forma sistemática e organizada, serviram como elementos limitadores ao processo de localização e identificação dos aldeamentos indígenas.

As áreas mais facilmente delimitadas eram as das terras indígenas homologadas e declaradas até então. Duas fontes de dados podem ser comparadas para o entendimento da dimensão territorial da investigação indígena no Censo 1991: o levantamento realizado pelo Museu Nacional, em 1990, das terras indígenas existentes no País e apresentado por Villas Bôas (1991) e a listagem de "áreas especiais indígenas" que consta do histórico do Banco de Estruturas Territoriais - BET, do IBGE. A compilação apresentada em Villas Bôas (1991), com base em levantamento do Museu Nacional, classifica as terras indígenas conforme o estágio do processo de regularização (Tabela 1), enquanto, à época do Censo 1991, o IBGE optou pela classificação entre áreas, cooperativas, parques, postos e reservas (Tabela 2). Pela análise dos cadastros, conclui-se que as áreas consideradas pelo IBGE no Censo 1991 não são exatamente as mesmas das terras delimitadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e compiladas no levantamento do Museu Nacional. Como relata Villas Bôas (1991), dado o momento político de grande tensão social em relação à definição destes territórios, nem todas as terras tinham limites bem definidos e, para muitas delas não havia uma decisão judicial final, estando sob o estatuto da "interdição". Esse fator certamente influenciou o quantitativo de indígenas captado pelo Censo 1991.

Tabela 1 - Resumo dos quantitativos de terras indígenas no Brasil, consideradas por Villas Bôas - 1991

Situação jurídica	Quantidade
Total	526
Sem providência	90
Identificada	79
Interditada	68
Delimitada	93
Homologada	136
Regularizada	60

Fonte: Villas Bôas, A. Política de reconhecimento oficial de terras indígenas: um balanço de 1987 a 1991. In: Povos indígenas no Brasil: 1987/88/89/90. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, 1991. p. 59-66. (Aconteceu especial, 18). Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/downloads#1>>. Acesso em: jan. 2018.

Tabela 2 - Resumo dos quantitativos de terras indígenas no Brasil, consideradas pelo Censo Demográfico do IBGE - 1991

Tipologia de terras indígenas	Quantidade
Total	449
Área indígena	414
Cooperativa indígena	21
Parque Indígena	5
Posto Indígena	1
Reserva Indígena	8

Fonte: IBGE, Banco de Estruturas Territoriais 2017.

O Censo Demográfico 2000 foi marcado pelo grande contingente de declarados indígenas residentes em áreas urbanas, cerca de 52% do total captado, e um aumento significativo do total de indígenas enumerados, 734 128 contra 294 132 indígenas recenseados em 1991. Se, por um lado, esses resultados vão ao encontro das etnografias dedicadas à investigação da presença indígena nas cidades (NAMEM, 1996; SILVA; MONTE, 2013; TAMBUCCI; CHIQUETTO; SERTÃ, 2013), por outro lado, o acréscimo significativo de indivíduos indígenas declarados em 2000 não encontra explicações demograficamente justificáveis (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Os resultados do Censo 2010 indicam um aumento de pouco mais de 11% no total de indígenas em relação a 2000, considerando-se apenas a captação pelo quesito de cor ou raça, e cerca de 22%, se foram acrescentados os indígenas enumerados pelo quesito de cobertura (*se considera?*). Contudo, o ganho populacional se deu, principalmente, em áreas rurais. A diminuição no quantitativo de indígenas urbanos ocorreu tanto em termos relativos como absolutos, caindo de 383 298 em 2000 (52,2% do total de indígenas), para 315 180 em 2010 (pouco menos de 40% do total). Essas diferenças alimentaram a discussão entre especialistas sobre as possíveis oscilações na captação dessas populações no período. Bastos e outros (2017) chamam a atenção para essa oscilação e apontam para a possibilidade de serem decorrentes de diferenças nos procedimentos de captação de dados e mudanças nas perspectivas de reconhecimento étnico-racial.

Tabela 3 - Quantitativo de aldeias indígenas no Brasil - 1991/2010

Macrorregião	Aldeias indígenas			
	1991	2000	2010	Varição 1991-2010
Total	277	386	1 329	379,80
Norte	89	97	769	764,00
Nordeste	61	75	279	357,40
Centro-Oeste	100	184	225	125,00
Sudeste	2	8	21	950,00
Sul	25	22	35	40,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Esse aumento significativo no número de indígenas enumerados no Censo 2000 pode ser em parte explicado pelo aperfeiçoamento da identificação da localização espacial dos agrupamentos indígenas durante a preparação dos mapas e cadastros da base territorial censitária. Devido ao refinamento das informações cartográficas sobre as áreas remotas do País, o número de aldeias indígenas identificadas subiu de 277, em 1991, para 386 em 2000 (Tabela 3), e com um total de 662 setores censitários localizados em terras indígenas. Além disso, durante toda a década de 1990, os processos de identificação e regularização de terras indígenas avançaram e, conseqüentemente, houve um incremento no conhecimento de seus limites e áreas, o que possibilitou ao IBGE o refinamento das áreas a serem percorridas pelos recenseadores e o aperfeiçoamento do alcance do maior número possível de indivíduos que se consideram indígenas.

O Censo Demográfico 2010 foi marcado por uma série de inovações, entre elas, a introdução do PDA para a coleta de dados. O uso do PDA teve forte impacto sobre a coleta, a seleção automatizada da amostra, a dinâmica da entrevista, as ações de crítica aplicadas no momento da coleta, a imputação e o processamento dos dados. Os avanços das técnicas de georreferenciamento associados às melhorias no questionário e ao uso do PDA possibilitaram a aplicação de quesitos específicos em setores previamente determinados, sem a interferência do(a) recenseador(a). Houve ganho no tempo de aplicação do questionário, assim como no processamento, análise e divulgação de resultados. Por outro lado, pouco se sabe sobre as implicações de uma mudança dessa natureza nas operações censitárias e possíveis vieses produzidos por mudanças na dinâmica da entrevista decorrentes da migração do questionário do papel para um meio eletrônico, como alteração na ordem das entrevistas, na forma de registro das respostas e nos “saltos” do questionário, por exemplo.

Durante a realização da prova piloto conjunta Brasil-Paraguai para povos indígenas foi possível identificar *in loco* uma falha do quesito de cor ou raça. A falha foi percebida no momento em que o cacique da terra indígena onde parte da prova estava sendo realizada não se identificou como “indígena” nesse quesito. Essa constatação, aliada aos avanços na localização geoespacial das terras e aldeias indígenas, permitiram que uma pergunta de cobertura (*se considera indígena?*) fosse aberta em terras indígenas para aquelas pessoas não declaradas “indígenas” no quesito de cor ou raça. Como resultado, 78 954 pessoas não declaradas como de cor ou raça “indígena” se consideravam como tal, um acréscimo de 8,8% no total de indígenas. Considerando-se apenas os indígenas residentes em terras indígenas, onde o quesito *se considera indígena?* foi aplicado, verificamos que 15,3% dos indígenas foram identificados pela pergunta de cobertura, e não pela declaração de cor ou raça.

Outros quesitos incluídos no questionário foram: etnia ou povo; língua indígena falada no domicílio; e se fala ou não português no domicílio. Foram realizadas ligeiras adaptações no questionário do PDA para aplicação nos setores censitários em terras indígenas visando uma melhor adequação sociocultural do mesmo.

O quesito de cor ou raça integrou o questionário ampliado nos Censos 1991 e 2000, isto é, foi aplicado a apenas uma amostra da população. Em 2010, foi transferido para o questionário básico, aplicado a todo o universo da pesquisa. Os resultados desse censo retrataram a elevada diversidade dessa parcela da população em todo o Território Nacional: 305 etnias declaradas e 274 línguas faladas.

O intervalo entre os Censos 2000 e 2010 foi marcado pela modernização tecnológica dos processos de atualização cartográfica e operacional do IBGE e pela disponibilização de insumos de referência, principalmente, imagens de satélite. Com isso, a Base Territorial do Censo 2010 foi totalmente digitalizada e integrada nas suas componentes urbana e rural, o que possibilitou a correção de uma infinidade de dados que apresentavam inconsistências do ponto de vista geométrico e espacial.

A preparação da Base Territorial do Censo 2010 envolveu a compatibilização dos setores censitários às malhas digitais de terras indígenas fornecidas pela FUNAI, bem como a completa atualização do cadastro de terras indígenas do Banco de Estruturas Territoriais do IBGE.

Após a realização da coleta do censo, foi realizada uma validação dos polígonos das terras indígenas a partir das coordenadas dos domicílios coletadas em campo e de imagens orbitais, além de sistemas de controle internos e outros cadastros institucionais. Esse processo incluiu as 516 terras indígenas consideradas no Censo 2010, sendo que 11 delas não foram objetos de divulgação por apresentarem inconsistências (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012).

O fato das terras estarem devidamente cadastradas na Base Territorial associado ao georreferenciamento da coleta por meio do uso de PDAs na operação censitária garantiram a possibilidade de que o quesito *se considera indígena?* fosse adequadamente aplicado em áreas circunscritas às terras indígenas (CENSO DEMOGRÁFICO 2010, 2012).

Além disso, o IBGE identificou e cadastrou 1 329 aldeias indígenas para o Censo Demográfico 2010, o que representou um aumento de mais de trezentos por cento em relação ao quantitativo de aldeias identificadas no Censo 1991 (Tabela 3). Essas aldeias foram definidas como setores censitários, o que certamente contribuiu para a maior eficácia da coleta dos dados e a visibilidade desse grupo populacional no contexto da operação censitária. Desse total, pela primeira vez, foram identificadas 142 aldeias localizadas fora de terras indígenas reconhecidas pelo Estado, o que configurou um importante avanço em relação à captação estatística dos povos indígenas no Brasil.

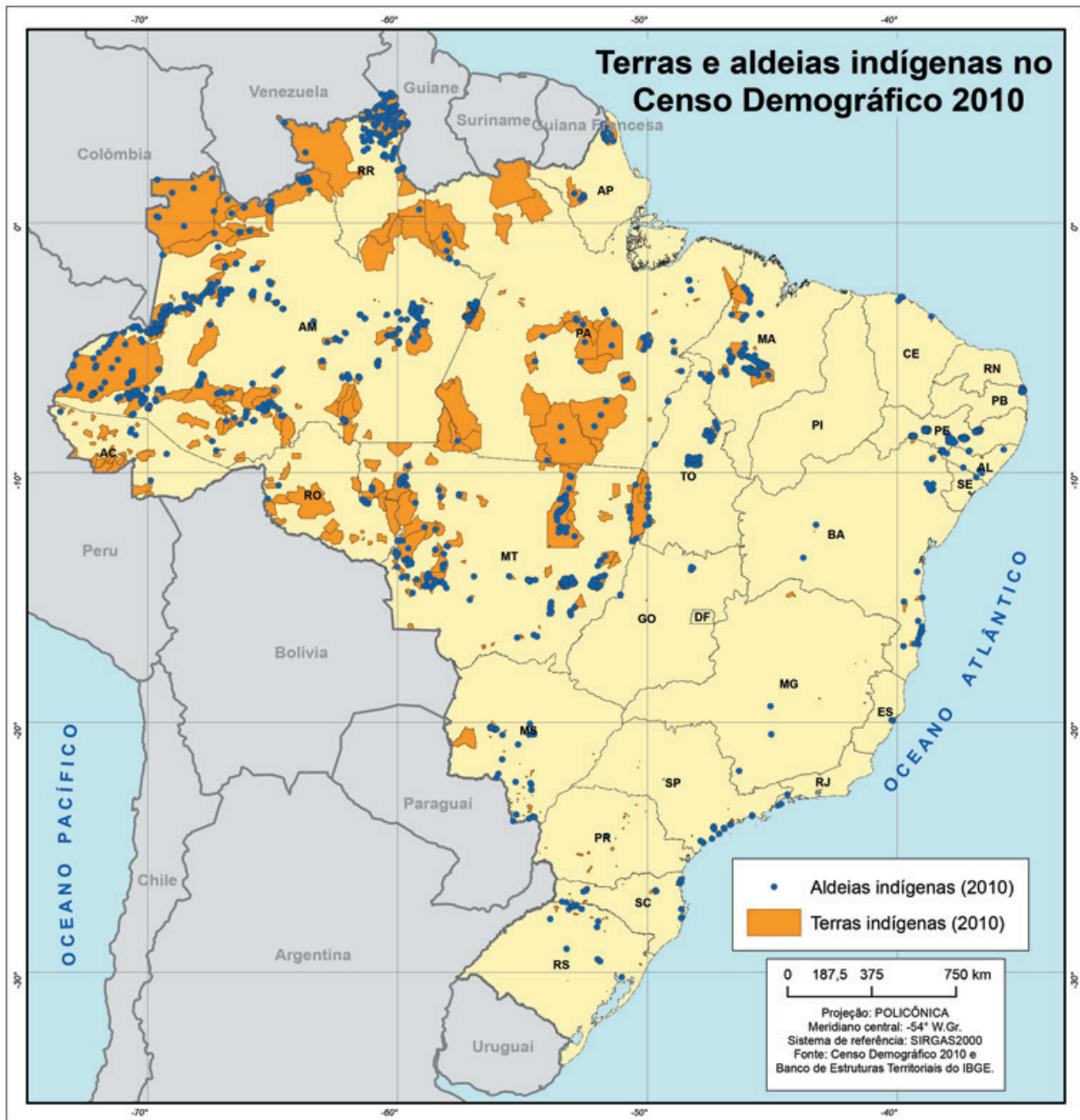
Comparando-se as terras e aldeias indígenas consideradas no Censo Demográfico 1991 com aquelas que foram cadastradas para o Censo Demográfico 2010 (Figuras 1 e 2), pode-se observar o quanto a melhoria dos instrumentos de aquisição de informação geoespacial permitiu que o IBGE ampliasse a identificação das aldeias indígenas. Ao mesmo tempo, a celebração de um acordo de cooperação técnica com a FUNAI deu ao IBGE respaldo técnico e analítico para a consideração das terras indígenas na operação censitária.

Figura 1 - Terras (áreas) e aldeias indígenas no Brasil - 1991



Fonte: Os Autores, com base nos dados do Censo Demográfico 1991.

Figura 2 - Terras e aldeias indígenas no Brasil - 2010



Fonte: Os Autores, com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

Desde 2010, o IBGE continua trabalhando na atualização das aldeias indígenas, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais. Atualmente, constam do Banco de Estruturas Territoriais 2 236 aldeias indígenas, o que representa um incremento de 68,2% no quantitativo de aldeias em relação a 2010 e mais de sete vezes o total de aldeias de 1991, ou seja, um incremento total de 707,2%, conforme Tabela 3. Ao todo, 152 delas não constam nos processos oficiais de demarcação de terras indígenas fazendo com que o esforço de reconhecimento estatístico da população indígena se torne bastante importante. No Brasil, o mapeamento e a medição da população assumem caráter estratégico na luta por direitos territoriais e acesso a serviços públicos.

De igual modo, o conceito de aldeia indígena utilizado nos últimos recenseamentos – 1991, 2000 e 2010 – carece de uma revisão metodológica, tanto no que diz respeito ao quantitativo mínimo de indígenas para o cadastramento da aldeia, que atualmente é de 20 indivíduos, como também em relação a novos mecanismos de captação de arranjos diferenciados da população indígena, como os grupos locais em cidades e os acampamentos.

O Censo Demográfico 2010 permitiu responder a várias recomendações internacionais, tais como a autoidentificação, a diversidade de critérios de identificação étnica, que incluíram a língua falada e a etnia ou povo à qual pertence aquele que se declara indígena, a pergunta de cobertura em terras indígenas, a adaptação de quesitos com opções ajustadas para indígenas que eram acionadas nas terras indígenas e o recurso a intérpretes indígenas quando solicitado pelas lideranças comunitárias. Contudo, o quesito principal de identificação étnica faz menção na redação de sua pergunta a critérios fenotípicos, de origem e raciais, dificultando a identificação da população indígena na sua totalidade, como a resposta ao quesito *se considera indígena?* demonstrou. Apesar dessa limitação, a Meta 4.5 da Agenda 2030 é desagregável para povos indígenas a partir do Censo Demográfico 2010 e o Brasil atende, via censo, ao monitoramento das Medidas Prioritárias 77 e 87 do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento, cobrindo a quase totalidade dos indicadores sugeridos para essas medidas, assim como à Medida Prioritária 90, cujos indicadores são colhidos a partir das práticas dos próprios institutos de estatística. Além disso, o próximo Censo Agropecuário previsto para iniciar sua coleta no último trimestre de 2017 incluirá a pergunta de *cor ou raça* para o(a) produtor(a) responsável pelo estabelecimento agropecuário recenseado, o que conjuntamente com a recuperação de dados para terras e aldeias indígenas, permitirá ao Brasil atender a Meta 2.3 da Agenda 2030.

São ainda muitos os indicadores do Consenso de Montevideu que não são cobertos pelo IBGE, assim como várias as desagregações que não são possíveis de realizar em outros indicadores da Agenda 2030 apenas com o Censo Demográfico, em particular indicadores sobre saúde em geral e saúde sexual e reprodutiva. Nesse sentido, ganha especial importância o levantamento de bases de dados sobre os povos indígenas geridas por outras instituições que se dedicam à questão indígena, tais como: a FUNAI, através do Sistema Indigenista de Informações - SII; a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI; as informações coletadas nas escolas indígenas e não indígenas que constam do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

e os dados do Cadastro Único gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Esses dados, uma vez compatibilizados, permitirão ao IBGE avançar no sentido da construção de um Sistema Nacional de Informações Estatísticas Oficiais da população indígena residente no Brasil e tenderão a aprimorar o planejamento dos próximos censos demográficos, além de possibilitarem a validação das informações geoespaciais sobre a população indígena no âmbito do Censo Demográfico 2020 e contribuirão para a geração de numeradores mais adequados para o cálculo de indicadores diversos.

Todos estes esforços já em curso e liderados pelo Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE abrem caminho para um grande arranjo interinstitucional, no âmbito da administração pública federal e em parceria com setores da sociedade civil e da academia, para a constituição de um conjunto de iniciativas que visem o aperfeiçoamento da visibilidade dos povos indígenas nas estatísticas oficiais.

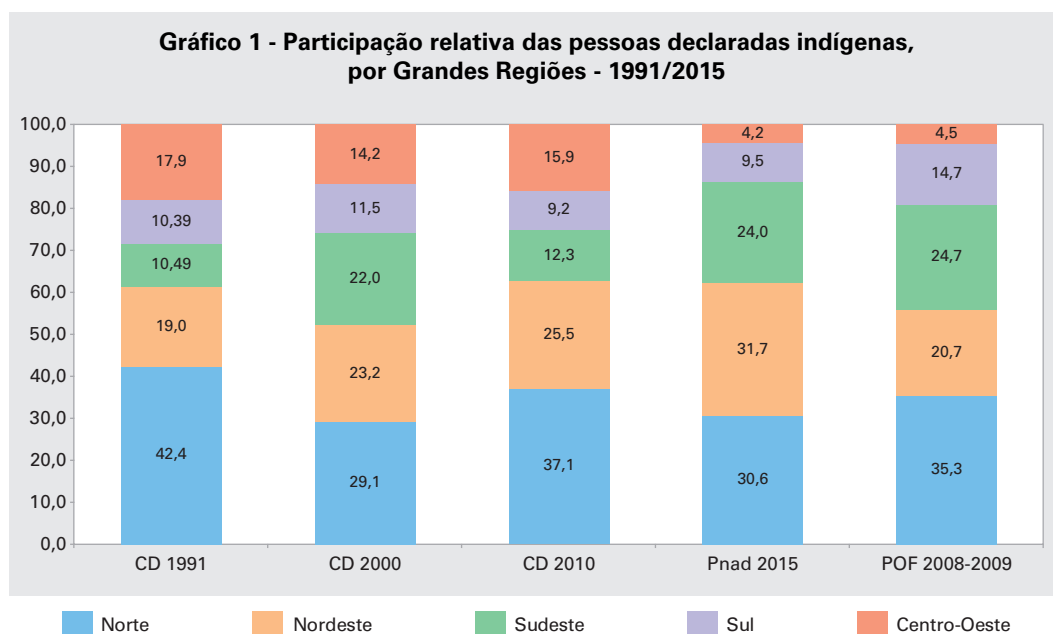
As pesquisas amostrais

Com a inserção da opção “indígena”, pesquisas amostrais realizadas pelo IBGE que utilizam o quesito de cor ou raça passaram, também, a captar indígenas em suas coletas. É o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF²⁶. A POF 2008-2009 contabilizou 794 126 indígenas enquanto a PNAD 2015 totalizou 788 692. Como se pode observar no Gráfico 1, os números das pesquisas amostrais não destoam grandemente dos totais contabilizados pelos censos demográficos, à exceção do Censo 1991. Contudo, ao desagregarmos os resultados por Grandes Regiões, notamos diferenças marcantes na participação relativa de indígenas nas diferentes regiões geográficas, sobretudo nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Nos três censos analisados, a representatividade dos indígenas recenseados na Região Centro-Oeste em relação ao total de indígenas do País apresentou pequena variação: 17,9% em 1991; 14,2% em 2000; e 15,9% em 2010. A POF, por outro lado, sugere níveis consideravelmente mais baixos para a mesma região (4,5% no período 2008-2009), assim como a PNAD (4,2% em 2015).

Os indígenas residentes na Região Sudeste representaram, segundo POF e PNAD, 24,7% e 24,0% do total de indígenas em todas as Grandes Regiões, respectivamente, enquanto no Censo Demográfico 1991 e 2010 os indígenas dessa região responderam por 10,4% e 12,3%, respectivamente. O Censo 2000, marcado pela expressiva captação de indígenas residentes em áreas urbanas, apresentou uma participação relativa de indígenas bastante próxima aos resultados das pesquisas amostrais, com 22,0%.

²⁶ A PNAD, de periodicidade anual, foi a campo de 1967 a 2015, com o intuito de investigar características gerais da população, educação, trabalho, rendimento, habitação, entre outras e, em 2015, foi substituída pela PNAD Contínua, iniciada em 2012. A POF, por sua vez, foi realizada, com cobertura nacional, nos biênios de 2002-2003 e 2008-2009, com o intuito de investigar os padrões de rendimento, condições de vida e consumo dos brasileiros, além de realizar medições antropométricas.



Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas.
 (1) Os resultados do Censo 2010 se referem à amostra.

Na Região Nordeste, chama a atenção o contraste entre uma aproximação na participação relativa dos indígenas nos Censos 2000 (23,2%) e 2010 (25,5%) e uma diferença de mais de 10 pontos percentuais em um intervalo de tempo de seis anos apresentada entre a POF 2008-2009 (20,7%) e a PNAD 2015 (31,7%). Uma variação dessa magnitude não se justificaria em termos demográficos, nos fazendo crer que expressa algum tipo de viés decorrente de limitações do desenho amostral dessas pesquisas para captar populações tão rarefeitas como os indígenas.

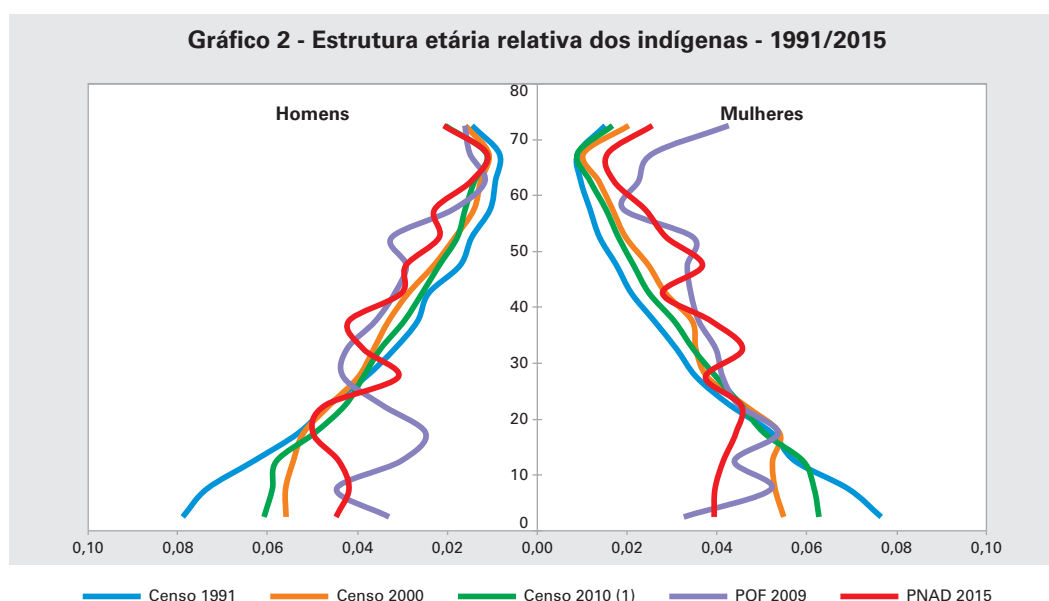
A Região Sul, por sua vez, foi a que apresentou menor variabilidade entre as fontes analisadas, com valores variando de 9,2% (Censo 2010) a 14,7% (POF 2008-2009).

Observam-se, também, diferenças entre os resultados dos censos demográficos e das pesquisas amostrais no que tange às respectivas estruturas etárias das populações enumeradas, conforme ilustrado no Gráfico 2. Isso ocorre mesmo em relação ao Censo 2000, cuja estrutura etária é mais envelhecida que as dos Censos 1991 e 2010, com uma base mais estreita e um maior adensamento nas idades adultas.

Os resultados tanto da POF como da PNAD indicam uma subenumeração de indígenas nas idades mais jovens, especialmente para idades inferiores a 20 anos de idade, tanto para homens como mulheres. Por outro lado, observa-se, uma participação relativa de homens e mulheres declarados indígenas entre 30 e 60 anos superior às registradas nos três censos.

Os diferenciais apontados refletem os propósitos e delineamentos de cada pesquisa, que têm seu desenho amostral e seus questionários delineados de acordo com seu foco investigativo. No caso da PNAD, trata-se de uma investigação multitemática com foco nas questões de trabalho e rendimento, e, no caso da POF, o objetivo é levantar os hábitos de consumo da população e desenhar a cesta básica que orientará a construção dos índices de preços, entre outras características também investigadas.

No caso da PNAD, essa pesquisa foi descontinuada e substituída pela PNAD Contínua, com divulgação trimestral de dados coletados desde 2012. Embora esta possua uma amostra maior que a PNAD tradicional, é menos eficiente para o estudo dos indígenas por excluir de sua amostra os setores censitários de áreas especiais²⁷, entre eles, aqueles de aldeias e terras indígenas, onde residem 57,7% dos indígenas, segundo o último censo (ATLAS..., 2016). Essa retirada das terras e aldeias indígenas, aliada ao fato da amostra dessas pesquisas domiciliares ser necessariamente inferior à do Censo Demográfico, restringe a investigação apenas aos indígenas residentes fora de terras indígenas e não aldeados e, ainda assim, sujeitos à grande variabilidade dos coeficientes de variação.



Fonte: IBGE, Banco Multidimensional de Estatísticas.

(1) Os resultados do Censo 2010 se referem à amostra.

Além da POF e da PNAD, existem outras pesquisas como a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, por exemplo, que investigam o quesito de cor ou raça. Contudo, essas apresentam restrições maiores que a POF e a PNAD. Por seu lado, a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, iniciada em 2013 e planejada para ser realizada a cada cinco anos, é uma fonte interessante de indicadores de saúde em geral e saúde sexual e reprodutiva em particular, contudo, pelo fato da amostra não ter sido desenhada especificamente para dar estimativas para a população indígena, seus resultados não permitem atender à demanda por indicadores de saúde e condições de vida desse grupo populacional²⁸. Especificamente em referência à PeNSE, trata-se de uma pesquisa feita em uma amostra de escolas. A seleção de escolas indígenas para a amostra ocorre de forma aleatória e o questionário aplicado não apresenta qualquer

²⁷ Tanto a POF 2008-2009 quanto a PNAD Contínua retiram suas amostras de uma amostra mestra que não incorpora os setores indígenas por conta da necessidade de adaptação sociocultural das operações de coleta nessas áreas. Contudo, a amostra da POF 2008-2009 continha mais setores especiais indígenas que a amostra mestra atual utilizada na PNAD Contínua e na PNS. Isso se explica pelo fato de o trabalho de isolamento de setores indígenas visando ao Censo Demográfico 2010 ter se intensificado após o período de coleta do Censo Agropecuário 2007, ou seja, no primeiro ano de coleta da POF 2008-2009. A cada ano, com a melhoria da identificação e classificação de setores indígenas, mais setores indígenas são retirados da amostra mestra.

²⁸ A amostra da PNS é retirada de uma amostra mestra que não incorpora os setores indígenas por conta da necessidade de adaptação sociocultural das operações de coleta nessas áreas.

adaptação à realidade cultural dos alunos indígenas. Quanto à estrutura etária, a pesquisa limita a investigação aos alunos do 9º ano do ensino fundamental, embora em 2015, além dos alunos do último ano do ensino fundamental, foram selecionados também indivíduos de 13 a 18 anos de idade.

Perspectivas futuras

O chamado “escândalo da invisibilidade” alerta para o risco de se deixar de contar indivíduos e, com isso, excluí-los de seus direitos enquanto cidadãos. Esse termo foi cunhado para se referir ao sub-registro de nascimentos e óbitos existente em diversas partes do mundo, sobretudo África e Ásia (SETEL et al., 2007). Ampliamos a utilização do termo por entender se tratar de problemáticas análogas, qual seja, o sub-registro e a subenumeração de indivíduos dos sistemas de informações oficiais enquanto expressões de uma “invisibilidade estatística” e a consequente exclusão desses indivíduos no acesso a direitos.

A visibilidade dos indígenas nas estatísticas oficiais é uma condição necessária para o desenvolvimento e condução de políticas públicas aderentes às necessidades e garantia de seus direitos, conforme preconizado nos dispositivos legais e compromissos assumidos pelos países ante a agenda internacional. Como foi apontado anteriormente, a investigação do pertencimento étnico indígena vem avançando significativamente na América Latina e em outros países do mundo, com inovações a cada rodada censitária, sendo o Brasil destaque na integração entre estatística e geografia, assim como no uso de tecnologias de coleta assistida com o uso dos PDAs.

Nesse sentido, entre as fontes de informações aqui analisadas, o Censo Demográfico é o mais adequado para a caracterização das populações indígenas, no que diz respeito à capacidade de identificação, quantificação, caracterização socioeconômica e distribuição desse grupo populacional em todo o território. Desde 2010, os avanços na disponibilização dinâmica de imagens orbitais em escala de detalhe associados ao aperfeiçoamento da capacidade técnica do IBGE para lidar com a questão indígena tem promovido um grande refinamento dos dados, especialmente sobre a localização das aldeias indígenas, permitindo um desenho diferenciado da operação censitária nesses espaços.

Entretanto, existem inúmeros desafios a serem enfrentados e dependerão tanto do comprometimento institucional, como da disposição política em avançar no conhecimento da diversidade sociocultural brasileira. Quando lemos a experiência brasileira à luz das outras experiências e das recomendações internacionais, verificamos que, no que tange à participação dos povos indígenas no desenho da operação censitária como um todo assim como na sua operacionalização (indo além do papel de intérpretes e atuando como recenseadores e supervisores), análise e divulgação, o Brasil ainda é bastante tímido quando comparado com Paraguai, Canadá e outros países mencionados. Por outro lado, o questionário do censo demográfico não permite o aprofundamento necessário de todos os temas sobre os quais o IBGE precisa fornecer estatísticas oficiais desagregadas entre indígenas e não indígenas, nem a total adequação do questionário para dar conta da enorme diversidade sociocultural dos povos indígenas residentes no Brasil. Por fim, o fato de nosso quesito de captura de pertencimento étnico (cor ou raça) não ser compreendido por 15,3% dos indígenas residentes em terras indígenas, que precisaram de uma pergunta de cobertura,

denota a importância da relação entre estatística e geografia na identificação desse grupo populacional, assim como a importância do trabalho de georreferenciamento de aldeias indígenas em curso. A perspectiva para 2020 é de realizar essa pergunta de cobertura em todas as aldeias indígenas identificadas em nossa base territorial, minimizando assim as dificuldades com o quesito de cor ou raça na captura desse grupo populacional específico, sendo que testes estão programados para identificar outras possibilidades de melhoria de cobertura.

O Censo 2020 tem, assim, um grande desafio, o de continuar evoluindo na captação e caracterização desse grupo populacional. Para isso, não se pode deixar de considerar a estreita relação entre os povos indígenas, qual seja sua etnia, e seus territórios étnicos. A evolução técnica e tecnológica abre novas possibilidades de melhoria de captação por meio da expansão da identificação territorial prévia de concentrações indígenas.

O principal desafio colocado para o fornecimento de estatísticas oficiais sobre povos indígenas que atendam à agenda internacional e às demandas das organizações indígenas está relacionado com a construção do Sistema Nacional de Informações Estatísticas Oficiais da população indígena a partir da ampliação do diálogo interinstitucional com os órgãos e instituições que operam a política indigenista no Brasil, no sentido de promover a interoperabilidade das bases de dados e a troca de *expertise*, partindo da harmonização conceitual e da construção de mecanismos de atualização mútua entre todos os participantes do sistema. Essa harmonização permitirá que o Censo Demográfico 2020 entre em diálogo direto com os diferentes sistemas de informação que armazenam dados sobre povos indígenas no Brasil, assim como a atualização de nossa malha cartográfica. Assim, a harmonização do conceito de aldeia indígena utilizado pelo IBGE com aqueles praticados por outros órgãos do Estado brasileiro envolvidos com a questão indígena se faz premente, inclusive, para a correta identificação das relações políticas que condicionam a organização espacial dos indígenas em aldeias e comunidades indígenas.

Outra questão que se impõe do ponto de vista geográfico é a definição de parâmetros e metodologias de identificação das aldeias indígenas localizadas em áreas urbanas, que muitas vezes estão invisíveis nas formas da cidade. A identificação espacial das aldeias garante ainda o seu registro nos mapeamentos sistemáticos, de acordo com as possibilidades escalares, e nos mapas municipais, o que proporciona a visibilidade dessas populações na realidade local em que vivem e, ao mesmo tempo, nas atividades de planejamento do próprio IBGE e de outras instituições que se utilizam dos produtos do IBGE para atuarem no planejamento territorial e no desenvolvimento de políticas públicas de abrangência local ou regional. Esses dados gerados e sistematizados a partir da atualização da Base Territorial do IBGE podem ser o embrião para uma série de estudos de cunho geográfico e territorial em relação às condições de vida, aos equipamentos e a assistência de serviços básicos nessas localidades, complementando-se às pesquisas estatísticas e aos registros administrativos no intuito da criação de um Sistema Nacional de Informações Estatísticas Oficiais da população indígena.

Se, por um lado, o IBGE avançou muito na investigação de povos indígenas e continua desenhando estratégias de aprimoramento dessa investigação através do Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais, interno ao IBGE, os avanços em relação a outros povos e comunidades tradicionais ainda não se refletiram em estatísticas oficiais. Cabe mencionar os recentes estudos sobre como representar

esses povos e comunidades na Base Territorial do IBGE desde 2008, além de um teste piloto para o Censo Demográfico 2020 sobre quesito de captura de pertencimento étnico-quilombola ter sido realizado em 2017²⁹.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 reconhece a diversidade etnicorracial de sua população e destaca, em seu Art. 231, a relação dos povos indígenas com seus territórios:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 2017).

Destaque dado também ao direito das comunidades quilombolas a seus territórios, como redigido no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 2017).

Nos Art. 215 e 216, a Constituição Federal faz referência também a outros povos e comunidades tradicionais sem os enumerar, ao colocar como dever do Estado brasileiro a defesa do patrimônio cultural brasileiro de que fazem parte os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O texto constitucional também visa garantir o exercício dos direitos culturais desses grupos e coloca como dever do estado o apoio e o incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais relacionadas a eles.

A partir das novas prerrogativas constitucionais, muitos povos e comunidades tradicionais que já questionavam há décadas seus direitos junto ao Estado, passaram a se organizar em torno da regulamentação dos processos de reconhecimento de suas terras, seus modos de ser e fazer, suas manifestações culturais, seus bens materiais e imateriais (ALMEIDA, 2008), algo que se pode denominar de sua tradicionalidade, como é o caso da população extrativista que tem entre as comunidades de seringueiros e de quebradeiras de coco de babaçu expoentes de mobilização por seus direitos sobre recursos naturais e territórios tradicionais (ANTUNES, 2006, 2007, 2015). O avanço das formas de organização desses grupos e a ampliação de políticas públicas, que os têm como beneficiários diretos, condicionou a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, em 2007, transformada em 2016 no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Decreto n. 8.750, de 09.05.2016.

A instauração da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais permitiu que uma definição normativa fosse criada para os povos e comunidades tradicionais e seus territórios, conforme disposto no Decreto n. 6.040, de 07.02.2007, a qual mantém após a criação do Conselho:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

²⁹ Coordenações mencionadas subordinadas à **Diretoria de Pesquisas do IBGE**: Gerência Técnica do Censo Demográfico - GTD; Gerência Técnica do Censo Agropecuário - GTA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Coordenações mencionadas subordinadas à **Diretoria de Geociências**: Coordenação de Estruturas Territoriais - CETE; Coordenação de Geografia - CGEO; e Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais - CREN.

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

Dentre as atribuições do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais previstas no Art. 2º do Decreto n. 8.750, de 09.05.2016, está estimular

a criação de ações para a melhoria de pesquisas estatísticas que visem a identificar e a dar visibilidade aos segmentos de povos e comunidades tradicionais, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de outros institutos, censos e pesquisas e acompanhar o andamento destas pesquisas junto aos Ministérios e aos órgãos afins (BRASIL, 2016).

Ademais, o decreto reconhece 28 denominações de povos e comunidades tradicionais existentes no Brasil, listados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Povos e comunidades tradicionais

I - povos indígenas;	XVII - apanhadores de flores sempre vivas;
II - comunidades quilombolas;	XVIII - pantaneiros;
III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana;	XIX - morroquianos;
IV - povos ciganos;	XX - povo pomerano;
V - pescadores artesanais;	XXI - catadores de mangaba;
VI - extrativistas;	XXII - quebradeiras de coco babaçu;
VII - extrativistas costeiros e marinhos;	XXIII - retireiros do Araguaia;
VIII - caiçaras;	XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto;
IX - faxinalenses;	XXV - ribeirinhos;
X - benzedeiros;	XXVI - cipozeiros;
XI - ilhéus;	XXVII - andirobeiros;
XII - raizeiros;	XXVIII - caboclos;
XIII - geraizeiros;	
XIV - caatingueiros;	
XV - vazanteiros;	
XVI - veredeiros;	

Fonte: Brasil. Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 153, n. 88, 10 maio 2016. Seção 1, p. 1-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8750.htm>. Acesso em: jan. 2018.

No contexto de tamanha diversidade de formas de ser e fazer de povos e comunidades e de suas relações com território, religião, etnia, organização sociopolítica e cultural, as equipes da Diretoria de Geociências e da Diretoria de Pesquisas do IBGE vêm trabalhando de acordo com suas possibilidades para que sejam desenvolvidas metodologias para garantir a visibilidade estatística e geográfica destes povos e comunidades tradicionais. Para tanto, além das terras e aldeias indígenas, os territórios e comunidades quilombolas já se constituem como áreas de apuração da Base Territorial e já estão sendo considerados na construção dos setores censitários. Além disso, a Base Territorial não possui ainda uma metodologia para a incorporação das outras comunidades tradicionais (ribeirinhos, faxinalenses, pescadores etc.), sendo necessário, portanto, um estudo inicial das suas características organizativas fundamentais, sua expressão territorial e os elementos principais de constituição de sua tradicionalidade, agenda à qual o grupo de trabalho vem se dedicando.

O planejamento para a investigação de indígenas e quilombolas para 2020 inclui: a discussão sobre conceitos e desenhos de questionário; a promoção de encontros e reuniões de trabalho com a participação de representantes de diferentes instituições governamentais e da sociedade civil ligadas às temáticas indígena e quilombola; e a realização de testes piloto e estudos para melhor compreender os quesitos relacionados à investigação de indígenas e quilombolas, assim como questões operacionais relacionadas à contratação de pessoas indígenas, entre outras medidas. Espera-se, assim, dar prosseguimento ao trabalho iniciado no Censo 1991 para a melhoria na captação e caracterização dessas populações e, também, atender aos dispositivos legais nacionais e acordos internacionais que definem e garantem os direitos desses indivíduos.

Referências

X RECENSEAMENTO geral do Brasil: manual de delimitação dos setores e das zonas de trabalho de 1990 - GR-7.01. Rio de Janeiro: IBGE, [1989a]. 78 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0207.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. manual de desenho de mapas municipais e mapas municipais estatísticos - GR-7.08. Rio de Janeiro: IBGE, [1989b]. 64 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc410.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV; Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia - ABA, 2002. p. 43-81. Disponível em: <<http://abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundo de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas - PPGSCA-UFAM, 2008. 184 p. (Coleção tradição & ordenamento jurídico, v. 2).

ANDERSON, B. Introdução. In: _____. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 26-34. Tradução de: *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247021/mod_resource/content/1/Benedict%20Anderson.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

ANTUNES, M. Born twice: opening the houses and the fences: an ongoing fight for rights. In: CLARK, C. et. al. (Ed.). *Women navigating power: stories about claiming our rights*. Johannesburg: ActionAid International, 2007. p. 113-142.

_____. *Conceitos básicos e legislação sobre povos e comunidades tradicionais*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2016. Trabalho apresentado no Seminário Laboratório de Estatística Pública - LEP, realizado no Rio de Janeiro, 2016.

_____. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Org.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2006. p. 123-149. (NEAD especial). Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406309472wpdm_1o-Pr%C3%A0mio-Margarida-Alves-2006.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Violências que poluem, violências que legitimam: jogos de sombra e luz na gestão de narrativas de lideranças mulheres em processos de luta por territórios e recursos naturais. In: BARBOSA, V. de O.; MELO, A. da S. (Org.). *Mulheres rurais e violência: algumas abordagens*. São Luís: Ed. da Universidade Federal do Maranhão - EdUFMA, 2015. p. 69-100.

ATLAS nacional digital do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Escalas variam. Atualização 2016. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/>. Acesso em: jan. 2018.

AZEVEDO, M. M. Diagnóstico da população indígena no Brasil. *Ciência e Cultura*, Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, v. 60, n. 4, p. 19-22, out. 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400010>. Acesso em: jan. 2018.

BANIWA, G. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, A. R. (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Ed. da Universidade Federal de Minas Gerais - EdUFMG, 2012. p. 206-227. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional Constituições Nacionais e Povos Indígenas, realizado em Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/livros/Constituicoes_Nacionais_e_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

BARRIOS, O. S. *La experiencia paraguaya del censo nacional indígena 2002*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2005. 21 p. Trabalho apresentado no Seminario Internacional Pueblos Indígenas y Afrodescendientes de América Latina y el Caribe: Relevancia y Pertinencia de La Información Sociodemográfica para Políticas y Programas, realizado em Santiago de Chile, 2005. Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/noticias/noticias/5/27905/OBarrios.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000a. p. 25-67. (Typographos, 2). Disponível em: <<http://www.cahis.ufpel.com.br/wp-content/uploads/2015/08/BARTH-F-O-guru-o-iniciador-e-outras-varia%C3%A7%C3%B5es-antropol%C3%B3gicas.-25-67.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. A identidade pathan e sua manutenção. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000b. p. 69-93. (Typographos, 2). Disponível em: <<http://www.cahis.ufpel.com.br/wp-content/uploads/2015/08/BARTH-F-O-guru-o-iniciador-e-outras-varia%C3%A7%C3%B5es-antropol%C3%B3gicas.-25-67.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000c. p. 167-186. (Typographos, 2). Disponível em: <<http://www.cahis.ufpel.com.br/wp-content/uploads/2015/08/BARTH-F-O-guru-o-iniciador-e-outras-varia%C3%A7%C3%B5es-antropol%C3%B3gicas.-25-67.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BASTOS, J. L. et al. Sociodemographic characteristics of indigenous population according to the 2000 and 2010 Brazilian demographic censuses: a comparative approach. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, v. 33, supl. 1, Maio 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017001305003&script=sci_arttext&lng=en>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 141, n. 75, 20 abr. 2004. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 144, n. 28, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 316-317. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 153, n. 88, 10 maio 2016. Seção 1, p. 1-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8750.htm>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Decreto n. 58.824, de 14 de julho de 1966. Promulga a Convenção n. 107 sobre as Populações Indígenas e Tribais. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 8, n. 136, 20 jul. 1966. Seção 1, p. 8094. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58824.htm>. Acesso em: jan. 2018.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 242 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1., 2013, Montevideo. *Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2013. 38 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/eventos/primer-reunion-la-conferencia-regional-poblacion-desarrollo-uruguay-2013>>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERENCIA REGIONAL SOBRE POBLACIÓN Y DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2., 2015, Ciudad de México. *Guía operacional para la implementación y el seguimiento del consenso de Montevideo sobre población y desarrollo*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2015. 145 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/2/es.html>>. Acesso em: jan. 2018.

CUNHA, M. C. da. *Índios do Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma. 2012. 158 p. (Coleção agenda brasileira).

DEL POPOLO, F.; SCHKOLNIK, S. Pueblos indígenas y afrodescendientes em los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos en el derecho a la información. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, año 40, n. 97, p. 205-247, 2013. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35946/np97205247_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. 2018.

IBGE. Resolução do Presidente n. 7, de 4 de janeiro de 1989. Dispõe sobre a classificação de tipos de localidades brasileiras. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1757, p. 4, 31 jan. 1989.

MADDEN, R. et al. Statistics on indigenous peoples: international effort needed. *Statistical Journal of the IAOS*, The Hague [Holanda]: International Association for Official Statistics - IAOS, v. 32, n. 1, p. 37-41, Mar. 2016. Disponível em: <<http://content.iiospress.com/articles/statistical-journal-of-the-iaos/sji975>>. Acesso em: jan. 2018.

METODOLOGIA do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 565 p. (Série relatórios metodológicos, v. 25). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5295.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

METODOLOGIA do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 712 p. (Série relatórios metodológicos, v. 41). Acompanha 1 DVD. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

MONTEIRO, M. E. B. Projeto censo indígena nacional. In: SEMINARIO INTERNACIONAL PUEBLOS INDÍGENAS Y AFRODESCENDIENTES DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas, 2005, Santiago de Chile. *Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: información sociodemográfica para políticas y programas*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2006. p. 379-386. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/eventos/seminario-internacional-pueblos-indigenas-afrodescendientes-america-latina-caribe-relevancia>>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. 49 p. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: jan. 2018.

NAMEM, A. M. Relato de dois processos migratórios entre indígenas brasileiros. *Textos & Debates*: revista de ciências humanas da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista: Universidade Federal de Roraima - UFRR, n. 2, p. 47-52, 1996. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/914/754>>. Acesso em: jan. 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. Ação indigenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Org.). *Pacificando o branco*: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista - EdUnesp, 2002. p. 277-309.

_____. *Ensaio em antropologia histórica*. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EdUFRJ, 1999. 269 p.

_____. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. *Dados*: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 55, n. 4, p. 1055-1088, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582012000400007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *O nosso governo*: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, 1988. 315 p. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

OLIVEIRA, J. P. de (Org.). Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____. *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. p. 13-42. (Territórios sociais, 2).

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2005. 192 p. (Coleção saúde dos povos indígenas). Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/qdggqt/pdf/pagliari-9788575412541.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERES, S. C. Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro. 2003. 447 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/cultura-politica-e-identidade-na-amaz%C3%B4nia-o-associativismo-ind%C3%ADgena-no-baixo-rio-negro>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *A política da identidade*: associativismo e movimento indígena no Rio Negro. Manaus: Valer: Ed. da Universidade Federal do Amazonas - EdUFAM, 2013. 419 p. (Etnológicas). Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2003.

PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada*: estudos sobre a classificação étnico-racial. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Laboratório de Políticas Públicas - LPP: DP&A, 2007. 156 p. (Coleção políticas da cor).

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 206 p. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 2). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Métailié, 1990. p. 7-23, 186-251. (Collection leçons de choses).

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul./dez. 1992. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. Edição de Dora Rocha. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun. 1989. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/306>>. Acesso em: jan. 2018.

PUEBLOS indígenas del Paraguay: resultados finales. Fernando de la Mora: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos - DGEEC, 2003. 688 p. Acima do título: II Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas 2002. Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/censo_indigena/Capitulo%201.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

LOS PUEBLOS indígenas en América Latina: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2014. 408 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37222/S1420521_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. 2018.

PUEBLOS indígenas en el Paraguay: resultados finales de población y viviendas 2012. Fernando de la Mora: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos - DGEEC, 2014. 715 p. Acima do título: III Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/indigena2012/Pueblos%20indigenas%20en%20el%20Paraguay%20Resultados%20Finales%20de%20Poblacion%20y%20Viviendas%202012.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

SETEL, P. W. et al. A scandal of invisibility: making everyone count by counting everyone. *The Lancet*, London: The Lancet Publications; Oxford: Elsevier, v. 370, n. 9598, p. 1569-1577, Nov. 2007.

SILVA, E.; MONTE, E. Índios Xukuru do Ororubá: migrações, trabalho e fronteiras entre o campo e a cidade. *CLIO: revista de pesquisa histórica*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Programa de Pós-graduação em História, v. 1, n. 31, jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24404>>. Acesso em: jan. 2018.

SILVA, G.; ANTUNES, M. *Metodologia de teste de quesitos em pesquisas domiciliares aliando metodologia qualitativa e quantitativa*. Apresentação oral no Seminário de Metodologia do IBGE, realizado no Rio de Janeiro, em 2017.

SILVA, G. et al. *Resultados do teste piloto de cor ou raça 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência Técnica do Censo Demográfico, [2017]. No prelo

SMYLIE, J.; FIRESTONE, M. Back to the basics: identifying and addressing underlying challenges in achieving high quality and relevant health statistics for indigenous populations in Canada. *Statistical Journal of the IAOS*, The Hague [Holanda]: International Association for Official Statistics - IAOS, v. 31, n. 1, Mar. 2015, p. 67-87. Disponível em: <<https://content.iospress.com/articles/statistical-journal-of-the-iaos/sji00864>>. Acesso em: jan. 2018.

SOUZA, A. L. de et al. *Informações geoespaciais de terras e aldeias indígenas para os censos agropecuário 2016 e demográfico 2020*. Rio de Janeiro, 2016. Apresentação oral no Seminário de Metodologia do IBGE, realizado no Rio de Janeiro, nov. 2016.

TAMBUCCI, Y. B.; CHIQUETTO, R. V.; SERTÃ, A. L. O circuito Sateré-Mawé: duas formas da ocupação indígena no contexto urbano. In: AMOROSO, M.; SANTOS, G. M. dos (Org.). *Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. p. 75-92. (Antropologia hoje).

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. *Permanent forum on indigenous issues*. New York, 2017. 28 p. Relatório da 16ª sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Nova Iorque, em 24 de abril-5 de maio de 2017. Versão preliminar não editada. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2016/08/rev_PFII-2017-final-report-Clean_SPFII_19May2017.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. *Declaration on the rights of indigenous peoples*. New York, 2008. 15 p. Adotada pela Resolução 61/295 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 13 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_en.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Statistical Commission. *Principles and recommendations for population and housing censuses: the 2020 round*. Rev. 3, draft. New York, 2015. 302 p. Item 3(b) da agenda provisória discutida na 46ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, Nova Iorque, em 3-6 de março de 2015. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc15/BG-Censuses.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

VILLAS BÔAS, A. Política de reconhecimento oficial de terras indígenas: um balanço de 1987 a 1991. In: POVOS indígenas no Brasil: 1987/88/89/90. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, 1991. p. 59-66. (Aconteceu especial, 18). Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/downloads#1>>. Acesso em: jan. 2018.

WEBER, M. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Edição preparada por Johannes Winckelmann. Nota preliminar de José Medina Echavarría. Tradução de José Medina Echavarría e outros. 2. ed., 2. reimp. Madrid: Fondo de Cultura Económica - FCE, 2002. 1244 p. Tradução de: *Wirtschaft und gesellschaft. grundriss der vmtehendn soziologie*. Disponível em: <<https://zoonpolitikonmx.files.wordpress.com/2014/08/max-weber-economia-y-sociedad.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

WONG, L. L. R. Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos censos demográficos brasileiros de 1991 a 2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 33, n. 2, p. 399-421, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982016000200399&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2018.

Anexo 1 - Indicadores sugeridos no documento de seguimiento do Consenso de Montevideu que mencionam povos indígenas

Medida prioritaria 4: Asegurar la plena integración de la población y su dinámica en la planificación del desarrollo sostenible, las políticas sectoriales y las políticas y programas públicos en general en particular en los planes de desarrollo y ordenamiento territorial a escala nacional y subnacional, haciendo uso del conocimiento y la información sociodemográfica y aprovechando los avances tecnológicos.

Indicadores: 1. Disponibilidad de un plan nacional para la implementación del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo antes de la realización de la Tercera Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe en que esté considerada la interacción con otros planes sectoriales del gobierno. 2. Disponibilidad de previsiones de largo plazo de los impactos sectoriales (pensiones, salud, educación) de la dinámica poblacional con el mayor nivel de desagregación territorial posible. 3. Disponibilidad de estadísticas socioeconómicas desagregadas por grupos de población particularmente relevantes para las políticas públicas y especialmente sensibles a los cambios demográficos, por ejemplo, mujeres, personas de edad, adolescentes y pueblos indígenas.

Medida prioritaria 40 (MP 87 – para indígenas): Eliminar las causas prevenibles de morbilidad y mortalidad materna, incorporando en el conjunto de prestaciones integrales de los servicios de salud sexual y salud reproductiva medidas para prevenir y evitar el aborto inseguro, que incluyan la educación en salud sexual y salud reproductiva, el acceso a métodos anticonceptivos modernos y eficaces y el asesoramiento y atención integral frente al embarazo no deseado y no aceptado y, asimismo, la atención integral después del aborto, cuando se requiera, sobre la base de la estrategia de reducción de riesgo y daños.

Indicadores: 1. Porcentaje de muertes maternas evitables según causas de muerte desagregado por grupos étnico-raciales, zona de residencia, edad y nivel educativo. 2. Razón de mortalidad materna (número de defunciones maternas por cada 100.000 nacidos vivos). 3. Porcentaje de nacimientos atendidos por personal calificado. 4. Atención posnatal (a la madre y el niño, en el domicilio o en un centro de salud) dentro de los dos primeros días posteriores al nacimiento. 5. Porcentaje de centros de salud (incluidos los de atención primaria) que han implementado protocolos actualizados de atención materna. 6. Existencia de políticas para el fortalecimiento del rol de las matronas u obstetrices en los servicios de salud. 7. Existencia de un sistema de referencia a servicios de atención obstétrica de emergencia. 8. Existencia de sistemas de vigilancia de las muertes maternas. 9. Situación legal del aborto.

Medida prioritaria 44 (MP 87 – para indígenas): Garantizar el acceso efectivo a una amplia gama de métodos anticonceptivos modernos, basados en evidencia científica con pertinencia cultural, incluyendo la anticoncepción oral de emergencia.

Indicadores: 1. Porcentaje de centros de atención primaria que han implementado protocolos de información y consejería con enfoque intercultural sobre métodos de planificación familiar modernos, incluida la anticoncepción oral de emergencia. 2. Tasa de prevalencia de uso de métodos anticonceptivos según tipo de métodos (modernos y tradicionales). 3. Porcentaje de mujeres sexualmente

activas que reportan demanda satisfecha de métodos para posponer el inicio de la maternidad, o para espaciar o limitar los nacimientos, según tipo de métodos (tradicionales y modernos) y grupos de edades. 4. Existencia de sistemas de información que permiten monitorear el suministro y manejo logístico de anticonceptivos. 5. Porcentaje de centros de salud con disponibilidad asegurada de anticoncepción oral de emergencia.

Medida prioritaria 45 (MP 87 – para indígenas): Formular planes para fortalecer los mecanismos de detección de alteraciones del embarazo, incluida la preconcepción, elevar la calidad de atención prenatal con enfoque intercultural, garantizar la provisión de sangre segura para la atención del embarazo, parto y puerperio, y mejorar la atención humanizada del parto y el nacimiento y los cuidados perinatales integrales, teniendo en cuenta las necesidades de las mujeres, los niños, las niñas y las familias.

Indicadores: 1. Porcentaje de embarazos en que las mujeres asistieron a consulta de salud antes de la concepción. 2. Porcentaje de partos atendidos en instituciones en que la mujer tuvo la opción de elegir una atención adecuada a su cultura. 3. Porcentaje de nacidos vivos cuya madre asistió a cuatro o más consultas prenatales. 4. Porcentaje de embarazos terminados en que se prestó atención posterior al parto.

Medida prioritaria 57 (MP 89 – para indígenas): Hacer efectivas las políticas adoptadas y tomar medidas preventivas, penales, de protección y atención que contribuyan a la erradicación de todas las formas de violencia, incluida la esterilización forzada, y estigmatización contra las mujeres y las niñas en los espacios públicos y privados, en particular los asesinatos violentos de niñas y mujeres por motivos de género, asegurando el acceso efectivo y universal a los servicios fundamentales para todas las víctimas y sobrevivientes de la violencia basada en género y prestando especial atención a las mujeres en situaciones de mayor riesgo, como las mayores, embarazadas, con discapacidad, grupos culturalmente diversos, trabajadoras sexuales, que viven con VIH/SIDA, lesbianas, bisexuales, transexuales, afrodescendientes, indígenas, migrantes, que residen en las zonas de frontera, solicitantes de refugio y víctimas de trata, entre otras.

Indicadores: 1. Número absoluto y tasa (por cada 100.000 habitantes) de mujeres de 15 años y más víctimas mortales de su pareja o ex pareja íntima. 2. Número de mujeres que denuncian la violencia y número de las que acceden efectivamente a la justicia. 3. Políticas para la prevención y atención de la violencia basada en género que tienen presupuesto asignado. 4. Número de mujeres víctimas de violencia basada en género que tienen acceso a los servicios de atención integral. 5. Número de políticas que contemplan medidas de atención especial a mujeres en situación de riesgo, como las mayores, embarazadas, con discapacidad, pertenecientes a grupos culturalmente diversos, trabajadoras sexuales, que viven con VIH/SIDA, lesbianas, bisexuales, transexuales, afrodescendientes, indígenas, migrantes, que residen en las zonas de frontera, solicitantes de refugio y víctimas de trata.

Medida prioritaria 71 (MP 88 – para indígenas): Alcanzar resultados concretos a través del diálogo y la cooperación internacional sobre migración, derechos humanos y desarrollo, en los espacios existentes dentro de la región y en los que se vinculan con otras regiones del mundo, en particular Norteamérica y la Unión Europea, desde

una perspectiva que reduzca las asimetrías existentes en este ámbito y que afirme los intereses de los países latinoamericanos y caribeños.

Indicadores: 1. Porcentaje de inclusión de medidas del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo cubiertas en acuerdos migratorios. 2. Porcentaje de cumplimiento de medidas suscritas en los acuerdos migratorios.

Medida prioritaria 77 (MP 88 – para indígenas): Promover el desarrollo y el bienestar de las personas de todos los territorios, sin ningún tipo de discriminación, incluido el pleno acceso a servicios sociales básicos, y la igualación de las oportunidades dentro de las ciudades, entre zonas urbanas y rurales, entre ciudades pequeñas, intermedias y grandes y entre población dispersa y la que habita en pequeños asentamientos rurales.

Indicadores: 1. Porcentaje de población con acceso a servicios básicos (luz, agua y alcantarillado) a escala de DAME. 2. Esperanza de vida al nacer según sexo, grupo étnico y DAME. 3. Porcentaje de déficit de establecimientos de salud básicos a escala de DAME. 4. Tasa neta de matrícula en educación primaria a escala de DAME. 5. Relación entre niñas y niños según el nivel de enseñanza (primaria, secundaria y superior) a escala de DAME. 6. Porcentaje de déficit habitacional según DAME. 7. Porcentaje de viviendas construidas con materiales precarios según DAME. 8. Porcentaje de la población que vive en tugurios.

Medida prioritaria 78 (Menciona indígenas nas metas): Ampliar y perfeccionar los procesos de descentralización, desconcentración y planificación participativa en los ámbitos subnacionales y locales, favoreciendo la disponibilidad, accesibilidad y calidad de los servicios básicos, educación y salud, incluida la salud sexual y la salud reproductiva y la prevención de la violencia contra las niñas, adolescentes y mujeres.

Indicadores: 1. Promedio per cápita de ingresos anuales del gobierno subnacional y local destinado a la provisión de servicios básicos de calidad en educación, salud, salud sexual y reproductiva y prevención de la violencia contra niñas, adolescentes y mujeres en todos los territorios. 2. Porcentaje de instrumentos de planificación que han incorporado la participación en la toma de decisiones y en el seguimiento a escala subnacional. 3. Proporción de instancias gubernamentales que cuentan con mecanismos permanentes para la participación efectiva de la sociedad civil, desagregada por sector (salud y educación) y territorios (DAM – Divisiones Administrativas Mayores y DAME – Divisiones Administrativas Menores).

Medida prioritaria 79 (Menciona indígenas nas metas): Desarrollar programas que favorezcan la convivencia, la educación permanente, el ocio creativo, la salud mental y la seguridad ciudadana de la población en sus territorios para prevenir los actuales problemas sociales asociados entre otros, a la pobreza, la exclusión social, el consumo abusivo y el tráfico de drogas y la violencia de género.

Indicadores: 1. Porcentaje de hogares que afirman que han sido asaltados, agredidos o víctimas de algún delito en los últimos 12 meses según DAME. 2. Tasa de denuncias de delitos de mayor connotación social (por 100.000 habitantes). 3. Porcentaje de población que participa en actividades recreativas comunitarias según grupos de edad y DAME. 4. Porcentaje de organizaciones juveniles, de personas mayores y de mujeres según DAME. 5. Porcentaje de mujeres que han sufrido acoso en los últimos 12 meses según DAME.

Medida prioritaria 81 (MP 88 – para indígenas): Planificar y ordenar el desarrollo territorial y urbano, con perspectiva de derechos humanos y de género, formulando políticas de movilidad, asentamiento de la población y localización de actividades que consideren entre sus objetivos evitar el uso de zonas vulnerables y protegidas, y prevenir y mitigar el impacto de los desastres socioambientales y combatir la vulnerabilidad ambiental de las personas y comunidades de grupos étnicos y raciales discriminados, así como la mitigación y adaptación a los efectos del cambio climático.

Indicadores: 1. Porcentaje de planes de desarrollo urbano y territorial que han incorporado el enfoque de derechos, de género y de interculturalidad. 2. Porcentaje de zonas vulnerables y protegidas que cuentan con un plan de manejo. 3. Porcentaje de asentamientos humanos que se localizan en zonas vulnerables. 4. Número de DAME que cuentan con sistemas e infraestructura de transporte sostenible.

Medida prioritaria 84 (MP 90 – para indígenas): Promover la utilización del análisis sociodemográfico georreferenciado, desagregado por sexo, raza y etnia, para mejorar la planificación territorial y la gestión del riesgo ambiental.

Indicadores: 1. Porcentaje de instrumentos de análisis georreferenciado que cuentan con información sociodemográfica georreferenciada. 2. Porcentaje de planes reguladores municipales o comunales que en su memoria explicativa contemplan el análisis sociodemográfico desagregado y georreferenciado. 3. Porcentaje de planes de manejo de riesgo ambiental que incluyen en sus diagnósticos previos, durante el evento y posteriores, el análisis sociodemográfico georreferenciado.

Medida prioritaria 86: Considerar las dinámicas demográficas particulares de los pueblos indígenas en el diseño de las políticas públicas, poniendo especial atención a los pueblos indígenas amenazados de desaparición, los no contactados o en situación de aislamiento voluntario o de contacto inicial, respetando el derecho a la libre determinación.

Indicadores: 1. Porcentaje del presupuesto público dirigido a pueblos indígenas, por sectores. 2. Número de pueblos o comunidades indígenas en peligro de desaparición. 3. Existencia de una política para integrar los asuntos de población y de pueblos indígenas en los planes de desarrollo, de conformidad con los estándares de derecho de los pueblos indígenas. 4. Existencia de una política que considera la situación de los pueblos indígenas en situación de aislamiento voluntario o de contacto inicial. 5. Existencia de procedimientos de consulta previa a los pueblos indígenas y espacios de diálogo institucionalizados que incluyen los asuntos de población, de conformidad con los estándares internacionales.

Medida prioritaria 87: Garantizar el derecho a la salud de los pueblos indígenas, incluidos los derechos sexuales y derechos reproductivos, así como el derecho a sus propias medicinas tradicionales y sus prácticas de salud, sobre todo en lo que se refiere a la reducción de la mortalidad materna e infantil, considerando sus especificidades socioterritoriales y culturales, así como los factores estructurales que dificultan el ejercicio de este derecho.

Indicadores: 1. Tasa de mortalidad materna de mujeres indígenas (ODS en general). 2. Tasa de mortalidad en la niñez — menores de 5 años — de los pueblos

indígenas (ODS general). 3. Esperanza de vida al nacer de la población indígena y esperanza de vida al nacer en condiciones saludables. 4. Porcentaje de partos de mujeres indígenas atendidos con equipo de salud intercultural. 5. Existencia de servicios de salud sexual y reproductiva interculturales, e implementación de acciones de prevención e información con pertinencia cultural y lingüística. 6. Prácticas tradicionales indígenas aceptadas y bien integradas al sistema nacional de salud. 7. Grado de participación de los pueblos indígenas en la gestión de la salud, desagregado por sexo. 8. Porcentaje de comunidades indígenas que gestionan la salud en sus territorios, desagregado por sexo. 9. Existencia de sistemas de información sobre salud que permiten identificar los perfiles de morbimortalidad de los pueblos indígenas, incluidas las ITS, desagregados por sexo y grupos de edades.

Medida prioritaria 89 (Indicadores da MP 16 adaptados para indígenas): Adoptar las medidas necesarias, en conjunto con los pueblos indígenas, para garantizar que mujeres, niños, niñas y adolescentes y jóvenes indígenas gocen de protección y garantías plenas contra todas las formas de violencia y discriminación, y tomar medidas para asegurar la restitución de derechos.

Indicadores: 1. Existencia de estrategias intersectoriales para erradicar la violencia, con foco en niños, niñas, adolescentes y jóvenes indígenas. 2. Índice de frecuencia relativa de sufrimiento de violencia entre niños, niñas, adolescentes y jóvenes indígenas. 3. Índice de frecuencia relativa de violencia ejercida por niños, niñas, adolescentes y jóvenes indígenas.

Medida prioritaria 90: Garantizar el derecho a la comunicación e información de los pueblos indígenas, asegurando que las estadísticas nacionales respeten el principio de autoidentificación, así como la generación de conocimiento e información confiable y oportuna sobre los pueblos indígenas, a través de procesos participativos, atendiendo a sus requerimientos y a las recomendaciones internacionales relativas a estos asuntos.

Indicadores: 1. Porcentaje de fuentes de datos pertinentes que incluyen la identificación indígena, considerando censos, encuestas y registros administrativos de los diferentes sectores (meta: 100%). 2. Tasas de cobertura y respuesta de las variables sobre pueblos indígenas según fuentes de datos. 3. Grado de inclusión de los pueblos indígenas en los planes de tabulaciones y análisis de la información pública. 4. Existencia de mecanismos que garantizan la plena participación de los pueblos indígenas en la producción de estadísticas oficiales. 5. Número de expertas y expertos indígenas que trabajan en la producción y el análisis de información en espacios estatales. 6. Existencia de sistemas de información con pertinencia cultural y lingüística. 7. Existencia de sistemas de información sobre pueblos indígenas validados por el sistema oficial.

Abordagem de gênero nas estatísticas sociais

Barbara Cobo*
Caroline Santos**
Cíntia Simões Agostinho***

Introdução

A luta dos movimentos feministas pelo reconhecimento dos direitos das mulheres nas distintas dimensões de suas vidas pública e privada se reflete no processo histórico de abordagem da questão de gênero em tratados, acordos e convenções internacionais e na incorporação destes na formulação de políticas nacionais que visam à realização desses direitos. O Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1948, já afirmava que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos", e o Art. 2º estabelece que "todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, **sexo**, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição" (NAÇÕES UNIDAS, 1998, grifo nosso). A Comissão sobre a Situação da Mulher (Commission on the Status of Women - CSW) foi criada, em 1946, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (United Nations Economic and Social Council - Ecosoc), com a atribuição de formular recomendações sobre a promoção dos direitos das mulheres nas áreas política, econômica, civil, social e educacional e tornou-se o principal órgão intergovernamental global dedicado exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Desde então já foram realizadas 61 reuniões anuais com participação dos estados-membros da ONU e organizações civis.

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

*** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Todo esse processo de discussão em torno da pauta dos direitos das mulheres e a intensificação do movimento feminista nos anos 70 resultaram na declaração, pela ONU, do ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e na realização, naquele mesmo ano, da I Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México. Em 1979, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination against Women), mais conhecida pela sigla em inglês CEDAW, frequentemente descrita como uma Carta Internacional dos Direitos da Mulher, na qual os países signatários comprometeram-se não só a atuar contra a discriminação da mulher, como também estimular estratégias diversas de promoção da igualdade por meio de ações afirmativas. Para os fins da presente Convenção (Artigo 1º), “a expressão ‘discriminação contra a mulher’ significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo” (UNITED NATIONS, 1979). A partir deste marco, diversas conferências e convenções se seguiram tratando as questões de gênero, seja especificamente ou abordando-as de forma transversal e associada às discussões sobre discriminação racial, direitos humanos, crianças e adolescentes, meio ambiente, entre outros.

Em 1994, a Organização dos Estados Americanos - OEA (Organization of American States - OAS) ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, conceituando a violência contra as mulheres e reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos para além da esfera pública. Ainda neste ano, com a realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - CIPD, mais conhecida como Conferência do Cairo,

[...] as políticas e os programas de população deixaram de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. Nesta perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero (RELATÓRIO..., 2009, p. 34)¹.

Igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e a relação entre população e desenvolvimento voltaram a ser discutidos e reafirmados nas revisões decenais Cairo+10 (2004) e Cairo+20 (2014), também conhecida como “CIPD para além de 2014”².

No ano seguinte, em 1995, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, na China, estabeleceu uma agenda para o empoderamento das mulheres, definiu seus direitos como direitos humanos e comprometeu-se com ações específicas para garantir a realização desses direitos (Plataforma de Ação de Pequim). Em termos de estratégias de ação, a Plataforma de Ação de Pequim apontou as seguintes áreas críticas para as questões de gênero: crescente pobreza feminina;

¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>.

² Em seu parágrafo 9, a resolução da CIPD para além de 2014 “insta os governos a abordarem as lacunas existentes na implementação do Programa de Ação, inclusive em áreas como o respeito e a proteção, promoção e cumprimento dos direitos humanos e a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, bem como progresso desigual no acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, a saúde do recém-nascido e da criança, o progresso desigual nas condições de saúde e a expectativa de vida e a eliminação da violência e da discriminação sem distinção de qualquer tipo” (UNITED NATIONS, 2014, tradução nossa).

acesso desigual à educação e formação; acesso desigual aos cuidados de saúde e serviços relacionados; violência contra as mulheres; efeitos dos conflitos armados ou outras formas de conflito sobre as mulheres, incluindo aquelas que vivem sob ocupação estrangeira; desigualdades nas estruturas econômicas e políticas, em todas as formas de atividades produtivas e no acesso aos recursos; desigualdade entre homens e mulheres na partilha de poder e tomada de decisões em todos os níveis; mecanismos insuficientes em todos os níveis para promover o avanço das mulheres; inadequada promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres; estereotipação das mulheres e desigualdade no acesso destas a todos os sistemas de comunicação, especialmente os meios de comunicação; desigualdades de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente; discriminação persistente e violação dos direitos das crianças do sexo feminino.

Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade no que ficou conhecido como a Cúpula do Milênio da ONU. Dentre os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM propostos para serem alcançados até 2015, dois tratavam especificamente de questões relativas a gênero: o ODM 3 (Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres) e o ODM 5 (Melhorar a saúde materna). Em setembro de 2015, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, também conhecidos como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, ou simplesmente Agenda 2030, que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os ODM.

O *framework* dos ODS é composto de 17 objetivos e 169 metas, incorporando aos temas previstos nos ODM outros ainda mais abrangentes, a saber: 1) erradicação da pobreza; 2) segurança alimentar; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) emprego digno e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades sustentáveis; 12) padrões sustentáveis de produção e de consumo; 13) alterações climáticas; 14) mares e oceanos; 15) ecossistemas terrestres; 16) paz, justiça e governança; e 17) parcerias em prol das metas estabelecidas. As recomendações constantes no ODS 17.18, de "(...) aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, **gênero**, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais" (NAÇÕES UNIDAS, 2015) ampliam o número de indicadores passíveis de análise sob a perspectiva de gênero para além do ODS 5 específico à temática, aponta para a transversalidade da análise do sistema e evidencia as desigualdades conjugadas e cumulativas quando analisam-se indicadores de gênero associados às demais variáveis de desagregação propostas. Para se ter uma ideia, embora o ODS 5 contenha atualmente 14 indicadores para monitoramento específico das questões de gênero, um levantamento preliminar realizado pela ONU Mulheres analisando todos os indicadores que se referem explicitamente ao sexo, gênero, mulheres e meninas remetem a 53 indicadores³.

³ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <http://data2x.org/wp-content/uploads/2017/05/UNWomenList_GenderSDGIndicators.pdf>.

Na esteira das agendas internacionais de monitoramento e acompanhamento de objetivos, metas e indicadores sociais, econômicos e ambientais, destaca-se também, para o Brasil, a agenda regional de população e desenvolvimento. A primeira reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento - CRPD ocorreu no Uruguai, em 2013, tendo como foco o Programa de Ação da “CIPD para além de 2014”, com o objetivo de examinar o progresso desta agenda na América Latina e no Caribe nos últimos 20 anos e identificar passos fundamentais para reforçar a sua implementação, com ênfase nas questões regionais. A resolução final desta reunião, conhecida como Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento, indicou 10 medidas prioritárias que os países signatários, incluindo o Brasil, se comprometeram a monitorar por meio de um conjunto de indicadores, a exemplo do que ocorre para a Agenda 2030. De uma forma geral, a discussão concernente às questões de gênero na América Latina e Caribe tem se dado de forma mais ampla e progressista que em nível mundial e, como resultado, destacam-se duas Medidas Prioritárias (MP) estritamente relacionadas nesta agenda: Acesso universal aos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva (MP D) e Igualdade de gênero (MP E), além, a exemplo do que ocorre nos ODS, dos indicadores das demais medidas prioritárias desagregados por sexo, sempre que possível e pertinente.

No âmbito nacional, esta série histórica de recomendações e diretrizes internacionais, associadas às conferências e fóruns de discussão nacionais e regionais sobre políticas para as mulheres resultou na criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e na elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004. Em agosto de 2007, ocorreu, em Brasília, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro resultando no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida também em Brasília, em dezembro de 2011, deu origem ao III PNPM, com vigência no período de 2013 a 2015. Legislações nacionais importantes afetas às questões de gênero foram também promulgadas no período mais recente, como a tipificação do crime de assédio sexual (Lei n. 10.224, de 15.05.2001) e a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 07.08.2006). Esta última

cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil (BRASIL, 2006)⁴.

Não obstante o avanço das discussões, recomendações internacionais, assinatura de tratados e convenções e criação de instrumentos legais e políticas públicas com vistas à igualdade de gênero, os indicadores mostram que há ainda muito a se percorrer para que esse objetivo se concretize, considerando todas as dimensões que envolvem e reforçam as iniquidades históricas entre homens e mulheres. O presente texto busca, à luz das recomendações internacionais emanadas da Comissão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Commission) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (United Nations Economic

⁴ Para os efeitos desta Lei, segundo seu Art. 5º, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial; ocorridas no interior da unidade doméstica, no âmbito da família e/ou em qualquer relação íntima, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Comission for Europe - UNECE), entre outros organismos, e considerando o contexto nacional de elaboração de políticas para as mulheres e das fontes de dados existentes, apontar as principais demandas para a construção de um Programa de Estatísticas de Gênero nacional, avaliando factibilidade, lacunas e possibilidades para a elaboração de diversos indicadores sociais, econômicos e demográficos, sob a perspectiva da análise de gênero.

Por fim, ressalta-se que as questões concernentes à orientação sexual e novas identidades de gênero para além de “mulher/feminino” e “homem/masculino” não estão no escopo deste trabalho. Não obstante a extrema e crescente relevância do tema e a necessidade de acompanhamento da discussão técnica e conceitual em torno do desenvolvimento de instrumentos de coleta e análise de dados que retratem o amplo espectro da diversidade de gênero, no campo das estatísticas públicas, como se verá ao longo deste capítulo, ainda existe um amplo espaço de apropriação da discussão e análise das estatísticas desagregadas por sexo feminino e masculino de forma a evidenciar e subsidiar a formulação de programas e políticas que atuem no sentido de reverter o quadro histórico de desigualdades e desfavorecimento das mulheres nas distintas dimensões que se apresentam. Ademais, a variável “sexo” é ainda fundamental para praticamente todos os indicadores sociodemográficos e alterar sua forma de investigação, para além das duas possibilidades atuais, aumentando as possibilidades de resposta (múltiplas identidades), trará, sem dúvida, impactos consideráveis sobre as séries históricas de diversos indicadores. Deve-se ainda levar em consideração o caráter rarefeito do fenômeno frente ao total populacional do País, o que impõe também desafios consideráveis aos desenhos amostrais das pesquisas domiciliares de forma que estas sejam capazes de levantar informações representativas para o País em cada categoria de análise. De toda forma, o IBGE vem acompanhando a discussão nacional e internacional em torno do tema e as possíveis formas de conferir visibilidade estatística as diversas, e ainda não consensuadas, identidades de gênero.

Recomendações internacionais

O que são estatísticas de gênero

De acordo com o *Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics*, da Comissão de Estatística das Nações Unidas, “estatísticas de gênero são definidas como aquelas que refletem adequadamente as diferenças e desigualdades na situação de mulheres e homens em todas as áreas da vida” (UNITED NATIONS, 2015b, tradução nossa). O Objetivo Estratégico H3 (parágrafo 206) da Plataforma de Ação de Pequim trata justamente da elaboração e difusão de dados e informações desagregados por sexo, destinados ao planejamento e avaliação de ações e políticas de empoderamento da mulher. Solicita-se que os serviços nacionais, regionais e internacionais de estatística, assim como órgãos governamentais e os organismos das Nações Unidas pertinentes, em cooperação com as organizações de investigação e documentação, adotem as seguintes medidas:

- Assegurar que as estatísticas relacionadas aos indivíduos sejam coletadas, compiladas, analisadas e apresentadas por sexo e idade e reflitam problemas e questões relacionadas às mulheres e homens na sociedade;

- Coletar, compilar, analisar e apresentar dados em uma base regular, desagregados por idade, sexo, situação socioeconômica e outros indicadores relevantes, incluindo o número de dependentes, para utilização na formulação e implementação de políticas públicas;
- Envolver centros de estudos de mulheres e organizações de pesquisa no desenvolvimento e testes de indicadores e metodologias de pesquisas, apropriados para fortalecer a análise de gênero, bem como o monitoramento e avaliação da implementação dos objetivos da Plataforma de Ação;
- Designar ou nomear funcionários para fortalecer os programas de estatísticas de gênero e assegurar a coordenação, acompanhamento e articulação de todos os campos do trabalho estatístico, e também preparar resultados que integrem as estatísticas às várias áreas de conhecimento;
- Melhorar a coleta de dados sobre a contribuição de mulheres e homens à economia, incluindo a sua participação no setor informal;
- Desenvolver um conhecimento mais abrangente sobre todas as formas de trabalho e emprego através de: a) melhoria na coleta de dados sobre o trabalho não remunerado, como na agricultura, principalmente de subsistência, e outros tipos de atividades de produção não mercantis; b) melhoria de medidas que atualmente subestimam o desemprego e o subemprego de mulheres no mercado de trabalho; e c) desenvolvimento de métodos, nos fóruns apropriados, para avaliar o valor, em termos quantitativos, do trabalho não remunerado que está fora do Sistema de Contas Nacionais - SCN, como cuidar dos dependentes e preparar os alimentos, para um possível reflexo na conta satélite de gênero, reconhecendo a contribuição econômica das mulheres e tornar visível a distribuição desigual de trabalho remunerado e não remunerado entre mulheres e homens;
- Desenvolver uma classificação internacional de atividades para as estatísticas de uso do tempo que seja sensível às diferenças entre mulheres e homens no trabalho remunerado e não remunerado, e coletar dados desagregados por sexo. Em nível nacional, sujeito a restrições locais: a) realizar estudos regulares de uso do tempo para medir, em termos quantitativos, o trabalho não remunerado, inclusive considerando as atividades que são realizadas simultaneamente com as atividades remuneradas e outras não remuneradas; e b) medir, em termos quantitativos, o trabalho não remunerado que está fora das contas nacionais e trabalhar para melhorar os métodos para avaliar o seu valor;
- Melhorar conceitos e métodos de coleta de dados sobre a medição da pobreza entre mulheres e homens, incluindo o acesso aos recursos;
- Fortalecer os sistemas de estatísticas vitais e incorporar a análise de gênero em publicações e pesquisas, dando prioridade às diferenças de gênero no desenho da pesquisa e na coleta e análise de dados, a fim de melhorar as informações sobre morbidade e melhorar a coleta de dados sobre o acesso aos serviços de saúde, incluindo o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, saúde materna e planejamento familiar, com prioridade especial para mães adolescentes e para atendimento aos idosos;

- Desenvolver e melhorar dados desagregados por sexo e idade sobre vítimas e autores de todas as formas de violência contra as mulheres, como a violência doméstica, assédio sexual, estupro, incesto e abuso sexual e o tráfico de mulheres e meninas, bem como sobre a violência por agentes do Estado; e
- Melhorar a conceitos e métodos de coleta de dados sobre a participação de mulheres e homens com deficiência, incluindo o acesso aos recursos.

Ainda segundo o referido Manual, há vários requisitos inerentes à definição de estatísticas de gênero. Estas devem refletir as questões de gênero relacionadas com todos os aspectos da vida das mulheres e dos homens, incluindo as suas necessidades específicas, oportunidades ou contribuições para a sociedade. Em todas as sociedades existem diferenças entre o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher e o que é esperado, permitido e valorizado em um homem. Estas diferenças têm um impacto específico sobre mulheres e homens em todas as fases da vida, e pode determinar, por exemplo, diferenças na saúde, educação, trabalho, vida familiar, ou no bem-estar geral de cada um. Produção de estatísticas de gênero implica, portanto, na desagregação de dados individuais por sexo e outras características, de forma a revelar essas diferenças ou desigualdades, e implica investigar questões específicas que afetam um sexo mais do que o outro. Isso significa que os conceitos e definições utilizados na coleta de dados devem ser desenvolvidos de tal forma que a diversidade de vários grupos de mulheres e homens, suas atividades específicas e desafios sejam captados. Além disso, a coleta de dados deve ser baseada em métodos que reduzam o preconceito de gênero na própria operação de coleta, como o sub-registro de atividade econômica das mulheres, a subnotificação da violência contra as mulheres, ou subestimação das meninas, seus nascimentos ou suas mortes (UNITED NATIONS, 2015b).

Em suma, é importante sublinhar a diferença entre estatísticas desagregadas por sexo e estatísticas de gênero. A palavra "sexo" refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres, diferenças essas fixas e imutáveis, que não variam entre culturas e ao longo do tempo. "Gênero" refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas funções e responsabilidades atribuídas, atividades desenvolvidas, acesso e controle sobre os recursos, bem como oportunidades de tomada de decisão. Estas diferenças e as desigualdades entre os sexos são moldadas ao longo da história das relações sociais, e mudam ao longo do tempo e em diferentes culturas. Nesse sentido, segundo as Nações Unidas, ter os dados desagregados por sexo não garante, por exemplo, que os instrumentos de coleta envolvidos na produção desses mesmos dados tenham sido concebidos para refletir os papéis de gênero, relações e desigualdades na sociedade. Por outro lado, embora esteja claro que a situação das mulheres somente pode ser adequadamente descrita e analisada comparando-a com a dos homens, os estatísticos têm reconhecido que melhorias nas estatísticas de homens são também necessárias (HEDMAN; PERUCCI; SUNDSTRÖM, 1996). Questões específicas relacionadas com a vida dos homens – como o uso nocivo de beber e fumar, maior risco de acidentes ou outras lesões, ou o acesso à licença paternidade remunerada – têm sido cada vez mais consideradas e incluídas nas estatísticas de gênero. Nesse sentido, uma abordagem orientada para a formulação e implementação de políticas, e não a simples desagregação de dados por sexo, está no centro de estatísticas de gênero (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2010).

O manual *Developing gender statistics: a practical tool*, da UNECE, ressalta ainda outra questão fundamental na análise de estatísticas de gênero: homens e mulheres não são grupos homogêneos e, para melhor entender suas dinâmicas, a interação com outras dimensões, grupos e categorias é de suma importância. Idade, escolaridade, raça/etnia, religião, deficiência, orientação sexual, migração e status de cidadania, assim como viver em áreas urbanas e rurais, são interseções que influenciam a análise de gênero, reforçando as diversidades e podendo aumentar ou diminuir a desigualdade observada entre homens e mulheres (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, 2010). No Brasil, por exemplo, mulheres pretas ou pardas (assim como aquelas residentes nas áreas rurais e no Nordeste), apresentam historicamente indicadores sociais mais desfavoráveis que mulheres brancas (ou residentes nas áreas urbanas ou no Sudeste)⁵.

Não se deve perder de vista, no entanto, que nem todas as diferenças configuram-se desigualdades. De uma forma geral, “a igualdade de gênero é alcançada quando homens e mulheres gozam dos mesmos direitos e oportunidades em todos os setores da sociedade, incluindo participação econômica e tomada de decisão, e quando os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e homens são igualmente valorizados e favorecidos”⁶. Segundo o documento final que expressa as resoluções e orientações da Plataforma de Ação de Pequim, “a potencialização do papel da mulher e a plena participação da mulher em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade, incluídos a participação nos processos de tomada de decisões e o acesso ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, o desenvolvimento e a paz.

Enfoques e perspectivas da análise por gênero

Conforme discutido na seção anterior, a desagregação por sexo é um pré-requisito para análises de gênero, mas não é o único. De acordo com o Manual das Nações Unidas, além de desagregar os dados por sexo, outros quatro elementos são particularmente importantes na produção de estatísticas de gênero:

- As estatísticas de gênero devem refletir os problemas e questões relacionados com as mulheres e homens na sociedade, considerando:
 - a) Enfoque em áreas de interesse nas quais mulheres e homens não podem desfrutar das mesmas oportunidades ou status (participação no mercado de trabalho ou no ensino superior, por exemplo) ou naquelas onde as vidas dos homens e das mulheres são afetadas de formas diferenciadas (mortalidade materna, violência doméstica, ou acidentes de trabalho, por exemplo); e
 - b) Os grupos populacionais específicos em que a desigualdade de gênero é susceptível de estar presente ou mais pronunciada.
- Os conceitos, definições e medições utilizados devem permitir uma reflexão adequada das relações de gênero, status e papéis de homens e mulheres na sociedade;
- As ferramentas de coleta de dados devem levar em conta os estereótipos e os fatores sociais e culturais que podem introduzir vieses de gênero nos dados; e

⁵ A esse respeito, consultar edições da *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, publicada anualmente pelo IBGE.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.justice.ie/en/JELR/Pages/WP15000117>>.

- A análise e apresentação de dados devem revelar diferenças significativas e semelhanças entre mulheres e homens.

A Plataforma de Ação de Pequim indica 12 enfoques de interesse para análise das questões de gênero que, de certa forma, orientam a maior parte dos sistemas atuais de indicadores de gênero. São temas ou enfoques que tratam do status, participação, papéis e encargos das mulheres, em relação aos homens, frente a questões diversas. Dentre os principais enfoques abordados pela Plataforma de Ação e os Manuais das Nações Unidas e da UNECE, seis encontram-se alinhados à medida do possível (pobreza, educação, trabalho, saúde, violência contra mulher e tomada de decisão), mostrando diversas intersecções de análise e os destaques conferidos em cada conjunto para determinados temas. Alguns são mais específicos em determinados sistemas, outros apresentam tópicos mais abrangentes, mas, em geral, os temas abordados se aproximam ou se sobrepõem.

A publicação *The world's women 2015: trends and statistics*, elaborada pela Divisão de Estatística da ONU em edição comemorativa aos 20 anos da Declaração de Pequim, faz um balanço da disponibilidade de estatísticas e indicadores de gênero em 197 países, agrupados em oito capítulos, a partir do *framework* da Plataforma de Ação: População e famílias, com indicadores sociodemográficos; Saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva; Educação; Trabalho, incluindo trabalho não remunerado; Poder e tomada de decisão; Violência contra a mulher; Meio ambiente, em termos de acesso a saneamento básico, água potável, desastres e outros fatores que influenciam a saúde e a sobrevivência das mulheres; e Pobreza, considerando a desigualdade no acesso aos recursos econômicos e o trabalho não remunerado realizado em ampla maioria por mulheres. Essa mesma publicação ressalta que, embora tenha havido melhoras na coleta de dados desagregados por sexo ao longo desses 20 anos, “as estatísticas de gênero estão longe de estarem satisfatórias, existem ainda muitas lacunas em termos de disponibilidade de dados, qualidade, comparabilidade e periodicidade, até mesmo para indicadores básicos” (UNITED NATIONS, 2015a, p. XV, tradução nossa).

A Divisão de Estatística da ONU também elaborou um guia para a produção nacional e compilação internacional de estatísticas de gênero, acordada pela Comissão de Estatística em 2003, que consiste em um conjunto mínimo de indicadores de gênero (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI) composto de 52 indicadores quantitativos e 11 indicadores qualitativos, classificados em três classes, ou *tiers*, como são comumente denominados:

- *Tier 1* - Conceitualmente claro, com uma metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos, e dados regularmente produzidos por países;
- *Tier 2* - Conceitualmente claro, com uma metodologia e padrões internacionalmente estabelecidos, mas dados não produzidos regularmente pelos países; e
- *Tier 3* - Nenhuma metodologia ou padrões internacionalmente estabelecidos, dados não produzidos regularmente.

Os indicadores quantitativos do MSGI foram agrupados em cinco grandes grupos, a saber: Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisões; e Direitos humanos de mulheres e meninas. O Quadro 1 traz os 52 indicadores quantitativos do MSGI, sua referência à Plataforma de Ação de Pequim e sua classificação, segundo os *tiers*. O Quadro 2 traz o conjunto de indicadores qualitativos relacionados às legislações e contextos nacionais.

Quadro 1- Conjunto mínimo de indicadores quantitativos de gênero

(continua)

Indicator	Indicator	References to the strategic objective in the Beijing Platform for Action	Tier
I. Economic structures, participation in productive activities and access to resources			
1	Average number of hours spent on unpaid domestic work by sex (Note: Separate housework and child care if possible)	C.2, F.1, H.3	2
2	Average number of hours spent on paid and unpaid domestic work combined (total work burden), by sex	F.1, H.3	2
3	Labour force participation rate for persons aged 15-24 and 15+, by sex	F.1, H.3	1
4	Proportion of employed who are own-account workers, by sex	F.2	1
5	Proportion of employed who are contributing family workers, by sex	H.3	1
6	Proportion of employed who are employers, by sex	F.1	1
7	Percentage of firms owned by women, by size	F.1, F.2	3
8	Percentage distribution of employed population by sector, each sex (Sectors here refer to Agriculture; Industry; Services)	F.5, H.3	1
9	Informal employment as a percentage of total non-agricultural employment, by sex	F.2, H.3	2
10	Youth unemployment rate for persons aged 15-24 by sex	F.1	1
11	Proportion of population with access to credit, by sex	F.1, F.2	3
12	Proportion of adult population owning land, by sex	A.1, A.2	3
13	Gender gap in wages	F.1, F.5	3
14	Proportion of employed working part-time, by sex	F.5	2
15	Employment rate of persons aged 25-49 with a child under age 3 living in a household and with no children living in the household, by sex	F.6	3
16	Proportion of children under age 3 in formal care	F.6	3
17	Proportion of individuals using the Internet, by sex	F.3	1
18	Proportion of individuals using a mobile cellular telephone, by sex	F.3	1
19	Proportion of households with access to mass media (radio, TV, Internet), by sex of household head	F.3	3
II. Education			
20	Youth literacy rate of persons (15-24 years) , by sex	B.2, L.4	1
21	Adjusted net enrolment rate in primary education by sex	B.1, L.4	1
22	Gross enrolment ratio in secondary education, by sex	B.1	1
23	Gross enrolment ratio in tertiary education, by sex	B.1	1
24	Gender parity index of the gross enrolment ratio in primary, secondary and tertiary education	B.1, L.4	1
25	Share of female science, engineering, manufacturing and construction graduates at tertiary level	B.3, B.4, L.4	1
26	Proportion of females among tertiary education teachers or professors	B.4, L.4	1

Quadro 1- Conjunto mínimo de indicadores quantitativos de gênero

(conclusão)

Indicator	Indicator	References to the strategic objective in the Beijing Platform for Action	Tier
II. Education			
27	Adjusted net intake rate to the first grade of primary education, by sex	B.1	1
28	Primary education completion rate (proxy), by sex	B.1	1
29	Gross graduation ratio from lower secondary education, by sex	B.1	1
30	Effective transition rate from primary to secondary education (general programmes), by sex	B.1	1
31	Educational attainment of the population aged 25 and older, by sex	B.1	1
III. Health and related services			
32	Contraceptive prevalence among women who are married or in a union, aged 15-49	C.1, C.2	1
33	Under-five mortality rate, by sex	C.1	1
34	Maternal mortality ratio	C.1	1
35	Antenatal care coverage	C.1	1
36	Proportion of births attended by skilled health professional	C.1	1
37	Smoking prevalence among persons aged 15 and over, by sex	C.2	1
38	Proportion of adults who are obese, by sex	C.1, C.2	1
39	Women's share of population aged 15-49 living with HIV/AIDS	C.3	1
40	Access to anti-retroviral drug, by sex	C.3	1
41	Life expectancy at age 60, by sex	C.1, C.2	1
42	Adult mortality by cause and age groups	C.1, C.2	1
IV. Public life and decision-making			
43	Women's share of government ministerial positions	G.1	1
44	Proportion of seats held by women in national parliament	G.1	1
45	Women's share of managerial positions	F.1, F.5, G.1	1
46	Percentage of female police officers	I.2	2
47	Percentage of female judges	I.2	2
V. Human rights of women and girl children			
48	Proportion of ever-partnered women (aged 15-49) subjected to physical and/or sexual violence by a current or former intimate partner, in the last 12 months	D.1, D.2	2
49	Proportion of women (aged 15-49) subjected to sexual violence by persons other than an intimate partner, since age 15	D.1, D.2	2
50	Prevalence of female genital mutilation/cutting (for relevant countries only)	I.2	1
51	Percentage of women aged 20-24 years old who were married or in union before age 18	L.1, L.2	1
52	Adolescent birth rate	L.1, L.2	1

Fonte: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Minimum set of gender indicators*. New York, 2017. Disponível em: <<https://genderstats.un.org/#/home>>. Acesso em: jan. 2018.

Quadro 2 - Conjunto mínimo de indicadores qualitativos de gênero

Indicator	Indicator	References to the strategic objective in the Beijing Platform for Action	Tier
I. Economic structures, participation in productive activities and access to resources			
1	Extent of country commitment to gender equality in employment	F.1, F.5	1
1a	Whether or not ratified ILO convention 100 on equal remuneration for women and men	F.1	
1b	Whether or not ratified ILO convention 111 on discrimination in employment and occupation	F.1, F.5	
2	Extent of country commitment to support reconciliation of work and family life	F.1, F.5, F.6	1
2a	Whether or not ratified ILO convention 156 on workers with family responsibilities	F.6	
2b	Whether or not ratified ILO convention 175 on part-time work	F.5	
2c	Whether or not ratified ILO convention 177 on home work	F.5	
2d	Whether or not ratified ILO convention 183 on maternity protection	F.1, F.6	
3	Length of maternity leave	F.1, F.6	1
4	Percentage of wages paid during maternity leave	F.1, F.6	1
IV. Public life and decision-making			
5	Presence of a gender quota for parliament (reserved seats and legal candidate quotas)	G.1	1
6	Presence of a gender quota for parliament (voluntary party quotas)	G.1	1
7	Existence of law on gender statistics		2
V. Human rights of women and girl children			
8	Whether or not reservation to article 16 of CEDAW	I.1	1
9	Existence of laws on domestic violence	D.1	1
10	Whether or not inheritance rights discriminate against women and girls	F.1, L.1	2
11	Legal minimum age at marriage, by sex	L.1	1

Fonte: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Minimum set of gender indicators*. New York, 2017. Disponível em: <<https://genderstats.un.org/#/home>>. Acesso em: jan. 2018.

A discussão recente sobre a estrutura e composição dos indicadores que irão monitorar as agendas dos ODS e do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento traz novos desafios ao conjunto de indicadores proposto pela Plataforma e ao MSGI. Alguns indicadores são equivalentes, outros similares e outros totalmente ausentes. Muitos estão ainda classificados como *Tier 3*, impondo urgência na discussão da capacidade estatística dos países em produzir tais indicadores e das agências e órgãos multilaterais em elaborar manuais que permitam não só servir de guia para a produção de um grande número de indicadores, como também, minimamente, uma harmonização e comparabilidade dos mesmos em nível global e regional. O Quadro 3 traz os indicadores do ODS

5 de igualdade de gênero e respectivos *tiers* globais dos indicadores. Observa-se que apenas dois indicadores são *Tier 1* (6 são *Tier 2* e 5 *Tier 3*) e que, em virtude da ainda não definição final sobre os indicadores de monitoramento e considerando que entre as desagregações propostas para os ODS para todos os indicadores consta a variável sexo, essa tabela tende a aumentar e pode sofrer muitas variações até o encerramento das discussões.

O Quadro 4 traz os indicadores regionais do capítulo temático E (Igualdade de Gênero), guardando-se a mesma ressalva feita para os ODS acerca das desagregações e, no caso dessa agenda, o fato de existir ainda um capítulo específico sobre “Acesso universal aos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva” (D), que guarda estreita relação com indicadores de gênero. Os indicadores constantes dos Quadros 3 e 4 são aqueles provisoriamente acordados em nível internacional, estando ainda em aberto e a cargo de cada país, a definição dos indicadores que constarão de seus respectivos relatórios nacionais de acompanhamento dos objetivos e medidas prioritárias em cada agenda, que podem diferir do geral em função dos contextos e especificidades locais.

**Quadro 3 - Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS 5 - igualdade de gênero**

(continua)

ODS	Descrição	Número	Indicador	Tier Global
5.1	End all forms of discrimination against all women and girls everywhere	5.1.1	Whether or not legal frameworks discriminate against women and girls, as identified by the CEDAW committee	3
5.2	End all forms of discrimination against all women and girls everywhere	5.2.1	Proportion of ever-partnered women and girls aged 15 years and older subjected to physical, sexual or psychological violence by a current or former intimate partner in the previous 12 months, by form of violence and by age	2
5.2	End all forms of discrimination against all women and girls everywhere	5.2.2	Proportion of women and girls aged 15 years and older subjected to sexual violence by persons other than an intimate partner in the previous 12 months, by age and place of occurrence	2
5.3	Eliminate all harmful practices, such as child, early and forced marriage and female genital mutilation	5.3.1	Proportion of women aged 20-24 years who were married or in a union before age 15 and before age 18	2
5.3	Eliminate all harmful practices, such as child, early and forced marriage and female genital mutilation	5.3.2	Proportion of girls and women aged 15-49 years who have undergone female genital mutilation/cutting, by age	
5.4	Recognize and value unpaid care and domestic work through the provision of public services, infrastructure and social protection policies and the promotion of shared responsibility within the household and the family as nationally appropriate	5.4.1	Proportion of time spent on unpaid domestic and care work, by sex, age and location	2

**Quadro 3 - Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS 5 - igualdade de gênero**

(conclusão)

ODS	Descrição	Número	Indicador	Tier Global
5.5	Ensure women's full and effective participation and equal opportunities for leadership at all levels of decision-making in political, economic and public life	5.5.1	Proportion of seats held by women in (a) national parliaments and (b) local governments	2
5.5	Ensure women's full and effective participation and equal opportunities for leadership at all levels of decision-making in political, economic and public life	5.5.2	Proportion of women in managerial positions	1
5.6	Ensure universal access to sexual and reproductive health and reproductive rights as agreed in accordance with the Programme of Action of the International Conference on Population and Development and the Beijing Platform for Action and the outcome documents of their review conferences	5.6.1	Proportion of women aged 15-49 years who make their own informed decisions regarding sexual relations, contraceptive use and reproductive health care	2
5.6	Ensure universal access to sexual and reproductive health and reproductive rights as agreed in accordance with the Programme of Action of the International Conference on Population and Development and the Beijing Platform for Action and the outcome documents of their review conferences	5.6.2	Number of countries with laws and regulations that guarantee full and equal access to women and men aged 15 years and older to sexual and reproductive health care, information and education	3
5a	Undertake reforms to give women equal rights to economic resources, as well as access to ownership and control over land and other forms of property, financial services, inheritance and natural resources, in accordance with national laws	5a.1	(a) Proportion of total agricultural population with ownership or secure rights over agricultural land, by sex; and (b) share of women among owners or rights-bearers of agricultural land, by type of tenure	3
5a	Undertake reforms to give women equal rights to economic resources, as well as access to ownership and control over land and other forms of property, financial services, inheritance and natural resources, in accordance with national laws	5a.2	Proportion of countries where the legal framework (including customary law) guarantees women's equal rights to land ownership and/or control	3
5b	Enhance the use of enabling technology, in particular information and communications technology, to promote the empowerment of women	5b.1	Proportion of individuals who own a mobile telephone, by sex	1
5c	Adopt and strengthen sound policies and enforceable legislation for the promotion of gender equality and the empowerment of all women and girls at all levels	5c.1	Proportion of countries with systems to track and make public allocations for gender equality and women's empowerment	3

Fonte: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Sustainable development goals*. New York, [2018]. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/>>. Acesso em: mar. 2018.

Nota: Tradução nossa.

Quadro 4 - Indicadores da Conferência Regional de População e Desenvolvimento
Capítulo E - igualdade de gênero

Medida prioritária de referência	Número	Indicador	Correspondência ODS
47, 49	E1	El país cuenta con sistemas para dar seguimiento a la igualdad de género y el empoderamiento de la mujer y asignar fondos públicos para ese fin	5.c.1 (similar)
47, 50	E2	Porcentaje de presupuestos gubernamentales con asignación específica de recursos para la igualdad de género	
47	E3	Porcentaje de gobiernos municipales y locales que cuentan con oficinas o unidades de igualdad de género para el desarrollo de las mujeres	
48, 51, 52	E4	Existencia de legislación y reglamentación para sancionar y penalizar el acoso político contra las mujeres	
48, 51, 53	E5	Existencia de políticas que garanticen la paridad y el acceso al poder de las mujeres.	
48, 52	E6	Proporción de escaños ocupados por mujeres en los parlamentos nacionales y los gobiernos locales.	5.5.1
54, 55	E7	Proporción de mujeres en cargos directivos.	5.5.2
54, 61, 64	E8	Tiempo total de trabajo (número de horas de trabajo remunerado y no remunerado) por sexo	
53, 54, 61, 64	E9	Proporción de tiempo dedicado a quehaceres domésticos y cuidados no remunerados, desglosada por sexo, edad y ubicación	5.4.1
59	E10	Incorporación de la igualdad de género dentro de los contenidos mínimos de las currículas de la enseñanza básica y secundaria, incluyendo el tema de discriminación por razones de identidad de género y orientación sexual.	
59	E11	Incorporación del enfoque de nuevas masculinidades dentro de los contenidos mínimos de las currículas de la enseñanza básica y secundaria.	
56, 57, 58, 65	E12	Proporción de mujeres y niñas de 15 años de edad o más que han sufrido en los 12 meses anteriores violencia física, sexual o psicológica, desglosada por la forma de violencia y por edad y si quien ha perpetrado el acto de violencia ha sido un compañero íntimo actual o anterior o no.	5.2.1 e 5.2.2 (similar)
36, 58	E13	Número de casos (y cifra relativa) de discriminación basada en la orientación sexual y la identidad de género reportados que se resuelven a través de mecanismos formales de sanción.	
57, 58	E14	Tasa de femicidio o feminicidio (homicidios de mujeres de 15 años y más de edad, asesinadas por razones de género, por cada 100.000 mujeres)	
57, 58	E15	Políticas para la prevención y atención de la violencia de género que tienen presupuesto asignado	
62, 63, 102, 103	E16	Porcentaje de indicadores oficiales a escala de la población que cuentan con desagregación por sexo	
62, 63, 102, 103	E17	Porcentaje de sistemas oficiales de indicadores que incorporan la perspectiva de género según sector	

Fonte: COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Informe final del grupo de trabajo ad hoc encargado de elaborar una propuesta indicadores para el seguimiento regional del Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo*. Trabalho apresentado na Reunião Extraordinária de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe pelo Grupo de Trabajo ad hoc encarregado de elaborar a proposta de indicadores. Documento de posição. Santiago de Chile: Cepal, 2017. 52 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/1e/es/documents>>. Acesso em: jan. 2018.

Sistemas de indicadores de gênero: experiências internacionais

Os sistemas de indicadores de gênero são construídos a partir de múltiplas fontes de forma a cobrir todos os aspectos e dimensões considerados nas análises sobre equidade de gênero. São necessárias pesquisas domiciliares e registros administrativos que deem conta da abrangência temática que envolve as análises sensíveis à gênero, conforme proposto nas recomendações internacionais, abarcando as áreas de demografia; saúde; saúde sexual e reprodutiva; vitimização e violência doméstica; uso do tempo; participação na força de trabalho e inserção laboral; acesso à educação, habitação adequada, ativos e recursos. É não apenas a produção dos dados deve considerar todo esse leque, mas os produtos derivados em forma de relatórios, boletins, contas-satélite, e todas as formas de análises que considerem as questões de gênero apontadas no presente capítulo. Nesta seção, serão apontadas as formas como alguns institutos nacionais de estatística apresentam suas produções e análises na área de gênero, assim como projetos desenvolvidos e/ou financiados por agências, organismos multilaterais e empresas/ONGs internacionais em temas específicos.

Institutos nacionais de estatística

O Australian Bureau of Statistics - ABS mantém um excelente *site* de disseminação de suas informações e análises, assim como notas explicativas, glossários, detalhes das fontes de informação, *downloads* de tabelas, entre outros *links* e temas relacionados. Tudo extremamente organizado e de fácil localização e entendimento. Em particular, as informações sobre gênero podem ser acessadas na página principal, no tema Snapshots of Australia, sub-tema Gender Comparisons. Neste espaço, apresenta-se um sumário de dados específicos em seis grandes áreas de interesse para igualdade de gênero: segurança econômica; educação; saúde; equilíbrio entre trabalho e família; segurança e justiça; e democracia, governança e cidadania. O objetivo foi fornecer um ponto de acesso central para explorar diferenças nesses domínios para mulheres e homens na Austrália e também fornecer uma ampla base para análise e pesquisa social no campo do gênero⁷. Nesse sentido, apresenta um conjunto de 52 indicadores, que compõem as denominadas “séries-chave” (*key series*) que podem ser complementadas por séries relacionadas (*related series*), com outros indicadores no mesmo domínio de interesse. Os Quadros 5, 6 e 7 trazem informações sobre a edição de fevereiro de 2015 das “séries-chave”, apontando uma grande diversidade de fontes de dados com periodicidades distintas (todas disponíveis com *link* para acesso a informações mais detalhadas sobre a fonte utilizada). Com sua primeira edição em julho de 2011, é atualizado *online* em média duas vezes por ano, sempre que há novos dados ou quando são adicionados comentários ou breves análises sobre os domínios e indicadores que fazem parte do conjunto. Existe um marcador ao lado de cada série sempre que esta é atualizada pelo novo *release* e é mantida uma nota no dado atual se este tiver algum comentário histórico em edições anteriores, com *link* para consulta.

Observa-se que, embora sendo o mesmo quantitativo, os indicadores não correspondem àqueles constantes do MSGI da Comissão de Estatística da ONU, não obstante um ou outro possa ser equivalente. O conjunto ora apresentado pelo ABS representa o sistema de indicadores selecionado para monitoramento das questões de gênero pelo país. Ademais, as análises e estudos de gênero não se encerram neste

⁷ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4125.0>>.

espaço, estendendo-se à outras publicações relevantes do ABS, como os resultados da pesquisa General Social Survey - GSS (última edição 2014) e a publicação *Australian social trends*, composta de coletâneas de artigos a cada edição, selecionados a partir do manual de organização das estatísticas sociais do ABS (*Measuring wellbeing: frameworks for Australian social statistics*, de 2001). Contribuindo ainda para a melhora das próprias estatísticas de gênero que coleta, o ABS implementa um Plano de Ação para a Diversidade de Gênero, com vigência 2014-2017, com vistas a aumentar a diversidade de gênero no próprio Instituto em termos da ocupação das mulheres em cargos de liderança, igualdade de oportunidades, flexibilidade no ambiente de trabalho e a criação de uma cultura corporativa mais inclusiva para as mulheres.

**Quadro 5 - Síntese das principais séries
Segurança econômica e Educação**

(continua)

Domínio Sub-domínio Indicador	Principais Séries	População	Último período	Unidade	Homens	Mulheres	Fonte
1. Segurança Econômica							
População em Idade de Trabalho							
Força de Trabalho	Taxa de participação da força de trabalho	20-74 anos	2013-14	%	78,4	65,0	Labour Force Survey
Condições de Trabalho	Pessoas ocupadas, proporção ocupada em tempo parcial	20-74 anos	2013-14	%	14,4	43,4	Labour Force Survey
Trabalho subutilizado	Taxa de desemprego	20-74 anos	2013-14	%	5,1	5,1	Labour Force Survey
Fora da força de trabalho	Pessoas fora da força de trabalho	20-74 anos	2013-14	%	21,6	35,0	Labour Force Survey
Ganhos, renda e situação econômica							
Rendimento médio	Rendimento-hora habitual de adultos ocupados em atividades não gerenciais ou de direção (mean)	21 +	2012	\$	35,4	31,2	Survey of Employee Earnings and Hours
Rendimento mediano	Rendimento-hora habitual de adultos ocupados em atividades não gerenciais ou de direção (mean)	21 +	2012	\$	29,7	26,9	Survey of Employee Earnings and Hours
Recursos econômicos	Pessoas que vivem em famílias com baixos recursos econômicos (a)	15 +	2011-12	%	18,6	20,1	Survey of Income and Housing
Principal fonte de renda na aposentadoria	Pessoas que não estão no mercado de trabalho cuja principal fonte de renda pessoal é a aposentadoria ou anuidade	65 +	2011-13	%	18,8	10,5	Survey of Income and Housing
Aposentadoria	Sem contribuição previdenciária (sem cobertura)	15-69 anos	2007	%	19,4	26,5	ABS Survey of Employment Arrangements, Retirement and Superannuation, Australia, 2007
Estresse financeiro	Pessoas, proporção que vivem em domicílios com um ou mais problemas de fluxo de caixa (b)	15 +	2009-10	%	16,2	17,2	Household Expenditure Survey

**Quadro 5 - Síntese das principais séries
Segurança econômica e Educação**

(conclusão)

Domínio Sub-domínio Indicador	Principais Séries	População	Último período	Unidade	Homens	Mulheres	Fonte
Habitação							
Circunstâncias de Habitação	Pessoas, proporção que vive em famílias de baixa renda em ônus excessivo (c) (d)	15 +	2011-12	%	38,1	37,6	Survey of Income and Housing
2. EDUCAÇÃO							
Escolaridade alcançada (Attainment)							
Qualificação formal do ano 12 no certificado II ou superior	Conclusão do 12º ano ou qualificação formal no Certificate II ou superior	20-24	2014	%	83,4	89,5	Survey of Education and Work (Supl. LFS)
Sem qualificação escolar	Conclusão da qualificação formal no Certificate III ou superior	25-29	2015	%	63,9	66,0	Survey of Education and Work (Supl. LFS)
Alfabetização e habilidades matemáticas	Competência de alfabetização no nível de habilidade 2 ou inferior (e)	15-64	2011-12	%	43,2	43,9	ABS Programme for the International Assessment of Adult Competencies, Australia, 2011-12
Participação							
Participação e retenção	Taxa de participação na Educação (f)	15-24	2014	%	59,5	62,7	Survey of Education and Work (Supl. LFS)
Participação em qualificação não-escolar	Inscrição em Bacharelado ou acima	18-24	2014	%	25,0	34,2	Survey of Education and Work (Supl. LFS)
Aprendizado relacionado ao trabalho	Participação na aprendizagem relacionada com o trabalho nos últimos 12 meses	20-64	2013	%	40,7	41,4	ABS Survey of Work-Related Training and Adult Learning, Australia, 2013.
Educação e Emprego							
Não está totalmente envolvido em educação e / ou emprego	Não está totalmente envolvido em educação e / ou emprego (g)	15-19	2014	%	13,1	12,6	Survey of Education and Work (Supl. LFS)

 Fonte: GENDER indicators, Australia, sept. 2017 Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2017. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4125.0#s>>. Acesso em: jan. 2018 .

Nota: Tradução nossa.

**Quadro 6 - Síntese das principais séries
Saúde e Equilíbrio entre trabalho e família**

(continua)

Domínio Sub-domínio Indicador	Principais Séries	População	Último período	Unidade	Homens	Mulheres	Fonte
3. SAÚDE							
Situação da saúde							
Esperança de vida	Esperança de vida ao nascer	0	2011-13	anos	80,1	84,3	ABS Deaths (Registros)
Prevalência de morbidade	Relato de uma ou mais condições de saúde a longo prazo	todos	2011-12	%	75,6	77,7	Australian Health Survey
Vivendo com incapacidade	Relato de incapacidade	todos	2012	% (age std)	17,6	17,3	Survey of Disability, Ageing and Carers
Estresse psicológico	Relato de alto/muito alto nível de estresse psicológico	18 +	2011-12	% (age std)	8,8	12,8	Australian Health Survey
Saúde mental	Relato de desordem mental nos últimos 12 meses	16-85	2007	%	17,6	22,3	National Survey of Mental Health and Wellbeing
Mortalidade							
Taxa de Mortalidade	Taxa de Mortalidade, todas as causas	todos	2013	por 1.000 (age std)	6,5	4,5	ABS Deaths (Registros)
Mortes por câncer	Taxa de Mortalidade por câncer	todos	2012	por 100.000 (age std)	212,0	134,5	ABS Causes of Death
Mortes por doenças do sistema circulatório	Taxa de mortalidade por doença cardíaca isquêmica	todos	2012	por 100.000 (age std)	96,0	53,6	ABS Causes of Death
Suicídios	Taxa de Mortalidade por suicídio	todos	2012	por 100.000 (age std)	16,8	5,5	ABS Causes of Death
Mortes por acidentes de trânsito	Taxa de Mortalidade por acidentes de trânsito	todos	2012	por 100.000 (age std)	9,0	3,2	ABS Causes of Death
Mortes por indução de drogas	Taxa de Mortalidade por indução de drogas	todos	2012	por 100.000 (age std)	8,1	5,0	ABS Causes of Death
ABS	Mortes perinatais (h)(i)	todos	2012	por 1,000 (age std) (h)	8,2		Perinatal Deaths
Fatores de Risco							
Consumo de álcool	Consumo de álcool em quantidades que apresentam risco à vida (j)	18 +	2011-12	% (age std)	28,9	10,1	Australian Health Survey
Tabagismo	Fumantes atuais	18 +	2011-12	% (age std)	20,3	16,0	Australian Health Survey
Sobrepeso / obesidade	Sobrepeso / obesidade (medidos pelo IMC) (k)	18 +	2011-12	% (age std)	69,9	55,2	Australian Health Survey
Nível de exercício	Sedentário ou realizando baixos níveis de exercício (l)	18 +	2011-12	% (age std)	63,2	72,3	Australian Health Survey

**Quadro 6 - Síntese das principais séries
Saúde e Equilíbrio entre trabalho e família**

(conclusão)

Domínio Sub-domínio Indicador	Principais Séries	População	Último período	Unidade	Homens	Mulheres	Fonte
3. SAÚDE							
Serviços							
Serviços Medicare	Número médio de serviços do Medicare processados por pessoa	todos	2012-13	nº	12,8	17,5	Annual Medicare Statistics
4. Equilíbrio Entre Trabalho e Família							
Uso do Tempo							
Engajamento no trabalho (relacionado ao emprego e não remunerado)	Número total de horas e minutos gasto por dia no trabalho (remunerado e não remunerado)	15 +	2006	hh:mm	'07:25	'07:34	How Australians Use Their Time (TUS)
Cuidado com crianças	Número total de horas e minutos gasto por dia pelos pais no cuidado com as crianças	15 +	2006	hh:mm	'03:55	'08:33	How Australians Use Their Time (TUS)
Provisão de cuidados							
Provisão de cuidados à pessoa com incapacidade	Provisão de cuidados à pessoa com incapacidade na última semana	15 +	2012	%	2,1	4,7	ABS Disability, Ageing and Carers
Provisão de cuidados à alguém na última semana	Pessoas ocupadas que proveram cuidados a alguém na última semana	15 +	2007	%	39,3	43,1	ABS Employment Arrangements, Retirement and Superannuation
Estresse de tempo e equilíbrio entre trabalho e família							
Estressados com o tempo	Sempre / muitas vezes se sente apressado ou pressionado pelo tempo	15 +	2007	%	34,9	42,4	ABS Employment Arrangements, Retirement and Superannuation
Equilíbrio entre trabalho e família	Sente que o seu trabalho e as responsabilidades familiares raramente / nunca estão em equilíbrio	15 +	2007	%	16,3	14,6	ABS Employment Arrangements, Retirement and Superannuation
Voluntariado							
Taxas de voluntariado	Taxa de voluntariado	18 +	2010	%	34,4	38,1	ABS Voluntary Work

 Fonte: GENDER indicators, Australia, sept. 2017 Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2017. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4125.0#s>>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: Tradução nossa.

Quadro 7 - Síntese das principais séries
Segurança e justiça e Democracia, governança e cidadania

Domínio Sub-domínio Indicador	Principais Séries	População	Último Período	Unidade	Homens	Mulheres	Fonte
5. Segurança e Justiça							
Vítimas							
Vítimas de violência e perseguição/ assédio	Experiência de violência durante os últimos 12 meses	18 +	2012	%	8,7	5,3	ABS Personal Safety
Taxas de vitimização	Vítimas e taxa de vitimização por agressão física ou ameaça	15 +	2012-13	%	6,2	4,3	ABS Crime Victimization
Aprisionamento							
Taxas de aprisionamento	Taxa de aprisionamento	18 + (m)	2014	por 100.000 (age std)	358,3	30,0	ABS Prisoners in Australia
Infratores							
Taxas de infratores	Taxa de infratores	10 +	2012-13	por 100.000	3079,7	846,6	ABS Recorded Crime – Offenders
6. Democracia, Governança e Cidadania							
Papéis de liderança							
Líderes nas 200 principais empresas ASX	Principais executivos (CEOs) nas 200 principais empresas ASX	Posições	2012	%	96,5	3,5	Workplace Gender Equality Agency (WGEA), Australian Census of Women in Leadership
Parlamentares	Parlamentares federais	Posições	2015	%	69,5	30,5	Commonwealth Parliamentary Library
Participação nos conselhos e órgãos da Commonwealth	Membros dos conselhos e órgãos da Commonwealth	Posições	2014	%	60,3	39,7	Office for Women (OfW), Department of Prime Minister and Cabinet (PM&C), 'Gender Balance on Australian Government Boards Report
Gerentes sênior e médio do setor público australiano	Gerentes de serviços executivos seniores (SES) no Serviço Público da Austrália (APS)	Posições	2014	%	59,9	40,1	Australian Public Service Statistical Bulletin
Juizes e magistrados	Juizes e magistrados no Commonwealth	Posições	2014	%	64,7	35,3	Australasian Institute of Judicial Administration, Judges and Magistrates;
Reconhecimento de conquistas e serviços extraordinários							
Prêmios da Ordem da Austrália	Recipients of Companion or Officer of the Order (AC/ AO) (General Division)	Recebedores	2014	%	71,1	28,9	Australian Honours and Awards Secretariat

Fonte: GENDER indicators, Australia, sept. 2017 Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2017. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4125.0#s>>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: Tradução

O Statistics Finland, da Finlândia, país que sediou o 6th Fórum Global de Gênero em 2016, possui uma página dedicada à igualdade de gênero⁸, com indicadores agrupados também por temas (população e famílias, educação, trabalho, economia e meios de vida, segurança, saúde, poder e tomada de decisão, uso do tempo e tempo livre). A publicação *Women and men in Finland* (2016, 2014, 2011) possui um formato pequeno (de bolso), sem textos analíticos, com gráficos e tabelas com indicadores nos oito temas descritos e alguns extras a cada edição. Dados adicionais sobre indicadores de gênero finlandeses também podem ser encontrados em publicações da Comissão Europeia (European Commission), como a *She figures*. Publicada desde 2003 com intervalos de três anos (última edição em 2015), apresenta dados comparativos provenientes do Eurostat sobre a representação de mulheres e homens entre doutores (*PhD graduates*), pesquisadores e “tomadores de decisão” na academia, além de informações desagregadas por sexo acerca de pagamentos, condições de trabalho e acesso a fundos de pesquisa.

O Statistics Canada - StatCan, por sua vez, lançou recentemente a sétima edição da sua publicação *Women in Canada: a Gender-based Statistical Report*, com capítulos referentes às temáticas: mulheres e o sistema de justiça criminal; mulheres com incapacidades; mulheres e trabalho remunerado; meninas; mulheres e educação: qualificação, habilidades e tecnologia; mulheres idosas; saúde de meninas e mulheres; minorias visíveis de mulheres⁹; mulheres aborígenes; mulheres imigrantes; e população feminina. Em artigos autorais e de frequência ocasional, cada capítulo apresenta as fontes de dados utilizadas (com *links* para os respectivos metadados), sumário de tabelas, temas tratados e palavras-chave, conforme exemplo no quadro 8, referente ao capítulo Mulheres e o sistema de justiça criminal (*Women and the criminal justice system*).

Na América Latina, o Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, do México, possui uma longa trajetória de estudos e pesquisas com abordagem de gênero. Como coordenador do Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica - SNIEG, atua nessa área em conjunto com o Instituto Nacional de las Mujeres - INMUJERES, entidade governamental federal que coordena o cumprimento da política nacional para igualdade de gênero e erradicação da violência contra as mulheres no país. Os dados desagregados por sexo encontram-se tabulados em diversos temas e múltiplas fontes, como aqueles referentes à dinâmica da população, saúde, educação, trabalho, seguridade social, violência, religião, governos e processos eleitorais, indígenas, domicílios e famílias.

⁸ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <http://www.stat.fi/tup/tasaarvo/index_en.html#_ga=2.74620375.439570812.1499808113-1929753468.1497903490>.

⁹ No Canadá, o termo "minorias visíveis" é usado para definir pessoas, além dos povos aborígenes, que não são caucasianos de raça ou de cor não branca. A população das minorias visíveis é composta principalmente dos grupos provenientes do sul da Ásia, chinesas, negras, filipinas, latinoamericanas, árabes, do sudeste asiático, ocidental asiático, coreanas e japonesas. Outros grupos minoritários visíveis também estão incluídos nesta população, assim como pessoas pertencentes a múltiplos grupos minoritários visíveis. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.statcan.gc.ca/pub/89-503-x/2015001/article/14315-eng.htm>>.

Quadro 8 - Ficha apresentada para o capítulo *Women and the criminal justice system*

Frequência	Ocasional
Autor(a)	Heather Hobson, Joanna Jacob and Tina Hotton
Formato	HTML e PDF (June 6, 2017) e link para publicação
Pesquisas e Métodos	Adult Correctional Services Census of Population General Social Survey - Victimization Homicide Survey Integrated Criminal Court Survey National Household Survey Police Administration Survey Transition Home Survey Uniform Crime Reporting Survey Youth Custody and Community Services
Tabelas CANSIM	Listagem de tabelas no tema a partir da base de dados central do Instituto
Síntese de Tabelas (<i>Summary tables</i>)	Listagem de tabelas
Temas	Aboriginal peoples Justice issues Crime and justice Ethnic diversity and immigration Immigrants and non-permanent residents Society and community Women and gender
Palavras-chave	Aboriginal peoples, Alcohol consumption, Child abuse, Correctional custody, Correctional facilities, Criminal courts, Criminal justice, Drug use, Female offenders, Homicides, Homosexuality, Immigrant population, Incidents reported, Mental health, Police services, Sexual orientation, Shelters, Spousal violence, Support services, Suspect-victim relationship, Victimization, Violent crimes and offences, Visible minorities, Women, Young offenders

Fonte: MAHONY, T. H.; JACOB, J.; HOBSON, H. Women and the criminal justice system. *Women in Canada: a Gender-based statistical report*, Ottawa: Statiscs Canada - StatCan, June 2017. Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/olc-vel/olc.action?ObjId=89-503-X201500114785&ObjType=47&lang=en>>. Acesso em: jan. 2018.

O *Atlas de gênero* é uma plataforma digital que reúne um conjunto de indicadores de gênero georreferenciados no território mexicano nos temas: população (esperança de vida, fecundidade), educação (alfabetismo, matrículas escolares e nível médio de escolaridade), saúde (atenção pré-natal, aleitamento, mortes por câncer de mama e de colo do útero), trabalho (participação, ocupação, informalidade e rendimento/hora trabalhada), tomada de decisão (participação das mulheres como juízas, magistradas e cargos eletivos), uso do tempo (trabalho não remunerado: cuidados e afazeres domésticos), pobreza, empreendedorismo, violência e população indígena. Para dar conta desse enorme conjunto de indicadores, o INEGI desenvolve e implementa uma série de pesquisas amostrais (além dos censos de população), tais como: Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo - ENOE; Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica - ENADID; Encuesta Nacional de los Hogares - ENH (anual, básico e módulos); Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo - ENUT (última edição 2014); Encuesta Nacional de Victimization y Percepción sobre Seguridad Pública - ENVIPE (anual); Encuesta Nacional sobre Disponibilidad y Uso de Tecnologías de la

Información en los Hogares - ENDUTH (anual desde 2015); e Encuesta Nacional de Inclusión Financiera - ENIF (de três em três anos, duas edições).

Para além da desagregação por sexo nas fontes acima citadas, estudos mais específicos são realizados na publicação *Mujeres y hombres en México* (última edição 2016), em artigos na *Revista Internacional de Estadística y Geografía*, e na divulgação de resultados específicos das pesquisas mais afetas às questões de gênero: *Los hombres y las mujeres en las actividades económicas: censos económicos 2014*; *Panorama de violencia contra las mujeres en los Estados Unidos Mexicanos: ENDIREH 2011*; *Uso del tiempo, una perspectiva estadística de género, 2009*; *Las mujeres propietarias en las manufacturas, el comercio y los servicios*, dentre outros.

Identidade sexual e identidade de gênero

Embora a diversidade de gênero para além de “masculino” e “feminino” não seja o foco deste texto, é importante ressaltar que alguns institutos nacionais de estatística já estão tratando do tema de forma experimental. O ABS, da Austrália, atualizou recentemente seu manual para coleta de informações de sexo e gênero – *Standard for sex and gender variables 2016* – no qual explica os conceitos inter-relacionados de sexo e gênero, define categorias de classificação padrão para cada conceito e inclui módulos de perguntas para a coleta de informações. O Quadro 9 resume a proposta. Segundo o Bureau, “embora ambas as classificações usem códigos e legendas de categoria idênticos, as definições de cada categoria são únicas e se alinham com os conceitos de sexo e gênero (...) O rótulo Outro é usado nas classificações deste padrão para descrever as terceiras categorias de sexo e gênero porque um termo mais descritivo não foi amplamente aceito na comunidade em geral” (STANDARD..., 2016).

Quadro 9 - Classificações padrão para sexo e gênero e respectivas estruturas de código, segundo o Australian Bureau of Statistics - ABS

Código Preferido	Código alternativo	Legenda	Definição
Classificações padrão para sexo			
1	M	Masculino	Pessoas com características biológicas masculinas ou predominantemente masculinas ou sexo masculino atribuído ao nascimento.
2	F	Feminino	Pessoas com características biológicas femininas ou predominantemente femininas ou sexo feminino atribuído ao nascimento.
3	X	Outro	Pessoas com características biológicas misturadas ou não binárias (se conhecidas) ou sexo não binário atribuído no nascimento.
Classificações padrão para gênero			
1	M	Masculino	Adultos que se identificam como homens e crianças que se identificam como meninos.
2	F	Feminino	Adultos que se identificam como mulheres e crianças que se identificam como meninas.
3	X	Outro	Adultos e crianças que se identificam como não binários, de gênero diverso, ou com descritores diferentes de homem/menino ou mulher/menina.

Fonte: STANDARD for sex and gender variables 2016. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2016. Disponível em: <http://abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/latestProducts/1200.0.55.012Media%20Release12016>>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: Tradução nossa.

De forma análoga, o Office for National Statistics - ONS, do Reino Unido, investigou de forma experimental, em um conjunto de dados agregados das edições 2013 a 2015 da Annual Population Survey - APS e da Integrated Household Survey - IHS, de 2011 a 2014, a variável identidade sexual, para as categorias *heterosexual or straight* (heterossexual); *gay or lesbian* (gay ou lésbica); *bisexual* (bissexual); *other* (outro); *don't know or refuse* (não sabe ou se recusa a informar). Para a APS, os resultados de 2015 foram tabulados para alguns níveis subnacionais e cruzados com as categorias de sexo (masculino e feminino), grupos de idade, grupos sociocupacionais, estado civil e grupos étnicos¹⁰.

Outros atores internacionais na produção de instrumentos, dados e análises sob a perspectiva de gênero

A Divisão de Estatística das Nações Unidas, em parceria com a ONU-Mulheres, possui o projeto Evidências e Dados para Igualdade de Gênero (Evidence and Data for Gender Equality - EDGE) que visa gerar indicadores de gênero internacionalmente comparáveis sobre saúde, educação, emprego, empreendedorismo e propriedade de bens de três formas principais: a) desenvolver uma plataforma interativa online para divulgar dados e metadados relevantes para o gênero na educação, emprego e saúde de acordo com o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero; b) desenvolver diretrizes metodológicas para medir a apropriação de ativos e o empreendedorismo a partir de uma perspectiva de gênero; e c) fornecer apoio técnico aos países para implementar as diretrizes metodológicas EDGE. O projeto é implementado por meio dos institutos nacionais de estatística dos países selecionados, comissões regionais e agências internacionais e financiado por Austrália, Canadá, Alemanha, Irlanda, República da Coreia e Estados Unidos. A fim de produzir diretrizes metodológicas para medir a propriedade de ativos e o empreendedorismo de uma perspectiva de gênero que sejam práticas, viáveis e sustentáveis, o projeto EDGE está testando as metodologias propostas em sete países-piloto através de dois modos de coleta de dados. Na Geórgia, na Mongólia, nas Filipinas, na África do Sul e no Uganda, os institutos nacionais de estatística estão implementando uma pesquisa domiciliar independente (Stand-Alone EDGE Household Survey), enquanto nas Maldivas e no México, os institutos estão anexando um módulo EDGE a pesquisas domiciliares representativas a nível nacional. O objetivo é avaliar quantitativa e qualitativamente o desenho do questionário e a viabilidade da pesquisa. Considerando ser esta uma lacuna na produção de dados no Brasil, convém uma análise um pouco mais detida das metodologias propostas pelo projeto e suas justificativas.

Em relação à posse e controle de ativos, justifica-se que a mensuração no nível do indivíduo é mais reveladora do que os dados do nível domiciliar de forma a captar três grandes conjuntos de questões políticas sensíveis à gênero: empoderamento e bem-estar das mulheres, incluindo a vulnerabilidade econômica e

¹⁰ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/culturalidentity/sexuality/datasets/sexualidentityuk>>.

a tomada de decisões; estratégias de subsistência, incluindo produtividade agrícola e empreendedorismo; e reduções na pobreza e vulnerabilidade. A metodologia EDGE usa quatro medidas para coletar dados de nível individual sobre a propriedade e controle de ativos: a) coletar informações sobre a propriedade relatada, perguntando ao entrevistado se ele se considera proprietária do bem, unicamente ou em conjunto com outra pessoa; b) coletar informações sobre a propriedade documentada, perguntando ao entrevistado se existe um documento de propriedade para o bem e, em caso afirmativo, se o nome dele está listado como proprietário; c) coletar informações sobre a propriedade econômica, perguntando ao entrevistado se ela controlaria o produto da venda do ativo; e d) perguntar se o entrevistado tem direitos específicos sobre o ativo, incluindo o direito de vender ou alienar o ativo. Ademais, investiga-se o modo de aquisição e o valor de cada principal ativo. De forma a garantir captar tais nuances interfamiliares na propriedade e controle de ativos, alguns protocolos de seleção de entrevistados estão sendo testados de forma a gerar recomendações que evitem o viés das pesquisas domiciliares de realizar as entrevistas com o responsável pelo domicílio ou alguém capaz de fazê-lo. Em relação à mensuração de empreendedorismo sob a perspectiva de gênero, são investigados os determinantes do empreendedorismo (o que motiva homens e mulheres a empreender e seus limitantes, como pobreza, divórcio, desemprego, etc); características dos empreendimentos por sexo do empreendedor (tamanho, capital, setor de atividade); e o desempenho dos empreendimentos por sexo do empreendedor (produtividade, inovação e objetivos para além de lucros, como flexibilidade de trabalho)¹¹.

Na área de saúde sexual reprodutiva, o Programa de Pesquisas em Demografia e Saúde (Demographic and Health Surveys - DHS) fornece, desde 1984, assistência técnica a mais de 300 pesquisas em mais de 90 países. O Programa DHS é financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development - USAID) e conta com contribuições de outros doadores, bem como fundos de países participantes, sendo implementado por uma empresa privada. O Programa DHS desenvolveu procedimentos, metodologias e manuais padronizados de forma a orientar o processo de pesquisa, tornando-o representativo das situações que pretende descrever e com dados comparáveis entre os países. São aplicados questionários modelos (padrão), porém adaptáveis às realidades e demandas locais de informações que podem ser atendidas via módulos especiais de questionários. Ao incorporar tais demandas, o questionário padrão vem se alterando a cada "rodada" da DHS (atualmente, o programa está na sétima rodada ou fase – DHS7). De uma forma geral, na maioria das DHS, as pessoas elegíveis para entrevista individual incluem mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos de idade) e homens com idade entre 15 a 49, 15 a 54 ou 15 a 59 anos. Os questionários individuais incluem informações sobre fecundidade, mortalidade, planejamento familiar, casamento, saúde reprodutiva, saúde infantil, nutrição e HIV/AIDS (Quadro 10). Desta forma, a estrutura básica e os módulos desta pesquisa

¹¹ Para informações mais detalhadas sobre os pilotos realizados até agora, consultar: <<https://unstats.un.org/edge/pilot/overview/>>.

abrangem indicadores associados ao conjunto mínimo de indicadores de gênero e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente nos temas de violência doméstica e conjugalidade precoce, que foram pouco tratados nas pesquisas e publicações do IBGE.

No módulo sobre violência doméstica da DHS7 existem quesitos para mulher selecionada sobre violência psicológica, física ou sexual cometida por cônjuge ou companheiro atual ou anterior. Neste bloco, foi questionada frequência de cada tipo de agressão nos últimos 12 meses, primeira ocorrência de agressão, lesão física consequente de agressão, agressão física ao cônjuge ou companheiro cometida pela mulher, se cônjuge ou companheiro consumia álcool. Para as mulheres que nunca foram casadas ou viveram em união com um homem havia quesitos sobre violência física sofrida desde os 15 anos de idade, identificação do agressor (relação de parentesco), frequência da agressão nos últimos 12 meses, agressão física durante gravidez e identificação do agressor (relação de parentesco); além de quesitos sobre violência sexual sofrida em qualquer momento da vida, identificação do agressor (relação de parentesco); e informações adicionais sobre busca por socorro ou se pai agredia a mãe.

Na área de violência contra a mulher o manual *Guidelines for producing statistics on violence against women: statistical surveys*, das Nações Unidas, traz recomendações sobre a forma de captar informações sobre diferentes formas de violência (física, sexual, psicológica, econômica e mutilação genital feminina), além de questões sobre atitudes em relação à violência contra as mulheres e relato às autoridades ou busca de socorro. Neste guia recomenda-se que pesquisas com tópicos relacionados com a violência contra a mulher, como as pesquisas de saúde, de segurança ou de vitimização de crimes, são boas opções para incorporar o módulo de perguntas sobre este tema específico caso não haja possibilidade de realizar uma pesquisa somente voltada para esta temática (UNITED NATIONS, 2014).

Para informações sobre conjugalidade, o questionário da mulher da DHS7 tem seção sobre “casamento e atividade sexual”, com informações em que é possível identificar se a união da mulher foi precoce. Nesta seção há quesito para identificar a mulher atualmente casada ou vivendo com um homem como se fossem casados, se cônjuge ou companheiro vive no domicílio (e identificação no quadro de moradores), quantidade de uniões, mês e ano da união única ou da primeira união e idade da mulher no início desta união. Para mulheres que não eram casadas ou viviam conjugalmente com um homem, havia quesito para identificar se mulher já havia sido casada ou tenha vivido com um homem como se fossem casados, estado conjugal atual, quantidade de uniões, mês e ano da união única ou da primeira união e idade da mulher no início desta união. Para mulheres que nunca foram casadas ou nunca viveram com um homem como se fossem casados, não foram feitas perguntas adicionais sobre o tema conjugalidade. O bloco de perguntas sobre conjugalidade da DHS7 pode eventualmente ser inserido em outras pesquisas domiciliares para obter as informações sobre conjugalidade e estado civil das mulheres e das pessoas como um todo.

Quadro 10 - Principais tópicos da sétima rodada do questionário do Programa de Pesquisas em Demografia e Saúde

(continua)

Questionário	Tema	Variáveis investigadas
Domiciliar (todos os membros familiares)	Composição familiar	Idade, sexo, relacionamento com o responsável pela família, educação, indicadores de sobrevivência e residência dos pais e registro de nascimento.
	Características do domicílio	Acesso à água potável, instalações sanitárias, combustível para cozinhar, ativos da casa e exposição ao fumo. Uso de sal iodado e mosquiteiros, em áreas com alta prevalência de malária.
Mulher (seleção)	Características básicas	Idade, estado civil, educação, emprego, exposição à mídia e local de residência
	Comportamento reprodutivo e planejamento	Datas e o estado de sobrevivência de todos os partos, gravidezes que não terminaram em um nascimento vivo, estado atual da gravidez, preferências de fecundidade e futuras intenções de procriação de cada mulher.
	Contracepção	Conhecimento e o uso de métodos contraceptivos específicos, a fonte de métodos anticoncepcionais, a exposição a mensagens de planejamento familiar, a escolha informada e a necessidade insatisfeita de planejamento familiar. Para as mulheres que não utilizam contracepção, pergunta-se sobre o conhecimento de uma fonte de contracepção.
	Atenção pré-natal, parto e pós-natal	Atendimento pré-natal e pós-natal, local de parto, quem realizou o parto, peso ao nascer e a natureza das complicações durante a gravidez para nascimentos recentes.
	Aleitamento materno e nutrição	Práticas de alimentação, período de amamentação, o consumo de líquidos e alimentos sólidos e a suplementação de micronutrientes.
	Saúde infantil	Cobertura da imunização, suplementação de vitamina A, recentes ocorrências de diarreia, febre e tosse para crianças pequenas e tratamento de doenças infantis.
	Situação das mulheres	Aspectos acerca do empoderamento das mulheres, incluindo a tomada de decisões, a autonomia, a propriedade das casas e da terra, as barreiras à assistência médica e as atitudes em relação à violência doméstica.
	HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis	Conhecimento das mulheres sobre o HIV e outras infecções de transmissão sexual, as fontes de seus conhecimentos sobre o HIV, o conhecimento sobre formas de evitar a contração de HIV, teste de HIV, estigma e discriminação e comportamento sexual de alto risco.
	Marido/ companheiro	Para as mulheres casadas, pergunta-se idade, educação e ocupação de seus maridos/companheiros.
Outros tópicos	Comportamentos relacionados à saúde ambiental, uso de tabaco e seguro de saúde.	

Quadro 10 - Principais tópicos da sétima rodada do questionário do Programa de Pesquisas em Demografia e Saúde

(conclusão)

Questionário	Tema	Variáveis investigadas
Homem (seleção)	Características básicas	Idade, educação, situação laboral, estado civil, exposição à mídia e local de residência
	Reprodução	Número de crianças que o homem gerou em sua vida, o estado de sobrevivência dos nascimentos, o número de mulheres com quem tem filhos, cuidados pré-natal e de parto para a última criança nascida nos 3 anos anteriores e seu conhecimento sobre práticas de alimentação para crianças com diarreia. Também são feitas perguntas sobre as preferências de fecundidade e futuras intenções de procriação de cada homem.
	Conhecimento e uso de contracepção	Conhecimento e o uso de métodos específicos de planejamento familiar (exposição a mensagens de planejamento familiar através da mídia e profissionais de saúde, sobre os dias mais férteis no ciclo de uma mulher e fontes de preservativo masculino e feminino)
	Emprego e papéis de gênero	Emprego e ocupação, bem como sobre sua atitude em relação a vários aspectos do empoderamento das mulheres, como a tomada de decisões, a maternidade, a autonomia das mulheres e a violência doméstica
	HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis	Conhecimento dos homens sobre o HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, as fontes de seus conhecimentos sobre HIV, o conhecimento sobre formas de evitar a contração de HIV, teste de HIV, estigma e discriminação e comportamento sexual de alto risco
	Outros tópicos	Questões de saúde, como circuncisão, injeções, uso de tabaco, seguro de saúde e cuidados para seus filhos
Biométrico (marcadores)	Antropometria	Medição de altura e o peso de crianças, mulheres e homens para determinar seu estado nutricional.
	Anemia	Medição de nível de hemoglobina no sangue usando uma amostra de sangue capilar de dedo (consentido e informado do resultado)
	HIV	Amostra de sangue seco (DBS) enviada para um laboratório para testes de prevalência de HIV (resultados anônimos, coleta consentida e voluntária)
Módulos	Atuais	Violência doméstica, mutilação genital feminina, mortalidade materna e despesas com saúde
	Anteriores	Consanguinidade, violência doméstica, mutilação genital feminina, malária, mortalidade materna, falha no uso da pílula, experiência de esterilização, status da mulher

Fonte: DHS model questionnaires. Washington, D.C.: DHS Program Office, [2017]. Disponível em: <https://dhsprogram.com/What-We-Do/Survey-Types/DHS-Questionnaires.cfm#CP_JUMP_16175>. Acesso em: jan. 2018.

Um tópico sempre abordado nas questões de gênero é a mensuração e visibilidade das atividades de trabalho não remunerado. Na 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho - CIET, um dos objetivos foi melhorar a medição estatística da participação de todas as pessoas em todas as formas de trabalho e em todos os setores da economia (INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 2013). Alguns países desenvolveram a Conta-Satélite do Trabalho Não Remunerado com o objetivo de tornar visível para a contabilidade nacional e para a sociedade o trabalho não remunerado, realizado principalmente pelas mulheres, que contribui para o bem-estar e o desenvolvimento econômico e social. Seu objetivo é facilitar a formulação de políticas públicas a partir de um método que permita quantificar e valorar a contribuição do trabalho feminino nos domicílios, na agricultura, na produção de alimentos, na reprodução e no trabalho comunitário. Além disso, permite o desenho de indicadores de gênero para dimensionar estes aportes em relação ao Produto Interno Bruto - PIB dos países.

Neste sentido, as Pesquisas de Uso do Tempo são ferramentas essenciais que permitem captar este tipo de trabalho. As diferentes metodologias utilizadas nas pesquisas de Uso do Tempo no que se refere ao instrumento de coleta utilizado, forma de processamento das atividades secundárias, período de referência, treinamento dos entrevistadores, entre outros, constituem alguns dos desafios a serem enfrentados pelos países para garantir uma pesquisa representativa de toda a população e que reflita os diferentes padrões de uso do tempo entre os países, mantendo, todavia, a comparabilidade. Contudo, mesmo com uma Pesquisa de Uso do Tempo adequada, as Contas-Satélites do Trabalho Não Remunerado ainda enfrentam questões conceituais e metodológicas, relacionadas a critérios adotados para determinar quais atividades serão cobertas e quais métodos de valoração do trabalho não remunerado serão utilizados (FRAUMENI, 2008).

Mesmo em meio a estas dificuldades, a importância das Contas-Satélites do Trabalho Não Remunerado como instrumento analítico para auxiliar nas políticas para a redução das desigualdades de gênero se mostra cada vez maior. Tanto que muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive da América Latina, têm conduzido esforços para criar suas Contas-Satélites, principalmente, na última década. O Quadro 11 mostra alguns exemplos de países que já se mobilizaram na produção de pelo menos uma Conta-Satélite dessa natureza.

Quadro 11 - Países que produziram ao menos uma Conta Satélite do Trabalho Não Remunerado (CSTNR)

PAÍS	TUS	CSTNR	Ano	Situação
México	Sim	A partir da Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (Enut)	2012	Publicada
Guatemala	Não	A partir do Módulo da Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (Econvi)	2011	Publicada
Equador	Sim	A partir das Pesquisas Nacionais de Uso do Tempo	2007-2010	Publicada
Peru	Sim	A partir da Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (Enut)	2010	Publicada
Colômbia	Sim	A partir da Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (Enut)	2012, 2016-2017	2012 Publicada e 2016/17 em andamento
Uruguai	Não	A partir do Módulo de UT da Pesquisa Contínua de Domicílios 2007	2007	Publicada
Venezuela	Sim	A partir da da Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (Enut) 2007	2007	Em andamento
El Salvador	Sim	Recebeu assistência da CEPAL	-	Em andamento
Austrália	Sim	A partir da Pesquisa de Uso do Tempo	1997	Publicada
França	Sim	A partir da Pesquisa de Uso do Tempo	2010	Publicada
Polônia	Sim	A partir da Pesquisa de Uso do Tempo	2010	Publicada
Suíça	Sim	A partir das pesquisas de Mercado de Trabalho, Pesquisa de índice de salários, Pesquisa de Estrutura de Ganhos, Módulo das Contas Nacionais de Trabalho não Remunerado	1997, 2000, 2004, 2007, 2010, 2013	Publicada
Reino Unido	Sim	A partir da British Household Panel Survey (BHPS), Citizenship Survey, The Community Life Survey e Understanding Society	2004 a 2014	Publicada

Fonte: As Autoras.

Notas: 1. Informações obtidas nas páginas e portais dos respectivos institutos nacionais de estatística, apresentações realizadas pelos países da América Latina e Caribe nos encontros e reuniões sobre o tema, e declarações em reuniões de Grupos de Trabalhos da Conferencia Estadística de las Américas - CEA, da Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL.

2. Tradução nossa.

Considerações finais: histórico, diagnóstico e lacunas na produção do IBGE

Pelo que se pode depreender dos estudos de caso analisados, a estruturação de um sistema nacional de indicadores de gênero requer um grande esforço de organização das informações em virtude da transversalidade do tema e nas múltiplas dimensões que o caracteriza, assim como se deve garantir a realização de uma série de pesquisas e estudos de compilação de estatísticas e registros administrativos que deem conta da amplitude temática que envolve as questões de gênero. A partir do núcleo comum de dimensões propostas para análise de gênero, esta seção irá apontar o estado das artes atual da produção e análise de dados sob a perspectiva de gênero no IBGE, limites e desafios frente às atuais demandas de informações para a área.

Antes, porém, cabe ressaltar o histórico dessa produção oficial. A *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*¹², publicação do IBGE da série Estudos e Pesquisas, possui um lastro de 18 edições (1998-2017,

¹² Para conhecer aspectos da última edição da publicação, consultar: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=publicacoes>>.

exceto os anos 2001 e 2011¹³) e traz uma série de indicadores em diversos temas sociais, tendo apresentado um capítulo denominado Mulheres em nove edições (2002-2010). A partir da edição de 2012, o tema passou a ser abordado de forma transversal nos capítulos que compunham cada edição (Aspectos demográficos; Educação; Trabalho; Famílias; Crianças, adolescentes e jovens; Domicílios; e Famílias). A principal fonte de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, encerrada em 2015. Ainda na série Estudos e Pesquisas do IBGE, por ocasião do Censo Demográfico 2000, foi elaborada a publicação *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*, apresentando a distribuição geográfica e urbano-rural do universo feminino responsável pelo domicílio, bem como seu nível de escolaridade e de rendimento e grupos de idade. A publicação incluía também informações sobre as mulheres que moravam sozinhas, indicadores referentes às crianças na primeira infância que viviam sob a responsabilidade feminina e dados comparativos dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Os dados censitários também foram a base para a construção do Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG, cuja primeira versão data de 2006 com dados dos Censos Demográficos 1991 e 2000. A segunda edição, lançada em 2014, é composta pela publicação *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010* e por um sistema *web* que permite o acesso a indicadores de gênero classificados por tema (deficiência, domicílios, educação, famílias, população, rendimento, trabalho e migração)¹⁴. O sistema permite a desagregação por diversas divisões territoriais, como País, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Territórios da Cidadania e municípios. Para as três primeiras opções de divisão territorial, pode-se selecionar situação rural ou urbana do domicílio. Quando a opção for um Território da Cidadania, é possível, na sequência, escolher os municípios que o compõe. O sistema ainda permite a geração de tabelas com resultados numéricos (exportáveis no formato CSV), gráficos e mapas. Quando possível e pertinente, os indicadores são comparados com os resultados do Censo Demográfico 2000. O SNIG foi empreendido no âmbito do Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas.

A parceria com a Secretaria também resultou na elaboração de tabulações especiais sobre mercado de trabalho oriundas da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, do IBGE, encerrada em março de 2016. Para o período 2003-2016¹⁵, foram calculados e disponibilizados na página da pesquisa na Internet os indicadores “total da população ocupada” e “taxa de desocupação”, mensal, média para o conjunto das seis Regiões Metropolitanas da pesquisa, desagregados por sexo, cor ou raça, sexo e cor ou raça, grupos de idade, condição no domicílio e grupos de anos de estudo.

Por fim, embora não seja de responsabilidade direta do IBGE, a instituição participou ativamente do planejamento, processamento e análise do *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM*, publicado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e instituído pela Lei n. 12.227, de 12.04.2010. Por essa lei, o Relatório deveria conter os seguintes indicadores:

- Taxa de emprego formal, por setor de atividade;

¹³ Anos pós Censo Demográfico, quando a PNAD não ia a campo.

¹⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10411&t=sobre>>.

¹⁵ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/convenios.shtm>.

- Taxa de participação na população economicamente ativa e no pessoal ocupado e desocupado;
- Taxa de desemprego aberto, por setor de atividade;
- Taxa de participação no pessoal ocupado, por setor de atividade e posição na ocupação;
- Rendimento médio real das mulheres ocupadas, por setor de atividade e posição na ocupação;
- Total dos rendimentos das mulheres ocupadas;
- Número de vítimas de violência física, sexual ou psicológica;
- Índice de participação trabalhista em ambientes insalubres;
- Expectativa média de vida;
- Taxa de mortalidade e suas principais causas;
- Taxa de participação na composição etária e étnica da população em geral;
- Nível médio de escolaridade;
- Taxa de incidência de gravidez na adolescência;
- Taxa de incidência de doenças próprias da mulher e daquelas sexualmente transmissíveis;
- Proporção das mulheres responsáveis pelo domicílio, considerando escolaridade, renda média, acesso à eletricidade, água por rede geral, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Cobertura previdenciária oficial para trabalhadoras ativas e inativas;
- Disposições dos tratados e das conferências internacionais pertinentes de que o Brasil seja signatário ou participante; e
- Quaisquer outras informações julgadas relevantes pelo órgão responsável pela elaboração e publicação do RASEAM.

O RASEAM, no entanto, só teve duas edições (2013 e 2014), abrangendo na edição 2014, as seguintes dimensões para apresentação dos indicadores: Estrutura Demográfica; Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho; Educação para a Igualdade e Cidadania; Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres; Mulheres em Espaços de Poder e Decisão; e Mulheres no Esporte (RELATÓRIO..., 2015).

Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos

De uma forma geral, no IBGE, a realização dos Censos Demográficos de forma regular e de uma pesquisa amostral de domicílios com representatividade nacional (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD até 2015 e PNAD Contínua, atualmente), garante o monitoramento dos indicadores referentes à participação e inserção das mulheres no mercado de trabalho (formal e informal), seus rendimentos, configuração dos arranjos domésticos, níveis educacionais alcançados e acompanhamento das componentes demográficas, em especial, da fecundidade.

Por questões relacionadas à logística de campo, a investigação sobre a realização de afazeres domésticos e cuidados era feita de forma conjunta na PNAD, desde 2001,

e foi aperfeiçoada na PNAD Contínua, a partir de 2012, seguindo as orientações da Organização Internacional do Trabalho que passou a adotar um conceito de trabalho mais amplo nas pesquisas sociais sob a perspectiva de trabalho decente. A distinção da jornada de afazeres e cuidados, conforme recomendado pelos organismos internacionais, não é simples de se implementar quando a investigação desses temas é um módulo dentro de pesquisas com dinâmicas próprias de coleta, no caso brasileiro com foco na captação de informações de mercado de trabalho, e fluxos de questionário que não permitem captar atividades realizadas de forma simultânea. Para essa captação, são mais indicadas pesquisas de uso do tempo.

Na PNAD Contínua, foram agrupadas em bloco próprio, com um detalhamento maior e perguntas de cobertura, a investigação sobre atividades não remuneradas de produção para consumo próprio, de cuidados de pessoas, de trabalho voluntário e de afazeres domésticos, caracterizadas por serem determinantes na capacidade de reprodução social na esfera econômica e social das famílias e cuja responsabilidade recai mais fortemente, e historicamente, sobre as mulheres, com impactos profundos na sua inserção laboral, autonomia e padrões de vida. Em 2009, o IBGE produziu sua primeira experiência com o levantamento de informações relacionadas ao uso do tempo, uma pesquisa-piloto realizada dentro do teste da PNAD Contínua e discutida no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo¹⁶, cujo objetivo foi obter a compreensão das dificuldades, desafios e possíveis soluções que envolvem a implementação de uma pesquisa de uso do tempo no Brasil. Nesta experiência foi possível verificar a importância do uso de uma classificação que seja adequada às características da realidade local, bem como de uma boa ferramenta de codificação que esteja alinhada ao treinamento dos agentes de coleta para proporcionar uma ampla cobertura das atividades que compõem a alocação do tempo. Todavia, o IBGE ainda não logrou realizar uma pesquisa de uso do tempo de forma regular, conforme discussão realizada no Capítulo sobre Uso do Tempo, nessa mesma publicação.

Nesta dimensão, o acesso a recursos parece ser o maior gargalo de informações. Tanto o acesso a terra como ao crédito não estão contemplados em nenhuma pesquisa do IBGE, tampouco é, hoje, passível de obtenção direta e sistemática por registros administrativos. O Censo Agropecuário, planejado para ir a campo no último trimestre de 2017, permitirá captar a informação sobre propriedade do estabelecimento agropecuário, por sexo, e se a propriedade é conjunta ou não. Também contempla informações sobre a direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, por sexo. Mas não temos informação para propriedade dos domicílios urbanos e rurais que não sejam considerados estabelecimentos agropecuários. Ademais, não basta a informação sobre propriedade. É preciso captar o grau de autonomia da mulher, mesmo enquanto proprietária do domicílio ou do empreendimento, como se ela pode decidir sozinha vendê-lo, se ela decide o destino do dinheiro da venda, entre outros, conforme mostra o recorte do módulo EDGE aplicado à Encuesta Nacional de los Hogares, do México, em 2015.

Quanto ao acesso a crédito rural, o Banco Central do Brasil - BACEN disponibiliza informações sobre recursos financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR.

¹⁶ Criado em 2008, o Comitê de Gênero e Uso do Tempo tinha como objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das informações estatísticas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, IBGE, Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ONU-Mulheres, Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Office - ILO) e outros atores participaram ativamente desse Comitê que, atualmente, está desativado.

Na Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR¹⁷ é possível consultar o montante de crédito concedido por sexo e Grandes Regiões, para período desejado (mês e ano), programas de crédito e fontes de recursos, caso aplicável. Um dos programas de crédito em que é possível maior desagregação dos dados é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Mulher (PRONAF Mulher), cuja finalidade é o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda às mulheres agricultoras familiares e assentadas da reforma agrária. Todavia, para que este registro administrativo seja explorado de forma adequada, faz-se premente a viabilização de parcerias institucionais que tenham como objetivo a produção de dados estatísticos robustos que gerem informações mais qualificadas não só sobre as mulheres, como também sobre os diversos grupos sociais.

Ainda sobre empreendedorismo, o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, possui, desde 2010, a publicação *Estatísticas do empreendedorismo* com informações, oriundas de suas bases de microdados, sobre indicadores considerados relevantes pela literatura clássica sobre o tema, como idade, porte, setor de atividades e pessoal ocupado das empresas. Contudo, as informações sobre os proprietários das empresas levantadas na pesquisa precisam ser melhor investigadas, afim de verificar a possibilidade de realizar inferências sobre o empreendedorismo por sexo.

Estatísticas de empreendedorismo, propriedade de empresas, acesso à linhas de crédito e autonomia no uso desses recursos requerem ainda uma produção e sistematização das informações de forma regular. Esforços integrados na construção desses indicadores podem ser realizados não só via interação com a Divisão de Estatística das Nações Unidas, por meio do projeto EDGE citado anteriormente e que gerará uma série de recomendações para coleta de informações nessa seara, mas, fundamentalmente, por meio de melhorias/incrementos nas bases de registros administrativos sobre operações financeiras (Banco Central), empreendedorismo (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Ministério do Trabalho) e acesso a terra e outros benefícios (Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário).

Educação

A regularidade das pesquisas amostrais como a PNAD e a PNAD Contínua garantem as séries históricas para as principais dimensões que concernem o tema, como alfabetismo, frequência escolar (bruta e líquida) e escolaridade da população. Os registros administrativos do Ministério da Educação – em particular os Censos Escolares da Educação Básica e da Educação Superior – permitem a construção de todos os indicadores propostos no Minimum Set das Nações Unidas.

Saúde e serviços relacionados

O Ministério da Saúde, através do DATASUS, possui uma importante base de dados de registros administrativos para a área, em particular para informações sobre morbidade e mortalidade por causas. Em termos de pesquisas domiciliares, houve dois suplementos da PNAD nos anos de 1998, 2003 e 2008. Em 2013, um

¹⁷ Para informações mais detalhadas sobre crédito rural, consultar: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/cred rural>>. Sobre a MDCR, consultar: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>.

convênio entre IBGE e Ministério da Saúde permitiu o planejamento e implementação da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS. Por ser uma pesquisa independente da PNAD, mas integrante do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, pôde se beneficiar de um maior espalhamento geográfico e ganho de precisão das estimativas (amostra selecionada de cerca de 80 mil domicílios). Com desenho próprio, elaborado especificamente para coletar informações de saúde, a PNS foi planejada para a estimação de vários indicadores com a precisão desejada e para assegurar a continuidade no monitoramento da grande maioria dos indicadores do Suplemento de Saúde da PNAD. O questionário foi estruturado em módulos, conforme mostra o Quadro 12 .

Quadro 12 - Módulos do questionário geral e do questionário do morador selecionado da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013

Questionário Geral	Questionário para Morador Selecionado
Informações do Domicílio (propriedade, material de construção, saneamento, bens duráveis, presença de animais domésticos)	Outras características do trabalho e apoio social
Visitas domiciliares de Equipe de Saúde da Família e Agentes de Endemias	Percepção do estado de saúde
Características gerais dos moradores	Acidentes (trabalho e trânsito) e Violências (por pessoas desconhecidas e conhecidas)
Características de educação das pessoas de 5 anos ou mais de idade	Estilos de Vida (hábitos de alimentação, prática de atividade física, uso de bebidas alcoólicas e fumo)
Trabalho dos moradores do domicílio	Doenças crônicas (diagnóstico, uso dos serviços de saúde e tratamento dos problemas).
Rendimentos domiciliares	Saúde das mulheres de 18 anos ou mais de idade (saúde, exames preventivos, história reprodutiva e planejamento familiar).
Pessoas com Deficiências	Atendimento Pré-natal
Cobertura de Plano de Saúde	Saúde Bucal
Utilização de Serviços de Saúde	Atendimento médico (acesso e avaliação)
Saúde dos indivíduos com 60 anos ou mais e cobertura de mamografia entre mulheres de 50 anos ou mais	Informações Laboratoriais (antropometria e pressão arterial)
Crianças com Menos de 2 Anos (cuidados preventivos)	
Informações do Domicílio (propriedade, material de construção, saneamento, bens duráveis, presença de animais domésticos)	
Visitas domiciliares de Equipe de Saúde da Família e Agentes de Endemias	
Características gerais dos moradores	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2013.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, inspirada no Projeto DHS citado anteriormente, foi realizada no Brasil em 1986¹⁸, 1996 e 2006. A última edição foi financiada pelo Ministério da Saúde e coordenada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP e teve como objetivo descrever o perfil da população feminina em idade fértil e de menores de cinco anos no Brasil e identificar as mudanças ocorridas na situação da saúde e da nutrição desses dois grupos nos últimos 10 anos. A amostra foi de aproximadamente 15 mil mulheres e cerca de 5 mil crianças menores de 5 anos de idade, representativa para as cinco Grandes Regiões Brasileiras e situação do domicílio. A PNDS 2006 permite comparações internacionais com as DHS e nacionais (1986 e 1996)¹⁹. A não regularidade do levantamento desse rol de informações sobre saúde sexual e reprodutiva é uma das grandes lacunas de informações para o debate de gênero, sendo relevante para acompanhamento nacional e das agendas internacionais, que possuem indicadores específicos sobre o tema. Atualmente, o IBGE, em convênio com o Ministério da Saúde, encontra-se em fase de planejamento para implementação da PNDS como uma subamostra da PNS em 2018 e, portanto, com perspectiva de regularização de sua realização em períodos quinquenais, acompanhando a realização da PNS e entrando de forma permanente no plano de trabalho da instituição.

Vida pública e tomada de decisão

A avaliação da representação das mulheres em diferentes formas de liderança política e econômica é um indicador fundamental do progresso para atingir a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. O indicador sobre a participação das mulheres nos cargos ministeriais do governo pode ser obtido por meio de informações disponibilizadas na página do Planalto²⁰, que conta com nome dos ministérios e da pessoa que ocupa o cargo. A proporção de cadeiras detidas por mulheres no Parlamento Nacional pode ser construída com informações provenientes da página da Câmara dos Deputados²¹, que conta com nome, partido, Unidade da Federação, entre outros dados para os senadores e os deputados federais em exercício. Outra possível fonte de dados para este indicador é a página do Tribunal Superior Eleitoral - TSE²², que conta com informações sobre as eleições com dados de resultado, eleitorado e candidaturas por categorias específicas.

Já as informações sobre ocupações de mulheres em cargos de gerenciamento e direção no setor privado e na administração pública podem ser obtidas a partir do registro administrativo elaborado pelo Ministério do Trabalho, a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, criado pelo Decreto n. 76.900, de 23.12.1975, com declaração anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no Território Nacional. O uso da RAIS permite analisar o perfil do mercado de trabalho formal a partir de uma série que se inicia no ano de 1985, com diversas informações setoriais, individuais, ocupacionais e geográficas. Com uma grande quantidade de variáveis, é possível analisar os dados sobre ocupações das mulheres em cargos gerenciais e

¹⁸ Em 1986, o inquérito denominava-se Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar - PNSMIPF.

¹⁹ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf>.

²⁰ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>>.

²¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>.

²² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>>.

de direção de forma transversal com o objetivo de investigar questões relacionadas à estrutura do mercado de trabalho e, a partir disso, fazer uma análise conjuntural que mostre sua reação a determinadas políticas de governo em diferentes pontos do tempo. Na RAIS, para as categorias ocupacionais é utilizada a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, com as versões de 1994 e 2002, sendo esta a versão mais atual. A CBO é uma classificação que foi elaborada pelo Ministério do Trabalho com a participação de pesquisadores de universidades e institutos de pesquisas e profissionais do Sistema S²³. Esta classificação apresenta compatibilização com a International Standard Classification of Occupations - ISCO-88 no que se refere às denominações e conceitos das ocupações, sem, contudo, seguir seu princípio ordenador para agregar os grupos ocupacionais, nem manter correspondência hierárquica na codificação. Outra fonte de dados possível para este indicador é a PNAD, que utilizou a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO para as pesquisas domiciliares²⁴. Assim sendo, a PNAD aderiu às padronizações nacional e internacional de classificação de ocupações. Dados atuais sobre mercado de trabalho são obtidos pela PNAD Contínua, que utiliza a Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares - COD, que tem compatibilidade a dois dígitos com a ISCO-08.

Para o indicador sobre participação de policiais do sexo feminino a informação pode ser obtida da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC. Esta pesquisa é realizada pelo IBGE, desde 2012, nas 27 Unidades da Federação, e captura aspectos relevantes da gestão e da estrutura destes entes federativos, oferecendo elementos para análise sobre como são governados e como são definidas e implementadas suas políticas públicas. A segurança pública foi um dos temas desta pesquisa²⁵ em 2014, contando com informação sobre o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil, por sexo. Entretanto, este tema não foi abordado anualmente nesta pesquisa, não permitindo sistematizar este indicador regularmente.

A proporção de juízas na magistratura²⁶ pode ser obtida da publicação *Censo do poder judiciário*, que buscou traçar o perfil dos magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2014). A adesão à pesquisa foi de 64% (10 796) dos 16 812 magistrados em atividade, que prestaram informações à consulta realizada pelo CNJ, em 26 de agosto de 2013²⁷. Além de dados pessoais, de magistrados e servidores, foram coletadas informações sobre opiniões das magistradas sobre desigualdade de gênero, entre outros temas não associados ao tópico deste capítulo. Entretanto, esta foi uma pesquisa que ainda não foi repetida, não havendo informação regular para este indicador.

²³ O Sistema S é o conjunto de nove instituições paraestatais – instituições privadas que contribuem para o interesse público – que tem como objetivo o treinamento profissional, lazer, consultoria e saúde dos trabalhadores (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST/SENAT e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE).

²⁴ Para esta adaptação às pesquisas domiciliares, o IBGE utilizou a estrutura da CBO, validada pelo Ministério do Trabalho. A CBO-Domiciliar se mantém idêntica à CBO no nível mais agregado - grande grupo - e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares.

²⁵ Outros resultados desta pesquisa podem ser obtidos na publicação *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros 2014* (2015).

²⁶ Pela definição internacional dos metadados, foram considerados juízes profissionais ou magistrados tanto aqueles em tempo integral quanto em tempo parcial, em 31 de dezembro, autorizados a instruir e julgar processos criminais, civis e outros em Tribunais de Justiça, inclusive em instâncias recursais. Ainda pela definição internacional, devem-se incluir juízes e magistrados associados autorizados, que são típicos dos países da *Commonwealth*.

²⁷ Para informações mais detalhadas sobre o Censo do Poder Judiciário, consultar <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/censo-do-poder-judiciario>>.

Direitos humanos das mulheres e das garotas

Neste domínio existem dois indicadores associados à violência contra a mulher (Quadro 1) que, normalmente, são construídos com base em pesquisa ou módulo específicos sobre violência contra a mulher²⁸. Até o momento, o IBGE não desenvolveu pesquisa ou módulo que seguisse a metodologia recomendada para produzir os indicadores sugeridos de violência contra as mulheres²⁹. É importante mencionar que este tema foi abordado, indiretamente, no módulo sobre vitimização³⁰ da PNAD 2009 e no módulo sobre acidentes e violências da PNS 2013³¹, ambas pesquisas realizadas pelo IBGE. Como mencionado anteriormente, há perspectiva de implementação da PNDS como uma subamostra da PNS, em 2018, que seria um instrumento adequado à inclusão de módulo sobre violência contra a mulher.

Outra fonte de informações associada ao tema são os atendimentos realizados pelo Ligue 180 – a Central de Atendimento à Mulher. A Central recebe denúncias de violência e reclamações sobre serviços da rede de atendimento à mulher, orienta as mulheres sobre seus direitos e a legislação vigente, e encaminha para outros serviços, quando necessário. O Ligue 180 foi criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2005, para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina, sendo atualmente um serviço oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

No *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, é feita a sistematização de dados administrativos das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social sobre estupro³² e tentativa de estupro³³. Apesar do indicador sobre estupro e tentativa de estupro ser limitado para medir violência sexual contra a mulher, é importante destacar a iniciativa de levantamento, harmonização e sistematização de dados administrativos associados ao tema e a relevância em se buscar melhorar a qualidade desta fonte de informações. Assim como em outros dados administrativos, a subnotificação é uma limitação ao se analisar esta fonte de dados.

Como mencionado anteriormente, com a perspectiva de implementação da PNDS como uma subamostra da PNS, em 2018, espera-se que informações sobre violência contra a mulher sejam produzidas com regularidade, incorporando as estatísticas nacionais oficiais produzidas pelo IBGE. Além disso é essencial fortalecer iniciativas associadas à sistematização de registros no acompanhamento deste tema.

²⁸ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar García-Moreno e outros (2005) e United Nations (2014). Consultar ainda a página do DHS Program em: <<https://dhsprogram.com/>>.

²⁹ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia, consultar o tópico **Sistemas de Indicadores de Gênero: experiências internacionais**.

³⁰ Neste módulo havia, entre outros temas relacionados, quesito sobre pessoas que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias. Para informações mais detalhadas, consultar: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/default.shtm>.

³¹ Neste módulo havia, entre outros quesitos, perguntas sobre pessoas que, nos últimos 12 meses, sofreram alguma violência ou agressão de pessoa desconhecida, frequência da violência, tipo de violência mais grave sofrida, local em que ocorreu a violência, se teve lesão corporal ou ferimento, assistência de saúde recebida, internação. As mesmas perguntas foram feitas para violência ou agressão de pessoa conhecida, sendo ainda possível identificar quem cometeu a violência mais grave. Para informações mais detalhadas, consultar: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol2/default.shtm>.

³² A Lei n. 12.015, de 07.08.2009, altera a conceituação de estupro, passando a incluir, além da conjunção carnal, os atos libidinosos e atentados violentos ao pudor.

³³ A tentativa de estupro passa, portanto, a incluir a tentativa de atentado violento ao pudor.

A taxa de fecundidade adolescente é um indicador regularmente produzido pelo IBGE e é proveniente das projeções da população, cuja edição mais recente foi 2013. O indicador para Brasil está disponível para o período de 2000 a 2060, e para Unidades da Federação de 2000 a 2030. Nestas projeções populacionais foi utilizado o método das componentes, em que foram utilizados dados dos censos demográficos, das pesquisas domiciliares amostrais e dos registros administrativos para estimar e projetar as componentes populacionais.

O IBGE não produz informação para estimar o indicador do percentual de mulheres de 20 a 24 anos de idade que eram casadas ou viviam em união antes dos 18 anos de idade. Na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006, apoiada e financiada pelo Ministério da Saúde e realizada pelo CEBRAP e outras cinco instituições parceiras, foram coletadas informações para estimar este indicador. Com o quesito sobre idade na primeira união foi possível calcular a porcentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez até as idades exatas de 15, 18, 20, 22 e 25 anos. As Estatísticas do Registro Civil sobre casamentos, compiladas pelo IBGE, são uma fonte de dados administrativos que permite obter a informação sobre a idade dos cônjuges para casamentos registrados em Cartório. Desta forma, uma das limitações desta fonte é não ter informações sobre uniões estáveis e uniões consensuais, além de não ser possível estimar a duração do casamento.

De forma geral, tem havido avanço na produção de um conjunto de estatísticas nacionais de gênero, principalmente nas áreas de mercado de trabalho e saúde. Entretanto, ainda existem lacunas na produção e sistematização de indicadores sobre uso do tempo (atividades não remuneradas e de lazer), empreendedorismo, mulheres em cargos de gerenciamento e direção, liderança política e empoderamento das mulheres, saúde sexual e reprodutiva das mulheres e estatísticas de violência contra a mulher.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 10, 2016. 137 p. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 143, n. 151, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1-14. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: jan. 2018.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Informe final del grupo de trabajo ad hoc encargado de elaborar una propuesta indicadores para el seguimiento regional del Consenso de Montevideo sobre Poblacion y Desarrollo.*

Trabalho apresentado na Reunión Extraordinaria de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe pelo Grupo de Trabajo ad hoc encarregado de elaborar a proposta de indicadores. Documento de posição. Santiago de Chile: Cepal, 2017. 52 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/1e/es/documents>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. *Propuesta de ficha de metadatos de los indicadores para el seguimiento regional del Consenso de Montevideo sobre Poblacion y Desarrollo*. Trabalho apresentado na Reunión Extraordinaria de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe pelo Grupo de Trabajo ad hoc encarregado de elaborar a proposta de indicadores. Documento de referência. Santiago de Chile: Cepal, 2017. 109 p. Disponível em: <<https://crpd.cepal.org/1e/es/documents>>. Acesso em: jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Censo do poder judiciário: vetores iniciais e dados estatísticos - VIDE*. Brasília, DF: CNJ, 2014. 212 p. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/censo-do-poder-judiciario>>. Acesso em: jan. 2018.

DHS model questionnaires. Washington, D.C.: DHS Program Office, [2017]. Disponível em: <https://dhsprogram.com/What-We-Do/Survey-Types/DHS-Questionnaires.cfm#CP_JUMP_16175>. Acesso em: jan. 2018.

FRAUMENI, B. M. Cuentas de producción doméstica de los hogares para Canadá, México y Estados Unidos: aspectos metodológicos, resultados y recomendaciones. In: *LA ECONOMÍA invisible y las desigualdades de género: la importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado*. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud, 2008. p. 21-34. Disponível em: <http://mueveteporlaigualdad.org/publicaciones/economiainvisibleydesigualdadesdegenero_CEPAL.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

GARCÍA-MORENO, C. et al. *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization - WHO, 2005. 206 p. Disponível em: <<http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en/>>. Acesso em: jan. 2018.

GENDER indicators, Australia, sept. 2017 Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2017. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4125.0#s>>. Acesso em: jan. 2018.

HEDMAN, B.; PERUCCI, F.; SUNDSTRÖM, P. *Engendering statistics: a tool for change*. Stockholm: Statistics Sweden, 1996. 144 p.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., 2008, Geneva. *Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization: resolution I*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2013. 19 p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stt/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf> Acesso em: jan. 2018.

MAHONY, T. H.; JACOB, J.; HOBSON, H. Women and the criminal justice system. *Women in Canada: a Gender-based statistical report*, Ottawa: Statistics Canada - StatCan, June 2017. Disponível em: <<http://www5.statcan.gc.ca/olc-cel/olc.action?ObjId=89-503-X201500114785&ObjType=47&lang=en>>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. Adotada pela Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 1998. [6] p. Adotada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 124 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94541.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

RELATÓRIO anual socioeconômico da mulher. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. 181 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

RELATÓRIO da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: Plataforma de Cairo 1994. Brasília, DF: Fundo de População das Nações Unidas [United Nations Population Fund - UNFPA], 2009. 137 p. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

STANDARD for sex and gender variables 2016. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2016. Disponível em: <<http://abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/latestProducts/1200.0.55.012Media%20Release12016>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Commission on Population and Development. *Assessment of the status of implementation of the programme of action of the International Conference on Population and Development*. New York, 2014. 7 p. Adotada pela Resolução 2014/1 da 47ª sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, Nova Iorque, em 7-11 de abril de 2014. Disponível em: <http://icpdtaskforce.org/resources/CPD47_Resolution_2014_1.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *Guidelines for producing statistics on violence against women: statistical surveys*. New York, 2014. 208 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/docs/guidelines_statistics_vaw.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *Minimum set of gender indicators*. New York, 2017. Disponível em: <<https://genderstats.un.org/#/home>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *Sustainable development goals*. New York, [2018]. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. Department of Economic and Social Affairs. *The world's women 2015: trends and statistics*. New York, 2015a. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/gender/worldswomen.html>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. General Assembly. *Convention on the elimination of all forms of discrimination against women - Cedaw*. New York, 1979. Adotada pela Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm> >. Acesso em: jan. 2018.

_____. Statistical Commission. *Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics*. New York, 2015b. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/genderstatmanual/What-are-gender-stats.ashx>>. Acesso em: jan.2018.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. *Developing gender statistics: a practical tool*. Geneva: Unece, 2010. 175 p. Manual de referência preparado pela Unece Task Force on Gender Statistics Training for Statisticians com contribuição de vários especialistas. 175 p. Disponível em: <<http://www.unece.org/?id=17450>>. Acesso em: jan. 2018.

Estatísticas de uso do tempo: classificações e experiências no Brasil e no mundo

Caroline Santos*
André Simões**

Introdução

As estatísticas de uso do tempo são levantadas por meio de pesquisas que mensuram e avaliam a alocação do tempo por uma determinada população, coletando informações sobre uma ampla gama de atividades humanas em um período de tempo específico. O período de alocação do tempo mensurado varia de 24 horas (do dia) a sete dias da semana. Seu foco recai tanto sobre os tipos de atividades realizadas ao longo do tempo investigado quanto sobre o tempo dedicado à realização de tais atividades. A atividade realizada em um intervalo de tempo pode ser única, mas também pode ser realizada de forma paralela com outra ou outras atividades. Em geral, neste tipo de pesquisa importa identificar o local onde a atividade foi realizada, a presença de outras pessoas, frequência de sua ocorrência, o beneficiário (pessoa ou instituição) para quem a atividade foi realizada e o recebimento ou não de remuneração.

Por se tratar de uma pesquisa que descreve um número elevado de atividades, sua aplicabilidade é ampla e passa por domínios que variam entre as áreas sociais, econômicas, demográficas e políticas. É um importante instrumento para a análise das desigualdades sociais, com grande relevância nos estudos de gênero, principal responsável pela disseminação das pesquisas de uso do tempo em países em desenvolvimento. Mas são igualmente úteis nas análises de mercado de trabalho, saúde, cultura, dentre outros.

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

O objetivo do presente capítulo é apresentar os principais aspectos metodológicos relativos a construção de uma Pesquisa de Uso do Tempo. Cabe apontar, neste sentido, a sistematização das principais recomendações internacionais para a realização destes estudos, que se centram especialmente na construção de classificações de atividades, necessárias para a distribuição do tempo gasto pela população. Questões relativas aos tipos de pesquisas de uso do tempo, instrumentos de coleta, informantes etc., também são abordadas apontando as principais características que envolvem a construção deste tipo de investigação.

Para melhor compreender a finalidade das estatísticas de uso do tempo e como suas formas de utilização foram sendo moldadas ao longo do tempo, faz-se necessário uma reconstituição histórica do período que data do seu surgimento. O que será feito na próxima seção.

Em seguida, serão analisadas as principais classificações internacionais de referência para pesquisas de uso do tempo, que se constituem em um marco na discussão conceitual e metodológica para o planejamento, implementação e análise dessas pesquisas, passando pela seleção de indicadores adequados aos diversos objetivos do levantamento de informações sobre o tema.

Na sequência, serão apresentadas algumas experiências internacionais de países de diferentes regiões e com diferentes níveis de desenvolvimento. Com o objetivo de contemplar países com características diversas que realizaram pesquisas de uso do tempo, foram selecionadas as experiências dos Estados Unidos, Finlândia e México, abordando alguns aspectos metodológicos e indicadores mais utilizados.

Ainda no que se refere a experiências com o levantamento de informações sobre o uso do tempo, serão apresentadas as experiências mais significativas do Brasil ao longo das últimas décadas: Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009 (Teste da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua), PNAD e PNAD Contínua, também abordando aspectos metodológicos e a evolução do uso de indicadores desta natureza adequados aos objetivos das pesquisas.

Por fim, o trabalho contará com uma breve análise da forte relação que foi instituída entre indicadores de desigualdade de gênero e as pesquisas de uso do tempo, principalmente a partir da implementação de uma agenda internacional fomentada por organismos multilaterais que tem por finalidade promover a igualdade entre os sexos no âmbito mundial.

Definição e objetivos das estatísticas de uso do tempo

No início do Século XIX, com o avanço do desenvolvimento industrial, as longas jornadas de trabalho e as consequentes reivindicações dos sindicatos em defesa das melhores condições de trabalho, surgiram os primeiros estudos com foco na análise das proporções de tempo direcionados ao trabalho e lazer, realizados na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e em alguns países de economia planificada, como a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Assim, as primeiras pesquisas de uso do tempo estavam voltadas para o planejamento governamental e para os fatores motivacionais (salários, condições de trabalho) que estabilizam e tensionam o *trade-off* entre lazer e trabalho. De acordo com Dedecca (2004), na sociedade moderna capitalista, na qual o trabalho ocupa uma posição central na forma de organização e reprodução do sistema, a apropriação do conhecimento sobre o uso do tempo permite aferir o tempo para a reprodução econômica – incorporado no tempo dedicado ao

trabalho remunerado e no deslocamento – e aquele relacionado às atividades de organização domiciliar, de lazer e de sono. As transformações econômicas, sociais e culturais modificam continuamente a dinâmica do uso do tempo enquanto as instituições modernas políticas e culturais o regulam (UNITED NATIONS, 2005).

Percebendo o potencial do estudo sobre o uso do tempo, no início da década de 1960, Szalai (1972) promoveu uma pesquisa comparativa multinacional de uso do tempo, envolvendo países capitalistas desenvolvidos (Estados Unidos, França, Bélgica e Alemanha Ocidental), países socialistas (URSS, Hungria, Polônia, Bulgária, Iugoslávia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental) e um país em desenvolvimento (Peru) com o objetivo de estudar a classe trabalhadora em contextos de organização política e econômica distintos (socialismo e capitalismo) e de avanço da tecnologia. Importante ressaltar que os países socialistas enumerados anteriormente possuíam ampla experiência em pesquisas de uso do tempo, relacionada ao planejamento social do processo de industrialização e do uso do tempo livre (AGUIAR, 2011).

Foi a partir desta pesquisa que analistas de uso do tempo começaram a identificar a relevância em observar o tempo gasto com a casa e com os cuidados com a família, o chamado trabalho doméstico não remunerado, principalmente em países em desenvolvimento, nos quais o trabalho doméstico, representado predominantemente pelas mulheres, apresentava uma frequência maior do que em países desenvolvidos. Nesta mesma época, final da década de 1960, instituiu-se a crise do fordismo, como reflexo do esgotamento do modelo de capitalismo industrial e eclodiram os movimentos pós-modernistas que reivindicavam a redução de desigualdades de gênero, de raça, de etnias que se viram acentuadas ao longo da primeira metade do Século XX. Estes movimentos sociais trouxeram à tona uma maior preocupação com estas categorias de análise em diversos campos do conhecimento – político, econômico, social e cultural – e, conseqüentemente, na própria forma como os indicadores sociais passaram a ser produzidos para mensurar grau de exclusão social, sobre os quais as pesquisas de uso do tempo adquiriram importância fundamental (HARVEY, 1992; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Ao longo dos últimos anos muito se avançou sobre as funcionalidades das pesquisas de uso do tempo, seguindo o ritmo de mudanças no capitalismo no que tange às diferentes demandas sociais e estéticas que invadiram não só o mundo do trabalho, mas a sociedade moderna como um todo, como é o caso das questões relacionadas às desigualdades econômicas e sociais vivenciadas por segmentos que ganham visibilidade crescente, como as mulheres e os negros, ou à reconfiguração do mercado de trabalho com a flexibilização e fragmentação que emergiram no período pós-fordista. Assim as pesquisas de uso do tempo passam a investigar as diferenças entre homens e mulheres dentro e fora do mercado de trabalho remunerado, a mensurar a dinâmica da pobreza e do desenvolvimento dos países, a caracterizar o desemprego, o subemprego e a informalidade, entre outras funcionalidades.

Os maiores avanços das pesquisas de uso do tempo podem ser atribuídos aos estudos sobre gênero que procuram valorizar o trabalho da mulher que, dada a relevância que ganhou ao longo das últimas décadas, será tratado de forma separada mais adiante. Importa ressaltar no momento que, de uma forma geral, as pesquisas de uso do tempo como mensuração e avaliação do trabalho não remunerado apresentam resultados que podem ser incorporados às contas nacionais, permitindo uma descrição mais precisa da contribuição que o trabalho produtivo e reprodutivo fornece às economias dos países.

Além da produção doméstica, uma grande quantidade de trabalho não remunerado também é realizado nas diferentes sociedades, resultando em uma gama de bens e serviços importantes. O trabalho voluntário é um tipo de trabalho não remunerado que envolve a administração de organizações e associações comunitárias e o cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade, constituindo-se em uma importante contribuição à produção nacional. Na área rural, a produção de alimentos para subsistência e a ajuda mútua com mão de obra agrícola de base comunitária engrossa o rol de atividades que são mediadas por mecanismos outros que não a retribuição monetária, mas que também se conectam ao mercado e se deslocam entre os setores remunerados e não remunerados da economia (UNITED NATIONS, 2005).

As estatísticas de uso do tempo são importantes para proporcionar uma compreensão mais profunda da dinâmica da pobreza e do desenvolvimento. Uma de suas finalidades é promover a comparação entre a dinâmica do uso do tempo entre distintos países, permitindo apreender aspectos relacionados às formas de organização da vida cotidiana das sociedades, inclusive a organização econômica, estrutura política e formas culturais. Seus usos podem estar voltados para estudos sobre condições de vida, mobilidade e transportes, lazer e recreação, uso de mídias de massa, alocação do tempo com educação, pesquisas sobre contatos sociais etc. Dados sobre o uso do tempo podem servir de subsídio para informar os formuladores de políticas públicas sobre a utilização e o impacto de serviços públicos como o transporte público, escolas e fornecimento de eletricidade.

Uma das principais funções das estatísticas de uso do tempo, amplamente difundida em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, tem como objetivo dar visibilidade às atividades produtivas não remuneradas que estão fora da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais - SCN. Estas são utilizadas para complementar as informações sobre contas nacionais que não captam suficientemente as atividades produtivas que se encontram fora da fronteira de produção ou dentro da unidade familiar. Além de possibilitar a avaliação de desigualdades intradomiciliares, como a divisão do trabalho por gênero ou por idade, as pesquisas de uso do tempo têm subsidiado a criação de contas satélites de trabalho não remunerado, com vistas à mensuração de sua contribuição à produção nacional (GÓMEZ GÓMEZ, 2008).

Desde 1995, pelo menos 50 países desenvolvidos e em desenvolvimento iniciaram trabalhos ou coleta de dados sobre a utilização do tempo em quase todas as regiões do mundo, com uma perspectiva geográfica, econômica e cultural bem diversificada.

Recomendações internacionais e os marcos orientadores das estatísticas de uso do tempo

As classificações internacionais sobre o uso do tempo foram desenvolvidas para auxiliar no planejamento, implementação, processamento e análise de dados de uma pesquisa sobre o uso do tempo. Elas podem servir de guia para o desenvolvimento de uma classificação nacional de atividades ou para a revisão de uma classificação existente. Não substituem, portanto, as classificações nacionais, mas auxiliam na manutenção da comparabilidade das estatísticas nacionais sobre o uso do tempo entre os diversos países. O objetivo é que os países adequem as classificações internacionais às suas realidades sociais, culturais e econômicas, ampliando-as ou reduzindo-as.

Neste trabalho serão verificadas três classificações internacionais de referência que seguem critérios diferenciados de categorização, mas que apresentam uma compatibilidade entre si. Constituem-se em classificações pensadas para atender às características e necessidades regionais nos quais determinados países estão inseridos. Dessa forma, há a International Classification of Activities for Time Use Statistics - ICATUS 2016, elaborada para atender aos países-membros das Nações Unidas; a Harmonised European Time Use Surveys - HETUS 2009, destinada aos países-membros da União Europeia; e a Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe - CAUTAL 2016, com vistas aos países dessa região.

ICATUS 2016

A Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo (International Classification of Activities for Time Use Statistics - ICATUS 2016) é uma classificação desenvolvida pela Organização das Nações Unidas - ONU que elenca todas as atividades que uma pessoa pode realizar durante as 24 horas de um dia (UNITED NATIONS, 2017). Sua finalidade é servir como uma estrutura padrão para estatísticas de uso do tempo de acordo com o agrupamento de atividades, a partir de conceitos e definições padronizados que permitem a comparação internacional, independentemente dos tipos de instrumentos utilizados para a coleta de dados. A ICATUS pode ainda ser utilizada para orientar a coleta de dados sobre o uso do tempo ou ser adaptada às classificações dos países que reflitam o contexto e as necessidades nacionais (UNITED NATIONS, 2017). O principal objetivo do desenvolvimento da ICATUS é permitir aos pesquisadores delinear de forma mais precisa os limites das atividades econômicas e não econômicas e das atividades produtivas e não produtivas. Além de medir todas as formas de trabalho incluindo o trabalho não remunerado (UNITED NATIONS, 2005).

A ICATUS surgiu a partir da Plataforma de Ação de Pequim em 1995, cuja Comissão Estatística da ONU solicitou a preparação de uma classificação de atividades para pesquisas de uso do tempo. Em 1997 foi elaborada o primeiro esboço da ICATUS. A versão revisada pelo Grupo de Especialistas levou em conta a experiência dos países e as recomendações dos especialistas com pesquisas de uso do tempo. Em 2005 foi publicado o *Guide to producing statistics on time use: measuring paid and unpaid work* (UNITED NATIONS, 2005) junto da versão teste da ICATUS.

A ICATUS 2016 é fruto de uma revisão aprofundada da versão de 2005 e de um debate exaustivo entre diversos países e vários organismos multilaterais¹ ao longo dos últimos anos para adequá-la às suas necessidades. As principais mudanças implementadas na versão da ICATUS 2016 com relação à versão de 2005 se referem a terminologia usada na descrição das atividades, que tem sido alinhada aos padrões internacionais existentes, e a atualização constante dos metadados, para refletir novas definições e padrões internacionais.

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO), Organização Estatística da União Europeia (EUROSTAT), Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (International Association for Time Use Research - IATUR), entre outros.

Suas categorias de classificação são mutuamente excludentes – só admitem uma classificação – e exaustivas – esgotam todas as possíveis atividades efetuadas ao longo de um dia. Possui o atributo da comparabilidade com outras classificações nacionais e internacionais. Apresenta categorias estáveis ao longo do tempo; bem descritas, com notas explicativas que descrevem claramente as atividades que devem ser incluídas e excluídas; e bem equilibradas, compreendendo um número de categorias gerenciáveis, cuja a metodologia utilizada recomenda a adoção de um diário de atividades como instrumento de coleta (UNITED NATIONS, 2017).

Outra mudança trazida a partir da revisão da ICATUS 2016, refere-se a sua estrutura, na qual as atividades foram agrupadas de forma mais simplificada distribuídas em três níveis hierárquicos – grandes divisões, divisões e grupos – para facilitar a implementação de pesquisas de uso do tempo no âmbito nacional e a comparação com outras classificações de uso do tempo. O Quadro 1 mostra esta alteração, que na versão de 2005 apresentava um maior número de níveis e de grandes divisões (UNITED NATIONS, 2005, 2017).

Quadro 1 - Diferenças na estrutura da classificação entre a ICATUS 2005 e 2016

Estrutura	ICATUS Teste 2005	ICATUS 2016
Níveis	5	3
Grandes Divisões	15	9
Divisões	54	54
Grupos	92	182
Classes	200	-
Subclasses	363	-

Fonte: UNITED NATIONS. Statistics Division. ICATUS: from 1997 to 2016. Trabalho apresentado no 4th. Expert Group Meeting on the Revision and Finalization of the International Classification of Activities for Time Use Statistics - Icatlus, realizado em Nova Iorque, 28-30 de junho de 2016. 13 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/Events/28-30_June_2016/default.html>. Acesso em: jan. 2018.

Além disso, em sua revisão de 2016, a ICATUS buscou alinhar sua estrutura às resoluções sobre conceitos e estatísticas do trabalho previstas na 19ª Conferência Internacional de Estadísticos del Trabajo - CIET promovida, em 2013, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2013). Nesta conferência foram propostas novas formas de trabalho, das quais algumas continuaram fora da fronteira de produção da economia, como o trabalho doméstico, trabalho voluntário (prestação de serviços) e os cuidados (Quadro 2).

Essas modificações tiveram como objetivo manter os princípios ordenadores utilizados para definir as categorias da ICATUS, que são coerentes com o Sistema de Contas Nacionais (SCN), permitindo o cálculo do agregado macroeconômico, por meio de contas satélites e a comparabilidade com outras classificações de uso do tempo.

Quadro 2 - Formas de trabalho em relação ao Sistema de Contas Nacionais - SCN

Destino da produção pretendido	Para uso final próprio		Para uso por terceiros				
	Formas de trabalho	Trabalho na produção para consumo próprio		Emprego (trabalho por pagamento ou lucro)	Trabalho não pago de trainee	Outras atividades de trabalho	Trabalho voluntário
de serviços		de bens	no mercado e nas unidades de não-mercado				na produção doméstica
				bens	serviços		
Relação com a SCN 2008	Atividades dentro da fronteira de produção do SCN						
	Atividades dentro da fronteira de produção geral do SCN						

Fonte: UNITED NATIONS. Statistics Division. *International classification of activities for time use statistics 2016 - IcatuS 2016*. New York, 2017. 143 p. Versão de 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/48th-session/documents/BG-3h-ICATUS-2016-13-February-2017-E.pdf>>. Acesso em: jan.2018.

Nota: Tradução nossa.

Dessa forma, a estrutura da IcatuS compreende as atividades produtivas – dentro e fora da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais - SCN, conforme elencadas acima – além do trabalho doméstico e de cuidados de pessoas; e as atividades não produtivas, que incluem as atividades pessoais, constituídas de atividades que elevam o bem-estar dos indivíduos de uma forma geral.

Dentro dos três níveis hierárquicos da classificação, o agrupamento em cada nível depende da capacidade de detalhamento da atividade desenvolvida, cujas grandes divisões representam o maior nível de agregação de atividades e o grupo o maior nível de detalhamento. As atividades devem ser codificadas no maior nível de detalhamento possível. Para as divisões em que ainda não é possível a desagregação em grupos de três dígitos específicos, para manter a equivalência os códigos de dois dígitos devem ser transformados em três dígitos adicionando um zero (0). Com o propósito de salientar a importância da captura do tempo gasto em atividades nas empresas domiciliares ou no trabalho doméstico por meio das pesquisas de uso do tempo e a necessidade de focar corretamente estas atividades na IcatuS, o emprego sob a grande divisão 1 foi subdividido em três grupos detalhados para diferenciar trabalho realizado nas corporações, no governo e nas instituições sem fins lucrativos do trabalho, realizado em empresas familiares e em domicílios. Este último foi classificado com o objetivo de permitir a distinção entre a produção de bens da provisão de serviços (UNITED NATIONS, 2017).

Já as atividades definidas sob a grande divisão 2 foram assim estabelecidas para dar suporte ao SCN e para analisar o trabalho domiciliar na produção para consumo próprio, incluindo a produção de alimentos para subsistência.

Ainda no que se refere as formas de estruturação da ICATUS 2016, as atividades detalhadas da Grande Divisão 4 "Serviços de Cuidados não remunerados prestados para membros do domicílio e da família" são importantes para a compreensão das necessidades de cuidado dentro dos domicílios e para informar as políticas para apoiar essas necessidades e para avaliar o trabalho de cuidados não remunerado. Reconhece-se a importância de se distinguir o cuidado prestado a crianças muito jovens, por exemplo, "com 5 anos ou menos", do cuidado de crianças mais velhas, "entre os 6 e os 17 anos", dada a intensidade e o tipo de cuidados necessários. A fim de recolher dados que reflitam tal distinção, é aconselhável especificar as faixas etárias na variável contextual "com quem", tal como já foi recomendado pela Pesquisa Harmonizada de Utilização do Tempo na Europa (Harmonised European Time Use Surveys - HETUS) e realizada em países selecionados. A ICATUS 2016 não distingue, na sua estrutura, o cuidado com crianças com deficiência de outras crianças, uma vez que todas as crianças necessitam de cuidados/supervisão. No entanto, informações sobre crianças com deficiência podem ser coletadas através de perguntas relevantes no questionário de base da pesquisa de uso do tempo.

No que se refere aos critérios de classificação das atividades da ICATUS 2016, a coleta sobre o tempo gasto no uso das tecnologias da informação e de comunicação (TIC) constitui uma importante fonte de informações de uma pesquisa de uso do tempo e, portanto, devem ser apuradas. Contudo, em situações nas quais não há como desagregar a atividade de TIC de outra atividade que esteja sendo realizada de forma concomitante e até que os instrumentos de coleta estejam suficientemente desenvolvidos para detectá-las, deve-se incluir o uso de um dispositivo TIC como uma variável contextual, cuja captura se refere ao tempo residual gasto com este tipo de atividade (atividade secundária) (UNITED NATIONS, 2017).

Outra informação que entra na estrutura da ICATUS 2016 refere-se ao tempo de deslocamento em função da realização de atividades principais. A ICATUS 2016 trata o tempo de deslocamento dentro de cada atividade principal praticada e recomenda que o tempo de espera seja computado junto com a atividade principal.

Apesar de na reestruturação da ICATUS 2016, ter havido uma redução das grandes divisões em relação à ICATUS 2005, durante todo o processo de revisão esteve presente a preocupação com a cobertura das atividades elencadas na classificação, tornando esta versão recente mais detalhada no nível de grupo. A ideia era buscar um equilíbrio na categorização de atividades que pudesse atender a países desenvolvidos e em desenvolvimento que apresentam características bem heterogêneas tanto nos tipos de atividades realizadas quanto no tempo em que são alocadas ao longo de um dia.

Algumas categorias foram consideradas muito específicas para serem incluídas na classificação internacional, devendo ficar a critério de cada país de acordo com o objetivo que se deseje alcançar na pesquisa sobre o uso do tempo. Este é o caso das atividades sociais negativas, como tabagismo, uso de drogas etc.

CAUTAL 2016

A Classificação de Atividades de Uso do Tempo para América Latina e Caribe (Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe - CAUTAL 2016) é o resultado de uma longa trajetória do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de

Gênero formado por países-membros da Conferência Estatística das Américas - CEA, em 2007, que vislumbrou a necessidade de construir um instrumento de classificação de atividades para pesquisas de uso do tempo adequadas às características regionais, tendo como objetivo principal desvendar as desigualdades de gênero em países da América Latina e Caribe (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2016). Como resultado das tarefas deste Grupo de Trabalho, em 2010 foram divulgados os primeiros resultados das discussões entre os países-membros da CEA sobre o processo de adaptação e consulta do classificador, culminando na publicação em 2016 da versão definitiva da CAUTAL.

Esta classificação organiza as atividades de trabalho remunerado e não remunerado de acordo com o conceito de produção do SCN e é consistente com as recomendações da 19ª CIET, promovida pela OIT.

A CAUTAL é um instrumento dinâmico e flexível que procura responder às exigências de classificação e as características socioeconômicas de cada país. Seu objetivo é ser um classificador regional que permita a harmonização das estatísticas de uso do tempo e a obtenção de informações para compreender melhor o trabalho de homens e mulheres e que contribua para a concepção de políticas públicas que promovam e ampliem a capacidade econômica das mulheres (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2016).

A ICATUS foi um importante instrumento de classificação que antecedeu a CAUTAL e que serviu de parâmetro para que, em seu desenvolvimento e revisão, a CAUTAL mantivesse sua harmonização com ela. Porém, é importante salientar que muito da experiência da América Latina apresenta uma trajetória baseada em metodologias focadas no uso de módulos vinculados a pesquisas domiciliares, adotando como instrumento de coleta, de uma forma geral, um questionário (e não um diário).

Como objetivos específicos desta classificação encontram-se: identificar e definir categorias analíticas que permitam o reconhecimento e tamanho do trabalho total, remunerado e não remunerado, de forma holística, bem como a definição das atividades domésticas e de cuidados de pessoas não remuneradas; subsidiar informações necessárias para avaliar o trabalho não remunerado e desenvolver a conta satélite de trabalho não remunerado; e apresentar uma taxonomia de atividades de uso do tempo, com uma perspectiva de gênero, fundamentada em conceitos e definições modernas para melhorar a qualidade da informação e para expandir e fortalecer a análise e a formulação e avaliação de políticas públicas (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2016).

O quadro conceitual da CAUTAL incorpora critérios econômicos fundamentados no SCN e distingue dois grandes grupos: atividades produtivas ligadas à produção de bens e serviços, e atividades não produtivas ou pessoais. Por sua vez, as atividades produtivas são divididas em dois tipos: aquelas cujos produtos e serviços gerados são considerados dentro da fronteira de produção do SCN nas medições do Produto Interno Bruto - PIB; e as relacionadas com a produção de serviços que realizam os membros das famílias para si mesmo, que é excluída do SCN, mas dentro da fronteira geral de produção (Quadro 2).

As grandes divisões (um dígito) agrupam atividades que revelam diferentes aspectos dos tipos de trabalho e das atividades pessoais. Divisões (dois dígitos) mostram conjuntos de atividades e tarefas específicas decorrentes das principais divisões onde eles estão localizados (Quadro 3). O critério para a definição dessas divisões é a frequência e a regularidade de ocorrência; ou seja, apresenta atividades que são predominantes na maioria dos países. Outra consideração importante levada em conta ao serem formuladas as divisões, foi a importância que o conjunto particular de atividades tem em relação aos objetivos de pesquisas de uso do tempo. Por estas razões, o classificador CAUTAL 2016 apresenta uma estrutura combinada até o nível das divisões, entendendo que, por tratar-se de uma ferramenta dinâmica destinada a atender as demandas de classificação e às características socioeconômicas nacionais, deve ser flexível em níveis de grupos e subgrupos. Nos seguintes níveis (três e quatro dígitos) são agrupadas atividades de alocação de tempo relevantes para a população local. Estas desagregações destinam-se a apoiar a concepção de perguntas para o questionário, pois materializam as ações que permitem perguntar de forma objetiva quanto tempo uma pessoa dedica a uma determinada atividade, e ao mesmo tempo respondem às necessidades analíticas específicas (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2016).

Quadro 3 - Estrutura geral da CAUTAL

Estrutura geral		
Seções	Letras (A, B e C)	3
Grandes Divisões	Um dígito	9
Divisões	Dois dígitos	34
Grupos	Três dígitos	96
Subgrupos	Quatro dígitos	23

Fonte: COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe - Cautal*. Santiago del Chile: Cepal, 2016. 39 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/39624-clasificacion-actividades-uso-tiempo-america-latina-caribe-cautal>>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: Tradução nossa.

Observa-se que em todas as atividades de trabalho doméstico e de cuidados que implicam deslocamentos devem incluir o tempo de traslado e o tempo destinado à realização da atividade.

As atividades de cuidados foram separadas por grupos de idade e dependência permanente de outro adulto por conter, em si, uma importância que se relaciona à compreensão das idades mais vulneráveis da primeira infância (que exigem cuidados maternos mais intensos), ou cuidados de idosos e/ou pessoas com dependência permanente, que permitam a orientação de políticas públicas.

Hetus 2009

A primeira versão das Orientações sobre Estudos Harmonizados de Uso do Tempo na Europa (Harmonised European Time Use Surveys - HETUS) data do ano 2000. Sua elaboração foi o resultado de um esforço de cooperação entre institutos

nacionais de estatísticas dos estados-membros, a Comissão Estatística Europeia (Eurostat) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Com o objetivo de simplificar a classificação, mas mantendo a comparabilidade com as versões anteriores, a revisão da HETUS foi realizada em 2009 novamente com a participação dos institutos nacionais de estatísticas (EUROPEAN COMMISSION, 2009).

O objetivo das diretrizes da HETUS é fornecer uma base metodológica sólida para os países que pretendem realizar pesquisas de uso do tempo, garantindo resultados comparáveis entre países. Dentro desta perspectiva, a HETUS adota o uso de um conjunto harmonizado de instrumentos de coleta, como diários, questionários e uso de *call center* (EUROPEAN COMMISSION, 2009).

Por isso também há uma forte preocupação com a amostra da pesquisa que deve ser representativa da população de cada país. Para tanto, a orientação é a adoção do indivíduo como unidade de coleta (e não o domicílio), mas todos os membros do agregado familiar devem ser incluídos na amostra. Os questionários são presenciais e se constituem de um questionário domiciliar e um individual que devem ser aplicados pessoalmente pelo entrevistador. Caso o questionário individual não possa ser preenchido presencialmente, o recurso à entrevista por telefone deve ser utilizado.

A segunda dimensão da amostragem é o tempo que deve ser coletado em um período de um ano, com a realização de ajustes sazonais para não interferir nos resultados da pesquisa (férias, estações do ano, datas comemorativas, etc.). Recomenda-se o uso de dois tipos de diários: um diário de segunda a sexta e outro diário no final de semana, ambos com intervalos de marcação a cada dez minutos, que devem ser preenchidos por todos os membros do agregado familiar ao longo de uma semana. O diário europeu harmonizado de uso do tempo deve incluir as seguintes variáveis: atividade principal; atividade secundária (simultânea); local onde o tempo é gasto; e com quem o tempo é gasto (EUROPEAN COMMISSION, 2009).

O desenho da amostra deve estar restrito à população residente de 10 anos ou mais e que mora em domicílios privados há pelo menos um ano. Não considera, portanto, as pessoas que residam a menos de um ano no país ou que moram em instituições (militares, prisões, hospitais etc.).

O sistema de código de atividades é hierárquico, com três níveis. A tarefa principal no processo de codificação é atribuir códigos de 3 dígitos às atividades principais (desde que exista informação suficiente nos diários para fazer isso). O quarto dígito deve atender as especificidades de cada país (Quadro 4).

Quadro 4 - Estrutura geral da HETUS

Estrutura geral		
Nível 1	Um dígito	9
Nível 2	Dois dígitos	33
Nível 3	Três dígitos	108

Fonte: Os Autores.

No que se refere aos critérios de definição da estrutura da classificação de atividades, no nível mais elevado, o código 3 representa Cuidado familiar e domiciliar. Esta é uma das 10 categorias de atividades de primeiro nível no sistema de codificação da HETUS. Como regra geral, o primeiro dígito em um código define a categoria de atividade de primeiro nível. Dentro de cada categoria de atividade de primeiro nível pode haver de 1 a 9 categorias de atividades de segundo nível, definidas pelos primeiros dois dígitos. Da mesma forma, dentro de cada categoria de atividade de segundo nível pode haver de 1 a 10 categorias de atividades de terceiro nível. Assim a regra principal no processo de codificação é atribuir o código de 3 dígitos para as principais atividades (certo de que há informação suficiente no diário para fazer isto). Quando uma atividade é atribuída a um código de três dígitos ela é também automaticamente classificada no nível de 1 e 2 dígitos (EUROPEAN COMMISSION, 2009).

As atividades relacionadas ao uso de mídias eletrônicas (computador ou internet) como meios de realizar as atividades principais devem ser relacionadas no diário sob um código específico 0 (nenhum uso) ou 1 (uso) adicional ao código da atividade principal. Caso constituam-se em uma atividade fim, a classificação deve obedecer ao padrão hierárquico de acordo com o código correspondente. A localização da realização da atividade, o meio de transporte utilizado e com quem a atividade foi realizada são registradas em colunas inseridas no diário para que o registro apropriado seja feito, constituindo-se também em uma codificação adicional à atividade principal (EUROPEAN COMMISSION, 2009).

Em síntese, pode-se afirmar que a HETUS 2009 é uma ferramenta metodológica completa para servir de base para pesquisas de uso do tempo em países europeus, pois a classificação é uma das etapas do processo de implementação da pesquisa, da qual fazem parte também recomendações sobre formas de codificação de variáveis, métodos de amostragem, inclusão de variáveis adicionais (regiões de residência, grau de urbanização, características dos familiares do domicílio e ciclo de vida), procedimentos de estimação e de análise dos resultados.

Já a Icatus 2016 é uma classificação que se propõe a esgotar as possibilidades de cobertura de atividades a serem realizadas ao longo de um dia capturadas por diário e por isso possuem uma gama de códigos mais abrangente no nível de dois dígitos (divisão).

Na CAUTAL 2016, por sua vez, observa-se, a partir da sua própria trajetória de construção, uma forte preocupação com a investigação de questões relacionadas a desigualdade de gênero nas estatísticas de uso do tempo, com enfoque nas particularidades dos países latino-americanos e caribenhos.

Portanto, apesar de possuírem o mesmo princípio ordenador, não se observa uma harmonização plena entre as classificações. O que se verifica entre as classificações internacionais é uma forte compatibilização que se intensifica a partir do segundo ou terceiro dígito, ou seja, a nível de divisão ou grupo. Para permitir a visualização desta compatibilidade entre as classificações o Anexo 1 traz uma tabela comparativa entre as três classificações apresentadas.

Experiências internacionais

Nesta seção serão analisadas as experiências de países desenvolvidos e em desenvolvimento com pesquisas de uso do tempo no que se refere às classificações de referência internacional, que servem como marcos orientadores para a formulação de pesquisas de uso do tempo nos diversos países e às suas metodologias de análise.

Finlândia

As pesquisas de uso do tempo na Finlândia são conduzidas desde 1979, aproximadamente a cada dez anos. A última pesquisa foi realizada em 2009/2010. Desde 1999/2000 os dados têm sido coletados de forma harmonizada às recomendações da União Europeia, que utilizam como classificação de referência a HETUS 2009.

O objetivo da pesquisa é analisar o tempo de trabalho, o tempo gasto no trabalho doméstico, de descanso e das refeições, atividades de tempo livre, além da forma como as pessoas passam o tempo juntas e onde as atividades ocorrem. Examina também como a hora do dia, o dia da semana e as estações do ano afetam os ritmos de uso do tempo. Os indicadores mais trabalhados sobre o uso do tempo referem-se ao cálculo de diferenciais de horas de trabalho entre homens e mulheres, de trabalho doméstico, de tempo gasto no cuidado com filhos e de tempo gasto nos cuidados pessoais (como tempo dedicado a atividades pessoais solitárias e tempo livre de quaisquer obrigações). Pode-se verificar, portanto, que os indicadores relacionados à mensuração da desigualdade de gênero são de importância fundamental nas pesquisas de uso do tempo da Finlândia.

O principal instrumento de coleta utilizado é o diário de 24 horas aplicados por um período de 2 dias (um dia da semana e um dia do final de semana). Além disso são aplicados questionários presenciais e realizadas entrevistas por telefone. Os questionários presenciais concentram-se em coletar informações sobre emprego, estudo, trabalho voluntário e atividades de tempo livre. A coleta de dados é feita ao longo de 12 meses pelo Statistics Finland (TIME..., 2017).

A pesquisa tem como unidade de coleta o domicílio e seus membros acima de 10 anos de idade e é realizada em âmbito nacional. A participação do informante é voluntária, incluindo o número de domicílios necessário para manter a representatividade da amostra. A adoção de um modelo de pesquisa harmonizada às recomendações da União Europeia em 1999/2000 trouxe como mudanças a unidade de coleta que passou de domiciliar para individual e a captura nos diários das atividades realizadas junto a outras pessoas ao longo do dia. No entanto, esta padronização permite que as questões das entrevistas e a categorização das atividades de uso do tempo relacionadas na classificação sejam adaptadas à realidade de cada país (TIME..., 2017).

O financiamento para a realização da pesquisa de 2009/2010 foi oriundo de diversas instituições públicas e privadas, entre as quais, o Instituto de Seguridade Social, Centro Nacional de Pesquisa ao Consumidor, Ministério dos Transportes e Comunicação, da Educação e Cultura e do Meio Ambiente, Federação da Família e Companhia de Radiodifusão Finlandesa.

A taxa de resposta dos diários foi de 41% na pesquisa de 2009/2010. Os entrevistados inseriram em seus diários uma descrição redigida de forma livre do que estavam fazendo a cada 10 minutos. Foi possível registrar duas atividades simultâneas no diário. O tempo gasto em conjunto com outros membros da família e conhecidos também foi registrado. O local onde a atividade ocorreu foi determinado em conformidade com a classificação de dados (TIME..., 2017).

As atividades descritas pelos próprios entrevistados foram codificadas de acordo com a classificação das atividades consolidada em 146 categorias. As variáveis desagregadas para os dados de uso do tempo foram o principal tipo de atividade, idade, estágio na vida, nível de educação, grupo socioeconômico, tipo de município, região principal, província, época do ano, dia da semana.

Estados Unidos

A pesquisa de uso do tempo dos Estados Unidos chamada de American Time Use Survey - ATUS conta com uma regularidade ímpar, metodologia complexa e ampla documentação dos processos de coleta e análise das informações. Feita em parceria entre o Bureau of Labour Statistics e pelo U.S Census Bureau, esta pesquisa passou, entre 1991 e 2003, por uma fase de planejamento, que incluiu, dentre outros: a realização de um piloto em 1997; testes objetivando o refinamento da coleta (estratégias de coleta por telefone e os referidos instrumentos); além de testes com classificações a serem codificadas. A partir de 2003 a pesquisa foi efetivamente implementada e, desde então, vem sendo revisada periodicamente.

A pesquisa de uso do tempo americana é contínua e utiliza, para tanto, uma subamostra com representatividade nacional (7 500 domicílios), composta por domicílios que tenham respondido as oito entrevistas que fazem parte do Current Population Survey - CPS. Neste modelo, informações referentes às características demográficas e de mercado de trabalho já estão coletadas, o que favorece o cruzamento com as informações relativas ao uso do tempo do informante. As entrevistas, agendadas com antecedência, são feitas por telefone, utilizando o Computer Assisted Telephone Interviewing - CATI.

Dois meses após completar a oitava entrevista do CPS o informante se torna elegível para a participação na ATUS, o que é confirmado com o recebimento de um *e-mail*, agendando a data para a coleta das informações. O informante é instruído a anotar suas atividades no dia anterior à entrevista, com início às 4h00min da manhã de um dia e término às 4h00min da manhã do dia da entrevista – totalizando 24 hs. Além do diário, o entrevistador faz perguntas relativas ao domicílio, a situação de emprego, rendimento e educação do informante (AMERICAN..., 2017). No caso de o informante ser idoso, também são feitas perguntas voltadas para cuidados. Metade dos questionários são coletados durante a semana e metade nos finais de semana. Em 2015 a taxa de resposta foi de 48,5%.

Para realização das entrevistas é selecionado um membro do domicílio com 15 anos ou mais de idade. As informações, coletadas por telefone via CATI, já estão previamente organizadas, já que algumas características sociodemográficas e domiciliares são aproveitadas do CPS. As entrevistas podem ser realizadas em inglês ou espanhol, dependendo da língua falada pelo informante. No processo de

preenchimento do diário são utilizadas técnicas de entrevistas que substituem as perguntas exatas por uma espécie de conversa entre entrevistador e entrevistado, na qual é possível cobrir alguns lapsos de memória sobre as atividades desenvolvidas.

A classificação de atividades utilizada pela ATUS tem origem na classificação adotada na pesquisa de uso do tempo da Austrália, realizada em 1997. Esta última foi utilizada ao longo do processo de planejamento e testes da pesquisa e sofreu mudanças desde então, originando uma classificação própria denominada ATUS Activity Coding Lexicons. Formada por um sistema em três níveis, com o primeiro deles compreendendo 17 atividades, nas quais cada uma possui outros dois níveis. Uma característica importante desta classificação é que os códigos de atividades são constantemente reavaliados e, quando necessário, atualizados no momento anterior à pesquisa (AMERICAN..., 2017).

Embora forneça elementos para seu estudo, a pesquisa de uso do tempo americana não é estritamente voltada para a análise das questões de gênero, pois fornecem uma série de informações que subsidiam a elaboração de políticas públicas em áreas como: saúde, família, transportes e economia (neste caso, pela mensuração e imputação de valor ao trabalho não remunerado). A pesquisa ainda reserva um módulo para a captação de temas propostos pelo governo e que variam de ano para ano. Em 2006, 2008, 2014 e 2016, por exemplo, foi proposto um módulo de saúde; em 2010, 2012 e 2013, um módulo de bem-estar; e, em 2011, um módulo sobre licença laboral.

Como a pesquisa é contínua, com informações mensais ao longo do ano, é possível o acompanhamento de mudanças na dinâmica dos temas investigados, captando, inclusive, as variações sazonais.

México

O México é um país que possui tradição na realização de pesquisas de uso do tempo, com o primeiro levantamento efetuado já em 1996, ano seguinte à promulgação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (WORLD CONFERENCE ON WOMEN, 1995). Este último documento apontava, dentre outros, para a necessidade de levantamento de informações sobre as diferentes formas de trabalho, com foco especial no trabalho não remunerado, realizado, sobretudo pelas mulheres, e que demandava o desenvolvimento de ferramentas para sua mensuração. A necessidade de dar visibilidade ao trabalho não remunerado passava não apenas por uma captação mais precisa, mas tinha como desafio a imputação de um valor monetário à sua execução, o que tornava imprescindível a realização de uma pesquisa de uso do tempo.

Na busca por fornecer visibilidade ao trabalho não remunerado, exercido majoritariamente pelas mulheres, o México realizou cinco pesquisas sobre uso do tempo. Em 1996 foi realizada a Encuesta Nacional sobre Trabajo, Aportaciones y Uso del Tiempo - ENTAUT, seguida pela Encuesta Nacional sobre el Uso del Tiempo - ENUT em 1998 e 2002. A partir deste último ano as pesquisas contaram com o apoio financeiro e operacional do Instituto Nacional de las Mujeres - INMUJERES, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (United Nations Development Fund for Women - UNIFEM), transformado posteriormente em ONU Mulheres (UNWomen) e do Instituto Nacional de Estadística y Geografía - INEGI, também responsável pela operação de coleta. As ENUTs

realizadas em 2009 e 2014 ganharam objetivo mais definido, centrado em medir o tempo destinado por homens e mulheres a suas atividades diárias (ENCUESTA..., 2010).

Para além do referido objetivo, estas pesquisas buscavam levantar e fornecer informações que permitissem subsidiar a medição de todas as formas de trabalho, incluindo o trabalho remunerado e não remunerado. Pretendia-se mostrar a importância da produção doméstica para a economia, o que seria feito posteriormente através da elaboração de uma conta satélite de trabalho não remunerado (ENCUESTA..., 2015). Da mesma forma, objetivava-se estimar o tempo dispendido pela população na realização de atividades de naturezas distintas, como cultura; esportes; deslocamento para o trabalho; cuidados com o meio ambiente etc.

Uma característica que torna o estudo do caso mexicano interessante é o processo de “maturação” da pesquisa, com o progressivo aperfeiçoamento ao longo de suas edições. Isto fica mais evidente pelo fato de que os levantamentos de 1996, 1998 e 2002 terem sido feitos como módulos da Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares - ENIGH. Em 2009 e em 2014, por sua vez, as informações foram levantadas em uma pesquisa independente, contando, para isso, com amostras maiores e um número mais elevado de variáveis.

Com exceção da edição de 1998, quando foi introduzido o diário como instrumento de coleta das informações, as demais edições da pesquisa utilizaram os questionários, com frequências diferenciadas quanto ao período e ao número de entrevistas (Quadro 3). Em 2002, por exemplo, foram feitos quatro levantamentos de sete dias cada, totalizando 28 dias de entrevistas.

Em 2009 e 2014 foram feitos alguns ajustes, embora tenham se mantido os questionários como principal instrumento de coleta das informações. Para estes dois anos a ENUT teve como informantes pessoas com 12 anos ou mais de idade residentes em áreas urbanas e rurais do país – em 1996 e 1998 o recorte era de 8 anos ou mais de idade. O período de referência compreendeu a semana anterior à data da entrevista, em dois ciclos: de segunda a quinta e de sábado a domingo.

O Quadro 5 apresenta os principais temas levantados pelas diferentes edições das pesquisas. Cabe destacar que todas levantaram informações para a construção de indicadores sobre trabalho não remunerado e cuidados, necessários para a construção da conta satélite de trabalho não remunerado. As pesquisas também permitem a construção de indicadores sobre trabalho voluntário; tempo gasto com estudos; lazer e outras atividades diárias, que podem ser estratificadas a partir do cruzamento com informações sociodemográficas e sobre as características dos domicílios. O questionário de 2014 inclui, ainda, um bloco sobre características pessoais, com perguntas sobre língua falada e se o informante se considera indígena, o que permite a produção de informações sobre uso do tempo para a população indígena (ENCUESTA..., 2015).

Quanto à classificação de atividades, para a edição de 2014 a ENUT utilizou uma conjunção entre a ICATUS 2012 e a Clasificación Mexicana de Actividades de Uso del Tiempo - CMAUT 2005, de forma a garantir que todas as atividades necessárias fossem contempladas, o que inclui as atividades não remuneradas. A adoção da ICATUS se restringiu à última edição da pesquisa, pois em 2009 só foi utilizada a CMAUT. Em 2002, por sua vez, utilizou-se uma mescla de diferentes classificações, dentre as quais a Clasificación Mexicana de Ocupaciones - CMO.

Quadro 5 - Algumas características das pesquisas de uso do tempo no México

Ano	Tipo	Público Alvo	Tamanho da Amostra	Classificação de Atividades	Cobertura Temática
1996	Questionário	. Pessoas com 8 anos ou mais de idade	5 mil unidades domésticas	. Lista de Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Identificación das unidades domésticas do domicílio • Posse e propriedade do domicílio • Características sociodemográficas • Trabalho e uso do tempo • Renda líquida • Contribuições para a despesa comum das unidades domésticas
1998	Diário	. Pessoas com 8 anos ou mais de idade	15 mil unidades domésticas	. Classificação específica para a pesquisa construída com base na ICATUS	<p>Uso do tempo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar el tiempo que se dedicava a actividades fisiológicas (comer e dormir) e a higiene pessoal; - Tempo dedicado ao trabalho e a busca de trabalho; - Tempo dedicado à escola e aos estudos; - Atividades realizadas no tempo livre; - Tempo dedicado à família (inclui trabalho doméstico e cuidados, etc)
2002	Questionário	. Pessoas com 12 anos ou mais de idade	5 mil unidades domésticas	. Clasificación mexicana de ocupaciones (CMO), 1992 . Clasificación mexicana de actividades y productos (CMAP), 1989 y otros clasificadores propios de la encuesta . Sistema de clasificación industrial de América del Norte (SCIAN).	<ul style="list-style-type: none"> • Características sociodemográficas da população • Relação da População com atividade econômica • Atividades educativas • Trabalho doméstico • Cuidados pessoais • Criação de animais, coleta de flora e fauna, sempre que não seja atividade econômica • Atividades recreativas, cultura e entretenimento • Atividades voluntárias e gratuita à comunidade • Reparação de bens e construção no domicílio • Outras atividades • Atividades realizadas por pessoas não residentes no domicílio • Tempo • Deslocamento
2009	Questionário	. Pessoas com 12 anos ou mais de idade	17 mil domicílios	. Classificação Mexicana de Uso do Tempo	<ul style="list-style-type: none"> • Características y equipamiento de la vivienda. • Identificación de hogares en la vivienda y equipamiento del hogar. • Características sociodemográficas. • Condición de actividad y características del trabajo. • Actividades realizadas por los integrantes del hogar (de lunes a viernes y de sábado y domingo), incluye tiempo de traslado
2014	Questionário	. Pessoas com 12 anos ou mais de idade	18 mil domicílios	. Classificação Mexicana de Uso do Tempo . International Classification of Activities for Time Use Statistics (ICATUS)	<ul style="list-style-type: none"> • Características do domicílio • Identificación y características de los hogares • Características sociodemográficas • Características pessoais • Trabalho e suas características • Atividades cotidianas • Percepção do bem estar • Atividades não remuneradas de pessoas que não vivem no domicílio

Fonte: Os Autores.

Notas: 1. Informações provenientes da Encuesta Nacional sobre Trabajo, Aportaciones y Uso del Tiempo - ENTAUT 1996 e da Encuesta Nacional sobre el Uso del Tiempo - ENUT 1998/2014.

2. Tradução nossa.

As estatísticas de uso do tempo no Brasil

No Brasil, a disponibilização das estatísticas de uso do tempo foi impulsionada com a criação, no ano de 2002, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, cuja atribuição consistia na promoção de políticas públicas que garantissem direitos às mulheres brasileiras com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida e reduzir as desigualdades de gênero, articulada com outras políticas públicas, permitindo, dessa forma, sua integração a um projeto de desenvolvimento nacional (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres ampliou a visibilidade do trabalho reprodutivo por meio da implementação de compromissos estatais materializados nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs) de 2004, 2008 e 2013 que implicou na necessidade de geração de dados estatísticos que permitissem contextualizar e mensurar a forma como se distribuía a divisão social do trabalho entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

Dessa forma, em 2007, foi realizado o I Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo, promovido pelo IBGE em parceria com a UNIFEM, com o objetivo de avaliar demandas por pesquisas e estatísticas e/ou indicadores na área e problematizar a atuação do governo, contando com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, especialistas e representantes do poder público. O resultado deste encontro foi a proposição de um plano de trabalho governamental para dar continuidade às iniciativas na área que ganhou reforço diante das reivindicações pela elevação da qualidade de vida das mulheres levadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2007 (SABOIA; SOARES, 2007).

Na esteira destes acontecimentos, foi criado em 2008 o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo - CGUT, cujo objetivo era estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise de estatísticas oficiais no País. O CGUT era coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e tinha como membros permanentes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Organização Internacional do Trabalho - OIT e a ONU Mulheres. Dentre suas atribuições encontravam-se: a) a promoção e a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo; b) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; c) construir um banco de boas práticas que reflita as experiências de incorporação do enfoque e gênero e dos usos do tempo nos trabalhos desenvolvidos pelos institutos de pesquisas e estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, nos planos nacional e internacional; d) promover e participar de seminários nacionais e internacionais, possibilitando a troca de experiências nestas áreas temáticas; e) atuar no desenvolvimento de pesquisas, análise de dados e estudos sobre temas relevantes para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009 (Teste da PNAD Contínua)

No ano de 2009, a partir das discussões no âmbito do CGUT, o IBGE realizou a Pesquisa Piloto de Uso do Tempo, dentro do teste da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua do referido ano. O objetivo foi pensar uma pesquisa do uso do tempo para o Brasil por meio desta pesquisa teste, que apresentou um caráter experimental, voltada a identificar os problemas e desafios a serem seguidos em termos metodológicos para a implementação futura da pesquisa de forma regular.

A amostra da pesquisa piloto foi de 10 092 domicílios, o que representou em torno de 61 milhões de pessoas e cerca de 20% da amostra da PNAD Contínua, com 5 360 (53%) de diários válidos. A abrangência geográfica da pesquisa era de cinco Unidades da Federação: Pará (Norte), Pernambuco (Nordeste), São Paulo (Sudeste), Rio Grande do Sul (Sul) e Distrito Federal (Centro-Oeste).

A população-alvo foi de pessoas com 10 anos ou mais de idade, com seleção aleatória de uma pessoa por domicílio. O período de referência foi o quarto trimestre de 2009. O instrumento de coleta utilizado foi o diário de 24 horas, para marcação em intervalos de 15 minutos, em papel, como suporte para memória e entrevista presencial com uso de computador de mão para onde o diário era transcrito. No diário o informante deveria responder as seguintes perguntas: o que fez? (atividade); onde? (casa, trabalho, escola, outro); com quem? (sozinho, com familiar, não familiar); e o que mais fazia? (atividades simultâneas).

Além disso, foram realizadas perguntas adicionais que não se referiam a alocação do tempo com as atividades relacionadas, mas sim a perguntas de contexto que complementavam a pesquisa com informações pertinentes a qualidade de vida de uma forma geral.

A classificação de referência utilizada nesta pesquisa foi a ICATUS 2005. De acordo com a codificação realizada para a pesquisa, no âmbito das grandes divisões, o trabalho remunerado, a produção para consumo próprio e o trabalho voluntário foram agrupados em uma única categoria; e cuidados pessoais e de atenção à própria saúde foram desagregados em cuidados pessoais e dormir apenas.

Ao todo foram listadas 102,8 mil atividades, sendo 60,7% codificadas manualmente e 39,3% codificadas automaticamente pelo Sistema de Codificação das Pesquisas Domiciliares - SISCOB desenvolvido pelo IBGE. Desde esse piloto, o IBGE não logrou implementar de forma regular e sistemática uma pesquisa de uso do tempo no Brasil.

Abordagem da PNAD sobre o uso do tempo

No ano de 1992 a PNAD incluiu em seu questionário básico perguntas sobre tempo de deslocamento para o trabalho. A entrevista era realizada anualmente sobre a atividade realizada na semana de referência. O corte de idade era de 14 anos ou mais e o instrumento de coleta era o questionário presencial. No ano de 2001, a PNAD passou a perguntar sobre afazeres domésticos, que contemplava as atividades de cuidados. As informações capturadas referiam-se à realização de tais atividades (sim ou não) e ao número de horas dedicadas semanalmente a este tipo de atividade. Esta forma de aferição de informações relacionadas ao uso do tempo foi modificada com a implementação da PNAD Contínua que veio substituir a PNAD.

A partir do ano de 2012, a PNAD Contínua passou a incluir no seu questionário ampliado perguntas de cobertura mais detalhadas, que procuram capturar algumas atividades não remuneradas que apresentam uma interface com pesquisas de uso do tempo. No Quadro 6 é possível verificar a forma como foram sendo ampliados os tipos de perguntas que guardam alguma relação com pesquisas de uso do tempo.

Quadro 6 - Tipos de perguntas relacionadas a pesquisas de uso do tempo na PNAD e na PNAD Contínua

Perguntas do questionário relacionadas a Pesquisas de Uso do Tempo	PNAD			PNAD Contínua
	1992 a 1999	2001 a 2004	2005 a 2015	2012 a 2016
Trabalho principal	X	X	X	X
Trabalho para uso e/ou consumo próprio	X	X	X	X
Tempo de deslocamento para o trabalho	X		X	X
Afazeres domésticos*		X	X	X
Trabalho Voluntário				X
Cuidado de pessoas				X

Fonte: IBGE, questionários das respectivas pesquisas.

Nota: Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada de 1992 a 2015 a pergunta sobre afazeres domésticos incluía as atividades de cuidados de pessoas.

A PNAD Contínua foi implantada, em caráter experimental, em outubro de 2011, em 20 Regiões Metropolitanas que contêm o Município da Capital, em uma Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE, em cinco Municípios das Capitais e em uma Unidade da Federação. A partir de janeiro de 2012, a mesma foi implantada em todo o Território Nacional, passando a fazer parte, em caráter definitivo, do conjunto de pesquisas do IBGE (PESQUISA..., 2016a). A pesquisa segue recomendações metodológicas e conceituais de organizações e instâncias internacionais como a OIT e a Comissão de Estatística das Nações Unidas e se destaca como uma das primeiras pesquisas domiciliares do mundo a incorporar as recomendações da 19ª CIET, que

propõe novas formas de capturar a relação entre o mercado de trabalho e as condições de vida da população ampliando o conceito de trabalho e incorporando a concepção de trabalho decente.

A PNAD Contínua é realizada através de uma amostra de domicílios, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos em que a pesquisa é produzida. A periodicidade da publicação das informações da pesquisa sobre mercado de trabalho é trimestral, mas as informações sobre outras formas de trabalho e sobre o trabalho infantil tem periodicidade anual², com coleta realizada na quinta entrevista ao longo do ano. O instrumento de coleta é o questionário presencial e as questões relacionadas a outras formas de trabalho – e que, portanto, se inserem no escopo da pesquisa de uso do tempo – são aplicadas a pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram tais atividades na semana de referência (PESQUISA..., 2016a).

Os módulos da PNAD e da PNAD Contínua descritos acima não se referem a uma pesquisa de uso do tempo propriamente dita, pois não abrangem informações para todas as atividades usualmente captadas nas pesquisas de uso do tempo e nem se propõem a isso, uma vez que seu objetivo é permitir a investigação contínua dos indicadores conjunturais e estruturais de mercado de trabalho e rendimento e, sob esta perspectiva, reunir informações sobre outras formas de trabalho. Contudo, permite a realização de análises parciais sobre o uso do tempo na medida em que investiga o volume de horas dedicadas efetivamente ao trabalho remunerado e não remunerado dentre todas as atividades declaradas e detalha o trabalho principal realizado na semana de referência, ou seja, aquele que a pessoa dedicou maior número de horas.

No módulo Outras Formas de Trabalho do questionário da PNAD Contínua encontram-se perguntas relacionadas a produção de bens e serviços para o próprio consumo, ao trabalho voluntário e aos serviços não pagos de cuidados de pessoas da família e atividades relacionadas (PESQUISA..., 2016b). No Quadro 7 abaixo encontra-se a correspondência das perguntas realizadas no questionário de outras formas de trabalho da PNAD Contínua com a classificação Icatús 2016 em todas as possíveis desagregações que a pesquisa permite.

O formato de perguntas relacionadas ao uso do tempo no módulo da PNAD Contínua permite capturar importantes informações relacionadas a desigualdade de gênero, como o trabalho doméstico e de cuidados, conforme será abordado de forma mais detalhada no próximo tópico.

² Há ainda o módulo sobre características do trabalho de pessoas de 5 a 13 anos de idade que tem como objetivo primordial desenvolver questões conceituais e práticas relacionadas à coleta do trabalho infantil, visando o aprimoramento e harmonização das estatísticas nacionais. Neste módulo há um conjunto de quesitos que se destina a captar outras atividades desta população-alvo, tais como: produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso; cuidado de pessoas; e afazeres domésticos, na semana de referência da aplicação do questionário.

Quadro 7 - Perguntas do questionário da PNAD Contínua associadas a outras formas de trabalho e correspondência com os códigos da ICATUS 2016

Parte 4 - Outras formas de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade	Códigos ICATUS 2016
99. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ exerceu atividades em cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinadas somente à alimentação das pessoas moradoras do domicílio ou de parente?	211 a 216
102. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ exerceu atividades na produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material destinado somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio ou de parente?	217
105. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ exerceu atividades na fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcoólicas, produtos medicinais ou outros produtos destinados somente ao próprio uso das pessoas do domicílio ou de parente?	22
108. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ exerceu atividades de construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras destinadas somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio ou de parente?	23
111.1. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ trabalhou, durante pelo menos uma hora, voluntariamente e sem remuneração para: congregação religiosa, sindicato, condomínio, partido político, escola, hospital, asilo?	53
111.2. associação de moradores, associação esportiva, ONG, grupo de apoio ou outra organização?	52
111.3. moradores de uma comunidade ou localidade (limpando, dando aulas, participando de mutirão, organizando festas ou outros eventos etc.)?	52
111.4. conservação do meio ambiente ou de proteção aos animais?	53
111.5. pessoas que não eram parentes e não moravam neste domicílio, realizando tarefas domésticas ou de cuidados de crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais?	52
111.7. outro tipo de trabalho voluntário? Especifique	-
117. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ realizou tarefas de cuidados de moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais	4
120.1. Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças?	31
120.2. Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos?	34
120.3. Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos?	33
120.4. Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim?	32
120.5. Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)?	35
120.6. Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio?	37
120.7. Cuidar dos animais domésticos?	36
120.8. Outras tarefas domésticas? Especifique	39

Fontes: 1. IBGE, questionário da pesquisa. 2. UNITED NATIONS. Statistics Division. International classification of activities for time use statistics 2016 - IcatuS 2016. New York, 2017. 143 p. Versão de 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/48th-session/documents/BG-3h-ICATUS-2016-13-February-2017-E.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

Gênero e uso do tempo

As utilizações dos dados relativos ao uso do tempo na década de 1990 foram influenciadas pelo debate internacional sobre a conscientização sobre a situação de discriminação e vulnerabilidade em que se encontram as mulheres em várias esferas da vida econômica, política e social, em quase todos os países.

Em particular, a Plataforma de Ação de Pequim adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres foi um marco importante deste processo que elevou o interesse pela coleta de dados sobre o uso do tempo tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento³. A Conferência de Pequim, sob o título “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, realizou uma avaliação dos avanços obtidos desde as conferências anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e uma análise dos obstáculos a superar para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas (DECLARAÇÃO..., 2006). A Plataforma de Ação de Pequim foi a consolidação do resultado da Conferência formalizado por um conjunto de objetivos estratégicos nas áreas definidas como prioritárias e ações necessárias para atingi-los. Um destes objetivos foi traduzido na necessidade de desenvolver um conhecimento mais abrangente de todas as formas de trabalho e emprego.

Outro marco importante que impulsionou o debate sobre a produção de informações sobre o uso do tempo foi a institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, também denominado de Agenda 2030. Esta última se constitui em um plano de ação dos 193 países-membros da ONU para garantir a implementação de parcerias globais, roteiro de acompanhamento e revisão de indicadores tendo como finalidade central o cumprimento das metas contidas nos ODS que se desdobram em três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) que atuam de forma integrada e indivisível (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

São vários os objetivos dos ODS que apresentam alguma capilaridade com as variáveis de uso do tempo. Dentre eles está o objetivo 5, que se define por alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. porém, o alcance e a transversalidade das pesquisas de uso do tempo permitem identificar o Objetivo 1 (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares), uma vez que permite um olhar sobre a pobreza de forma multidimensional, isto é, que inclua aspectos relacionados a fatores que extrapolam a questão econômica (pobreza de tempo); o Objetivo 8 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos), uma vez que é uma pesquisa que busca evidenciar as diversas formas de trabalho e compreender as imbricações entre trabalho remunerado e não remunerado em um contexto de desigualdade econômica e social para o desenvolvimento das sociedades; e o Objetivo 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles) como relacionados de forma indireta ao escopo das estatísticas resultantes deste tipo de investigação.

³ Para informações mais detalhadas sobre o evento, consultar: <<http://www.un.org/womenwatch/confer/beijing/reports/>>.

A partir da Agenda 2030 surgiu a Agenda Regional de Gênero⁴ no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030, aprovada na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Montevideo, tendo como organizadores a Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL, e o Governo do Uruguai. Trata-se de uma estratégia regional para cumprir efetivamente os diferentes acordos regionais sobre a mulher que compreende os compromissos dos Governos da América Latina e do Caribe com os direitos e a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero. Um dos eixos de implementação da Agenda Regional se refere aos Sistemas de Informação de Gênero que compreendem os procedimentos de seleção, coleta, integração, processamento, análise e difusão de informações sobre as desigualdades de gênero e os avanços e desafios pendentes para garantir os direitos das mulheres. Neste eixo, uma das medidas fundamentais é o desenvolvimento e o fortalecimento de instrumentos de medição sobre as desigualdades de gênero, dentre os quais as pesquisas de uso do tempo estão inseridas (CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2017).

Considerações finais

Ao longo dos últimos anos houve um avanço significativo na discussão sobre revisão de classificações e orientações metodológicas que definam melhores práticas de pesquisas de uso do tempo, permitindo o alcance de objetivos relacionados principalmente a questões de gênero.

Define-se, portanto a discussão atual em torno das pesquisas de uso do tempo como uma tentativa de enfrentar o desafio da integração da metodologia da pesquisa no que diz respeito à definição da classificação e dos instrumentos de coleta de forma harmonizada e que permita a comparabilidade entre os países. Nestas discussões confrontam-se a necessidade de comparabilidade internacional, com a consequente harmonização internacional de classificações e métodos, e o atendimento a necessidades locais específicas.

Contudo, como afirma Esquivel e outros (2008), essa problemática não deve ser desencorajadora. Na verdade, as pesquisas de uso do tempo acompanharam o processo de conscientização sobre a contribuição das mulheres para a economia (tanto dentro como fora dos limites do SNA), dando números concretos aos aspectos da vida cotidiana que o movimento feminista enfatizou por muitos anos. As investigações também abriram o caminho para a compreensão de relacionamentos mais complexos, como a relação entre a divisão sexual do trabalho no lar e as dimensões mais amplas da desigualdade de gênero. Gradualmente, também estão revisando a teoria econômica e trazendo para o debate a possibilidade de ampliar os limites da dimensão econômica na vida social e a forma como as relações sociais encontram-se imbricadas nas relações econômicas. Dessa forma, dar ampla divulgação aos resultados das investigações e vinculá-las às esferas concretas de ação política ainda constitui uma tarefa importante e necessária das pesquisas de uso do tempo (ESQUIVEL et al., 2008).

⁴ A Estratégia de Montevideo para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030 foi realizada em Montevideo, de 25 a 28 de outubro de 2016.

De forma mais geral, a discussão sobre a capacidade de integração das pesquisas de uso do tempo entre os países recai sobre o potencial de investigação que estas pesquisas concentram e sobre os tipos de indicadores que são mais analisados pelos diversos países. Como visto anteriormente, países desenvolvidos como Estados Unidos e Finlândia, além da desigualdade de gênero, direcionam o foco destas pesquisas para a análise de indicadores de saúde, transporte, uso de TIC e do nível de bem-estar da população relacionado a qualidade do tempo gasto com lazer, por exemplo. Já nos países em desenvolvimento, as desigualdades sociais que emergiram ao longo dos processos de transformação do sistema capitalista, fizeram com que o foco de suas pesquisas de uso do tempo estivesse voltado para a formulação de indicadores que permitam aferir questões relacionadas a desigualdade de gênero e a desigualdades sócio espaciais, com análise de categorias como rural e urbano, por exemplo.

Percebe-se, portanto, que a profundidade do escopo deste tipo de pesquisa é muito grande e, dessa forma, requer a utilização de instrumento e metodologia próprios para sua realização. Uma pesquisa desta magnitude capta informações que dificilmente serão captadas por pesquisas de outra natureza, já que possibilita um nível de detalhamento que somente um adequado recorte amostral e um agente de coleta com treinamento específico permitem que seja alcançado.

No Brasil, no âmbito do IBGE, foram realizadas importantes experiências com levantamentos de informações sobre o uso do tempo que forneceram uma expertise fundamental nessa área, permitindo um aperfeiçoamento constante que se reflete no que há hoje de informação desta natureza capturada pela PNAD Contínua. Espera-se que este acúmulo de conhecimento seja fundamental para a implementação de uma futura pesquisa de uso do tempo no Brasil que ofereça insumos para a proposição de políticas públicas que, conforme já afirmado por Esquivel, deem conta de preencher as lacunas que as relações de mercado deixam ao tentar suplantam as demais esferas da vida social.

Referências

AGUIAR, N. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. *Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho*, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba - UFPB, n. 34, p. 73-106, abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/12184/7049>>. Acesso em: jan. 2018.

AMERICAN time use survey user's guide: understanding ATUS 2003 to 2015. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2017. 112 p. Pesquisa patrocinada pelo Bureau of Labor Statistics - BLS. Disponível em: <<https://www.bls.gov/tus/atususersguide.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas de uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2016. p. 43-59. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 701 p. Tradução de: Le nouvel esprit du capitalisme.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe - Cautal*. Santiago del Chile: Cepal, 2016. 39 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/39624-clasificacion-actividades-uso-tiempo-america-latina-caribe-cautal>>. Acesso em: jan. 2018.

CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 13., 2016. *Estratégia de Montevideo para a implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2017. 43 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/orgaos-subsidiarios/conferencia-regional-la-mujer-america-latina-caribe>>. Acesso em: jan. 2018.

DECLARAÇÃO e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim 1995. In: FROSSARD, H. (Org.). *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 147-258. Apresentação do capítulo por Maria Luiza Ribeiro Viotti. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores - CUT, 2004. p. 21-52. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

ENCUESTA nacional sobre el uso del tiempo 2002: tabulados básicos definitivos. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, 2005. 71 p. Disponível em: <<http://www.beta.inegi.org.mx/app/biblioteca/ficha.html?upc=702825498160>>. Acesso em: jan. 2018.

ENCUESTA nacional sobre el uso del tiempo - ENUT 2009: síntesis metodológica. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, 2010. 20 p. Disponível em: <<http://www.beta.inegi.org.mx/app/biblioteca/ficha.html?upc=702825001935>>. Acesso em: jan. 2018.

ENCUESTA nacional sobre el uso del tiempo - ENUT 2014: documento metodológico. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, 2015. 102 p. Disponível em: <<http://www.beta.inegi.org.mx/app/biblioteca/ficha.html?upc=702825075545>>. Acesso em: jan. 2018.

ESQUIVEL, V. et al. Explorations: time-use surveys in the south. *Feminist Economics*, Houston: International Association for Feminist Economics - Iaffe; Oxfordshire: Taylor & Francis, v. 14, n. 3, p. 107-152, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13545700802075135>>. Acesso em: jan. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. *Harmonised European time use surveys: 2008 guidelines*. Luxembourg: Eurostat, 2009. 206 p. (Methodologies and working papers). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/statmanuals/files/KS-RA-08-014-EN.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

GÓMEZ GÓMEZ, E. La valoración del trabajo no remunerado: una estrategia clave para la política de igualdad de género. In: LA ECONOMÍA invisible y las desigualdades de género: la importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud - OPS, 2008. p. 3-19. Disponível em: <<http://apps.who.int/iris/handle/10665/173342>>. Acesso em: jan. 2018.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola. 1992. 349 p. Tradução de: The condition of postmodernity.

HIRWAY, I. *Unpaid work and the economy: linkages and their implications*. *Indian Journal of Labour Economics*, New Delhi: Indian Society of Labour Economics - ISLE: Springer, v. 58, n. 1, p. 1-21, Dec. 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/286652761>>. Acesso em: jan. 2018.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 19., 2013, Geneva. *Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization: resolution I*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2013. 19 p. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_230304.pdf. Acesso em: jan. 2018.

LÓPEZ BARAJAS, M. de la Paz. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2016. p. 21-42. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. Adotada pela Resolução A/RES/70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: jan. 2018.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: manual básico da entrevista. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: manual complementar da entrevista. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b.

SABOIA, A. L.; SOARES, C. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2001 e 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 47 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 21). Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil, referência 2010. Nota metodológica nº 7: as famílias no sistema de contas nacionais (versão para informação e comentários): versão 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN_2010.shtm>. Acesso em: jan. 2018.

SZALAI, A. (Ed.). *The use of time: daily activities of urban and suburban populations in twelve countries*. The Hague: Mouton, [1972]. 868 p. (Publication of the European Coordination Centre for Research and Documentation in the Social Sciences, v. 5). Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015071884006;view=2up;seq=8>>. Acesso em: jan; 2018.

TIME use. Helsinki: Statistics Finland, [2017]. Informações sobre as pesquisas de uso do tempo realizadas na Finlândia. Disponível em: <http://www.stat.fi/til/akay/index_en.html>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *Guide to producing statistics on time use: measuring paid and unpaid work*. New York, 2005. 387 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_93E.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *ICATUS: from 1997 to 2016*. Trabalho apresentado no 4th. Expert Group Meeting on the Revision and Finalization of the International Classification of Activities for Time Use Statistics - *Icatus*, realizado em Nova Iorque, 28-30 de junho de 2016. 13 p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/Events/28-30_June_2016/default.html>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS. Statistics Division. *International classification of activities for time use statistics 2016 - Icatús 2016*. New York, 2017. 143 p. Versão de 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/48th-session/documents/BG-3h-ICATUS-2016-13-February-2017-E.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD CONFERENCE ON WOMEN, 4., 1995, Beijing. *Declaración y plataforma de acción de Beijing*. New York: United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women - UN Women, 1995. 143 p. Adotada na 16a sessão plenária, em 15 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/index.html>>. Acesso em: jan. 2018.

Anexo
Tabela de compatibilização das classificações ICATUS, CAUTAL E HETUS

(continua)

ICATUS	CAUTAL	HETUS
<p>Major division/Division</p> <p>1 Employment and related activities</p> <p>11 Employment in corporations, government and non-profit institutions</p> <p>12 Employment in household enterprises to produce goods</p> <p>13 Employment in households and household enterprises to provide services</p> <p>14 Ancillary activities and breaks related to employment</p> <p>15 Training and studies in relation to employment</p> <p>16 Seeking employment</p> <p>17 Setting up a business</p> <p>18 Travelling and commuting for employment</p>	<p>Grandes Divisiones/Divisiones</p> <p>1 Trabajo en la ocupación y actividades relacionadas</p> <p>11 Trabajo en la ocupación</p> <p>10 Otras actividades productivas</p> <p>12 Trabajo en formación no remunerado</p> <p>13 Búsqueda de trabajo o inicio de un negocio</p> <p>14 Traslados de ida y vuelta al trabajo</p>	<p>Níveis 1 e 2</p> <p>1 EMPLOYMENT</p> <p>11 MAIN JOB AND SECOND JOB</p> <p>12 ACTIVITIES RELATED TO EMPLOYMENT</p>
<p>2 Production of goods for own final use</p> <p>21 Agriculture, forestry, fishing and mining for own final use</p> <p>22 Making and processing goods for own final use</p> <p>23 Construction activities for own final use</p> <p>24 Supplying water and fuel for own household or for own final use</p> <p>25 Travelling, moving, transporting or accompanying goods or persons related to own-use production of goods</p>	<p>2 Trabajo para el autoconsumo de bienes</p> <p>21 Actividades primarias para el autoconsumo</p> <p>22 Actividades no primarias para el autoconsumo (se excluye la construcción)</p> <p>23 Construcción para uso final propio</p>	

Anexo
Tabela de compatibilização das classificações ICATUS, CAUTAL E HETUS

(continuação)

ICATUS	CAUTAL	HETUS
<p>3 Unpaid domestic services for household and family members</p> <p>31 Food and meals management and preparation</p> <p>32 Cleaning and maintaining of own dwelling and surroundings</p> <p>33 Do-it-yourself decoration, maintenance and repair</p> <p>34 Care and maintenance of textiles and footwear</p> <p>35 Household management for own final use</p> <p>36 Pet care</p>	<p>3 Trabajo doméstico no remunerado para el propio hogar</p> <p>31 Preparación y servicio de comida</p> <p>32 Limpieza de la vivienda</p> <p>34 Mantenimiento y reparaciones menores para el propio hogar</p> <p>33 Limpieza y cuidado de ropa y calzado</p> <p>35 Administración del hogar</p> <p>37 Cuidado de mascotas y plantas</p>	<p>3 HOUSEHOLD AND FAMILY CARE</p> <p>31 FOOD MANAGEMENT</p> <p>32 HOUSEHOLD UPKEEP</p> <p>35 CONSTRUCTION AND REPAIRS*</p> <p>33 MAKING AND CARE FOR TEXTILES</p> <p>37 HOUSEHOLD MANAGEMENT</p> <p>34 GARDENING AND PET CARE</p>
<p>37 Shopping for own household and family members</p> <p>38 Travelling, moving, transporting or accompanying goods or persons related to unpaid domestic services for household and family members</p> <p>39 Other unpaid domestic services for household and family members</p>	<p>36 Compras para el hogar (incluye traslados)</p>	<p>36 SHOPPING AND SERVICES</p> <p>30 UNSPECIFIED HOUSEHOLD AND FAMILY CARE</p>
<p>4 Unpaid caregiving services for household and family members</p> <p>41 Childcare and instruction</p> <p>42 Care for dependent adults</p> <p>43 Help to non-dependent adult household and family members</p>	<p>4 Trabajo de cuidado no remunerado a miembros del hogar</p> <p>41 Cuidado a miembros del hogar de 0 a 14 años</p> <p>44 Cuidado a miembros del hogar con discapacidad o dependencia permanente (todas las edades)</p> <p>42 Cuidado a miembros del hogar de 15 a 59 años</p>	<p>38 CHILDCARE</p> <p>39 HELP TO AN ADULT FAMILY MEMBER (Codes at three digit level, 391, 392 and 399, are voluntary)</p> <p>391 Physical care of a dependent adult household member</p> <p>392 Other help of a dependent adult household member</p> <p>399 Help to a non dependent adult household member</p>

Anexo
Tabela de compatibilização das classificações ICATUS, CAUTAL E HETUS

(continuação)

ICATUS	CAUTAL	HETUS
<p>4 Unpaid caregiving services for household and family members</p> <p>44 Travelling and accompanying goods or persons related to unpaid caregiving services for household and family members</p> <p>49 Other activities related to unpaid caregiving services for household and family members</p>	<p>4 Trabajo de cuidado no remunerado a miembros del hogar</p> <p>43 Cuidado a miembros del hogar de 60 años y más</p>	
<p>5 Unpaid volunteer, trainee and other unpaid work</p> <p>51 Unpaid direct volunteering for other households</p> <p>52 Unpaid community- and organization-based volunteering</p> <p>53 Unpaid trainee work and related activities</p> <p>54 Travelling time related to unpaid volunteer, trainee and other unpaid work</p> <p>59 Other unpaid work activities</p>	<p>5 Trabajo no remunerado para otros hogares, para la comunidad y voluntario</p> <p>51 Trabajo no remunerado para otros hogares</p> <p>52 Trabajo no remunerado para la comunidad</p> <p>53 Trabajo voluntario en instituciones sin fines de lucro</p>	<p>4 VOLUNTARY WORK AND MEETINGS</p> <p>42 INFORMAL HELP TO OTHER HOUSEHOLDS</p> <p>41 ORGANISATIONAL WORK</p>
<p>6 Learning</p> <p>61 Formal education</p> <p>62 Homework, being tutored, course review, research and activities related to formal education</p> <p>63 Additional study, non-formal education and courses</p> <p>64 Travelling time related to learning</p> <p>69 Other activities related to learning</p>	<p>6 Aprendizaje y estudio</p> <p>61 Aprendizaje y estudio</p> <p>62 Traslados para actividades de estudio</p>	<p>2 STUDY</p> <p>21 SCHOOL OR UNIVERSITY</p> <p>20 UNSPECIFIED STUDY</p> <p>22 FREE TIME STUDY</p>
<p>7 Socializing and communication, community participation and religious practice</p> <p>71 Socializing and communication</p> <p>72 Participating in community cultural/social events</p>	<p>7 Convivencia social y actividades recreativas</p> <p>71 Convivencia social con familiares y otras personas</p>	<p>5 SOCIAL LIFE AND ENTERTAINMENT</p> <p>51 SOCIAL LIFE</p> <p>43 PARTICIPATORY ACTIVITIES</p> <p>431 Meetings</p>

Anexo
Tabela de compatibilização das classificações ICATUS, CAUTAL E HETUS

(continuação)

ICATUS	CAUTAL	HETUS
<p>7 Socializing and communication, community participation and religious practice</p> <p>73 Involvement in civic and related responsibilities</p> <p>74 Religious practices</p> <p>75 Travelling time related to socializing and communication, community participation and religious practice</p> <p>79 Other activities related to socializing and communication, community participation and religious practice</p>	<p>7 Convivencia social y actividades recreativas</p>	<p>5 SOCIAL LIFE AND ENTERTAINMENT</p> <p>439 Other or unspecified participatory activities</p> <p>432 Religious activities</p>
<p>8 Culture, leisure, mass-media and sports practices</p> <p>81 Attending/visiting cultural, entertainment and sports events/venues</p> <p>82 Cultural participation, hobbies, games and other pastime activities</p> <p>83 Sports participation and exercise and related activities</p>	<p>72 Asistencia a eventos culturales, de entretenimiento y deportivos</p> <p>73 Arte y aficiones</p> <p>74 Deporte y ejercicio físico</p>	<p>52 ENTERTAINMENT AND CULTURE</p> <p>7 HOBBIES AND COMPUTING</p> <p>71 ARTS AND HOBBIES</p> <p>72 COMPUTING</p> <p>73 GAMES</p> <p>6 SPORTS AND OUTDOOR ACTIVITIES</p> <p>61 PHYSICAL EXERCISE</p> <p>62 PRODUCTIVE EXERCISE</p> <p>63 SPORTS RELATED ACTIVITIES</p>
<p>84 Mass media use*</p> <p>85 Activities associated with reflecting, resting, relaxing</p> <p>86 Travelling time related to culture, leisure, mass-media and sports practices</p> <p>89 Other activities related to culture, leisure, mass-media and sports practices</p>	<p>8 Uso de medios de comunicación</p> <p>81 Leer libros, revistas, periódicos u otro material por cualquier medio</p> <p>82 Ver televisión o videos exclusivamente</p> <p>83 Escuchar radio u otros medios de audio exclusivamente</p> <p>84 Utilizar computadora, tableta o celular (video o audio, Internet, descarga de archivos)</p>	<p>8 MASS MEDIA</p> <p>81 READING</p> <p>82 TV, VIDEO AND DVD</p> <p>83 RADIO AND RECORDINGS</p> <p>53 RESTING — TIME OUT</p>

Anexo
Tabela de compatibilização das classificações ICATUS, CAUTAL E HETUS

(conclusão)

ICATUS	CAUTAL	HETUS
9 Self-care and maintenance 91 Sleep and related activities 92 Eating and drinking 93 Personal hygiene and care 94 Receiving personal and health/medical care from others 95 Travelling time related to self-care and maintenance activities 99 Other self-care and maintenance activities	9 Cuidado pessoal 92 Actividades fisiológicas 91 Cuidado pessoal	0 PERSONAL CARE 01 SLEEP 02 EATING 03 OTHER PERSONAL CARE 9 TRAVEL AND UNSPECIFIED TIME USE TRAVEL BY PURPOSE 910 Travel to/from work 920 Travel related to study 936 Travel related to shopping and services 938 Travel related to childcare 939 Travel related to other household care 940 Travel related to voluntary work and meetings 950 Travel related to social life 960 Travel related to other leisure 980 Travel related to changing locality 900 Other or unspecified travel purpose AUXILIARY CODES 995 Filling in the time use diary 998 Unspecified leisure time 999 Other unspecified time use

Fontes: 1. UNITED NATIONS. Statistics Division. *International classification of activities for time use statistics 2016 - Icatlus 2016*. New York, 2017. 143 p. Versão de 13 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/statcom/48th-session/documents/BG-3h-ICATUS-2016-13-February-2017-E.pdf>>. Acesso em: jan. 2018. 2. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe - Cautal*. Santiago del Chile: Cepal, 2016. 39 p. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/39624-clasificacion-actividades-uso-tiempo-america-latina-caribe-cautal>>. Acesso em: jan. 2018. 3. EUROPEAN COMMISSION. *Harmonised European time use surveys: 2008 guidelines*. Luxembourg: Eurostat, 2009. 206 p. (Methodologies and working papers). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/statmanuals/files/KS-RA-08-014-EN.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

Nota: O objetivo da tabela de compatibilização, como o próprio nome já diz, é permitir verificar o grau de compatibilidade em termos estruturais das três classificações internacionais. Não houve o rigor metodológico de estabelecer uma harmonização entre grandes grupos, grupos ou subgrupos das classificações, tendo apenas o propósito de mostrar seus aspectos em comum e suas diferenças existentes em virtude da variedade de análises que pode proporcionar uma Pesquisa de Uso do Tempo, que vai depender da escolha da classificação a ser utilizada, bem como do tipo de investigação que se pretenda.

Sobre os autores

André Simões

Graduado em Economia pela UFF, mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e doutor em Economia (UFRJ). Pesquisador do IBGE desde 2002, na Coordenação de População e Indicadores Sociais, com experiência na área de mercado de trabalho e indicadores sociais. Possui trabalhos publicados sobre mercado de trabalho, sistemas de proteção social, desenvolvimento regional e federalismo.

Alessandra Maria Silva Pinto

Graduada em Nutrição pela UERJ e mestre em Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Trabalha no IBGE desde 2010 e, na Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais, a partir de 2014, atuando no grupo de trabalho da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar e, atualmente, na Pesquisa Estatísticas do Registro Civil. Temas estudados: saúde, nutrição e segurança alimentar e nutricional.

Barbara Cobo Soares

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no qual é Coordenadora de População e Indicadores Sociais. Tem experiência na área de análise sociodemográfica e socioeconômica, com ênfase na análise de indicadores sociais e avaliação de políticas públicas na área social, em particular, proteção social, gênero, pobreza e desigualdade.

Betina Fresneda

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de

Pesquisas do Rio de Janeiro (2006) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Pesquisadora do IBGE desde 2012, atualmente trabalha na Gerência de Indicadores Sociais da Coordenação de População e Indicadores Sociais. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdade de oportunidades educacionais, ensino médio, juventude e gênero.

Caroline Santos

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (2002), mestrado em Economia pela Universidade Federal Fluminense/ANPEC (2006) e está cursando doutorado em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisadora do IBGE desde 2010, atualmente trabalha na Gerência de Indicadores Sociais da Coordenação de População e Indicadores Sociais. Tem experiência na área de Economia do Bem-estar Social e Sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdade de gênero, estudos sobre uso do tempo, cultura e desenvolvimento rural.

Cintia Simões Agostinho

Formada em Ciências Econômicas, pela UFMG, e doutora em Demografia, pelo CEDEPLAR/Face/UFMG. Trabalha no IBGE, desde 2010, na Gerência de Indicadores Sociais da Coordenação de População e Indicadores Sociais. Os principais temas tratados são: grupos populacionais específicos (crianças, adolescentes, jovens, idosos), famílias, além de gênero e uso do tempo.

Fernando Souza Damasco

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2014), com período de estudos e mobilidade acadêmica internacional no curso de Geografia e Planejamento da Universidade do Minho/Portugal (2012) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2016), área de concentração Ordenamento Territorial e Ambiental. Pesquisador, desde 2014, da Coordenação de Estruturas Territoriais do IBGE. No âmbito da Coordenação, responde por demandas referentes aos povos e comunidades tradicionais como integrante do Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE. Desenvolve trabalhos sobre as geografias das relações sociedade/natureza e as territorialidades dos povos e comunidades tradicionais e sua visibilidade nas estatísticas oficiais.

Karina Porciuncula Santos

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cursa a Licenciatura em Ciências Sociais e o Mestrado em Educação pela mesma instituição. Estagiária na Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Leandro Okamoto da Silva

Graduado em Administração de Empresas pela USP e mestre em Ciências da Religião pela PUC/SP. Especialista em demografia pelo Centro Latinoamericano e

Caribenho de Demografia (CELADE/CEPAL). Atua na Coordenação de Populações e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas, na Gerência de Dinâmica Demográfica. Trabalha, no âmbito da gerência, com questões relativas às projeções e estimativas populacionais. No âmbito da Coordenação, responde por demandas referentes aos povos e comunidades tradicionais desde 2016, quando passou a integrar o GT-PCT. É um dos representantes do IBGE no Comitê Gestor Nacional do Plano Social do Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica no que tange assuntos relacionados aos registros de indígenas, de quilombolas e de outras populações tradicionais.

Leonardo Athias

Graduado em Ciência Política pela Sciences-Po, Bordeaux, França, Mestre em Relações Internacionais e Doutor em Ciência Política pela Universidade Bordeaux IV, França. Especializado em estudos eleitorais e política comparada. Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE desde 2010, com destaque para o estudo das desigualdades raciais, direitos humanos e estatísticas da cultura. Possui trabalhos publicados sobre comportamento político, metodologia de pesquisa e mobilidade social.

Luanda Chaves Botelho

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora da Diretoria de Pesquisas do IBGE desde 2011, atualmente trabalha na Gerência de Indicadores Sociais da Coordenação de População e Indicadores Sociais, em especial com os temas segurança e justiça, pessoa com deficiência, criança e adolescente, jovens e idosos. Professora Assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2014, leciona as disciplinas Instituições do Direito e Relações Trabalhistas, na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Marta Antunes

Possui Graduação em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG), Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e Doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Através de sua atuação no campo da cooperação internacional (2004-2009) e como consultora junto a ONGs e movimentos sociais no Brasil (desde 2002) teve a oportunidade de trabalhar com diversos povos e comunidades tradicionais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, dos quais se destacam comunidades quilombolas, povos indígenas, comunidades de quebradeiras de coco babaçu e comunidades de fundo e fecho de pasto. Pertenceu à Coordenação de Trabalho e Rendimento (COREN) do IBGE entre 2012 e 2015, onde atuou nas seguintes pesquisas domiciliares: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Passou a integrar Gerência Técnica do Censo Demográfico (GTD) do IBGE em 2016 e está responsável pela

liderança do Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais do IBGE. Sua produção acadêmica aborda, entre outros, os seguintes temas: povos e comunidades tradicionais, etnicidade, processos de territorialização e gênero.

Pedro Rocha de Moraes

Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE, Universidade de Brasília - UnB. Tecnologista e Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo Soares

Gerência de Indicadores Sociais

André Geraldo de Moraes Simões

Revisão dos textos

André Simões

Bárbara Cobo

Leonardo Athias

Luanda Botelho

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Martins

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Maria da Graça Fernandes de Lima

Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Maria da Graça Fernandes de Lima

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização documental**

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana Chagas Moreira

Juliana da Silva Gomes

Kleiton Moura Silva (Estagiário)

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Valéria Maria Melo (Estagiária)

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana da Silva Gomes

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Série Estudos e Análises

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 2236-5265

Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, n.1, 2011.

Características étnico-raciais da população: classificação e identidades, n.2, 2013.

Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população, n. 3, 2015.

Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população, n. 4, 2016.

Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais, n.5, 2016.

Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais: Grupos populacionais específicos e uso do tempo, n.6, 2018.

Documentação e disseminação de informações - ISSN 1807-5355

O Saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estaticistas com os estados nacionais e com as ciências, n.1, 2004.

Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados, n.2, 2010.

Organizando a coordenação nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas, n.3, 2014.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

PANORAMA NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS

GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS E USO DO TEMPO

A redução das desigualdades sociais historicamente enraizadas em nosso País requer o atendimento de demandas e a garantia de direitos para crianças e adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas pretas e pardas, e povos indígenas, grupos estes que, por suas particularidades, também figuram como público-alvo na Agenda 2030 e no Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento como objetos de políticas públicas distintas com vistas à efetivação de direitos sociais básicos.

Na condição de coordenador do processo de construção de indicadores voltados ao monitoramento da Agenda 2030 e ponto focal na organização dos trabalhos pertinentes ao Consenso de Montevidéu no Brasil, o IBGE tem realizado diversas atividades para embasar as discussões relacionadas a esses compromissos. A presente publicação, ao sistematizar a produção de indicadores sociais relativamente aos grupos populacionais em questão, se soma a tais iniciativas. A temática do uso do tempo, cabe ressaltar, é de grande valia para as análises de desigualdades sociais, sobretudo no tocante a gênero, razão pela qual também foi agregada ao estudo.

Trata-se de uma publicação de natureza metodológica que apresenta o estado da arte da produção de indicadores sobre os temas selecionados, oferecendo um vasto panorama dos enfoques conceituais, recomendações internacionais, experiências dos institutos nacionais de estatística de outros países e organismos, além da própria experiência do IBGE nesse sentido. Espera-se, com tal iniciativa, aprofundar a compreensão da trajetória da produção de indicadores sociais sobre grupos populacionais e uso do tempo, contribuir para a identificação de eventuais lacunas nas abordagens temáticas empreendidas e apontar os possíveis próximos passos para o trabalho de retratar o Brasil em compasso com as agendas internacionais.

A publicação também está disponível no portal do IBGE na Internet.

